FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

Revista Portuguesa de História

TOMO IV

HOMENAGEM A GAMA BARROS

Volume I

COIMBRA / 1949

Revista Portuguesa de Historia

REDACCAO

D.or Damiao Peres — D.or Paulo Merka
D.or Joaquim de Carvalho — D.or Luiz Cabral de Moncada
D.or Manuel Lopes de Almeida — D.or Mário Brandão
D.or Guilherme Braga da Cruz — D.or Sílvio Lima
D.or Arnaldo de Miranda Barbosa — D.or Pierre David
D.°r Torquato de Sousa Soares

Professores da Universidade de Coimbra

Colaboram neste tomo:

Doutor Damião Peres, Professor da Faculdade de Letras de Coimbra.
Doutor Claudio Sánchez-Albornoz, Professor da Faculdade de Filosofia e Letras de Buenos Aires.
Doutora Virginia Ráu, Professora da Faculdade de Letras de Lisboa.
Doutor Pierre David, Professor da Faculdade de Letras de Coimbra.
Doutor Ramón Prieto Bances, Professor da Faculdade de Direito de Oviedo.
Doutor Charles Verlinder, Professor da Faculdade de Letras de Gand.
Doutor Luís Garcia de Valdeavellano, Professor da Faculdade de Direito de Barcelona.
Doutor Yves Renouard, Director da Faculdade de Letras de Bordéus.
Doutor José Maria Lacarra, Director da Faculdade de Letras de Zaragoza.
Doutor Paulo Merêa, Professor jubilado da Faculdade de Direito de Coimbra.
Dr. Luís Ferrand de Almeida, bolseiro do Instituto de Alta Cultura.
Dr. Ruy de Azevedo, Académico de Número da Academia Portuguesa da História.
Dr. Joaquim Veríssimo Serrão, Leitor de Português na Faculdade de Letras de Toulouse.
Dr. Franz-Paul de Almeida Langhans, Licenciado em Direito.
Dr. Henrique Barrilaro Ruas, bolseiro do Instituto de Alta Cultura.
Doutor Torquato de Sousa Soares, Professor extraordinário da Faculdade de Letras de Coimbra.
Dr. António Baião, antigo Director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
Dr. Francisco da Costa Marques. Professor do Liceu de D. João III.
Dr. Luís Afonso Ferreira, Licenciado em Filologia Românica.
Doutor José Maria Queiroz Veloso, Professor jubilado da Faculdade de Letras de Lisboa.

Revista Portuguesa de Historia

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

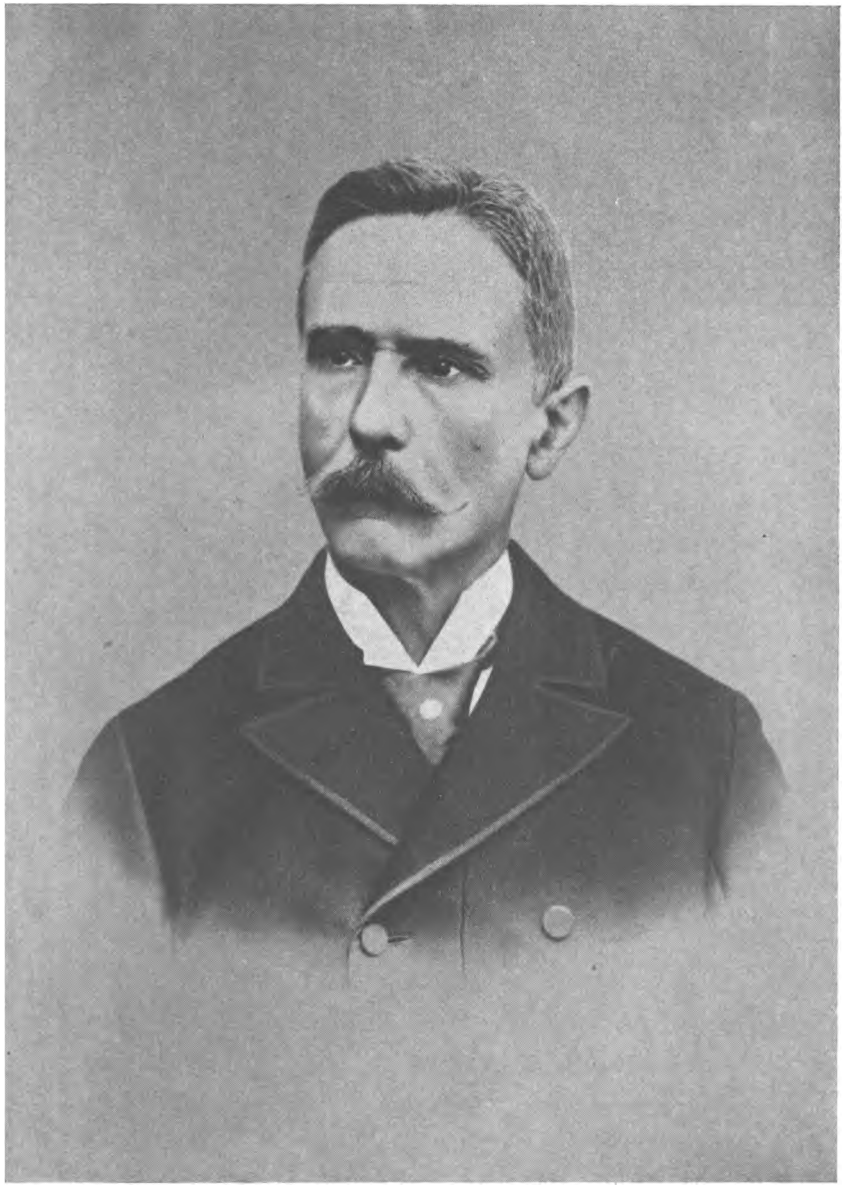
Revista Portuguesa de História

TOMO IV

COIMBRA/1949

PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELO
INSTITUTO PARA A ALTA CULTURA

Composto e impresso na Tipografia d? ATLÀNTIDA — Rqa Fçrrçira Borges, io3 a m — COIMBRA



Manuel de Gama Barros

Henrique da Gama Barros

I — A VIDA

Filho de João Manuel de Barros, natural da freguesia de Santa María de Santos, termo da vila de Arcos, do distrito de Braga, e de D. Maria da Piedade da Gama, natural da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, da vila de Peniche, Henrique da Gama Barros nasceu em Lisboa a 23 de Agosto de 1833, na Rua Larga de S. Roque, n.º 27, freguesia da Encarnação, tendo sido baptizado na Igreja dos Mártires.

Aí começou os seus estudos, sendo plenamente aprovado no exame preparatório de Instrução Primária que prestou no Liceu Nacional, a 3 de Julho de 1848.

Logo depois partiu para Coimbra, onde, com autorização do Vice-Reitor da Universidade, fez exame de Latinidade e Tradução de Língua Francesa a 29 do mesmo mês.

No ano seguinte, em Outubro, prestava provas de Aritmética e Geometria, Filosofia Racional e Moral, Principios de Direito Nacional, e da 5.ª e 6.ª cadeiras do Liceu, ficando, em todas elas, aprovado *nemine discrepante*. E logo em seguida, no dia 27, o jovem estudante, que então assistia no Colégio da Estrela, requereu a sua matrícula na Universidade, passando a frequentar a Faculdade de Direito.

Foi breve a sua carreira académica: a 5 de Julho de 1850 concluiu o primeiro ano; no ano seguinte bene-

ficiou do perdão de acto concedido pela Rainha, por decreto publicado a 20 de Maio, aos estudantes do Ensino Superior que tivessem sido «legitimamente habilitados pelos Conselhos Escolares» ; no terceiro ano foi também dispensado de exame, em consequência do decreto de 2 5 de Abril; no 4.º ano, a 14 de Julho, recebeu o grau de bacharel; e, depois de haver «continuado mais um anno de frequência, ouvindo as lições de sua obrigação conforme os novos Estatutos», concluiu a sua formatura em 2 5 de Julho, sendo aprovado *nemine discrepante,* como já fora no primeiro e no quarto anos, com as seguintes classificações: em «procedimento e costumes», aprovado por todos; e em «merecimento literário», bom por oito e suficiente por cinco.

Sem ter ainda completado 21 anos, Gama Barros regressa, formado, a Lisboa, para iniciar imediatamente a sua carreira pública como Sub-Delegado do Procurador Régio do Julgado do i.º Distrito Criminal da Comarca de Lisboa, para que foi nomeado a 3 de Agosto.

Mas logo em seguida, em princípio de Outubro de 1854, abandona esse lugar para se dedicar à advocacia, que passa a praticar com o Dr. João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens, até Agosto do ano seguinte, e com o Dr. Levy Maria Jordão, até 16 de Junho de 1856.

Data de então o seu casamento com D. Sofia Augusta da Fonseca, filha única de José Maria da Fonseca, amigo e devotado admirador do Duque de Palmeia (x).

(!) José Maria da Fonseca, que era um espirito finamente cultivado, interessava-se particularmente por assuntos agrícolas. Possuindo extensos vinhedos nas faldas da Arrábida, criou o conhecido tipo de vinho «Moscatel de Setúbal». A sua quinta da Bassaqueira, em Vila Nogueira (Azeitão), veio a constituir um explêndido refúgio para Gama Barros,

A advocacia não seduziu, porém, o espírito de Gama Barros, pois, a 9 de Dezembro de 1857, tomava posse do lugar de administrador do concelho de Sintra. E foi no exercício deste cargo que elaborou o seu *Repertorio Administrativo. Dedução alphabetica do Codigo Administrativo de 18 de Março de 1842 (edição official de i855) e da legislação correlativa subsequente até 1860 inclusive*», que veio a publicar-se em 1860, em dois volumes.

Em nota preliminar, Gama Barros esclarece assim as suas intenções: «Um livro que apresente por ordem alfabética as disposições do codigo administrativo, e as mais, que dizem respeito á administração propriamente dita, contidas nas leis, decretos, consultas do conselho de estado, portarias, etc., é sem duvida útil para todos os que tenham de intender na administração do estado. «Foi esta consideração — continua — que me moveu a publicar o presente trabalho, o qual, mesmo imperfeito como de certo é, creio que poderá em muitos casos não só ser consultado com proveito pelos que entram pela primeira vez na carreira administrativa, mas também servir como de lembrança áquelles que conhecem já a complicada e variável legislação administrativa. A legislação que não puder ser incluida no logar competente do *Repertorio,* por haver sido posteriormente publicada, será compreendida — adverte ainda — em additamento final.»

De facto, em cada tomo há um aditamento. E à margem ou em folhas intercaladas no texto, Gama Barros continuou, até 1865, a indicar a legislação que ia sendo publicada, certamente com vistas a uma nova edição, que, porém, nunca chegou a fazer-se.

Tendo obtido em 1862 a transferência para a administração do Bairro Alto, em Lisboa, por decreto de 23 de

Junho desse ano, deixou a administração do concelho de Sintra, lugar em que, segundo informe do Secretário Geral do Governo Civil de Lisboa, sempre deu provas «de muito zelo, inteligência, e dedicação pelo serviço público, e mereceu o conceito de Magistrado honesto e inteligente, havendo-lhe, por esse motivo, sido cometidas várias diligências fora do seu concelho, de que se desempenhou satisfatoriamente».

Dois anos depois, a 19 de Março de 1864, era-lhe oferecido o grau de cavaleiro da Ordem de Cristo, que recusou.

E tendo sido extintos, em virtude do decreto de 10 de Dezembro de 1867, os quatro bairros do concelho de Lisboa, foi nomeado interinamente administrador substituto do 3.º Bairro, tomando posse e entrando no efectivo exercício do cargo «em 14 do mesmo mês e ano, num sábado, cessando então o exercício do cargo de administrador do Bairro Alto» — anota Gama Barros, com meticuloso cuidado, no registo dos seus emolumentos.

A 17 de Dezembro seguinte era-lhe novamente oferecido o grau de cavaleiro, mas da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila-Viçosa, mercê que também recusou.

Depois, sendo restabelecido o Bairro Alto por decreto de 14 de Janeiro de 1868, reassumiu as funções de seu administrador, exercendo em seguida as de administrador do Bairro Ocidental, até que, a 12 de Maio, foi empossado no cargo de Secretário Geral do Governo Civil de Lisboa, para que tinha sido nomeado.

Foi então que, por portaria de 1 1 de Setembro de 1869, foi nomeado secretário da Comissão encarregada de propor ao Governo um projecto de reforma da Administração Pública.

Depois, por carta régia de 2 de Julho de 1874, el-rei D. Luiz, atendendo «aos bons serviços que tem prestado no

desempenho das funções do seu cargo, do de Governador Civil, que por várias vezes ha exercido (2), e de outras comissões de interesse público, dando sempre manifestas provas de muita inteligência e zelo», faz-lhe mercê do título de seu conselho.

Tendo pedido, a 3 de Março de 1877, a sua demissão de Governador Civil, que exercia desde Outubro, por ter caído o ministério presidido por Fontes Pereira de Melo, o Conselho do Distrito de Lisboa «resolveu unánimemente que se consignasse na acta um voto de grande sentimento que terá se deixar a Administração superior do Distrito um Chefe que tão dignamente o tem administrado» ; e, por sua vez, a Junta Geral do Distrito resolveu, por unanimidade, manifestar o seu sentimento pelo mesmo motivo.

Não obstante, o pedido de demissão foi aceite pelo Governo a 15 de Março, ingressando então Gama Barros no Supremo Tribunal Administrativo, primeiro como vogal suplementar, e depois, a 16 de Janeiro do ano seguinte, como vogal efectivo.

Chamado de novo a desempenhar as funções de Governador Civil de Lisboa, exerceu esse cargo desde 4 de Fevereiro de 1878 até que, a 3 de Janeiro do ano seguinte, foi nomeado vitaliciamente Conselheiro do Tribunal de Contas.

Já então Gama Barros trabalhava na sua *História da Administração Pública em Portugal* ; mas não é possível afirmar rigorosamente desde quando. Queremos crer, no entanto, que foi a organização do seu *Repertório Administrativo* que o levou ao estudo da história da nossa

(2) Não obstante, de nenhum documento ou nota de G. Barros consta que tivesse exercido as funções de governador civil antes de 1876.

administração pública. E como o *Repertório* está actualizado só até 1865, é possível que date de então o início do seu novo trabalho.

Sendo assim, a preparação do i.º volume da sua obra, que publicou em 1885, demoraria cerca de vinte anos, o que se nos afigura perfeitamente verosímil, considerando que a actividade oficial de Gama Barros era então muito intensa.

Foi a publicação desse volume que, no ano seguinte, lhe deu entrada, como sócio correspondente, na Academia Real das Ciências, por proposta subscrita pelos académicos Inácio de Vilhena Barbosa, José Silvestre Ribeiro, Delfim de Almeida e João Pedro da Costa Basto, proposta essa que constitui uma extensa recensão, feita com elevado espírito crítico.

Também o Instituto de Coimbra, agradecendo o volume que Gama Barros lhe oferecia, manifesta o desejo de o admitir como sócio, enviando-lhe gratuitamente a sua revista. E, por sua vez, a Real Academia de la Historia, de Madrid, por iniciativa do escritor Sánchez Moguel, a que se associaram Gómez de Arteche e Fernández Duro, fê-lo ingressar no seu seio, em Junho de 1893.

Ainda antes, em Abril desse mesmo ano, Gama Barros fora eleito, por proposta de Inácio Francisco Silveira da Mota, Jaime Constantino de Freitas Moniz e João Pedro da Costa Basto, sócio efectivo da Academia Real das Ciências, de Lisboa, para a secção de História e Arqueologia, desempenhando, durante alguns anos, as funções de vice-secretário da Classe de Letras.

Cada vez mais recolhido no remanso do seu gabinete, o nosso historiador ia trabalhando sempre na continuação sua obra, que cada vez mais lhe absorvia a atenção. Mas nem por isso se alheou inteiramente da vida pública.

De facto, ainda em 1893, respondendo, a 4 de Junho, a uma carta de Sánchez Mogue!, que lhe perguntava se pensava continuar a sua *Historia,* informa que nela vai trabalhando sempre, esperando levá-la a cabo em mais um ou dois volumes; «mas — observa—outras occupações, a que sempre me cumpre atender, e sobretudo a minha pouca saúde, não me deixam prosseguir senão lentamente numa obra a que tenho dedicado o melhor da minha vida».

Realmente, ainda prestou auxílio à organização dos programas do ensino secundário, pelo que recebeu, a 25 de Setembro de 1895, um voto de louvor do Conselho Superior da Instrução Pública.

Poucos dias antes, tendo feito parte da comissão encarregada de promover a representação de Portugal na Exposição de Trabalhos Jurídicos organizada pelo Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros para comemorar o 50.º aniversário da sua fundação, foi eleito seu sócio honorário. E a 4 de Fevereiro de 1899 o Instituto de Coimbra conferia-lhe a mesma dignidade.

Já então tinha sido publicado o segundo volume da sua *História da Administração Pública em Portugal,* que saiu do prelo em 1896.

Estava, pois, em preparação o terceiro volume, quando foi nomeado, por decreto de 27 de Julho de 1900, Presidente do Tribunal de Contas, cargo este que desempenhou até à implantação do regime republicano, em 1910.

Segue-se então um período de maior actividade política— a única actividade verdadeiramente política que exerceu.

De facto, a dissidência de João Franco, que o levara a formar, em 1901, o novo partido regenerador-liberal, foi apoiada por Gama Barros, que deu ao novo agrupamento

politico a sua colaboração. E quando João Franco constituiu governo, em Maio de 1906, foi nomeado Par do Reino.

Nada conseguia, no entanto, modificar a vida do historiador, que a morte de sua mulher, ocorrida em Novembro desse ano, mais contribuiria ainda para que se entregasse ao austero convívio dos livros.

Gama Barros vivia então — desde largos anos — na rua do Caldeira, depois designada de Fernandes Tomás, na mesma casa onde veio a morrer. Tinha sido adquirida, em parte, pelo sogro, que foi habitar o segundo andar — o andar nobre do prédio. Mais tarde Gama Barros adquiriu o resto da casa — o rés-do-chão e o primeiro andar — onde passou a viver. Aí, em espaçosa sala donde se disfruta um magnífico panorama sobre o estuário do Tejo, instalou o historiador a sua biblioteca, que foi sucessivamente enriquecendo com milhares de espécies. E aí escreveu a sua *História da Administração Pública em Portugal.*

Com a queda da monarquia, em 1910, tendo requerido, logo em seguida, a aposentação (que, no entanto, só lhe foi concedida a 3 de Agosto de 1925) interrompia-se toda a sua actividade profissional. Mas, nem por isso, o labor científico de Gama Barros deixou de ser lembrado no círculo dos amigos que convictamente o admiravam. Assim, a 4 de Fevereiro de 1915, a Academia das Ciências proclamava-o, por aclamação, seu sócio de mérito; a 26 de Fevereiro de 1920 elegia-o sócio emérito, que, no dizer de Júlio de Vilhena, então seu presidente, «é o maior galardão que o nosso Instituto pode conceder àqueles dos sócios que bem o serviram» ; e a 29 de Abril do mesmo ano aprovava, também por aclamação, a proposta do Dr. José Leite de Vasconcellos

para que se lhe consagrasse um número do «Boletim da Classe de Letras», o que foi, realmente, levado a efeito no ano seguinte, nele colaborando Cristóvão Aires, Fortunato de Almeida, Leite de Vasconcelos, Paulo Merêa, Adriano Antero, Bento Carqueja, Almeida de Eça, Lúcio de Azevedo, Víctor Ribeiro, Esteves Pereira, Pedro de Azevedo, Fidelino Figueiredo e José Joaquim Nunes.

Apesar de a idade ser já então provecta, Gama Barros, que publicara em 1914 o terceiro volume da sua obra — o mais volumoso de todos — continuava a trabalhar, concluindo pouco depois, em 1922, o quarto volume — o último que publicou.

Tinha então 89 anos ; mas nem por isso afrouxava a sua actividade intelectual. E quando morreu, vitimado por uma pneumonia, que em poucos dias o prostrou, estava quase concluido o quinto volume, que preparava com afan, certamente receoso de não poder chegar ao fim.

Era o dia 29 de Agosto de 1925. Havia seis dias que completara 92 anos.

II —o HOMEM

Um traço da fisionomia moral de Gama Barros impressiona desde logo: a ordem que punha em todos os seus actos, e o minucioso cuidado com que anotava os passos da sua vida profissional.

Nascido no seio de uma família distinta, mas modesta, Gama Barros compreendeu, ainda muito jovem, a necessidade de não desbaratar o tempo. Por isso, apenas chegado de Coimbra, procura uma profissão.

Talvez tivesse sido o seu casamento com a filha de José Maria da Fonseca que mais contribuiu para o rumo que deu à sua vida, pois é possível que devesse a sua

nomeação como administrador do concelho de Sintra, apenas com 24 anos, à influência política de seu sogro. A verdade, porém, é que, no modo como desempenhou esta missão, logo revelou, como já vimos, aquelas qualidades que o impuseram à consideração geral e lhe deram a confiança de Fontes Pereira de Melo, que serviu sempre lealmente.

Gama Barros não pode, no entanto, ser considerado um político na verdadeira acepção da palavra, apesar de, mais tarde, a amizade de João Franco o levar a exercer uma certa actividade partidária, pois, como observa, com justeza, Fortunato de Almeida, «nada mais deu à política do que o prestígio do seu nome e a colaboração espiritual de seus anelos patrióticos» *(3)*.

Realmente, foi sempre secundária, mesmo apagada, a actuação política de Gama Barros; não por incapacidade, mas porque estava à margem da sua verdadeira actividade espiritual. E isto mesmo explica que nunca tenha perdido, no mundo revolto da política portuguesa de então, o seu equilíbrio de espírito, mantendo até uma serenidade, um domínio sobre si próprio, uma inteireza moral que, embora se não estadeassem, — e talvez por isso mesmo — são verdadeiramente impressionantes.

Para esta atitude, tão nobremente serena, muito havia de contribuir, além do convívio de sua mulher — senhora superiormente inteligente e culta, que foi sua dedicada companheira de trabalho e de vida na doce paz do seu lar cristão — o seu próprio temperamento, naturalmente sedentário e recolhido.

De facto, Gama Barros não frequentava habitualmente nenhum centro, nem mesmo a Academia das Ciências.

(3) In *Homenagem da Academia das Ciências de Lisboa*, pág. 9.

Por isso, quando esta — observa o Dr. Antonio Ferrão — o desejava chamar «para o desempenho de algum alto cargo, que demandava frequente presença, lá vinha o nosso historiador, em cartas amabilíssimas, a desculpar-se de não poder aceitar a escolha da sua pessoa por lhe não ser possível comparecer com assiduidade, e, mais tarde, por o seu estado de saúde não lho permitir» (4).

Não obstante, não evitava o convívio de amigos. Delfim de Almeida, por exemplo, fala-lhe, numa carta, da «nossa querida e usual palestra». E escrevendo-lhe de Azeitão, quando Gama Barros regressava de uma cura de águas — a única que fez em toda a sua vida — insistia por que não demorasse, dizendo: «Cá nos espera a tília, não para nos dar chá, mas para se divertir com as nossas conversas a respeito de instituições sociais e de águas do Gerez, de administração pública e de moléstias».

Também não se furtava de receber quem quer que o procurasse para lhe pedir algum esclarecimento — as suas *boas lu\es* (5) — facultando a todos, sem reservas, as suas notas, e respondendo pontualmente e minuciosamente, quando lhe pediam qualquer informação. Assim, entre outros, ao P.e Pedro Ferreira, abade de Miragaia e continuador do *Portugal Antigo e Moderno,* de Pinho Leal; ao abade de Tagilde, P.e João Gomes de Oliveira Guima-

(4) *Gama Barros e a sua obra (Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, xix, pág. 285).

Também em caria escrita ao Abade de Tagilde, de 17 de Julho de 1908, dizia Gama Barros:

«Ha muito tempo que não frequento a Academia, porque as sessões são à noite, e eu, velho e doente como estou, não posso a tal hora sair de casa, sem grande probabilidade de agravar o estado da minha deteriorada saúde».

(5) A expressão é de Cristóvão Aires, que, em carta de 20 de Agosto de 1896, lhas pede *para o trabalho que tenho entre mãos para o 2.º vol. da *História do Exército*»,

rães, o organizador dos *Vimaranis Monumenta Historica* ; a Inocêncio Francisco da Silva, o autor do *Dicionário Bibliográfico Português;* a Angel de los Rios, etc.

Vale a pena recordar a correspondência trocada entre o nosso historiador e o abade de Tagilde àcerca das confirmações nos diplomas medievais (6).

Em carta de Setembro de 1897, o P.e Oliveira Guimarães punha assim a questão:

As assignaturas dos prelados e ricos-homens postas nos documentos, especialmente nos foraes, serão todas da epocha (mez e anno), em que foi passada a carta de foral ?

Estariam elles no local em que a Carta foi exarada, fazendo parte da corte ? ou algumas das subscripções não seriam postas pelo notario, ou por outrem, mesmo na ausencia d'elles, ou posteriormente ?

Herculano, no prologo dos foraes no vol. *Leges et Consuetudines*, pag 341, dos *Port. Mon. Hist.*, segue, creio eu, a opinião de que os prelados e magnates confirmantes, que constam dos foraes, estavam presentes, por quanto diz: *quod ibi referitur et temporis et loci, in quibus populo immunitates a rege confirmatae sunt, ratio, et praesulum, magnatum, regiorumque administratorum nomina, qui regem aulamque comitabant ; quod certe politicae illius aetatis historiae interesse poterit.*

Se não estou enganado, li algures, não me recordo se nas Dissertações de J. P. Ribeiro, se onde, que nem sempre as firmas indicavam que os firmantes se achavam presentes à leitura do documento.

Estou estudando em face do *Port. Mon.* alguns pontos referentes a arcebispos de Braga e vejo-me perplexo: V. g. o arcebispo D. João Egas, que os Catalogos e outros dizem fallecido em Valladolid, a 16 de novembro de 1255, voltando de Roma, para

(6) Este assunto foi mais tarde abordado pelo Tenente-Coronel Costa Veiga, que sobre ele fez judiciosas considerações no seu estudo sobre Ourique-Val-de-Vez, *Anais* da Academia Portuguesa de História, vol. 1, págs. 119 a 147.

onde fora depois das cortes de Leiria em março de I25¿|, subscreve os foraes de Aroche a 16 de junho de 1255 *(Leges et Consuet.,* pag. 652), Gaya em setembro de 1255 (pag. 663), e por conseguinte a firma foi feita na sua ausencia, ou elle não falleceu no regresso de Roma.

Poderá conjecturar-se que elle fora lá em 1254 estando de volta em junho de 1255, e faria nova viagem depois de setembro de 1255 e fallecerá na ida, em novembro, em Valladolid ?

A estas interrogações responde Gama Barros logo no princípio de Outubro, ao regressar a Lisboa, dando ao seu interlocutor os seguintes esclarecimentos:

Prometti dizer-lhe de Lisboa a minha opinião fundamentada ácerca da significação, que tem nos documentos a confirmação dos prelados, isto é, se o facto attesta a presença effectiva dos confirmantes.

Consultando agora os meus apontamentos, pouco tenho a acrescentar aqui ao que eu já disse no tomo 1 da minha *Historia*, pag. 56 (7), citando a «Nova Historia de Malta», de José Anastacio de Figueiredo.

Escrevendo o notário todo o diploma, incluindo as confirmações, a circunstancia de se mencionarem, ás vezes, até as sés vagas persuade, quanto a mim, que a referencia aos prelados de muitas dioceses é, não raro, apenas de mero formulário; e d'ella apparecem ainda exemplos no século xiv. Um copiei eu no meu tomo 11, pag. 129, nota (8).

Ribeiro, nas Dissert. Chron. 1, pag. 148, nota 2, inclina-se para essa mesma opinião; mas no tomo iv, parte i.ª, pag. 76, perfilha-a sem restricção alguma.

E certo que as palavras de Herculano, que V. Ex.ª transcreve, se podem prestar á interpretação de que elle seguia um parecer contrario; todavia eu tenho muita duvida em que fosse esse o juizo que elle fazia do facto ; conservo até, alguma idea de que

(7) Tomo i, pág. ÍO3 da 2.ª edição.

(8) Tomo v, pág. 46. da 2.ª edição.

affirma algures o contrario, mas não posso precisar, e bem pode ser que a memoria me atraiçoe.

No tomo ui da Hist. de Portugal (2.ª ed.), pag. 95, diz elle que D. João Egas falleceu *pellos annos de /255,* citando em nota o Ribeiro, que, Dissert, v, pag. i5o, dá como eleito a Martinho Giraldes em Abril d'aquelle anno.

Estes problemas são um verdadeiro labyrintho; e avalio bem o trabalho que Y. Ex.ª ha de ter para lhe achar sahida, que não lhe desagrade de todo.

Não satisfeito, porém, o Abade de Tagilde pede, logo em seguida, novos esclarecimentos:

Ainda uma interrogação : não provando as firmas dos prelados a presença effectiva no lugar onde eram passados os documentos, provarão ao menos que elles estavam em Portugal ? Parece-me que a negativa é mais provável, mas V. Ex.ª me obsequiará dizendo-me o seu parecer.

Toda esta insistencia tem por fim averiguar a data precisa da ida de D. João Egas a Roma, se uma, se duas vezes e se fallecería na volta ou não em Valladolid.

Creio bem que não encontrarei seguro fio, que me tire do labyrinto de que V. Ex.ª me falia e em que me traz mettido o tal João Egas e ainda o Martinho Geraldes.

Quanto a este, parece que o J. P. Ribeiro se equivoca dando-o eleito em abril de 1255, porquanto a firma de D. João Egas encontra-se nas cartas de foral de Aroche, dada a 16 de junho de 1255, e de Gaya, em setembro do mesmo anno ; e ainda a de Fonsim e da Gralheira concedidas em abril o foram sendo *archiepiscopo in bracara domno J. Egee (Leges et Consuet).*

O notario enganar-se-hia tantas vezes ?

Imediatamente, na volta do correio, Gama Barros responde o seguinte:

Pelas mesmas razoes pelas quaes entendo que a confirmação dos prelados não prova a sua presença effectiva, julgo que também não prova que elles estavam em Portugal.

Não me admira nada que o J. P. Ribeiro se tenha enganado quanto ao anno em que foi eleito Martinho Giraldes. O catalogo dos bispos, inserto no tomo v das Dissert., tem não poucas deficiencias e carece de algumas correcções, como reconhece e explica, no principio, o proprio auctor, modelo de trabalho e de conscienciosa investigação da verdade. Os foraes que V. Ex.ª me cita, dando ainda como existente a D. João Egas, parece-me que devem merecer maior credito do que o documento (escrevo de memoria, mas creio que é assim), allegado por J. Pedro. Ou elle se enganou, ou o documento o enganou a elle.

Lavramos ambos no mesmo terreno, cultivando especies differentes. Já vê Y. Ex.ª — conclue o Historiador — que será sempre com muito gosto que eu conversarei com V. Ex.ª sobre o amanho desta nossa lavoura (9).

Com um temperamento assim, não admira que Gama Barros se mostrasse indiferente a honrarias destinadas a

(9) Não podemos seguir toda esta troca de impressões, por faltarem algumas cartas. Mas, das que restam, parece-me interessante registar ainda as seguintes passagens de uma, escrita pelo nosso historiador a 5 de Novembro de 1907 :

«Quanto aos doc. dos Dipl. et Chartae que falam em *concilio de vimaranes,* julgo muito arriscado deduzir da palavra *concilio* a existencia d'uma organização municipal, embora rudimentar. J. P. Ribeiro (Dissert. Chron., v. dissertação xxi) parece ter dado essa interpretação á palavra *concilio* em doc. do século xi, mas Herculano (Hist. de Port, ni, ed. de i858, pag 320, no fim da nota) pensa que Ribeiro foi illudido pelo termo *concilium*, «cuja significação é dupla, representando ora *concelho*, ora *tribunal* ou *juif*».

«Não quero com isto dizer que eu tenha sempre por infallivel a auctoridade de Herculano, mas neste ponto estou de accordo com elle.

«Agora quanto á divisão dos condados attribuida a D. Fernando, a minha opinião é que não merece ser transcripta em cousa nenhuma, e que muito mal empregado seria o trabalho de a copiar.

«Viterbo (Elucid., suppl., vb. *Condado*) e mais ainda Ribeiro (Dissert. Chron. Il, Append. III, pag. 210 a 212) já enterraram para sempre o famigerado Lousada».

Não queremos deixar de testemunhar ao Sr. Coronel Mário Cardoso, ilustre Presidente da Sociedade Martins Sarmento, de Guimarães, o nosso agradecimento por nos ter faculdado a cópia destas cartas de Gama Barros.

galardoar a sua actuação profissional ou política, levando a modéstia a ponto de não consentir que o tratassem por doutor, porque era apenas bacharel formado, nem que lhe chamassem conselheiro. — «Eu chamo-me Barros», observou uma vez, a alguém que lhe dava esse tratamento.

Não obstante, era muito sensível às distinções que premiavam a sua actividade literária, como o mostra a maneira como respondia aos convites que lhe foram feitos para ingressar no seio das academias, e o prazer com que divulgava a sua obra.

Este estado de espírito, tão legítimo em quem trocara a fácil popularidade do escritor, que procura amiudadas vezes o convívio do público, pela meditação e pelo estudo, que prossegue—e até se intensifica — sem qualquer estímulo exterior, durante talvez mais de duas dezenas de anos ; este estado de espírito, dizia, foi ainda afervorado, depois da publicação do primeiro tomo da *História da Administração Pública,* por alguns amigos que, carinhosamente, e até com entusiasmo, acompanhavam de perto o seu labor mental.

Assim, Júlio de Castilho, que lhe escreve dizendo: «O teu livro é pasmoso de erudição. Chega a parecer incrível que um só homem, não sendo beneditino de S. Mauro, um homem do mundo, vivendo na sociedade, e avergado de encargos oficiaes pesadíssimos, pudesse na tua idade levantar um tão meditado monumento à história administrativa da Península. Ali ha o folego e a pujança dos verdadeiros eruditos, o discernimento luminoso, a crítica segura dos maiores mestres». E, depois de uma sucinta análise da obra, observa convictamente: «Pois, meu bom Amigo, fica sabendo que desse montão de velharias extraiste oiro de lei, que te ha-de imortalizar, e te deu

um lugar conspícuo e invejável entre os nossos primeiros historiadores» (10).

Entre os amigos que mais larga correspondencia mantiveram com Gama Barros, quero, sobretudo, referir-me a três : Delfim de Almeida, o Dr. José Leite de Vasconcellos, e António Sánchez Moguel.

O primeiro, de quem Pinheiro Chagas disse que ajuntava um espírito largo, perfeitamente esclarecido por todos os clarões da sociologia moderna à perseverança de um estudioso e à mais completa probidade científica» (11), mantinha desde 1886, relações cordealíssimas com Gama Barros. Com uma alegria exuberante, ia-o informando do êxito do primeiro volume da *História da Administração Pública*, e insistia pela rápida publicação do segundo* dizendo: «O que lhe peço, meu bom amigo, empenhando mesmo nisso a nossa amizade pessoal, é que principie a escrever o 2.º volume. Sinceramente estou com receio de que a sua embriaguez de investigações o faça adiar a composição para ... a semana dos nove dias. Mãos à obra!» (12). Alguns meses depois torna a insistir, procurando convencer Gama Barros «da *obrigação* em que está de não demorar a composição do 2.º volume com o pretexto de que ainda precisa de mais investigações». E prossegue: «Não duvido que precise, mas também tenho a certeza de que se não toma a firme e inabalavel resolução de construir a obra com o material que já tem preparado, então... era uma vez o segundo volume... ». E ameaça carinhosamente: «Logo que regresse a Lisboa ou o meu amigo se decide a *escrever*, atirando para casa do diabo

(10) Carta de 12 de Abril de 1885.

(11) In *Occidente*, n.º 493 do 15.º vol. (1 de Setembro de 1892).

(12) Carta de 7 de Junho de 1890.

os bacamartes da Torre do Tombo, ou então eu faço um tal *ban\è* na sua própria casa, que até o general Moreira terá de acudir com a guarda» (13).

Também o Dr. Leite de Vasconcellos consagrava a Gama Barros uma profunda admiração, desde que, ainda sem o conhecer, leu e meditou a sua obra. Informa Delfim de Almeida que em Outubro de 1890 ainda não tinha terminado a leitura do tomo 1 da *História da Administração Pública,* porque «o lê com muita pausa», mas «cada vez gosta mais, e o admira mais», lamentando-se, por isso, «de o não ter conhecido ha mais tempo, e sobretudo que elle seja tão pouco conhecido: mas trata de fazer propaganda». Assim, tendo estado em Madrid com o Prof. Eduardo Hinojosa, o grande mestre da história do Direito espanhol, logo o informou de «que a melhor obra que se tinha escrito no nosso país, depois da História de A. Herculano, era o livro do Sr. Gama Barros». E porque o nosso historiador objectasse que a amizade o cegara na apreciação da sua *História,* o Dr. José Leite apressa-se a esclarecer, observando: «Ora eu ainda não tinha relações pessoais com V. E. quando escrevi aquilo, que foi apenas a expressão sincera do que eu pensava e penso» (14).

Sánchez Moguel contraiu relações com Gama Barros em virtude da oferta que este lhe fizera da sua *História,* que aprecia assim: «Sin lisonja ninguna diré à Ud. que tengo su libro por el mas serio, mas verdaderamente histórico que ha salido en Portugal desde Herculano acá, y que contrasta sobremanera con tantas otras obras hijas de escritores de Historia más que verdaderos historiadores» (15).

(13 Carta de i5 de Outubro de 1890.

(14) Carta escrita em Cadaval, a 24 de Setembro de 1893.

(15) Carta de Madrid, de 3i de Maio de 18Q3.

E, no ano seguinte, participando a Gama Barros o envio do seu livro *Reparaciones historicas,* diz também: «Como Ud. verá, és Ud. el único portugués contemporáneo a quien doy título de *historiador*. He obrado en conciencia y con la valentia con que siempre he expresado mis convicciones, sin importarme lo más minimo de lo que ha de dolerle à T. Braga, Oliveira Martins y Pinheiro Chagas, que al primero solo le llamé *erudito* y à los otros simplemente *narradores* que es lo que son unicamente» (16).

Gama Barros esteve também relacionado com Rafael Altamira, que Joaquim de Araújo lhe apresentara (17) «como um dos grandes admiradores da *Historia da Administração Pública*».

Altamira pretendia obter a colaboração do nosso Historiador para a sua *Revista crítica de Historia y Literatura españolas, portuguesas e hispano-americanas*. Gama Barros quis escusar-se, mas, perante a insistência do historiador espanhol, cede, dizendo: «Atribuo inteiramente à muita amabilidade de V Ex.ª o convite que me faz para que o meu nome figure entre os colaboradores do jornal, sendo certo, como já disse a V. Ex.ª, que dificilmente se dará o caso de eu realisar a colaboração. O melhor, creio, eu, seria pois que o meu nome, que de nada vale, não aparecesse no logar de honra onde V. Ex.ª o quer colocar. Mas se V. Ex.ª insiste no seu propósito, então disponha V. Ex.ª do meu nome, incluindo-o no número dos colaboradores estrangeiros, que é a divisão onde, como português, me compete entrar» (18).

(16) Carta de 9 de Julho de 1894.
(17) Em carta de Madrid, de 19 de Março de 1895.
(18) Carta de 18 de Abril de 1895.

À subtil observação de Gama Barros, apressa-se a responder Altamira, dizendo que «deseoso de salvar todos los naturales y respetables reparos de los hijos de ese noble país, he modificado algo la nota de colaboradores en el n.º 2, y como V. verá, en vez de poner *Españoles, Portugueses, Extrangeros,* pongo *Españoles, Portugueses, De otros paisesi*> (19). E, urna vez que «he procurado borrar de la publicación todos aquellos motivos que pudieran fundar el retraimiento de personas tan ilustres como V. en punto á la colaboración, merced á escrúpulos nacidos de muy respetables sentimientos de nacionalidad», insiste de novo em pedir a Gama Barros «el envio de un pasaje breve, á elección de V. y tal que por sus dimensiones quepa bien en los limites de la Revista, de su segundo volumen en prensa de la hermosa *Historia de la Administración pública,* ya anunciado en el n.º 3 de la *Revista crítica* (20).

Então Gama Barros, «acedendo da melhor vontade ao desejo que manifesta, e que eu aprecio devidamente», envia-lhe o princípio do cap. n do tomo n da sua *Historia da Administração,* ainda no prelo, explicando que escolhera esse trecho «por ser menos exclusivo de Portugal, referindo-se um pouco à historia social de toda a Península» (21).

Com estes estímulos, e obedecendo a um imperativo muito forte e muito alto da sua própria consciencia, Gama Barros trabalhava sempre, cada vez com mais afinco, na consecução de urna obra a que se devotara inteiramente.

Testemunho vivo desse nobilíssimo labor mental é a

(19) Carta de 22 de Abril de 1895.

(20) Carta de 26 de Março de 1896.

(21) O capitulo foi, de facto, publicado no n.º 5 da *Revista crítica*, (Abril de 1896), págs. 151 a 153.

sua opulenta biblioteca. A bem dizer, em cada um dos seus livros está impressa a personalidade do Historiador. São, em geral, pequenas observações com um breve comentário, uma correcção ou um simples esclarecimento a precisar uma data ou uma referência, que, com a sua letra inconfundível, escrevia no próprio livro, à margem, ou em rectángulos de papel.

E, enquanto lia um livro, ia consultando outros, que precisava, por isso, de ter à mão. Adquiria-os então em Lisboa ou no estrangeiro, nas livrarias ou nos leilões em que apareciam, como, por exemplo, os sete volumes da *Collecção de Cortes,* que pertencera a Silva Carvalho, que comprou «por 42.35o réis, no leilão de livros de Joaquim Pereira da Costa, em abril de 1875», e o primeiro tomo dos *Capitularia Regum Francorum,* dos *Monumenta Germaniae Historica,* que «foi comprado — informa também Gama Barros — por minha ordem em Paris, no leilão da livraria de Fustel de Coulanges». E assim chegou a constituir uma magnífica colecção de instrumentos de trabalho que constantemente manuseava e a que quase confinava as suas leituras e as suas reflexões.

Realmente, só por excepção Gama Barros utilizava livros que não possuísse (22). Algumas faltas na bibliografia da sua *História da Administração* derivam sobretudo daí. Por isso procurava reunir na sua livraria todos os materiais que de algum modo podiam ser úteis à obra que continuava sem desfalecimentos.

Embora lesse muito, Gama Barros devia 1er devagar, com um espírito crítico sempre muito vivo. Esse mesmo

(22) É certo, porém, que, por vezes, procurava consultar livros que não tinha. Assim, ao referir-se ao *Doctrinal de cavalleros,* observa que «não existe em Lisboa, que nós saibamos, nenhum exemplar» (Tomo i, pág. 346, nota 2, da 2.* edição).

espírito crítico manteve-o até à morte, como mostram, de uma maneira impressionante, as anotações que, com cerca de 92 anos — no próprio ano em que morreu — fez a passagens do segundo volume do *Anuario de Historia del Derecho Español* e do primeiro da *Historia de las instituciones sociales y políticas de la España y Portugal,* de E. Mayer, que acabavam de chegar de Madrid.

Homem de um só rosto e de uma só fé, sempre se manteve intransigentemente fiel aos seus ideais, às suas normas de vida e até a propósitos que, uma vez tomados, seguia inflexivelmente, sem que houvesse solicitações que fossem capazes de o levar a desviar-se um ápice sequer do caminho que a si próprio se impusera ([23]).

E este traço, que melhor define o *Homem,* constitui também o seu melhor louvor.

III-O HISTORIADOR

Quando Gama Barros, abandonando a advocacia, decidiu ingressar na administração pública, logo pensou pôr a respectiva legislação ao alcance dos que a ela precisassem de recorrer, ordenando-a alfabéticamente.

Mas no *Repertorio Administrativo,* que publicou em 1860, não estão apenas indicados os textos legais; há também o seu sumário e, portanto, um propósito de

([23]) Poderá talvez observar-se que a anuência às solicitações de João Franco, representa, de certo modo, um desvio. Estou, no entanto, convencido de que foi um sentimento de fidelidade à memória de Fontes Pereira de Melo, que Gama Barros servira devotadamente, que o levou a isso, certamente convencido de que o chefe regenerador-liberal procurava salvar do abastardamento o partido político que fundara.

interpretação que, depois da publicação da obra, o Autor continua durante cerca de cinco anos, isto é, até 1865 (24). E, ao passo que vai actualizando o seu trabalho com a menção dos diplomas mais recentes, indica também, uma vez ou outra, antigos textos do século xvm e até do século xvii (25).

Assim se lhe abria o caminho da História.

De facto, é então que concebe a ideia de ampliar a sua obra, que passaria a designar-se *Direito Administrativo Portugue*, sendo dividida em duas partes : a primeira, *História Geral da Administração* ; a segunda, *Repertório Administrativo*. E íoi assim que Gama Barros começou a dedicar a sua atenção à história da administração pública em Portugal, para a qual elaborou um minucioso plano (26).

É evidente que a história, que Gama Barros projectava escrever, era ainda mera introdução ao estudo da administração pública contemporânea. E era mais como magistrado do que como historiador que a pretendia descrever e explicar em todos os seus pormenores. Mas a realidade histórica não podia deixar de se lhe impor, levando-o finalmente a adoptar uma sistematização cronológica; e por isso remodela o seu primeiro plano, dividindo a obra que projectava escrever em épocas,

(24) O último texto legal que menciona é, salvo erro. de 3 de Fevereiro de 1865 (tomo n, pág. 27). Estas adições destinavam-se, certamente, a ser publicadas numa 2.ª edição do *Repertório*, como se infere da circunstância de, a propósito do decreto de 18 de Março de 1842, publicado no *Código Administrativo* (ed. de 1854), que não encontrou nem no *Diário do Governo*, nem na *Collecção de legislação*, Gama Barros escrever à margem: «Fóra, porque duvido do tal Doc.» (tomo I, pág. 83).

(25) O mais antigo que menciona nas notas à margem, é o alvará de i de Outubro de 1669 (tomo I, pág. 41).

(26) Publicámo-lo na reedição da *História da Administração Pública*, tomo i, págs. xxxiv a xxxvm da Introdução.

que, depois de várias hesitações, ficaram reduzidas a três :

\.ª época: Idade-Média (até o fim do reinado de D. João II).

2 ª época : Governo absoluto (27).

3ª época: Regime constitucional ou, talvez antes, sistema representativo (28).

E, assim, do magistrado surgiu o historiador.

Mas a seriedade com que Gama Barros estudava as questões e as procurava resolver, o seu pendor para a investigação meticulosa e fiel, haviam fatalmente de o levar a aprofundar o estudo das origens. E o historiador torna-se medievista.

De facto, é exclusivamente ao estudo da primeira época que Gama Barros vai dedicar todas as suas atenções durante largos anos de trabalho e meditação, sem, no entanto, o conseguir completar (29).

A preparação foi longa e difícil. Sem uma formação de historiador, Gama Barros organiza longas listas de livros (30) que, certamente depois de ter meditado as obras

(27) Gama Barros pensou desdobrar esta época em duas ; uma, desde o fim do reinado de D. Afonso V (1481) ou D. João II (1495) até 1640; e a outra, desde a Restauração até o estabelecimento definitivo do governo constitucional (1833).

(28) Gama Barros limita esta época entre os anos 1833-187...; mas a última data era primeiro 186..., o que mostra ser a redacção inicial deste plano anterior a 1870. Julgamos, por isso, que a ideia de escrever a *História da Administração Pública* se deve colocar entre os anos de 1865 e 1869.

(29) Chegou, no entanto, a redigir uma centena de notas, que reuniu num maço, sob a rubrica: «Notas para a 2/ época 1695 a i833» Mas esta última data era, primeiro, 1640, o que demonstra que as notas começaram a ser reunidas antes de estabelecer o plano definitivo da obra.

(30) A lista mais antiga dataria talvez do fim de 1859 (a julgar pela referência ao *Diário do Governo* desse ano), quando Gama Barros tinha concluído a preparação do seu *Repertório Administrativo*. Possivelmente em 1865 (visto referir-se ao *Diário do Governo* a partir desse ano) Gama Barros modificou a

de Herculano, o mestre dilecto, passou a 1er e a anotar, começando então a organizar o seu arquivo de verbetes. E sempre a sua formação jurídica vinha em auxílio do historiador.

Realmente, partindo do estudo dos textos legais para o das fontes narrativas e diplomáticas (31), Gama Barros procurou naqueles textos uma base em que se apoiasse, para se não perder no dédalo confuso dos testemunhos históricos de proveniência e carácter tão diversos.

Mas é forçoso confessar que esta base jurídica deu à sua obra uma estrutura que, afastando-a, por vezes, da realidade, chega e deformá-la. Isso levou Gama Barros a recorrer a sucessivas sub-divisões, que, no entanto, nem sempre conseguem dar um perfeito equilíbrio à exposição; e, por outro lado, não permitindo a visão dos problemas na sua integralidade, prejudica e até, por vezes, torna impossível a síntese, sem a qual não há, verdadeiramente, História.

Essa deformação jurídica — permita-se-me a expressão— foi para Gama Barros — inflexível nos seus hábitos e nas suas atitudes tanto morais como mentais—insanável. Mais : tornou-se cada vez mais sensível. E assim é que, nos dois últimos volumes da sua obra, a realidade, com todos os seus cambiantes, cede definitivamente o passo ao esquema rígido, por vezes até abstracto.

Esta característica da obra de Gama Barros foi posta bem em evidência pelo Prof. Sánchez-Albornoz, que embora nutrisse pelo nosso historiador uma profunda

lista, acrescentando-a sobretudo de obras de História. (Publicámos estas listas na 2.ª edição da *História da Administração Pública*, tomo i, págs. xxxix. e XL, nota 2, da Introdução).

(31) No tomo ui da i.ª edição e no tomo vu, págs. 218 a 235 da 2/ edição.

admiração, apreciou assim o capítulo que dedica à origem e essência das beetrias ([31]): «Com a sua característica erudição esgosta a bibliografia peninsular do tema, aproveita toda a documentação impressa, reproduz todas as teorias apontadas, esmiuça, analisa, mas não cria. Adverte as aparentes contradições entre os textos, o abismo que medeia entre as antigas *benefactorías* e as modernas beetrias, as distâncias que separam as beetrias castelhanas das portuguesas, mas não intenta descobrir o enigma, salvar as distâncias, encontrar a unidade que preside àquela múltipla série de tipos diferentes que se sucedem no espaço e no tempo» ([32]). E, por sua vez, o Prof. José Maria Ots observa também que «Gama Barros é o erudito frio e severo que sabe interpretar fielmente o texto dos mais antigos e difíceis diplomas, mas que só muito raras vezes vai mais além do estricto conteúdo documental. Por isso, continua Ots, a sua *História da Administração Pública em Portugal,* é sobretudo um valiosíssimo arsenal de materiais, onde abundam os acertos de pormenor e onde se faz uma valoração crítica penetrante e certeira das fontes e das contribuições historiográficas anteriores, mas sem conseguir ir além deste aparato de fria erudição para o contemplar, com ampla perspectiva histórica». E conclue com este juízo severo: «Falta a Gama Barros imaginação para dar o salto definitivo que permitiria situá-lo no plano dos historiadores geniais» ([33]).

Não obstante — não é possível negá-lo — o nosso historiador tem uma forte personalidade que não é o produto

(32) No tomo ui da i.* edição e no tomo vu, págs. 218 a 235, da 2.ª edição.

([32] [33]) *Las Behetrías*, in *Anuário de Historia del Derecho Español*, 1, pág. 162.

([34]) *Ibidem,* 1.111, págs. 591-592.

de urna escola, nem o simples reflexo da lição de um mestre, embora o seu espírito tivesse sido, de certo modo, influenciado pela atitude mental de alguns historiadores, que lia e meditava mais assiduamente.

Já foi posta em relevo a influência de alguns. Assim, Fortunato de Almeida acentuou os pontos de contacto entre a *História da Administração Pública* e a obra monumental de Mommsen, dizendo mesmo que os dois historiadores oferecem «flagrantes analogias na orientação e nos processos» (35) ; e, na mesma ordem de ideias, o Dr. António Ferrão, depois de notar «que a primeira influência estranha que se nota em Gama Barros é a de Mommsen», e de dizer que «na sua obra podem notar-se influências do estudo da história da administração pública romana, sendo por vezes paralela a metódica de ambos na análise e exposição das matérias», insiste, observando ainda que «a influência de Mommsen é grande e evidente na exposição dos chamados acontecimentos externos» (36).

Pura fantasia. Gama Barros só tardíamente leu a obra do historiador alemão, que apenas cita no tomo m da sua *História da Administração Pública.*

Outros nomes poderão, no entanto, ser mencionados. Em primeiro lugar o de Herculano, a quem Gama Barros se referia sempre com especial respeito e carinho. Realmente, a influência do estilo do Mestre é tão marcada no primeiro volume da *História da Administração Pública,* que nos faz pensar que houve a preocupação de o imitar. Assim, por' exemplo, nesta passagem em que Gama Bar-

(35) In *Homenagem da Academia das Ciências de Lisboa a Gama Barros, (Boletim da Segunda Classe,* vol XIII, pág. X).

(36) *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa,* vol. XIX, págs. 271-272.

ros diz: «Ocupar-nos-emos agora de uma imunidade que, dando protecção ao verdadeiro infortúnio, representava como um facho de luz sustentado aqui e acolá, no meio das trevas da iniquidade, pela justiça eterna de Deus. Referimo-nos ao direito de asilo» (37). Ou nesta outra : «Nessas gerações que se foram sucedendo, aparece-nos, como em todas as épocas, o bem e o mal Um e outro são do domínio da história; mas esta deixaria de iluminar com luz verdadeira, se fosse revolver as cinzas dos mortos para só patentear as fraquezas, os vícios e os crimes dos homens que nos precederam» (38).

Além de Herculano, o historiador que talvez mais mereceu a admiração de Gama Barros e, por consequência, maior ascendente teve sobre ele, foi, com certeza, Fustel de Coulanges. Não que se deva considerar o nosso historiador como seu discípulo no verdadeiro sentido da palavra; não que a obra do grande historiador francês inspirasse a de Gama Barros (39); mas, como já foi assinalado pelo Prof. Paulo Merêa, este via, «como o seu mestre Fustel, no testemunho dos documentos a garantia mais sólida do valor das conclusões, entendendo, como ele, que, «para um dia de sintese, são necessários anos de análise» (40).

(37) Tomo ii, pág. 239, da 2.* edição.

(33) Ibid., pág. 496.

(39) Quando Gama Barros escreveu o primeiro volume da sua obra, Fustel de Coulanges publicara, além dos trabalhos sobre História Antiga, a primeira parte da *Histoire des Institutions politiques de l* ancienne France* (*i8y5)* e o estudo sobre a imunidade merovingia (1883). Mas já então o nosso historiador tinha delineado a sua *História*, cuja estrutura é, de resto, muito diferente da de Fustel.

(40) *Homenagem* cit., pág. 47.

Também o Dr. A Ferrão disse, depois, que «quanto à observação das fontes, ao seu estudo, à sua interpretação, Gama Barros é bem um seguidor de Fustel de Coulanges (*Boletim*, cit., pág. 274).

De facto, aproxima-os o método, especialmente quanto à eurística e à hermenêutica. E assim, considerando, como Fustel de Coulanges, que o verdadeiro método histórico consiste, em primeiro lugar, em estudar directamente e únicamente os documentos nos mais insignificantes pormenores (41), Gama Barros foi um infatigável leitor de textos, procurando reuni-los e ordená-los com um zelo não inferior ao do grande medievista francés i42). Mas, sendo-lhe inacessíveis, durante muito tempo, os textos paleográficos (43), tinha, certamente, quando escreveu o primeiro volume da sua obra, um campo eurístico bem mais limitado do que o de Fustel Coulanges, pois, embora este também não utilizasse senão textos impressos, era bem maior o número de fontes publicadas em França, não sendo nada menor o âmbito cronológico da *História da Administração Pública* (44). Não podemos esquecer que Gama Barros estudou desenvolvidamente o poder real sem utilizar algumas fontes narrativas, como, por exemplo, a *Crónica General* (45), nem mesmo os livros da Chancelaria.

(41) Fustel de Coulanges acrescenta, em segundo lugar, não acreditar senão o que os textos demonstram; e, finalmente, afastar por completo da História as ideias modernas, que um método errado lhe imprimiu. (*Hist. dei lnstit. polit.,* 2.° vol., Prefácio).

(42) Embora não o enunciasse, como fez Fustel de Coulanges, o certo é que Gama Barros praticou o mesmo método que levou o historiador francês a afirmar: «Lois, chartes, formules, chroniques et histoires, il faut avoir lu toutes ces catégories de documents sans en avoir omis une seule. Car aucune d'elles, prise isolément, ne donne une idée exacte de la société. Elles se complètent ou se rectifient l'une l'autre» *(Ibid., ibid.,* pág. 29).

(43) O próprio historiador o confessa, dizendo não ter podido verificar as confirmações dos forais posteriores a D. Afonso III, por não se terem publicado nos *Portugaliœ Monumenta Historica* (t. 1, pág. 98, nota, da 2.ª edição)*

(44) De facto, embora Gama Barros circunscrevesse a sua obra aos sécs. xii a xv, o certo é que começa, em geral, o estudo dos problemas a partir da época visigótica, dando assim à sua obra um âmbito de cerca de dez séculos.

(45) Gita-a apenas através de Cardenas (Vide Tf is/. *da Admin. Publ.*, t. 1,. pág. 336 e 397 da 2/ edição).

Mas logo procurou suprir esta deficiência, iniciando pesquizas sistemáticas na Torre do Tombo onde organizou um verdadeiro serviço de cópias de documentos que, a partir do segundo tomo da sua *História,* utilizaria largamente, permitindo-lhe até fazer algumas correcções e aditamentos ao tomo i (46 47).

Os documentos, que por sua ordem foram copiados, abrangendo um período que vai de 1217 a 1478, foram todos extraídos dos *Livros da Chancelaria,* desde D. Afonso III até D. Afonso V. Mas no fim do vol. vi figuram também alguns documentos da *Leitura Nova* e até um do cartório da Câmara de Cezimbra. Gama Barros reviu todas ou quase todas as cópias cuidadosamente, acrescentando-lhes mesmo, às vezes, um comentário (4T). Mas, apesar da riqueza considerável deste manancial, ficou ainda fora do seu alcance um número avultado de documentos inéditos.

Realmente, as pesquizas do nosso Historiador não abrangeram todos os sectores da Torre do Tombo, onde não examinou os núcleos de cartórios eclesiásticos agrupados na chamada 2.ª parte da «Colecção Especial»; e ficaram-lhe ainda vedados não só os documentos do

(46) Nelas cita livros da Chancelaria de D. Afonso III, D. Diniz e D. Fernando, e ainda os livros das inquirições de D. Afonso III e D. Diniz.

(47) Assim, em seguida à cópia da «Carta de foro da villa de Colla que é emTermho do Porto», de i24Ô(Chanc. de D. Diniz, Liv. i, fl. 26 v.), observa: «O diploma, que tem a característica de foral porque se encontra n'elle a instituição de magistraturas municipaes, não foi incluido na collecção dos Monumentos Históricos até o fim do reinado de Aff. III, onde devera ter entrado se a sua data é realmente a que lhe pozeram, nem se acha no índice publicado por Franklin. Herculano refere-se a este documento na Hist. de Port., 11, 2.* ed., pág. 437». E na entrelinha posterior, escreve : «Vem na Relação iv, sob a designação Rio *Coa*. Não procede a dúvida acerca da data». Depois, G. Barros acrescenta a seguinte observação: «Tenho dúvida em que esta presente cópia esteja bem exacta».

Cabido de Braga e de outros cartórios do país, mas também uma infinidade de diplomas espanhóis ainda inéditos (48).

Como Fustel de Coulanges, Gama Barros restringiu, em geral, a crítica das fontes à sua interpretação, e isso levou-o por vezes, como ao historiador francês, a equivocar-se (49).

Não obstante, a dúvida sistemática que Fustel reclama do historiador, dúvida essa que o leva a procurar ver todos os textos para se permitir chegar a uma conclusão, confrontando as fontes narrativas com as fontes jurídicas e diplomáticas (50), implica uma atitude crítica que transcende a hermenêutica das fontes, levando-o a observar que «é ao historiador que compete discernir em cada diploma o que é verdadeiro do que é falso» (61).

Do mesmo modo, o nosso Historiador toma, por vezes, uma atitude semelhante, emitindo juízos de valor sobre os textos que cita. E esta preocupação crítica nota-se até nas breves notas que escreveu à margem dos documentos que utiliza (52). Realmente, como observa Fortunato de

(48) Completando e suprindo até, de certo modo, as suas investigações arquivisticas, Gama Barros procurava pôr-se cada vez mais ao corrente do movimento historiográfico estrangeiro. É, realmente, muito considerável o número das obras espanholas que cita, especialmente quando faz o confronto entre as instituições portuguesas e as leonesas e castelhanas, remontando à sua origem comum. £, por outro lado, as obras francesas mereceram-lhe, talvez ainda mais, uma particular atenção, como demonstra a assinatura das quatro grandes revistas históricas : *Revue historique*, *Revue historique du Droit Français et Étranger, Revue des questions historiques*, e *Bibliothèque de VÉcole des Chartes*.

(19) De facto, G. Barros utiliza, por vezes, documentos falsos ou interpolados, como se fossem autênticos, como notámos em muitas das observações que fizemos na reedição da *História da Administração Pública*.

(50) Vide P. Guiraud: *Fustel de Coulanges*, pág. 162.

(5!) *Histoire des Institutions politiques de Vancienne France*, vol. 2.º: *La monarchie franque*, pág. 22.

(52) Esta peocupação crítica sente-se até nas breves notas que escrevia à margem dos documentos utilizados : assim, na colecção de *Documentos para a Historia Portuguesa*, editados pela Academia das Ciências, faz várias

Almeida, «para ele, a análise, a descriminação e a contraprova são processos fundamentais» (5S).

Mas o pendor de Gama Barros para a análise minuciosa, diria mesmo (em relação aos documentos de que dispunha) exaustiva (M), o seu método rigidamente indutivo e, por outro lado, uma inapetência para a síntese que, quanto maior é o número de dados em equação, mais se acentua — inapetência tão grande que chega a parecer incapacidade (55) — tiveram, por vezes, o mérito de fazer com que, substancialmente, uma parte da sua obra não envelhecesse, ao contrário do que sucede com a do historiador francês — e também com a de Herculano — a quem a análise dos textos, longe de obscurecer a visão de conjunto, os leva até ela, permitindo-lhes atingir a síntese (56).

E aqui é que está a diferença fundamental entre o nosso Historiador e os seus mestres. Fustel, como Herculano, mesmo quando trata de instituições jurídicas, é sempre

observações aos diplomas a partir do séc. xn, como já notámos (*História da Administração Pública*, t. i da reedição, págs. XLV e XLVI, nota 3).

(53) *Homenagem* cit. pág. 43.

(54) Já o acentuou, com inteira justiça, o Prof. Paulo Merêa, dizendo, a propósito do *título* que dedica à propriedade vinculada (tomo vm, págs. 219 a 313), que Gama Barros, «familiarizado, graças ao convívio de muitos anos, com as riquezas medievais do nosso Arquivo», era dotado, para a análise dos documentos, «de privilegiadas qualidades que uma longa prática desenvolveu e apurou até à perfeição». (*Homenagem* cit., págs. 47 e 48).

(55) De facto, especialmente a partir do tomo ui da sua obra (vi da reedição), em que joga com um volume de documentos muito mais avultado, G. Barros quase se limita a seriar e a interpretar as fontes para o apuramento dos factos. Assim, por exemplo, ao tratar da *robora*, não tenta sequer apreender os fundamentos deste instituto, que versa em duas secções diferentes (tomo vi, págs. 239 a 245 e 333 a 338, da 2 º edição).

(56) Era mesmo esse o seu único objectivo. Por isso acentua que «uma longa e escrupulosa observação do pormenor é a única via que pode conduzir a uma vista de conjunto». E conclui com a conhecida fórmula: «Para um dia de síntese são necessários anos de análise» *(Hist. des Institutions*, cit., *La Gaule romaine*, pág. xm).

o historiador que constrói : Gama Barros, pelo contrário, mesmo quando se ocupa de acontecimentos históricos, só excepcionalmente deixa de ser o jurista que disseca.

Assim, ao confrontarmos estes historiadores, não podemos deixar de ter em vista quão diferente é a sua formação.

De facto, Fustel é, como, de certo modo, Herculano, um teorizante da História, que segue o seu método (57).

Pelo contrário, Gama Barros não tem propriamente um método seu, resultante de uma concepção historiográfica; e por isso se limita a percorrer o caminho que os textos lhe vão abrindo.

Realmente, não se vislumbra em toda a obra do nosso Historiador uma única expressão que denuncie uma orientação filosófica a guiar a análise e a preparar a síntese. Basta-lhe o apuramento do facto, e não ousa sequer ir mais longe, coordenando, ligando, construindo. Mas isto não implica, evidentemente, falta de personalidade científica, pois, embora sem a preocupação de marcar uma posição ao analisar um facto ou desenvolver um tema, e procurando até apagar-se diante da autoridade das fontes ou dos autores, Gama Barros nem por isso deixa de defender, com firmeza, os seus pontos de vista ao apresentar os argumentos em que baseia uma interpretação diferente (58). E mesmo quando não

(57) Realmente, o historiador francês, que considera que a História não consiste senão em verificar os factos, analisá-los, aproximá-los e marcar-lhes o lugar — o que implica, naturalmente, espírito de síntese — tem uma concepção filosófica da História, nomeadamente da história das instituições (Vide a sua introdução à i.ª parte da *Histoire des Institutions politiques de l'ancienne France*, Paris, 1875).

(58) Haja em vista, por exemplo, os passos em que contradita Herculano, Alberto Sampaio e tantos outros historiadores (v. g. Cardenas, Garsonnet, etc.), em que não deixa de acentuar lapsos e contradições.

tem razão, nos impressiona a densidade do seu raciocínio.

Muitos exemplos comprovam, na sua obra, esta afirmação. Mencionaremos apenas dois.

Tendo observado que a maior parte das cartas de foral dos séculos xu e xm, que se acham publicadas, não declaram os limites dos concelhos, e que, em «todas que os mencionam, são mais os exemplos de se designarem logares povoados, do que os do facto contrário», Gama Barros chega à conclusão de que não são as demarcações dos concelhos nessas cartas de foral «que nos podem fornecer argumento para uma conclusão geral a favor ou contra a existência de população na maior parte do país ; o mais que poderiam inculcar seria que o território da Beira-Baixa e da Estremadura modernas era de todos, àquem do Tejo, o menos populoso», pois aí «o número dos que referem nas confrontações terras povoadas é inferior ao daqueles que parecem indicar, como limites, somente ribeiras, rios ou montes, ou que não inculcam a existência de alguma povoação que fosse confinante» (59).

Mas esta conclusão não satisfez inteiramente o espírito meticuloso do autor da *História da Administração Pública,* pois — observa — à circunstância «de não serem indicados logares povoados na demarcação dos limites de alguns concelhos, não se segue indubitàvelmente que eles confinassem com desertos, porque, embora existisse próxima alguma granja ou algum campo cultivado, é muito provável que se preferisse a designação de balisas naturais, como ribeiras, rios ou montes» (60).

(59) *Hist. da Administração Pública* t. v, págs. 14 a 17, da reedição.
(60) *Jbid*$_n$ pág. 17.

De resto — continua Gama Barros — «em relação à Estremadura não é, certamente, só pelos dezassete forais conhecidos que lhe foram dados no século xn, que devemos ajuizar da densidade da sua população nesse tempo. E cumpre aqui observar que nas cartas de foral, passadas às terras que já existiam municipalmente por efeito de outros diplomas de igual natureza, raras vezes se faz menção do foral mais antigo ; e, se não existisse ainda este, seríamos induzidos a crer que se trata de um concelho que vai então fundar-se. Não se pode, portanto, confiar muito no teor desses documentos para formar juízo sobre a antiguidade das povoações a que eles pertencem. Releva ainda atender a que — observa finalmente o nosso Historiador—assim como houve forais de que só temos notícia pela referência que outros lhe fazem, assim também os terá havido que nos sejam de todo desconhecidos» (61).

Gama Barros considera, por isso, «inexacta perante a história» a conclusão de Herculano, que, das demarcações dos concelhos nos forais dos séculos XII e xm, deduz «que a maior parte do país no século xii era um deserto». E observa: «Cremos que o ilustre escritor considerou como facto geral o que, ainda a respeito dos concelhos situados no sul do reino, é apenas excepção» (62).

Porém, ao ocupar-se deste assunto, o Dr. Rui de Azevedo critica «o simples raciocínio aritmético» com que o nosso Historiador supôs invalidar a dedução de Herculano; e, observando «que o problema não se pode pôr abstractamente com esta simplicidade de números», diz: «Cumpre destrinçar as unidades das fracções e tomar em conside-

(61) *Ibid.,* págs. 17 e 18.

(62) *Ibid.,* pág. 17, nota 1.

ração o espaço e o tempo—o que, tendo escapado ao espírito arguto de Gama Barros, tornou completamente descabidos e de valor nulo os seus dados estatísticos» (63).

Realmente, Gama Barros não estabeleceu distinção entre os primitivos concelhos e os que resultaram do seu desmembramento, nem reparou que, se em muitas cartas de foral não se acham exarados os limites concelhios, isso se deve à circunstância de já terem sido indicados nas doações régias das respectivas terras. «E, no entanto, — observa o Dr. Ruy de Azevedo — são precisamente algumas dessas doações régias que melhor abonam a opinião de Herculano, tais como as de Aviz, Palmeia, Alcácer, Castelo Branco e outras» (64).

Não obstante, devemos considerar a crítica de Gama Barros não só sob o aspecto positivo, isto é, relativamente às conclusões a que chega, mas também sob o ponto de vista negativo. E a verdade é que se essas conclusões enfermam, realmente, da circunstância de não ter hierarquizado os forais nem ter utilizado outras fontes e dados, como a toponímia, que parece corroborar a tese do despovoamento, o aspecto negativo da crítica revela, sem dúvida, a sagacidade do seu espírito analítico. Realmente os forais dos séculos XII e XIII não bastam para provar o despovoamento total do país, tanto mais que Herculano, embora se refira especialmente aos concelhos do sul, menciona também os territórios fronteiriços das províncias aquilonares e centrais de Portugal, onde havia já

(63) *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Introdução. Gap. 1 : *Periodo de formação territorial. Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores*, vol. i, pág. 9.

(64) *Ibid.*, pág. 10. Devemos, no entanto, notar que o facto de estas doações abrangerem a quase totalidade do referido território não bastará para provar indubitàvelmente o seu completo despovoamento, embora constitua um forte argumento a seu favor.

cerca de dois séculos que o domínio dos cristãos se firmara.

O outro exemplo é relativo à «fossadeira».

Gama Barros, que já no segundo tomo da sua obra começara a utilizar sistemáticamente fontes manuscritas, dispunha, ao preparar o tomo terceiro, de urna documentação muito mais vasta e mais subtilmente trabalhada. Não tinham passado em vão dezanove anos, apesar de a idade do Historiador ser já relativamente avançada.

Para Herculano, a imposição do fossado, que onerava «os casaes, as herdades, as quintas, as aldeias dos cavaleiros vilãos» que, «em rigor, representavam os presores e privados», achava-se convertida ao norte do Douro, «numa contribuição fixa em géneros ou em dinheiro a que se dava o nome de *fossadeira*» (65). Porém, Gama Barros, julgando, «que não era pelo facto de ser a fossadeira o único encargo que pesava sobre o prédio, que se caracterizava neste o pleno domínio do vilão», entende, pelo contrário, «que a fossadeira recaía indistintamente sobre os cavaleiros e sobre os peões». E, para demonstrar o seu ponto de vista, começa por estabelecer distinção entre os dois encargos que, na reconquista, correspondiam ao dever do serviço militar: o serviço pessoal (fossado) e o tributo predial (fossadeira) (66). Compreendia este, que «recaía sobre as duas classes de vilãos, cavaleiros e peões», «aqueles indivíduos que na ocasião em que se fazia o fossado não iam nele, ou com quebra do dever que lhes competia, ou porque o

(65) *História de Portugal*, t. vi, págs. 219-221, da 7.ª edição definitiva.

(66) *História da Administração Pública*, t. vu, pág. 244, da 2.ª edição.

encargo, que lhes pertencia então, não era o serviço pessoal». E assim — conclue Gama Barros — conquanto a fossadeira representasse uma contribuição de guerra, «a sua existência não estava ligada sempre à obrigação de fossado» (67).

A demonstração fica feita depois de uma argumentação verdadeiramente exaustiva. Não houve pormenor que Gama Barros omitisse, nem documento que não fosse visto à plena luz da crítica histórica. Começando por analisar vários diplomas castelhanos desde o princípio do séc. ix (68), observa, em seguida, a carta de couto de terras do mosteiro de Guimarães, de 1049, o inventário do mesmo cenóbio, de 1059, e as inquirições de 1220, para concluir que os *fossatarios* ou *fossadarios,* que neles aparecem designados, eram «os indivíduos sobre os quais deve recair o pagamento da fossadeira (69). Segue-se a análise de uma série considerável de documentos portugueses a partir de D. Afonso Henriques, em que são examinados todos os casos de pagamento da fossadeira como punição pela falta ao fossado, quando havia obrigação de concorrer a ele. E depois, para provar «a incidência da fossadeira como contribuição de guerra» (70), analisa mais documentos a partir do séc x, especialmente o foral de Nágera de 1076, e muitos outros forais portugueses, passando então a demonstrar que, «quer se tomasse no sentido lato, quer no restricto, o fossado representava um serviço para o qual concorriam também os peões»; e não

(67) *Ibid.)* tomo vu, pág 25o, da 2.ª edição.

(68) *Ibidibid.,* pág. 2¿4 e segs.

(69) *Ibidem, ibid,* pág. 247.

(70) O primeiro, de 804, é, no entanto, apócrifo ou interpolado. Vide as observações xxxiv (pág. 3g5 do tomo 1 da reedição da *História da Administração Pública)* e xxvi (pág. 525 do t. vn).

se esquece de assinalar casos excepcionais, que estabelecem expressamente a exclusão dos peões e as diferenças que apresentam os diversos tipos de foral. Finalmente, alude às *cavalgadas* e ás *erectas,* e à participação nelas dos peões (n), concluindo bastar «que o fossado, no sentido mais lato, abrangesse também o serviço de peões, para se não poder admitir que a fossadeira, posto que desacompanhada de qualquer outra obrigação fiscal, não se estendesse também a eles» (72).

Evitando as generalizações, que tantas vezes deram azo a Herculano de traçar quadros de tão grande beleza literária, e confinando-se cada vez mais à análise minuciosa dos textos para o apuramento do pormenor, do dado concreto, que se contentava de apresentar tal qual, Gama Barros não tem, geralmente, a partir do segundo volume da sua obra, que marca a maturidade do historiador, preocupações estilísticas, procurando apenas exprimir-se com correcção, para ser claro e compreensivo Realmente, esta preocupação, que se nota até no cuidado com que corrige as erratas, verifica-se também nos seus «apontamentos gramaticais», maço de verbetes em que ia anotando singularidades de construção sintática dos autores consagrados, e até questões ortográficas (7S).

Não obstante, uma vez ou outra, a frase, que, sem ser rebuscada, é, no entanto, trabalhada, torna-se menos límpida e o seu sentido chega a obscurecer-se um pouco. Mas isto é excepção. Em geral, Gama Barros consegue vencer as dificuldades da construção, apresentando—como diz Vilhena Barbosa—«as qualidades de forma essenciais

(71) *Ibid., ibid*, pág. 254 a 267.

(72) *Jbid., ibid.,* pág. 267.

(73) Veja-se o artigo, a seguir publicado, da autoria do Dr. Costa Marques : *Gama Barros* ***e*** *a língua portuguesa.*

a uma obra didáctica: correcção de linguagem e propriedade de termos» (74).

Tal é o historiador. Digamos algumas palavras mais sobre a sua obra.

IV — A OBRA

Já vimos como Gama Barros planeou a sua *Historia da Administração Pública em Portugal*. O desejo de aprofundar o estudo dos problemas obrigou-o, porém, a alargar o plano primitivo, restringindo-o à Idade-Média, que acabaria por absorver todas as suas atenções.

A obra começa pelo estudo do direito escrito e tradicional que ocupa todo o Livro i.

Não são os cinco títulos, em que se divide, de igual valor; nem os temas são tratados de uma maneira rigorosamente sistemática e proporcional. Com razão já foi observada a lacuna relativa à «influência exercida na legislação civil pelo direito canónico», que Gama Barros apenas esboça (75); e é também deficiente o capítulo relativo à influência do Direito romano (76). De resto, mesmo relativamente às leis visigóticas ou às leis gerais portuguesas, o nosso Historiador não procura sequer determinar-lhes o carácter, tratando só de averiguar como foram coordenadas, ou a sua vigência. Mas é cheio de interesse e até de originalidade o título que consagra ao Direito

(74) *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa,* vol. xix, pág. 290. Também o Dr. Leite de Vasconcellos se refere à sua «linguagem sempre castiça, e estilo sempre grave» *(Etnografia Portuguesa*, i,pág. 119).

(76) Parecer da secção de Hisióría e Arqueologia da Academia das Ciências (*Boletim da Classe de Letras*, vol. xix, págs. 292-293).

(76J De facto, ocupa, na 1/ edição, pouco mais de nove páginas em que G. Barros apenas esboça a sua influência na nossa legislação e na ordenação do processo, baseado em alguns exemplos que apresenta.

consuetudinário e forais, especialmente quando, depois de ter abordado o problema das origens, observa as cartas de foral e os foros e costumes dos diversos concelhos portugueses.

O carácter da obra modifica-se no Livro n, que trata da administração central, e inclue vastíssima matéria que daria, a bem dizer, para uma verdadeira história social.

Depois de estudar o carácter do poder do rei, a que se liga tão estreitamente o regime feudal — de que se ocupa largamente, com um espírito crítico e um poder de análise verdadeiramente magistrais (77), para averiguar se existiu ou não no ocidente da Península Hispânica—Gama Barros estuda os limites desse poder ou, melhor, a organização e a vida de todas as classes sociais nos mais variados aspectos. E, para o conseguir, reúne uma vasta e interessantíssima documentação (78), que lhe permitiu descer ao pormenor, ao acidente, e dar, por vezes, uma forte impressão de vida e côr (79).

Vale a pena transcrever aqui alguns trechos das páginas que dedica às revoltas dos condes:

«As revoltas dos condes, a ambição em alguns de cingirem a coroa, e as tendências de muitos a emanciparem-se de toda a sujeição ao rei, são factos incontestáveis. Mas importa continuar

(77) De «magistral análise do chamado *problema do feudalismo»* classificou esse estudo o Prof. Paulo Merêa *(Novos estudos de História do Direito*, pág. 55 n.° i5J.

(78) Não obstante, não recorrendo ainda às fontes manuscritas, a documentação utilizada está longe de ser completa. Basta pensar que, dedicando um capitulo ao clero e outro às ordens militares, não se serviu dos documentos, ainda inéditos, dos respectivos cartórios.

(79) Já o Dr. Leite de Vasconcellos, chamando a atenção para o interesse etnográfico da *História da Administração Pública*, disse que «no tomo 1, págs. 415~431 (Tomo II, págs. 388-417, da 2.ª edição), até se esboça um quadro sintético dos costumes dos fidalgos medievais, o qual constitue só por si preciosa monografia etnográfica» *(Etnografia Portuguesa*, vol. I, págs. 119).

ainda a observar como se consideram tais actos de insubordinação nas crónicas da Península, que foram escritas nos se'culos ix a XII ; até porque esse exame nos vai também esclarecer sobre a natureza do cargo de conde. Vê-se aí, quanto a nós, bem acentuado que só o rei era soberano; e ainda a *História Co?npostelana*, apesar de redigida em grande parte por dois franceses, não desdiz de igual conceito.

«A Galiza é talvez a província onde, por todo o período em que o feudalismo se foi desenvolvendo nos países a que se estendeu o seu regime, a coroa patenteia em mais larga escala e efectividade do seu direito imediato sobre o território. As doações régias feitas a igrejas multiplicam-se sucessivamente ; e, numa região relativamente pequena, existiam, dotadas pela munificência da realeza, não menos de cinco igrejas catedrais, sendo uma delas a muito célebre de Santiago. Vemos, além disso, na segunda metade do século xi, Galiza e Portugal constituírem os estados do rei Garcia, por morte de Fernando I de Castela e Leão, e ainda antes do fim do século estarem essas províncias incorporadas de novo na coroa, da qual a vontade de D. Fernando I as havia desmembrado, e formarem afinal dois distritos separados, cujo governo o rei D. Afonso VI confiava a seus genros que os regiam como delegados do sogro.

«Bastariam tais circunstâncias para tornar altamente duvidosa a existência do sistema feudal na Galiza. E todavia bem insubordinados contra a autoridade do monarca se mostram, não raro, nas escrituras e nas crónicas, os magnates daquela província. O seguinte exemplo, a que já fizemos referência, dos fins do século x, dá ideia de quanto era então importante nalguns casos a vontade do rei para domar a resistência dos nobres. Três servos de Vermudo II fugiram para o rebelde Gonçalo Menendes, *Gundisalvo Menendici*, de quem, pelo nome, parece ser filho um dos tutores de Afonso V, e mandando-os o soberano buscar, Gonçalo recusou entregá-los. Vindo, porém, o rei à Galiza, ordenou que Rudesindo, filho de Gonçalo, fosse metido em prisão, querendo obrigar por este meio o pai a restituir os servos fugitivos. Rudesindo, achando-se encarcerado, pediu que o deixassem ir à presença do pai, e traria os servos ; se o conseguisse ficaria solto, no caso contrário voltaria para o encerro. Obtida a anuência de

Vermudo, e comprometendo-se três fiadores a pagar-lhe duzentos soldos, se Rudesindo faltasse ao estipulado, o prisioneiro deu em caução aos fiadores a sua vila *Portumarini*, na margem do Minho, com tudo quanto a ela pertencia. Rudesindo partiu então para junto do pai, mas o resultado foi enviar um mensageiro aos fiadores para lhes dizer que fizessem da vila o que bem quisessem, porque nem os servos eram entregues, nem ele voltava para o cárcere. Tiveram, portanto, os fiadores de pagar duzentos soldos, que satisfizeram em vasos de prata, freios, cavalos e mantos (?) *(palliis);* mas depois obtiveram do monarca, por intercessão dos condes, magnates e cavaleiros, que lhes restituísse o que haviam dado em cumprimento da responsabilidade contraída, recebendo em troca a vila *Portumarini*. Vermudo, estando já de posse da vila por um ano, fez doação dela à igreja de Santiago, do que se lavrou instrumento em 993».

«Em ii 3o Affonso VII prendeu os condes castelhanos *Petrum de Lara* e seu genro *Beltranum* «pro eo quod contrariabant regnum suum», e logo o conde *Rudericus*, irmão de Pedro, as gentes e os amigos de ambos se declararam em rebelião. O monarca levou os dois prisioneiros consigo para Leão, e aí os conservou em ferros até que lhe deram todos os castelos e vilas; e depois deixou-os partir, depostos de cargo publico e despojados das térras que usufruiam, «dimisit eos vacuos et sine honor». O conde Pedro de Lara tentou ainda atear e guerra em Castela, e para isso recorreu também ao rei de Aragão; mas tendo chamado a combate singular o conde de Tolosa, *Adefonsus Jordani*, veio a morrer em poucos dias em resultado do duelo.

«Ao conde *Roderico Martini* e seu irmão *Osorio* mandou el-rei que viessem ao território de Leão e pusessem cerco ao castelo de Vale, onde *Petrum Didaci*, que estava rebelde, se conservava com grande número de cavaleiros e peões. Cumpriram o conde e seu irmão as ordens do rei ; mas não dispondo de forças suficientes para vencer os rebeldes, veio o próprio monarca, e romperam-se afinal os muros em roda do castelo. Então Pedro Dias, vendo-se em tanto aperto, começou a bradar ao rei, confessando-se réu e culpado para com ele, e suplicando-lhe por Deus que não o entregasse, nem a mulher e filhos, nas mãos do conde Pvodrigo, mas ele rei impusesse o castigo segundo a sua miseri-

córdia. Movido de compaixão, o monarca ordenou que Pedro Dias viesse à sua presença e também *Pelagium Froylae* que estava no castelo, e a ambos fez encerrar na sua tenda. Mas passados poucos dias mandou-os embora livres ; contudo Pedro Dias, vendo-se de todo sem rei e benfeitor, caiu em grande tristeza, e morreu pobre e miserável. A sorte dos cavaleiros, que ficaram em poder do conde Rodrigo, não foi mais feliz, porque uns jazeram em ferros até entregarem tudo quanto tinham, outros foram obrigados a servir o conde por muitos dias *sine censu* (sem soldada ?) ; e aqueles que diziam mal do seu verdugo fê-los jungir com bois aos arados, pastar erva, beber água em tanques, comer palha em mangedoura, e por fim, depois de espoliados, permitiu que se ausentassem. O exemplo do que sucedera aos do Vale fez com que os rebeldes, que estavam em *Cojancam* por *Semenum Ennici*, dessem ao rei a vila e o castelo».

«Como traço saliente do cargo de conde no século XII citaremos ainda um facto, legítimo então aos olhos de todos e que hoje seria considerado a uma luz bem diferente. Em 1138 Afonso VII confirmou ao bispo de Tui e aos seus monges que seguiam a regra de S. Bento os limites da igreja de S. Salvador de Barrantes, da qual o prelado era coerdeiro, e declarou imunes as terras dela. O bispo e outro herdeiro da igreja, propondo-se convertê-la em mosteiro beneditino, constituíram abade um £). *Gudinum*; mas os governadores da terra *(domini)* e os seus vigários faziam o mal que podiam ao abade, e por tal motivo cogitou este o modo de conseguir que o mosteiro se tornasse imune. Neste propósito, reuniu não só todos os coerdeiros, mas também os outros filhos daquela igreja, embora não tivessem propriedade nela. Agradou geralmente o projecto, e para o realizar convieram em pedir ao conde D. Gómez, que era o governador *(dominus)* da terra, e nesta qualidade havia confirmado a escritura de ii 38 a que aludimos já, o seu adjutorio, e em lhe dar dinheiro se lhes prestasse auxílio. Prometeu o conde a sua protecção a troco de cem morabitinos, e eles aceitaram a proposta assegurando dar-lhe essa quantia. Então todos eles e o conde combinaram em que fosse o abade à presença do imperador, para obter dele o que pretendia. Partiu o monge, e tudo exposto ao monarca o que levava em mente, foi ouvido com agrado, respon-

dendo-lhe o soberano que, se todos os proprietários coutassem para o mosteiro quanto aí possuiam, ele pela sua parte coutaria também quanto aí tinha. Regressou o abade com a resposta do imperador e acompanhado do oficial régio competente, *portario*, que, reunidos com o conde os proprietários do mosteiro, fez-lhes saber qual era a resolução do monarca. E depois juntaram-se todos com o conde e declararam unánimemente que renunciavam aos seus direitos sobre o mosteiro. Redigiu-se então a carta régia, que foi datada de 1151 » (80).

Lembremos também algumas passagens relativas ao viver do clero :

«Nas épocas mais tenebrosas da Idade-Média a protecção dos ministros de Deus devia ser a única, muitas vezes, que o fraco encontrava do seu lado contra as prepotências do mais forte, porque só os vínculos da religião ou o temor das penas canónicas alcançavam suprir em grande número de casos a falta de coacção material, sopeando a rudeza e as iniquidades dos poderosos. Mas não era estranha a classe eclesiástica ao influxo das paixões e dos costumes da sociedade em que vivia, e por isso também ela não respeitava sempre, nem ainda entre si, o decoro, o direito e a justiça».

«A sede de riquezas dominava com frequência todos os sentimentos. As renhidas contendas entre os bispos e mosteiros sobre a jurisdição episcopal que estes exerciam, terminavam não raro uma vez que os monges cedessem alguns proventos à mitra. Era a cobiça desenfreada quem dava a lei; perante a satisfação dela de nada valia um dos mais sagrados deveres do prelado, qual era o de manter intemerata a sua jurisdição sobre a cura das almas: e tudo isto se fazia com a intervenção do sumo pontífice

(80) *História da Administração Pública*, t. i, págs. 209, 210 a 212, 212 a 213 e 216 a 217.

Não nos parece aceitável a interpretação dada por G. Barros a *dominus*. Tratar-se-ia do principal proprietário da terra, e assim se justifica a indemnizaçãoque lhe foi oferecida.

e lavrando-se instrumento do contrato com as precauções necessárias, para o caso de faltarem os bispos às condições pactuadas».

«A relaxação dos costumes na Idade-Média era grande sem dúvida entre o clero, mas não constituía um facto exclusivo desta classe, antes era comum a todas ; e os homens que serviam a Igreja, por isso mesmo que eram homens, só muito excepcionalmente haviam de ter as virtudes necessárias para se conservarem alheios aos vícios próprios do seu tempo. No entanto, a natureza da missão confiada ao clero, a qualidade das funções de que estava revestido e o influxo do exemplo no viver das outras classes, tudo isso concorria indubitàvelmente para tornar mais saliente e perniciosa a corrupção de seus costumes ; todavia para a apreciarmos com justiça cumpre que a consideremos à luz das ideias que então predominavam» (81).

O título ii é dedicado à organização do governo central— seus magistrados e seus tribunais. E, finalmente, o título ui trata da sucessão da coroa e da regência do reino.

Nota-se neste primeiro tomo (82) a preocupação, que cada vez será mais notória no nosso Historiador, de esgotar o assunto que versa, acumulando e valorizando todos os dados ao seu alcance; e daí resulta uma difusão que, embora prejudique o ordenamento metódico das matérias dentro de cada capítulo, consegue dar maior interesse à exposição.

Gama Barros, que tencionava acabar a sua obra em mais um ou dois volumes, como disse a Sánchez Moguel em 1893 (83), vê-se compelido pelos próprios textos — que

(si) *História da Administração Pública*, t. 11, págs. 155, 156 e *i5j,* da edição.

(82) Correspondente aos três primeiros volumes da 2.* edição.

(83) Em carta de 4 de Junho. «Nele (o *livro)* — diz Gama Barros — vou trabalhando sempre, e espero levá-lo a cabo em mais um ou dois volumes».

conseguira reunir e ordenar com uma seriedade e uma proficiência que nunca serão bastante encarecidas — a abrir um novo livro, o terceiro, no plano que traçara: *Situação económica do país.*

Realmente, no plano primitivo, que ainda seguiu no primeiro tomo, a *Situação económica* constituía apenas o primeiro título do Livro m *(Administração Geral),* título este que devia constar de quatro divisões, sendo a primeira relativa à população, a segunda â exploração da terra, a terceira à indústria e comércio, e a quarta a subsistências. Mas esta última foi substituída por *Direito da família,* que, no primeiro plano, devia pertencer ao Livro vi *(Administração judicial)* (84).

Afinal, este título — *Situação económica* — foi transformado em Livro, o 3.º. Mas Gama Barros manteve as divisões, ocupando a primeira *(População)* todo o segundo volume, que na reedição constitue o 4.º e o 5.º; a segunda, que passou a chamar *Regimen da propriedade,* o terceiro, que na 2.ª edição é o 6.º, o 7.º e o 8.º; e a terceira, que designaria *Agricultura, indústria e comércio, o* quarto — o 9.º e o io.º na reedição.

Este desvio, justifica-o assim Gama Barros ao abrir o tomo u: «Ao estudo da administração central, de que tratámos no tomo antecedente, deveria seguir-se agora o da administração geral, se não fosse a conveniência de examinar primeiro qual era o estado económico do país,

(84) Porém, Gama Barros cortou-o, dizendo: «Eliminado daqui, passando para depois do regimen de propriedade, etc., antes da Administração Geral» — o que, no entanto, não fez. Mas no espólio do historiador existe um maço de notas com esse título, compreendendo várias rubricas, tais como: casamentos, regimen dos bens entre os cônjuges, concubinatos, disposições de protecção às mulheres, relações entre amos e criados, pátrio poder, administração orfanológica, perfilhação, condição da viúva, etc. — matéria esta que certamente se destinava a ser publicada depois.

na época a que se circunscreve o nosso trabalho, porque tanto mais se aproximará da verdade o juízo que formamos da vida transacta de qualquer povo, quanto melhor conhecermos os recursos de que ele podia dispor e o emprego que dava à sua actividade j[85]).

E assim o historiador da administração se fez historiador da economia.

Já foi observado — disse-o o Dr. Fidelino de Figueiredo— que o segundo volume «não acusa o cuidado da ordenação metódica do primeiro» ([86]). A verdade, porém, é que é aí maior o número de capítulos do que no primeiro tomo, versando cada um deles matéria mais restrita, e apresentando maior homogeneidade e uma mais lógica sequência de factos, sem as divagações tão frequentes no tomo i. Mas, apesar disso, nota-se entre eles uma desproporção considerável quanto ao seu desenvolvimento, desproporção essa que vai até à omissão de aspectos ou pormenores importantes. Assim, ao passo que nos dão um quadro muito completo da população ao norte do Mondego, nada nos diz, concretamente, sobre a população do sul do país, a não ser na crítica a Herculano, que tem, como já observámos, um carácter predominantemente negativo.

Estas difidencias explicam-se : Gama Barros, que começava a utilizar fontes manuscritas em muito maior escala ([87]), não pode, ainda assim, como já notámos, dis-

(85) Tomo iv, pág. ii, da 2.4 edição.

(86) *História da Literatura Realista*, pág. 245.

(87) Realmente para a preparação do tomo 11, Gama Barros examinou na Torre do Tombo, ao que parece, os livros da Chancelaria, desde D. Afonso III até D. João II, as *Gavetas* e alguns livros da *Leitura Nova,* mencionando também dois códices do cartório da Câmara de Lisboa: o *Livro dos Pregos* e o *Livro i.º de provimentos de saúde.*

por de muitas que eram imprescindíveis ao regular desenvolvimento do trabalho.

Mas, por muito sensíveis que sejam estas faltas, impressiona o meticuloso cuidado com que traçou o desenvolvimento da população e a sua vida económica e social ([88] [89]j, dando-nos sobre ela, apesar dos equívocos que não pôde evitar, o estudo mais completo e mais sólidamente construído que até hoje se escreveu em Portugal n.

Todas estas qualidades se desenvolvem e apuram no terceiro tomo, em que versa o regime da propriedade.

A multiplicidade de assuntos obriga então Gama Barros a recorrer a grande número de divisões e sub-divisões, acentuando-se a tendência, já manifestada no tomo n, para encurtar os capítulos, circunscrevendo-os a um único tema que subordina a uma breve rubrica. Assim, por exemplo, o título vm, que se refere às «restrições do direito de propriedade» e ocupa cerca de 24 páginas, está dividido em dois capítulos, sendo o primeiro relativo a «expropriações por utilidade pública, em geral», e o segundo à «lei das sesmarias» que, por sua vez, se divide em três secções, dizendo respeito a primeira às disposições da lei, a segunda à sua execução, e a terceira ao

(88) Assim, por exemplo, o estudo da condição social das classes inferiores e da sua situação económica: feiras, preços de géneros, crises de fome, epidemias, etc.

(89) No entanto, relativamente à população do sul do Mondego durante a Reconquista, conseguiu o Dr. Ruy de Azevedo, baseado em documentos que Gama Barros não pôde examinar, ampliar consideràvelmente as suas considerações. (Vide o capítulo que escreveu para a introdução à *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, que atrás mencionámos). Infelizmente, porém, esse trabalho, que teve de se ajustar ao carácter da publicação, não corresponde, apesar do seu incontestável mérito, às possibilidades do autor, que prepara a publicação de um estudo mais desenvolvido: *As vilas do sul de Portugal*.

depoimento dos grémios municipais sobre ela e a sua aplicação no século xv. E, paralelamente, como já notámos (*[0]), acentua-se o pendor para a análise, a preocupação de esgotar os assuntos versados utilizando uma massa imponente de documentos, que não pode deixar de impressionar mesmo a quem tenha examinado cuidadosamente os volumes anteriores.

O tomo iv é todo dedicado à *Agricultura, indústria e comércio,* que constitui a 3.ª divisão do Livro ni. Gama Barros segue exactamente o mesmo método que já seguira no tomo ui. Vê-se que o foi preparando simultáneamente, pois, apesar de mediar entre a publicação de um e outro cerca de oito anos, devia ser esse o tempo necessário à sua redacção definitiva, pois Gama Barros, já então octogenário, trabalharia certamente mais devagar ainda do que antes.

Com a Divisão m, Gama Barros encerra o parêntesis que abrira para o estudo da situação económica do país, voltando então à administração pública. E nos três últimos anos de vida (dos 89 aos 92) redobra os esforços para poder concluir mais um volume, conseguindo escre ver ainda, para a organização administrativa do país, que constitui o título 1 do Livro iv, três capítulos : I — *Divisão territorial* ; II — *Condes* ; III — *Meirinhos* (90 91), deixando apenas por ridigir os capítulos, que naturalmente se seguiriam, sobre os corregedores e os regedores de comarca, governadores da justiça e adiantados, para

(90) Vide, atrás, pág. 36.

(91) O Dr. Leite de Vasconcellos, que publicou, no *Boletim de Etnografia* (n.º *5,* 1937, págs. 70 a 90), extractos deste tomo feitos muitos anos antes, indica apenas dois capítulos, sendo o 2.º (*Agentes da Administração)* desdobrado em duas secções (1.ª— *Condes* ; 2.ª — *Meirinhos*). Era esta, realmente, a forma primeiramente adoptada por Gama Barros, mas na redacção definitiva figuram já os três capítulos.

os quais conseguiu, no entanto, reunir um número avultado de materiais e redigir algumas observações mais ou menos extensas.

A estes capítulos seguem-se cinco notas, a primeira das quais sobre *Territorios e Terras com igual sentido, de que fa\em menção os Port. Mon. Hist., «Diplomata et Chartae», até o fim do séc. xi,* muitíssimo longa ; a segunda sobre os *Forais de D. Fernando I de Castela ;* a terceira, *Observações sobre a data de documentos atribuidos ao séc. ix e alguns ao seguinte, publicados na colecção dos «Diplomata et Chartae»;* a quarta sobre as *Tenencias,* e a quinta sobre a *Divisão do Território* (92).

Segundo o antigo plano da obra, este título constituía apenas o primeiro capítulo do título 2.º do Livro in *(Lineamentos gerais da administração pública),* que tinha mais cinco capítulos: i.º — *Organização civil e judicial;* 2. º — *Fa\enda pública ;* 3.º — *Milicia;* 4º — *Retribuição dos cargos públicos*; 5.º — *Amovibilidade dos cargos públicos.* E havia ainda um 3.º título, relativo à organização dos serviços propriamente da administração civil, com sete capítulos: i.º — *Polícia e segurança pública-,* 2.º — *Saúde pública-,* 3. º — *Beneficência ;* 4.º — *Instrução pública* ; 5.º — *Obras públicas-,* 6.º— *Correio-,* 7.º — *Serviços diversos.*

Seguia-se o Livro ív, que versava a administração local, com cinco títulos : I — *Administração nas terras da*

(92) Existem dois manuscritos deste título, sendo um deles, o *borrão,* inteiramente escrito por Gama Barros com uma letra que, apesar de trémula* é ainda perfeitamente legível; e uma cópia que o Historiador mandou fazer e que, em parte, ainda reviu, destinada à tipografia. Apenas algumas notas são, mesmo na cópia, inteiramente do punho do Historiador.

Gama Barros procurou fazer a revisão com o maior cuidado, corrigindo mesmo a ortografia que não queria modernizada. Mas nem sempre pôde vencer todas as dificuldades, deixando passagens incompletas. Alem disso, não chegou a terminar o capítulo i nem a Nota v, relativos à divisão do Território.

coroa não organizadas municipalmente; II — *Administração nas terras dos privilegiados* ; III — *Administração nas beetriàs* ; IV — *Administração municipal* ; V — *Comunas de de judeus e comunas de mouros*. Mas o título in — verificou depois Gama Barros — «é desnecessário, e portanto eliminado. Das behetrías — explica—tratei a propósito do regime de propriedade». Também o título i aparece riscado a lápis, e a seu respeito não existe nenhum maço. Teria sido também inutilizado e as notas que o constituíam dispersas por outros títulos ? Não encontrei qualquer explicação, como vimos a respeito do título ni. E o Dr. Leite de Vasconcellos não se refere a isso, limitando-se a apresentar as *Comunas de judeus e comunas de mouros* como sendo o título v.

O Livro v devia versar a administração fiscal, sendo constituído por três títulos: I — *Património fiscal*; II—*Cobrança de rendimentos públicos* ; III — *Considerações gerais sobre o estado da Fa\enda Pública em toda esta época*.

O Livro vi ocupar-se-ia da administração judicial, devendo, segundo o primitivo plano, ser dividido em quatro títulos : I — *Considerações gerais* ; II — *Direito da Família* ; III — *Direito criminal* ; IV — *Processo*. Mas Gama Barros inutilizou o primeiro, a cuja epígrafe se seguia, entre parêntesis, a seguinte explicação: «versa o processo» ; e, como vimos, disse que eliminava também o *Direito da Família*. Mas, como o maço não foi desfeito, é natural que prevalecesse a ideia de incluir aqui este título. E assim o Livro vi devia ficar constituído por três títulos: I — *Direito criminal*; II — *Direito de família* ; III — *Processo*.

Finalmente, o Livro vu havia de versar a administração militar, sendo constituído por dez capítulos, sem qualquer divisão em títulos.

Como é natural, à medida que afcrrgava os seus conhecimentos, e ia continuando a redacção da sua *Historia,* Gama Barros ia também revendo o plano que traçara, reajustando e enriquecendo com novos elementos especialmente os *livros* seguintes, cuja organização, por isso, mais ocupava o seu espírito. Daí certas indecisões e disparidades, que só uma redacção definitiva poderia fazer desaparecer. E daí também a impossibilidade de reconstituir agora o plano definitivo da *História da Administração Pública em Portugal.*

Vale, no entanto, a pena, para se poder fazer uma ideia da sua grandiosidade, indicar aqui os títulos das matérias versadas e a versar:

LIVRO I

Direito escrito e direito tradicional

TÍTULO i

Código visigótico

TÍTULO II

Direito consuetudinário e forais

TÍTULO III

Direito canónico

TÍTULO IV

Direito romano

TÍTULO **V**

Leis gerais

LIVRO II
Administração central

TÍTULO i

Poder do rei

Capítulo I : Considerações gerais
Capítulo II : Limites do poder do rei
Secção I : O clero
Secção II : As ordens militares
Secção III : A nobreza
Secção IV : O povo
Secção V : As cortes

TÍTULO II

Organização do governo central

Capítulo I : Casa real
Capítulo II : Os funcionários
Capítulo III : O conselho do rei e os tribunais

TÍTULO III

Sucessão da coroa e regência do reino

Capítulo I : Sucessão da coroa
Capítulo II: Regência do reino

LIVRO III
Situação económica do país

DIVISÃO I

População

Capítulo I: Considerações gerais
Capítulo II: Classes inferiores; livres e servos sob o domínio dos visigodos
Capítulo III: A servidão no período da reconquista cristã
Capítulo IV : Fontes principais da história da população em Portugal nos séculos xn*e xm : as cartas de aforamento, os forais e as inquisições

Capítulo V : A população ao sul do Douro nos séculos xn e xiíi
Capítulo VI : A população ao norte do Douro e na Beira no século xiíi
Capítulo VII : Desenvolvimento da prosperidade pública manifestado pelo aumento da circulação monetária
Capítulo VIII: Colonias estrangeiras
Capítulo IX: Escassez da populaçãoportuguesa até osprincipios do século xiv
Capítulo X: Feiras
Capítulo XI: Regulamentação dos preços e dasindústrias alimentares
Capítulo XIII : Epidemias
Capítulo XIV : Exame da sociedade portuguesa nos séculos xiv e xv em relação aos factos que podem denotar desenvolvimento da população
Capítulo XV : Progresso das classes inferiores na ordem do povo
Capítulo XVI : Coutos de homiziados
Capítulo XVII : Guerras externas e lutas intestinas desde D. Afonso III até D. Fernando
Capítulo XVIII : Guerras externas e lutas intestinas desde D. João I até D. João II
Capítulo XIX: Descobrimento e colonização dos arquipélagos da Madeira e Açores e progresso das navegações dos portugueses até o fim do reinado de D. João III

DIVISÃO II

Regimen da propriedade

TÍTULO I

Considerações gerais

TÍTULO II

Aquisição do direito de propriedade

Capítulo I: Ocupação
Secção I: Caça e pesca
Secção II : Achado de tesouros ou de coisas perdidas ou abandonadas: descobrimento de viveiros de metais

Capítulo II: Prescrição
Secção I: Prescrição em geral
Secção II: Prescrição relativa aos bens da Igreja
Capítulo III: Contratos
Secção I: Disposições comuns
Sub-secção I: Forma e requisitos dos contratos
Sub-secção II: Penas convencionais.
Secção II: Compra e venda
Sub-secção I: Roborar nas vendas
Sub-secção II: Sinal (arras)
Sab-secção III: Evição
Sub-secção IV : Vícios redibitórios
Sub-secção V: Direito de avoenga
Secção III: Escambo
Secção IV : Doações
Sub-secção I: Robora nas doações
Sub-secção II: Insinuação
Secção V: Incomuniação
Capítulo IV : Aquisição por herança
Secção I: Sucessão legítima em geral
Secção II: Sucessão dos filhos naturais
Secção III: Sucessão testamentária
Sub-secção I: Forma dos testamentos e capacidade para testar
Sub-secção II: Quota disponível
Sub-secção III : Publicação e execução dos testamentos

TÍTULO III

Capítulo único :
Secção I: Arrendamento de prédios urbanos
Secção II : Hipotecas, fianças e depósitos
Secção III: Prisão por dívidas
Secção IV : Protecção ao direito de propriedade

TÍTULO IV

Estado das classes populares em relação à posse da terra na monarquia dos visigodos e até a fundação da monarquia portuguesa

Capítulo I: Imperio visigótico
Secção I: Direito de origem romana
Seeção II: Último estado do direito visigótico
Capítulo II: Período da reconquista cristã até à fundação da monarquia

TÍTULO V

O sistema tributário durante a dominação visigótica e no período da reconquista até a fundação da monarquia

Capítulo I: Dominação visigótica
I — Direito do Breviário
II — Direito do Código comum
Capítulo II : Período da reconquista até a fundação da monarquia

TÍTULO VI

Estado das classes populares em relação à posse da terra depois da fundação da monarquia

Capítulo I: Inquirições gerais de 1220
Secção I: Reguengos
Secção II: Prédios foreiros
Secção III : Propriedade eclesiástica ou nobre obrigada a encargos fiscais
Capítulo II: Propriedade alodial pertencente a vilão, mas obrigada a encargos fiscais
Capítulo III: Constituição da propriedade nas terras com organização municipal
Secção I: Forais dados pelo rei
Secção II: Forais dados por corporações eclesiásticas ou por particulares
Capítulo IV : Como se regulava a vizinhança entre os concelhos e os moradores dos reguengos encravados em território municipal

Capítulo V : Aforamentos
Secção I: Aforamentos de bens da coroa
Secção II: Aforamentos de bens eclesiásticos ou particulares
Secção III: Os aforamentos segundo as Ordenações Afonsinas
Capítulo VI: Cultura da terra por contrato de parçaria ou de arrendamento

TÍTULO VII

Propriedade vinculada

Capítulo I: Considerações gerais: capelas e morgados
Capítulo II: Morgados
Secção 1: Origem
Secção II: Elementos que concorriam para o desenvolvimento dos morgados
Secção III: Os vínculos vistos à luz dos exemplos da sua instituição
Secção IV: De que factos, em relação a vínculos, se queixava a classe popular

TÍTULO VIII

Restrições do direito de propriedade

Capítulo I: Expropriações por utilidade pública em geral
Capítulo II: Lei das sesmarias
Secção I: Disposições da lei
Secção II: Execução da lei
Secção III : O que diziam das sesmarias os grémios municipais. Estado deste serviço no fim do século xv

TÍTULO IX

Tabeliado

Capítulo I: Origem dos tabeliães
Capítulo II: Tabeliães e notários
Capítulo III: Regimentos dos tabeliães
Capítulo IV: Criação e provimento dos ofícios

Capítulo V: Tabeliães judiciais chamados tambémtabeliães das audiencias
Capítulo VI: Tabeliães das notas chamados também tabeliães do paço
Capítulo VII: Tabeliães gerais
Capítulo VIII: Os tabeliães na qualidade depromotores da justiça
Capítulo IX: Escrivães jurados
Capítulo X: Pensão dos tabeliães
Capítulo XI: O que os concelhos diziam em cortes acerca do serviço dos tabeliães

DIVISÃO J II

Agricultura, indústria e comércio

TÍTULO I

Agricultura

Capítulo I : A agricultura no tempo dos visigodos e durante a dominação dos muçulmanos
Secção I : Epoca visigótica
Secção II: Epoca muçulmana
Capítulo II : A agricultura em Portugal
Secção I : Considerações gerais
Secção II : Produtos agrícolas
Sub-secção I : Cereais
Sub-secção II : Vinho e azeite
Sub-secção III : Linho, plantas hortenses e árvores de fruto, cera e mel
Sub-secção IV : Cortiça
Sub-secção V : Açúcar
Secção III : Defesa dos terrenos mais sujeitos a inundações
Secção IV : Disposições legais tendentes a proteger e honrar a classe dos agricultores
Secção V: Coutadas e creação de gados
Secção VI : Creação de cavalos
Seeção VII : Pastos comuns
Secção VJII: Exportação de gados

TÍTULO II

Industria

Capítulo único : Indústria e ofícios mecânicos
Secção I : Indústria
Sub-secção I : Panos
Sub-secção II : Loiças, fornos de pão, fornos de cal e de vidro
Sub-secção III : Moinhos. Fabrico de papel
Sub-secção IV : Sabão
Sub-secção V : Sericicultura. Tinturaria
Sub-secção VI : Oiro e prata
Sub-secção VII: Coiros
Sub-secção VIII: Pesca
Sub-secção IX : Sal
Secção II : Oficiais mecânicos

TÍTULO III

Comércio

Capítulo I : Considerações gerais
Capítulo II: Dizima e sisa
Secção I : Dizima
Secção II : Sisa
Sub-secção I : Introdução da sisa como imposto geral e permanente
Sub-secção II : Juizes das sisas, escrivães e requeredores
Sub-secção III : Agravos contra os exactores e contra a forma da cobrança
Sub-secção IY : Varejo, descaminho, contrabando
Sub-secção V : Instâncias dos povos para se abolirem as sisas
Capítulo III : Pesos e medidas
Secção I : Considerações gerais
Secção II : Pesos
Secção III : Medidas lineares
Secção IV : Medidas de capacidade

Secção V : Medidas agrárias e medidas itenerárias
Secção VI: Reformas intentadas e o seu resultado
Capítulo IV : Comércio interno
Capítulo V : Comércio com as possessões d'alem mar
Capítulo VI: Comercio externo
Secção I : Considerações gerais relativas ao comércio externo e à condição dos estrangeiros em Portugal
Secção II : Noções com as quais o comércio era mais frequente
Sub-secção I: Itália
Sub-secção II: Flandres
Sub-secção III: Inglaterra
Sub-seccão IV: França
Sub-secção V: Alemanha
Sub-secção VI: Castela
Sub-secção VII : Terra de Moiros
Secção III : Comércio marítimo dos judeus
Secção IV: Exportação e importação
Capítulo VII : Represálias e piratarias
Capítulo VIII : Cônsules

LIVRO IV

Administração geral

TÍTULO I

Organização administrativa

Capítulo I : Divisão do território
Capítulo II : Condes
Capítulo III : Meirinhos
Capítulo IV : Corregedores
Capítulo V : Regedores de Comarca. Regedores e governadores da justiça. Adiantados

TÍTULO II

Lineamentos gerais da administração pública

Capítulo I : Considerações gerais
Capítulo II : Organização civil e judicial

Capítulo III: Fazenda pública
Capítulo IV : Milícia
Capítulo V : Retribuição dos cargos
Capítulo VI : Amovibilidade dos cargos

TÍTULO III

Organização dos serviços propriamente
de administração civil

Capítulo I : Polícia e segurança pública
Capítulo II : Saude púbica
Capítulo III : Beneficência
Capitulo IV : Instrução pública
Secção 1 : Observações gerais
Secção II : A Universidade
Capítulo V : Obras públicas
Capítulo VI : Correio
Capítulo VII : Serviços diversos

Apêndice : Ultramar

LIVRO V

Administração local

TÍTULO i

Administração das terras dos privilegiados

TÍTULO II

Administração municipal

Capítulo I : Considerações gerais
Capítulo II : Relações dos concelhos com os privilegiados
Capítulo III: Concelhos filiais e dependentes
Capítulo IV : Homens-bons, vizinhos, moradores, aportelados
Capítulo V : Mesteres, sua intervenção
Capítulo VI : Juizes municipais
Capítulo VII: Alcaides. Junteros
Capítulo VIII : Alvazis

Capítulo IX: Meirinhos
Capítulo X: Alcaides maiores e menores
Capítulo XI: Vereadores
Capítuto XII: Procurador do concelho. Tesoureiro do concelho
Capítulo XIII : Jurados
Capítulo XIV : Almotacés
Capítulo XV : Escrivão do concelho. Chanceler do concelho
Capítulo XVI : Porteiro. Andador
Capítulo XVII: Pregoeiros. Sesmeiros. Vozeiros
Capítulo XVIII: Eleições
Capítulo XIX: Local onde se reunia o concelho. Cámara. Dia das sessões
Capítulo XX: Selo do concelho Bandeira do concelho
Capítulo XXI: Posturas
Capítulo XXII: Polícia
Capítulo XXIII: Receita. Despeza. Procurador ás cortes ou ao rei sem cortes
Capítulo XXIV: Obras públicas
Capítulo XXV : Aposentadoria
Capítulo XXVI: Isenções e exclusões dos encargos municipais

TÍTULO III

Comunas de judeus e comunas de mouros

DIVISÃO I

Considerações gerais

DIVISÃO II

Comunas de Judeus

Capítulo I: Organização das comunas
Capítnlo II : Relações dos judeus entre si, com os cristãos e com os mouros
Capítulo III : Relações com o poder central. Encargos tributários

DIVISÃO III

Comunas de Mouros

Capítulo I : Organização das comunas
Capítulo II : Relações dos mouros entre si e com os cristãos
Capítulo III : Relações com o poder central : Encargos tributé rios.

LIVRO VI

Administração fiscal

TÍTULO i

Património fiscal

Capítulo I: Bens da coroa
Secção I — Considerações gerais
Secção II — Doações temporárias ou enquanto for mercê do rei
Secção III — Doações vitalícias
Secção IV — Doações perpétuas
Secção V — Bens confiscados
Secção VI — Lei mental
Capítulo II : Tributos directos e indirectos : Considerações gerais
Capítulo III: Tributos directos
Secção I : Donativo
Secção II : Dizima ou vintena das sentenças condenatorias
Secção III : Serviços pessoais
Sub-secção : Anúduvas
Secção IV : Serviços e pedidos
Secção V: Peitas, fintas e talhas
Secção VI : Empréstimos
Secção VII: Décima ecclesiástica
Secção VIII: Terrático
Secção IX : Montático
Secção X: Tributos não gerais no reino (martinegas)
Secção XI : Condado, eiradiga, almeitiga, meitega

Secção XII : Dez reis de Ceuta
Secção XIII: Luctuosa, nuncio, mortuorios
Secção XIV : Pensão dos tabeliães
Secção XV : Navaco (tributo sobre pescaria)
Secção XVI : Jugada, oitavos, quartos
Secção XVII : Imposto do sal
Capítulo IV: Tributos indirectos
Secção I: Direitos de consumo
Secção II : Direitos de trânsito
Secção III : Direitos de barreiras
Secção IV : Çalaio
Secção V : Alfolim
Secção VI: Tributos não gerais no reino
Capítulo V : Tributos diversos
Secção I : Direitos da chancelaria da corte
Secção II : Direitos das chancelarias das correições
Capítulo VI : Monopólios
Secção I : Monopólios extensivos a todo o reino
Secção II : Monopólios restrictos a certas terras
Secção III : Monopólios temporários : direito de relego
Capítulo VII: Rendimentos diversos
Secção I : Mordomado
Secção II: Terça dos concelhos
Secção III : Resgate de mouros captivos
Secção IV: Tavolagens
Secção V : Meretrizes
Secção VI: Quinto dos despojos
Secção VII : Multas judiciais
Secção VIII: Tributo sobre a criminalidade
Capítulo VIII : Moeda

TÍTULO II

Cobrança dos rendimentos publicos

Capítulo I: Conversão em quantia certa de dinheiro, dos tributos que se pagavam em diferentes espécies.
Capítulo II : Arrematação
Capítulo III : Pagamento não coercivo
Capítulo IV : Execuções ou cobrança contenciosa

TITULO III

Considerações gerais sobre o estado da Fazenda Pública em toda esta época

LIVRO VII

Administração judicial

TÍTULO i

Direito da Família

Capítulo I : Considerações gerais
Capítulo II: Casamento
- Secção I : Casamento à face da Igreja
- Secção II : Casamento por fama
- Secção III : Casamento civil
- Secção IV : Segundas núpcias
- Secção V : Autoridade do marido
- Secção VI : Regimen dos bens entre os cônjuges

Capítulo III: Pátrio poder
Capítulo IV : Condição da viuva
Capítulo V : Respeito pelo lar doméstico. Barregueiros casados
Capítulo VI : Concubinato
Capítulo VII : Perfilhação e legitimação
Capítulo VIII: Tutores e curadores
- Secção I : Administração orfanológica
- Secção II : Maioridade. Emancipação

Capítulo IX : Partilha da herança
Capítulo X: Disposições de protecção às mulheres
Capítula XI : Relações entre amos e criados.

TÍTULO II

Direito criminal

Capítulo I: Considerações gerais
Capítulo II : Furto e roubo. Dano em propriedades
Capítulo III : Crime dos que negavam auxílio à justiça. Crime dos que tiravam presos da cadeia

Capítulo IY : Atentado contra a inviolabilidade do domicilio
Capítulo V : Crime de falsificação de documentos
Capítulo VI: Falsificação de moeda e de ouro ou prata.
Capítulo YII : Composição, calumnia, multas em geral.
Capítulo VIII : Direito de reivindita.
Capítulo IX : Usurpação de autoridade pública
Capítulo X: Morte. Ferimentos. Injúrias pessoais
Capítulo XI: Juramento ou testemunho falso
Capítulo XII: Crimes contra a religião
Capítulo XIII: Concussão
Capítulo XIV : Crimes diversos
Capítulo XV : Extradição
Capitulo XVI : Penas

TÍTULO III

Processo

Capítulo I : Considerações gerais (autoridade do caso julgado)
Capítulo II : Ministe'río público
Capítulo III : Ordem do processo
Capítulo IV : Citação
Capítulo V : Caução de comparecer em juizo
Capítulo VI : Revelia
Capítulo VII : Penhora. Execução
Capítulo VIII: Juizo da corte
Capítulo IX: Appelações e aggravos
Capitulo X: Procuração. Procuradores. Advogados
Capítulo XI: Processo na i.ª instância
Capítulo XII : Provas
Secção I : Considerações gerais
Secção II : Presunções
Secção III : Disposiçõesespeciais em feitos crimes
Secção IV: Testemunhas
Sub-secção : Inquirição e inquiridores
Secção V : Juramento
Secção VI: Costume. Fama da terra
Secção VII : Documentos
Secção VIII : Juizos de Deus

Sub-secção I : Combate judicial
Sub-secção II : Prova de agua a ferver
Sub-secção III : Prova de ferro em brasa
Secção IX: Tormentos
Capítulo XIII : Devassas
Capítulo XIV : Excepções
Capítulo VX: Suspeições
Capítulo XVI : Sentença
Capítulo XVII : Execução das penas
Capítulo XVIII: Custas e emolumentos
Capítulo XIX: Ferias
Capítulo XX : Fiador. Depositário. Fiel
Capítulo XXI: Julgamento por árbitros
Capítulo XXII : Juizes de conciliação
Capítulo XXIII : Querela
Capítulo XXIV: Captura

LIVRO VIII

Administração militar

Capítulo I : Considerações gerais
Capítulo II : Infantaria
Capítulo III: Cavalaria
Capítulo IV : Equipamento
Capítulo V : Bandeira
Capítulo VI : Fortificações
Capítulo VII: Máquinas de guerra. Uso da pólvora
Capítulo VIII : Serviço militar (hoste, alardos, fossado, appelido, anúduva, guarnição de castelos, guardas de povoações)
Capítulo IX : Recrutamento
Seccão I : Recrutamento para o serviço em terra
Secção II : Recrutamento para o serviço no mar
Capítulo X: Armada.

Alguns dos verbetes, que constituem a parte inédita da *História da Administração Pública*, são constituídos por notas que contêm apenas a alusão a um documento ou à

passagem de urna obra (93). Mas, noutros verbetes, as notas são muito extensas (94). Examinaram-nas, depois da morte de Gama Barros, o Dr. Paulo Merêa e o Dr. Leite de Vasconcellos, tendo este publicado, além dos extractos do tomo v(95), alguns dos apontamentos relativos a *Judeus e mouros* (96).

Trata-se, porém, de uma pequeníssima parte do riquíssimo espólio do Historiador, que bem merece ser revelado ao público, embora a sua publicação integral não seja possível, nem aconselhável (97). Mas, mesmo assim, o que

(93) Assim, por exemplo : «Em Villa Nova de Gaia o foral, 1255, proibia que o cavaleiro fosse recebido como vizinho, salvo consentindo o concelho (Leg. et Cons., i, pág. 663)»; ou: «Prédios de nobres ou congregações monásticas, existentes nos concelhos. Fala nisto Herc., Hist. de Port., iv, pág. 261, no fim, e 262».

(94) Assim, a que diz respeito à «admissão, como vizinhos, de pessoas estranhas e poderosas»: «exemplo — acentua — que me parece notável». Gama Barros transcreve integralmente um diploma da *Colecção Especial*, cx. 82; e, como há dois exemplares, anota as variantes mais importantes, não se referindo a outras, principalmente ortográficas, por serem «todas insignificantes».

(95) Este tomo é, na reedição em curso, o xi. O Dr José Leite só publicou trechos que, embora tenham «principalmente valor histórico, ou histórico-geográfico», tem também interesse etnográfico, segundo o plano que adoptou na *Etnografia Portuguesa*, «pelo que — acrescenta — cabem muito bem no presente *Boletim*, que eles sobremaneira enriquecem e honram» (*Boletim de Etnografia*$_y$ N.º 5, pág. 70).

(96) *Revista Lusitana*, vols. 34 (1936) e 35 (1937), págs. 168 a 265 e 161 a a 238. Estas notas foram extraídas de uma cópia mandada fazer pelo Dr. Fonseca Barros, como se depreende da carta que, a 10 de Outubro de iq32, escreveu ao Dr. Leite de Vasconcellos. Publicámo-la na 2.ª edição da *História da Administração Pública* (Tomo 1, Introdução, pág. **LXII,** nota **1).**

Infelizmente, porém, a ordem seguida na publicação das notas não corresponde certamente à que lhes dera Gama Barros, tendo sido mesmo alterada a ordem dos verbetes que foram copiados.

(97) Já dissemos o contrário. Porém, uma observação mais minuciosa dos manuscritos de Gama Barros fez-nos chegar a esta conclusão, considerando especialmente os dois últimos livros, um dos quais foi também examinado, a nosso pedido, pelo Prof. Braga da Cruz. Mas talvez se pudesse remediar a sua falta, incluindo a matéria dos três últimos livros no Livro iv *(Adminis-*

deixou publicado e o que pode ainda vir a sê-lo é bastante para se poder fazer uma idéia da grandiosidade da empreza a que se devotou Gama Barros, com um zelo, uma tenacidade e uma inteligência tão grandes que, sondando-a, como que nos sentimos erguer acima de nós mesmos, e sofremos a vertigem da altura.

Não foi logo grande a repercussão da obra de Gama Barros (98).

Realmente, fora do ambiente restrito das Academias, só — que saibamos — algumas publicações periódicas portuguesas (") e espanholas (100), e duas revistas francesas (101), apreciarem sucintamente alguns volumes da *História da Administração Pública*. Mas não tardou que os nossos eruditos se apercebessem do mérito excepcional da obra,

tração Geral), a que se seguiria a *Administração local*, com que se terminaria a obra.

Trata-se, porém, de uma tarefa tão delicada e tão ingrata — pois corre-se, a cada momento, o risco de atraiçoar o pensamento do Autor — que não sabemos dizer se deverá ser tentada, apesar das facilidades e até do estímulo que o livreiro-editor Sr. Augusto Sá da Gosta, que corajosamente se abalançou à reedição completa da *História da Administração Pública,* nos tem dado.

(98) Por isso, a tiragem, que começou por ser de 1600 exemplares (para o tomo 1), foi reduzida para 600 exemplares no tomo 11, e para 400 nos tomos ni e iv.

(") Assim a *Revista Lusitana*, que se refere ao t. 11, publicando mesmo, por antecipação, uma nota de G. Barros *Sobre a significação da palavra «mancipium»* (Vol. iv, págs. 247 a 265); e a *Revista de História*, em artigo de P(edro) d'A(zevedo). Devemos ainda mencionar a referência de Oliveira Martins, nas *Notas sobre historiografia em Portugal*, que publicou na 4.ª edição da sua *História de Portugal.*

(100) Só temos conhecimento da *Revista crítica de Historia y Literatura españolas. portuguesas e hispano-americanas*, que se referiu ao t. 11 da ü//s-*tória* de G. Barros (ano 1, pág. 94), e publicou depois um extracto desse volume *(ibid.,* ano 11, págs. 15 (a 153).

(loi) *Revue des Questions Historiques* (tomo 40.º, 1886), em recensão de H(enri) S(tein); e *Nouvelle Revue Historique du Droit Français et Etranger* (io.º ano, 1886), por R(odolphe) D(areste).

e sentissem que não era mais possível abordar com seriedade a vida da nossa sociedade medieval sem a ter presente (102).

De facto, a *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII* a *xv* constitue como que um grande e inexaurível *Corpus,* onde sempre se encontrarão as «boas luzes» a que se referia Cristóvão Aires, e que, em vida, o grande Mestre generosamente prodigalizava a todos quantos o iam interrogar no remanso do seu gabinete de trabalho.

TORQUATO DE SOUSA SOARES

(102) Cumpre destacar, além do Dr. José Leite de Vasconcellos (vide, nomeadamente, a sua *Etnografia Portuguesa*, vol. I, págs. 117 a 119), o Prof. Paulo Merêa, num sem-número de passos da sua obra, e o Prof. Sánchez-Albornoz, que muito contribuiu para a sua divulgação em Espanha.

Gama Barros na Torre do Tombo e a sua grande colaboradora

À semelhança do que fiz, há bastantes anos, a respeito de Herculano, vou fazê-lo agora a respeito do nosso maior historiador, abaixo dele.

O que para Herculano foi Aureliano Basto no Arquivo Nacional foram para Gama Barros os seus dois filhos, João e José, que aliás foram também o braço direito do autor da *História de Portugal*. As cartas, que adiante publicamos são disso prova eloquente. João Basto é ainda o signatário dos pareceres académicos, que abriram as portas da Academia ao eruditissimo Mestre e o fizeram entrar na sua efectividade.

Quando o autor deste ingressou na Torre do Tombo, após um concurso de provas públicas, Gama Barros já a não frequentava assiduamente. Durante perto de duas dezenas de anos acumulara o material e agora, apoiado à sua bengala de cana da índia, subia raramente aquelas vetustas escadas, hoje desaparecidas, para desvanecer qualquer dúvida. Só para isso.

Foi numa dessas rápidas visitas que tive a dita de o conhecer. Gama Barros tinha na verdade *um temperamento recolhido,* como escreve o dr. Sousa Soares na *Introdução* à segunda edição da *História da Administração Pública,* e o meu natural acanhamento perante figura de

tanta veneração, fez com que nunca as nossas relações fossem estreitas.

— Que valia o obscuro neófito perante o já consagrado historiador?

Em todo o caso Gama Barros protegeu-me num passo difícil da minha carreira burocrática. Tratava-se da promoção *por antiguidade* a primeiro conservador do Arquivo; ministro era João Franco, a quem a minha família, especialmente meu tio, conselheiro Simões Baião, pessoa de grande influência nos distritos de Santarém e Leiria, não acompanhou na conhecida cisão franquista e daí as intrigas em volta do meu alvejado nome. Qual era mais antigo? o signatário deste, primeiro classificado no concurso de provas públicas, ou o funcionário seu concorrente, que havia feito a carreira toda no Arquivo? João Franco não hesitou e prontamente decidiu a meu favor, ordenando ao Bibliotecário-mor: — Lavre o decreto em nome do Baião; para mais o meu amigo Gama Barros dá-me dele tão boas informações...

Nunca o poderei esquecer.

O parecer da Academia, a que atrás me referi, é também assinado por Delfim de Almeida e às suas relações de amizade com o Mestre se refere o sr. dr. Sousa Soares numa curiosissima nota. Curiosissima para quem, como o autor deste, ouviu por vezes Gama Barros lamentar que Delfim não completasse o seu monumental *Glossario,* cujas ï 12 páginas publicadas são afirmação bem prometedora do que seria o resto, que Gama Barros conhecera verbeteado em numerosas caixas de charutos.

E o caso de fr. Tomás... A obra de Gama Barros foi continuada e será agora concluída, e a de Delfim não passou das primeiras páginas !

Eis finalmente as três únicas cartas do grande histo-

riador existentes no espolio dos Bastos ; as duas primeiras para José Basto e a última para João :

i

Ex.1100 Snr. e presado amigo

Depois de saturado de aguas thermaes e de ter soffrido urna operação delicada, que teria sido muito dolorosa se me não valesse a anesthesia local, vou finalmente descansar de tanta medecina e procurar restabelecer-me em Azeitão, para onde parto na próxima terça-feira, e onde me demorarei emquanto o hinverno me não impurrar de là.

Se os Snrs. Caldeira e Fernandes tém copias para me entregarem, podem trazer-mas até às 3 horas da tarde d'esse dia. Tenciono já poder continuar a frequentar a Torre, para onde me attrahem o desejo de proseguir no meu trabalho e a benevolencia com que V. Ex.a me faz o favor de me aturar.

Peço muitos recados para seus irmãos e creia que sou com particular estima

De V. Ex.a
am.º mt.º grato e affectuoso e criado obrig.mo

Henrique da Gama Barros

Casa de V. Ex.a
16/9/87

«

Ex.mo Am.º e Sr.

Quando no outro dia lhe escrevi que os Snrs. Fernandes e Caldeira me podiam trazer copias até às 3 horas de terça-feira, não me ocorreu que partia para Azeitão no vapor da manhã d'esse dia. Assim, se elles me quizerem achar em casa, devem procurar-me hoje, a qualquer hora.

De V. Ex.a
am.º mt.º aff.so e criado obrig.mo

Henrique da Gama Barros

19/9/87

III

Caldas do Gerez, 26-7-99.
Meu presado Amigo
Parti para aqui, quasi de repente, por entenderem agora que a origem dos meus incommodos está no figado. Provavelmente no próximo anno dizem-me que no bofe *é* que está todo o meu mal. Não tendo tido occasião para ir dar um abraço de despedida a V. Ex.ª serve esta para me desculpar da minha falta. Este sitio *é* realmente bello, mas as moscas são aqui uma verdadeira praga. Peço muitos recados para seu irmão José, e creia-me

De Y. Ex.ª
Am.º mt.*º aff.so e obrig.do

Henrique da Gama Barros

Tiram estas cartas algumas dúvidas : os copistas de Gama Barros na Torre foram efectivamente Albano Alfredo de Almeida Caldeira, cuja educação humanista viera ainda do tempo dos frades, e seu parente Isidoro Anastácio Fernandes, paleógrafo consciencioso, e confirmam a sua ida ao Gerez em 1890, e a outras águas termais, talvez as das Caldas da Rainha, em 1887. Mas sobretudo autenticam, duma maneira irrefutável o carinho com que ele na Torre foi tratado.

«Tenciono já poder continuar a frequentar a Torre, para onde me atraem o desejo de proseguir no meu trabalho e a benevolência com que V. Ex.ª me faz o favor de aturar» são palavras que devemos fixar.

Bendita benevolência essa que assim concorreu para a elaboração da *História da Administração Pública em Portugal nos séculos xn a xv.*

É atentar por fim nas dedicatórias, exactamente iguais, dos dois primeiros volumes dessa *História,* oferecidos aos

dois irmãos Bastos. Ao passo que no primeiro, cerimoniosamente os trata por Ex.mo Sr., no segundo, já todo entranhado no Arquivo Nacional, afetuosamente se abre escrevendo, *ao seu amigo*.

E amigos gratos somos nós todos que tanto aprendemos nessa obra monumental, gloria dum homem e duma geração, e encontrou no sr. prof. Sousa Soares um director à altura de lhe dirigir a segunda edição, e em A. Sá da Costa um arrojado e inteligente editor.

A páginas xm da sua tão conscienciosa e erudita «Introdução» refere-se o sr. dr. Soares ao casamento do Mestre, e a páginas xxv ao auxílio de sua esposa *senhora superiormente inteligente e culta, que foi sua verdadeira companheira de trabalho,* e cita o testemunho do meu saudoso amigo, dr. Manuel Ramos, ao que poderei acrescentar o meu próprio, pois, quando do falecimento da virtuosa senhora, Gama Barros me confidenciou, não só a falta afectiva que ela lhe fazia, como também a falta da sua colaboração.

Não virá por isso, fora de propósito, para a biografia documental do egrégio historiador, tornar conhecido o seguinte documento primacial:

«Saibam quantos este Instrumento de contracto ante-nupcial, dotal, ou como em Direito melhor logar haja e obrigação virem, que, no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oito centos cincoenta e seis, aos vinte e cinco dias do mez de Julho, nesta Cidade de Lisboa, na rua direita da Fabrica das Sedas e palacio de residencias dos Illustrissimos Duques de Palmella, aonde eu Tabellião vim, ahi se achavam presentes de uma parte : a Excelentíssima Dona Sophia Augusta da Fonseca, maior de vinte e cinco annos, natural desta Cidade, moradora na rua da Caldeira, numero um, Freguesia de Santa Catharina, e actualmente depositada por mandado judicial neste palacio, filha da Ilustríssimo José Maria da Fonseca e da Excelentíssima Dona Maria

Augusta da Fonseca, moradores na dita casa da rua do Caldeira e bem assim o Illustrissimo Excelentíssimo Conselheiro Jozé Joaquim dos Reis e Vasconcellos, procurador, que mostrou ser, dos sobreditos illustrissimo Jozé Maria da Fonseca e Excelentíssima Dona Maria Augusta da Fonseca, em virtude do Alvará de Procuração que me appresentou e reconheço verdadeiro, o qual fica «em meu Cartorio para ser copiado nos traslados desta escriptura.

«E da outra parte estava o Illustrissimo Henrique da Gama Barros, Bacharel Formado em Direito, filho do Illustrissimo João Manuel de Barros, defunto, e da Excelentíssima Dona Maria da Piedade Gama Barros, morador na rua larga de São Roque, numero vinte e sete, Freguesia da Encarnação, pessoas todas conhecidas de mim, Tabellião, do que dou fé.

«E logo, na minha presença, e das testemunhas no fim assignadas foi dito pelos sobreditos, Excelentíssima Dona Sophia Augusta da Fonseca e Illustrissimo Henrique da Gama Barros que, por sua livre vontade, estavam ajustados a contrahirem o Sacramento do Matrimonio com as condições seguintes : Que não haverá communicação de bens dotados, doados ou herdados ; que havendo filho ou tilha, e estes sejam herdeiros do pai defunto, ainda assim, por morte de qualquer delles, que morrer intestado, não haverá a sua herança o pai sobrevivo, mas devolver-se-ha a Successão aos irmãos do defunto, ou aos parentes pela banda donde provieram os bens ao mesmo defunto, no caso de não haverem disposições testamentarias em conformidade das leis, que possam determinar o contrario.

«Que a outhorgante, Excelentíssima Dona Sophia Augusta da Fonseca, se dota a si propria em todos os bens que ora tem e vier a ter, da legitima de seus pais, para que todos esses bens, actuaes e futuros, tenham em todos os casos e para todos os effeitos juridicos e nunca percam a natureza de dotaes.

«E logo, pelo sobredito Conselheiro, Excelentíssimo Jozé Joaquim dos Reis e Vasconcellos foi dito que, na qualidade de procurador do pai e mãi da outhorgante, concedia e dava, em nome de seus constituintes, authorização, se era necessaria, e quanto em direito o fosse, para o contracto e constituição do dote na forma declarada.

«Em testemunho de verdade assim o outhorgaram e reciprocamente aceitaram e foram testemunhas presentes : o Illustrissimo

e Excelentíssimo Duque de Palmella e o Illustrissimo e Excelentíssimo Conde das Alcaçovas, que nesta nota assignaram com os outhorgantes, depois de a todos ser lido este Instrumento por mim, João Bnptista Ferreira, Tabellião, que o escrevi. — *Dona Sophia Augusta da Fonseca. Henrique da Gama Barros. Jo\é Joaquim dos Reis e Vasconcelos. Duque de Palmeia. Conde das Alcaçovas**.

(T. do T., Livro 289, do tabelião João Bautista Ferreira, fl. 73).

Testemunhas, não há dúvida, da melhor estirpe e respeito, noivos da maior dignidade, salientando-se, em Gama Barros, a nobreza e isenção — ele, pobre, à beira de sua noiva rica — prognóstico dum lídimo carácter, como, pela vida fora, largamente demonstrou.

Esta escritura, lavrada há perto de um século, tem um apenso. E assim como os notários não podem dela passar certidão sem o incluirem, também nós o não podemos fazer, tão interessante é para a biografia do Mestre.

Ei-lo-

José Maria da Fonseca, Cavaleiro da antiga e muito nobre Ordem da Torre Espada do Valor, Lealdade e Mérito, e sua mulher Dona Maria Augusta da Fonseca, pela presente, por um de nós feita e por ambos assignada, constituímos ao Senhor Conselheiro, Joze Joaquim dos Reis e Vasconcellos, nosso bastante procurador, para intervir, em nosso, nome, na Escriptura de contracto antenupcial da nossa filha Dona Sophia Augusta da Fonseca, com o Senhor Henrique da Gama Barros, contracto que especialmente he destinado para o fim de dotar-se ella com o que tem agora, e possa vir a ter por nosso fallecimento, de maneira que tudo seja, e não possa perder a natureza de dote para os effeitos legaes.

Poderá o dito nosso procurador (apezar de não havermos approvado o casamento, por nos faltar a convicção de que delle

resultará a fortuna da nossa filha) assignar por nós quaesquer Escripturas necessárias para validade do indicado contracto, e com as cláusulas de direito, sem nenhuma reserva, como se nós presentes estivessemos, para o que lhe conferimos ampla authorização, prometiendo por nossos bens e rendas haver por firme e valioso tudo o que for feito ou assignado pelo mesmo procurador. — Lisboa vinte e cinco de Julho de mil oitocentos e cincoenta e seis.

Dona Maria Augusta da Fonseca
Jo\e Maria da Fonseca

Lido tão curioso documento, que tanta luz projecta na vida conjugal do Mestre, importa atentar na frase da procuração, pouco vulgar em documentos desta ordem: *apesar de não havermos aprovado o casamento, por nos faltar a convicção de que dêle resultará a fortuna da nossa filha.*

Como os pais extremosos se enganaram !

Casal felicíssimo, não contribue certamente isso pouco para o bom êxito da *História da Administração Pública em Portugal.*

Aquela residência burguesa era bem a *domus quieta* romana!

Com quanta saudade eu a recordo, ao alto da rua Fernandes Tomás, junto a Santa Catarina, com a foz do Tejo por horizonte e, no exterior, socego quase completo.

Gama Barros ocupava o prédio todo. Abria-o largo portão sempre fechado, páteo interior calcetado, pequena escada de acesso a uma ampla sala toda revestida de estantes de mogno, envidraçadas, onde se albergava a livraria mais rica e adequada a trabalhos históricos.

Simplicidade e modéstia é certo, mas também abastança e conforto.

Mais de urna vez o Mestre me disse, com desvanecimento, que, em Portugal, só ele e a Torre do Tombo possuíam completa a *Bibliotèque de l'École des Chartes,* obra fundamental para os investigadores do passado. Mas, além deste recheio, se a memoria me não falha, possuia um exemplar da primeira edição dos *Lusíadas* e porventura outras preciosidades, fáceis de adquirir nesse tempo, a quem era tão culto e abastado.

A mesa de trabalho de Gama Barros ficava a um canto e, estou a vê-lo, a face pergaminhada, o nariz adunco e afilado, o andar incerto, pelos ombros um chaile manta, quando nos recebeu — aos representantes da Academia — que o fomos cumprimentar e oferecer um exemplar do volume do nosso *Boletim* a ele consagrado.

Manifestamente comovido, o seu agradecimento foi curto, embora recordasse justiceiramente os grandes serviços à História, dos Amarais, dos Ribeiros, dos Herculanos.

Mas indubitàvelmente não inferiores foram os prestados por essa grande figura que, em vida, se chamou Henrique da Gama Barros.

ANTÓNIO BAIÃO

Gama Barros e a Língua Portuguesa

O quadro da longa actividade mental de Gama Barros ficaria incompleto, se neste número, à sua memória consagrado, não houvesse uma breve referência à sua atitude de puro escritor didáctico e a uma daquelas facetas acidentais que ajudam a iluminar a sua figura.

Bacharel em direito, Gama Barros não teve uma preparação linguística apurada, assim como a não tivera de técnica especializada para a sua missão de historiador. Mas, sensível aos prémios de carácter intelectual e académico, conforme se lê na *Introdução* do Dr. Torquato de Sousa Soares à reedição da *História da Administração Pública em Portugal,* Gama Barros não podia também descurar aquelas qualidades próprias de uma obra didáctica e aquele sentido de correcção e de clareza, que só podiam provir da escolha e propriedade dos termos.

Isto mesmo lhe reconheceram não só Vilhena Barbosa e Leite de Vasconcelos, em textos transcritos na *Introdução* a que nos referimos (pág. un), como o próprio Autor desta *Introdução,* que nela põe em relevo quanto Gama Barros, embora sem preocupações estilísticas de alto coturno, procurava ser correcto, claro e expressivo.

Que outros indícios não houvesse deste seu cuidado, o maço de verbetes subordinado ao título de *Apontamentos grammaticaes* — que interessados folheámos e atenta-

mente lemos — bastaria para o documentar. E que este cuidado e interesse linguístico não foi acidental, mas permanente, bem o mostra a existência de vários verbetes, de tamanho, cor e grafia um tanto diferentes, a denunciarem lugares e épocas diversas de reflexão linguística. A repetição de notas extraídas da renovada leitura de alguns autores mostra igualmente a permanência da sua preocupação.

Meticuloso na anotação dos passos da sua vida profissional e minucioso na dissecação dos factos que historia, Gama Barros aplicou também as mesmas qualidades aos seus apontamentos linguísticos, não se esquecendo nunca de indicar a obra, volume e tomo, página e edição dos autores que ia lendo. As transcrições desses autores, em geral, não são mudas e secas, antes se acompanham de reflexões críticas ou de chamadas para os gramáticos que consultava. E, como lia com espírito atento, algumas vezes aproximava passos de alguns prosadores com outros já registados ou corrigia por um novo lançamento as suas reflexões anteriores.

Percorrendo os seus verbetes, sente-se que os apontamentos gramaticais de Gama Barros correspondem à sua necessidade de informação e de esclarecimento, nos pontos em que os gramáticos o não elucidavam suficientemente, e que não têm em vista a futura ordenação de uma obra didáctica. Atraem-no por vezes singularidades de expressão, mas prende-o sobretudo o problema da regência verbal e o da concordância. Neste último campo, acumula exemplos sobre exemplos, talvez não tanto para dessa abundância de casos extrair uma regra, como para se abonar com a própria variabilidade dos escritores.

E estes são geralmente de primeira plana. Herculano e Vieira, Lucena e Fr. Luís de Sousa, D. Francisco Manuel

de Melo e D. Francisco Alexandre Lobo figuram entre os mais citados. Mas, ao contrário do que se poderia esperar da sua necessidade de leituras históricas, Bernardes, Heitor Pinto e Amador Arrais, Filinto Elisio, Garrett e Latino Coelho não são menos lidos e transcritos — o que parece mostrar uma leitura feita menos com intenção de historiador do que de escritor. Fernão Lopes e os textos das *Ordenações Afominas* aparecem incidentalmente, mas a *Imagem da Vida Cristã,* a *Nova Floresta* e a *Oração da Coroa* são as obras que maior contributo terão dado, além da *História de Portugal* de Herculano, para os apontamentos gramaticais de Gama Barros.

Estes podem ser divididos em duas partes. Uma, que abrange sensivelmente metade dos verbetes, é constituida por exemplos de regência verbal e, menos vezes, de regência de substantivos e de adjectivos; outra, refere-se a particularidades morfológicas de número ou de conjugação, a locuções especiais, a questões ortográficas e de concordância, e ao uso do infinito pessoal e impessoal.

Velhos dicionários como o de Morais poderiam enriquecer-se com alguns dos exemplos colhidos por Gama Barros, que atenta particularmente na transitividade dos verbos, nos matizes de expressão derivados do uso de proposições diferentes, nas locuções preposicionais raras e significativas, nas formas verbais estranhas ou duplas.

Cada um dos exemplos que cita e cada uma das reflexões que faz poderia originar-nos um comentário; mas, como tal seria fastidioso e porventura inútil, importa registar apenas que muitas vezes Gama Barros nos parece ter o propósito de contrapor às afirmações dos gramáticos o registo daqueles passos dos bons autores que parecem contradizê-los. Por não conceber «regra» como

simples normalidade dos casos — que tal é o sentido que a palavra hoje pode ter para nós — ou por incorrer na superstição, ainda tão frequente, de que um autor, sendo imitável, o deve ser em todos os seus passos?

Talvez por uma e outra razão. Mas a verdade é que, se a maior parte das vezes podemos acompanhar Gama Barros no rigor da interpretação do texto, do sentido da frase ou da expressão que sublinha, nem sempre estaremos com ele na visão filológica das particularidades que comenta.

Assim é que, por parecer desconhecer as leis da assimilação, entende que formas como *dá-lo, amá-lo* devem ser ortografadas *dál-o, amál-o*, alegando que o / surgiu em vez de r por simples facilidade de pronúncia, em época em que a forma *lo* já não existia e estava substituída por o. Do mesmo modo, não referindo à forma *se o* valor de agente indeterminado e o de partícula correspondente à passiva latina, considera incorrectos exemplos que todos nós hoje aceitamos como normais.

Façamos, porém, a justiça de registar que raríssimas vezes o historiador da administração pública em Portugal, ocasionalmente filólogo, utiliza ou emprega o termo «errado». Gama Barros forma já da palavra «erro» um conceito relativista. Sente que os factos linguísticos estão condicionados por factores diversos. Regista alguns efeitos sobre a concordância adjectiva ou verbal da atitude psicológica dos escritores. Anota a variabilidade do mesmo autor em pontos de conteúdo idêntico, e pondera os casos em que não pode tratar-se de erro tipográfico e outros em que a pouca segurança da edição lhe não permite pronunciar-se. Distingue entre formas arcaicas e formas modernas de expressão. E, com o seu espírito de meticulosidade e de pormenor, com a sua capacidade de

relacionação dos factos observados e de ponderação nas inferências que daí sabia tirar, poderia ter prestado à filologia portuguesa notáveis serviços, se a sua actividade se tivesse inclinado para aí e a sua formação científica viesse a fazer-se em tal sentido.

Não obstante, o que neste campo nos deixou, em simples verbetes manuscritos, pode ainda interessar, como material de documentação, a quantos gramáticos e dicionaristas atentam nas particularidades e pontos controversos da nossa língua (*).

Coimbra, Agosto de 1947

F. Costa Marques.

(!) Transcrevemos a seguir, a título de ilustração, alguns dos verbetes de Gama Barros que melhor ajudam a documentar o seu processo de estudo gramatical.

TRANSCRIÇÃO DE ALGUNS VERBETES
DOS «APONTAMENTOS GRAMMATICAES» DE GAMA BARROS

BEIJAMÃOS

—— e feito airosas
Nos *bei jamaos* as solitas mesuras.
Obras completas de Filinto Elysio, 1817, tomo 1, pag. 153.
Ri-se de momos, de beijamãos. *Ibid*., pag. 442.

CAMINHAR

Só Christo caminhou voluntario *á* morte sabida, todos os outros sem vontade á morte ignorada. Vieira, Sermão do Mandato (Tomo ii, Sermão xm, pag. 3go)

> Note-se que o verbo da segunda oração conserva-se occulto, sem embargo de não estar no singular como o da primeira oração.

desde este ponto começava Christo a caminhar *para* a morte. *Ibid.)* pag. 391, col. 2.ª

*

CASO *QUE*

E como os religiosos dalta estofa, *caso que* sejam spirituaes, todavia sam humanos (Heitor Pinto, Imagem da Vida Christam, ed. de 1843, 1, pag. 129).

*

CONFORMIDADE

Em conformidade *com* as proprias leis. Hercul., Hist. de Port., tomo 4.º, pag. 34.
Em conformidade *do* foro velho de Coimbra. *Ibid.* pag. 82.
responda o reu conforme *a* direito. *Ibid.* pag. 83.
conforme *a* decisão dos vizinhos. *Ibid.* pag. 86.
para executar n'elle a pena de açoutes *na* conformidade de que se julgar. *Ibid.* pag. 107.

sejam julgados *em* conformidade *com* o foral de Celorico. *Ibid.* pag. 116.

mais conforme *com o* espirito dos foraes. Herc. tomo 4.º pag. 3oi nota da pag. antecedente.

em conformidade *com* os privilégios da sua classe. *Ibid.* pag. 323.

Em conformidade, e confirmaçam *delle (pensamento)* pretendo mostrar. Vieira, Sermão do Mandato (Tomo 11, serm. xm, pag. 373).

Conforme *ao*, conforme *á,* conforme *ao*. Heitor Pinto, Imagem da Vida Christam, ed. de 1843, 1, pag. 33, 41, 74.

Conformar *com*. *(Ibid*., pag. 77).

*

DESAVIO

Herculano, Hist. de Port., 1, Nota ui no fim do vol., (2.ª ed., i853) p. 449, para o fim, diz — se desaviu—. Parece-me erro, talvez typographico. Creio que devia dizer-se desaveio — *Avir* conjuga-se por *vir* e não por *ver*.

Distinguam. Herc., Hist. de Port, tomo 3.º pag. 25g.

Distingua. *Ibid.* pag. 353.

Mas diz—distinguem — a pag. cit. 353, e parece devêra dizer — distingúem. O mesmo a pag. 386, e no tomo 4.º pag. 369 nota 3.ª.

A pag. 354 diz — distinguir. A pag. 378 — distinguiam. O mesmo a pag. 381. O mesmo no tomo 4.º pag. 347.

*

HAVER

Hão-*de* mais de uma vez ser descriptos e apreciados. Herculano, Hist. de Port., tomo 3.º pag. 224 in fine (Aqui parece-me não ser para imitar, porque o *de* devia estar junto ao *ser,* como ensinam as Reflexões sobre a lingua portugueza, de Candido Lusitano). (E verdade, mas o uso geral de agora é contra as

Reflexões). Ver Diccionario Contemporaneo, ib. *Haver,* havemos *de* nos referir. *Ibid*. pag. 230.

havemos *de* especialm.te falar. *Ibid*. pag. 278 nota i.ª.

se ha-*de* em grande parte attribuir. *Ibid*. pag. 309.

ha-de-lhe dar. *Ibid*. pag. 316.

Haver *de*. Quando ao verbo auxiliado se segue logo a preposição *de,* tenho notado que se supprime ás vezes o *de* ao auxiliar *haver*. Exemplo, em Vieira, sermões (11, pag. 421). E a pag. 422, diz ahavião *de* afrontar» (tendo dito no exemplo citado ase havião afrontar de sua geração»), porque ao verbo auxiliado não se segue immediatamente a preposição *de*. Se, porém, o que está junto é *da* e não *de,* parece que já não se supprime o *dt* no auxiliar: exemplo, aquando os hão *de* lançar *da* forca». *Ibid.,* pag. 422.

ha se de acabar.... hão se de acabar. Vieira, Sermões (11, pag. 447, col. i.ª).

ha se de esperar. *Ibid.,* pag. 456, col. 2.ª

mas da (conta) que auemos a Déos de dar (Heitor Pinto, Imag. da V. Christam, ed. de 1843, 1, p. 72).

porque o religioso ha se de apartar (*Ibid.,* p. 103).

E de tal maneira ham os religiosos de deixar o mundo *{Ibid.,* pag. 123.

*

MESMO

Ahi *mesmo*. Herc., Hist. de Port., in, pag. 46, nota 2

Então mesmo. Obras do bispo de Vizeu, 11, pag. 95, 151, 161.

a*mesmo* reputando singular o testemunho». *Ibid.,* pag. 96.

a *mesmo* antes disso». *Ibid.,* pag. 99.

Trazia pois subjugada ou amortecida *mesmo* a ultima paixão ao sabio. *Ibid.,* pag. 122.

assim mesmo. *Ibid.,* pag. 126.

muito além do que era vulgar *mesmo* entre os litteratos do seu tempo. *Ibid.,* pag. 146.

mas das mais obras historicas devia entender o *mesmo*. *Ibid.,* pag. 147.

mesmo de longe. *Ibid.,* pag. 152, nota,

ahi *mesmo*. *Ibid.,* pag. 168, nota.

ahí *mesmo*. Vieira, Sermão do Mandato (Tomo n, sermão xiii, pag. 384, col. i.ª, para o fim).

*

QUEM

achamos que os porteiros ou andadores do concelho eram *quem fa\iam* os arrestos. Herculano, Hist. de Port., tomo 4.º pag. 356.

arvore dedicada ao amor conjugal... que era *quem* neste caso se dava por mais oífendido. Bernardes, Nova Floresta, 1, pag. 19.

Entre os animaes *quem* mais brioso *que* o cavallo? *quem* mais forte *que* o leão, & o elefante? & *quem* mais despresivel *que* o rato, & o mosquito? Bernardes, Nova Floresta, 1, pag. 113.

...tu es *quem* deve perguntar-nos porque não choramos nos. *Ibid.,* pag. 200.

Eram em grande parte as repúblicas mercames e marítimas -----*quem* .... *ministravam*. Latino Coelho, Varões Illustres, Vasco da Gama, 1, pag. 18.

Eu, o Silencio, e a Solidão *era quem* estava ahi. Herculano, Eurico, pag. 52.

*

EUPHONIA

Um alvará regio de 1672 diz: «ey por bem que na dita cydade (Coimbra) se posa vender o pão *pella* tayxa da estremadura». Citação dos Indices e summarios do archivo municipal de Coimbra, nota 5 da p. i65.

Pella está evidentemente por *per a*. O primeiro l substitue *r,* o# segundo, junto a a, é o artigo *la*. Portanto quando hoje escrevemos, por exemplo, *ouvil-o*, e não ouvi-lo, escrevemos correctamente porque não eliminamos o r de *ouvir*, como fazem os que preferem ouvi-lo, mas, por euphonia, substituimos o r por /, e designamos o final do vocabulo por *o* porque *lo* não está já em uso.

Já falei n'esta especie n'outro apontamento, mas não me lembro sob que titulo.

Titulo *Artigo*.

*

SE —USO DO VERBO QUANDO SE EMPREGA o=SE =

As bullas e instrucções com que se *pretendiam* aplanar as dificuldades. Herc., Hist. de Port., tomo 3.º pag. 121.

Eis aqui pois como já em tempos anteriores a Affonso 3.º se *começavam* a substituir por quantidades certas de dinheiro ou de generos os tributos e serviços. Herc., Hist. de Port., tomo 3.º pag. 412. A seguinte passagem parece-me incorrecta: «E crivei que então se *procurasse* attrahir para allí moradores». Ibid., pag. 409.

*

SYNTAXE-CORRESPONDENCIA DOS TEMPOS DOS VERBOS.

E isto *he* o que *declarou* Isaías. Vieira, Sermões (11, pag. 422).

sendo juntamente cauza estas crueldades de que muitos índios já Christãos se *au\então* ... e se *vão* ... e de que os Gentios do sertão não *queirão* vir para nós. Vieira, Cartas, 1, pag. 52.

Ja houve quem *ordenou* no seu testamento. Bernardes, Nova Floresta, 1, pag. 12.

e sómente quando *faltasse* successor ao Principal de toda a Aldea ou Nação, e se *houvesse* de fazer eleição em outro, no tal caso *proporão* os ditos Prelados. Vieira, Cartas, 1, pag. 84.

porque só a fama e o medo do trabalho, e opressão ... *he o que os* detem. *Ibid*., pag. 89

O que eu vi hontem *he* hüa carta escrita de Ispahan, etc. Cartas do P.^{c} Vieira a Duarte Ribeiro de Macedo, pag. 113.

Sempre temi que o seu dinheiro *era o* seu mayor inimigo, e que o *avia* de fazer irreconciliável para sempre. Vieira, *ibid.,* pag. 200.

E S. Gregorio Nazãzeno diz que a razam porque a arca de Noe se *salvou* no diluuio, *he* porque hiam todos em amor e concordia. Heitor Pinto, Im. da V. Christam, ed. de 1843, 1, p. 58.

Nem *creo* que *ha* Ira. (*.Ibid*., pag. 83).

*

SINTAXE — CONCORDANCIA DO SUJEITO DO PLURAL COM O ADJECTIVO QUANDO SE TRATA DE UMA SÓ PESSOA,

«e nós *proprio* adoptámos irreflexivamente essa ide'a». Herculano, Os Livros de Linhagens, nos Port. Mon. Hist., Scriptores, ï, pag. 136.

«nós *proprios* adoptámos uma ou outra vez expressões pouco

exactas». Herculano, Hist. de Portugal, m, 2.ª edição, pag. 188, nota 2.

*

O VERBO NO PLURAL (COLLECTIVO PARTITIVO)

... no dito tempo *faleceram* quasi a mayor parte das autorizadas pessoas etc. Azurara, Chr. de D. João i.º, parte 3.ª, pag. 4, col. 2.ª.

Uma infinita e poetica legião de divindades *são* como as sentinellas. Latino Coelho, Oração da coroa, pag. XCV.

A maior parte dos Authores *fallão*. Obras do bispo de Vizeu, ii, pag. 134, nota 2.

#

INFINITO PESSOAL

Dois verbos seguidos, ambos no infinito pessoal. Andrade, Sermões, tomo i.º foi. 21 v.º linha 23.ª

Dois verbos seguidos, ambos no infinito impessoal. Andrade, Sermões, tomo i.º foi. 24, linha i.ª, e foi. 30 lin. 16.ª

Exemplo de dois verbos no infinito. O primeiro pessoal e o segundo impessoal. Andrade, Sermões, tomo i.º foi 24 v.º, linha 26 até 30. E conveniente advertir que a edição dos Sermões de Andrade pareceu-me estar cheia d'erros.

VERBO

Uso de differentes verbos que podem ou são regidos de diversas preposições.

«que frutto, que proveito, que interesse tens em *deixar*, e te *apartar de* Deos ? (Vieira, Sermões, 1, col. 5g3, Sermão do SS.mo Sacramento). *Deixar* não pede a preposição <áe, que rege sempre *apartar*.

«ainda que Abrahão *venerava* e *tinha grande conceito da Féj* da devoção, e da piedade de Sara. (Ibid., col/ 602). *Venerar* pedia *a fé; ter conceito* pedi *la*.

«ver-se preferido no lugar, quem *merecia*, ou *aspirava ao* primeiro. Vieira, Sermões, 111, pág. 86, col. i.ª *Merecia* o, e não ao, é o que havia de dizer se não usasse também do *aspirava*.

«A posta da semana que vem ou nos livrará, ou nos confirmará

nestes sustos». Cartas do P.e Vieira a Duarte Ribeiro de Macedo (Carta d'este para o Padre), pag. 82, pr. *Livrará* pedia *d'estes*.

«Ou passados os lutos, vos partiríeis para a Corte para luzir, para ostentar, para competir *em* gallas, em apparatos, em grandezas». Vieira, Sermões, iv, pag. 460, vol. 2.º (Sermão de S. Roque). O *em* não conviria a *ostentar*.

Epiphanio Dias, nos Commentarios ao Lusiadas, canto i.º, est. 5.ª, lin. 5 e 6 (Tomo i.º, pag. 41), diz: «Quando a duas partes da oração de regencia differente se liga, *menos correctamente,* uma mesma determinação, pela segunda palavra *é* que se costuma regular a construcção».

Gama Barros e o «Elucidário»

Apesar de o *Elucidário das palavras, termos e frases, que em Portugal antigamente se usárdo e que hoje regularmente se ignórão,* de Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, não ter sido elaborado, em muitos pontos, com estrito rigor histórico e diplomático, mesmo em relação ao tempo em que foi composto, não deixa, contudo, de constituir pelas preciosas informações que encerra, um trabalho utilíssimo. Por isso, Gama Barros, o aproveitou largamente, citando-o mais de duzentas e cinquenta vezes na sua *História da Administração Pública em Portugal nos séculos xn a xv*.

Mas ao servir-se do *Elucidário,* o Historiador não deixou de o fazer com uma certa cautela, com aquele espírito crítico que o caracterizava e de que nos dão claro testemunho as notas com que ilustrou a sua monumental obra.

De facto, se, em muitos casos, Gama Barros aceita notícias, datas, informações documentais ou definições de Viterbo, sem comentários de qualquer natureza, noutros, submete-as ao crisol do seu fino espírito crítico.

E assim, se comenta o juízo errado de Viterbo (x), se assevera que as informações do *Elucidário,* a respeito do trajo, nem sempre são aceitáveis (2) ou duvida de indica-

(!) Por ex : vol. m, nota da pág. 24, ao fundo ; *Elucid. : Misteres*. (Sempre que citamos a *Hist. da Admití. Públ.* de Gama Barros, fazemo-lo pela 2.ª edição desta obra).

(2) ni, pág. 117, nota 3.

çÓes que tem por pouco precisas (3), noutros lugares, embora alguma coisa tenha a dizer contra a explicação de Yiterbo (4), prefere-a à censura de João Pedro Ribeiro (5). E toma mesmo a sua defesa (6) contra o nosso diplomatista (7), afirmando que este «contestou infundadamente a definição que se lê no *Elucidário,* vb. *Algara* (i.ª)». E contra Ribeiro (8) se manifesta ainda numa desenvolvida nota (9), em que entende que contesta mal a definição que Viterbo dá de freama.

Estes tipos de notas, que aduzimos como exemplo (e podíamos apresentar maior número), mostram-nos bem que o *Elucidário* mereceu atenção demorada a Gama Barros, corrigindo-o ou melhorando-o aqui ou acolá e até impugnando os reparos do próprio Herculano (10).

Desta atenção demorada dá-nos clara prova o exemplar manuseado por aquele insigne historiador, que fazia parte da sua biblioteca, doada por seu filho ao Instituto de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde o examinámos e pudemos estudar-lhe as notas de Gama Barros, que constituem testemunho vivo da «personalidade de Historiador» do autor delas.

São, ao todo, 364, incluindo as correcções ao *Elucidário,* que João Pedro Ribeiro publicara nas *Dissertações Chronologicas e Criticas* (u), que Gama Barros indicou nos

(3) vi, fim da nota 2, pág. 84; *Elucid. : Abarga.*
(4) vu, pág. 185-86, nota *2; Elucid.: Angueiras.*
(5) *Dissert. ChronoL,* iv, parte 2/, pág. ui.
(6) vu, pág. 245, continuação da nota 2 da pág. 244; *Elucid. : Algara,* 1.
(7) *Dissert. ChronoL,* iv, 2.ª p., pág. 110
(8) *Dissert. ChronoL,* vi, 2.ª parte, págs. 123 e 127.
(9) vu, nota 5 da pág. 344.
(10) Gomo em x, págs. 74-75, nota 4.
(n) Tomo iv, parte 2 ª, págs. 108 a i3().

passos correspondentes da obra de Viterbo, e foram escritas pelo seu próprio punho a lápis (i3) ou a tinta, nas margens do livro ou em pedaços de papel (54) de diferentes tamanhos, colocados entre as suas folhas. Só duas não provieram da sua mão, como teve o cuidado de deixar escrito nos dois bocados de papel que as contêm, sendo uma de João Basto e outra de Leite de Vasconcelos.

Umas de correcção, outras de acrescento ao *Elucidário,* iam sendo averbadas pelo autor (podemos aventurar sem receio de grande erro) à medida que resultavam das consultas de documentos ou leituras de obras, feitas durante o curso das suas investigações históricas.

Supomos que assim teria acontecido, pelo que julgamos ver nas que se referem a *Passal* e *Reixelo*.

Quase no fim da interpretação da primeira destas palavras, acrescentou depois (a cor da tinta é um pouco diferente) a discordar da opinião seguida anteriormente : «Já não creio isso».

O mesmo se dá com *Reixelo,* em que, perto do fim dos seus apontamentos, deixou escrito: «Continuo a supor que significava rez pequena», palavras que, mais tarde, substituiu (a tinta é diferente) por «cria de ovelha ou de cabra, cordeiro e cabrito» e, depois, «ou» (noutra tinta) em vez de «e», acrescentando finalmente (nova tinta): «Não. Era ovelha ou cabra indistintamente», seguindo-se o exemplo documentador da sua interpretação. (12).

Também a própria letra com que foram tomadas pode denunciar que elas provêm de épocas diferentes; e algumas notas, que a apresentam de mais difícil leitura, lançada por mão menos firme, mesmo trémula, acusam

(12) «Um testamento de 1278 diz: «It. a Duranca mea criada... vij reixelas entre cabras e ovelhas» *Revista Lusitana,* 1908, pág. 90, doc. vi».

período mais tardio, o que parece confirmar a informação dada pelo Dr. Sousa Soares: «no próprio ano em que morreu, com cerca de 92 anos, ainda anotava alguns livros» (13).

Assumem as notas aspectos variados :

a) umas vezes, mais curtas, encontram-se nas margens das páginas do livro a emendarem um simples erro tipográfico, proveniente de lapso de revisão,

b) ou a corrigirem uma data,

c) ou a remeterem para outro vocábulo, ou para o mesmo com grafia diferente («Barancadas ver Varancadas») ou inserto no *Supplemento* («Seda vide *Sied a* e no Supplemento *Séda»;* «Estimo ver Estymo no Supplem.»),

d) ou reduzidas à citação, abreviadamente, do autor, obra, volume e página (u),

e) ou a averbarem um vocábulo ou expressão e o documento ou documentos em que se encontram (15) ;

f) noutras, à interpretação de palavras dada por algum autor, acrescenta exemplos para a corroborari16);

g) em algumas corrige a explicação de Viterbo (por exemplo em *Regalengo* e *Subreganus)* ou põe em dúvida a explicação de outros autores (veja-se *Gasaliani, Gasalianibus* e *Octono).*

A certas notas, «até lhes marca o lugar que deverão ocupar na obra» (17). Em *Per solta,* por exemplo, quase

(13) *Hist. da Admin. Publ. em Portuga* 2.ª ediç., i, Introd. xxxi, nota 3.

(14) «Fiel — Herc., H. de P. 4.º, 351, in-fine, 352 e nota».

(15) Assim: *Alimas,* Doc. 346 de 1046, 357 de 1047, de 1º4^ 38/ de io53 *Contestare.* Doar. Doc. 36 de g3i-g5o, doc. 3g de g33.

(16) Assim: *Atondo.* doc. 770 de 1092. *Combonas :* Esta definição corrobora-se com o doc. 378 de io5o, e 549 de 1077 nos Rrtz. Monum., Diplom. et Chartai.

(17) Hist. da Admin. Publ. em Portug. 2/ ed. 1, Introd., XLV, nota 2/.

de entrada, lêem-se indicações deste teor, referindo-se a documentos que cita: «Trato d'isto em Adm. Geral—lineamentos — adm. e justiça — comes, dux. E nas doações ou legados a igrejas, quando se fala em pobres ou peregrinos. Para Beneficencia. E também os livros de que se fizer menção. P.ª Instrução publica... Magister — (para instrução publica)».

Como se pode ver, a seguir ao nosso comentário, as notas de Gama Barros têm desigual extensão : umas são de aspecto mais reduzido, mas outras há que alcançam apreciável desenvolvimento (como em *Ordeum, Bonne memorie, Veado, Subreganus, Mordomo, Villa)* e algumas com grande cópia de documentação (como em *Sessega, Estimo, Reixelos, Per solta,* que ficam a atestar, para além de variadas e atentas leituras, o espírito ávido de certeza do eminente historiador, ou, pelo seu desenvolvimento, «o seu pendor para a análise minuciosa... mesmo exaustiva».

Podemo-la considerar, na verdade, indispensável quando se trata de determinar a significação exacta (ou o mais aproximada possível) de um termo, em que, por vezes, só a busca de um grande número de exemplos colhidos em variados documentos, não muito distanciados, no tempo (e no lugar), nos pode levar à maior certeza de sentido de palavras ou frases.

O mesmo Gama Barros sentiu as dificuldades neste assunto, ou pela natureza dos textos, ou pelas grafias ou segurança dos copistas.

Vejam-se, por exemplo, *Villa, Sessega, Estimo* (Supplemento) *Reixelos, Persolta* (pela ordem de desenvolvimento, tal como acima as demos também), em que não há a preocupação de colher abundância de exemplos incaracterísticos, por iguais ou muito aproximados, mas

antes pode notar-se o rigor de método no sentido de alcançar, numa frase menos duvidosa, a clareza necessária a uma interpretação mais certa.

Ê com variada exemplificação que se pode, igualmente, pressentir melhor o evolvimento semântico dum vocábulo.

Neste cuidado, Gama Barros está muito longe de frei Joaquim de Santa Rosa.

Por isso, não estranhamos que, em certos pontos, discordasse das interpretações de Alexandre Herculano e João Pinto Ribeiro, e chegasse até mais longe, como atrás apontámos, a defender ou preferir uma definição de Viterbo contra a que apresentavam ou contestavam estas duas grandes figuras dos nossos estudos históricos.

Mas deixemos que algumas das suas notas, que a seguir se publicam, falem, mais claramente do que nós, por si e pelo seu autor.

Luís AFONSO FERREIRA

TRANSCRIÇÃO DE ALGUMAS NOTAS DE GAMA BARROS
AO «ELUCIDÁRIO»

ALÇA

D. Diniz, em 20 de junho de 13-23, deu a foro perpetuo e hereditario, a F. e sua mulher, uma vinha com um campo, no termo da villa de Moura. Pagariam de foro annual metade do vinho e «cinquo libras dalça» (Chancell. de D. Diniz, liv. iv, foi. 94).

A carta regia de 18 de maio de 1288, pela qual foi dado de aforamento perpetuo e hereditario a F. F. F. um reguengo em terra de Neiva, manda que, além das prestações annuaes que estabelece, deem «dalça cada ano outrossy oyto maravedins» (Chancell. de D. Diniz, liv. 1, foi. 227 v.º).

Portanto, a *alça* era aqui um encargo permanente, e não um encargo que se pagava só por uma vez. N'este segundo sentido encontra-se no Diccionario da Academia, vb. *Alças*.

#

ALIAZAR

Parece ser o mesmo que magarefe. Costumes de Torres Novas, nos Ineditos de Hist. Port., iv, pag. 630, e nos Port. Mon. Hist., Leg. et Cons., 11, pag. 93 *in fine* e 94.»

*

ANSAR

«...et quem quer que morar in Sancto Jurgio polo Regaengo que usa dá cada ano al Rey j. ansar, por pacer e por guardar as devesas, et seya quite d outro foro; et non seya mais d uno omem. (Inquirições de 1258, i.ª alçada, julgado de Aguiar, nos Port. Mon. Hist., Inquisit., 1, pag. 323).

E vocabulo muito usado n'essas Inquirições. Não sei o que significa. Será *pato?* Também se encontra a cada passo nas Inq. de 1220.

«Parece ser pato. Nas Inq. de 1258, 2.ª alçada, diz-se: «et si habuerit ansarem cum patis dat unum patum» (Ibid., pag. 493, col. 2.ª). E certa essa significação, como se vê de m.tos trechos da 2.ª alçada das Inq. de 1268. Provavelm.te vem do latim *anser*.

*

ATONDO

Segundo Herculano, significava alfaia, traste de uso, objecto de serviço. (Annaes das Sciencias e Lettras, i.º anno, 1857, pag. 457. Diz o mesmo na Hist. de Port., mas não me lembra agora o logar. Vide Dissert. Chron., iv, parte 2.ª, pag. 112. Já havia dado esta significação Muñoz y Romero, Fueros Municipales, pag. 133, nota 34. Vide tambem Esp. Sagr., 40, Ap. 23, sem data, mas deve ser de 951-985).

A significação que o auctor [do *Elucidario*] dá á palavra *atondo* parece corroborar-se com o documento, sem data e publicado nos Port. Mon. Hist., Dipl. et Chart., 1, pag. 564 *in fine,* e com o doc. 420 de 1059 (Ibid., pag. 259). Vide tambem o doc. 952, sem data, no fim. E a mesma citação de pag. 564 in fine.

*

BONE MEMORIE

Dizia-se, no fim do século xn, tambem das pessoas ainda vivas ?

O forai de Valdigem, 1182, declara que foi dado pelo rei a pedido de «Sauri *(sic,* por *Suarii,* como se vê no fim) egee» e de «Gaudini bone memorie Lameci episcopi.» Este bispo foi uma das testemunhas. (Port. Mon. Hist., Leg. et Cons., 1, pag. 428). Este bispo morreu em 1189. (Dissert. Chron., v, pag. 171). Talvez o foral se escrevesse já depois da morte do bispo.

O diploma, em que D. Afonso Henriques confirmou o foral dado por D. Fernando I em 1055-1065 a S. João da Pesqueira, Penella e outros logares, principia assim: «Ego infans domnus alfonsus bone memorie magni adefonsus imperatoris Inspanie nepos» (Ibid., pag. 343). Mas o *bone memorie* refere-se evidentemente ao imperador e não ao neto.

Há porém um doc. do reinado de Sancho II que, referindo-se a este, diz *bone memorie*. Ver Herculano, Hist. de Port., 11, pag. 325, nota 3.

CORTE

Corte, no sentido de logar fechado, por exemplo, o que se destinava a salinas, vem claramente expresso nos Port. Mon. Hist., Diplomata et Chartae, i, pag. 22, doc. n.º 35, anno de 929 (4).

*

GANATO

Significava tambem gado. Ex. — Doc. de 1002, n.º 187, nos Port. Mon. Hist., Diplomata et Chartae.

No sentido de quaesquer bens, em geral, acha-se no doc. n.º 68, de 954, e n.º 601, de 1081; n'este tambem se encontra com a significação restricta de *bens adquiridos* por título que não fosse de herança. Pode ver-se tambem Berganza. Antigued., 11, escrit. 106, pag. 434.

*

GASALIANJ

Herculano, Hist. de Port., 3.º, pag. 276, diz que tem a significação de pastores. Cita Du Cange, vb. *Gasalia*.

O doc. i3, de 906 (Port. Mon. Hist., Dipl. et Chartae), onde se encontra o vocabulo «gasallianes», não exclue inteiramente essa interpretação, mas tambem não a confirma.

Gasilianibus, na escriptura de 804, na Esp. Sagr., 26, pág. 445, está n'esse mesmo caso, ou antes, ainda menos confirma a interpretação de Herculano. Diz ahi um bispo: «et feci ibi presuras cum meis gasalianibus mecum commorantibus... Et construxi ibi coenobium cum meis gasalianibus.»

*

HABERE

Nos nossos documentos, *habere* envolve a idea de propriedade; *tenere*, a de usufructo.

Fora da Peninsula parece que não era assim; pelo menos, Guérard, Polyptyque de l'abbé Irminon, Prolég., pag 479, nota 9, não vê differença.

(9 Ao fundo da pagina, Gama Barros acrescenta: «*Cortis*, qui n'avait d'abord désigné qu'une cour de ferme... au cinquième siècle désigna un domaine.» Fustel de Coulanges, L'alleu et le domaine rural, pag. 16. (Vide tambem ibid., pag. 209 a 211).

HAEREDITAS

Nas actcas do concilio ou cortes de Leão de 1020, como em geral nos documentos das Hespanhas, *é o hereditagium* de além dos Pirenéus; é o predio possuido de paes a filhos, o predio em que se succede por herança. Herculano, Opúsculos, ni, pag. 323.

Também ha exemplos de significar bens adquiridos por compra. Docs. 614 e 620, de io83; doc. 632, de 1084; doc. 654, de 1086; e outros.

*

JURE HEREDITARIO

Aplicava-se, no nosso seculo xi, tambem ao usufructo vitalicio. Doc. 782 de 1092.

*

LAREA

«...et est ipsa larea geira media de vesadoiro». Port. Mon. Hist., Dipl. et Chartae, 1, pag. 181 in fine, anno de io38, doc. 297.

Sobre a varia extensão de urna «larea», ver ibid., doc. 32o, de 1042. Que era um pequeno campo ou terra dil-o o doc. 701, de 1088.

*

MITTERE CAPITALEM

A explicação d'esta phrase, muito vulgar nas Inquirições de 1258 applicada aos mordomos, acha-se no foral de Barqueiros, T223 (Port. Mon. Hist., Leg. et Cons., 1, pag. 597).

Vê-se claramente que significava fazer entrega dos generos ou especies de que eram exactores.

*

MORDOMO

E frequente nas Inquirições de 1220 a phrase «dant Maiordomo suu terceiro».

A explicação parece-me que é *dão ao mordomo ou a quem fi\er as sua vezes.* Fundo-me na seguinte passagem das Inq. de 1258. S. Thiago de S. Priz: «...et dá vida ao Mayordomo *sive terceiro*» (Pag. 412).

Mas nas Inquirições de 1220, freguezia de S. Toão de Cortegaza, na série dos foros, lê-se o seguinte, cuja interpretação é obvia e différé da que me parecia: «Et Maiordomus minor debet pau-

sare.... *cum tribus* tres vices in anno» ; é verdade que diz logo depois: et debent *illi* (e não *illis)* dare vitam» (Pag. 133). Mais claro, porém, é o que consta das mesmas Inquirições de 1220, freg.ª de S. Salvador da Enfesta: «Habet ibi Maiordomus maior iiij. pausas in quibus debent ei dare vitam tribus vicibus in anno *cum duobus hominibus*» (Pag. 136).

Portanto, *suu terceiro* quererá talvez dizer *tres pessoas incluindo o mordomo*.

Confirma esta interpretação a seguinte passagem das Inquirições de 1258, freguezia de S. Miguel de Geminis: «...et dant Maiordomo maiori (et) *tribus hominibus* vitam tres vices in anno, et cebatam pro j. bestia si ambulaverit caballatus, et dant (vitam) maiordomo arearum una vice in anno, *cum xj. hominibus*, et debent esse iiij.or servientes et vij. de mensa, et debent eis dare ad comedendum de duabus carnibus de tribus modis adubatis, et panen triticum et secundum, et vinum quod abundet illos» (Pag. 63g).

*

OCTONO

Trigo temporao, diz Herculano, Hist. de Port., in, pag. 443. Mas parece-me que não diz bem.

#

ORDEUM

A tradução portugueza do foral de Torres Novas (1190) traduz *ordeum* por cevada, e *centenum* por centeio; mas a do foral de Penacova (1192) traduz *ordeum* por centeio. No foral de Alpedrinha (1202) diz-se — *alqueires de cevada de ordeo aut de centeno*. O foral de Traseira etc. (i256) parece indidar claramente que *ordeo* era cevada, porque fala em pão de trigo, *ordeo*, centeio, e milho. Podia ser *aveia*.

Nas Inquirições de 1220, terra de Ponte, freg. de Santa Maria de Rebordões, lê-se: «De casali de Togino j taligam de *ordeo* cum vita. De casali de Torneiros j almude de *cebata.y*> (Port. Mon. Hist., Inquisit., 1, pag. i3o).

No foral de Celeiros, 1160, fala-se nos seguintes cereaes : *tritico*, *centeno*, *or dio*, *milio*, *ceuada ; o ordio* era portanto uma especie differente ; seria *aveia ?*

PASSAL

Em algumas partes parece que era a altura d'um homem com a mão levantada. Monum.tos Hist., Dipl. et Chart., i.º, 203, doc. do anno de 1044, n.º 333.

Vide também doc. n º 267 do anno de 1030, ibid. É o parecer das Dissert. Chr., iv, parte 2.ª, pag. 129. Mas creio que o que se tinha em vista era obrigar o medidor a ter os braços n'uma posição que lhe difficultasse o alargamento dos passos (2).

*

PERSOLTA

Para estudar a significação da palavra *persolta :*

1078, doc. 563. « .. .et facimus ipsa cartula per persolta de ipsa donaili et per suo mandato». Parece significar *vontade*, ou *consentimento*.

1080, doc. 585. «...et conparauit illa *(um predio que vendiam quatro pessoas)* tructesindo gotierizi per persolta de suos eredes». Parece querer dizer : com annuencia dos mais que tinham também direito ao predio.

1081, doc. 602. «.. .et facimus *(a venda de um predio*) per persolta de dona ermesinda gonizi que est nostra erede.»

1046, doc. 346. «.. .et sit *(si)* iam de odie die ausus fuerit illa laxare pro alia mulier aut qualliue scriptura suposuerit de sua hereditate de nomine suo et de uestra persolta a parte mea...ut illa eam kareat ualere non potuit per nulla lex... .et uos *(a mulher e a sogra*) semper persolutas de me et de mea scriptura». *Persolta* parece significar aqui *consentimento*, e *persolutas — desligadas.*

1075, doc. 522. «...et damus uobis illa *(um quinhão no dominio de uma igreja)* per persolta de nostros eredes». Isto é, segundo creio, com o consentimento de nossos coherdeiros.

1075, doc. 523. «...damus ad uobis ipsa nostra ratione de ipsa ecclesia *(é amesma de que se trata no doc. 522)* per persolta de nostros eredes qui sunt de ipsa ecclesia». O notario é diverso do do doc. 522.

1027, doc. 263, que parece ser o original do doc. 232, de 1017, estando este 232 errado na data e em outras cousas. Yenda de

(2) A este periodo, escrito depois do primeiro (a tinta e até a letra diferem), Gama Barros acrescentou porteriormente : «Já não creio isso».

uns predios. Conclue assim: «...nos subranominatos... ad persolta de totos nostros domnos et de illa nostra domna comitessa domna munia in anc cartula uenditionis et firmitatis manus nostras rouoramus». O contexto do doc. mostra que os vendedores eram servos, e fazem a venda com o consentimento («persolta») dos senhores.

1032, doc. 273. Acta de uma demanda. No fim lê-se: «Et seiant ipsos pactos de iuramento et de pena persoltus».

1031, doc. 270. Diz «persolbitione» e «solbitione», no evidente sentido de *auctori\ação*, *consentimento*.

1040, doc. 310. Diz «per sua solucionem», no evidente sentido de *auctori\ação*, *consentimento*.

1048, doc. 362. «Placitum... facio ad tiui... ut sedeas liuer et persoluta de illa intentio de illa uaca».

1055, doc. n.º 3g3. Testamento a favor dos mosteiros de Vaccariça e Leça. «.. .et hereditatem quam comparamus de sindilo et de suos filios per persolta de ipsas domnas» *(commitissa domna tota et filia sua domna lupa)*.

1056, doc. 400. Venda. Diz no fim: «. ..et damus nouis ila per perssolta de ila comitesa domna ilduara et domna toda et...» *(falta o resto)*.

1058, doc. 407. Testamento a favor do mosteiro de Guimarães. «Et mandamus pro nostros cauallos et mulas et qui illos de nos abuerint monachos uel laicos faciant mihi cum eos seruitium in uita mea et post obitum meum sedeant prosolutos cum eos a fatie dei por remedio anime mee». Aqui a significação de *prosolutos é* mais obscura, mas parece-me que o sentido *é* que os cavallos e mulas ficassem pertencendo também ao mosteiro, porque o testamento refere-se a todos quantos tem, e se se entendesse que o *persolutos* queria dizer que os monges ou leigos, que os tinham, ficavam sendo os donos d'elles, não estabelecia então o destino que haviam de ter aquelles que o testador conservava ao seu serviço.

1060, doc. 426. Trata-se de que o mosteiro de Guimarães terá a preferencia na compra de um predio; mas se o mosteiro não quizer dar o justo preço, a propriedade «sedeat persoluta»; isto é, entendo eu, ficava desligada d'essa dependencia para com o mosteiro, podendo portanto ser vendida a outrem.

1069, doc. 477 Tres presbyteros vendem uma terra que tinha sido dada aos monges de S. Salvador. Dizem que fazem a venda «per persolta» dos doadores da terra.

gi5. doc. i8. *Persolvere* no sentido de pagar, satisfazer; «Adicientes igitur censum hominum ingenuarum ibi habitandum, ut quod Regie potestati usi fuerint persoluere, patrono nostro et Pontifici loci sancti persoluant». Doação regia á igreja de S. Thiago. Semelhantemente se diz no doc. 19, que parece, no essencial, ser o mesmo doc. 18. Neste sentido *é* vulgar.

922. doc. 25. «... et ipse rex cum suos comites pro remedio anime sue in ipso concilio persoltauit mauron confratres et geluiram ut contestassent ei (*ao mosteiro de Crestuma*) uillam de fermeto». Parece-me que o *persoltauit* significa *auctorisou.*

1096. Doc. 829. Venda de um prédio a «cunzaluo prolis cutierre tructesindiz». O vendedor tinha comprado o predio «per persolta de gutiere tructesindizi» com a clausula de o não vender nem doar senão a descendente d'aquelle «dom gutiere». E evidente que «persolta» equivale a *vontade*, *annuenda.*

1099. doc. 904. Pacto de venda. . .set abeatis nos illa firmiter et libera et persoluta de totas partes.»

*

REIXELOS

«Et quantos morarem in esta quintana dam al Rey senos cabritos, se ouverem cada uno deles iiij^{or}- reixelos». (Inquir. de 1258, i.ª alçada, julgado de Prado, nos Port. Mon. Hist., Inquisitiones, i, pág. 294.)

E termo que se encontra ahi muitas vezes. Por exemplo, pag. 295, col. i.ª, e 296, col. i.ª, no fim. Em uns casos, se tiver 4 *reixelos*, dá um *cabrito;* em outros, dá *cordeiro.*

Pag. 300, col. i.ª, se houver 4 reixelos da um cabrito.

Pag. 307, col. 2.ª, fala em *reixelos.* Pag. 308, col. i.ª. Idem.

E se cada um (dos colonos) houver cinco *reixelos*, dá um *cabrito* ou um *cordeiro.* Ibid., pag. 328, col. 2.ª, no fim (Julgado de Ponte de Lima), pag. 329, col. i.ª e 2.ª, pag. 330, 331.

A significação da palavra supponho que é *cria de ovelha ou de cabra.*

Na inquirição de S. Miguel de Perre, julgado de Ponte de Lima, acha-se uma phrase, que parece corresponder á que citei, de pag. 329: «se ouverem vv ovelias dam senos cordeiros, et se as non ouverem dam senos cabritos, quer ayam quer non».

(Ibid., pag. 333). E logo mais abaixo, tratando da mesma freg.% diz-se : «se ouverem vv ovelias dam senos cordeiros ou senos cabritos, quer ayam quer non.t

Na freg.ª de S.ta Martha, no mesmo julgado, diz-se : «... et dam goyosa se se vay morar para o Couto, scilicet, j. reixelo ou ij soldos leonezes.» (Ibid. pag. 334).

Na freg.ª de S. Thiago de Brandara, no mesmo julgado: «... et quem quer que aya v. reixelos, *quer ovelias quer cabras*, dá j. cabrito.» (Ibid., pag. 340).

Em Antas, julgado de Froyam: «...et se ouver iij reixelos dá cordeiro ou cabrito et j. frangao; et se ouver porca parida dá leitom.» (Ibid., pag. 357).

Na freguezia de S. Salvador de Pradeiro, julgado de Valle de Vez, «quem ouver iiij reixelos *et uno deles parir* dá j. cabrito, et se non ouver cabrito dá j. leitom, et se non ouver lectom dá j. carne d agno cum una pele de cabrito.» (Ibid., pag. 392). Se estava em idade de poder gerar, era mais do que crm, era animal já adulto.

Reixello no foral de Caldas de Aregos, 1183, não *é* vaca, nem porco, nem besta, cavallar ou muar ou asinina.

No de Guardão, 1207, versão do século 14, *reixelo* não é cavallo, nem egoa, nem boi, nem vaca, nem coiro, nem porco. Isto mesmo no de Ferreiros, Fontemanha e Valdavy, 1210, versão em portuguez, *reixello*.

No foral da Ega, i23r, *raixelo* não *é* poldro, nem egoa, nem boi ou vaca, nem couro de boi ou de vaca ou de bezerro. A portagem do reixello era menor do que a do poldro, a da egoa, a do boi ou da vaca. Do reixello pagavam-se dois dinheiros, e «de pellis de totis raixelos singulas mealias». Com tudo, mais abaixo diz: «De cabrito uel de agno, 1 denarium».

No foral de Villa Nova de Gaia, 1255, lê-se: «Item de bestiis brauis tale est portagium, scilicet de poldro 1 solidum maiordomo et de poldra vi denarios, de *reyselo* unum denarium». Logo em seguida fala da vaca e do boi, *«prêter ilium qui mamaU*, o que indica que o *reixello* também não queria dizer *bezerro*.

No foral de Coja, 1260, reyxello não e' porco, e também não *é* vaca, nem boi. Da primeira vez em que fala em reixello chama *reyxello*, e da segunda *raxillo* (na variante *reixello*).

Continúo a suppor que significava cria de ovelha ou de cabra* cordeiro ou cabrito.

Não. Era ovelha ou cabra, indístinctamente.

Um testamento de 1278 diz: «It. a Duranca ma criada... vij. reixelas antre cabras e ouelas». (Revista Lusitana, 1908, pag. 90, doc. vi).

*

SESSEGA

Um doc. de 989 (n.º 156) diz «sedibus molinarum». Um de 1092 (n.º 788) diz «sedilias molinarum»; e outro de 1097 (doc. 853) diz «molinorum sedilibus». Veja-se também Herculano, Hist. de Port., 1, 2.ª ed., pag. 505, para o fim da Nota xxi.

«... et dixit quod in loco qui dicitur Prado habetur ibi una sesega molendini et est inde medietas domini Regis et alia medietas ut Monasterii Sancti Tissi et Hospitalis, dixit *(sic)* quomodo scis *(sic)* dixit quod vidit et passus fuit. Interrogatus quomodo, dixit quod fuit ad judicem de Refoyos Menendum Roderici et dixit ei quod daret ei illam sesegam et quod faceret ibi molendinum, et Judex dedit ei sesegam et posuit cum eo quale forum inde faceret domino Regi, et ille non potuit habere aliam medietatem Hospitalis propter hoc fecit molendinum». (Inquirições de 1268, 2.ª alçada, «inquisitio ville que vocatur Revordanis et parrochianorum Ecclesie Sancti Jacobi ejusdem loci» (Livro 5.º de Inquirições de Aff. 3.º, fol. 46 v.º).

De conformidade com o que diz o Elucidario vbb. *Sesega* e *Sessegaẓ* e Ribeiro, Dissert. Chron., iv, parte 2.ª, pag. 133., esta palavra não se applicava só em relação a moinhcs e azenhas.

Nas Inquirições de 1284 lê-se: «Item disseram que gaanhou o Tenple en Reuordãos de iusãos terreno en que fez hua casa huü homem e defendesse per hi dos foros delRey *e a sessegua desta Casa* fora gaanhada duu herdador que se freyrou» (Livro 11 de Inquirições de D. Affonso III, fol. 5i v.º).

João Navarro, ministro da Ordem da Trindade em Portugal, estando na nossa Casa d'Alvito en sembra com os freires d'esse convento, Frei Domingos, mordomo em esse tempo da Casa de Santarém, e os freires F. F. F. F. «Damos e outorgamos a uos Domingos uicente carpenteyro vezinho Daluito as sessegas de moynhos e dazeynhas que nos auemos assy como uem aagoa da fonte Dalvito e entra en Odiuelas, e como diz o nosso Regueengo a teem a herdade que foy de don femando, sso tal condiçom que uos Domingos uicente façades moynhos e azeynhas e pomar e almoynhas. E de todalas cousas que y fezerdes e dos moynhos e

das azeynhas dardes aa Ordim de suso dita o quinto de todalas cousas. E eu Domingos uicente fico que faça os moynhos ou azeynhas meentes a minha custa, e despoys que forem feytos desy adeante, se y custa ouuer de fazer, meter cada huum da custa como leuar da prol e da ssenda.»

Foi feita esta escriptura em Alvito, a 26 de outubro da era de i33i, por um tabelião de Alvito. (Torre do Tombo, Collecção especial, caixa 87).

Em ib de dez. de 1341 deu D. Aff. IV de aforamento perpetuo e hereditario a F. e sua mulher um monte maninho no termo de Montemor o Velho. A principal condição foi fazerem ahi um moinho e darem em cada anno «pola sessega do dito moynho» quarenta soldos, etc. (Chancell. de D. Aff. IV, livro iv, foi. 88).

*

SUBREGANUS

A definição de Viterbo parece-me inexacta; ou, quando menos, o vocabulo tinha mais de uma significação.

No seguinte exemplo das Inquirições de 1220, entendo que significa substituto do mordomo : «De villa de Travazos debet Menendus Gómez esse Maiordomus subregao et Monteiro, et debet dare» etc. (Port. Mon. Hist., Inquisit., 1, pag. 140, col. 2.ª, no fim, Santa Tecla de Lavandeira). Mas a significação de substituto parece-me pouco admissível no seguinte exemplo: «Petrus Pelagiz *Maiordomus de eivas:* et Menendus Menendiz subregao, *et maiordomus de eirass* (Ibid., col. 2.ª, freg.ª de Stª Maria de Borva de Juiores). Só se a substituição se referir a outro cargo que não seja o de mordomo das eiras. Em S. Paio de Curraleira, nas Inquirições de 1220, lê-se: «Et quot habitant in villa da Enfesta debent esse *Maiordomi sobreganis* (Ibid., pag. 98). Seriam, talvez, delegados ou agentes do mordomo do districto. N'essa mesma freguezia diz-se: «Et sobreganus dat Domino terae pro Natale xvij. bracales» etc. (Ibid,). Em S. Miguel de Vilar: F. F. F. (tres nomes) «sunt subregani de Maiori Maiordomo.» (Ibid., pag. 91). *

*

TERRA CALVA

No fim do forai de Valhelhas, 1188, ha uma declaração, que supponho do tempo de Sancho II, onde se diz «hereditate calua

aut plantada». N'este logar o *calua* parece já significar não arroteada. Mas o contrario parece no foral da Ericeira, 1229.

*

TERRA DOMNICA

Port. Monum., Dipl. et Chart., anno de 1017, doc. 497. Parece ser o contrario de «terras extraneas», de que fala ibid., o doc. 504, de 1072.

#

VEADO

Nas Inquirições de 1258, i.ª alçada, a palavra *veado* mostra ter, quando menos algumas vezes, a significação genérica de caça de monte, por exemplo, o porco, o corzo, o cervo e o urso. Vejam-se as inquirições de S. Salvador de Cabreiro, de S.ta Eulalia de Gonderiz, e de S. Jorge, julgado de Valle de Vez (Port. Mon. Hist., Inquisit., 1, pag. 380, 384 e 387).

E o *uenato* de que se encontram exemplos nos foraes. «De porco et de *alio uenato* i lumbo», diz o forai de Cernancelhe, de 1124 (Ibidem., Leg. et Consuet., 1, pag. 362).

O mesmo se deduz das Inquirições de 1220: «Et dant lumbum *de toto venato* et de urso manus» (Terra de Panoias, freg.ª de S.ta Maria de Gouvães). «Et eciam ibi quidam mons, et habebat pro foro ut *de quanto venato* interficerent in ipso condado dabant Regi medietatem». (Terra de Panoias, freg.ª de S. Pedro de Abbaças). (Port. Mon. Hist., Inquisit., 1, pag. 120 e 124).

A phrase do forai de Abiul, 1206: «Et de omni uenatu lumbum costalle det», está traduzida do seguinte modo n'uma antiga versão em portuguez: «E dem de todo ueado lonbo e costa» (Ibid., Leg. et Cons., 1, pag. 535).

*

CORNU

Tudo isto *é* sonho. Todo este arrazoado *é* supérfluo, porque o doc. refere-se evidentemente a dois homens e duas mulheres.

*

ESTIMO

«Custume he que quem teuer almoyna ou vinha ou pomar ou freyxeal cabo careyra ou perto de Ressio tapea que non possa per

hy entrar en salto o asno peyado. E sse b assy non fezer non leue ende *o estimo* mays qual daño fezer tal correga e non mays». (Costumes de Santarém, nos Port. Mon. Hist., Leges et Consuetudines, ii, pag. 32, cost. antepenultimo).

Nos Costumes de Santarém, communicados a Oriolla em 1294, a postura conclue assim : «... e sse o assi non ffezer non leue ende *istimo* nem degredo mays qual dano lhi fezer tal hi corregua». (Ibid., pag. 38, cost. 9).

Nos Costumes de Santarém communicados a Alvito, não sei quando, a postura conclue d'esta maneira: «e se o assi non fezer non leue ende o *estimo*. Mais qual dano fezer tal correga». (Ibid., pag. 47, cost. ii).

Nos mesmos Costumes de Santarém, communicados a Alvito, encontra-se outra postura regulando igual assumpto, mas só em relação ás vinhas; n'esta não se fala em *estimo:* «E das vinhas que iouuerem a par do Ressio ou a par das carreiras tapeas seu dono en tal guisa que asno peyado non possa aló entrar e se a ante teuer tapada corregallo o dano e se non for tapada non lhi correga o dano». (Ibid., pag. 49, cost. 3).

Nos Cost. de Santarém, e nos que este concelho communicou a Oriolla, não se encontra essa postura.

Todavia, ainda n'outra postura, esses Costumes communicados a Alvito falam em *estimo* e a proposito de vinhas: «O degredo que se poser nas vinhas he *(lacuna)* e hee do concelho e por este degredo non leixe porem de a *correger* o dono *ou a dar o estimo* se o seu dono quizer» (Ibid., pag. 49, costume 4). O *estimo* será aqui a multa ou qualquer outra pena estabelecida pelo concelho no *degredo ?* Não *é*.

Nos Costumes de Beja, o costume correspondente ao de Santarém (pag. 32, cost. antepenultimo) conclue assim: «e este que asy non steuer nom leuem dele *hystimo* nem *cooymha* nenhuma, mais qual dano fezer tal o correga e non mais» (Leg. et Cons., 11, pag. 69, cost. ultimo).

Nos Costumes de Torres Novas encontram-se os seguintes:

«He costume da dita villa que se alguum homem ou seus filhos ou seus mancebos acharem gaados doutrem em seu dano e os trouxer a sa prisom e os hy teuer se lhy aquel cuios forem os gaados ou outrem por el lhos daly tomar sem uoontade daquel que os assy tem aqueles que os assy tomarem pagaram o *stimo* a que eram

tehudos de pagar com dobro de a estes a que os assy tomarom. Pero se estes senhores dos gaados trouxerem penhores que ualham o *stimo* do dano porrá o penhor e filhará seu gaado e non seerà tehudo ao dobro».

«He costume que se alguum homem ou seus vezinhos ou seus homens de sa casa acharem bestas ou gaados brauos e os non poder prender e fezer per sa uerdade cuios eram e que os achou em seu dano leuará delles o degredo *ou stimo* assy como he deuisado pelo concelho assy como daqueles gaados que teuesse em sa prisom e fará per ssy penhora em outros gaados manssos destes cuios eram os brauos». (Leg. et Cons., n, pag. 91, cost. i e 3).

O estimo entendo que era a avaliação do damno causado.

Nos aforamentos *o estimo* significava que se o emphyteuta deixasse, por sua culpa, de aproveitar a terra, que fosse susceptivel de ser aproveitada, pagaria tanto de ração quanto produzisse outra terra tamanha. Ver J. P. Ribeiro, na Mem. sobre os aforamentos, Mem. de Litt., vu, a pag. 295.

Veja-se também o Tombo da Comarca da Beira, inquirições de 13g5, publicado no Arch. Hist. Portuguez, x, p. 232, «item foy lhe dada hüa coyrela de x hornees ë cauadura». Diz que não plantando o colono o bacello, seria o terreno *estimado* do vinho que poderia dar, e pagaria a ração em cada anno como se tivesse plantado.

Noutro casal achou o inquiridor que uma courella, que devia ser toda em vinha, jazia metade em pão. Foi intimado o colono que refizesse a vinha como era d'antes ; e a ração que havia de pagar ao rei seria estimada como se a courela estivesse toda feita em vinha. (Ibid., p. 244. Semelhantemente a p. 254).

*

VILLA

Usado no mesmo doc. no sentido de granja e de aldeia : «uendimus hereditatem nostram propriam uillam prenominatam quam uocitant s e u e r .... et abet iacentia in uilla seueri». (Portug. Mon. Hist., Dipl. et Chartae, 1, pag. 156, doc. 252, de IO23). Outro exemplo no doc. 278, de io33. (Ibid., pag. 170).

No sentido exclusivam.te de propried.® rural com casa, doc. 365 de 1048.

No doc. 435, anno io63 (Portug. Monum. Hist., Diplomata et Chartae), os doadores dão a villa *custodias*. Mas parecendo, por este modo de dizer, que davam a villa toda, comtudo o resto do doc. mostra o contrario, porque declaram depois doar também outro predio *na mesma villa*, o qual haviam adquirido por compra, ao passo que a *villa* lhes tinha vindo por successão. O que suppomos *é* que a palavra villa, no primeiro caso, designava a granja, ou fosse esta que tivesse dado o nome ao logar, ou, pelo contrario, o tivesse recebido d'elle (e é o que parece mais provável na hypothèse presente porque havia proximo um monte chamado *Custodias);* e no segundo caso designava o conjuncto dos predios existentes no mesmo logar, ou a *aldeia*.

O vocabulo *villa*, no sentido de predio, herdade, está claramente empregado no doc. 587 de 1080.

Em Ecclesiola (villa) havia umas poucas de villas. Doc. 603, de 1081. Este doc. não chama *villa* a Ecclesiola, mas chama-lh'o o doc. 521, de 1075, e outros.

Certo individuo vende parte da *villa* que tinha na avilla sandi». io85, doc. 644.

«Uma *villa* na villa aparamio». 1088, doc. 705.

Um doc. de 1092, n.° 770, diz: aloco sancti martini» e auilla sancti martini», referindo-se á mesma cousa.

Gama Barros (*)

O público, em geral, ignora a sua obra, e talvez desconheça até o seu nome; e, no entanto, Gama Barros foi, com Alexandre Herculano, um dos criadores dos modernos estudos históricos em Portugal. Nascido em Lisboa, a 23 de Agosto de 1833, tinha cinquenta e dois anos, quando publicou o primeiro tomo da *Historia da Administração Pública em Portugal nos séculos xn a xv*. Aos sessenta e três anos apareceu o segundo; aos oitenta e um, o terceiro; e o último aos oitenta e nove, três anos antes do seu falecimento, em 29 de Agosto de 1925, como se não quisesse morrer sem deixar completo o admirável monumento por ele consagrado à nossa Idade Média.

A história, tantas vezes deturpada pelo abuso da generalização e da síntese, não pode alar-se em voos de fantasia, para dar maior relevo à dramatização dos factos. Será, porventura, um belo trabalho literário, mas não a verdadeira história. Esta deve sempre basear-se no mais irrefragável material documentário; e o historiador, tanto na austera probidade das suas pesquizas, como no rigoroso escrúpulo das suas deduções, manterá a mais serena imparcialidade, não se deixando influir por sentimentos

(*) Palavras pronunciadas pelo Dr. Queiroz Velloso, em 1935, depois do descerramento da lápida que a Comissão Administrativa do Municipio de Lisboa mandou colocar na casa da rua de Fernandes Tomás, onde viveu e morreu o grande Historiador

pessoais, nem preparando, calculadamente, premeditados efeitos e artificiosas ilações.

Gama Barros, por tendências do seu espírito, ou influência dos grandes mestres da historiografia francesa e alemã, assim considerava a história. A sua obra não se funda apenas no conhecimento pleno dos autores portugueses e estrangeiros, que versaram os mesmos assuntos. O meditado estudo dos abundantes documentos arquivados na Torre do Tombo, longos anos percorridos com singular poder de análise, aliado a um seguro processo construtivo, é que dá às suas conclusões indiscutível solidez. Se lhe aparecia dúvida ou problema insolúvel, antes os patenteava e discutia, do que procurava encobri-los com habilidosas interpretações.

Sem esta erudita história das nossas instituições medievais, cujas origens o autor vai frequentemente buscar às épocas leonesa e visigótica e até à época romana, não conheceríamos ainda, em todos os seus aspectos, a sociedade portuguesa dos séculos xn a xv. Na singela Prefação que abre o tomo i, propunha-se Gama Barros «apresentar a administração pública em Portugal... em relação ao regimen interno, ...desde a fundação da monarquia até o fim do reinado de D. João II... Mas, para avaliar de perto o mecanismo da administração e o seu influxo, não basta conhecer o direito que a regia ; é mister penetrar mais no âmago da sociedade, perscrutando os costumes de cada classe, investigando os seus privilégios e encargos, e atentando também na constituição da família e da propriedade, na justiça civil e criminal».

Deste sóbrio programa nasceu uma obra, que não receia confronto com análogos trabalhos de reputação mundial. Basta a simples resenha das matérias tratadas nos quatro tomos da *História da Administração Pública*

em Portugal para evidenciar o fundamental valor das suas investigações sobre a maneira de viver, individual e colectiva, das gerações passadas.

No primeiro tomo, estuda Gama Barros não só o Código visigótico, o Direito canónico e o Direito romano, isto é, as fontes principais da nossa antiga legislação, mas o Direito consuetudinário, os forais, genuinos monumentos do Direito tradicional, e as Leis gerais, aliás limitadas pelas imunidades das classes privilegiadas e as isenções locais. Assentes os elementos constitutivos do direito público português na Idade Média, analisa Gama Barros o poder do rei, as obrigações dos súbditos em relação à corôa, as restrições da soberania e o progresso da autoridade do monarca. O problema da existência ou não do feudalismo, em Portugal e nos Estados de Leão e Castela, é discutido com imensa cópia de factos, chegando Gama Barros a uma conclusão, que o tempo decorrido, desde a publicação desse volume, não invalidou ainda: «Nestes reinos... a acção e a reacção entre o princípio feudal, que era dominante em grande parte da Europa, e as circunstâncias peculiares da Península, que repeliam aquele princípio, produziram um sistema político especial, que não era o feudalismo porque lhe faltavam os caracteres essenciais, mas... proporcionava à aristocracia elementos vigorosos de resistência ao desenvolvimento do poder real, nos amplíssimos privilégios de que a nobreza estava revestida».

Consagra depois Gama Barros extensos capítulos à classe eclesiástica e à sua preponderância no governo no governo civil da sociedade; às ordens militares, poderoso auxiliar na guerra da Reconquista; à nobreza e às suas categorias, aos seus costumes, às suas prerrogativas, aos abusos de jurisdição dos donatários e às lutas da

corôa contra esses privilegiados até à sujeição definitiva da classe nobre. Não são menos notáveis os capítulos relativos ao incremento das instituições municipais e consequente emancipação do homem de trabalho ; e à origem das Cortes, sua influência na administração geral, sua constituição, escolha e número dos procuradores dos concelhos. E o volume fecha com um interessante estudo das condições em que então se exercia o governo central da monarquia: as frequentes deambulações da córte; a organização da Casa real; os funcionários civis e militares; a primitiva cúria ou conselho do rei; e os tribunais, casa do civel e casa da suplicação.

O tomo segundo trata exclusivamente da população de Portugal na Idade Média. Começa Gama Barros por fixar a sua densidade, no território onde depois se fundou a monarquia portuguesa. Não obstante a devastação do país, causada pela guerra com os Sarracenos, as incursões dos Normandos e as lutas entre Cristãos, os numerosos actos de transmissão de bens, que durante os séculos x e xi se realizam entre pessoas particulares, provam a existência duma população agrícola e sedentária, mais densa do que geralmente se supõe. Mostra-nos em seguida Gama Barros a condição social das classes inferiores, entre os Visigodos e no período leonés : a transformação da servidão pessoal em adscrição à gleba, e do adscrito em colono pessoalmente livre ; as cláusulas da alforria restrita e da alforria completa; o forte impulso dos municípios na emancipação dos servos.

Nos capítulos seguintes, para acompanhar os esforços tendentes à fixação e melhoria da população, recorre Gama Barros às cartas de aforamento, singular ou colectivo, aos forais e às inquirições. Às suas indefessas investigações não escapa nenhuma face do problema: a vinda de

colonos estrangeiros; a desigualdade de povoamento nas diferentes províncias do reino; o aumento da circulação monetária; a multiplicidade das feiras, única forma de actividade comercial, compatível com a falta de comunicações e os perigos e despesa das jornadas; as crises de fome, gerais e parciais ; as epidemias ; a almotaçaria, estabelecida pelos reis ou pelos concelhos. Por fim, demora-se no exame de factos, que denotam o incremento da população nos séculos xiv e xv: as pragmáticas contra o luxo; a maior distribuição do comércio interno; a criação de estalagens, mantidas por particulares ou pelas próprias municipalidades; a elevação do nível social do povo, manifesto índice da prosperidade geral.

O regimen da propriedade e as diversas formas de aquisição do domínio do solo — ocupação, prescrição, contratos, direito de avoenga, doações, arrendamentos, herança e, dentro desta, a sucessão legítima, a sucessão dos filhos naturais e a sucessão testamentária ; as disposições legais que regulavam esse regimen, na Espanha visigótica e na sociedade cristã da Reconquista : o sistema tributário em vigor nas duas épocas; o estado das classes populares, em relação à posse da terra, depois da formação da nacionalidade portuguesa: todas estas enredadas questões constituem a matéria do tomo IH, magnífico trabalho de erudição e de crítica, dada a variedade das fórmulas jnrídicas, a complexidade das relações sociais e o nimio cuidado do autor na exposição e comento dos factos.

E nas inquirições gerais de 1220 e 1258, que Gama Barros encontra elementos preciosos para rigorosamente definir a situação especial dos colonos livres de casais realengos e os encargos fiscais da propriedade alodial, pertencente a vilões. Pela importância que teve na expio-

ração agrícola e no crescimento da população, estuda também o eminente investigador as diferentes modalidades de aforamentos, quer de bens da corôa, quer de bens eclesiásticos ou particulares. Mas um dos mais valiosos capítulos do livro é o que trata da propriedade vinculada. A origem dos morgados filia-a Gama Barros no influxo imediato das *Partidas* e mediato de certos elementos do feudalismo, como o direito de primogenitura e o privilégio da masculinidade, que eficazmente serviam «para manter a riqueza nas famílias e perpetuar portanto as tradições nobiliárias». Examina depois as restrições do direito de propriedade, nas expropriações por utilidade pública e na famosa lei das sesmarias. E éste volume termina com uma larga notícia do antigo tabeliado português.

O tomo iv é a reconstituição histórica da situação económica do país, nos seus fundamentos essenciais : a agricultura, a indústria e o comércio. Após o estudo preliminar da agricultura nas épocas visigóticas e muçulmana, considera Gama Barros as várias fases da vida agrícola portuguesa até à morte de D. João II: alternativa de abundância e escassez de cereais, antiguidade da cultura da vinha ; importância dos olivais nas províncias do sul ; extensão da cultura do linho ; vasto consumo da cera e do mel ; saída de cortiça para a Flandres ; criação e exportação de gados; providências para o aperfeiçoamento da raça cavalar ; tributos sobre pastagens e baldios.

Na indústria, o fabrico caseiro de panos era vulgar. Mostra Gama Barros que, além do pano de linho, do bragal e do burel, também se teciam panos de côr. Em muitos concelhos fabricava-se louça de barro, e não faltavam fornos de cal. A moagem de cereais era livre, podendo qualquer pessoa construir moinho ou azenha, com a res-

pectiva presa, em predio seu; mas, para montar atafona, devia possuir terras de pão. O primeiro *moinho de papel* ja laborava em Leiria, nos princípios de 1441. A indústria da saboaria constituiu sempre um monopólio. Concedido por D. João I ao infante D. Henrique, à data da sua morte, passou ao sobrinho, o infante D. Fernando, e deste a seus filhos, o duque de Viseu e o duque de Beja, futuro rei D. Manuel. Ao mesmo infante D. Henrique deu D. Afonso V o privilégio da aplicação do pastel à tinturaria. A velha arte dos lavrantes de ouro e prata estava sujeita a alternativas de restrição e de liberdade, por trabalhar em metais preciosos. A indústria da pesca, atraindo os homens que povoavam o extenso litoral, era muito importante ; estendia-se até a espécies, como a baleia, que hoje não aparecem nas nossas águas. O fabrico do sal, anterior à monarquia, representava um poderoso elemento do tráfego externo.

E exaustivo o capitulo que Gama Barros dedica às nossas relações comerciais. A sua antiguidade; estímulos e incitamentos à navegação ; disposições sobre fretamentos ; leis favoráveis à construção de navios ; as bolsas de seguros, criadas por D. Fernando em Lisboa e Porto ; a bolsa do comércio português em Bruges ; os progressos da actividade mercantil, a partir do século xiv; os tributos que nela incidiam ; tudo ê profundamente esmiuçado e comentado. Segue-se o estudo da sisa, como imposto geral e permanente, com os juízes privativos e os seus arrematantes, tão odiados pelos vexames que envolviam a cobrança. Vem depois o trabalho consagrado aos pesos e medidas, tão diversos no valor e nos nomes. E o livro acaba com os capítulos relativos ao comércio interno, direitos de portagem e embaraços que o dificultavam ; ao comércio com as possessões de além-mar ; e ao comércio

exterior com a Itália, a Flandres, a Inglaterra, a França, a Alemanha e Castela, assombroso repositório de factos, apreciados com sólido critério objectivo.

Eis aqui, em rápida, deficiente e perfuntória síntese, o que é a *História da Administração Pública em Portugal nos séculos xu a xv,* obra monumental de ciência e consciência, largamente credora da nossa admiração. Cinquenta anos de canseiras lhe deu Gama Barros, grande exemplo de energia, de tenacidade, de absoluta confiança em si e no seu trabalho — alto e prestigioso modelo para novos que saibam chegar a ser velhos, para velhos que saibam ainda ser novos.

As minhas últimas palavras serão de elogio, de merecido e caloroso elogio, à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, que tão nobremente compreendeu o vasto alcance social destas homenagens, e tanto tem elevado e difundido os seus serviços culturais.

J. M. QUEIROZ VELLOSO

Fachada da casa de Gama Barros

As cortes de 1211

Como é geralmente sabido, eram de carácter agrário os fundamentos da sociedade portuguesa primitiva. A escassez da moeda ocorria-se com os produtos da terra, que no primeiro século da vida de Portugal foram o mais usado agente das relações económicas vulgares. Certo é que, entre outros despojos de guerra, os portugueses traziam das campanhas contra os muçulmanos grande número de moedas de ouro, muitas das quais, com outros artefactos do mesmo metal, forneceram a matéria prima para cunhagem dos primeiros *morabitinos* nacionais. Porém, muçulmanas ou cristãs, as moedas de ouro estavam, como é natural, destinadas a entesouramento, constituindo normalmente riqueza em reserva, fundos para realização de operações financeiras mais avultadas que as diàriamente feitas.

Nas grandes, como nas pequenas fortunas, a base fundamental era a terra, fonte do principal haver móvel. Tal se mostra também, como não podia deixar de ser, a fisionomia do erário régio — verdadeiro erário nacional nesses recuados tempos — no qual se acumulavam, com as espécies áureas, as contribuições de vária natureza devidas à coroa, satisfeitas quase sempre em géneros. Estes rendimentos da mais opulenta propriedade rural do Pais, a do Rei, eram, por sua própria natureza, insusceptíveis de centralização absoluta; embora reduzindo-se-lhes quanto possível o número — os celeiros, as adegas e os armazéns, onde a coroa guardava o que lhe pertencia, tinham de estar espalhados pelo País. E à semelhança de tal modo de arrecadação, também a riqueza monetária dos nossos primeiros reis esteve sempre dispersa por alguns dos principais mosteiros e castelos, a cujas armas espirituais ou materiais o monarca confiava a defesa do seu tesouro.

Como bom e zeloso administrador de bens que considerava seus, embora os utilizasse principalmente na satisfação de interes-

ses nacionais, o Rei costumava, nos intervalos das campanhas militares, percorrer o País em repetidas viagens de inspecção, acompanhando-o nelas os altos funcionários palatinos e os demais elementos da simplicíssima máquina burocrática que então bastava ao exercício de uma rudimentar administrarão rural.

Durante essas viagens, pousava onde as exigências do serviço ou os acasos da jornada indicavam. Muitas vezes em pequenas villas, e até em logarejos que ofereciam condições de instalação quase inverosímeis. Não faltam, com efeito, exemplos rigorosamente documentados de terras onde o paço real não passava de modestíssima habitação coberta de colmo, ou a baixela era constituída por escudelas que humildes lavradores emprestavam ao Rei. Contudo, em tão pobres moradias reduzida seria a demora; maior estadia era de regra a que a corte fazia em aglomerados urbanos importantes, nos quais a mansão régia, embora rude, sempre tinha um pouco mais de conforto. Daqui resulta que, em relação a tal época, só convencionalmente pode falar-se de uma capital do País. No entanto, se se atende a preferências da corte, e a um maior assento no meio de tais andanças, Coimbra pode reivindicar aquele título, em relação aos primeiros reinados. Restringindo o exame de tal ordem de factos aos anos mais próximos do sucesso político de que vou ocupar-me — as chamadas ucortes de 1211» — essa primazia é evidente.

Na primavera de 1209, D. Sancho 1 estava em Coimbra, que foi também teatro das desavenças ocorridas nos últimos meses desse ano entre o monarca e o bispo conimbricense ; e aí fez o rei lavrar, em Outubro de 1210, o seu testamento. Nos fins deste ano, porém, aproveitando uma aberta na doença que havia de o levar ao túmulo, ainda deu um salto a Santarém onde tinha grande riqueza pecuária, que aparece naquele documento, a par da de Soure e de Coimbra, dos panos (certamente de linho) guardados em Guimarães, e de produtos armazenados em celeiros espalhados pelo Pais. Mas logo o monarca voltou a Coimbra ; e aqui veio a expirar.

Esta predilecção traduzia-se ainda no facto de estar em Coimbra, nas torres do castelo, perto do paço, a maior parte do régio tesouro: nelas com efeito se guardavam, em morabitinos e ouro não amoedado, riquezas que excediam o total das dispersas pelo resto do País, postas nas mãos dos freires-militares de Évora, de

Tomar e de Belver, nas do alcaide do castelo de Leiria e nas do abade do convento de Alcobaça.

A morte de D. Sancho I, ocorrida nos fins de Março de 1211, assistiu o primogénito, que subia ao trono com o nome de Afonso II. Talvez nessa hora ele retirasse dos dedos do cadáver os dois aneis outrora usados por Afonso Henriques, e que, anos depois, haviam de mudar mais uma vez de possuidor, passando das mãos frias de Afonso II para as do prior do mosteiro de Santa Cruz, e indo assim engrossar o tesouro da igreja onde dormiam o eterno sono os dois primeiros Reis de Portugal. Outras pessoas da família real presenciaram também os últimos momentos de Sancho I, e igualmente os altos funcionários palatinos, que eram então: o mordomo da corte Gonçalo Mendes, o alferes-mor Martinho Fernandes e o chanceler Mestre Julião. Também já estavam em Coimbra, ou logo aí se congregaram, numerosos magnates leigos e eclesiásticos, pois um documento de 6 de Abril, lavrado nessa cidade, menciona a presença de muitos próceres — aqueles que a cada passo concorriam aos trabalhos da Cúria Régia em tempo do falecido rei — e ainda a do mestre dos Templários, a do prior dos Hospitalários, e a de todos os prelados do reino: o arcebispo eleito de Braga, Pedro; os bispos do Porto e de Coimbra, respectivamente Martinho Rodrigues e Pedro Soares, pertinazes contendores de D. Sancho I, que com eles se reconciliara poucos meses antes de morrer; o de Idanha, Martinho Pais; o de Évora, Soeiro; o de Lisboa, Soeiro Viegas; e o de Viseu, Nicolau, o mais culto dos antistites portugueses de então, pois se formara em Artes e Teologia na Universidade de Paris.

D. Afonso II conservou-se em Coimbra até fins de Julho, e sempre aqui estanciaram os referidos magnates, pois o novo rei manteve os quadros políticos e administrativos existentes, limitando-se a substituir o mordomo-da-corte Gonçalo Mendes por Martinho Fernandes, que até então servira o cargo de alferes-mor, funções que o rei então confiou a um dos nobres da corte de Sancho I, Soeiro Raimundes.

Desde fins de Julho até à entrada do inverno andou o novo rei pela Beira, e só o sabemos regressado a Coimbra em princípios de Dezembro. Creio, portanto, que nos meses de Abril a Julho daquele ano de 1211 se celebraram as reuniões de que resultaram as primeiras leis de D. Afonso II.

A esta assembleia de 1211 atribuiu HERCULANO um conjunto de 27 leis, que, compendiadas de diversos manuscritos trecentistas, publicou nos *Portugaliæ Monumenta Historica* (4). Porém GAMA BARROS, na sua magistral *História da Administração Pública em Portugal*, discordou daquele procedimento, sustentando que só a primeira daquelas leis pode dizer-se ser de 1211, visto só nela haver referência a esse primeiro ano do reinado de Afonso II, e isto num preâmbulo que, segundo o ilustre historiador, «mostra referir se estrictamente aos dois objectos de que ela trata, isto é, a administração da justiça e a sujeição aos direitos da Igreja» (2). Por minha parte direi que me não parece suficientemente justificada a opinião de GAMA BARROS, e por isso, contra ela, embora com o respeito devido à memória de tão erudito historiador, apresentarei alguns reparos.

Em primeiro lugar observarei que a parte dispositiva da aludida primeira lei é extremamente magra e vaga, constituída apenas pelas seguintes expressões : «estabeleçeo juizes, conuem a ssaber que o rreyno e todos que en el morasem fosem per ele rregudos e senpre julgados per ele e per todos seus ssucçessores, e aguardam assy e todos seus succçessores que sse alguma cousa uissem de correger ou dader ou de minguar en estes juizes, que o corregessem. Outrosy estabeleçeo que as sas leis sseiam guardadas e os dereytos da santa egreia de R o m a . . . » (3). Ora custa realmente a crer que decisões assim importantes se expressassem tão sucintamente, quando é certo que, em estranho contraste, miudamente expostas se apresentam todas as demais leis de D. Afonso 11.

Entendo, por isso, que todo o texto dessa suposta lei não é mais que um prólogo geral onde sintéticamente se enuncia a finalidade das demais, cujo teor cabe realmente naqueles dois objectivos genéricos.

Por outro lado, o próprio emprego da terceira pessoa, relativamente ao rei *(estabeleceuj* naquela chamada *primeira lei*, também em manifesto contraste com o da primeira pessoa *(estabelecemos)* usado nas demais, leva à mesma conclusão, dando àquela uma redacção *narrativa*, e aos textos seguintes, indiscutivelmente de

(*) *Leges et Consuetudines*, 1, 145-157.

(2) Volume ui da ed. de 1914, pág. 158, nota 1.

(*) *Leges et Consuet*, cit. págs. i63 e 164.

leis, uma redacção *dispositiva*. Ainda em reforço deste modo de ver, sugiro que deve ler-se naquele primeiro texto, em vez de *juí\es*, a variante *juízos,* sinónimo de *leis*, leitura esta que tem a seu favor o facto de se ajustar muito bem a textos legais — e bastante mal a magistrados — aquela recomendação feita por D. Afonso 11 aos seus sucessores de procederem a correcções, se reconhecessem haver neles alguma coisa que devesse ser objecto de aumento ou de diminuição, «se alguma coisa vissem de ader ou de minguar», pois não se compreende que cousas poderia o rei diminuir ou aumentar em homens.

Não menos de considerar é certamente o facto de que o conjunto das 27 leis se apresenta com carácter de construção unitária, como procurarei mostrar. Com efeito, sem embargo de ter um ilustre medievalista, SÁNCHEZ-ALBORNOZ, afirmando serem tais leis «de índole tan diferente, que apenas si tienen entre sí más relación que la cronológica y casual, de ser obra de una sola asamblea y de haber sido publicadas en un mismo año» (4) - creio na possibilidade de surpreender, sob um «facies» de marcada diversidade, certas directrizes fundamentais, que harmónicamente se conjugam numa impressionante unidade de pensamento político.

Um certo número, aliás pequeno, das referidas leis traduz—como disse HERCULANO — o desejo de transformar em preceito legal «aquilo que Sancho 1 concedera ao clero como um previlégio e ainda mais» (5). São elas as que mandaram respeitar inviolàvelmente o foro eclesiástico, defender das violências de seculares as igrejas e mosteiros, regularizar o direito de padroado, mesmo quando o exercia a Coroa, e isentar o clero de certos tributos e serviços, devidos ao Rei ou aos concelhos.,; HERCULANO, e quantos depois dele se ocuparam da história deste período, não viram na aludida série de disposições mais que a tradução de um propósito de resolver dificuldades ocasionais, desbravamento do terreno político a que o rei procedia com o fim de afastar do seu caminho uma possível oposição dos prelados, na hora, já próxima, da investida que planeava contra as irmãs, em defesa da integridade do património da coroa — integridade que considerava comprometida pelo legado de castelos e direitos régios que Sancho 1 lhes fizera.

(4) *La Curia Regia Portuguesa*, págs. 70-71.
(6) *História de Portugal*, t. iv, pág. 9 (7.* edição).

Parece-me estreita em demasia esta visão. Sem lhe negar em absoluto qualquer fundamento, suponho que a essa razão de mero oportunismo se sobrepunham pensamentos mais nobres ; o do respeito por normas jurídicas e o do culto da equidade, que animam — como já veremos — muitas das outras leis. De facto, se o monarca tivesse simplesmente o intuito de agradar ao clero, não promulgaria decerto a lei io.ª, que, proibindo aos mosteiros e igrejas a aquisição de bens de raiz (excepto quando destinados os seus rendimentos à celebração de sufrágios por alma do rei e de seu pai), defendia os interesses materiais da Coroa, em clara atitude de hostilidade para com muitas instituições eclesiásticas (6).

Nesse mesmo capítulo relativo à defesa dos réditos da coroa devem incluir-se mais as seguintes leis: a u.ª, coartando os abusos dos Hospitalários, que estendiam a herdades régias os privilégios da Ordem, pondo nelas — dizia o rei— «ssinaes e cruzes per que deneguem a nós o nosso dereyto» (7); a 23.ª, punindo rigorosamente as malversações de certos oficiais da fazenda real, os ovençais, devendo o culpado ser demitido, multado, marcado a ferro candente e açoutado «nuu per toda a uila» com correias cruas (8): e finalmente a 24.ª, castigando com decepamento de pés e mãos, e confisco de bens, os moedeiros ou ourives falsários (9).

O respeito pelas normas jurídicas, por aquilo que mais tarde se chamará a «figura de juízo», transparece nas leis 5.ª, 6.ª, 8.ª, i3.ª. e i5.ª. A 5.ª, bem como as 6.ª e i3.ª, deu combate à vindicta privada, substituindo-a por resoluções forenses (19). A i5.ª estabeleceu que a penhora, quando promovida por um particular, so poderia realizar-se em consequência de julgamento regular, sob pena de multa e indemnização aplicadas ao infractor (H). A 8.ª fixou o preceito de nas penhoras a favor da Coroa também se adoptar como norma o julgamento: se houve sentença da Curia, executa-se a penhora; se não houve, e o acusado quer submeter-se a julga-

(6) *Port. Mon. Hist., Leges et Consuet.,* pág. 169.
(7) *Ibid., ibid,* pág. 170.
(8) *Ibid., ibid.,* pág. 176.
(•) *Ibid., ibid.,* pág. 177.
(io) *Ibid., ibid,* págs. 166, 167 e 171.
(n) *Ibid., ibid.,* págs. 172 e 173.

mento, prestando caução, não se fará ; e só será levada a efeito se o arguido não quiser ir a juízo ou não der caução (12).

Repare-se desde já na clara noção da equidade que resulta da comparação das últimas referidas leis. A Coroa desiste de qualquer situação especial, assente em regime de violência, e submete-se a normas jurídicas análogas às que deseja ver comunmente seguidas.

Esse mesmo espírito de equidade inspirou também outras diversas leis, como a 2.ª, a 3.ª, a 4.ª, a 16.ª, a 19.ª, a 22.ª, a 25.ª e a 27.ª, em todas as quais se declara guerra a prepotências e malfeitorias. Nuns casos está em foco a garantia de justos direitos de propriedade, quer pela atribuição da íntegra posse de salvados aos seus legítimos donos, «ca ssem rrazom pareçe aquel que he atormentaado darlhi homem outro tormento» (13), quer pela proibição de adquirirem a fazenda régia ou a de poderosos quaisquer coisas que não paguem por seu justo valor (14); noutros, a protecção da dignidade humana, quer pelo reconhecimento de que o homem livre tem inteiro direito de escolher senhor a quem sirva (15), quer pela declaração forrpal de que nunca mais o Rei promoverá casamentos forçados (*{H ;* noutros ainda, a defesa da moralidade, quer pela cominação de castigo para quem apelar de uma sentença que a segunda instância reconheça ter sido justa, quer pela expulsão do País, fulminada contra os ociosos í17).

Com tal espírito de equidade moram paredes-meias certas normas relativas à dignidade da Coroa, como as das leis 20.ª e 21.ª, uma proibindo aos oficiais da fazenda real, sob pena de confisco de seus bens, que do erário dêem «dinheiros a husura», e outra determinando sistematicamente se suspenda por vinte dias a execução de sentenças régias de morte ou mutilação, «porque a ssanha sooe a enbargar o coraçom» (18).

De quanto fica dito, claramente se vê que a legislação de 1211, longe de ser constituída por uma série de disposições avulsas, manta

(i*) *Port. Mon. Hist., Leges et Consuet.,* pág. 168.
(«J *Ibid., ibid,* ï, pág. i65 (lei 3.«).
(H) *Ibid, ibid.,* pág. 164 (lei *2.ª).*
(15) *Ibid., ibid,* pág. 174 (lei 19.*).
(16) *Ibid., ibid.,* pág. 175 (lei 22.ª)*
(17) *Ibid., ibid.,* págs. 177-178 (lei a5.ª) e 178 (lei 27.*).
(18) *Ibid., ibid.,* pág. 175.

de retalhos mal cosidos, é, pelo contrário, a tradução, em diversos sectores, de um pequeno número de princípios rígidos, que em conjunto traduzem orientação política definida. Definida e nova, pois quando o rei afirma que é dever «do boom prinçepe purgar a ssa prouinçia dos maaos homeens» (19), ou quando, ao hostilizar inveterados hábitos dos poderosos, sustenta que lhe cumpre remediar o agram dano e prejuízo dos mezquinhos» (2J), *é* de facto uma realeza diversa da de Afonso Henriques ou de Sancho i esta que surge em 1211. O Rei deixa de ser, à moda medieval, um nobre como os demais, simplesmente a primus inter pares», para começar a mostrar-se algo diferente dos outros elementos sociais, superior a todos eles, e defensor do equilibrio da vida da Nação.

DAMIÃO PERES

(*•) *Port. Mon. HistLeges et Consuet*pág. 179 (lei 27.ª).

(*°) *Ibid.y ib id y* pág. 164 (lei 2.ª).

Los libertos en el reino astur-leonés

Cuando hace más de veinte años preparaba la publicación del volumen i del *Anuario de historia del derecho español*, me decidí a incluir en él mi estudio sobre los tres grupos de hombres libres en dependencia que conoció el reino asturleonés: los sometidos a patrocinio: *commendati y homines de benefactoría*, los *juniores* o *tributarii* y los libertos. Al ampliar hasta la época del *Becerro de las Behetrías* la investigación sobre los primeros, la monografía consagrada a los encomendados se hipertrofió de tal manera (4) que hube de renunciar a incluir en el tomo en preparación las páginas dedicadas a las otras dos clases sociales citadas. Muchos temas históricos diversos me han atraído con fuerza desde 1924; pero al cabo de casi un cuarto de siglo he vuelto a repasar la documentación que reuní entonces y hoy me dispongo a publicar por separado dos estudios sobre los *juniores* y sobre los *liberti* asturleoneses. He aquí el consagrado a los últimos.

*

* *

Naturalmente no soy el primero en estudiar a los libertos asturleoneses. Hace tres cuartos de siglo les consagró Muñoz y Romero (2) muy breves páginas en el minúsculo librito donde estudió las clases sociales del reino de León, pero basó sus noticias sobre ellos en no más de media docena de documentos de la

(9 *Las behetrías : La encomendación en Asturias, León y Castilla, Anuario de historia del derecho español,* 1, 1924, págs. 158-336.

(2) *Del estado de las personas en los reinos de Asturias y León,* 2.ª ed., Madrid, i883, págs. 81 y ss.

época que aqui nos interesa. Gama Aarros (3) les dedicó brevísima atención, sin añadir sino algunos textos portugueses a los ya utilizados por el estudioso español. Puvol (4), al ocuparse de nuevo de los libertos hace no muchos años, no hizo avanzar las breves indicaciones de sus predecesores, pues se limitó a aprovechar las Fórmulas Visigodas en la más torpe de sus ediciones y los documentos alegados ya por Muñoz y Romero. Y después nadie ha vuelto despaciosamente a enfrentarse con los libertos asturleoneses, aunque les hayan dedicado someras alusiones algunos eruditos al socaire del estudio de temas emparentados con el de la condición social y jurídica de los *liberti* (5). No me parece, por tanto, inútil acometer de nuevo el examen frontal de la cuestión.

I

Los libertos de la ¿poca visigoda

La clase social de los libertos no fué en los reinos de Asturias y León una novedad histórica fruto de las nuevas formas de vida de la época, como lo fueron algunos de los grupos humanos que integraron la sociedad de los primeros tiempos de la Reconquista occidental. Los libertos asturleoneses prolongaron en el tiempo la clase de los hispanogodos. Han sido éstos exhaustivamente estudiados por Dahn (6), Pérez Pujol (7), Gama Barros t8), Meli-

(3) *História da administração pública em Portugal nos seculos Xll a XV,* i.ª ed., ii, Lisboa, 1896, págs. 80 y ss. y 2 • ed., dirigida por T. de Sousa Soares, iv, Lisboa, 1947, págs. 132 y ss.

(4) *Orígenes del reino de León y de sus instituciones*, Madrid, 1926, pág. 489 y ss.

(5) Verlinden : *L'esclavage dans le monde ibérique médiéval*, *Anuario hist. debo, esp.*, xi, 1934, págs. 368-371, 383-384, 390-391, 402-403; Garcia Gallo: *Las instituciones sociales en España en la alta Edad Media*, Madrid, 1945, págs. 81 y ss. ; Sousa Soares: *Observações* a la *Hist. da administração* de Gama Barros, ív, págs. 443-446.

(6) *Die Kõnige der Germanen*, Würzburg, 1885, vi, págs. 178-185.

(7) *Historia de las instituciones sociales de la España goda*, Valencia, 1896, ív, págs, i5a-i53 y 222-230.

(8) *Historia da admiuistração pública em Portugal*, II¹, págs. 48-53 y ív², págs., 93-104.

cher (9), Torres López (1<r), Verlinden (u) y García Gallo (12). Aunque no coincidan siempre en su exposición, de sus páginas puede deducirse una exacta visión de conjunto de la condición jurídica y social de los *liberti* de que fueron sucesores los asturleoneses.

De dos maneras podia salirse de la servidumbre en la monarquía visigoda: por determinación de la *lex* o por voluntad del *dominus*. Aquella decretaba la libertad del siervo en los casos siguientes: i.° — Cuando después de sometido a tortura en un proceso, se reconocía su inocencia pero quedaba inválido ; en este caso pasaba al patrocinio de su antiguo señor en calidade de liberto. 2.°—El ingenuo que se sometía por contrato a la servidumbre podía redimirse en todo tiempo. 3.° — El siervo vendido para fuera del reino que lograba regresar a su patria era declarado libre. 4 ° — El siervo lugitivo podía adquirir la libertad por prescripción de cincuenta años. 5 ° — Las leyes dictadas contra los judíos, en múltiples casos declaraban libres a los cristianos sujetos a la servidumbre de los israelitas. Pero estos cinco casos no debieron ser muy frecuentes y cabe por tanto suponer que la emancipación por el dueño del siervo, mediante una de las varias formas conocidas de manumisión, continuaría siendo el camino normal de acceso de la servidumbre a la libertad.

Parece que la *manumissio in presentía principis* dejó de usarse en la Península en la época goda; no hay al menos ningún testimonio de su aplicación durante la monarquía toledana. Empleóse en cambio la llamada *per episcopum in ecclesia;* con más frecuencia aún la emancipación mediante un acto *inter vivos:* por escrito, *per cartam*, o ante testigos, *per placitum;* y sobre todo la liberación *per testamentum*. En las emancipaciones por actos *inter vivos* era preciso que confirmasen el documento o asistiesen a la manumisión verbal dos o tres testigos, y en la liberación por (•)

(•) *Der Kampf qwichen Gesetqs und Gewonheitsrechts in Westgotenreiche*, Weimar, 1930, págs. 130-137.

(10) *Lecciones de historia del derecho español*, Salamanca, 1936, 11^ págs. 183-187.

f11) *L esclavage dans le monde ibérique médiéval*, *Anuario hist. dcho. esp*. xi, 1932, págs. 347 y 357-360.

(11) *Historia del derecho español*, i3, Madrid, 1943, págs. 341-342.

testamento, que dentro del plazo de seis meses fuese comprobada por tres o por cinco testigos.

Las manumisiones completas, aquellas que hacían al liberto ciudadano romano, le llevaban a la plena libertad eximiéndole de todo vínculo de dependencia o patronato. Aun así el liberto quedaba en una situación de inferioridad manifiesta en relación al ingenuo. La *Lex Visigothorum,* tam parca en hacer distinciones en la cuantía del *wergeld* de los libres, otorgó a los manumitidos uno de 2&o sueldos, mientras concedió al hombre nacido en ingenuidad un guidrigildo de 5oo. El liberto era sometido a tormento incluso en causas cuya valuación fuese inferior en una mitad a la de aquellas en que debía serlo un hombre libre de nacimiento. A testificar sólo era admitido en defecto de los ingenuos o en casos de poca importancia; y nunca era válido su testimonio en perjuicio de aquellos. Por último, sus delitos contra los libres eran castigados con mayor dureza que los cometidos por un ingenuo contra otro o contra un liberto ; y en muchos casos eran condenados a penas corporales mientras los libres lo eran sólo al pago de multas.

Al manumitir a los siervos se les concedía su peculio, a veces acrecentado graciosamente. Cuando la manumisión era completa el liberto le adquiría en plena propiedad.

Las emancipaciones restringidas colocaban a los liberados en una situación de dependencia, ya del manumisor ya de una tercera persona. Quedaban sometidos al patrocinio de su antiguo señor y al de sus descendientes ; o al de una iglesia, cuando el liberador así lo disponía en el acto de la manumisión. En estos casos el liberto estaba obligado al *obsequium* que parece abarcaba las obligaciones, *operae* y *officia* que pesaban de antiguo sobre los siervos liberados de un modo incompleto, es decir, a la prestación de servicios y al pago de rentas por el peculio recibido.

Los vínculos que unían a los libertos con su señor se fueron apretando con el transcurso del tiempo. En la primera época, los libertos, al ser manumitidos, popian abandonar la tierra de su antiguo dueño, vivir en ella o elegir otro patrono. En caso de continuar en los dominios del señor, cumplidas sus obligaciones, poseían libremente su peculio y los demás bienes que fueran adquiriendo en adelante. Pero si abandonaban las tierras del dueño y más aún si elegían otro patrono, como no podían prestar los *obsequia*

debidos al antiguo, perdían su peculio y cuanto habían recibido de su señor. Despues la legislación empeoró la condición del liberto, pues estableció que el manumitido no pudiese abandonar a su patrono por ningún concepto y dispuso que quien contraviniese aquel precepto perdiera todos sus bienes y fuese reintegrado a su señor para que seguiese cumpliendo las obligaciones derivadas de su patrocinio.

Estos deberes pesaron al principio tan sólo sobre el liberto durante la vida del manumisor ; pero después obligaron también los *obsequia* a los hijos del emancipado: durante cierto número de generaciones, o a perpetuidad, cuando habían sido manumitidos por la iglesia o colocados bajo su patrocinio por su antiguo señor en el acto de la liberación. Asimismo se prohibió a los descendientes del liberto enlazarse en matrimonio con la familia del dueño que le había emancipado y testificar contra ella. Frente a los demás libres, los hijos y nietos de un manumitido eran ya considerados como iguales ; como nacidos ingenuos, especialmente en dunto al derecho de testificación.

Los libertos no tenían derechos civiles plenos. Respecto al matrimonio, la iglesia prohibió a sus libertos casarse con ingenuos e ingenuas a fin de no perder el *obsequium* de los hijos, y la ley general, aparte de las limitaciones señaladas en orden a sus casamientos con los descendientes del manumisor, les prohibía contraer nupcias con siervos o siervas so pena de caer en servidumbre. Los hijos del liberto eran sus herederos legítimos, pero a falta de ellos no tenían el libre derecho de testar a su grado. Si habían seguido bajo el patronato de su liberador, la mitad de su herencia correspondía a su antiguo señor y sólo podían disponer de la otra mitad. Si habían elegido otro patrono y bajo el patrocinio de éste habían adquirido nuevos bienes, tampoco eran libres de legarlos a su antojo; su emancipador tenía derecho también a la mitad de los mismos. Si el liberto no disponía por testamento de la parte que podía legar, toda la herencia pasaba al patrono o a sus hijos. Respecto al derecho de propiedad ya hemos visto como empeoró su condición legal y como Ervigio dispuso que, caso de abandonar a su antiguo señor, no sólo perdiesen su patrimonio sino que fuesen reintegrados a quien los había emancipado.

Diferencias fundamentales separaban a los libertos de la iglesia de los libertos del fisco. Mientras aquéllos permanecían a perpe-

tüidad en patrocinio y en una condición de innegable inferioridad, los libertos reales alcanzaban rápidamente dignidades, honores y riquezas y se colocaban por cima de muchos ingenuos, tenían obligación de ir a la guerra y aun en ocasiones eran *compulsores exercitus* (13).

II

Los libertos en Asturias y León

A. *Formas de acceso a la libertad*

De la servidumbre sólo pudo salirse durante el período asturiones : por prescripción, por redención y por emancipación. A lo que parece deducirse del silencio de los textos, cayeron en desuso la mayoría de las posibles fórmulas de alcanzar la libertad sin manumisión previa que conoció la *Lex Visigothorum* (u), y el regimen de fugas a lugares de asilo fue posterior a la época en estudio, aunque al final de ésta se iniciase (15).

Los cautivos sarracenos (16j podían salir de la servidumbre mediante el pago de un rescate Hay más de un testimonio en la historia política, y alguno también en los diplomas, de la redención de prisioneros musulmanes. La cuantía del rescate variaría según la importancia social y la riqueza del cautivo. Alfonso m recibió la fabulosa cantidad de cien mil monedas de ora por Hasim ben cAbd al-AzIz, ministro de Muhammad (17). En un documento

(13) En las páginas consagradas a los libertos visigodos he seguido las exposiciones de los autores citados en las notas 6 a 12, inspiradas en la *Lex romana Visigothorum*, en la *Lex Visigothorum*, en los cánones de los concilios de Toledo y* en las *Formulae*.

(14) v.4.10, vi.i.5, ix.t.10, x.2.2 y 7, xii.2.i3-14 y xu.3.i2 y 18. Véase antes pág 11.

(15) Véase la parte final de este estudio.

(16) Sobre los cautivos musulmanes reducidos a servidumbre en el reino asturleonés véanse las exhaustivas páginas de Verlinden : *L'esclavage dans le monde ibérique médiéval. Anuario hist. dcho. esp.,* xi, 1934, págs. *3yj-385.*

(17) En la llamada Crónica Albeldense se lee: «Sub era DCCCCXV, consul Spaniae et Mahomat regis consiliarius Abuhalit, bello in fines Galleciae capitur, regique nostro in Obeto perducitur. Qui dum se postea redemit, duos fràtres suos filium atque subrinum obsides dedit, quosque centum milia auri

leonés se fija en cambio la redención de un siervo moro en 200 sueldos (18).

Cuando se había entrado en servidumbre en calidad de deudor insolvente (19). el pago de la suma adeudada permitía al siervo recobrar la libertad (20).

Ningún texto legal de la época asturleonesa atestigua el legítimo acceso de los siervos a la libertad como resultado de la prescripción de cincuenta años. Pero consta que en los procesos donde se debatia la condición servil de algunos campesinos éstos alegaron en apoyo de su condición de libres el haber vivido como tales durante un muy largo período de tiempo (2J). Y ello nos autoriza

solidos regi persoluit» (Ed. Gómez-Moreno : *Las primeras crónicas de la Reconquista — El ciclo de Alfonso III, Boletín de la Academia de la Historia*, Madrid, 1932, G, pág. 604) Ibn al-Qütïya escribía de Hasim: «Le cogieron prisionero y se lo llevaron a Alfonso, del cual logró la libertad mediante i5o mil dinares de rescate» (Trad. Ribera, *Colección de obras arábigas de historia y geografia*, que publica la Academia de la Historia, 11, Madrid, 1926, pág. 74).

(18) Oveco, obispo de León dió al monasterio de San Juan de Vega en 931 «mauros duos et redemptio de tertio, solidos ducentos». *España Sagrada*. xxxiv, pág. 454.

(19) Han probado la entrada en servidumbre por deudas — de índole penal las más de las veces — en el reino de León: Muñoz y Romero, *Del estado de las personas,* págs. *Si* y ss. ; Gama Barros, *Hist. da administração*, 11, pág. 59, y Verlmden: *L'esclavage*, *Anuario,* ix, págs. 400-401.

(20) Así resulta de un documento — de 1062 — algo posterior al período asturleonés aquí en estudio, pero para él aprovechable: «Ego Feles, Petru et Gundisalvo facimus tibi Felix cauto cautione vel securitatis de mulier nomine Gatea, quia sic te miscuisti tu Gatea cum viro fur et non cognovisti eum et non manifestati tu Gatea tale factu, et proinde venit ego Gatea ad manifestu, et non abuit unde paria ego Gatea CGC solidos pro tale facto, et mitio capud meum in usu servile .. Et ego Gatea, si exiro de iure de Sancta luliana in diebus vite mee, quomodo paria yo Gatea ad pars regula ipsius CGC solidos» (Hinojosa, *Documentos para la historia de las instituciones de León y Castilla* (Siglos x-xm), Madrid, 1919, pág. 2Ó).

(21) En un documento de Ordoíío 11, del 912, se lee: «Dudum quidem temporibus diue memorie patris nostri dni. Adefonsi principis accidit ut causaret Lupella cum Muzurri uel cum sua casada ut debiti essent illi serui; ad hec respondit Muzurri et dixit: Hodie nonaginta annos seu et amplius esteterunt aui et parentes meis siue et ego et omnis mea casada ingenua in facie de Lupella cuius uocem intendit Samzote et de omni sua casada, nulli umquam seruitium aut patrocinium reddentes. Tunc ipse dominus et pater noster dns. Adefonsus simul cum iudicibus ordinauerunt ut affirmaret unusquisque quod

a sospechar que la *prescriptio* de los derechos del *dominus* sobre el *servus* podia permitir a éste acceder a la condición de *liber*, como en la época visigoda (22j.

Los documentos asturleoneses no ofrecen testimonios precisos de que continuaran empleándose las diversas fórmulas de emancipación que conció la monarquía hispanogótica.

No hay noticias de que siguiera en uso la *manumissio in eclesia* durante el período asturleonés, aunque tal práctica pasó del derecho constantiniano (23) a los derechos populares germanos (24). No es imposible sin embargo que el viejo sistema de emancipación en la iglesia se oculte detrás de alguna de las manumisiones *per cartam* llegadas hasta hoy.

Tampoco hay vestigios documentales de la fórmula de uso frecuente en los demás reinos de origen bárbaro en la época que estudiamos : la emancipación por denario y por mano del rey, que se había propagado desde Francia a los demás países de abolengo germano (25). No obstante pueden ser indicio del empleo de la

asserebat, et ad diem placiti presentís dedit Samzote et Muzurri per quam affirmauit quod asseruit. Lupella uero ut hoc uidit subtraixit se de iudicio et ad personam eius posuerunt iudices filium eis Samzote qui suscepisset testimonium et iuramentum in uice matris sue sicut et accepit, et per fideles et innocentem exiuit, ut uitas eorum limpida; postea uero suppusuerunt filii ipsius Lupelle uocem dicentes quod non fuerat ipsa Lupella in ipsum iudicium nec susceperat testimonium nec iuramentum et in iudicio nostro et episcoporum et iudicium dederunt per quod infra xxx annos seruicium illis exibuerant et per fideles et innocentes fecerunt utilitatem et prehendiderunt eos». (López Ferreiro: *Historia de la S. Apostólica Iglesia Metropolitana Catedral de Santiago de Compostela*, 11 ap. pag. 74).

(22) *Lex Visigothorum,* x.2.2 y 7.

(23) Theodosianus iv.7.1; Justinianus 1.13.1; Lex Romana Burgundionum 3.i.

(24) Mor: *La manumissio in ecclesia. Rivista di Storia dei diritto italiano*, i, págs. 40 y ss.; Fustel de Coulanges: *L'alleu et le domaine rural pendant l'époque mérovingienne*, pág 312; Brunner: *Deutsche Rachtsgeschichte*, 1², págs. 339 y ss.; Dopsch: *Die Wirtschaftsentwicklung der Karohngerqeit vornehmlich in Deutscliland,* n², págs 46-47; Chénon: *Histoire générale du droit français public et privé*, 1, págs. 335 y ss.

(25) Brunner: *Die Freilassung dur ch Schat^wurf. Historische Aufsàtqe qum Andenken an Georg Wait*1886, págs. 55 y ss.; Fustel de Coulanges: *L'alleu et le domaine rural*, pag. 306 y ss.; Tamassia: *La manomissione «ante regem»*, *No^e Polacco-Lu^ato*, 1002; Brunner: *Deutsche Kechtsgeschichte*, i², págs. 36b y ss.; Dopsch: *Die Wirtschaftsentwicklung der Karolinger^eit^n²,* pág 47; Chénon: *Hist. du droit français*, 1, págs 358 y ss.

manumisión por mano del rey dos diplomas de 954 y de 1006, en los que aparece el príncepe heredando a algunos libres que no dejaban sucesión, y uno de g85 donde consta que una mujer hubo de solicitar autorización real para legar a Sahagún bienes que había recibido de sus señores (26); pues es sabido que en los países donde este género de liberación fue frecuente, el rey heredaba a los libertos manumitidos de tal forma. De las dos primeras escrituras se deduce la condición de ricos propietarios de los sujetos cuya herencia reclamaba el monarca, pero ello no contradice de modo tajante la pertenencia de los mismos a la clase de los

(26) En una donación de Ordoño 11 a Sisnando obispo de Santiago, fechada en 954, se lee: «In diebus gloriosi et serenissimi principis genitoris nostri Dni. Ranimiri fuit Eunuchus illius habitans in civitate Legionensi, qui debita naturae persolvens, anima ejus a corpore secessit. Illico praefactus rex magnus dominus ac genitor noster cortem ejus supradicti Eunuchi praehendidit, et mediam Didaco archidiano concessit, et aliam mediam vobis possidendam tradidit, quem admodum et simul in unum obtinuistis in omni vita ejus» (*España Sagrada*, xix, pág. 366).

En un documento del año g85 se lee: Ego uero ancilla Christi Scemena Deo uota, timente naufragia nobissima et cupiente perpetua bona uita venit michi in corde meo et in anima mea ut de paupertacula quam a Domino adquisibi in aula supra taxate eclesie offeruissem. Tunc surrexi et interrogaui principe et domino Ueremudo rex que abuisset uoluntate ut de omnia rem meam quam michi Deus dederat etiam et de donationes quas de dominos meos acceperam ut testare faciam scriptura testamenti ad locum sanctum iam suprataxato et ad seruis Dei qui regulam Benedicti Patris meditabant. Tunc ille principe motu misericordia et mercedem que accipiat de me in illa die abuit bona et sua volumtas, et ordinabit uotum meum adimplere» (Archivo Histórico Nacional, Clero, Sahagún, doc. n.° 439. Escalona: *Historia dei monasterio de Sahagún*, pág. 427).

He aqui el texto de un diploma de 1006: «Ambicuum etenim esse non potest, sed plerisque multis hominibus cognitum patet, atque notissimum manet eo quod fuit homo nomine Ablauel Gudesteiz, una pariter cum cuniuge sua nomine Gonterode; et quando migrauit ab hoc seculo presit rex domnus Uermudus omnes suas uillas et hereditates, et post parte sua eas parauit dicendo eo quod absque filio fuerat ipse uir. Et dum in sua presentía uenit ipsa superius taxata Gunterode, qui uxor eius fuerat, et sugessionem ad eum fecit et dixit: audi me domne mi *(sic)* rex: Omnes has uillas et hereditates quas prendidisti ego eas ganaui cum uiro meo. Ipse vero rex sapientiam habens, et omnia bona inteligens, atque considerans ordinauit, ut aprehenderé, ipsa mulier medietate de ipsas villas, et de tota ipsa hereditate, et de omnia, quae cum eo ganauerat, et illa alia medietate aprehendit ipse rex» (Becerro Gótico de Sahagún, fol. 174 v.°. Escalona: *Hª del monasterio de Sahagún*, pág. 443).

libertos (27); y en la tercera, de 985, aparece bastante clara la antigua condición servil de la mujer que hubo de solicitar autorización del rey para disponer de sus heredades.

Las dos fórmulas de emancipación más usadas en la monarquía asturleonesa fueron las llamadas *per cartam y per testamentum* (28j. De la primera quedan múltiples testimonios (29). Ya par-

(27) Es sabido como en la época goda los libertos del rey ascendían a los más altos puestos — les era permitido ascender al Oficio Palatino, según la ley de Ervigio en confirmación del Concilio xm de Toledo, xn, i. 3. de la Lex Visigothorum — y amasaban a veces no despreciables fortunas en bienes raíces — véanse las obras de Dahn, Pérez Pujol y Gama Barros antes citadas—. No puede sorprendernos por ello que otro tanto lograsen los de la época asturleonesa. Tanto menos cuanto es notorio que los siervos del rey también alcanzaron en ella riqueza y también desempeñaron misiones políticas de importancia. Véanse escrituras de Alfonso ni (905, *Esp. Sagr.*, xxxvn, pág. 336), Fruela 11 (912, *Esp. Sagr.,* xxxvn, pág. 343) y Bermudo 11 (992, *Esp. Sagr.,* xxxviii, pág. 279) y varios documentos particulares de 931 (Berganza: *Antigüedades de España,* 11, pág. 197), 935 (Cartulario de Sobrado, fol. 16) y 976 (Escalona: *Historia del monasterio de Sahagún,* pág. 421).

(28) Véase sobre ella: Fournier: *Essai sur les formes et les effets de F affranchissement dans le droit gallo-franc.,* págs. 88 e ss.; Fustel de Coulanges: *L'alleu et le domaine rural,* págs. 315 y ss. ; Brunner: *Deutsche Rechtsgeschichte*, 1, págs. 361 y ss.; Schupfer: *Il diritto privato dei popoli germanici,* 1, pág. 343; Salviolí: *Storia del diritto italiano,* pág. 306; Dopsch: *Die Wirtschaftsentwicklung,* 11, págs. 40 y ss. ; Chénon : *Hist. du droit français,* i, pág. 357; y la bibliografia usada por todos.

(29) Han llegado a nosotros algunas escrituras de manumisión del período asturleonés. Sirvan de ejemplo las otorgadas por Goldegroto a su sierva Julia (Cómez-Moreno: *Iglesias mozárabes,* pág. 243) y por San Rosendo a su sierva Muzalba (Muñoz y Romero: *Del estado de las personas, 2* * ed. pág. 82, n.ª 1).

En varios documentos se alude a la figura jurídica de la emancipación «per chartam» con palabras precisas :

En 867 Rosendo, obispo de Mondoñedo, escribía : «Seruos etiam meos uel ancillas. . sicut eos iam *per alia scriptura* liberos esse constituit» (López Ferreiro : *H.ª de la Iglesia de Santiago,* 11, ap. pág. 15).

En 870, al donar Reterio todas sus cosas a Alfonso in, escribió: «Tamen profiteor me per singulos annos dum uixero per istum monachum dirigere meam offertionem, sicut et feci et semper faciam seu etiam et ipsos familiares meos quos ego iam *per cartam* ingenuos restauraui» (López Ferreiro: *H.ª de la Iglesia de Santiago,* 11. ap. pág. 18).

El abad Rodrigo dió al rey Alfonso iv en 930 los bienes que tenía en Presares : «Seu etiam et ipsos familiares meos quos ego iam *per cartam* ingenuos restauraui ita ipsos homines domino (regi) testo atque concedo per istam car-

ticular y directamente, en escritura especial, ya con ocasión de la cesión o de la venta del predio que labraban, fueron muchos siervos manumitidos por sus dueños en los reinos de Asturias y León. La segunda, trasmitida a los reinos bárbaros por el derecho popular romano, perduró en la monarquía asturleonesa en uso muy frecuente, como prueban varios diplomas de procedencias diversas. Es de observar que esta floración vigorosa de la antigua práctica romana es peculiar de nuestra sociedad astur, pues en los demás países de la Europa de entonces no fue tan frecuente como entre nosotros. Más interesante aún es el hecho de que en el reino leonés no se emancipase en los testamentos propiamente dichos sino mediante el sistema de los ejecutores testamentarios (30) de proba-

tam ut sint post partem dominicam testati uel domino deseruientes. Quam obrem ipsi homines suprascripti ex meo dominio abrasi et dominico jure et dominio post obitum meum abeatis et in perpetuo uindicetis». (Tumbo de Sobrado, i, fol. 25. Muñoz y Romero : *Del estado de las personas*, pág. 38, n.* i).

(30) Se emancipa una sierva en la primera institución de un ejecutor testamentario de la época asturleonesa llegada hasta hoy. Aparece fechada en 837 y dice asi: «Ego Exsemena Moniniz facio ordinationem de meis rebus pro remedium anime mee. In primis omnem ganatum meum... sit in manu mei magistri domino Michèle; et diuidat, simul cum consilio unius mei filii, qualem ex illis uocauerit... Ego item Exemena facio libertate Mariane Monizi ut seruias omnibus quales uoluerit» (Sánchez-Albornoz : *Serie de documentos ineditos del reino de Asturias*, *Cuadernos de historia de España*, i y H, Buenos Aires, 1944, pág. 323).

En una donación al monasterio de Ferreira, fechada en 898, se lee : «Et habemus hereditates quas damus in ipso monasterio, id est : uillare de Comíais et de Lousadela. Similiter de mancipes quos uolumus ingenuare per remedium anime, id est : Astrulfo, Gulderes, fillios de Evangelit et de Nadina, integros; filios Castemiri [et] de Legia, ab integro; Trudildi et Mirello filii de Mellone ; Iohanne de Conimbrianos cum suos filios; Honosinda, filia de Conrrifo; Efroino et suos iermanos, filios Altiolfo, et uxor sua Gindimira et alios quos inienuare uoluerint per anime mee». (Sánchez-Albornoz: *Serie de documentos inéditos del reino de Asturias*, *Cuadernos de hist.ª de España*, i y 11, pág. 346).

Ximeno y Adosinda hermanos de San Rosendo, se dirigieron asi a él en 951 : «Aliud insuper patri et pontifici sancto conmendamus ut si nobis euenerit mors ut non obiemus seruos nostros ingenuare, maneat uobis licitum ad uicem persone nostre ingenuandi illos et dandi eis in peculiare : in Bubalo parata, in Caput Limis uillare, etc. .. (Archivo Histórico Nacional, Clero, Celanovà, leg. 977 y Tumbo de Celanova fol. 8).

En 960, una sobrina de doña Mummadona escribió: «Flámula deouota filia Ruderici et Leodegundie, dum uenit ad infirmitate, timendo die extremo*

ble abolengo germano (31). Es curioso que una práctica de origen romano se transmute de esta manera y pase a ser empleada en la fórmula germánica sustitutiva del testamento.

La manumisión no se concedía siempre a todos los miembros de la misma familia. En ocasiones se otorgaba la libertad a los hijos y se conservaba en servidumbre à los padres, y a veces por último, a la inversa, eran éstos los manumitidos (32).

B. *Clases diversas de libertos*

No todas las manumisiones otorgaban iguales derechos a los manumitidos. Las menos concedían al siervo la plena libertad desde el instante mismo de la emancipación, sin imponerle ninguna obligación ni limitar en manera alguna sus derechos civiles. Del período asturleonés conocemos sólo dos liberaciones de tal naturaleza. Una reproduce con más o menos exactitud las viejas fórmulas de las manumisiones más amplias de la época hispano goda (33), a su vez sin duda enraizadas en la tradición jurídica de

leuauit confessionem hic in uilla Lalini. Ordinauit ducere ad homines bonos, id est: tie sue Godo Eroni, Gontemiri conuersi, Fromaricus Nantiz, Quintilla Guadiniz, Iulianus Reuelliz et cum eos alios multos filios bonorum hominum, ducerent eam ad locum monasterii Uimaranes et ad tie sue Mummadona deouota. Dum peruenit ibidem in eius presentía uidit se adicta in infirmitate, ordinauit ad ipsa tia omnia sua distribuere pro remedium anime eius. Et in laicale nichil transferre nisi ad monasteria et in captiuis et peregrinis tam uillas quam seruus que ei ordinamus ingenuare ut sit ei adtributa licentia testandi uillas nostras ad locis monasterii, uendendis castellis nostris uel terris populatione parentum nostrorum, contramutandi, donandi aurum nostrum, argentum, paleum, laneum uel as nostrum quamtumcumque sumus habere in manibus ipsa tia nostra iam sepedicta omnia nostra tradimus» *(Portugaliae Monumenta Historica, Diplomatae et Chartae*, pág. 50).

(31) Véase, en contra de tal hipótesis, Merea: *Sobre as origens do executor testamentário,* Lisboa, 1940.

(32) En una «Genealogia sarracenorum Sancte Marie Superaddi» se lee: «De Petro Ordonii nata est Maria Ordonii, et isto Petro Ordonii dederunt cartam ingenuitatis, sed non filie» (Hinojosa: *Documentos*, pág. 45).

(33) He aquí el texto a que me refiero. No está fechado pero data sin duda del período asturleonés. Lo reproduzco como lo leo en el Tumbo de Celanova, fol. 134: «In Dei nomine. Ego Goldregoto una cum filiis meis tibi mancipia mea Iulia, in domino Deo eternam salutem. Dubium quidem non

Roma, puesto que en ella se eleva a la sierva manumitida a la condición de ciudadana romana (34). En otro caso la emancipación se hace al socaire de una designación de ejecutores testamentarios (35), y en ella se concede la total libertad con sencillas palabras sin claro antecedente en las formas clásicas de manumisión; con palabras que van a repetirse en cambio en las liberaciones posteriores (36) y que implican la potestad del liberto de elegir libremente su señor.

Las más de las manumisiones, por generosos que fueran sus términos, limitaban de algún modo la total libertad del emancipado. Entre las que otorgaban a los libertos más amplios derechos pueden distinguirse dos grupos. Integran uno las emancipaciones que sólo limitaban durante la vida del manumisor o de una tercera persona la integral libertad del emancipado. Y constituyen el segundo las manumisiones que sólo imponían a los libertos mínimos deberes perpetuos.

est sed multis manet notum eo quod fuerunt genitores tui de tribus ismaelitarum, tribu Salomorum. Necnon etiam et ipsa supra dicta domina nostra Goto, placuit nobis atque conuenit et propria nobis accessit et spontanea mea uolumtate, ut pro remedium anime nostre uel de uirum meum Adanaricum, cognomento Maruan, ut in die iudicii ante Domino mercede uel indulgentiam accipiamus facimus tibi scriptura ingenuitatis uel restaurationis ut sis libera et absoluta ab omni nexu uel fece seruili, ingenua ciue qui romanum deexemimus, ut ubi ut ubi *(sic)* uolueris uiuendi, manendi, fouendi, maneat indubitata posteritas. Neminem quidem te micimus seruicium uel patrocinio retinere nisi Deum et rege potestatis» (Gómez-Moreno : *Iglesias Mozárabes,* pág. 243).

(3*) Es evidente que el redactor de esta carta de emancipación tuvo a la vista la siguiente fórmula visigoda, n.º 2.º: «Quam ob rem ingenuum te civemque Romanum esse constituto atque decerno, ut ab hodierna die, ubi manendi, vivendi laremque fovendi volueris, liberam in Dei nominis habeas potestatem» (Zeumer : *Formulae Merowingici et Karolini Aevi*, pág. 576).

(35) Queda reproducida en la nota 30.

(36) Las palabras de la emancipación otorgada por Ximena Moniniz en 837 «ut seruias omnibus quales voluerit», van a encontrar eco en escrituras concedidas después a quienes quedaban asi libres para entrar en behetría. Ordoño ni (951-957) dió a Bermudo Aboleze la heredad en que habitaba con estas palabras: «Et facias que tua exinde voluntate extiterit, et servias cum ipsa hereditate qui tibi benefecerit in terra Legionense» (Hinojosa: *Documentos,* pág. 3). En 1073 Armentario Velaz dió un solar en Valdespino y añadió: «Et servias cum illo cuicumque volueris qui tibi bene fecerint» (Hinojosa: *Documentos*, pág. 29). Y la fórmula se repite muchas veces como he observado en mis *Behetrías*, *Anuario hist. derecho esp.*, 1, pág. 263.

Poseemos varios ejemplos de emancipaciones que otorgaban plena libertad en una fecha fija. Para pedir a Dios la salud de una hija nacida enferma, un noble matrimonio — ella era hermana de la reina Elvira, mujer de Ordoño n — manumitió a cien siervos, los sometió al patrocinio de la doliente y dispuso su liberación de todo vinculo de dependencia a la muerte de aquélla (37). Una religiosa limitó los deberes de obediencia de sus siervos y libertos a la duración de su vida y de la vida de su tía y les concedió para después libertad plena (38). Y Ordoño n decretó que un grupo de siervos, a quienes sometía como libertos al patrocinio del obispo de Santiago Sisnando, se convirtieran después de los días del prelado en ingenuos, sólo obligados, como todos los de üalicia, al pago del *tributum quadragesimale* (39).

(37) El documento está fechado en la era **DCCCCXXXV,** año 897, pero otorgado en los dias de Ramiro 11, como del texto del mismo se deduce, hubo de datarse en la Era **DCCCCLXXXV,** año 947. En el se lee : «Heo quod ego Gondesindus, prolis Erus et Adosinda, acepit mulier in coniumgio nomine Enderquina, conmento Pala, filia dux Menemdus Gutierizi et Ermesinda, iermana de domna Geluira regina, que fuit mulier de Ordonius rex, mater Ranemirus principe, unde abuit filius nominibus Suarius, Ermesinda et Adosinda et Froilo. Et ista Froilo fuit cum infirmidate nata in nostro pecato, quia non est pro inleigato sederej et quando uidimus taie uisionem que nobis dominus dedit in nostro pecato quintamus nostro ganato et nostras uillas et engenuamus nostros serbos ut dominus sedeat propitius ad peccatis nostris, et facimus monesterios in nostras uillas que sunt inter Durio et Uauga...

a . . . Et dedit ad ipsa filia mea G de meos serbos inter barones et mulieres ad deseruiendum sicut in mea v[a] exirunt, ut seruiant ad illa pro ingenuos dum uida uissceri et post ouito suo uadant ubi uoluerint illos et filios et neptos qui de eos naii fuerint et ex proienie illorum et non abeant licentia ex genere meo acrepantare illos pro a seruicio.» *(P. M. H., Diplomatae* et *Chartae*, págs. 7 e 8).

(38) En la donación otorgada por Leodegundia, *deovota,e*n 961, a San Salvador y San Mateo de Sarria se lee : «Et homines meus minores quos me conpetent inter meos germanos uel heredes, id est lustus cum filiis suis Bonosus cum filiis suis, medietate de filios Bonimencci et Iulia filia Qualatrudie, seu quantos me conpetent tam libertos quam etiam serbos, ingenuos permaneant ab omni nexo et fece serbile sub hea uidelicet ratione hut dum ego aut tia me Uistiuerga in hoc seculo uibimus faciant nostra ouedientia sigut ingenuos, et post obitum uero nostrum liueri permaneant ubi uoluerint». (Archivo Histórico Nacional, Clero, Samos, leg. 294).

(39) Ordoño ii declara en ese diploma fechado en 912 : «Damus atque concedimus uobis istum Uisterlanem cum filiis suis nominatis Naustum, Herme-

A los libertos favorecidos con emancipaciones de las incluidas en el segundo grupo solían imponerse algunos deberes religiosos a modo de sufragios por la memoria de su antigo señor. Lo más corriente era obligarles a entregar anualmente a un monasterio o a una iglesia un cirio, una limosna para los sacerdotes o pan para los pobres, en el día en que los fieles conmemoraban el recuerdo de uno de los instantes de la vida de Jesús o de la Virgen o la festividad de un santo de la devoción del emancipador. Se fijan como fechas en que habían de satisfacerse tales cargas : las fiestas de Santa María, San Pedro, Santo Tomé, San Adrían, Santa Natalia, San Fructuoso y los aniversarios del natalicio del Señor, de Santiago o de Santa Eulalia. Estas formas de emancipación que se practicaron también allende el Pirineo durante el período franco y que, al perdurar en vigor, dieron origen a una clase especial de libertos, la de los *cerarii* o *cerocensuales* (40), debieron ser bastante frecuentes en los reinos de Asturias y León. Atestigua tal frecuencia el considerable número de diplomas llegados hasta hoy que nos han conservado memoria de tal género de concesiones de libertad.

No eran éstas uniformes. Diferían en la amplitud de los dere-

cutonem, Uitilanem, Diaconem et Animiam siue et duas suprinas eiusdem Uistrillani, nominatas Uistrileuba et Manosindi, cum filiis suis qui nati sunt uel qui adhuc nati fuerint, ab integro sicut nobis firmiter manebat, seu eciam cum omne hereditate eorum peculiarem uel ganatum quicquid habuerunt ex proprietate matris sue et auie Hermegontonis uel quodcumque, Domini adiutorio, aucmentare potuerunt; ea uidelicet ratione seruata ut dum uita uixerint pater Sisnandus episcopus fidelem ei seruicium post partem Sancti Iacobi persoluant in quo hordinatum acceperint ab ipso pontifice; post obitum uero eius non ut serui fiscales uel ecclesie set restaurati et ingenui persistant sicut ceteri ex prouincia Gallecie tributum quadragesimale per agentes huic loco apostólico quod soliti sunt ad partem dominicam peragere persoluant» (Tumbo A de la Catedral de Santiago, fol. 6 v.°. López-Ferreiro: *Hist. de la lgl. de Santiago*, n, Ap. pág. 73).

(40) Lamprecht: *Deutsches Wirtschaftsleben im Mittélalter* 1, pág. 1214 ; Kowalewski : *Die oekonomische Entwicklung Europas bis zum der kapitalistischen Wirtschaftsform*, 1, pág. 272; Brunner: *Deutsche Rechtsgeschichte*, 1, pág. 362; Brebaum : *Das Wachs^insrecht im Südliche Westfalen*, *Zeitschrift für Alt-Kunde Westfalens*, igi3; Meister: *Studien %ur Geschichte der Wachsfinsigkeit*, 1914; Von Minnigerode: *Das Wachs^insrecht, Vierteljahrschriftfür Sofial-und IVirtschaftsgeschichte,* XIII, pág. 184 y ss.; Dopsch: *Die IVirtschftsentwicklung der Karolinger^eit,* 11, págs. 40, 41, 49, 5o y 264; Schroder : *Lehrbuch der deutschen Rechtsgeschichte,* 6.ª ed., págs. 235, 1192 y ss.

chos otorgados a los *cerarii* y en las fechas en que los alcanzaban. Sabemos de algunos particulares que liberaron a sus siervos de todo patrocinio sin imponerles otro deber que el entregar un cirio y una limosna en los días del natalicio de Santiago y de Santa Eulalia, o en las festividades de Santa María o San Adrián (41). San Rosendo concedió una manumisión casi plena mediante la fórmula tradicional de elevar a la manumitida a la condición de ciudadana romana, pero obligó a la favorecida con ella a llevar un cirio y a hacer una oblación el día de Navidad y le prohibió que vendiera sus bienes sino a sus herederos o al monasterio de Celanova (42).

(41) En una donación del año 936 al monasterio de Abeliar se lee : «Equidem de seruis meis et libertis secundum suas habent ingenuitates hac restauratione a me factas: ingenui permaneant, nulli reddentes obsequium aut patrocinum soli Deo pro remedium anime mee et ablutione meorum facinorum cereum et oblationem baselice Dei préférant in natalicio Sancti Iacobi apostoli et Sancte Eolalie uirginis. Adiciens ipsis retauratis ex uillis meis unam integram qualem de eis uos elegeritis unde ipsam oblationem per singulos annos Deo offerant in quantum eis uires fuerint» (Tumbo de León, fol. 397 v.°).

En una emancipación de segundo grado otorgada en el año 1000, por Teresa nieta de los condes Gutierre e Ilduara — despues nota 81 — se lee: «Homines uos suprataxati uel qui de ipsa progenia nati fuerunt absoluimus eos ab omni nesum uel debitum libertatis et in aulam ingenuitatis permanere iubemus, sicut ceteri populi ingenui, nulli homini macillatum uel obsequio aliquid se [espacio] ter nisi soli Deo et cui uestra fuerit uoluntas ; ita ut ubi uolueritisuiuendi,iendi, manendi, largique fouendi,uitam uestram transgesserit uobis a Deo et nobis concessa licentia et potestas. Et propter confirmandam aulam ingenuitatis uestre donamus atque concedimus uobis omne peculium uel ganatum quantum habere uidemini simul et hereditas uestra et ad diem Sancte Marie pro memoria nostra in domo Domini cereum et oblationem offeratis uel bucellam pauperibus tribuatis quantum iure habueritis» (Cartulario de Sobrado, 1, fol. 52).

Y en la manumisión concedida en 1025 por doña Unisco a tres *mancipias* dice «ut sitis liberas et ingenuas agendi, manendi, laremque fouendi...» y añade «Damus atque concedimus uobis pecus uel peculiarem nostrum tam quod habetis uel cum Dei adiutorio augmentare potueritis et non damus uobis alio patrocinio nisi soli Deo et regem celi, et diem Sancti Atriani et Natalie ut cor euntes oblatione pro anima uiro meo Tructesindo et de filiis meis Doredo et Patruina.» *(P. M. H.ª Dipl. et Chart.*, pág. 159).

(42) He aqui la parte esencial de la escritura rubricada por San Rosendo en 943 : «Tn nomine Domini. Ego Rudesindus aepiscopus tibi liberte mee Muzalha, salutem... Absoluimus te ab omni nexu seruitutis qualiter detersa caligo seruili clara in aulam ingenuitatis resplendeas et nobis te liberam inter

En otra ocasión el manumisor dispuso que sólo a su muerte alcanzaran sus siervos la privilegiada situación de libres exentos de todo vínculo de clientela y sin más obligación que la de hacer una ofrenda y una limosna el día de Santo Tomé y el de San Fructuoso (43). Rosendo, obispo de Mondoñedo, sometió a sus libertos al patrocinio benévolo de un monasterio con la única condición de llevar un cirio y pan para los pobres en las festividades celebradas por el cenobio a cuya protección les semetió (44). Y en un

liberos statuo uerum etiam inter ydoneos licentiam tribuo, ciuium romanorum consequi priuilegium, et ad inponendum capiti tuo nitorem ingenuitatis, concedo tibi omne peculium uel peculiarem tuum quicquid aucmentari uel aucmentare deinceps cum Domini adiutorio potueris. Aditiens aditio insuper tibi uacca uitulata et bouem et similem rationem de aliis meis roborem restaurationis adobtiui que mihi in colmellum diuisionis exierunt inter germanos meos. In uillas nominatas, id sunt: in Caldellas Piniaria media... sub ea tamen ratione seruata ut si cogente necessitate acciderit tibi animi uoluntas de ipsa hereditate pro uendere, non uendas nisi heredibus tuis qui uno modo tecum a nobis liberi sunt, aut etiam ad confessoribus monasterii Cellenoue qui tibi pro id iustum tribuant pretium. Et nulli te alicuius dominio subdo nisi quem tu ipsa tibi elegeris ad defendendum tam regia potestas quam quemlibet de gente nostra uel qui tibi placuerit. Hoc tantum tibi precipio ut in diem natalis Domini cereum et oblationem in domum Domini offeras et pauperibus stipendium pro anime mee in quo ualueris inpendas...» (Cartulario de Celanova, fol. 6o v°. Muñoz y Romero : *Del estado de las personas* pág. 82, n.ª 1).

(43) En la donación hecha el año 831 por Ordoño y Profluina de todos sus bienes a varias iglesias de Liébana se lee : «De homines uero nostros siue quod liberabimus, siue etiam quodquod (sic) in seruicio abemus, sint liberi post nostrum obitum, atque ingenuii adque adderentes patrocinio solum in festivitate Sancti Tome et Sancti Fructuosi hoc occurant cum sua oblatione et sua elemosina ad sacerdotes vel pauperes pro animabus nostris et cui se uoluerint adplicare liberam in Dei nomine abeant potestatem» (Sánchez Beldar *Cartulario de Santo Toribio de Liébana*, pág i3).

(44) He aquí las palabras que nos interesan de la donación que Rosendo obispo de Mondoñedo, hizo en 867 al monasterio de Armerecio : «Seruos etiam meos uel ancillas tam quos iam de patre meo hereditate per colmellum cum fratribus meis diuisi quam etiam et quos adhnc de matris mee successione mihi competunt sicut eos iam per alia scriptura liberos esse constitui, ita et per hoc testamentum omnes liberos esse decerno et sub patrocinio eorumdem fratrum eos esse coniuncto. Qui sicut etiam decreui si aliqui ex illis eos superflue uiolenter oppresserit, licitum sit illis de eo qui illos iniuste attriuerit recedere et ei qui eos modauerit reconferre. Ego ipsi suam obedientiam exhibere in uestras tamen festiuitates pro anime mee remedio luminaria

único caso consta que la obligación de llevar un cirio y de hacer una limosna en una fiesta religiosa doblaba las otras cargas generales que pesaban sobre los libertos para con sus patronos (45).

La mayoría de las escrituras de manumisión nos ofrecen sin embargo fórmulas variadas de emancipación restringida. En ellas se sujeta a los manumitidos a la condición de patrocinados de alguna iglesia o de algún monasterio y con frecuencia se les mantiene en patrocinio de los descendientes del manumisor. Estos dos grupos de libertos debían a sus patronos *obsequia*, *rationes, debita o exactiones;* es decir: obediencia, rentas y servicios. En los documentos aparecen vendidos, cedidos y donados con las tierras que cultivaban o sin ellas (46). Otros diplomas acre-

offerant et qui in quantum ualuerit bucellam pauperibus et elemosinam prebeant. Alias uero uillas meas seu pumares et uineas excepto quod in Coris germanis meis omnem meam portionem concessi, uel si illis aliquid adhuc exinde per scripturam testauero, omnia auerem quod in testamentum reliquero ipsi mei liberti inter se equaliter diuidant, et in perpetuo uindicent ac defendant. Concesso illis omne peculium [espacio]... culiare suum tam quod nunc obtinent, quam quod adhuc cum Dei adiutorio augere uel profligare potuerint» (Tumbo de Sobrado, i, fol. 47 v.º e 48. López-Ferreiro : *Historia de la IglesicC de Santiago,* 11, ap. pág. 15).

(45) En una donación al monasterio de San Pedro de Soandres del año 990 (?) se lee : Ego . ..comes dominus Pelagius, Petri filius et comitisse domine Gotine, una cum uxore mea Aragoti.. . Concedo tibi Domine omnipotenti ..ecclesiam Sancti luliani de Ferrarios in accessu Kaurio una cum ipsas villas que mihi venerunt in sors. Damus ibi has villas et ecclesias cum omnia sua bona que ad eos pertinent secundum illa nota sunt de illis homines qui ibi invenimus in nostra aderatione et semper stetit cum illo monasterio et serviant sicut ceteri ingenui; et pro die Sancti Petri cereum et oblationem deferant ad ipsum monasterium quamdiu vires habuerint filii et nepoti [nepotes] exsolvant censum per singulos annos, quibus statim [statutum] a prioribus nostris fuit, et si uoluerint relinquant ipsos saltos et alios requirant et dominatio monasterii possideant illos et iure hereditario ; et quando uoluerint revertere hereditatem recipiant et negotium persolvant...» *(Galicia Histórica, Colección Diplomática,* pág. 290).

(*6) En 912, Ordoño 11 donó a la Iglesia de Compostela unas tierras^ que habian pertenecido a Lupella, con los en ella moradores, por esta reivindicados como siervos — antes n.ª 21 — para que sirviesen como libertos al aposto! Santiago: «Ad peticionem domini Sisnandi episcopi et ob onorem Sancti Iacobi apostoli, placuit michi ut confirmarem illam hereditatem que primitus super Lupellam et filios eius fuerat facta. Ut stent ingenui atque securi de parte mea uel alicuius hominis. Set sint ipsi hcmines quos ob honorem Sancti Iacobi ingenuo atque restauro, liberi post partem Sancti

ditan que, a las veces, los patronos pleiteaban sobre sus libertos y que, en ocasiones, reivindicaban judicialmente a los que les eran

Iacobi de ripa fluminis ponte in parte ista; id est: Muzurri cum filiis et neptis suis---------- Istos tamen supramemoratos, sicut supra diximus, stent ingenui a facie Dei patris omnipotentis. Et exactione quam nobis habebant persoluere sicut et alii ingenui domino Iacobo illud persoluant» (Tumbo A, fol. 7. López Ferreiro: *Historia de la lgl de Santiago*, 11, ap. pág. *y5).*

He aquí un caso de donación por Ordoño 11 en 920 de unos libertos que antes habían sido siervos *casati:* «Multis etenim cognitum manet eo quod Scissa, presbiter, concessit per textum scripture diue memorie genitrici nostre, dominissime regine, uillas in Gallecia cum ecclesiis et monasteriis, seu seruos et liberos uel omni suo ganato ab omni integritate. Iterum postea prefatus Cissa, modico interuallo temporum, fecit similiter testamentum aule uestre sic similiter de omnibus que iam dudum genitrici nostte conces-serat. Modo quidem placuit serenitate nostre ut concederemus exinde .. .uillam quam dicunt Pelagio, que est inter duos riuulos Parreca et Lanera, cum omnibus suis terminis uel adiancenciis et ecclesiam que ibi est fundata, uocabulo Sancti Martini, necnon quoque libertos in eadem uilla habitantes qui ad ipsam ecclesiam rationem uel obsequium fecerunt» (Tumbo A, fol. 9 v.º. López Ferreiro: *Hist. de la Iglesia de Santiago*, 11, ap. pág. 96).

Em 935 Flámula vendió al monasterio de Guimarães varias villas con los siervos de *criazón* que en ellas vivían, convertidos en libertos con estas palabras: «et nostra criacione uobis damus in ipsas uillas et ut eis benefa-ciatis. Id sunt filios de Baltario et Traulli et filius de Gresulfo et de Genilli et de Gondulfo. Et accepimus de uos . .» *(P. M. H., Dipl. et Chart.* pág. 39),

En 947 Severiano cedió al monasterio de Celanova sus derechos de patrocinio sobre sus libertos: «Concedo etiam et de alia uilla que iacet inter Plataneta et Sancta Eogenia quod dicunt Fredenandi mea ratione in terras et in pomares quod me inter meos germanos competet ab integro; de libertos vero auorum et parentorum meorum quorum nomina in noticia resonant, preci-pio eis ut suum debitum uel patrocinium quod me in eis competet post parte monasterii Cellanoua perhenni concedo. Et sunt habitantes in uillas quam dicunt Plataneta, chasata quam uocant Andiari» (Tumbo de Celanova, fol. 194 vº, y parcialmente en Muñoz y Romero: *Del estado de las personas*, pág. 88, n.ª 1).

En 955 Gunterigo partió con San Rosendo una villa con los libertos a ella adscriptos, mediante una escritura en que se lee: «Dubium quidem non est sed multis manet notissimum eo quod fuit uilla de Felgaria integra auii nostri domni Gunterici et concessit eam filie sue genitricis nostre cum alia sua hereditate, sed qualiter acte uel distracte fuerunt hactiones pro quod ipsa uilla predicta Felgaria pars nostra et uos tenuistis per triginta annos seu et amplius commemorare per hordinem ualde per longum est. Modo quidem placuit nobis et uobis inter nos de ipsam uillam facere conpaginam ut diuideremus inter nos et uos ipsam uillam per medium qualiter habeamus nos illa medietas de uestro dado et uos et pars monasterii illa alia medietas de nostra concessione, ab hodierno die et tempore amoto a nobis iure de

arrebatados por otros señores o escapaban a su patrocinio (47). Naturalmente se enajenaban sólo los derechos de patronato, sólo se pleiteaba sobre ellos y sólo ellos eran reivindicables. Las personas mismas de los libertos no eran susceptibles de enajenación ni de disputa judicial, pues la emancipación les había convertido

ipsa medietas quod uobis concessimus usque in perpetuum. Ita dumtaxa$_t$ quomodo diuidimus ipsam uillam quod uos tenuistis sic et sorciamos per medium quinta de ipsa uilla quod usque nunc nos tenuisse fatemur. Sic cuncta quidque in ipsa uilla husibus hominum sunt necessaria, ut sunt domos cum intrinsecis suis, ut sunt pomiferis et cunctis prestationibus suis siue homines seruos et libertos ibidem habitantes, de omnia suprataxa medietas integra possideat pars uestra et monasterii, medietas iusta habeat pars nostra et pars cui eam relinquerimus pro remedio animabus nostris nec pretermittendum uidemus illuc hic inserere, quod utrisque obseruare nos libet uel eis libeat qui uestri nostrique in ipsa uilla extiterint successores» (Tumbo de Celanova fol. 175).

He aquí uno caso de donación de algunos libertos personales en 962 al monasterio de San Martin de Liébana: «(E)go Nunnu trado me et mea hereditatem ad Sanctum Martinum et abbate meo Hopila, id est: terra in Pautes ad illum baile, pumares in baile Mano tertia por ratione (sic), in illo molino tertia portione in quintana, in Paustes tertia porcione... in ipsos libertos tertia portione» (Cartulario de Santo Toribio de Liébana, fol. 12. No ha sido reproducido por Sánchez Belda en su edición del mismo).

He aquí un caso de donación de los derechos de patrocinio sobre un liberto en 981: «Adicimus huic in loco et sancto cenobio liuerto nostro nominato Teodemiro Aluitiz et sua uxor Ermesinda pro remedio anime nostre. Iterum adicimus ibidem ut per singulos annis de nostras salinas de Corneliaria dent post parte monasterii xx modios de sal» *(P. M. H., DipL et Chart.*, pág. 82).

Y Eximina dió al monasterio de Sobrado en 948 la villa de Malares «sive et suis hominibus, tam servis seu ingenuis, qui ad ipsam villam deservierunt in vita aviorum et parentum meorum «(Muñoz y Romero: *Del estado de las personas*, pág. 7, n.ª 1).

(47) He aquí el texto de una disputa judicial contenida en 985 sobre unos libertos: «Dubium quidem non est set multis manet cognitum eo quod in diebus et temporibus serenissimi principi domni Ueremudi sedictio fuit magna in regione ista de eius sagiones necnon et maiorinos tam suos quam etiam et de domna Palla, in diebus suismandamentum de Baruatelloimperauat; perducti sunt in eius presentia et ante iudices Gutier Osoriz, Piniolus Tructiniz, Sarracino Siliz, Uiolencius Alderetiz, Aloitus Siloniz et aliorum multorum iudicum, duo omines Aluaro et Argerico de iure Ueredus abbas, ex familie ecclesie Sancti Iacobi et Sancti Martini. Dicente Anas Furemia in uoce de domna Palla qui fuerant ipsos omines filios de Ranimiro de mandamento Barbatello, reddentes tributo post ipso mandamento annis singulis per

en hombres libres y sus hijos eran ya *ingenui*, es decir, *liberi*, por nacimiento, como se declara en algunas escrituras (48). Pero las alegadas atestiguan a las claras que en los casos de manumisión restringida los derechos de patrocinio podían ser transmitidos a terceros, no sólo por herencia sino mediante cualquiera de las varias fórmulas de enajenación de bienes, servicios o derechos y que, como ellos, podían ser reivindicados en justicia.

sagiones et iudices qui ipso mandamento obtinuerunt. Et Didacus presbiter dicente et respondente, in uoce Sancti Martini et Sancti Iacobi et de Ueremudus abbas, quia erant ipsos omines iam sepedictus neptos Nonnoi et Sisiuerto sicut sursum resonat, et ipse Sisuerto et Nonnoi proprios Huertos ecclesie Sancti Iacobi et Sancti Martini; et tenuerunt illos antecesores de ipsas casas et de ipso monasterio in iure paciuico per tempus et tricinios per escripturas et testamentos uetustos et isti presenti Ueremudus abbas similiter usque presenti die, et sunt proprios ecclesie sancte et estant post suas cartas et patrocinios allisio infantum Hordinauerunt quoque iudices ut dedisent testimonias, sicuti et dederunt hic in Elarini de anborum partibus unus pulsator xn^{m} et alios responsor similiter xn^{ra} foras ic sunt alios electos iudices: Gudesteo Segimariz, Gutinus Uidsamiriz, Martinus confratres et aliorum multorum iudices per auctoricentiam regem et legis goddice ut adfirmasent testimonias xii^{m} de parte ipsos testamentos et firmitates ecclesie sancte si quomodo diceuant et testes prolati testiuicant; ipso quoque concilio rouorarunt placito per manu saioni Monio ut dedissent testimonias ad iuramento sicuti et dederunt illo ac Sancto Micael in Riba Baruatello qui prebuerunt ibidem sacro iuramento---------- sub unos *xu*^{m}, quia erant ipsos omines et iermanis suis filiis Ranimiri, neptis Nonnoi et Sesiuerti liuertis ecclesie sancte, secundum in scripturas resonat. Et testes locuntur et adfirmauerunt suas firmitates coram multis aliis testibus qui presentes fuerunt ad iuramentum; et ob hoc nos homines iudices et magnati uiri palacii qui subter scriptura signa sumus facturi, una qum consultu principis nostri, ordinamus omnes ut stent ipsi omines consignati post partem ecclesie sancte iam suprataxata euo perenni secula cuncta firmiter posidendi.... Ariani presbiter, qui asertor fuit, manus mea confirmo +. Sarrazino Siliz, de meo dato iudicio conf. Piniolus Fructiniz qui omne---------Gutinus Uidsamiriz iudex, de meo dato iudicio conf. Martinus iudex, de meo dato iudicio conf» (Archivo Histórico Nacional, Clero, San Martin de Pinario, leg. 306).

(**) En la emancipación del 831 se lee: «sint liberi post nostrum obitum atque ingenui (n.ª 43); en una dei 912: «restaurati et ingenui persistant» (n.ª 39); en otra dei 912: «ut stent ingenui» (n.ª 46) ; en la dei g36 : «ingenui permaneant» (n.ª 42); en la dei 947: «ut seruiant ad illa pro ingenuos» (n.ª 37); en la dei 961: «ingenuos permaneant» (n.ª 38) ; en la dei 990: «serviant sicut ceteri ingenui» (n.ª 43) ; en la dei 1000: «permanere iubemus sicut ceteri populi ingenui» (n.ª 82) ; en la dei 1019 : «sint servientes sicut ingenui» (n.ª 76) y en la de i025: «ut sites liberas et ingenuas (n.ª 41).

Pueden por tanto distinguirse tres clases de libertos : *a)* Los que a partir de la fecha misma de su manumisión o de otra, en esta prefijada, alcanzaban la libertad plena y quedaban horros de todo vínculo de patrocinio personal con el manumisor o con sus familiares. Ascendían a tal condición algunas siervas, acaso enlazadas por muy prietas relaciones afectivas con los manumisores (49); los siervos de algunas mujeres sin parientes cercanos (50) y los de algún príncipe o algunos magnates poderosos, a quienes razones piadosas movían a la generosidad y que por su riqueza podían permitirse el lujo o el placer de prescindir de los servicios de los emancipados (51).

b) Los *cerarii* o *cerocensuales*, es decir, los libertos sometidos a patrocinio perpetuo, pero con deberes tan leves que equivalían a la accesión total a la libertad. Solían ser eclesiásticos, matrimonios sin hijos o laicos sin descendencia (52) los generosos manumisores que limitaban las obligaciones de sus manumitidos a la ofrenda de cirios o limosnas en algunas festividades religiosas.

c) Los libertos de quienes, tironeados con fuerza pareja por el deseo de alcanzar gracia a los ojos de Dios y por el cuidado de los intereses terrenales, daban libertad a algunos de sus siervos o a todos pero sin renunciar a sus servicios y rentas. La emancipación restringida con reserva del patrocinio brindaba una fórmula

(49) Recuérdese que las dos emancipaciones plenas y sin reserva temporal alguna de que tenemos noticia se otorgaron por dos mujeres en favor de dos esclavas moras: Julia y Mariana (n.as 30 y 33). Sólo es explicable tan completa manumisión a su favor, si las suponemos muy amadas por sus amas o dueñas, tras largos años de servicio y de intimidad.

(50) Recuérdese que la plena liberación de unos siervos en 961, para la hora de la muerte de una tia de la manumisora, fué otorgada por una religiosa (n.a 38).

(51) Recuérdese que en los otros dos casos de generosa emancipación de un grupo numeroso de siervos — en los años 912 y 947 — los manumisores fueron Ordoño 11 y la noble pareja de Gundesindo y Enderquina, cuñados del mismo principe y poseedores de 500 siervos (n.a* 37 y 39); y que el rey otorgó su merced tal vez convencido de la injusticia cometida por un regio tribunal contra los entonces favorecidos por su gracia (n.a 21), y sus cuñados, abrumados de dolor ante la dolencia de una hija, nacida enferma.

(M) Entre quienes convirtieron a sus siervos en *cerarii* figuran en efecto : los obispos Rosendo de Dumio (867) y Rosendo de Iria (943), una religiosa irritada con sus familiares (1000), una viuda (i025) y dos matrimonios sin hijos (831 y 990) (n.as 41 a 43).

jurídica perfecta a tales devotos egoístas, a la par no muy ricos y no carentes de hijos. En este grupo de libertos se incluían, con no pocos siervos personales ascendidos a la condición de servidores libres o encomendados (53), una mayoría de *casati* o adscripticios que seguían labrando como colonos perpetuos o tributarios las tierras que hasta allí habían cultivado como *servi* (54). Mediante la enajenación voluntaria de los derechos de patrocinio sobre ellos por sus antiguos *domini* o por los descendientes de sus manumisores, se convertían a veces los emancipados de esta clase en libertos *ecclesiae* (55).

C. *Condición jurídica de los libertos*

No podían ser iguales los derechos de las tres clases de libertos ahora señaladas. Se diferenciaban ya por lo que hacia a su

(53) Habían sido antes siervos personales no sólo las esclavas manumitidas con plenitud de derechos por Eximina Moniniz (n.ª 30), Goldegroto (n.ª 33) y doña Unisco (n.ª 41), y los convertidos en *cerarii* por Rosendo de Mondoñedo (n.ª 44), San Rosendo (n.ª 41) sino además: los cedidos por Elvira al monasterio de Ferreira en 898 (n.ª 30), los que en 960 una sobrina de doña Mummadona le encargó emancipar después de su muerte (n.ª 30), los donados en 962 al monasterio de San Martín de Liébana (n.ª 46),Teodomiro y su mujer Ermesinda cedidos en 984 (n.ª 46) y Pedro Ordoñez cuya hija permaneció en servidumbre del monasterio de Sobrado (n.ª 32). ¿Cuál podia ser la relación de patrocinio que uniera con sus patronos a estos antiguos siervos personales sino la que vinculaba a los *commendati* con sus señores ?

(5*) No puede dudarse de que en muchos casos se emancipaba a siervos *casati* o adscripticios. Lo acreditan las escrituras otorgadas por Ordoño 11 en 912 y 920 y Severiano en 947 (n.ª 46) ; Ximeno y Adosinda en 951 (n.ª 30) ; Gunterigo y San Rosendo en g55 y Eximina en 984 (n.ª 46); el conde Pelayo Pérez en 990 (n.ª 45) ; y algunos procesos en que se disputaron los derechos de patrocinio sobre algunos libertos, por ejemplo, el mantenido en el año 1000 por Teresa con sus parientes (n.ª 82).

(55) En tales se convirtieron los siervos emancipados por Rosendo de Mondoñedo en 867 (n.ª 44), por Elvira en 898 (n.“ 30), por Ordono 11 en 912 y 920 (n.ª 46), por Severiano en 947 (n.ª 46), por Flámula en 960 (n.ª 30), por Pelayo y Aragota en 990 (n.ª 45) y por Gutierre Muñoz en 1019 (n.ª 76). La expresión *liberti ecclesiae* aparece consignada en el proceso mantenido en g85 entre doña Palla y el monasterio de San Martín Pinario (n.ª 47).

libertad de movimiento. La tenían plena los que habían sido favorecidos con la plena libertad. En las cartas de manumisión que la otorgaban se hacía expresa mención de la ilimitada facultad del manumitido de domiciliarse libremente, con palabras como estas : « *ubi uolueritis uiuendi*, *iendi*, *manendi largiqùe fouendi uitam uestram transgesserit nobis a Deo et nobis concessa licentia et potestas*» (56), copiadas de las fórmulas visigodas (57). O con palabras más sencillas pero no menos precisas : «*uadant ubi uoluerints*> o *diberi permaneant ubi uoluerinH* (38).

Pareja libertad de vivir, de ir y venir, de permanecer y de albergarse donde les pluguiera debían de tener los *cerocensuales,* con la única reserva de cumplir anualmente la ofrenda del cirio y la entrega de la limosna en la festividad religiosa señalada en el acto de su manumisión (59). De algunos de tales libertos que labraban tierras cedidas por el manumisor a un monasterio, sabemos que podían a su albedrío abandonarlas, para volver a ellas cuando les pluguiese reintegrarse a su viejo solar y al cumplimiento de sus deberes (60). Al elevar a la condición de *cerarii* a algunos de sus siervos y dotarles con tierras, Rosendo de Mondoñedo previo la posibilidad de que sus libertos vendieran las heredades recibidas ; y tal previsión implica el reconocimiento a sus emancipados de la libertad de movimiento. Y son tan amplias las otras fórmulas de manumisión (6i) de los que se trocaban por obra de ellas en *cerocensuales,* que no nos permiten dudar de que implicaban la concesión de la potestad de domiciliarse libremente,

(56) Véanse las manumisiones de Goldegroto a su sierva Julia (n.ª 33), San Rosendo a la suya Muzabba (n.ª 42) y de Teresa a sus libertos en el año 1000 (n.ª 8a).

(57) Fórmula n.º 2 (Zeumer : *Formulae Merowingia et Karolini Aevi*, pág. 576).

(58) Así en las manumisiones de Gundesindo y Enderquina del 947 (n.ª 37) y de Leodegundia de 961 (n.ª 38).

(59) Véanse los textos copiados en las notas 41 a 44.

(M) En la manumisión del Conde Pelayo y de su mujer Aragota del año 990 se escribió con referencia a tos hombres por ellos emancipados : «Si uoluerint relinquant ipsos saltos et alios requirant et dominatio monasterii possideant illos et iure hereditario, et quando uoluerint revertere hereditatem recipiant et negotium persoluant» (nota 45).

(61) Recuérdense las palabras de la «scriptura ingenuitatis et restaurationis» en cuestión, reproducida en la nota 42.

No menos seguro parece que carecían de ella los favorecidos con meras emancipaciones restringidas. De haberla poseído no habría sido perdurable su relación de dependencia no habrían podido enajenar los patronos sus derechos de patrocinio sobre ellos mediante actos *inter vivos o mortis causa*, y les habría sido fácil sustraerse a la prestación de los *obsequia*, *rationes o debita* a que estaban obligados (62). Y así parece deducirse de la disposición de Gutierre Muñoz sobre reducción al servicio del monasterio de Sobrado de aquellos de sus libertos que vagaban por diversos lugares (63).

Al emanciparles, sus antiguos señores les concedían su peculio (64) a veces integrado por bienes raíces (65), peculio al que, como he señalado en otra parte (66), tenían ya los siervos en el reino asturiano un derecho muy amplio. Se les donaba también en ocasiones las heredades o villas que labraban (67). Con frecuencia se

(62) Véanse los textos reproducidos en las notas 46 y 47.

(63) Véase, después, en la nota 76.

(64) De la manumisión otorgada por Rosendo, obispo de Mondoñedo, en 867 son estas palabras: «Concesso illis [libertis] omne peculium peculiare suum tam quod nunc obtinent quam quod adhuc cum Dei adiutorio augere uel profligare potuerint» (nª. 44). En la de San Rosendo, de 943, se lee : «Concedo tibi omne peculium uel peculiarem tuum quicquid aucmentari uel aucmentare deinceps cum Domini adiutorio potueritis» (nª. 42). Y de la manumisión concedida, el año 1000, por la religiosa Teresa, son estas frases: «propter confirmandam aulam ingenuitatis uestre donamus atque concedimus uel omne peculium uel ganatum» (nª8. 41 y 81).

(65) Al ceder Ordoño en 912 a Sisnando, obispo de Santiago, algunos de sus libertos para que le sirviesen de por vida, dijo: «Damus [eos] ...ab integro... seu eciam cum omne hereditate eorum peculiarem uel ganatum, quicquid habuerunt ex proprietate matris sue Hermegontonis uel quodcumque, Domini adiutorio, aucmentare potuerunt» (n\ 39). Ximeno y Adosinda al encomendar en 951 a los ejecutores testamentarios por ellos designados, la emancipación de sus siervos, les dijeron: «uobis licitum ad uicem persone nostre ingenuandi illos, et dandi eis in peculiare: in Bubalo, Parata; in Caput Limis, Uillare...» (nª. 30). Y doña Unisco al emancipar a sus siervos en 1025 dijo: «Damus adque concedimus uobis pecus uel peculiarem nostrum tam quam habetis uel cum Dei adiutorio augmentare potueritis» (nª. 41).

(66) *Serie de documentos inéditos del reino de Asturias, Cuadernos de historia de España*, 1 y 11, Buenos Aires 1944, págs. 321 y ss.

(67) En la manumisión otorgada a sus libertos el año 1000 por una nieta de los poderosos magnates Gutierre e Ildaura se lee : «Et propter confirmandam aulam ingenuitatis uestre donamus atque concedimus uobis omne

Ies hacía merced de algunas otras tierras (68), de bienes muebles o semovientes (69) y hasta de algunas villas de la propriedad del manumisor (70). Y de ordinario, se les cedía también el *gana-*

peculium uel ganatum quantum habere uidemini simul et hereditas uestra» (nª. 41) Y en estas frases parece distinguirse el peculio conseguido y por conseguir, de unas heredades que, al no formar parte de aquél, cabe suponer que fuesen las tierras señoriales por ellos cultivadas: primero como siervos y luego como libertos.

(68) En una donación del obispo de Oviedo Gladila, fechada en 863, se lee: «in Uandugio extra quod dedit libertis suis... (Archivo catedral ovetense — Documentos sueltos. — Es dudosa la autenticidad de la escritura; está escrita en letra francesa y puede haber sido retocada, pero ello no empece para que acredite lo afirmado arriba).

En un diploma de Ordoño ni del g5i se refiere que habiendo correspondido algunos bienes por herencia a un nieto del repoblador Alfonso Bettoti, llamado Teodan, «ut mos est faciendi unicuique rerum suarum partem dedit semis suis, partem reliquit filiis suis., dumque obtinerent ipsi liberti Teodani ipsam partem hereditatum quam eis concesserant diaconus (dominus?) suus...» (López Ferreiro, *Hist. Igl. Santiago*, 11, Ap. pág. i36).

(69) En la manumisión otorgada por San Rosendo a su sierva Muzabba en 943 se lee: «Aditiens aditio insuper tibi uacca uitulata et bouem et similem rationem de aliis meis» (n*. 42).

(7°) Rosendo obispo de Mondoñedo, al emancipar a sus libertos en 867 declaró: «Alias uero uillas meas seu pumares et uineas excepto quod in coris germanis meis omnem meam portionem concessi uel si illis aliquid adhuc exinde per scripturam testauero, omnia auerem quod in testamentum reliquero ipsi mei liberti inter se equaliter diuidant et in perpetuo uindicent ac defendant». Y les concede a continuación su peculio (n*B. 44 y 64).

Al liberar Hermenegildo a sus libertos en 936 de todo vínculo de patrocinio escribió: «Addiciens ipsis restauratis ex uillis meis unam integram qualem de eis uos elegeritis» (n*. 41).

San Rosendo, al emancipar a su sierva Muzalha en 943, a más de su peculio y sus posibles ganancias (antes n*. 64) y de una vaca y de un buey — nª. 69 — le donó: «De aliis meis roborem restaurationis adobtiui que mihi in colmellum diuisionis exierunt inter germanos meos: In villas nominatas? id sunt: in Caldellas Piniaria media; in Saliare de Genetiui duas partes; in Bubale Mauregati Uizamondi et in Pumares de Uiduas et Fraxeneto; in Portucal, uilla de Leza» (Tumbo de Gelanova, fol. 60 v.° y Muñoz y Romero: *Del estado de las personas*, pág. 82 y 83).

Y Ximeno y Adosinda, en q51, legaron a sus siervos, para la hora de su libertad, a más de su peculio (antes nª. 63) «Godessa cum suis adiuntionibus que nos competet; in Anegia, Uilla de Pegias et Uilla de Laurosa cum omni integritate per términos...» (Archivo Nacional, Clero, Gelanova, leg. 977 y Tumbo de Gelanova fol. 8 y v.°).

tum (71), es decir las propiedades o bienes diversos que hubieran adquirido por su industria o que pudieran adquirir en adelante.

Tampoco tenían todos los libertos los mismos derechos sobre los bienes recibidos de sus señores en el acto de la emancipación. Dependían aquéllos, como todos los detalles de su situación jurídica, de la voluntad del manumisor. En algunas emancipaciones amplias parece que se concedió a los emancipados la plena propiedad de las tierras, heredades o villas a ellos cedidas (72). En otras se les imponían ciertas restricciones: se les prohibía, por ejemplo la libre enajenación de los bienes recibidos del señor. San Rosendo, al elevar en 943 a la condición de cerocensual a su sierva Muzalha, la dotó generosamente pero no la permitió vender las heredades que le cedía sino a sus herederos o al monasterio de Celanova (73). Y en un documento del g51 Ordoño ni declara que unos libertos dieron al rey Alfonso iv una parte de las heredades recibidas de su señor, *«quod licitum eis non fuerata* (74). Pero supuesta la habitual vinculación de los emancipados

(71) Véanse las emancipaciones otorgadas por Rosendo obispo de Mondoñedo (867, n\ 44). Alfonso ni (912, nª. 65), San Rosendo (943, nª. 64); la religiosa Teresa (1000, n.ª 64) y doña Unisco (1025, n\ 41).

(72) Recuérdense las palabras de Rosendo de Mondoñedo en 867: «omnia auerem quod in testamentum reliquero ipsi mei liberti inter se equaliter diuidant, et in perpetuo uindicent ac defendant» (nª. 44); y las de Teresa, nieta de Gutierre e Ildaura, en el año 1000 (nªª. 41-67 y 81).

(73) Recuérdense las palabras: «Sub ea tamen ratione seruata ut si cogente necessitate acciderit tibi animi uoluntas de ipsa hereditate pro uendere non uendas nisi heredibus tuis qui uno modo tecum a nobis libere sunt aut etiam ad confessoribus monasterii Cellenoue qui tibi pro id iustum tribuant pretium» (nª. 42).

(7l) Según Ordoño ni, Alfonso Bittoti aprehendió muchas tierras en la ribera del Miño y las heredaron sus hijos, e «dumque inter se diuidentes res atque proprietates auorum uel parentum suorum uenit in diusione ad ipsum Teodonem ualle cum uilla uel uicis uocitata Boruene, simul cum Maganes, cum terminis uel adiacenciis suis. Et ut mos est, faciendi uinicuique rerum suarum, partem dedit seruis suis, partem reliquit filiis suis Tellus diaconus atque frater eius Leouegildus proles Teodani. Dumque obtinerent ipsi liberti Teodani ipsam partem hereditatum quam eis concesserant diaconus (dominus?) suus Teodanem per plurimam temporum, partem fecerunt quod licitum eis non fuerat, dederunt inde per scripturam serenissimo principi domno Adefonso prolis hordonii quintam partem dumque obtinerent ipsi liberti Teodani ipsam partem hereditatum quam eis concesserat dominus suus» (López Ferreiro: *His, Igl. Santiago*, n ap. pág. 136).

al patrocinio de los descendientes del manumisor o al de un monasterio, de ordinario los libertos gozarían de muy limitados derechos sobre los bienes que integraban su peculio, y no podrían disponer de ellos libremente. Incluso en algún caso en que podían cambiar de domicilio, consta que perdían al marcharse las tierras que labraban (75). Mas como de la escritura que así lo acredita resulta que podían recuperarlas si regresaban a ellas, me parece lícito concluir que no podían ser separados de tales heredades por voluntad de sus patronos.

Por lo que hace a los derechos de familia y de sucesión de los libertos estamos mal informados. Es lícito sin embargo suponer que en relación a ellos los emancipados no avanzarían demasiado en las manumisiones restringidas. En algunos documentos aparecen incluidos con los siervos en la *familia*, es decir, en el grupo servil del dominio señorial (76) ; y esa inclusión no permite imaginarlos adornados con muy amplios derechos civiles. Y sabemos que durante muchas décadas los hijos nacidos de los enlaces carnales de los libertos de una noble familia gallega con los habitantes del coto de Santiago, se habían dividido por mitades entre el obispo de Compostela y los señores de los dichos emancipados (77).

(75) Recuérdense las palabras de la manumisión otorgada por el conde Pelayo y su mujer Agarota en 990, reproducida en la n\ 60.

(76) En una donación de Gutierre Muñoz al Monasterio de Sobrado en 1019, se lee: «Non sumus inmemores sed etiam disponimus atque ordinamus, ut omnis familia nostra qui de auiorum uel parentum nostrorum nobis iure debiti manent serui uel liberti per diuersis locis uagantes in loco ipso sint semientes sicut ingenui et alias casatas et non habeant licitum sibi alios patronos eligere nisi fratres et sorores qui in ipso monasterio in uita sancta persisterint, et non eis licitum ad ipsos homines facere extra suam ueritatem nisi sicut ad alii ingenii (ingenui). Et si iniuste habuerint, habeant licentiam se querellare ad regem uel episcopum uel potestatem qui illam terram imperauerit ut omnia eorum in ueritate discurrat» *(Tumbo de Sobrado,* i, fol. 44. Muñoz y Romero: *Del estado de las personas*, pág. 90).

Y confirma la inclusión en la familia de los libertos sometidos a patrocinio el documento copiado en la nota immediata.

(77) Lo acredita la siguiente escritura fechada en el año 999: «Multis est notum et non paucis manet declaratum quondam fuerunt in suburbio Sancti Jacobi apostoli Domini, horti nouo genere, scilicet Pelagius nomine, Tetoni filius, atque uxor eius Iberia et procreauerunt liberos ex quibus unam habuerunt filiam nomine Flamulam que succesit in bonis parentum suorum... inter

Aunque los textos guarden silencio sobre la situación de los libertos en el orden penal, cabe sospechar que, mientras los favorecidos con una emancipación plena y aun los *cerarii* tendrían una personal responsabilidad penal activa y pasiva, los libertos sometidos al perpetuo patrocinio de los descendientes de su manumisor o del monasterio al que estos hubiesen transmitido sus derechos de patrocinio, se hallarían incluidos, como antes de ser emancipados, en la esfera de la responsabilidad penal de sus patronos (78).

Ignoramos cuál era la cuantía del *wergeld o* composición que debía de pagarse por la muerte de un liberto en el período astur-leonés. No es aventurado sin embargo suponer que, como en la

ipsos dominos et domus Sancti Jacobi fuit mos, ut mulier cuiuscumque nationis fuisset, staret integra post uirum suum dum ambo uiuerent; et filii illorum, tan de una parte quam ex alia essent medii Sancti Jacobi et medii illorum, quorum superius mentionem fecionem (sic) fecimus. Et hec causa sic stetit per longa tempora de uno episcopo in alium episcopum. Ipsa uero iam dicta Flámula, sic fecit sicut et predecessores sui et parentes. Mortua Flamula, uenit ipse iam dictus Uegila ad sedem Sancti Iacobi Apostoli in presencia serenissimi principis Domni Ueremudi et pontificis huius loci et accepit sagionem regis et pontificis, nomine Sunilam, perquisiuit omnes seruos uel libertos qui erant permixti cum hominibus Sancti Iacobi: dicebat Uegila, quod suus homo aut mulier qui consocrauerit cum hominibus Sancti Iacobi, essent sui integri et non haberet in eis partem Sanctus Iacobus, nec episcopus sue ecclesie. Ad hec intuens Petrus episcopus cum omni clero suo dixit: isti homines in omni giro de XII milia contestati fuerunt per multos annos a multis regibus parti sancte ecclesie iam dicte et non oportet expolietur de sua familia, quia testamentaque in tesauro Sancti Iacobi roborata et afirmata sunt, non euacuta (sic) remanebunt. Cumque inter se dicerent talia, preuidit rex et omnes pontifices et proceres, ut ipsa permixtio hominum qui nati fuerunt de hominibus familie et de hominibus Sancti Iacobi sint medii parti Beati Iacobi, et medii parti Uegilani, sicut fuit in diebus Tetoni et Iberie atque eius filie Flamule et numquam inde oriatur alia contentio» (Tumbo A de la Catedral de Santiago, fol. 20. López-Ferreiro : *Hist. de la Jgl. de Santiago*, 11, Ap., pág. 197).

(78) Podría suscitar algunas dudas contra lo dicho arriba el caso del maulado Tedón que hubo de pagar el homicidio que había cometido en la persona de un siervo del abad de Celanova — Muñoz y Romero: *Del estado de las personas*, pág. 145; y Sánchez-Albornoz: *Las Behetrías. Anuario hist. dcho. esp.*, i, pág. 233 — puesto que maulado significaba a veces liberto — véanse mis *Behetrías*, *Anuario*, 1, pág. 222 nª. 66—Pero no es probable que Tedón fuese liberto sino hombre de behetría, como todos le hemos supuesto.

época visigoda, equivaldría a la mitad de la pena pecuniaria que hubiese de satisfacerse por un libre (79).

Por lo que hace a los derechos procesales de los libertos poseemos precisos y preciosos testimonios. Sabemos, por ejemplo, que al someter a sus manumitidos al monasterio de Sobrado, Gutierre Muñoz y su hermana María dispusieron en 1019 que, si fueran tratados injustamente, pudieran querellarse ante el rey, el obispo o la potestad que rigiera la tierra (8u). En una ocasión vemos a otros libertos defender su condición de tales delante de Alfonso 111 y del tribunal regio (8i) Y para vindicarse de quienes los retenían contra derecho, reclamó para sus libertos su señora la potestad de hacerse representar en juicio mediante *adsertores*, al concederles una segunda emancipación plena en el año 1000 (82).

(79) Q$_{ue}$ Jos libertos visigodos gozaban sólo de la mitad del *wergeld* de los ingenuos resulta de un precepto de Ghindasvinto, vi. 1. 5 de la *Lex Visigothorum.* Sobre la cuantía del *wergeld* de las clases sociales elevadas entre los godos, véase mi *En torno a los orígenes del feudalismo,* 1, págs. 197 y ss. Están por estudiar las tarifas penales de los reinos de Asturias, León y Castilla.

(80) Véase el texto a que aludo arriba en la nota 76.

(81) Fie reproducido el texto del processo en la nota 21.

(82) Fie aquí el texto de la escritura: «Ego Tarasia deouota .. uobis libertis meis qui estis habitantes in comitatu Presarense, ualle que nuncupatur Ecclesia Alba, subtus alpe Nauefractam, qui estis ex progenia comparate et Santoni et Uimaredi et Santini, ubi qui estis per omnia loca uiri ac mulieres, pueri et puelle, longum est nominata uestra perquirere sed quantos indesire ualemus per nomina scriberetis tulimus. Id sunt... uel quanticumque ex ipsa progenia sunt per loca ubique auii et parentes fuerunt liberti de auiis meis Gutier et Ilduare qui eos obtinuerunt ab omni integritate per **LX.**U annos seu et amplius et post discessum domni Gutier diuisit eos domna Elduara cum suis suprinis et neptis Arias Aloitiz, quia sic fuerant isti homines mixti cum suo comitato et cum aliis hominibus de sua casada, et inter ipsam auiam nostram domnam Elduararn et eius filius tius noster domnus Rodesindus episcopus et nos ipsa tenuimus eos per *LM* annos seu amplius ab omni integritate quousque surrexit una ex subrinis nostris nomine Gudilone, qui cum fratre nostro Sauarigo, quia nostram causam regebat scripturam falsitatis composuit et inmissiones, et misit et multa mala in ipsis hominibus fecit. Et inde surrexit comes Suarius Gundemariz cui cum alia nostra subrina coniux eius, nomine Gunzina, qui et ad reges rebellium composuit et nobis potentialiter de ipsos homines illos medios tulit. Nunc autem sic notum facimus ad omnem concilium regum, pontificum, comitum uel cui dominus uiam ueritatis regendi et iudicandi dederit licentiam habeanti psos homines

No es ésta la única manumisión de segundo grado de que nos ha llegado noticia. Poseemos testimonios de otras varias que mejoraron la condición jurídica de quienes ya habían alcanzado la libertad mediante una primera emancipación. De tal condición son la mayoría de las concesiones generosas que transformaban a los libertos en *cerocensuales* (83), al eximirlos de cualquier vínculo de patrocinio y por ende de las cargas — *rationes*, *debita* u *obsequia* — a él inherentes, y al reducir sus deberes, como queda ya dicho, a la ofrenda de un cirio o de una limosna en algunas festividades religiosas. En casi todas ellas se expresa claramente que la merced se hacía a quienes ya habían antes liberado, *aper alia scriptura**, como se dice en una otorgada por Rosendo, obispo de Mondoñedo, el año de 867 (84).

ponere suum asertorem contra Gunzinam et Gudilonem et uindicassent se post nostram partem quia bisaui et auii et parentes supra dicte subrinas nostras, per alia loca homines pro illis receperunt et istos semper post nostram partem integros permanserunt; et sicut cepimus in nomine Domini proficere ualemus homines uos supra taxati uel qui de ipsa progenia nati fuerunt absoluimus eos ab omni nesum uel debitum libertatis et in aulam ingenuitatis permanere iubemus, sicut ceteri populi ingenui, nulli homini macillatum uel obsequio aliquid se [espacio]... ter nisi soli Deo et cui uestra fuerit uoluntas; ita ut ubi uolueritis uiuendi, iendi, manendi largique fouendi uitam uestram transgesserit uobis a Deo et nobis concessa licentia et potestas. Et propter confirmandam aulam ingenuitatis uestre donamus atque concedimus uel omne peculium uel ganatum quantum habere uidemini simul et hereditas uestra et ad diem Sancte Marie pro memoria nostra in domo Domini cereum et oblationem offeratis uel bucellam pauperibus tribuatis quantum uire habueritis». (Cartulario de Sobrado, 1, fol. 52, y en parte en mis *Behetrías*, *Anuario hist. dcho. esp.*, i, pág. 222 n4. 66).

(83) Son de segundo grado : la emancipación otorgada por Ordoño y Profluina en 831, puesto que en ella se dice: «De homines uero nostros siue quod liberabimus siue etiam quodquod in seruicio abemus, sint liberi post nostrum obitum» (n4. 43); la concedida por Rosendo de Mondoñedo en 867, porque se refiere en parte a «eos iam per alia scriptura liberos esse constitui» (n4. 44); la hecha por Ordoño 11 en 912 de los declarados libertos en un proceso previo, tal vez injustamente (n48. 2t y 3g); la rubricada por Hermenegildo en g36, pues empieza asi: Equidem de seruis meis et libertis secundum suas habent ingenuitates hac restauraciones a me factas» (n4.41); la otorgada por Leodigundia en 916, de la que son estas palabras: «quantos me conpetent tam libertos quam etiam serbos; ingenuos permaneant» (n4. 38); y la concedida por Teresa en el año 1000 con plenitud de derechos a quienes, siendo ya libertos, eran molestados por los parientes de la manumisora (n4. 82).

(84) Antes, n\ 44.

D. *Importancia social de los libertos en la época asturleonesa*

En el período asturleonés las manumisiones se hicieron todavía con fines piadosos, con miras a la salvación del alma del manumisor o de sus ascendientes (85) o como acto grato a los ojos de Dios para impetrar alguna gracia de su poder divino (86j. La emancipación casi forzosa, a fin evitar la fuga del siervo *y* su acogida a lugares de asilo, no pudo ser muy frecuente todavía. Apenas si pueden citarse nombres de villas que tuviesen tales derechos. Ni la misma ciudad de León era sitio a donde pudiesen refugiarse los siervos, seguros de alcanzar la libertad (87). Los concejos estaban en formación y no representaron papel importante respecto a la terminación de la servidumbre hasta tiempos posteriores (88). En las regiones del interior, más allá de los montes, ni siquiera apuntaban aún los primeros brotes de la institución municipal.

(85) «Pro remedio anime mee» o «anime nostra» se otorgaron las manumisiones de 837 (nª. 30), 867 (nª. 44), 898 (nª. 30), g36 (nª. 41), 960 (n.ª 30), 981 (n«. 46)...

(86) «Pro remedium anime mee et ablutione meorum facinorum» dijo Hermenegildo en g36 haber emancipado a sus siervos (nª. 41). Gomo queda dicho, Gondesindo y Enderquina, porque su hija Froilo «fuit cum infirmidate nata in nostro pecato» escriben, emanciparon cien siervos «ut Dominus sedeat propitius ad peccatis nostris» (nª. 37).

(87) Si en el artículo xxi se lee «Item precipimus ut seruus incognitus similiter inde non abstrahatur, nec alicui datus»; en el xxn se dice: «Seruus uero qui per ueridicos homines seruus probatus fuerit, tam de cristianis quam de agarenis, sine aliqua contentione detur domino suo» (Muñoz y Romero: *Colección de fueros municipales y cartas pueblas*, pág. 66).

Sólo en el Fuero de Villavicencio, de fecha posterior al de León de 1020 pero imprecisa, se lee: «In primis de illis qui ad abitandum venerint alvendarii, cuparii, servi sint ingenui et absolute, sed si fuerint mauros comparatos aut filius mauri vadant cum suo seniore » (Muñoz y Romero, pág. 171).

(*») Sobre ese papel de los concejos en la emancipación de los siervos véanse: Muñoz y Romero: *Del estado de las personas*, págs. 98 y ss. — salvado su error sobre el renacimiento del municipio romano en el siglo x—, Gama Barros : *Hist. da administração*, 11, pág. 84 y ss. — salvados algunos yerros cronológicos sobre la data de algunos fueros—, e Hinojosa: *Origen del régimen municipal en Léon y Castilla*, *Estudios sobre la historia del derecho español*, págs. 37 y ss.

Sólo por virtud de las doctrinas evangélicas las gentes piadosas, llenas de celo religioso, emancipaban a sus siervos (89). La Iglesia predicaba estas máximas, pero no las cumplía. De la misma forma que en la época visigoda (90), fueron sin duda los hombres sujetos a servidumbre de las sedes, iglesias o cenobios, los que más difícilmente alcanzaban la libertad. Eran tal vez los que llevaban una vida menos dura, pero también los que más perduraron en condición servil. Suponemos que la Iglesia, sociedad la más tradicionalista de las conocidas, conservaría en vigor las disposiciones de los concilios toledanos relativos a la limitada facultad de manumisión de los obispos y de los clérigos (91). No hay pruebas directas de que tales preceptos perduraron en uso, pero lo cierto es que no conocemos una sola carta de emancipación de siervos eclesiásticos. Sólo existen algunas otorgadas por dos obispos homónimos: Rosendo, prelado de Dumio en los días de Alfonso in (92), y San Rosendo, varón justo, fundador del monas-

(") En la emancipación otorgada por San Rosendo a su sierva Muzabba en 943 se lee: «Incertum uite tempus est eo quod mortali ducimur casu, quia nec initium nascendi nouimus nec finem scire ualemus cum ab hac luce celerius transeamus atque prophetico eloquio docti qui dicit: dissolue colligationes impietatis, solue fasciculos deprimentes, dimitte eos qui confracti sunt liberos et omne honus eorum disrumpe» (Cartulario de Celanova, fol. 60 v.°. Muñoz y Romero: *Del estado de las personas*. pág. 82, n*. 1).

En la manumisión concedida por doña Unisco en 1025 se lee: «Quia non fecit Dominus unus seruus et alium liberum set totum hominem Deus liberum fecit» *(P. M. H., Dip. et Chart*, pág. i5g). Y frases parecidas, inspiradas en palabras de la Escritura — las de San Rosendo proceden de Isaías LVIII, fi- se repiten habitualmente en las escrituras de manumisión de la época astur-leonesa, siguiendo la terminología de la visigoda conservada en las *Formulae*, n. 2 (Zeumer: *Formulae Merowingici et Karolini Aevii*, pág. 577).

(") Véanse: Torres López: *Lecciones de historia del derecho español*, pág. i85; Verlinden: *L'esclavage*, *Anuario hist. dcho. esp.* xi, pág. 347; García Gallo; *Hist. dcho. esp.,* 1, pág. 3i2.

(91) Véanse las disposiciones de los concilios de Toledo iv, cans. 67-69 y 74 (633) y ix, can. 11 (633) y los preceptos de los concilos de Sevilla 1 can. 1 (590) y de Mérida cans. 18 y 21 (666).

(92) Aparece confirmando las donaciones de Ordorio 1 al monasterio de Samos, 837 (?): Sánchez-Albornoz: *Documentos de Samos de los reyes de Asturias*. *Cuadernos* iv, pág. 139; de Alfonso in a Dumio, 877, *Esp. Sagr.* xvni, pág. 315 y de Alfonso ni a Iria, 885, López Ferreiro: *Hist. Igl. Santiago* n, ap. pág. 33; y asistiendo a la consagración de la Iglesia de Valdediós en 893 Hübner: *Inscriptiones Hispaniae Christianae*, n.° 261. La Crónica de Albelda

terio de Celanova y luego obispo de Compostela (93). Pero ninguno de los dos manumitió gentes sujetas a la servidumbre de su iglesia, sino a la suya propia, por haberlo estado a la de sus mayores (94). Esta actitud del clero no era peculiar de nuestros eclesiásticos sino norma de conducta general de toda la Iglesia en tal época, según Fournier y Brunner (95).

La emancipación concedida con fines religiosos, y con exclusividad por laicos, no pudo llevar a la libertad masas numerosas de siervos. El gran movimiento de emancipación de las clases serviles en León y Castilla es posterior al período que abarcamos en este trabajo. Pudo haberse producido un brusco cambio social, sin precedentes en la historia, si hubiera triunfado la rebelión general de los siervos que estalló en los días de Aurelio (768-774). Sabemos muy poco acerca de ella. Se ha aprovechado el hermetismo de las crónicas que la refieren, y la contradicción de los únicos textos de las mismas conocidos hasta hace algunas décadas — la llamada Albendense calificaba a los sublevados de *servi* (96), y de *libertini*, Sebastián de Salamanca (97) — para fantasear explicaciones más o menos peregrinas sobre tal hecho histórico (98).

le cita entre los prelados que regían las sedes del reino en 881 (Ed. Gómez-Moreno, *Bol. Ac. Hist.,* 1932, C., pág. 605.

(93) Véase en su día la obra de Emilio Sáez: *San Rosendo y los orígenes del monasterio de Celanova*, que la celosa erudición de su autor nos hace esperar con impaciencia.

(94) Véanse las manumisiones concedidas por los dos Rosendos en las notas 42 y 44.

(95) Fournier: *Essai sur les formes et les èffets de V a franchissement dans le droit gallo-franc.,* pág. 83 y ss. y Brunner: *Deutsche Rechtsgeschichte*, ï², pág. 365.

(96) «Serui dominis suis contradicentes, ejus [Aurelii] industria capti in pristina sunt seruituti reducti» (Gómez-Moreno : *Las primeras crónicas de la Reconquista, Boletín de la Academia de la Historia,* Madrid, 1932, C. pág 602).

(97) «Libertini contra proprios dominos arma sumentes, tyrannice surrexerunt, sed principis industria superati, in seruitutem pristinam sunt omnes redacti» (García Villada: *Crónica de Afonso III*, Madrid, 1918, pág. 72).

(98) Garibay: *Compendio historial,* 1628, 1, pág. 348; Risco: *España Sagrada,* xxxvn, págs. 112-113 ; Masdeu: *Historia crítica de España*, XII, 53 y otros, creyeron que los rebeldes eran moros cautivos reducidos a servidumbre; Vicente de la Fuente: *Historia eclesiástica de España,* ni, pág. ni, les juzgo siervos cristianos; Muñoz y Romero: *Del estado de las personas en los reinos de Asturias y León,* 2ª ed., se limitó a calificarles de miembros de

Una rebelión de los pocos libertos que pudieran existir tras las reducidas fronteras del reino de Asturias en tiempos de Aurelio nunca hubiera podido ser tan peligrosa como para merecer acogida en los miserables relatos de los dos cronicones del siglo ix que nos dan noticia del suceso; y siempre habría sido por tanto más verosímil el testimonio del cronista que llamó siervos a los alzados en armas. La coincidencia de la Crónica Albeldense y de la vieja crónica de Alfonso m (") excluye hoy toda posible

la clase servil; Herculano: *Historia de Portugal*, ra [5], págs. 183-184 y 276-277 se negó a ver en ellos prisioneros musulmanes y consideró que los alzados contra la casta guerrera dominante eran colonos cristianos, forzados por Alfonso i a abandonar sus hogares para ir a vivir sujetos a una soldadesca desenfrenada; Gama Barros: *Historia da administração pública em Portugal.* ii, pág. 63 piensa en una rebelión de siervos como resultado de un empeoramiento de su condición; López Ferreiro: *Historia de la S. A. M. Iglesia C. de Santiago de Compostela*, 1, pág. 10 y ss. ve en el hecho comentado una rebelión de siervos en su mayoría fiscales, como consecuencia de la cual mejoraron de situación y llegaron a ser libertos; Barrau Dihigo: *Recherches sur l'histoire politique du royaume asturien*, *Revue Hispanique*, MI, pág. 246. vacila entre creerles esclavos musulmanes o colonos cristinianos; Pujol: *Orígenes del reino de León*, pág. 58, cree probable que se tratase de una rebelión de libertos ocasionada por el reparto de tierras y la forma de su aprovechamiento; Verlinden: *L'esclavage dans le monde ibérique médiéval. Anuario hist. dcho. esp.,* ix, págs. 369-371, imagina que se sublevaron los libertos que habían recibido tierras, para librarse del *obsequium* y de los servicios al patrono, usuales en Europa pero no en la monarquia visigoda; Prieto Bances: *La explotación del dominio rural de San Vicente de Oviedo*, págs. 226-227, opina que tal vez los rebeldes fueron hombres libres que, no pudiendo atestiguar su origen quedaron a merced del *dominus* de la tierra que labraban; García Gallo: *Las instituciones sociales en España en la alta Edad Media*, págs. 82-83, piensa que los siervos cuya sujeción acaso se habría relajado, como consecuencia de las alteraciones ocurridas en el medio siglo anterior, se resistieron a sus señores deseosos de trasladarse a los territorios de la meseta, abandonados por los bereberes; Sousa Soares: *Observações* a la *Hist. da adm. pub. em Portugal* de Gama Barros, iv [2], págs. 431-432, supone a los sublevados antiguos siervos transformados en libertos *in situ* y no como resultado de su inmigración en Asturias y cree que se rebelaron por no poder sufrir las diferencias peyorativas que les separaban de los recien llegados, convertidos, por la presura, en posesores.

(") He probado que el texto Rotense del cronicón fué obra del Rey Magno, luego retocada por algún clérigo — tal vez por el obispo Sebastian— en mi estudio: *La redacción original de la crónica de Alfonso lll. Spanischen Forschunge der Górresgesellschafts*, 11, págs, 47 y ss. El rey ero-

duda sobre la condición servil de los rebeldes. Lo esquemático de las dos noticias no nos permite ni siquiera adivinar las causas del levantamiento (10J). Mas cualesquiera que ellas hubieran sido — no interesa discriminarlas aquí — el triunfo de los sublevados habría transformado revolucionariamente la organización social del reino y habría creado en él una muy numerosa clase de libertos. Los rebeldes fueron vencidos y reducidos a su prístina servidumbre y los siervos siguieron constituyendo la base humana del régimen agrario de las antiguas sedes de la monarquía asturiana. Mientras las filas de los *libertini* sólo aumentaron despaciosamente por obra de manumisiones, las más de las veces individuales o familiares, y sólo excepcionalmente colectivas en los casos en que un príncipe o un poderoso magnate, por razones piadosas o de justicia, daba libertad a un grupo numeroso de *servi* (101).

Salida de las filas de la servidumbre, la clase de los libertos sólo pudo adquirir importancia donde fuesen numerosos los cuadros de aquélla. Hubo siervos, claro está, en todas las regiones

nista escribe : «Cuius tempore [Aurelii] servilis orico contra proprios dominos tirannide surrexerunt. Set regis industria superati in seruitutem pristinam omnes sunt redacti» (Ed. Gómez-Moreno. *Bol Ac. Hist.* 1932, C, pág. 617). Las palabras *servilis orico* que Alfonso ni empleó para no repetir las de la Crónica de Albelda que tenia delante de los ojos (Sánchez-Albornoz : *Las crónicas de Albelda y de Alfonso III. Bulletin Hispanique*, **XXXII,** págs. 305 y ss.) dieron origén a la confusión del erudito clérigo; por haber interpretado erróneamente la frase del cronista laico, escribió, al copiarle, «libertini».

(100) La comparación de los pasajes de las crónicas con las interpretaciones a que han dado lugar, recogidas en la nota 97, descubre la ninguna base que las fuentes brindan a los estudiosos. Apenas necesito apuntar que ninguna me merece fé. Podría rechazar una a una todas ellas por razones distintas. No pudieron sublevarse siervos moros, pues no debieron ser numerosos; cuando los reyes de Asturias hubieran vencido a los musulmanes no les habrían dado cuartel y hacía además años que se vivía en bochornosa sumisión a Córdoba. Es increíble que Alfonso 1 redujera a servidumbre a los cristianos libres que llevó consigo al Norte para poblar sus tierras y defender sus fronteras. En los días de Aurelio ni siervos ni libres podían soñar en salir a poblar a la meseta. Que no pudieron ser libertos los rebeldes resulta no sólo de la coincidencia de las crónicas de Albelda y de Alfonso ni sino del calificativo de *dominos* que los tres textos dan a los que hubieron de resistir al alzamiento, pues los emancipados tenían *patroni*, no *domini*. Pero no es preciso insistir. Lo prudente es renunciar a explicar lo inexplicable.

(101) Sólo sabemos, en efecto, que emanciparon un grupo numeroso de siervos los cuñados de Ordoño 11 (n*. 37).

del reino asturleonés, pero la proporción de los *servi* en relación a la población libre fue en ellas muy desigual. En el extremo noreste peninsular, país donde se habían sucedido numerosos estratos de dominadores desde los celtas a los godos y donde lo fugaz de la dominación musulmana no había dado tiempo a que se alterase profundamente la vieja organización social, fue muy numerosa la población servil. La historia de Asturias había sido menos propicia a la acumulación en ella de grandes masas de siervos, pero llegaron éstos a ser abundantes en ella durante el período asturleonés por el establecimiento de la corte en sus montañas durante cerca de dos siglos. La tradicional libertad y el tradicional sentido democrático de los cántabros y de los abuelos de los vascos de hoy era poco compatible con el medro entre ellos de las filas de la servidumbre [lü2]. Y como la densidad de ésta en las tierras de nueva colonización estuvo en proporción directa del núcleo servil de las zonas matrices desde donde partieron sus colonizadores — por lo que fueron numerosos en Portugal, hubo pocos en León y apenas existieron en Castilla — he aquí por que los testimonios de la existencia de libertos proceden en su mayoría de la zona galaico-portuguesa, son poquísimos los de Asturias y León y faltan, que yo sepa, en Castilla (103).

Claudio Sánchez-Albornoz

(102) Verlinden reconoce *(L'Esclavage, Anuario* xi, pág. 376) la realidad de estas diferencias de densidad de la población servil en las diversas regiones. La comprobaré en su día estadísticamente sobre la base de las citas de *serui* territoriales de las escrituras de cada una.

(103) Repásense los documentos relativos a libertos reproducidos en este trabajo. Ninguno es castellano, uno procede de León, dos de Liébana, todos los demás de Galicia y Portugal.

Os holandeses e a exportação do sal de Setúbal nos fins do século xvii

Das mais pesadas heranças que nos deixou a união com a Espanha foram as hostilidades com *os* Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos.

Afastados dos portos espanhóis e portugueses por Filipe u, a partir de i5qo, os holandeses procuraram substituir os mercados abastecedores de especiarias, sal, açúcares, drogas, e outras mercadorias, que o orgulho monopolista dos dirigentes espanhóis lhes estancava, abrindo com as suas embarcações caminho directo até aos centros produtores da África, da Ásia e da América (*). E, «quer como corsários, quer com o fim de comércio legítimo, e a despeito da oposição dos dominadores, lograram estabelecer-se em muitas das possessões mais valiosas das duas nações. As de Portugal, visto serem as mais acessíveis e menos bem defendidas, eram as que mais padeciam com estes feitos e foi principalmente à sua custa que em meio século a Holanda se tornou uma grande potência colonial. Foi devido o seu sucesso bem como o predomínio, que depressa alcançou nos mercados da Europa, às Companhias privilegiadas das índias Ocidentais e Orientais» (2).

Em 7 de Dezembro de 1607, Fernão de Magalhães, ao ser consultado pelo soberano sobre o direito novo do sal que reputava ruinoso para o comércio português, escrevia: «... he de muita consideração nesta materia, o uer se que sendo esta fazenda sal

(*) Sobre a rivalidade entre os espanhóis e holandeses, e a expansão colonial dos Países Baixos, ver o primoroso estudo de Engel Sluiter, *Dutch--Spanish rivalry in the Caribbean area, i5y4-i6og,* sp. *The Hispanic American Historical Review*, xxviii, n.º 2, Maio 1948.

(2) E. Prestage, *As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668*, Coimbra, p. 191-192.

que não faz falta alghûa neste Rejno nem nos mais de V. M.de por nos bastar muito pouco em comparação do muito que se nelle laura e que soo serue para os países do Norte por auer delle grandissimo gasto nelles majs que em todas as do mundo, se tem achado por os que os habitão e o vinhão buscar onde para lhes não faltar, indo o buscar aa Margarita aonde chamão o Cabo das Rayas e aa Costa de S. Domingo (3), e aa terra firme a muitas bayas na Costa do Roades Almazonas com o que este Rejno perde muito no preço do dito sal que se lhe não leua e na baxa do preço per que se vende e que se carrega, e V. M.de aalë de perder ñas alfandegas deste Rejno seos direjtos obriga a estas gentes de escandilizadas, a deuassarem lhe suas conquistas na noua Hespanha, e perde os grandes direjtos que se tem sabido se lhe pagauão das fazendas que daquelles países do Norte hião aa alfandega de Seuilha que os naturais della nauegauão para as partes da noua Hespanha, porque com a occasião de jrem a ella buscar o dito sal, elles são os que as leuão em direjtura e fazem esse proueito que os naturaes de Hespanha costumauão a fazer, o que tudo sem falta cessaraa se V. M.de for seruido de aleuantar o dito nouo direjto e assi tornar o sal a lhe

(3) A deslocàção da navegação holandesa em procura do sal da América, ao ser-lhe vedado o acesso aos centros produtores da Península, foi estudada por E. Sluiter, *ob. cit*., p. 175 e segs. Eis como ele descreve a região a que Fernão de Magalhães se refere : «Midway between the island of La Margarita and Cumaná there projects westward from the South American continent and parallel to it a peninsula called Araya, some fifty miles in length and about ten miles in width at its western extremity. Its northwestern tip is Punta de Araya, about five miles to the south of which lies Araya Bay, a spot rightfully famous in colonial history. About one-third of a mile from the bay lay a great natural salt pan, four to five miles long and one to two miles wide. This saline was not the residue of evaporated sea water, for the lagoon was not connected with the ocean; nor was it a rock salt deposit, but instead a gem salt which came from the brick-colored clay of the surrounding hills. Rain water, falling upon these slopes, separated the salt from the clay and washed it down into the depression lying at their base to form a salt lake. There a blazing sun and constant easterly winds combined to evaporate the surface water of the lake and to create thick layers of salt one upon the other. Since this process was continuous, the supply was inexhaustible; and this fact, plus its accessibility, made Araya the best salt pan of the Caribbean and perhaps of the entire world». E. Sluiter, *ob. cit.,* p. 176.

custar o que dantes ordinariamente lhe custaua sem embargo de naquellas partes o carregarem sem lhe custar dinhejro, per rezão do muito que lhes custa o carreto polo trazerem todo aas cestas a seos naujos com grande trabalho de suas pessoas que se sabe que elles muito sentem que fiquão escusando poys neste Rejno sem ninhu seo lho leuão a bordo. Ajnda esta rezão o muito que jnteressa a fazenda de V. M.de na baxa dos preços que aueraa nas fazendas que daquellas partes vem que são mastos vellames enxarçeas armas de toda a sorte trigo centeo do que tudo haa neste Rejno tanta falta e de que V. M.de tem tanta necessidade para prouimento de suas armadas e lugares dAfrica, o que tudo se oye ué daquellas partes a este Rejno he com tão grandes fretes per rezão de não terem carrega que de caa leuem, senão com grandes cabedaes, que muito poucos tem, que se não acha senão por preços muito excessiuos, o que não seraa assi auendo a commodidade de poderem tornar aos partidos com que dantes ordinarjamente uinhão com estas fazendas que era pagaren se lhe fretes muito acommodados com obrigação de se lhes darem suas naos carregadas de sal para se tornarem» (4).

E um seu contemporâneo, ao tratar da liberdade do comércio, registava também dolorosamente: «O sal entre os mais mantimentos he de maior necessidade, nas partes do Norte, por sua frealdade não produz o sal, buscauasse em Espanha, os nouos tributos, os contrabandos, as vexaçõens, e despezas das vezitas, totalmente acabou este comercio, e obrigou a buscallo na ilha do Majo Ponte de Araia e outras partes, perdeho Espanha o interesse, e a Coroa seus direitos, e tributos ; os Estrangeiros leuaram no a suas cazas mais barato ; e de auerem feito o gasto, e caminho aquellas partes, forão entrando por nossas conquistas, e por índias que ficão todas perto de aquelles sitios : tomando muitas prezas, e fazendo fortalezas...» (5).

Ainda em 1**632**, «o grande tributo, que El Rey de Castella pos, no sal, a saber, desoito reales em cada moio, (alem de sinco (*)

(*) God. Gadaval 891, fl. 324-325 v. Segundo anova imposição, a que se alude no documento, cada moio de sal era onerado em mais onze vinténs além dos dezassete reis do direito antigo, e três por cento do direito do Consulado.

(6) God. Cadaval 947, fl. 156.

reales, e meo que dantes pagaua)», fez com que os holandeses e os ingleses mandassem i5o naos à Ilha do Maio busca lo (6).

Rodrigo de Melo, em 5 de Dezembro de 1641, escrevia a el-rei D. João ív opinando que «o sal he hum tizouro de grande estima, que se não sabe nestes Rejnos aproueitar, sendo a mina que Deus lhe deo tão liberalmente e de que tanto necessitão os Reinos estranhos, que peresem sem elle, por ser o de Alcacere o melhor na qualidade e quantidade que haa em todo o mundo ; na qualidade por mais perseruar da corrupção, na quantidade, porque metido na caldeira cresce sincoenta por cento, e por estas resões he buscado e appetecido de todas as nações, e o foi ainda por meio do muito que padecião estando esta coroa sojeita a de Castella» (7).

Sob estes golpes quase de morte, suscitados pela inabilidade administrativa da coroa espanhola, só o valor e a tenacidade dos guerreiros e dos estadistas portugueses forjados pela Restauração de 1640 e, mais tarde, as entranhas ubérrimas do Brasil, poderam debelar a aflitiva situação económica de Portugal.

Durante vinte e nove anos, de 1641 a 1669, os diplomatas portugueses esforçaram-se, mediante concessões e liberdades, de negociar um tratado de paz definitivo com a Holanda, estrangulados que estavam pelos perigos da guerra da Independência, na metrópole, e da expansão dos estabelecimentos holandeses no Brasil, em Angola e no Oriente. Mas, astutamente, os holandeses mantiveram, também, mais de vinte anos, uma política para com Portugal: «de paz na Europa porque lhes era indispensável o sal que iam adquirir a Setúbal» e a tranquilidade nos mares europeus para as frotas que passavam demandando o hemisfério austral ; «de guerra, nas restantes partes do mundo» onde, à custa dos domínios portugueses se talhavam um império (8).

Como velhos clientes de Portugal (9), onde os seus barcos vinham buscar regularmente o sal necessário para a salga do peixe, em

(6) God. Gadaval 1901, fl. 66. Na ilha do Maio, arquipélago de Gabo Verde, o sal é produzido ainda hoje em extensas marinhas naturais.

(7) Cod. Gadaval 976, fl. 149-153

(8) E. Prestage, *ob. cit.*, pág. 195.

(9) Sobre a exportação de sal para Kampen, porto do Zuiderzee, feita pela casa Gunertorf durante o século xvi, ver : J. Lúcio de Azevedo, *Noticias de Portugal de 1518-1580 segundo cartas de uma casa comercial neerlandesa*, em *Lusitânia*, Setembro 1924, 2.º vol., fase. i.º, págs 37 e segs.

especial do arenque (10), com que abasteciam a Holanda e parte do interland alemão, para o fabrico de queijos e o comercio do Reno e do Báltico, os holandeses oscilavam nas suas exigências conforme a pressão exercida pelos representantes das províncias neerlandesas mais influentes e a sorte das armas no ultramar i11).

Para sanar o litígio de Portugal com a Holanda, os sucessivos embaixadores portugueses na Haia apresentaram propostas em que procuravam aliciar a adesão dos neerlandeses com a oferta de uma indemnização em dinheiro, da liberdade de comércio no Brasil e do contrato do sal em Setúbal. Assim o fez o Dr. António de Sousa de Macedo, em i65o; em i658, D. Fernando Teles de Faro proproz o pagamento de três milhões e meio de cruzados e ampliou a liberdade de comércio às colónias da África; e, em ióôo, o embaixador extraordinário D. Henrique de Sousa de Tavares, Conde de Miranda, ofereceu também, além do aumento da soma prometida pelo seu antecessor, conceder em todos os domínios de Portugal facilidades comerciais idênticas às concedidas aos ingleses, excepto nas possessões asiáticas, e o sal de Setúbal.

Não podiam estas concessões satisfazer os Estados Gerais pois o comércio da Ásia era indispensável à Companhia das índias Orientais, fortemente apoiada pela poderosa provincia da Holanda, nem tampouco à Companhia das índias Ocidentais agradava um acordo em que ia encontrar os principais artigos do comércio do do Brasil como monopólio da Companhia do Brasil. A acrescentar a estas dificuldades, surgia uma outra de grande importância : a hostilidade da Inglaterra em ver estabelecidos em Portugal para os holandeses os mesmos privilégios que gozavam os seus naturais e que ainda pretendia ver ampliados (12). Contudo, aos holandeses convinha obrigarem-se a tomar toda a produção de sal de Setúbal, sem abandonarem o comércio com a França, onde, em tempo de

(10) Sobre este assunto, ver as memórias de G. B. de Lacerda Lobo sobre as marinhas e pescarias de Portugal, em *Mem. Económicas da Acad. R. das Ciências*, ív, págs. 159 a 376.

(11) A importância do comércio do sal nos fins do século xvi, foi bem posta em relevo por E. Sluiter, *ob. cit*, págs. 166 e segs.

(12) Gomo de facto o conseguiu pelo Tratado de Whitehall de 23 de Junho de 1661. Para o conhecimento das negociações com a Holanda, bem como das oscilações das propostas portuguesas e das exigências holandesas, ver : E. Prestage, *ob. cit.*, págs. 191 e segs.

paz, podiam encontrar o mesmo produto a um preço inferior (13). As dificuldades e perigos que ofereciam as expedições à América eram razão suficiente para desejarem um tráfico mais seguro e cómodo ; e bastou que o imposto filipino de seis reais fosse levantado para «não irem mais naos a Ilha de Mayo, e tornarem a busqua lo a este Reyno» (14).

Mas, a Holanda exagerou as suas pretensões e em breve os tempos mudaram ; a sorte das armas foi-nos favorável. Portugal assinou a paz com a Espanha e libertou o Brasil e Angola do domínio holandês. Estes factores primordiais, assim como a evolução da politica europeia, o auxílio de Carlos n de Inglaterra e a pressão diplomática de Luís xiv, fizeram com que, em 3o de Julho de 1669, se firmasse na Haia um tratado de paz, aliança e comércio entre os Estados Gerais e Portugal, que liquidava o conflito existente entre os dois países (15).

Nesse tratado, assinado por D. Francisco de Melo Manuel da Camara, embaixador extraordinário de Portugal, e pelos plenipotenciários holandeses, nos seus vinte e seis artigos, ficou estabelecido : as praças de Cochim e Cananor ficariam na posse dos holandeses como penhor do pagamento de três milhões de dinheiro de Holanda e só voltariam à posse de Portugal depois de saldada tal quantia. Portugal obrigava-se a pagar 5oo.ooo cruzados, ou um milhão de libras, em sal na vila de Setúbal ; que esse sal seria entregue pelos portugueses, à sua custa e à borda do mar, pelo preço de 1^480 réis o moio — deviam ser entregues 168.919 moios para prefazer os quinhentos mil cruzados. Depois de paga esta indemnização, os holandeses entregariam a Portugal toda a documentação respeitante às suas exigências para com a coroa portuguesa. O reino de Portugal obrigava-se mais a pagar 25o.ooo cruzados por ano, durante um período de dez anos, aplicando e consignando para tal fim o direito de 700 réis por cada moio de sal que se vendia e carregava em Setúbal, pertencente à

(13) Gomo escreveu E. Sluiter, *ob. cit.,* pág. 168, os holandeses obtinham cerca de metade do seu sal das salinas da costa ocidental de França, e a outra metade das marinhas portuguesas. Sobre o preço do sal português e francês na Flandres, em 1576, ver : J. A. Goris, *Étude sur les colonies marchandes méridionales (Portugais, Espagnols, Italiens) à Anvers de 1488 à* págs. 476-477.

(14) God. Cadaval 1091, fl. 66.

(15) J. F. Borges de Castro, *Collecção de Tratados,* 1, págs. 444 e segs.

coroa; como para o pagamento de cada termo seria necessario embarcar anualmente 178.571 moios de sal, o que era impossível visto em tempo de paz a Holanda carregar cérea de 80.000 moios, o dito pagamento seria prolongado por vinte anos, a começar logo que os holandeses tivessem mandado buscar o valor do milhão de libras em sal, e durante esses vinte anos seria pago efectivamente o valor de 150.000 cruzados. Como para pagar os 150.000 cruzados anuais pelo direito do sal seria necessário exportar 107.143 moios e podia suceder tal quantidade não ser tirada num ano, a coroa de Portugal supriria o que faltasse pagando no ano seguinte, primeiro que tudo, tantos moios quantos bastassem para preencher a falta do ano antecedente, contanto que a dita falta não excedesse o valor de trinta mil cruzados, pois se tal acontecesse Portugal não seria obrigado a suprir em sal o que faltasse de cada ano. Os holandeses obrigavam-se a tirar de Setúbal todos os anos tanta quantidade de sal quanto fora o mais que eles tinham tirado em alguns dos dez anos próximos passados ; em caso de guerra, ou outro qualquer impedimento, que fizesse com que os holandeses não podessem tirar a quantidade de sal a que eram obrigados pelo artigo precedente, Portugal ficava liberto de suprir a falta e só o faria depois de expirar os vinte anos estabelecidos pelo tratado, ficando então à sua escolha o fazê-lo em sal, em dinheiro ou noutra mercadoria. Fixou-se o preço do sal em 1^480 réis o moio para toda a duração das obrigações do tratado; se Portugal conseguisse, pela grande quantidade de sal exportado, liquidar a sua dívida antes de decorridos os vinte anos, cessaria logo a consignação dos direitos do sal de Setúbal. Para vigiar a execução do acordado os Estados Gerais estabeleciam em Setúbal uma pessoa capaz, revestida de autoridade pública, para dar quitação do sal que fosse entregue e dos direitos consignados, e da parte do rei de Portugal lhe seria adjunta outra pessoa para ter conta e registo de ludo o que fosse recebido, tanto em direitos como em sal. Nem embargos, nem penhoras, nem qualquer impedimento podiam embaraçar ou interromper o curso da entrega do sal ou do pagamento dos direitos. Para que não houvesse retardamento e os navios holandeses encontrassem logo à chegada a Setúbal a carga pronta, o ministro neerlandês residente em Lisboa seria advertido da partida das embarcações com um mês de antecedência. Previa-se qualquer alteração da moeda portuguesa afim de que os

direitos consignados aos holandeses mantivessem sempre o mesmo valor e proporção. Os navios holandeses podiam ir e voltar a todas as conquistas de Portugal sem terem de se integrar no comboio ou frota geral, e todos os que quizessem comerciar com o Brasil não o podiam fazer em direitura mas sim deviam, tanto à ida como à volta, entrar nos portos de Portugal e pagar os mesmos direitos de entrada e saída que pagavam neste caso os vassalos da coroa de Portugal.

Nos últimos quatro artigos estabelecia-se as penalidades em que Portugal encorna no caso de não satisfazer a todo ou a qualquer dos pontos do tratado ; prometia-se favorecer a navegação e comércio entre os vassalos dos dois países ; obrigavam-se os Estados Gerais e Portugal a promoverem a observação do tratado pelos seus subditos e a manter a paz na Europa e nas mais partes do mundo ; e a confirmarem e ratificarem o tratado dentro do prazo de três meses depois da sua assinatura. Finalmente, no artigo separado, convinha-se em fixar por uma convenção a justa quantidade de sal que os holandeses deviam ir buscar todos os anos a Setúbal, para satisfazer ao conteúdo no artigo xi do tratado.

Para Portugal ficavam, aparentemente, todos os encargos e todas as sanções, para a Holanda todas as vantagens No entanto, por ele, implicitamente, colocávamos um produto que sobrava à economia portuguesa e garantíamos a posse incontestada das nossas colónias da África e da América, e das que nos restavam no Oriente. Estava salvo o Brasil e Angola, e Portugal firmava o tratado menos ruinoso de todos que até então tentara negocear com os Estados Gerais.

Mas, porquê esta insistência dos holandeses em obter o sal português, quando, como já disse anteriormente, a França lhes podia fornecer o mesmo produto a um preço inferior ?

Porque o sal francês só misturado com o português era susceptível de preparar devidamente as salgas do peixe, em que eram mestres os holandeses. Ao século xvn podemos tornar extensiva a afirmação que Lacerda Lobo emitiu nos princípios do século xix: «O sal de que fazem uso os Hollandeses he muito branco, e huma mistura de sal de Brovage, Hespanha e Portugal» (16).

«Efectivamente a cor em geral branquíssima do sal nacional,

(6) G. B. Lacerda Lobo, *ob. cit.*, pág. 270 n. *a*.

os cristais relativamente volumosos que o constituem, fazem, com que ainda hoje, seja preferido pelos bacalhoeiros da Bretanha, por exemplo, que não hesitam em desviar para o Sul, o seu rumo S.E.-N.O. de França à Terra Nova, percorrendo algumas centenas de milhas suplementares para receber em Lisboa ou Setúbal o sal indispensável à conservação do peixe. *Le Portugal est, par excellence, un pays saunier*, dizia, em 1872, Aimé Girard, o tecnólogo que mais estudou a indústria portuguesa do sal» (17).

O sal das marinhas de Setúbal era, e é, na sua grande generalidade, sal grosso, com um grão bastante uniforme, que permite salgar perfeitamente o peixe bastante gorduroso assim como as carnes (18). A diferença entre o sal miúdo, consumido em Portugal, e o sal grosso, exportado para os países do Norte, foi nitidamente focado pelo senado da camara de Lisboa, em 28 de Agosto de 1691, numa consulta a D. Pedro 11: «... nem todas as marinhas lavram sal do mesmo lote qual é todo o de Setúbal, porquanto em umas é miúdo, que só tem saída para o reino e suas conquistas, para a Galiza e Inglaterra, e em outras grosso, que se carrega para todas as partes do Norte» (19).

O que é curioso verificar é que, actualmente, a Holanda importa sal moído, chamado «sal tipo Holanda», enquanto a Suécia e a Noruega importam exclusivamente sal grosso (20).

Ao lado destas razões de ordem técnica e económica, também o factor político dificultou aos holandeses o acesso do mercado francês durante o século xvn. Primeiro, as campanhas de Luís xiv na Flandres e nos Países Baixos, depois as guerras que convulsionaram a Europa até ao Tratado de Utrecht, vedaram o intercâm-

(17) Charles Lepierre, *Inquérito à Indústria do sal em Portugal*, pág. 13.

(18) Pelo que respeita à qualidade do sal português já, há poucos anos, se escreveu com verdade : «.. .sait .. .that came from the Peninsula was better for the préservation of fish than the French, and the Portuguese sait from the coast between Setúbal and Alcacer do Sal, in Estremadura, was superior to the Spanish». Ver : K. Mellander e E. Prestage, *The Diplomatie and Commercial Relations of Sweden and Portugal from 1641 to 1670,* págs. 106 e segs.

(19) E. Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, ix, págs[1] 233. Cit. por António Sérgio, *Em torno da designação de Monarquia Agrária dada a primeira época da nossa história»*, pág* 49.

(20) Estas afirmações visam exclusivamente a salicultura de Setúbal.

bio entre os dois países. E, como nessa época, a produção espanhola de sal não pesava muito na exportação da Península, só Portugal podia fornecer à Holanda em quantidades apreciáveis o sápido produto das suas salinas.

O interêsse da Holanda, e mesmo da Inglaterra, durante o século xvii, em obter o monopólio do sal português transparece bem claro nas instruções dadas a Albrecht von Vegesack, representante sueco em Lisboa durante os anos de 1662 a 1669 (21).

Por seu turno, a Portugal convinha efectuar o pagamento da indemnização com um produto da sua economia, tão apreciado nas costas do mar do Norte e do Báltico. Evitava-se a saída de mais ouro dos cofres exaustos do reino, mediante a concessão de um monopólio ardentemente desejado pela Holanda. Já essa tinha sido a ideia do Dr. João de Guimarães quando, em 1649, propunha que a Suécia nos auxiliasse com naus de 40 canhões, que seriam pagos com 5.000 moios de sal por ano e por cada navio (22).

Contamos um ilustre viajante estrangeiro, Lourenço Magalotti, que acompanhou Cosme de Médicis, principe da Toscana, em suas andanças por terras de Espanha e Portugal nos anos de 1668-1669, que «tutto il commercio, e la richezza di Setúbal è il sale, che è il più bello, et il più perfetto, che si raccolga forse in Europa. Gl'Olandesi, gl'Inglesi, i Francesi, e tutte le altre Nazioni, che navigano per l'Indie ne levano grandissima quantità, e gl'Olandesi più di tutti gli altri, come quelli, che oltre il necessario consumo de loro Stati, anno maggior paese da provvederne nell'Indie, e ne trafficano con grosso guadagno per tutto il Nord». E explicou minuciosamente : «V'è sale minuto, e grosso ; il minuto smaltiscono per di dentro, il grosso per di fora. Quello son obbligati a vendere a Portoghesi un cruzado il moggio ; e a questi è proibito l'estrarne fuori. Il grosso vendono a forestieri tre cruciati il moggio, pagandone 660 reis al Re. Il valore d'ogni rota importa a padroni delle Saline 222000 Cruciati, de quali ne vanno al Re 99000. Ora avendo preteso il Re di comprar egli tutto il sale a un Cruciato il moggio come Portughese, e poi estrado come Principe a tre Cruciati per darlo a questo prezzo agli Stati Generali in sconto de i quattro

(21) K. Mellander e E. Prestage, *ob. cit.*. págs. 106 e segs.

(22) K. Mellander e E. Prestage, *ob. cit*, pág. 63.

milioni donati loro dalla Corona per composizione delle cose del Brasile, i Padroni delle Saline si sono accollati la sodisfazione di questo debito in questo modo ; che 'essi daranno il sale agl'Olandesi senza il denaro all'istesso prezzo di tre Cruciati, e il Principe gli pagherá con rilasciar loro il diritto di 66o Reis per moggio, che pagano alia corona, e di piii con Timposizione, che paga la Villa di Setubal per tirare a fine le proprie fortificazioni, la quale si va depositando di mano in mano in una cassa, di cui son fatti tesorieri gl'istessi Interessati. Cosí in brevissimo tempo rimarrá pagato il debito di quattro milioni sen'alcun'aggravio de sudditi, e senza che dall'Erario Regio esca un solo Cruciato... » (23).

De facto, o principe regente D. Pedro tinha conseguido que alguns donos de salinas concordassem em lhe vender o sal pelo preço de um cruzado o moio, com a condição de o mandar buscar e carregar às marinhas e «que se sigua o estilo da roda, e repartição, e seja prompto o pagamento para os vendedores, ou em dinheiro de contado, ou em escritos de mercadores abonados, que se pagarão a tres e seis mezes» (*4).

Uma carta de Belchior Fernandes Soares, dirigida ao Duque de Cadaval, conservou-nos o ritmo de parte das entregas efectuadas em relação ao pagamento da indemnização dos 5oo.ooo cruzados, e pelo seu interesse não resistimos à tentação de a transcrever na íntegra:

«Senhor — Já nos não faltão mais que 14 naos para se concluir o pagamento do sal dos moradores com os 200U cruzados que da S. A. que Deus guarde. Dou conta a V. Ex.ª porque sei o gosto que tera em este negocio que todo he de V. E.xª e por estar doente o secretario de Estado lhe não escreuo V. Ex.ª me fara merce diser lho por ser também interesado em esta obra e sei lhe

(23) *Viaje de Cosme de Medieis por España y Portugal (1668-166g),* ed e notas de Angel Sanchez Rivero e Angela Mariutti de Sanchez Rivero, Madrid s. d., págs. 259-261.

(24) Assinaram e acordaram tal combinação e concórdia os proprietários seguintes : António de Mendonça, António de Miranda Henriques, Manuel Guedes Pereira, Francisco Ferreira Rebelo, Luís de Borba de Melo, Femão Teles de Menezes, Fernão Martins, Nuno da Cunha de Eça, Manuel de Cabedo de Atouguia, Francisco Malheiro, Luís Teixeira de Carvalho, João de Matos, Fernão de Miranda Henriques, Francisco Mascarenhas Henriques. Cod. Cadaval 878, fl. 503.

ha de dar gosto. E se estas naos pedirem as demazias que costumão para acabar de carregar, párese me que nos ficarão faltando tão soomente 9 naos ; foi prudencia anticipar o que se auia de pospor e ia não ha obrigação de io5U moios porque os 29U e tantos fiquão aqui pagos, e sóo se deuem aos olandeses 135U135 moios de sal que valem os 5ooU cruzados promptos. Para a quaresma com o fauor de Deus detrimino ir dar conta de mim, e pedir os 200U cruzados e apontar o que conuem ter S. A. contentes estes vacalos. Agora continuo a repartição, e para euitar os furtos ordenei a repartição dos barcos que foi o que fis todas as veses que fis repartidos por euitar furtos, vou por veses ao mar coteio as entradas ñas naas com os liuros dos direitos, siruo com bom modo, e com muito zelo, e V. Ex.ª esta obrigado por quem he a me fazer a merce que espero de S. A. por intercessão de V. Ex.ª cuia excelentíssima pessoa guarde Deus como eu quero. Setuual e feuereiro 27 de 669. Criado de V. Ex.ª — D.or Belchior Fernandes Soares (25).

No artigo separado do tratado de 1669 tinha-se fixado determinar por uma convenção especial a justa quantidade de medidas de sal, ou moios, que os navios holandeses seriam obrigados a carregar em Setúbal, pois o Artigo xi do tratado apenas preceituava que os holandeses deviam extrair anualmente dessa vila «tanto sal quanto houvessem dela extraído em um dos dez antecedentes anos, em que tivessem carregado em seus navios maior quantidade do mesmo» (26).

Os anos correram, a guerra da Holanda assolou o território neerlandês e o comércio com Portugal tornou-se particularmente difícil (27). Só quando o cansaço dos países beligerantes e a actividade diplomática faziam prever uma paz bem próxima, é que a Holanda e Portugal puderam ocupar-se de tal convenção (28j.

(25) No verso da carta está lançada a seguinte nota autógrafa do Duque: «de belchyor fernandes sobre o pagamento do sal de olanda». God. Cadaval 891, fl. 215.

(26) J. F. Borges de Castro, *ob. cit.,* 1, págs. 455 e 473.

(27) Para seguir os conflitos e guerras que durante todo este período perturbaram o Norte da Europa, ver : P. Sagnac e A. de Saint-Léger, *La prépondérance français-Louis* ***XIV*** *(iCôi-iyib),* da col. *Peuples et Civilisations*, Paris, 1944, x, págs. 151 e segs.

(28) Sobre a reacção dos suecos perante o tratado de 1669 e a correspondência enviada pelo seu representante em Lisboa, ver: K. Mellander, e p. Prestage, *ob. cit.,* pág. 113.

Finalmente, depois de estudado o assunto pelos comissários portugueses—o Duque de Cadaval, o Marqués de Arronches e Francisco Correia de Lacerda —, e pelo comissário holandês João Wolfsen, residente na corte portuguesa, assinava-se em Lisboa a i de Julho de 1677, uma convenção entre os Estados Gerais e o reino de Portugal (29) pela qual os holandeses se obrigavam a levar anualmente de Setubal 85.000 moios de sal.

Os neerlandeses iam agora explorar com habilidade o comercio do sal de Setúbal e fazer arrastar durante anos o pagamento das somas que haviam de prefazer a indemnização de quatro milhões de cruzados a pagar por Portugal (30). Ainda em 22 de Março de 1714, quando Luís xiv deu instruções ao seu embaixador, o Abade de Mornay-Montchevreuil, recomendou : «Il est nécessaire aussi que le sieur abbé de Mornay s'informe de l'état où le Portugal est présentement avec la Hollande, pour la fourniture de sels de Sétubal qu'il devoit livrer à la Compagnie hollandaise des Indes, et dont les Hollandois ont eu l'art de faire durer l'exécution pendant un grand nombre d'années au delà du terme où elle devoit finir, en sorte que l'obligation des Portugais n'est pas encore cessée» (31).

Todavia, as cartas de ofício do nosso embaixador na Holanda, João Gomes da Silva, 4.º Conde de Tarouca, a partir de 1711, dão-nos a conhecer que a divida portuguesa já por essa época se encontrava saldada, e com ela a obrigação da entrega do sal de Setúbal ao preço fixado pelos tratados de 1661 e 1669. E de novo os holandeses assediavam com propostas o representante diplomático portugués, pois, como ele escrevia a 23 de Janeiro, «os hollandezes como teem perdido o commercio com a França não podem viver sem o sal de Setubal, e hontem me falaram de sorte que vejo que querem fazer algum tratado» (32).

Analisando hoje, objectivamente, as razões que protelaram a

(29) J. F. Borges de Castro, *ob. cit.,* 1, págs. 473-477.

(30) Segundo nos informa o tratado de 1661, cada cruzado valia então dois florins carolinos, moeda de Holanda. Ver: J. F. Borges de Castro, *ob. cit.,* i, pág. 261.

(31) C. de Saint-Aymor, *Recueil des Instructions données aux ambassadeurs et ministres de France — Portugal*, pág. 254.

(32) M. B. Amzalak, *A salicultura em Portugal—Materiais para a sua história*, Lisboa, 1920, págs. 21 e segs.

liquidação do pesado encargo de Portugal, podemos afirmar que o erro dos portugueses foi aceitar uma valorização excessiva da quantidade de sal que os holandeses podiam tirar de Setúbal.

Senão, vejamos.

Não podemos aceitar a hipótese de que a exportação anual do sal de Setúbal para a Holanda fosse de 85.000 moios, nem tão pouco que ela se pudesse manter durante anos idêntica e sem quebras através das vicissitudes da guerra e da paz — seria afastar ou ignorar as naturais oscilações da produção, as rivalidades políticas e económicas, as contingências dos transportes marítimos e as variações das necessidades de consumo (33).

Sabemos que Setúbal exportou em média para a Holanda, nos anos de 1680 a 1682, 60.076 moios de sal, enquanto o embarque global desse produto foi de 3g4.838 moios durante os anos de 1761 a 1760, isto é, uma média de 39.483 moios por ano; sabemos também que no ano de i803 se exportou ao todo 61.965 moios e, no de 1827, 67.920 moios (34). Não é, portanto, legítimo pensar que esse porto pudesse fácilmente exportar para os Países Baixos, nos fins do século XVII, 168.919 moios no espaço de dois anos, como se pode inferir dos artigos iv e v do tratado de 1669 e da convenção de 1677 (35)- Acresce que, não sendo geralmente muito grandes as embarcações holandesas que se destinavam ao transporte do sal, quando muito com uma capacidade de trezentos toneis, seria preciso pelo menos 140 navios para transportarem 85.000 moios de sal num ano, e, nós sabemos que, durante o ano de 1680, em pleno funcionamento do acordo luso-holandês, entra-

(33) Basta lembrar por exemplo, o caso da Inglaterra. Dependente do mercado estrangeiro, e grande cliente de Portugal, a Grã-Bretanha só se libertou da necessidade do sal marinho quando, em 1671, começou a ser explorado o sal gema descoberto em Marbury, perto de Northwich.

(3<) Cod. Cadaval 878, fis. 410-414. E também conforme os dados fornecidos pelo superintendente do sal de Setúbal: Torre do Tombo, *Ministério* do *Reino*, maç. 492, e pela *Balança Geral do Commércio de Portugal .. no Anno de i803*, Torre do Tombo, *Livros du Junta do Comércio*, n.os 194 e 195; e da *Balança do Commércio do Reino de Portugal.. no Anno de 1827,* Cod. Cadaval 828-a.

(35) Sobre a moderna produção e exportação do sal em Portugal, ver: Charles Lepierre, *Inquérito à indústria do sal em Portugal*, Lisboa, 1936, e a bibliografia ai citada.

ram no porto de Setúbal apenas cerca de 100 naus neerlandesas (36).

Ao tratar do tamanho dos «sait carriers» holandeses, que na América se dedicavam ao contrabando do sal, E. Sluiter afirmou: «To estímate them at three hundred tons each is probably not far from the truth» (37). Todavia, se aceitarmos a relação que esse autor estabeleceu entre o número de homens da tripulação e a tonelagem dos barcos de certas frotas (de um para quinze), verificaremos que no geral os barcos holandeses deviam ter entre i5o e 210 toneladas.

Mas, ainda temos mais.

Se os holandeses previam um período de vinte anos, que se podia possivelmente prolongar, para que o direito de 700 reis por moio de sal que se vendia e embarcava em Setúbal — pertencente à coroa de Portugal, mas que esta aplicava e consignava aos holandeses para satisfação efectiva da soma de 150.000 cruzados anuais —, saldasse a dívida de Portugal, depois do pagamento do milhão de libras em sal, e se só próximo de 1711 nos tínhamos podido libertar dos credores holandeses, é porque a exportação de sal devia ser inferior à calculada na convenção de 1677 (38).

Donde concluímos que às duas nações interessava sobre-estimar a capacidade de exportação do sal de Setúbal. Uma, porque se congraçava com um inimigo perigoso e mais suavemente pagava uma indemnização que os recursos do erário régio de outra maneira talvez não poderiam suportar — e tanto assim que consentiu na fiscalização holandesa sobre a exportação e direitos do sal de Setú-

(36) Sabemos que entre 1680 e 1682, os holandeses embarcaram em média 60000 moios de sal, o que dá 600 moios por embarcação. Pensamos que, já no século xvn, o moio de Setúbal se aproximasse do actual que equivale a 750 quilogramas.

(37) E. Sluiter, *ob. cit*pág. 179.

(38) Outro argumento se poderia ainda aduzir. Actualmente, um barco leva em média dois dias para ir à marinha carregar sal e trazê-lo para junto do navio no porto de Setúbal. Ora, como os barcos maiores, de dois porões, levão cincoenta moios, mas os pequenos e mais numerosos transportam somente trinta, ou pouco mais, podemos calcular que, para embarcar 85.000 moios seria necessário, em média, uma pequena frota de quarenta e oito embarcações navegando ininterruptamente, excepto aos domingos, durante seis meses no ano (isto é, fazendo dez viagens por mês) para trazer junto dos navios e para descarregar tal quantidade de sal.

bal. Outra, porque garantia deste modo o domínio do mercado abastecedor e mantinha, por algumas décadas, bem fixado o preço de [.480 ou i.5oo réis por cada moio de sal (39), abrigando-se assim de flutuações, especulações e incertezas, e reservando-se por largo espaço de tempo um rendimento importante susceptivel de frutificar nas suas mãos, quando lhe tinham já escapado as riquezas do Brasil e de Angola.

O que conta A. von Vegesack, representante sueco na corte de Lisboa, na sua correspondência para a Suécia, a respeito da resposta dada pelo Duque de Cadaval ao memoriol que ele apresentara quando teve conhecimento que Portugal devia pagar à Holanda 5oo.ooo cruzados em sal — que havia ainda em Portugal bastante sal para os outros países—, parece-me ser bem o reflexo do pensamento do primeiro ministro português de então para tranquilisar os suecos, grandes compradores do sal de Setúbal, pois ele podia contar com a produção das salinas de Aveiro, do Ribatejo e do Algarve para fazer face às necessidades do consumo interno e ainda de exportação (40).

Qual teria sido, verdadeiramente, a exportação de sal de Setúbal no final do período de seiscentos ? E o que procurarei averiguar.

Em ii de Maio de i685, Francisco Ferreira de Goes apresentou um orçamento do valor e qualidade das mercadorias importadas e exportadas por Portugal nessa época. Os dados por ele fornecidos sobre a exportação do sal de Setúbal, nos anos de 1680--1681-1682, referem uma saída de 252-738 moios nesse triénio, ou seja uma média anual de 84.246 moios. Segundo o nosso informador, destes 84.246 moios os holandeses embarcaram 60.076 ao preço de i.5oo reis, mas, como aos neerlandeses*se descontavam 700 réis de direitos por moio anão dezembolsão neste Reino mais que outocentos reis que pagão aos lauradores, e de carretos, a cujo respeito se monta nos dittos 60U076 moios quarenta, e outo contos, sessenta, e hum mil, trezentos, trinta, e tres reis. E quando pagassem os direitos importarião mais 42.053U2oo. O resto a comprimento dos 84.246 moios que são 24.170 que tirarão as outras Naçoens a iU5oo o moio importa 36.255U».

(39) O preço de 1500 réis por moio compreendia já os direitos, visto que o preço verdadeiro era então de 800 réis o moio.

(40) K. Mellander e E. Prestage, *ob*. cif., pág. 113.

Pela mesma época, no ano de 1679, Lisboa exportava para o Norte da Europa 26.549 moios, contudo, noutros anos não excedia tal exportação 17.000 ou 18.000 moios. Ao passo que Aveiro, nos anos de 1679 até 1681, apenas embarcou para o Norte 871 moios, o que equivalia a urna média de 290 moios por ano. Nestes dois portos o preço do sal era idêntico, custando 1$250 o moio posto a bordo das embarcações (41). Quer dizer, entre 1679 e ï682, montou ao bonito valor médio anual de 112.178^)833 os 106.536 moios de sal exportados por Portugal pelos portos de Setubal, Lisboa e Aveiro para o Norte da Europa.

Mas ainda podemos perscrutar com mais clareza qual foi o movimento do porto e a exportação de sal de Setúbal durante os fins do século xvii, porque quiz o destino que, no arquivo da Casa de Cadaval, se guardasse até nossos dias o livro de registo das «visitas que pelas armas se fizeram às naus» que entraram para carregar sal no porto de Setúbal desde 1679 at¿ rôgo (42J. E, sem dúvida, um dos livros de registo pertencentes à Torre do Outão, local onde se exercia a fiscalização.

Trata-se de um livro de termos, impresso, em que os intervalos deixados em branco foram sucessivamente preenchidos, para cada embarcação, com as indicações seguintes : data da visita, nome da nau, nome do mestre, porto de proveniência, número de peças de artelharia e de pessoas do serviço da nau. No fim de cada termo assinava o funcionário português responsável e o capitão da embarcação (43).

(11) Cod. Cadaval 877, fl. 410-414. Documento a publicar brevemente num estudo em preparação sobre o comércio português durante o século xvii.

(42) É o Cód. Cadaval 1043.

(43) Entre os capitães portugueses que assinaram os termos, aparecem: Manuel de Brito, Bràs Aranha de Sousa, Tomás Rufo de Aquino e Luiz Mendes Rebelo.

Tomás Rufo de Aquino era natural de Lisboa, engenheiro muito hábil, serviu brilhantemente nas campanhas contra a Espanha ascendendo ao posto de tenente general de artilharia. Construiu vários fortes no litoral do Minho, tomou parte na expugnação do forte da Guarda e noutros feitos de armas. Acompanhou a Roma a embaixada do Marquês das Minas como mestre da câmara do embaixador e secretário de línguas. Estando provido no posto de sargento mór da ordenança da praça de Setúbal, que vagara por morte de Manuel de Brito, passou a sargento mór do terço pago da guarnição por

Bem que em tal registo só estes elementos tenham sido conservados, eles são preciosos porque nos indicam quantos navios, e de que nacionalidades, vieram carregar sal ao porto de Setúbal de 27 de Setembro de 1679 até 20 de Dezembro de 1690. E pena que não se tivesse registado igualmente a sua tonelagem, no entanto, podemos ajuizar *grosso modo* da pequena arqueação das naus pelo diminuto número de homens de tripulação que cada uma trazia, e que orçava quase sempre, nos barcos holandeses, entre dez e catorze homens de equipagem. As maiores eram as naus suecas, as dinamarquesas e as norueguesas, que tinham, às vezes, trinta tripulantes ; só excepcionalmente apareciam naus com setenta e quatro e oitenta e cinco homens de tripulação.

Os cálculos feitos por E. Sluiter podem aqui ser perfeitamente aplicáveis, aceitando nós desde já que «the ratio of men to tonnage was one to fifteen» (44), e que nos leva à avaliação anteriormente feita quanto à capacidade dos barcos holandeses.

Pelo que respeita ao tipo de embarcação, era aquele que os portugueses então denominavam «xarruas», especialmente forradas e feitas para carregar sal (45). Algumas vinham desarmadas, outras, e conforme o seu porte, eram armadas com duas, quatro, doze ou mais peças de artilharia; e ainda glosando E. Sluiter: «Four to twelve iron cannon, a few muskets and arquebuses, powder, and bali comprised the normal armament» (46).

Entre cerca de mil e quinhentos barcos que estiveram em Setúbal nesse decénio de 1680-1690, 1121 eram holandeses, 169 ingleses, 38 suecos, 35 noruegueses, 28 alemães, i3 dina-

patente de 8 de Janeiro de 1680. Ver: T. do T., Chañe, de D. Afonso vi, Liv. 42, fl. [96 V.-197, e Chañe, de D. Pedro 11, Liv. 39, fl. 202 v.

Luiz Mendes Rebelo foi almoxarife das munições da Torre do Outão e da vila de Setúbal, de 1694 a 1698; em 17 de Dezembro de 1694, D. Pedro 11 assentou-lhe com o posto de ajudante da ordenança da comarca de Setúbal o mesmo soldo que vencia o seu antecessor. Ver : T. do T., Chañe, de D. Afonso vi, Liv. 47, fl. 18, e Chañe, de D. Pedro 11, Liv. 39, fl. 202 e Liv. 43, fl. 285-285 v.

(**) E. Sluiter, *ob. cit.*, pág. 180.

(15) Como nos informa, em 25 de Setembro de 1652, Pedro Ferraz Barreto ao fazer uma relação do sal que se mandava para o Brasil. Cód. Cadaval 1091, fl. **58-58** v. O mesmo se colhe das providências relativas à barra de Setúbal, possivelmente do terceiro quartel do século XVII, contidas no Cód. Cadaval 975, fl, 3;6-380.

(*6) E. Sluiter, *ob. cit.*, pág. 180.

marqueses, 10 espanhóis e 6 franceses (47). Um total de 1420 navios em pouco mais de 10 anos (48).

Mas, mesmo calculando que cada nau tivesse em média trezentas toneladas e que carregava 600 moios de sal, podemos, por aproximação, avaliar em 672.600 moios a exportação de Setúbal para a Holanda neste periodo de dez anos, o que nos leva ainda longe do quantitativo da convenção de 1677, e que só se pode aceitar em relação aos embarques totais desse porto para os países atrás mencionados.

Já que enveredamos pelo perigoso mas sedutor caminho dos cálculos, seja-nos permitido avaliar os 672.600 moios exportados e dizer que o seu valor, ao preço de 800 reis o moio, descontados os 700 reis dos direitos, foi de 538.080$000, o que se harmoniza com a média de 48.061$333 calculada por Francisco Ferreira de Goes para o ano de 1680.

As embarcações, de urna forma geral, demandavam Setúbal com mais frequência de Fevereiro a Maio, registando-se, por exemplo, no mes de Maio de 1690 a entrada de setenta e sete, todas holandesas, das quais setenta e duas foram visitadas do dia 4 ao dia 8 desse mes. Quer dizer, as naus faziam viagem em comboios, protegendo-se e amparando-se em caso de perigo ou tempestade (49).

(47) É difícil garantir absolutamente a identificação dos países de origem das embarcações porque alguns nomes dos mestres parecem indicar uma nacionalidade diversa da do porto de proveniência, como por exemplo, o mestre da nau *Aguia Coroada*, vinda de Lisboa, chamado Glaes Marinsz, sem dúvida alguma um holandês. Portanto, como nos termos só vem indicada a proveniência que, como é natural e frequente, nem sempre é o porto onde era armada a embarcação, a identificação é sempre bastante contingente.

(48) Por curiosidade diremos que no ano de 1927 entraram no porto de Setúbal 231 embarcações estrangeiras com um total de 265.071 toneladas. Ver: *Anuário Estatístico de Portugal* — Ano de 1927, págs. 294-295.

(49) Tal era o costume geral da época, em especial em tempo de guerra. Nos últimos dias de Março de 1660, chegavam à barra de Setúbal, e velejavam defronte da fortaleza do Outão, trinta barcos ingleses que vinham a Setúbal carregar de sal ; um exemplo, apenas, entre tantos que se poderiam invocar. Ver doc. em M. Lopes de Almeida, *Notícias da aclamação* e *de outros sucessos*, págs. CCXLVIII-CCLIJ.

Quai a carga que holandeses, ingleses, suecos, etc., traziam para Portugal quando vinham buscar sal ? Apenas algumas notas marginais, lançadas nos termos de certos navios, mencionam : duas, o transporte de madeiras, outras duas, o de bacalhau (50). E tudo quanto por elas sabemos.

Mas se o rolar dos anos, que medeiam entre 1605 e 1680, não alterou muito profundamente a corrente mercantil entre o Norte da Europa e Portugal, podemos supor que a maioria das embarcações estrangeiras entravam no porto de Setúbal em lastro. Basta recordar a provisão passada por D. Sebastião, em 1B74, e o alvará e regimento filipino, com data de 14 de Julho de 1605, providenciando sobre o dano que «tinha succedido na barra e rio da Villa de Setúbal, causado dos lastros de pedra e arêa, que... se deitavam pelos mestres das náos e navios estrangeiros, que nella vinham carregar de sal... » (51).

E este uso é confirmado pelo parecer de um técnico anónimo que, possivelmente nos fins do século xvn, tratou do «damno que a Barra e rio de Setuual recebem dos lastros de area que as naos que aly uem carregar de sal trazem todos os anos». Depois de nos dizer que as embarcações estrangeiras lançavam o lastro «de meya agoa chea athe plena mar» e que os holandeses desalastravam dentro do rio todos os anos «paçante de trinta e sinco mil moyos de area, que a existir toda na parte onde se deyta, tiuera feyto mayores montes que as serras da Arrabida uezinhas», conclui narrando que os neerlandeses não contentes «de nos fazerem tanto mal dentro no porto, nos uão de todo deytando a perder a costa, pois as suas embarcações que de verão uem a carregar de sal, em chegando defronte de Sezimbra, como uem com uentos fauoraueis costeando a terra os tem uisto os pescadores das armaçõeis do Risquo, e Balieyra, deytarem ao mar a mayor parte dos lastros, tudo afim de carregarem mais depressa, e pagarem menos dias a hum guarda; o dano que tem feito estas areas, o podem

(50) Por uma consulta da Câmara de Lisboa, datada de 3 de Julho de 1690, sabemos que os navios dinamarqueses traziam frequentemente tabuado para Portugal e levavam sal. Ver: E. Freire de Oliveira, *ob. cit.*, ix, pág. 187. Cf., António Sérgio, *ob. cit.,* pág. 49.

(51) J. J. de Andrade e Silva, *Collec. Chronol*, 1, pág. 134-135.

testemunhar os mesmos pescadores, pois não auendo muitos annos que em alguns sítios lancauão as linhas de pescar em dezaçeis, e dezaçete braças de fundo, hoje apenas achão sete... » (52).

O italiano Magalotti referiu, no ano de 1669, que o porto de Setúbal, «che si disse per ampiezza capace d'ogni gran numero di Vascelli non lo è per la moltiplicità de bassi fondi, per ragione de quali non possono sicuramente entrarvi di maggior portata di 1000 moggi di sale (così si calcolano in Setubal le portate de Vascelli, non venendovi per altro fine, che per caricare il sale) che vuol dire di 5oo tonnellate, altrimenti bisogna, che scarichino, o v'entrino con grandissimo risico, essendoché il canale è difficilissimo a ritrovarsi per esser tortuoso, e senz'alcun contrassegno, che serva di guida a Marinari forestieri, i quali non anno regola migliore, che accostarsi nell'imboccarlo quanto più possono alla Fortezza d'Oiaton» (53).

Resta-nos terminar este pequeno estudo (54) com uma resenha das naus e respectivos nomes e mestres, afim de que os estudiosos possam utilizar os dados de um documento interessante para a apreciação da economia portuguesa durante o século **XVII (55).**

VIRGÍNIA RAU

(M) Arq. da Casa de Cadaval, Cód. n.º 975, fis. 376-380.

(53) *Viaje de Cosme de Médicis* por *Espana y Portugal* ***(1661-1669),*** pág. 259.

(54) Que se pode considerar apenas o esboço de um dos capítulos do nosso trabalho em preparação sobre a exploração e o comércio do sal em Portugal do século xn ao século xix.

(55) Na lista dada a seguir conservamos a ortografia dos nomes dos mestre e dos portos de proveniência, apenas actualizando a dos nomes das embarcações.

VISITAS QUE PELAS ARMAS SE FIZERÁO AS NAOS QUE ENTRARÃO
NO PORTO DE SETUBAL DESDE O ANNO DE 1679 ATE AO DE 1690

Dia da visita	Nome da nau	Nome do capitão	Porto de Proveniência	Peças	Tripulação
27 Set. 1679	Jacob	Henrey Ffitton	Londres	10	28
2 Out. »	Tomas Duarte	Robert Lusting	»	10	14
6 Nov. »	Amor	Dirck Jansz Veus	Holanda	—	9
6 » »	Palmeiro	Pieter Maertsz	»	—	10
1 Dez. »	Isabel Rabeca	James Wills	Liorne	24	29
12 » »	Rabeca	Henry Feaver	Plomos	—	12
28 » »	O Aventureiro	Henry Thompson	Inglaterra	12	22
11 Março 1680	Coroa	Jos Norwomd	Londres	12	18
11 » »	Providencia	Ralph Johnson	»	—	13
11 » »	Tomasia (?)	Joseph Beamont	»	4	12
11 » »	Boa Esperança	John Boise	»	—	14
11 » »	Sereia	Ricker Jennys	arma	4	10
11 » »	Galo Negro	Henry Rycroft	Londres	10	18
11 » »	Esperança	Abraham Rauon	»	6	12
11 » »	Rego Mercador	Thomas Claxton	de arma	6	12
11 » »	Isabela	Michell Browning	armas	2	10
11 » »	Providencia	Edward Harris	»	2	10
11 » »	Tronquen	John Romoy	Londres	—	7
12 » »	Delicia	Thomas Potts	»	15	22
13 Abril »	Amor Coroado	Louwerens de Groodt	Holanda	4	13
13 » »	Tonas	Jan Jansz de Buren	»	—	24
13 » »	S. João Baptista	Jan Dirckszon	»	2	11
13 » »	Arma Nova	Jacob Boom	»	—	13
13 » »	Rei Molhado	Jan Floris	»	—	13
13 » »	Casa do Galeão	Jan Pietersz Schol	»	—	12
13 » »	Cavaleiro	Symon Sluys	»	2	12
13 » »	Peixe Barbo	Arnolds Petri	»	—	10
13 » »	Escardão Grande	Jan Jansz Spardam	»	7	15
15 » »	Garça Azul	Rodrigo Famosse	»	1	12
15 » »	Santa Catera	Jacob Dircksz	»	1	13
15 » »	Paciencia	Adryan Jansz	»	—	10
15 » »	Lambedor	Cornelis Claesz	»	—	13
15 » »	Cornelia	Salomon Jansen	»	—	13

Dia da visita	Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
15 Abril 1680	Oeste Freslande	Jan Kool	Holanda	2	12
15 » »	Sabia	Adrian Jocobsz	»	—	12
15 » »	Galinhola	Jacop Cornelisz	»	3	12
16 » »	Serva do Mar	Cornelis Ariez	»	—	10
16 » »	Esquelaoliate (?)	Pieter Rutgersz	»	4	10
16 » »	Fremaus (?)	Walter Fransz	»	—	12
16 » »	Roxinol	Pieter Cortt	»	8	13
16 » »	João de Londres	John Clippingdale	Londres	—	12
16 » »	Monte de Ferro	Claes Dircksz	Holanda	—	12
16 » »	Amor	Jost Dircksz	»	—	12
16 » »	Pescador	Cornelis Claesz	»	—	12
17 » »	Enxó Coroado	Pieter Dircksz de Jonge	»	2	13
17 » »	Tamborileiro	Claes Dircksz Trommer	»	—	12
17 » »	Tambor	Adrien Dircksz Trommer	»	—	10
17 » »	Larangeira	Dirck Jacobsz Klomp	»	—	7
17 » »	Caranguejo	Maerten Gerritsz Krab	»	—	11
17 » »	Vaca Malhada (?)	Adryaen Seybrantz	»	—	11
17 » »	Sino Verde	Jan Brodresz Clodz	»	1	12
17 » »	Joana	Jan Baertsz Gorter	»	3	16
17 » »	Barca de Folgar	Cornelis .. (?)	»	—	12
17 » »	Homem de Matas	Louewerens Rynalde	»	4	12
17 » »	Barca	Dirck Cornelisz	»	—	11
17 » »	Pastora	Maerten Symens	»	2	13
17 » »	Pavão	Pieter Luyks	»	—	9
19 » »	Sucesso	James Dauison	Inglaterra	13	13
19 » »	Carlos	Robert Lurting	Londres	16	25
19 » »	.....?	Martin Claesz Huisman	Holanda	—	11
20 » »	Paz Coroada	Leendert Claasz	»	—	22
4 Maio »	Galo Negro	Jacob Gibson	Lisboa	—	17
23 » »	Corvo Coroado	Lourens Lieycker	»	2	12
23 » »	Ovelha Branca	Ryndert Gerbrandt	»	4	12
23 » »	Perola	Hendryck Janz Pyper	»	6	13
4 Junho »	A Liberdade Dourada	Lendert Jansen	Holanda	4	13
4 » »	Peixe Rei	Pauwels Jos	»	6	12
5 » »	Estrela Dourada	Pieter Dircksz	»	12	14
5 » »	Cavalo Branco	Jan Pietersz Boom	»	2	13
5 » »	Estrela do Norte	Jacob Ysbrant... (?)	»	6	11
7 » »	O Perduz	Cornelis Pietersz Opperdoes	»	—	11
7 » »	Saloio	Reyer Eelcke	»	1	11
7 » »	Gato Negro	Cornelis Pietersz Audrin[illegible]	»	—	10
7 » »	Alaude Negro	Dirck Cramer	»	—	11

Dia da visita			Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
7	Junho	1680	Capela de Rosas	Cornelis Pietersz Duyker	Holanda	—	11
7	»	»	Ancora de Sabugo	Jan Maertensz	»	—	10
21	»	»	Escova	Cornelis Baerentsz	Roterdão	—	10
21	»	»	Armas del Rei	Jan Poort	»	1	12
21	»	»	S. Nicolau a Cavalo	Mathys Lodewycksz	»	3	11
21	»	»	Armas de Orange	Pieter Janse van der Veld	»	6	12
21	»	»	O Corvo	Huybert Cornelisz	»	2	12
21	»	»	Vitória	Wyllem Cornelisz	»	—	13
3	Julho	»	Galgo de Caçador	Ernest Rongel	Sevilha	4	9
3	»	»	S. Pedro	Melchior Brack	Cadis	18	22
3	»	»	Porto S.ta Maria	Jan Jacobsz Couns	»	18	19
3	»	»	O Lavrador	Cornelis Jansz	»	4	9
5	»	»	Trombeteiro	Jacop Danielsz Trompetter	Holanda	—	11
5	»	»	S. João Baptista	Reynalt Krogen	»	2	15
8	»	»	Prosperação	Edward Blaidoz	Londres	10	15
12	»	»	Estrela do Norte	Jan Benjamins	Lisboa	20	38
12	»	»	Conde Else	Hans Meyer	»	12	24
19	»	»	Concordia	Philip Lamerts	»	7	17
19	»	»	A Donzela	David Olphertz	»	18	30
31	»	»	As Três Rolas	Pieter Claesz van der Dam	Holanda	—	12
31	»	»	A Lebre	Jan Jacobsz Barber	»	—	13
31	»	»	Os Tres Salmões	Jan Cornelisz	»	4	13
31	»	»	..... (?) Dourada	Dirck Claesz Oorts (?)	»	—	10
31	»	»	O Frire (?)	Hendryck Gerritsen Vries	»	—	11
31	»	»	O Velho Solteiro	Willem Cornelis	»	2	12
8	Agosto	»	A Fortuna	Jan Hiendrickson	a passagem	5	12
16	»	»	Cristiana	A. Drayer	Lisboa	32	36
17	»	»	O Salmão	Symen Bruynsman	»	34	60
17	»	»	Lobo voante	J. Emmerich	»	34	74
17	»	»	A Caridade	Juan Doorman	»	14	21
17	»	»	Jupiter	Luykaas Symons	»	10	13
19	Set.	»	Isabela	Johannes [*da Silva*]	Midelburg	12	15
26	»	»	Sofia	Adriaen Jacobsz Cramer	Holanda	1	12
26	»	»	Cidade de Cadis	Pieter Jansz Buys	»	2	10
26	»	»	Galinha Parda	Cornelis Dirckz	»	3	12
15	Out.	»	O Corvo Negro	Pieter Gerritse Swart	»	2	12
15	»	»	S. Nicolau a Cavalo	Mathys Lodewycksz	»	3	11
15	»	»	Salvador	Marten Olofson	Stocolmo	14	23
6	Nov.	»	S. Pedro	Pieter Hettes	Lisboa	2	16

Dia da visita			Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
23	Nov.	1680	O Alecrim (56)	John Mildrun	Terra Nova	8	12
2	Dez.	»	Cristina	Harmes Haan	Cadis	10	15
2	»	»	Cavalo Preto	Claes Dirckson Klamp (?)	»	4	10
3	»	»	A Casa Alta	Jan Pietersz van der Trek	Roterdão	6	13
3	»	»	Igreja Roterdão	Dirck Pietersz	»	2	15
3	»	»	Leão Vermelho	Aldert Aldertsz	»	4	14
3	»	»	Aguia Negra	João Huger	»	6	13
3	»	»	Armas de Harlem	Cornelis Yacoon	»	2	13
4	»	»	Sete Províncias	Gerbrant van der Velde	»	9	14
4	»	»	O Golfinho	Pieter Jansz Bortens	»	2	11
6	»	»	Flor do Mar	Willem Norham	Tanger	10	17
6	»	»	Concordia	Robert Cold	»	15	17
7	»	»	Oranga	Pieter Jansen	Lisboa	8	12
7	»	»	Rainha da Dinamarca	[*Henrique Greve*]	»	30	44
7	»	»	Caranguejo	Cristian Nielsen	»	—	13
7	»	»	Falua de Folgar	Cornelis Halsz	Holanda	—	12
7	»	»	Principe Fradique	Heinrick Miler (?)	Lisboa	24	43
9	»	»	Santa Catarina	Jan Diercksz	»	2	11
17	»	»	A Prosperada	Jacob Pitersen Backer	Noruega	26	38
18	»	»	O Fuinho	Cornelis Dirckz	Holanda	—	10
18	»	»	Serra de Vinho	Govert Willemz	»	2	12
18	»	»	Noremberge	Jan Symonson Brouwer	»	—	13
18	»	»	Primavera	Wouter Fransz	»	—	11
18	»	»	Aventureiro da Terra Verde	Henry Thompson	Hull	12	23
18	»	»	Delicia	Thomas Potts	Londres	15	20
19	»	»	Saloio Virado	Cornelis Jacobsz	Holanda	—	11
19	»	»	O Verão	Claes Marinis	»	—	13
19	»	»	Rei Molhado	Jan Floris	»	—	11
19	»	»	A Barca	Dirck Cornelisz Sommerens	»	—	11
8	Jan.	1681	O Mercador de Riga	Thomas Claxton	Inglaterra	6	12
8	»	»	A Pastora	Maretes Symens	Holanda	2	14
9	»	»	Rei David	Cornelis Moller	»	12	16
9	»	»	Sol Dourado	Cornelis Adriensen	»	2	13
9	»	»	Espelho	Jacob Cornelisz Spiegel	»	4	12
9	»	»	Cabeça de Negro	Willem Pietters	»	2	13
9	»	»	..... (?)	Jan Jansz den Beer	»	4	14

(56) À margem deste termo está escrito: ***com bacalhao.***

Dia da visita			Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
9	Jan.	1681	Esparondam (?)	Dirck Jacobsz Sparendam	Holanda	—	10
10	»	»	Cervegeiro	Claes Cornelisz	»	4	13
10	»	»	Isabel	Jan Dircksen Visscher	»	2	11
10	»	»	Arvore	Willem Claasz Boom	»	3	12
10	»	»	Estrela Dourada	Jacob Y. van der Hart	»	6	11
10	»	»	Homem de Matos	Louwerens Rynalde	»	4	12
10	»	»	Boa Esperança	Jan Cornelisz	»	—	12
10	»	»	Trombeta	Jacob Danielsz Trompetter	»	—	12
11	»	»	Roseira	Jacob Pietersen Groot	»	7	14
11	»	»	Iris	Hendryck Gerritsen Vries	»	—	12
11	»	»	..... (?)	Pieter Dircksz Vissher	»	—	14
21	»	»	Esperança	Willem Maen	Lisboa	6	12
21	»	»	Enxó Coroado	Pieter Dircksz de Jonge	»	2	13
23	»	»	Santa Catarina	Michel Ceder	»	—	14
25	»	»	Estrela do Norte	Jan Jansen Abbisch (?)	»	—	13
27	»	»	Providencia de Londres	Ralph Johnson	Inglaterra	4	14
29	»	»	Mercurio	R. Greve	Noruega	12	22
30	»	»	Praça das Moedas	William Robinson	Hull	8	17
3	Fev.	»	Aguia Coroada	Joan Oldenborge	Lisboa	10	16
7	»	»	Padeiro	Pieter Cornelisz Bloem	Cadis	3	13
20	»	»	Cidade de Berg	Nicolao Rodrigo	Lisboa	24	40
20	»	»	Esperança de Berg	Cristian Wybe	»	14	38
20	»	»	Armas de Grande Seu	J. Meyer	»	10	17
20	»	»	Cristiano 5.º	Hans Pietersen	»	20	43
20	»	»	Terra de Bimste	Eddert Pieterz Gradt	»	2	14
20	»	»	O Lambedor	Cornelis Slicker	»	2	13
20	»	»	O Tamborileiro	Claes Dirckz	»	—	11
20	»	»	Pescador	Johan Vosz	»	—	17
20	»	»	Salvador Mundo	Alexandre Moncrik	»	10	16
20	»	»	Pescador de Baleia	Hinrich Beeck	»	3	16
20	»	»	Leão Dourado	Paul Ocksson	»	15	30
20	»	»	Boa Esperança	Cornelis Dircksz	»	4	12
8	Março	»	Gustavo	Pieter Hinricksen	»	24	36
8	»	»	Caixo de Uvas Dourado	Jans Zayer	»	2	12
13	»	»	A Flor	Aaron Mosses	Tanger	18	24
13	»	»	Pelicano	Will [*Cherubin*]	»	4	14
17	»	»	Gripé	Dirck Person	Lisboa	28	45
20	»	»	Catarina	Joshua Bankos	Cadis	6	17

Dia da visita	Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
26 Março 1681	Boa Esperança	John Boise	Londres	2	14
26 » »	Tomas Londres	Joseph Vermont	»	4	12
27 » »	Universo	Will Lang	»	6	11
27 » »	Isabel de França	Thomas Boylye	»	—	11
27 » »	Prosperação	Vincent Helme	»	12	14
27 » »	Mercador de.. *(?)*	Thomas Gill	»	4	15
27 » »	O Cosinheiro	John Richardson	»	—	15
27 » »	Carlos de Hul	Thomas Evott	»	11	17
8 Abril »	Ana	Bartelmeeus Arcobandt	Midelburgo	8	12
8 » »	Carreta	John Arthor	Londres	8	12
11 » »	A Lebre	Jan Jacobsz	Holanda	—	12
12 » »	Lugar de Barcote	Pieter Symonsz Vlaerts	»	16	17
12 » »	Padeiro	Claes [*Arnaldo*]	»	—	13
12 » »	Garça Azul	Dirck Cornelisz	»	—	11
15 » »	O Tambor	Adrian Dircksz	»	—	10
15 » »	Aviso de Cadis	Kurste Barmansz Booringh	»	2	12
15 » »	Fortuna Branca	Adryan Jansz	»	—	11
21 » »	Carlos	Jürgen Bartelsz	Lisboa	—	13
21 » »	Leão Dourado	Jan Falck	»	13	18
25 » »	Peixe Barbo	Stevent Pietersz Roon	Holanda	—	11
25 » »	Rainha de Dinamarca	Matthias Hoyne	Lisboa	7	12
26 » »	Santa Maria	Dirck Boer	»	18	28
26 » »	Moinhos de Vento	Bernt Meyer	»	2	13
3 Maio »	S. João Baptista	Reynalt Krogen *(?)*	»	3	15
9 » »	Cavalo Russo	Bart Cornelisz	Amsterdão	—	10
13 » »	Tomasia Duarte	Henry Martins	Tanger	10	15
17 » »	A Concordia	Philip [*Lamberto*]	Berg	7	20
17 » »	Maria Isabel	Joseph Woolstone	Londres	2	9
17 » »	Amigos	John Cominge	»	6	14
17 » »	A Delicia	Thomas Potts	»	15	23
17 » »	Mercador de Stocolm	John Thompson	»	4	11
18 » »	Joseph Ana	Joseph Harris	»	4	14
19 » »	O Perduz	Cornelis Pietersz Opperdoes	Holanda	—	11
19 » »	Caranguejo	Maerten Gertsz Krab	»	—	11
19 » »	Amor Coroado	Louwerens Groodt	»	7	13
19 » »	Gertrudes	Jan Claesz Visser	»	2	14
19 » »	Armas de... *(?)*	Willem Jansz	»	—	13
19 » »	Jupiter	Luykas Symonsz	»	10	13
19 » »	Pescador	Cornelis Claesz Visscher	»	—	11

Dia da visita			Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
19	Maio	1681	Escardão Grande	Jan Jansz Spardam	Holanda	7	14
19	»	»	Corvo Negro	Lourens Lieucks	»	2	13
19	»	»	O Peixe Pos	Paulus Pos	»	—	12
19	»	»	Armas de Horne	Martyns Tomas	»	12	16
19	»	»	Arvore de Rosas	Pieter Jacobsz	»	—	11
19	»	»	Amor	Joost Dircksz	»	—	11
19	»	»	S. João Baptista	Jan Dircksz	»	2	12
20	»	»	Ovelha Branca	Rudolf Tjalks	»	2	12
20	»	»	Amor	Yellei Pitters	»	—	12
20	»	»	Estrela Dourada	Pieter Claesz Waest *(?)*	»	12	14
20	»	»	Isabela	Johan Sellebe *(?)*	»	12	16
20	»	»	Monte de Feno	Claes Heynricksz *(?)*	»	—	12
20	»	»	Senhora Isabel	Cornelis Jacobsen Broerties	»	—	14
20	»	»	Chave Branca	Claes Pyetersen	»	—	11
20	»	»	Saleiro	Claes Olbrants	»	—	14
20	»	»	Arvore de Sabugo	Jan Maertsz	»	—	10
20	»	»	Alameda	Claes Loon	»	—	12
20	»	»	O Anjo	Claes Dircksz	»	—	11
20	»	»	Nogueira	Jan Cornelisz Nootes	»	—	11
20	»	»	Falcão Azul	Cornelis Corneliz Krysman	»	—	10
20	»	»	O Fuinho	Conelis Dircks	»	—	10
20	»	»	Armas de Vestefalia	Jan Kool	»	2	11
21	»	»	S. Pedro	Lent Maertensz	»	—	9
21	»	»	Cidade de Cales	Pieter Jansz Buys	»	2	11
21	»	»	Caçador de Falcões	Jan Pietersz Schol	»	—	13
21	»	»	Cavaleiro do Mar	Adryan Jansz... *(?)*	»	8	13
21	»	»	Sereia	Jan Pietersz Smit	»	—	11
21	»	»	Senhora Lusia	Volckert Cornelisz Appel	»	—	12
21	»	»	..... *(?)*	Jacob Boyns *(?)*	»	—	12
26	»	»	Galinha de Campo	Jacob Cornelisz	Lisboa	—	14
26	»	»	Maria	Jacob Landertsz	»	2	11
28	»	»	Principe Fradique	Jacob Absalonsz Neut *(?)*	»	20	36
28	»	»	Armas de Copenhague	Berndt Maertesz *(?)*	»	24	34
28	»	»	Fortaleza de Copenhague	Jan Janson Mattys	»	—	12
29	»	»	Fresolanda	Thomas Mills	Tanger	10	18
29	»	»	Joana	Herket Hofman	»	14	21
7	Junho	»	Santa Joana	Jan Baertsz Gorter	Lisboa	10	15
7	»	»	O Principe	Jan Claus	»	8	12

Dia da visita	Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
7 Junho 1681	Cornelia	Buicks *(?)* Selmers	Lisboa	6	12
7 » »	Loureiro	Gerit Crysman	»	14	16
12 » »	Larangeira	Daniel Puper *(?)*	»	2	9
12 » »	..... *(?)*	Lowrens Slotter	»	8	14
12 » »	S. Martinho	Paulus Philips	Porto	2	7
14 » »	El Rei de ... *(?)*	Wybrant Louwersz *(?)*	»	6	10
17 » »	Salvador do Mundo	Jan Dansen	»	4	9
1 Julho »	Cabeça de Negro	Jan Brandsz	Lisboa	8	30
1 » »	Maria	Jan Prophet	»	14	20
1 » »	Escova	Cornelis Wadtsz	Holanda	—	12
1 » »	Sacrificio de Abraão	Jacob Jansz Oostwont	Lisboa	2	9
6 » »	Henrique Moço	Jan Pieters Leeus	Guiné	6	13
9 » »	Armas de Bordeus	Wybe Wophes	Lisboa	—	10
9 » »	Flor do Sol	Hugo Arnouts	»	—	7
11 » »	Armas de Inglaterra	Jan Poort	»	3	9
18 » »	Cidade de Flesing	Melchior Stevens	Porto	10	18
18 » »	Joana Maria	Luyckas Bruys	Lisboa	—	9
19 » »	Saloio Virado	Cornelis Jacobsz	»	—	11
28 » »	..... *(?)*	Jacob Cornelis Gilbert	Porto	4	11
28 » »	Serrador	Geret Jansz de Wit	Lisboa	—	7
30 » »	Sol Dourado	Adryan Jacobs	Porto	18	20
30 » »	Castelo de Berg	Reinert Massing	Lisboa	26	30
30 » »	Capela de Rosas	Cornelis Pietersz	»	—	12
5 Agosto »	Cardenes (57)	Robert Lurting	Tanger	24	40
5 » »	S. Jacob (58)	John Holmes	»	—	16
13 » »	A Roseira	Jacob Pietersen	Holanda	8	13
18 » »	Joana Maria	Boudewyn Lier	Porto	4	11
18 » »	Santiago	T. Stant	»	—	6
20 » »	S. Jorge	Heinrich Luders	Lisboa	—	8
28 » »	Avô	Maerten Jans Bestevaar	»	—	11
9 Set. »	Victoria	Wyllem Cornelisz	»	3	14
16 » »	Esperança	Heinrich Lübbers	»	6	16
16 » »	Aguia Coroada	Jan Langer	»	—	10
17 » »	Atum	Reikert Fochs	»	10	19

(57) À margem tem escrito: *A este mestre mandou dar S. A. 20 lb. de ajuda de custo quando o leuej a Lisboa pera a nao Madre de Deos em 15 de agosto.*

(58) À margem tem escrito: *A este mestre mandou dar S. A. 20 lb. de ajuda de custo quando o leuej em 15 de agosto a Lisboa pera a fragata Madre de Deus.*

Dia da visita			Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
19	Set.	1681	S. Pedro	Christian Moussen *(?)*	Noruega	13	20
19	»	»	Prosperidade	Jacob Baker	»	26	40
19	»	»	Rainha da Dinamarca	[*Henrique Greve*]	»	26	42
26	»	»	Cidade de .. *(?)*	Jan de Saber *(?)*	Porto	6	13
2	Out.	»	Amor	Symon Wouterz Bloem	Gales	20	21
13	»	»	Coroa de Lubeque	Marsal Jaques	Lisboa	8	18
13	»	»	Rei David	Hinrick Hoyer	»	—	10
18	»	»	Aviso de Cadis	Karthor Barmansz Vooringe	Porto	2	12
18	»	»	..... *(?)*	Jos Pieterz Vossius	Holanda	2	12
24	»	»	Bras Aranha (59)	Petter Symons	»	6	7
27	»	»	Luar de Prata	Kryn Jacobsz	»	—	12
29	»	»	..... *(?)*	Mieus Gerritsz	»	—	12
30	»	»	Tres Tordos	Jan Aldryaensen	»	—	12
2	Nov.	»	Lavrador	Claes Claasz Huisman	»	—	12
2	»	»	..... *(?)*	Jacob Jansz Rietrinck	»	—	10
3	»	»	Amor Coroado	Lourens de Groodt	»	7	13
4	»	»	A Liberdade	Jeremias Bernardo (60)	»	8	14
24	»	»	Ovelha Branca	Ryndt Gerbrandts	Lisboa	4	12
24	»	»	Sra. Sofia	Adriaen Jacobsz	»	1	12
24	»	»	Anjo Branco	Adriaen Gerridtsz	»	2	12
24	»	»	Sra. Maria	Jan Cornelisz Stom	»	2	14
6	Dez.	»	Caixo de Uvas	Jans Zayer	»	2	12
6	»	»	O Anjo S. Miguel	Reyndt Crust	»	4	14
9	»	»	Aventureiro da Terra Verde	Willem Thompson	Hull	12	22
9	»	»	Cavaleiro do Mar	Adryaen Janszoon de Ridder	Holanda	8	13
9	»	»	S. Pedro	Pietter Hette	Lisboa	2	15
10	»	»	O Lambedor	Cornelis Slicker	»	6	16
11	»	»	Anjo Branco	Claes Frederyks	»	—	11
8	Jan.	1682	Santiago	Wybert Schoen	»	4	12
16	»	»	... *(?)*	Rolf Borgh	»	38	85
16	»	»	... *(?)*	Johan Struels	»	12	28
16	»	»	Salamgura	Daniel Hindricksen	»	12	18
16	»	»	Cidade Riga	Andreas Hysingh	»	34	75
17	»	»	Espelho	Baertian Cornelis	»	—	9
21	»	»	Principe a Cavalo	Jan Etam	»	8	11

(59) À margem tem escrito: «*com bacalhao*».

(60) Assinou este termo Leonardo Lustoff a rogo do Mestre, por estar doente.

Dia da visita			Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
7	Fever.	1682	A Baleia	Pieter Symensen	Porto	1	10
16	»	»	Ilha da Rainha	Lorens Petters	Inglaterra	12	24
18	»	»	Cervo Verde	Pieter Jans	Roterdão	2	13
18	»	»	Casa de Nassau	Adryaen Adryaensz	»	4	15
20	»	»	Amor Pequeno	Jan de Bales	Midelburg	8	16
20	»	»	O Verão	Claes Marinis	Holanda	—	13
21	»	»	Resolução	Thomas Richardson	Hull	2	13
21	»	»	Casa de.. *(?)*	Dirck Slicker	Holanda	4	12
21	»	»	S. Pedro	Jan Sluys	»	3	12
21	»	»	Corvo Malhado	Huybert Cornelisz	»	2	12
21	»	»	Tres Valentes	Pieter Claesen	»	2	10
21	»	»	A Victoria	Wyllem Cornelisz	»	3	13
21	»	»	Sol Dourado	Jan Willemsz Boost	»	—	12
23	»	»	Anzol	Cornelis Cornelisz Vbagder	»	—	11
23	»	»	Boa Esperança	Jan Cornelissen Quack	»	—	12
23	»	»	Trombeteiro	Jacob Danielsz Trompetter	»	—	11
25	»	»	Sino Verde	Cornelis Ariesz	»	—	12
25	»	»	Homem de Matos	Louwerens Rynalde	»	4	11
25	»	»	Saloio Virado	Cornelis Jacopsz	»	—	11
25	»	»	Estrela do Norte	Jacob Ysbrants	»	6	12
25	»	»	Escardão Grande	Jan Jansz Spardam	»	2	14
26	»	»	Caranguejo	Maerten Gerritsz Krab	»	—	11
26	»	»	A Lebre	Jan Jacobsz	»	—	14
26	»	»	Corvo Dourado	Claes Dirckz Wortz	»	—	13
26	»	»	Sra. Luzia	Volckert Cornelis	»	—	11
26	»	»	Tanoeiro	Claes Jansz Luypers	»	4	11
26	»	»	Caçador de Falcões	Jan Pietersz Schol	»	—	12
26	»	»	Tamborileiro	Claes Dirckz Trommer	»	—	11
26	»	»	Homem Duro	Wouter Dircksz Hartman	»	6	12
26	»	»	Chave Branca	Claes Pietersen... *(?)*	»	—	11
26	»	»	Enxó Dourada	Pieter Dircksz	»	2	12
4	Março	»	Isabel	Cornelis Jacobson Broerer	»	—	11
7	»	»	Pavão	Dirck Pieterson Paúw	»	—	11
7	»	»	Peixe Barbo	Aernt Pietersz Roon	»	—	10
7	»	»	Isabel	Jan Jacobsz Volther	»	2	16
8	»	»	Boa Tenção (61)	John Whoaton	Plymouth	8	13
9	»	»	Anunciada	Adryan Wybrantz	Holanda	—	12

(61) À margem tem escrito: *a 6 de março.*

Dia da visita			Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
9	Março	1682	Jupiter	Luykas Symonsz	Holanda	10	14
9	»	»	Falcão Azul	Cornelis Cornelisz Krysman	»	—	10
9	»	»	Amor	Joost Dircksz	»	—	11
9	»	»	Noramburgo	Jan Symensz Brouwer	»	—	13
9	»	»	Galinha de Campo	Jacob Cornelisz	»	—	13
9	»	»	Corvo Coroado	Lourens Liduckes	»	2	13
9	»	»	Alameda	Claes Haen	»	—	11
10	»	»	Marco Correio	Adryaen Claesz	»	2	9
10	»	»	Barca	Dirck Cornelisz Sommerens	»	—	11
10	»	»	Rei Molhado	Jan Jansz	»	—	12
10	»	»	João de Barlavento	Jan Ghysbertsz	»	3	11
11	»	»	A Concordia	Pieter Luyksz	»	—	13
11	»	»	Sra. Patronilha	Wybit Smit	»	4	13
11	»	»	O Perduz	Cornelis Pietersz Opperdoes	»	—	11
11	»	»	Tres Salmões	Adrien Pietersen Muller	»	4	13
11	»	»	Fortuna Branca	Adryan Jansz	»	—	11
11	»	»	Inez	Claes Sybrantsz	»	3	13
11	»	»	O Tambor	Adrien Trommer	»	—	10
11	»	»	Matador de Vacas	Cornelis Janz Slaghter	»	—	11
11	»	»	Roxinol	Jan Rinaldes	»	—	13
11	»	»	Moinho de Papel	Adrian Cornelis Swart	»	2	13
11	»	»	Garças	Jan Maertsz Oyevaer	»	—	10
13	»	(62)	Mulher de Leite	Lyducks Syemens	»	2	13
13	»	»	Paz Coroada	Leendert Claasz Bloem	»	—	12
13	»	»	Rei David	Jan Pietersz	»	8	14
13	»	»	Carlos	Jan Claesz	»	2	12
13	»	»	Matador de Vacas	Jan Teunisz Slaghter	»	—	11
13	»	»	Armas de. . *(?)*	Willem Jansz	»	—	13
20	»	»	Esperança	Cornelis Gerretsz Hoot	Lisboa	—	12
20	»	»	Sta. Maria	[*Rodrigo André*]	»	18	28
27	»	»	O Pescador	Cornelis Claesz Visscher	»	—	11
1	Abril	»	Gustavo	Peter Hindrickson	»	24	38
1	»	»	O Saleiro	Claes Ysbrants	»	18	24
2	»	»	S. João Baptista	Jan Dircksz	»	10	15
2	»	»	Aguia Negra	Joan Oldenborg	»	10	17
6	»	»	Roseira	Jacop Pietersz Groot	Holanda	8	13
6	»	»	Garça Azul	Dirck Cornelis	»	—	10

(62) À margem tem escrito: *a 6 de março.*

Dia da visita			Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
6	Abril	1682	Carpinteiro de Mastros	Jan Jansen	Holanda	—	14
6	»	»	Sol Dourado	Adriaen [*Jorge*]	»	4	22
8	»	»	Capela de Rosas	Cornelis Pietersz Duyker	Lisboa	—	12
8	»	»	Propersana *(?)*	Vicent Holmes	Inglaterra	10	18
10	»	»	Sra. Barbara	Richard Nannings	Lisboa	2	11
13	»	»	Armas de Horne	Maerten Tomas	Holanda	12	16
15	»	»	Fortuna	Tys Dircksz	Lisboa	16	20
16	»	»	Corvo Dourado	Gerrit Crysman	»	14	17
18	»	»	Sol	Petter Ollszoon	Cadis	22	65
18	»	»	Gato Dourado	Jan de Groot	Holanda	—	10
24	»	»	Isabel	Cornelis Cudder	»	2	13
11	Maio	»	Sra. Cornelia	Baucks Selmers	Lisboa	6	13
11	»	»	Pomba Voante	Zacharias Nueger	»	2	13
12	»	»	Cidade de Berga	Nicolao Rodrigo	»	24	40
12	»	»	Esperança	Cristian Wibs	»	16	30
12	»	»	S. João Evangelista	Lourens... *(?)*	»	14	24
12	»	»	Principe Frederico	Heinrick Nielsen	»	24	40
12	»	»	Leão Dourado	Paulus Ohlssen	»	16	30
12	»	»	Mercúrio	Roelof Greve	»	12	22
23	»	»	Esperança	Albert Vossling	»	6	12
28	»	»	Galo Negro	Henry Rycroft	»	10	18
1	Junho	»	Delicia	Thomas Potts	Londres	15	24
1	»	»	Carlos Nil	Nathaniel Crispin	Hull	10	18
1	»	»	..... *(?)*	John Cok	Londres	—	12
6	»	»	Sol Dourado	Cornelis Adriaensen	Holanda	2	13
6	»	»	O Mar Coroado	Louwerens Groodt	»	7	13
6	»	»	Barca	Jan den Baker	»	—	11
6	»	»	Rei David	Cornelis Pietersz	»	8	15
9	»	»	João	Willem Muller	»	2	14
9	»	»	Salvador	Marten Oloffson	»	12	20
9	»	»	Cavalo Branco	Pieter Dircksz	»	2	12
9	»	»	O Fuinho	Cornelis Dircksz	»	—	10
9	»	»	Ovelha Branca	[*Elque Jaques*]	»	—	11
9	»	»	Sra. Isabel	Dirck Jootsz Rab	»	—	12
9	»	»	Velho Solteiro	Willem Cornelisen Brouwer	»	2	12
9	»	»	O Ferreiro	Jan Pietersz Smit	»	—	11
12	»	»	Rouxinol	James Bagwith	Londres	8	13
12	»	»	Jacob	James Dalglish	»	6	13
12	»	»	Isabel	Jan Sellebe	Zelandia	12	13

Dia da visita	Nome da nau	Nome do capitão	Porto de Proveniência	Peças	Tripulação
23 Junho 1682	Ventura de Amigos	Jedidiah Backer	Lisboa	16	17
23 » »	Espanhol	Jan Waeck	»	12	13
30 » »	O Pelicano	John Garfoots	Londres	4	14
18 Julho »	Rafael de *(?)*	William Norham	Tanger	8	18
21 » »	Catarina	John Strode	Plymouth	8	16
27 » »	Tres Rolas	Jan Addryaensen Pieterman	Holanda	—	11
1 Agosto »	Alexandre	Robert Dunbar	Roterdão	6	16
1 » »	Tres Valentes de David	Pieter Clasen	»	4	10
3 » »	Escardão Crande	Jan Jansz Spardam	Holanda	7	14
3 » »	O Paraíso	Jan Nicholaas	»	—	11
8 » »	Cavaleiro do Mar	Adryaen Jansen	»	8	13
11 » »	Falcão Branco	Marten Jansz	»	—	11
26 » »	Fénix	William Cutter	Londres	8	17
26 » »	Lebre	Jan Jansz Backer	Holanda	2	12
27 » »	Baleia	Pieter Symensen	Porto	1	10
18 Set. »	S. João Baptista	Jan Dircksz Sponbroeck	Holanda	8	13
18 » »	Azinheira	Adryaen Adryaensz	»	4	14
18 » »	Caranguejo	Willem Arisz Buys	»	—	11
18 » »	Carlos	William Walton	Suecia	—	14
10 Out. »	Concordia	B. Massen	Lisboa	18	26
26 » »	A Prosperidade	Jacob Backer	»	26	38
26 » »	Rainha da Dinamarca	[*Henrique Greve*]	»	26	40
26 » »	S. Pedro	Christian Moussen	»	15	20
26 » »	Concordia	Gerret Jansz	Holanda	—	13
26 » »	Boa Esperança	Jan Cornelissen Quack	»	—	12
28 » »	Joana	Peter Dinghe	Londres	—	11
1 Nov. »	Amor Coroado	Louwerens Groodt	Holanda	7	13
2 » »	Rei de França	Anthoine Lehot	França	—	9
12 » »	Lebre Dourada	Claes Huygen	Nantes	6	13
17 » »	Pescador	Willem Klasz	Holanda	—	10
20 » »	Paz	Cornelis Coster	Lisboa	—	13
7 Dez. »	Tambor	Adrian Dircksz	Holanda	—	10
23 » »	S. Pedro	Pieter Claesz Beyr	Lisboa	20	27
28 » »	Victoria	Jan Cillisse de Vos (63)	»	3	13
2 Janeiro 1683	Capela del Rei	Jerom Maenwelse *(?)*	Holanda	2	13

(63) Neste termo está escrito antes da assinatura: *o pilloto da dita Nau João Geraldo pelo cappitam estar incapas de achaque.*

Dia da visita			Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
2	Jan.	1683	Pescaria de Galea	Lourenço Armão	Holanda	6	13
2	»	»	Boia	Jan den Boer	»	2	11
2	»	»	Cidade de Noramburgo	Jan Symens Brouwer	»	—	13
2	»	»	Tres valentes de David	Pieter Claesz	»	4	10
2	»	»	Leão Vermelho	Jan Jansz	»	6	14
2	»	»	Saloio do Norte	Jacob Pouwersz	»	—	13
2	»	»	Mercurio	Roelof Roelofsz	»	6	13
12	»	»	S. João Baptista	Jochim Sager	Lisboa	—	13
12	»	»	Peixe Pardo	Lourens Lieucks	Holanda	—	12
16	»	»	Largura	Joost Jacobsz	Lisboa	2	12
23	»	»	Sra. Isabel	Jan Jacobsz Velthes	Holanda	2	16
23	»	»	Estrela do Norte	Jacob Ysbrandt Louwrens	»	6	12
27	»	»	Sra. Patronilha	Wybert Smit	»	4	14
27	»	»	Lavrador	Claes Claesz Huisman	»	—	12
28	»	»	Galinha de Campo	Jacob Cornelisz Velthoen	»	—	13
28	»	»	Santiago	Jan Dircksz	»	4	11
28	»	»	Estrela	Pieter Jacobsen	»	—	10
28	»	»	Sra. Catarina	Jan Jacobsz Kool	»	4	13
29	»	»	Armas de... *(?)*	Willem Jansz	»	—	12
29	»	»	Chave Branca	Claes Pietersen	»	—	11
29	»	»	Gemez	James Dalgliesh	Inglaterra	6	13
29	»	»	Sra. Luzia	Volckert Pyn Appel *(?)*	Holanda	—	12
1	Fev.	»	Aventureiro da Terra Verde	William Thompson	Inglaterra	14	17
1	»	»	Cosinheiro	John Richardson	»	—	13
6	»	»	Tamborileiro	Claes Dircksz Tromer	Holanda	—	11
6	»	»	Rei David	Adrien Symonsz	»	8	14
6	»	»	Sino Verde	Cornelis Arisz	»	—	12
6	»	»	Ovelha Branca	Reinert Abbes	»	4	12
6	»	»	Homem de Maçãs	Louwerens Rynalde	»	4	12
6	»	»	Lebre	Jan Jacobsz	»	2	12
6	»	»	Paz coroada	Leendert Claesz Broeck	»	—	12
6	»	»	Tres Salmões	Adrien Pietersen Muller	»	4	13
6	»	»	Delicia	Thomas Potts	Inglaterra	14	22
7	»	»	Jacob	Jaques Duglas (64)	»	6	15
15	»	»	Ilha da Rainha	Loens Pettersz	Holanda	14	25
15	»	»	Escardão	Jan Gerretsz	»	6	14
15	»	»	Pau Torto	Claes Henricksz	»	—	13

(64) No fim do termo está escrito: ***pelo mestre John Richardson.***

Dia da visita	Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
15 Fev. 1683	Jorge	Thomas Dawn	Inglaterra	10	14
15 » »	N.ª S.ª da Anunciada	Adryan Hibrandtsz	Holanda	5	12
15 » »	João	Willem Piettersz	»	4	14
16 » »	Cavalo Branco	Pieter Dircksz	»	2	13
16 » »	Cavaleiro do Mar	Adryan Jansen	»	4	13
16 » »	Falcão Branco	Marten Jansz	»	—	11
16 » »	Dr. Erasmo	Jan de Lange	»	8	14
16 » »	Arvore Nova	Jacob Boom	»	2	13
16 » »	Moça de Leite	Lieucks Symens	»	2	13
16 » »	Enxó Coroado	Pieter Dirckz de Jonge	»	2	12
16 » »	Saleiro	Cornelis Pietersz Pyl	»	—	12
16 » »	Amor	Dirck Pietersz Lieuwerick	»	—	11
16 » »	Capela de Rosas	Cornelis Pietersz Duyker	»	—	11
19 » »	Carlos Gemes	George Warren	Inglaterra	2	20
22 » »	Sol Dourado	Cornelis Adrienson	Lisboa	4	14
1 Março »	Tres irmãos	Maerten Claesen	»	20	18
9 » »	Ana Gineta	Claes Sybrandtsz	»	10	15
9 » »	Pastora	Claes Erasmus	»	14	16
15 » »	Unidade	Abraham Guys	Inglaterra	6	9
16 » »	Perduz	Cornelis Pieterz Opperdoes	Holanda	—	11
16 » »	Roseira	Jacop Pieterz de Groot	Lisboa	4	14
17 Abril »	Leão Dourado	Jacob Claesz Laethouwer	Cadis	18	24
20 » »	Catarina	Joshua Bancks	Canárias	12	21
27 » »	Pospeto de Ana	Vincent Helme	Londres	10	15
27 » »	Resolução	Thomas Richardson	»	2	12
12 Maio »	S. Bernardo	Cristiaen Richter	Cadis	22	32
12 » »	S. João Baptista	Peter Wolms	»	12	14
15 » »	Avô	Maerten Jansz Bestevaar	Holanda	—	10
15 » »	Ferreiro de Ancoras	Jan Pietersz Smit	»	—	11
15 » »	Fuinho	Cornelis Dircksz	»	—	10
15 » »	Rei David	Cornelis Pietersz	»	8	15
15 » »	Falua de Folgar	Cornelis Hendricksz	»	—	11
17 » »	Carlos	Thomas Stone	Lisboa	6	9
17 » »	Esperança da Terra de Promissão	Volckert Symonsz Loen	Holanda	—	11
17 » »	S. João Baptista	Jan Dircksz Sponbroeck	»	8	12
17 » »	Falcão Azul	Cornelis Cornelisz Krysman	»	—	10
17 » »	Pescador	Jan Claesz Visser	»	—	11
17 » »	Roxinol	Jan Rynalde... *(?)*	»	—	13

Dia da visita	Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
17 Maio 1683	Matador de Vacas	Cornelis Jansz Slaghter	Holanda	—	15
17 » »	Mercador Destacol	John Thompson	Londres	4	10
17 » »	Pelicano	John Garfoots	»	4	14
17 » »	Galo Negro	Henry Rycroft	»	10	19
17 » »	Braza	William Martins	»	8	10
17 » »	Carlos	Nathaniel Crispin	»	10	18
17 » »	Cisne	Richard Hobman	»	14	20
18 » »	Mercador de Venda	Thomas Wobbes	»	12	20
18 » »	Elisabet	John Hastings	»	10	18
18 » »	Aventureiro	William Hume	»	8	11
18 » »	Henriqueta Susana	Thomas Orchart	»	12	19
18 » »	Serra Verde	John Willinut	»	10	17
18 » »	Guilherme Tomas	William Lang	»	13	16
18 » »	Caçador de Falcões	Jan Jansz Spardam	»	—	12
18 » »	Rei Malhado	Jan Jansz Doorn	»	—	11
18 » »	Atambor	Adriaen Tromer (65)	»	—	10
18 » »	Primavera	Wouter Fransz	»	—	11
19 » »	Jacob	Henry Thompson	»	16	15
19 » »	Sabre	James Bagwith	»	10	17
21 » »	Unidade	Petter Daniell	»	—	7
31 » »	Rei Salomão	Antonio Harmans Backer	Cadis	12	17
31 » »	Cidade de..... *(?)*	Elcko Tjares	»	12	17
1 Junho »	Galo Negro	Ernst Ronge	»	4	9
3 » »	Cidade de Horne	Jan Adryaensen Timmerman	Horne	—	12
3 » »	Patriarca Abraão	Abraham Vermeule	Lisboa	4	9
23 » »	Casal Dourado	Mees Meesse	»	2	11
28 » »	Cacho de Uvas Dourado	Jan Zayer der Junger	»	2	12
28 » »	Coroa de Lubeque	Marselis Jacopson	»	8	16
2 Julho »	Amor Coroado	Jan Jansz... *(?)*	Holanda	16	13
2 » »	Joana Senhora	Jan Baartsz Gorter	Lisboa	12	16
2 » »	Sr.a Cornelia	Cornelis Adriaensz	»	6	12
2 » »	Ferreiro Moço	Evert Dircksz	Holanda	—	11
5 » »	Santiago	Wybe Schoen	Lisboa	4	11
7 » »	Jupiter	Jan Bauck	»	10	14
13 » »	Duarte Samuel	James Bishupp	Sevilha	—	7
17 » »	Cavaleiro	Sybrant Luyts	Lisboa	—	9

(65) No fim do termo tem escrito: «*o pilloto Nicolau Adrião pello Cappitam estar muito doente dia supra*».

Dia da visita	Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
24 Julho 1683	Cavaleiro	Jacob Jansz Oostre	Lisboa	12	16
24 » »	Oranja	Bastian Reynes	»	16	18
26 » »	Senhora Goltrud	Cornelis Reindert	»	14	15
12 Agosto »	Catarina	Jan de Keysen	Cadis	6	12
12 » »	Unicornio Dourado	Dirck Martensz	»	4	8
12 » »	São Lourenço	Joachim Muller	»	4	11
12 » »	Esperança	Joan Doncker	»	4	8
12 » »	Anjo S. Miguel	R. Cruyt	»	10	14
19 » »	Carpinteiro de mastros	Jan Jansen van Wisck *(?)*	Holanda	—	12
19 » »	Cidade de Jarmento	Sybrandt Pietersz	Lisboa	4	11
19 » »	Cavaleiro do Mar	Adriaen Jansen Zeerdd *(?)*	Holanda	8	14
19 » »	Principe Alvaro	Jan Stam	Faro	4	22
19 » »	Paz Coroada	Lendert Claesz Broeck	Holanda	—	12
25 » »	Homem de Maçãs	Louwerens Rynalde	»	4	12
25 » »	Falcão Branco	Martens Jansz	»	—	11
25 » »	Holandia	Pieter Symonsz	»	—	13
30 » »	Cristiano Quinto	Frans Roes	Lisboa	20	39
30 » »	Cidade de Berg	Nicolao Rodrigo	»	24	40
30 » »	S. Pedro	Cristian Moussen	»	14	20
31 » »	Sta. Ana	Jorres Venerken *(?)*	»	8	18
31 » »	Esperança	Cristian Wybe	»	14	33
31 » »	Sta. Margarida	Hendrick Luks	»	11	19
4 Setemb. »	Tres Irmãos	Maerten Claesen	Cadis	18	21
4 » »	Leão Vigilante	Cornelis Witte	»	14	16
4 » »	Sacrifício de Abraão	Claes Fredricksz	»	4	8
4 » »	Armas de Horne	Teunis Wiggersz Buys	Lisboa	—	6
4 » »	Armas de Bilbau	Gerrits... *(?)*	Cadis	17	17
4 » »	Joseph Ana	Bam. Bradley	Tanger	12	16
9 » »	Sacrifício de Abraão	Abraham Vermeule	Lisboa	4	7
11 » »	S. Jorge	Adriaen Jacobsz Craemer	Cadis	16	26
11 » »	Ester	[*Arnaldo Miguel*]	»	15	19
11 » »	Água Inquieta	Louwerens Claesz Vlaming	»	—	10
17 » »	Pastora	Claes Erasmus	Lisboa	14	15
17 » »	Cavalo do Mar Dourado	Jan Dircksz Jens	»	—	8

Dia da visita	Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
17 Setem. 1683	Sta. Catarina	Claes Jacobsz	Lisboa	12	14
20 » »	Coração Azul	Mathis Brouwer	Cadis	3	13
20 » »	Erasmo	Jan de Lange	Lisboa	10	13
20 » »	Esperamondo	Symons Jansz	Cadis	8	11
22 » »	Paz	Cornelis Coster	Holanda	—	13
23 » »	João de Londres	Anthony Socklaw	Londres	10	14
25 » »	S. João Baptista	Arnault Kroger	Lisboa	3	13
28 » »	Amor Coroado	Louwerens Groodt	Cadis	7	13
6 Outub. »	Tambor	Adriaen Dircksz Trommer	Holanda	—	10
6 » »	S. Lourenço	Jochim Corstensz	Corunha	6	12
7 » »	Gestauens *(?)*	William Lee	Inglaterra	3	13
7 » »	Camareiro Mor	Jan Jansz... *(?)*	Holanda	—	13
20 » »	Raínha da Dinamarca	[*Henrique Greve*]	Dinamarca	26	36
25 » »	Sino Azul	Teunis Bercks	Holanda	1	11
26 » »	Ferreiro Moço	Evert Pieters Smit	»	—	11
29 » »	Senhora Catarina	Jan Jacobsz Kool	Cadis	6	13
8 Nov. »	Senhora Gavita	Claes Sybrants	Lisboa	5	12
8 » »	Lambedor	Cornelis Slicker	»	10	14
3 Dez. »	Prosperidade	Jacob Backer	Berg	26	38
4 » »	Aventureiro da Terra Verde	William Thompson	Londres	12	18
8 » »	Cervejeiro	Jacob Teunis Seleojter *(?)*	Holanda	4	13
13 » »	Tres Salmões	Adriaen Pietersen	»	4	13
13 » »	Senhora Isabel	Jan Jacobsz	»	2	16
13 » »	João	Willem Pietersz Muller	»	4	14
13 » »	Amor	Dirck Pietersz... *(?)*	»	—	11
15 » »	Tamboreiro	Claes Dircksz Trommer	»	—	11
15 » »	Principe Henrique	Claes Pietersz Boedz	»	—	11
6 Jan. 1684	Boa Esperança	Jan Cornelissen Quack	»	—	12
6 » »	Estrela do Norte	Jacob Ysbrant Noot	»	6	12
6 » »	Barca	Claes Pietersz	»	—	10
6 » »	Enxó Coroado	Pieter Dircksz de Jonge	»	2	12
7 » »	Sta. Cristina	Harman Haan	Cadis	10	15
7 » »	Capela de Rosas	Cornelis Pietersz Duyker	Holanda	—	11
7 » »	N.ª S.ª da Anunciada	Adryaen Wybrantz	»	5	13
7 » »	S. Pedro	Symon Jacobsz	»	—	11
7 » »	Lebre	Jan Jacobsz	»	2	12
7 » »	Setubal	Pieter Jacobsz... *(?)*	»	—	11
23 » »	Concordia	[*Benedito Lasen*]	Lisboa	18	27

Dia da visita			Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
23	Jan.	1684	Joana	Jacob Pieters	Lisboa	12	16
25	»	»	Caseiro	Claes Claesz Huisman	Cadis	—	13
15	Fev.	»	Armas de Copenhague	Christen Christensön	Lisboa	20	34
24	»	»	Leão Dourado	Johan Nicolai	»	18	30
26	»	»	Sol Dourado	Cornelis Adriaensen	»	6	13
26	»	»	S. João Baptista	Jochim Sager	»	—	13
28	»	»	Albene	Jac. Samposone	»	20	20
13	Março	»	S. Bernardo	Cristiano Riters (66)	Cadis	26	35
14	»	»	Concordia	Gerret Jansz Opperdoes	»	—	12
18	»	»	Mercador de Riga	Thomas Claxton	Londres	11	16
23	»	»	Providência	Ralph Johnson	»	12	18
25	»	»	Boa Intenção	John Hardy	Lisboa	8	12
27	»	»	Martinho..... *(?)*	Thomas Baylye	Londres	14	18
30	»	»	Mercador de Londres	Robert Morbry	»	6	13
14	Abril	»	Reformação	Thomas Correts	Lisboa	8	16
21	»	»	Holandia	Pieter Symonsz	Holanda	14	20
21	»	»	Casa de Jormes *(?)*	Sybert Pietersz	»	12	14
4	Maio	»	Armas Velhas	Willem Jansz	»	—	12
9	»	»	Perduz	Cornelis Opperdoes	»	—	11
12	»	»	Avô (67)	Maerten Jansz Bestvaar	»	—	—
12	»	»	A Oeste Freslandia	Cornelis Pietersz	»	2	11
12	»	»	Galo Negro	Henry Rycroft	Londres	10	18
13	»	»	João de Londres	Anthony Socklaw	»	8	14
22	»	»	Chave Branca	Claes Pietersen	Holanda	—	11
22	»	»	Pescador	Willem Claesz	»	—	10
24	»	»	Enxó Coroado	Cornelis Cornelisz	»	—	11
24	»	»	Saleiro	Cornelis Pietersz	»	—	12
24	»	»	Corvo Negro	Lourens Luycks	»	2	12
24	»	»	Falua de Folgar	Cornelis Hendricksz	»	—	15
6	Junho	»	Primavera	Wouter Fransz	»	—	11
6	»	»	Paz Coroada	Louwerens Claesz Broeck	»	—	11
6	»	»	Migueira	Jan Cornelisz Nootes	»	3	11
6	»	»	..... *(?)*	Claes Heller	»	6	13
6	»	»	S. Nicolau	Maerten Claesz Bayer	»	—	12
6	»	»	A Paz	Cornelis Coster	»	—	13
6	»	»	Ferreiro	Jan Pietersz	»	—	11

(66) No fim deste termo está escrito: *o secretario Johan Borgersz.*

(67) Esta nau nao tem indicação do número de homens de equipagem.

Dia da visita	Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
10 Junho 1684	Rainha da Dinamarca	[*Henrique Greve*]	Dinamarca	26	40
10 » »	Falcão Branco	Marten Jansz	Holanda	—	11
10 » »	Cristiano Quinto	Frans R eos	Berg	20	40
10 » »	Esperança	Cristian Moussen	»	16	30
10 » »	Cidade de Berg	Nicolao Rodrigo	»	24	40
10 » »	Aguia Coroada	Joan Oldenborg	Lisboa	12	17
12 » »	..... *(?)*	John Burroughs	»	16	17
15 » »	Sta. Maria	Henryck Hansen	Suecia	18	30
3 Julho »	Rui Senhor	James Bagwith	Londres	10	17
6 » »	Árvore	J. Boom	Holanda	4	12
14 » »	Gustavo	Carl Ruuth	Lisboa	24	39
26 » »	Pôrto de Sta. Maria	Jan Oralmenz *(?)*	Cales	30	23
26 » »	S. José	Jan van de Laer	»	18	22
30 » »	Amor Coroado	Louwerens Groodt	Holanda	12	15
30 » »	Sra. Catarina	Jacob Jsbrantsz	»	6	13
12 Agosto »	Enxó Coroado	Cornelis Krysman	»	2	12
12 » »	Holandia	Pieter Symonsz Schagen	»	2	14
29 » »	Pescador	Jan Claesz Wisser	Lisboa	—	12
7 Set. »	Armas de Copenhague	Christen Christensön	Copenhague	20	32
7 » »	Senhora Luzia	Volckert Pyn Appel *(?)*	Holanda	—	12
7 » »	Caranguejo	Willem Arisz Buys	»	—	11
11 » »	Rei Malhado	Jan Jansz	Lisboa	—	12
11 » »	Sra. Catarina	Jacob Slicker	»	10	12
22 » »	Boa Esperança	Jan Cornelissen	Holanda	—	12
23 » »	Carpinteiro de mastros	Jan Jansen ven de Wisck	Lisboa	—	12
3 Nov. »	Patriarca Abraão	Abraham Vermeule	»	4	8
12 » »	Aguia Coroada	Claes Marinsz	»	14	15
24 » »	Sofia	Pieter Cornelisz	Cales	1	12
20 Dez. »	Lirio Branco	Pieter Claesz van der Dam	Holanda	—	12
20 » »	Saleiro	Cornelis Pietersz	»	—	12
23 » »	Garça Azul	Claes Claesz	»	—	10
29 » »	Carro Longo	Cornelis Martyn	»	1	10
29 » »	Amor	Dirck Pietersz... *(?)*	»	—	12
29 » »	Ferreiro de Ancoras	Jan Pietersz Smit	»	—	12
29 » »	Sra. Catarina	Jacob Ysbrant	»	5	13
29 » »	Holandia	Pieter Simonsz Schagen	»	2	14
29 » »	Paz Coroada	Leendert Claez Broeck	»	—	12

Dia da visita			Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
30	Dez.	1684	Pescador	Jan Cornelisz Visser	Holanda	—	13
30	»	»	Primavera	Wounter Fransz	»	—	11
2	Jan.	1685	Perduz	Cornelis Pietersz Opperdoes	»	4	13
2	»	»	Tamborileiro	Claes Dirckz	»	—	11
2	»	»	Pescador	Willem Claesz	»	—	10
2	»	»	Senhora Isabel	Jan Jacobsz Volker	»	2	16
2	»	»	Falua de Folgar	Cornelis [*Henriques*]	»	—	11
2	»	»	Sardão	Cornelis Jansz	»	6	16
2	»	»	Paz Dourada	Kryn Wyllems	»	2	11
2	»	»	João	Willem Pietersz	»	4	14
2	»	»	Boia	Pieter Claasen	»	4	11
2	»	»	uzChave Al	Wouter Claasen	»	—	12
3	»	»	Corvo Coroado	Lourens Leuckes	»	2	12
3	»	»	Patronilha	Wybit Smit	»	4	13
4	»	»	Principe Fradique	Heinrich Nielsen	Lisboa	24	30
4	»	»	Senhora Luzia	Volckert Pyn Appel *(?)*	»	—	12
4	»	»	Enxó Coroado	Cornelis Cornelisz Krysman	Holanda	—	12
4	»	»	Armas de Viana	Willem Jansz	»	—	12
4	»	»	Prosperidade	Roelof Greve	Lisboa	26	42
4	»	»	Mercurio	Jacob van der..... *(?)*	»	14	20
4	»	»	Larangeira	Pieter Janz Boetus	Holanda	2	13
4	»	»	Barca	Claes Pieters Swart	»	—	10
4	»	»	Sol Dourado	Cornelis Adriensz	»	4	13
11	»	»	Boa Esperança	Jan Cornelis	»	—	12
18	»	»	S. João	John Stroad	Lisboa	13	16
19	»	»	..... *(?)*	Pieter Harmens *(?)*	Holanda	—	11
29	»	»	Fidalgo	Pieter Edel	»	—	12
30	»	»	Doroteia	Roger Ffisher	Lisboa	10	19
4	Fev.	»	Coroas	Jochim Sager	»	10	20
4	»	»	Saloio de Amor	Christian Pahl	»	13	22
13	»	»	S. Cristovão	Paulus Jansz	»	—	11
13	»	»	N.ª S.ª da Anunciada	Adryan Wybrantz	»	5	13
19	»	»	Senhora Mossa	Dirck Moes	»	18	28
21	»	»	Delfim	Hans Flörck	»	14	23
21	»	»	Providência	Ralph Johnson	Hull	12	19
3	Março	»	Egua Branca	Pieter Dirckz	Cadis	14	20
8	»	»	Guilherme Tomas	Will Lang	Londres	14	18
9	»	»	Industria	Charles Newnam	»	6	10
14	»	»	Leão	Thomas Gourlan	Holanda	11	17

Dia da visita	Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
14 Março 1685	Rei David	Cornelis Jans Schelms	Londres	12	16
14 » »	Pelicano	John Garfoote	»	4	14
24 » »	Ana Maria	Rienhert Jansz Peer	Cales	6	15
28 » »	Porto de Sta. Maria	Jan Erasmus	Cadis	30	23
10 Abril »	Avô	Maerten Jansz Bestevaar	Holanda	—	10
10 » »	S. José	Jan de Wande	Cales	24	23
12 » »	Três Salmões	Aerien Pietersen Muller	Holanda	4	13
13 » »	Falcão Branco	Maerten Jansz	»	—	11
13 » »	Falua de Renar	Dirck Cornelisoon	»	—	9
13 » »	Sra. Delfina	Hillebrant Jansz	»	—	13
13 » »	Levantador	Claes Pietersz de Boer	»	—	12
13 » »	Caçador de Falcões	Jan Jansz Spardam	»	1	12
13 » »	Setúbal	Pieter Mopper	»	—	12
14 » »	Sino Verde	Cornelis Ariesz	»	—	12
16 » »	Peixe Barbo	Aernt Pietersz Roon	»	—	10
18 » »	Tambor	Adrian Dircksz Trommer	»	—	10
26 » »	S. João	Jan Louwerens Harder	Cadis	22	14
26 » »	Armas de Sevilha	Jacob Borstelman	»	24	28
26 » »	S. Bernardo	Jan..... *(?)*	»	24	28
2 Maio »	S João	Ernst Ronge	»	14	13
2 » »	Anzol Amarelo	Cornelis Cornelisz	Holanda	—	11
2 » »	Palmeira	Claes Marinis	»	—	12
5 » »	Pereira	Franchis Bysaet	Sevilha	4	9
5 » »	N.ª S.ª da Paz (68)	[*Domingos de Azevedo*]	Lisboa	8	33
8 » »	Mercador de Riga	Thomas Claxton	Inglaterra	6	12
8 » »	Caranguejo	Willem Arisz Buuys	Copenhague	—	11
9 » »	Senhora Maria	Maerten Piertesyn	Holanda	10	14
9 » »	Cidade de Gante	Cornelis Pietersz	»	4	11
9 » »	Tigaere	Cornelis Cornelisz Hem	»	—	11
9 » »	S. João Baptista	Mieus [*Giraldo*]	»	2	12
9 » »	Susana a Moça	Pieter Jacobsz	»	—	11
9 » »	..... *(?)*	Muies Reindersen	»	—	11
10 » »	Boa Tenção	John Hardy	Lisboa	8	12
10 » »	Senhora Catarina	Jacob Slicker	Holanda	10	13
11 » »	Nossa Senhora	Francisco Tilleiro	Galiza	—	10
12 » »	Sta. Maria	Peter Olofsson	Suecia	18	30
14 » »	Cavaleiro	Jacob Jansz	Cadis	16	17

(68) À margem deste termo está escrito: ***esta nau e da junta vem caregada de madeyra.***

Dia da visita	Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
14 Maio 1685	Flor de Linho	Jan Jacobsz..... *(?)*	Cadis	14	20
25 » »	Erasmo	Jan de Lange	Lisboa	14	15
25 » »	Diogo	James Kendall	Holanda	17	19
26 » »	Sta. Maria	Aelbert van der Lanen	Porto	16	14
28 » »	Boa Esperança	Jan Cornelisz Quack	Dinamarca	—	12
28 » »	Amor Coroado	Erick [*André*]	Lisboa	14	16
28 » »	Luzia	Volckert Pyn Appel *(?)*	Holanda	—	12
28 » »	Armas de Copenhague	Christen Christenson	Lisboa	20	33
2 Junho »	S. João	[*João Alchoson*]	Cadis	14	23
4 » »	Enxó Coroado	Cornelis Krysman	Holanda	2	12
4 » »	Paz Coroada	Leendert Claesz Broeck	»	4	12
4 » »	Paz	Cornelis Coster	»	—	13
4 » »	Holandia	Pieter Symonsz Schagen	»	4	14
4 » »	Corvo Negro	Lourens Lieucksz	»	4	12
4 » »	Maria	Claes Cornelis	»	2	12
4 » »	Saleiro	Cornelis Pietersz Pyl	»	—	12
4 » »	Três Príncipes	Aryaen Fopps	»	4	15
4 » »	Capela de Rosas	Cornelis Pietersz Duyks	»	—	11
4 » »	Armas de Vitana	Willem Jans	»	—	12
4 » »	S. Nicolau	Maerten Claesz Bauer	»	—	13
5 » »	Tamborileiro	Claes Dirckz Trommer	»	—	21
8 » »	Barca de folgar	Cornelis [*Geraldo*]	»	—	10
8 » »	Senhora Catarina	Jacob Ysbrants	»	5	13
9 » »	Primavera	Wouter Fransz	Copenhague	—	11
30 » »	Anjo S. Miguel	Reyer Crinst	Holanda	4	14
30 » »	Cidade de Berga	Nicolao Rodrigo	Dinamarca	24	40
30 » »	Rainha da Dinamarca	[*Henrique Greve*]	»	24	40
30 » »	Cristiano Quinto	Frans Rosz	»	20	40
30 » »	Esperança	Cristian Moussen	»	14	30
2 Julho »	Rei de Portugal	Baltezaar van Lier	Porto	12	12
11 » »	Leão Vigilante	Cornelis Witte	Holanda	12	18
11 » »	Chave Azul	Wouter Claasen	Lisboa	—	12
11 » »	Anjo	Wollerd Meyer	Holanda	4	12
26 » »	Galinha de Campo	Jacob Pietersz Weltsoes	»	—	12
26 » »	Leão Dourado	Johan Nicolai	Lisboa	20	34
30 Agosto »	Cosinheiro	Tys Willemsz	Holanda	—	12
30 » »	Fidalgo	Pieter Edel	»	—	12
4 Set. »	Lirio Branco	Pieter Claesz van der Dam	Lisboa	—	14
7 » »	Garça Azul	Claes Claesz..... *(?)*	Holanda	—	10
8 » »	Sol Quando Nasce	Claes Pietersz de Boer	»	—	12

Dia da visita			Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
8	Set.	1685	Arvore de Carvalho	Gerrit Crysman	Holanda	12	17
17	»	»	Senhora Balaria	Hillebrant Huyl	»	—	13
18	»	»	Saloio a Cavalo	Cristian Pahl	»	18	28
19	»	»	Setúbal	Pieter Mopper	»	—	12
19	»	»	Caranguejo	Willem Arisz Buys	»	—	11
19	»	»	Falua de Folgar	Cornelis Hendricksz	»	—	10
19	»	»	Arvore	J. Boom	»	4	13
1	Out.	»	Ferreiro de Ancoras	Jan Pietersz	»	—	11
1	»	»	Holandia	Pieter Symonsz Schagen	»	4	14
5	»	»	Boa Esperança	Jan Cornelis Quack	Lisboa	—	12
5	»	»	Fortuna	Pieter..... *(?)*	»	24	20
15	»	»	Aguia Coroada	Jan Oldenborg	»	10	16
2	Nov.	»	Mercador de Berga	Henry Gittings	Inglaterra	10	20
3	»	»	Sino Azul	Teunis Hercks	Holanda	1	11
5	»	»	Pescador	Willem Visscher	»	2	10
5	»	»	S. João	Matheus Doss	Lisboa	—	12
14	»	»	Leão Vermelho	Jan Jansz	Holanda	8	14
14	»	»	Larangeira	Pieter Janz Boetus	»	2	13
10	Dez.	»	Paz	Cornelis Coster	Lisboa	2	13
12	»	»	Armas de..... *(?)*	Willem Jansz	»	—	12
17	»	»	Virabrites *(?)*	Albert Jansz	Holanda	—	10
17	»	»	Senhora Sofia	Pieter Cornelisz	Lisboa	2	13
17	»	»	Carpinteiro	Jan Adryaensen Timmerman	Holanda	—	10
19	»	»	Gustavo	Carl Ruuth	Inglaterra	24	40
30	»	»	Sta. Teresa	Phillip Leente	Lisboa	2	6
3	Janeiro	1686	Pescaria de Holanda	Lourenço Harmão	Holanda	—	13
3	»	»	Tamborileiro	Claes Dircksz Trommer	»	—	11
11	»	»	Armas de Roterdão	Wybert Wophes	Roterdão	—	11
28	»	»	Amor Coroado	Pieter Clase	Holanda	—	12
1	Fev.	»	Sol Dourado	Cornelis Heerwan	Lisboa	4	14
1	»	»	S. Pedro	Jan Sluys	Holanda	3	12
2	»	»	Geridião	Roelof Roelofz	Roterdão	14	17
2	»	»	Peixe Pardo	Aernt Pietersz Roon	»	—	10
4	»	»	Baste	Cornelis Gerretsz Root	Holanda	—	12
4	»	»	Matador de Vacas	Jan Arisz Slaghter	»	—	11
4	»	»	Senhora Maria	Maerten Pietesyn	»	2	11
4	»	»	Caçador	Cornelis Cornelisz	»	—	13
4	»	»	Senhora Clara	Lambert Reyersz	»	3	13

Dia da visita			Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
4	Fev.	1686	Vaca Malhada	Albert Jsbrant	Holanda	—	12
4	»	»	Senhora Sara	Jan Jsbrantsz	»	—	13
4	»	»	Igreja Nostradem	Pieter Gerretson	»	6	13
4	»	»	Viado Moço	Sybrant Doures	»	—	12
4	»	»	Esperança	Anna Taeckles	»	—	12
4	»	»	Sol Dourado	Jan Willemsz Hoost	»	—	13
5	»	»	Tres Salmões	Aerien Pietersen	»	4	13
5	»	»	Senhora Isabel	Jan Jacobsz Volther	»	2	16
5	»	»	Barca	Claes Pietersz	»	—	10
5	»	»	Sta. Catarina	Jacob Ysbrant Noot	»	5	13
6	»	»	Perduz	Cornelis Opperdoes	»	4	12
6	»	»	João	Willem Pieters	»	4	14
6	»	»	Cosinheiro	Tys Willesmsz Kock	»	—	12
6	»	»	S. João Baptista	Mieus Gerritsz	»	2	11
6	»	»	Amor	Dirck Pietersz Lieurick	»	—	11
6	»	»	Cidade de Esguem	Cornelis Pietersz	»	4	12
7	»	»	Anzol Amarelo	Cornelis Cornelisz..... *(?)*	»	—	11
7	»	»	Pote Dourado	Pieter Jacobsz	»	2	12
7	»	»	Caçador de Falcões	Jan Jansz Spardam	»	1	12
7	»	»	Capitão de Moscóvia	Maerten Rood	»	—	13
7	»	»	Capela de Rosas	Cornelis Pietersz Duycker	»	—	11
7	»	»	Falcão	Adrian Jansz	»	2	12
7	»	»	Terra de Agua	Harms Pieters Backer	»	—	12
7	»	»	Atambor	Adrian Dirckz	»	—	10
9	»	»	Rei David	Cornelis Jansen Sohel	»	10	16
13	»	»	Saloio Azul	Pieter [*Harmão*]	»	—	11
13	»	»	Senhora Madalena	Jolls Heringhs	»	—	12
16	»	»	Orça de Madeira	Claas Dircksz	Lisboa	—	10
18	»	»	St.ª Maria	Pieter Alszons	Suecia	18	28
18	»	»	Galinha do Campo	Jacob Pietersz	Dinamarca	—	12
20	»	»	Três Príncipes	Ariaen Foppes	Holanda	4	16
21	»	»	Lebre	Jan Jacobsz Backer	»	2	12
25	»	»	Bartolomeu	Aldert Reins	»	—	14
25	»	»	Falcão Branco	Marten Jansz Valk	»	—	11
5	Março	»	João	John Stroud	Londres	15	18
5	»	»	Fortuna	William Thompson	»	12	17
5	»	»	Rei Malhado	Jan Jansz	Lisboa	—	12
7	»	»	Alferes	Jan Dirckssen	»	—	13
9	»	»	..... *(?)*	Adryaen Wybrantsz	»	5	13
9	»	»	S. João	Symon Vooghs	»	16	14
9	»	»	Senhora Luzia	Volckert Pyn Appel *(?)*	Holanda	—	12

Dia da visita	Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
9 Março 1686	Sino Verde	Cornelis Adriansz	Lisboa	—	12
9 » »	Carpinteiro	Hansen van Fwisck	Holanda	—	13
9 » »	S. Martinho	Huybert Outgersz	Lisboa	—	12
11 » »	Três sócos	Jan Symonz	Holanda	—	13
12 » »	Barca Primeira	Henry Augey	Lisboa	—	14
13 » »	Corvo Negro	Lourens Lieuckes	»	4	12
13 » »	Cidade de Franica *(?)*	Sitte Pieters	»	—	14
13 » »	Senhora Maria	Claes Cornelisen	»	8	14
23 » »	St.ª Joana	Jan Willemsz Gorter	»	—	10
23 » »	Imperador Moço	Hermen Egbertsz Wit	»	2	12
26 » »	Cerejeira	Karst Karsten	Holanda	—	12
27 » »	Leão Coroado	Gerrit Grote	Lisboa	6	13
28 » »	Sol Nascendo	Claus Pietersz	Holanda	—	12
28 » »	Anjo Gabriel	A. M. S.	Lisboa	4	19
30 » »	Holandia	Pieter Symonsz Schagen	Holanda	4	14
31 » »	Palmeira	Claes Marinis	»	—	12
2 Abril »	Saleiro	Cornelis Pietersz Pyl	Cales	—	14
6 » »	Cervejeiro	Huygh Dullaert	Lisboa	10	13
13 » »	Fidalgo	Pieter Edel	»	—	12
18 » »	Cacho de uvas	..... *(?)*	»	3	13
18 » »	Coroa	Jochim Sager	»	14	20
21 » »	Martins... *(?)*	Thomas Boylye	Londres	16	17
21 » »	S. Nicolau	Abrham Guyse	»	14	17
22 » »	Avô	Maerten Jansz Bestevaar	Holanda	—	12
22 » »	Ferreiro de Ancoras	Jan Pietersz Smit	»	—	12
23 » »	Mercador de Bristol	Henry Gittings	Bristol	12	20
24 » »	Arvore Nova	Jacob Boom	Holanda	4	11
24 » »	Senhora Isabel	Cornelis Backer	»	—	13
24 » »	Vila de... *(?)*	Teunis Jansz Oostwout *(?)*	»	—	10
29 » »	Mercurio	Stessel Tobyas	»	12	16
30 » »	Amor Coroado	Eris Andressen	Lisboa	14	15
6 Maio »	Esperança	John Howard	»	6	10
13 » »	Armas de Copenhague	Christen Christenzön	»	20	31
20 » »	Golfinho	Dames Jansen	»	14	21
5 Junho »	Boa Esperança	Jan Cornelissen Quack	»	—	12
5 » »	Sta. Ana	Fredryck Davuydts	Londres	3	13
15 » »	S. João	Lubbert Volckers	Cadis	6	12
15 » »	Esperança	Cornelis Seeman	»	6	14

Dia da visita	Nome da nau	Nome do capitão	Porto de Proveniência	Peças	Tripulação
23 Junho 1686	..... *(?)*	J. Dules	Lisboa	—	6
29 » »	S. Carlos	M. Martin	França	6	20
9 Julho »	Peixe Barbo	Arnt Pieterz Roon	Holanda	—	10
9 » »	Amor Coroado	Louwerens Groot	»	6	16
9 » »	Amor Coroado	Heyndrick Sybers	»	6	17
9 » »	Barca de Folgar	Cornelis Heddeks *(?)*	»	—	11
9 » »	Carpinteiro	Jan Addryaensen	»	—	10
20 » »	Pescador de Arenques	Willem Arisz	Lisboa	—	11
20 » »	Senhora Sofia	Pieter Cornelis	»	—	12
20 » »	Senhora Isabel	Jan Hessesz Clein	Holanda	2	13
20 » »	Ovelha Branca	Jan Pietersz [*Corvo*]	»	10	12
15 Agosto »	Rainha da Dinamarca	[*Henrique Greve*]	Lisboa	14	40
15 » »	Cristiano Quinto	Frans Rosz	»	20	40
16 » »	Esperança	Cristian Moussen	»	16	30
16 » »	Sta. Isabel	[*João Asarde*]	»	8	17
16 » »	S. Jorge	Thomas Davids	»	8	17
26 » »	Concordia	Joos de Moor	Cadis	—	10
29 Outub. »	Senhora Maria	Jan Jansz	Holanda	30	38
29 » »	Roda da Fortuna	Jacob Oostwout	»	7	19
29 » »	S. João Evangelista	Symon Vooght	»	16	16
31 » »	Senhora Luzia	Volckert Cornelis	»	—	8
31 » »	Terra de Água	Harmon Pieterz Backer	»	—	12
31 » »	Cidade de..... *(?)*	Sitte Pieters	»	—	11
31 » »	Igreja de..... *(?)*	[*Essen Duarte*]	»	—	11
31 » »	Garça Azul	Claes Claesz	»	—	10
31 » »	Armas de..... *(?)*	Willem Jansz	»	—	13
31 » »	Senhora Catarina	Jacob Ysbrantsz	»	5	13
31 » »	Senhora Isabel	Cornelis Backer	»	4	13
2 Nov. »	Senhora Susana	Jan van Wyck	»	—	11
2 » »	Rei David	Teunis Jansz	»	10	14
2 » »	Avô	Maerten Jansz Bestevaar	»	—	12
2 » »	Lirio Branco	Floris Pietersz	»	—	12
2 » »	Paz	Cornelis Coster	»	2	12
23 » »	S. Francisco	Francoi de Dolloune	Lisboa	—	7
27 » »	Cosinheiro	Tys Willemsz Kock	Holanda	—	12
27 » »	Cidade de Insp *(?)*	Albert Jansz	»	—	10
27 » »	Cavalo Malhado	Martin de Larreguy	»	6	14
27 » »	Semeão	Dirck van den Velde	»	4	12
27 » »	Príncipe Henrique	Claes Jacobsz	»	1	13

Dia da visita	Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
27 Nov. 1686	Amor	Dirck Pietersz Lieurick	Holanda	—	11
27 » »	Corvo Negro	Lourens Lieuckes	Lisboa	13	12
27 » »	Pescador	Willem Claesz	Holanda	2	12
27 » »	Arvore	Jacob Boom	»	4	12
28 » »	Cascavel Dourado	Cornelis Cornelisz Bel	»	—	11
28 » »	Paz	Hendrick Jansz	»	—	11
28 » »	Príncipe Cavaleiro	Jan Etam	Lisboa	12	12
29 » »	S. João Bem	Johan [*Bem*]	»	—	14
2 Dez. »	Jardim Grande	Jacob Slieker	»	—	10
3 » »	Senhora Catarima	Claas Dircks	»	10	12
6 » »	Anjo S. Miguel	Reyer Grinst	»	4	13
24 » »	Chave Azul	Wouter Claasen	»	—	10
6 Jan. 1687	S. Nicolau	Abraham Guyse	Londres	14	17
6 » »	Senhora Maria	Claes Cornelisz Klockestelle	Dinamarca	15	25
13 » »	Armas de Copenhague	Hobber Cornelis	»	20	30
15 » »	Paz Coroada	Leendert Claasz Broeck	Holanda	6	11
15 » »	Três Salmões	Aerien Pietersen	»	4	13
15 » »	Denople *(?)*	Pieter Mopper	»	—	10
15 » »	Senhora Agata	Jan... *(?)*	»	—	13
15 » »	Tamborileiro	Claes Dircksz Trommer	»	—	11
15 » »	Três Pombas	Dirck Pietersz	»	4	16
16 » »	Golfinho	Dames Jansen	»	14	21
16 » »	Isabel	Jan Volther	»	2	16
16 » »	Senhora Margarida	Cornelis Bergerbost	»	2	11
16 » »	João	Willem Pietersz	»	4	14
16 » »	Falcão Branco	Marten Jansz	»	—	11
16 » »	Ferreiro de Ancoras	Jan Pietersz Smit	»	—	12
16 » »	Galinha de Campo	Jacob Pietersz	»	—	12
16 » »	Três Príncipes	Ariaen Foppes	»	4	16
16 » »	Capela de Rosas	Cornelis Pietersz Duyker	»	—	11
16 » »	Igreja de Roterdão	Pieter Gerritsz Swart	»	6	14
16 » »	Urso Branco	Lourenço Harmão	»	8	12
16 » »	St.º Antão	Jan Claesz Visser	»	8	14
17 » »	Tambor	Adrian Dirckz	»	—	10
17 » »	Lugar de Barcote	Pieter Symonsz Vlaer	»	12	16
17 » »	Barca	Claus Pieters	»	2	10
17 » »	Lebre	Jan Jacobsz	»	2	12

Dia da visita	Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
17 Jan. 1687	Armas de Roterdão	Wybe Wophes	Holanda	4	11
17 » »	Senhora Catarina	Symon Brouker	»	3	12
17 » »	Golfinho	Sievert Beets	»	10	13
17 » »	Concordia	Gerret Jansz	»	—	14
17 » »	Peixe Barbo	Aernt Pieterz	»	—	10
17 » »	Cidade de... *(?)*	Dirck Jacobsz Mol	»	—	13
17 » »	Rei Malhado	Jan Jansz	»	—	12
17 » »	Trombeteiro	Dirck Jansz Trompetter	»	—	10
18 » »	Mercador de Berg	Thomas Claxton	Lisboa	6	12
18 » »	Agneta *(?)*	Claes Maertensz	Holanda	—	11
24 » »	St.ª Maria	Jean Baptiste Leprenolt	França	—	8
5 Fev.	Anzol Verde	[*Roberto Arnaldo*]	Lisboa	1	13
12 » »	Amor Coroado	Louwerens Groodt	»	8	13
12 » »	St.ª Maria	Peter Alszon	Suecia	18	30
12 » »	Cidade de Gat	Jacob Kendericks	Lisboa	4	10
12 » »	Sol Dourado	Cornelis Adriaen	»	4	13
3 Março »	Fortuna da Terra Verde	William Thompson	Londres	14	18
3 » »	Providencia	Ralph Johnson	Holanda	12	17
5 » »	Galo Negro	Henry Rycroft	Londres	10	19
6 » »	Pescador de Arenques	Willem Arisz Buys	Holanda	—	15
13 » »	Amor Coroado	Pieter Jansen	Lisboa	14	16
13 » »	St.ª Maria	Hartwyck Losk	»	10	25
13 » »	Leão Dourado	Johan Nicolai	»	24	34
7 Abril »	S. João Baptista	Gerrit Mieusen Mul	»	2	11
9 » »	Flores de Maio	Henry Tompson	Londres	—	6
6 Maio »	Agueda	Cornelis Jansz	Holanda	6	12
6 » »	Finque *(?)*	Cornelis Dirck	»	—	10
6 » »	Boa Esperança	Jan Cornelis	»	—	11
6 » »	Avô	Maerten Bestevaar	»	—	12
7 » »	Falua de Folgar	Cornelis [*Arnaldo*]	»	—	11
7 » »	Produz	Cornelis Opperdoes	»	4	12
7 » »	Vaca Malhada	Albert Jsbrants	»	2	12
7 » »	Três Príncipes	Cornelis Jansen Schelius	»	6	16
7 » »	Senhora Joana	Jan Gorter	»	14	16
7 » »	Senhora Patronila	Wybit Dircksz Smit	»	8	13
7 » »	O Príncipe Moço	Folckert Aucker	»	2	9
7 » »	Pescador	Jacob Pietersz	»	—	14
7 » »	Matador de Vacas	Jan Arisz Slaghter	»	—	11

Dia da visita	Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
9 Maio 1687	Cidade de Berg	Nicolao Rodrigo	Lisboa	24	36
9 » »	Nª. Sª. da Anunciada	Adryan Wybrants	Holanda	5	13
9 » »	Príncipe Frederico	[*Henrique Nicolau*]	Lisboa	24	40
9 » »	Sereia	Jacop Dircksz Reus	Holanda	—	9
9 » »	Cordearia	Cornelis Arisz	»	—	12
9 » »	Tanoeiro	Claes Jansz Huyper	»	2	11
9 » »	Cosinheiro	Tys Willemsz	»	—	12
21 » »	Paz Coroada	Frans Corneliz	Lisboa	12	12
21 » »	Rei David	Teunis Schelvys	»	10	15
4 Junho	Terra de Água	Harmen Pietterz Backer	Holanda	—	12
4 » »	Senhora Catarina	Jacob Ysbrantsz Noost	»	5	12
4 » »	Urso Branco	Jan van Wyck	»	8	12
5 » »	Sol Dourado	Jan Willemse Houst	»	—	12
5 » »	Larangeira	Walings Jansen	»	2	12
5 » »	Armas de Arnem	Gerrit Burgher	»	3	12
5 » »	Luzia	Volckert Cornelisz	»	2	14
5 » »	Senhora Isabel	Cornelis Backer	»	4	13
5 » »	Armas de Roterdão	Willem Jans	»	—	12
9 » »	Senhora Sofia	Pieter Cornelisz Bullops	»	2	12
17 » »	Senhora Maria	Jan Eylander	Copenhague	30	40
23 » »	João	John Strum	Lisboa	15	20
25 » »	Elsingue	[*Jorge João*]	Holanda	—	13
14 Julho »	Fragata Alegre	Emanuell Dart	Londres	10	12
11 Agosto »	Galinha de Campo	Jacob Pietersz	Holanda	12	— (69)
3 Set. »	S. João	Symon Vooght	»	16	17
3 » »	..... *(?)*	Wouter Korst	»	12	12
3 » »	Leão Vigilante	Cornelis Witte	»	12	16
27 » »	Jardim de Pau	Claas Dircksen	Lisboa	—	10
4 Outub. »	Coroa de Lubeque	Jochim Sager	»	13	18
1 Dez. »	Pinheiro *(?)*	William Showers	»	10	15
16 » »	Armas de Copenhague	Kobbe Cornelis	Cadis	20	30
18 » »	Príncipe Frederico	Claes Jacobsz	Holanda	5	13
20 » »	Saloio	Heyndrick Boon	»	1	13
23 » »	Pote Azul	Jacob Cornelisz	»	5	13
18 Jan. 1688	Urso Branco	Jan van Wyck	»	8	13
18 » »	Sol Dourado	[*Vrbert Arnaldo*]	»	1	13

(69) Trata-se, sem dúvida, de um engano em que foram invertidos os respectivos assentos dos homens de equipagem e as peças de artilharia.

Dia da visita			Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
18	Jan.	1688	Cidade de Or *(?)*	Pieter Jansz Broul	Holanda	—	13
29	»	»	S.ᵗ Pedro	Jacob Sluys	»	3	12
29	»	»	João	Willem Pieters Muller	»	4	15
29	»	»	Rei Malhado	Jan Jansz	»	—	11
29	»	»	Tamborileiro	Claes Dirckz Trommer	»	—	10
30	»	»	Golfinho	Sievert Beets	»	14	12
31	»	»	Boa Esperança	Jan Cornelissen Quack	»	—	12
31	»	»	Três Salmões	Aerien Pietersen	»	4	13
31	»	»	Amor	Dirck Pietersz Lieurick	»	—	11
31	»	»	Barca	Claas Pietersz Swart	»	1	10
31	»	»	Senhora Catarina	Jacob Ysbrantsz	»	5	13
31	»	»	Bote de Remo	Dirck Cornelisz	»	—	10
31	»	»	Igreja Vanusin	Dirck Maertensz	»	—	11
1	Fev.	»	Mercador de Moscovia	Maerten Teunisz	»	—	13
1	»	»	Senhora Petronila	Wybert Smit	»	8	12
1	»	»	Três Principes	Ariaen Foppes	»	4	16
1	»	»	Arvore	Jacob Boom	»	6	13
1	»	»	Tambor	Adriaen Dirckz	»	—	10
1	»	»	Pescador	Willem Claasz	»	2	10
3	»	»	Senhora Joana	Jan Baartsz Gorter	»	14	16
3	»	»	Pescador Grande	Maerten Piertesyn	»	—	13
3	»	»	Senhora Maria	Jacob Rynaldes	»	—	11
3	»	»	Chalep *(?)*	Ysbrant [*Mecha*]	»	—	11
3	»	»	Senhora Isabel	Jan [*Jaques*]	»	2	16
3	»	»	Moça Isabel	Jan Essens *(?)*	»	2	13
3	»	»	Senhora Agata	Jan Cornelisz	»	—	13
3	»	»	Rei David	Teunis Schelvys	»	10	16
3	»	»	Senhora Clara	J. Hiddes	»	—	13
4	»	»	Lirio Branco	Floris Pietersz	»	—	12
4	»	»	Matador de Vacas	Jan Ariz	»	—	11
4	»	»	Falcão Branco	Maerten Jansz Valck	»	—	11
4	»	»	Lebre	Jan Jacobsz	»	2	11
4	»	»	Carpinteiro	Jan Adryaensen Timmerman	»	—	11
4	»	»	Sereia	Jacob Dircksz Reus	»	—	10
4	»	»	Terra de Agua	Harmes Pieters Backer	»	—	12
4	»	»	Alferes	Pieter Gerritsz Maet Schoen	»	—	13
4	»	»	Carpinteiro de Mastros	Pieter Cornelisen Vysbert	»	—	11
4	»	»	Sino Verde	Dirck Spanjaert	»	—	12

Dia da visita	Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
4 Fever. 1688	Paz Coroada	Leendert Claesz Broeck	Holanda	6	12
4 » »	Liberdade	Focke Anskes	»	4	11
4 » »	Senhora Cornelia	Pieter Jsbrantsz	»	20	24
4 » »	Sofia	Claes Dircksz	»	1	12
4 » »	S. Jorge	Claes Wiggersz	»	8	13
4 » »	Paz	Cornelis Coster	»	3	13
4 » »	Corvo Negro	Sander Cornelisz	»	—	12
4 » »	O Produz	Cornelis Pietersz	»	2	11
4 » »	Sol Dourado	Herasmus... *(?)*	»	4	13
16 » »	S. Nicolau	Abraham Guyse	Londres	12	16
18 » »	Três Badeyos *(?)*	Cornelis Jansen Schelius	»	6	12
19 » »	Larangeira	Rogerus von Ackern	Inglaterra	10	16
21 » »	Delfinho	Dames Jansen	Holanda	14	20
1 Março »	N.ª S.ª da Anunciada	Adryaen Wybrantz	Lisboa	5	13
1 » »	Corvo Coroado	Lourens Lieucks	Holanda	12	14
13 » »	Cidade de... *(?)*	Hendrick Syboor	Suecia	16	16
13 » »	St.ª Maria	Peter Alszon	Holanda	20	26
15 » »	S. Francisco	Francoi de Dolloune	França	—	7
30 » »	Amor Coroado	Pieter Jansz	Lisboa	14	17
19 Abril »	Ventura	Thomas Shirley	Londres	6	12
19 » »	Senhora Maria	Claes Cornelisz Steller	Cadis	13	18
19 » »	Cosinheiro	Tys Kock	Holanda	2	12
30 » »	St.ª Maria	Hurtwyck Losk	Londres	16	23
30 » »	Cassela de Colmo *(?)*	Jean Roeloss Palm	»	34	26
30 » »	Cavalo Grande	Rodrigo Peterz Pauw	»	14	— [70]
3 Junho »	Cordoaria	Cornelis Ariz	Holanda	—	12
3 » »	Avô	Maerten Janz Bestevaar	»	—	12
3 » »	Três Pombas	Dirck Pieters Coster	»	4	16
3 » »	Solteiro Velho	Willem Cornelis Brouwer	»	2	12
3 » »	O Ter Que Fazer	Calob Tiloy	Inglaterra	10	14
3 » »	Garça Azul	Claas Claasz	Holanda	—	11
3 » »	Fuinho	Cornelis Pietersz	»	—	10
3 » »	Concordia	Gerret Jansz	»	—	13
3 » »	Galinha de Campo	Jacob Pietersz	»	—	12
23 » »	Cidade de Berg	Nicolao Rodrigo	Noruega	24	40
23 » »	Principe Frederico	Heinrich Nielsen	»	24	40
8 Julho »	Palmeira	Jan Oldenborge	Cadis	40	60
17 » »	Pescaria de Arenques	Willem Arisz Buys	Lisboa	3	11

[70] Deve ser engano, e a nau ter 14 homens de tripulação e não ter peças.

Dia da visita	Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
30 Agosto 1688	Delicia	Jacques Le Hot	Lisboa	5	9
31 » »	Senhora Luzia	Volckert Pyn Appel *(?)*	Holanda	3	12
31 » »	Urso Branco	Jan van Wyck	»	8	13
31 » »	Senhora Isabel	Cornelis Backer	»	2	13
31 » »	Tamborileiro	Claes Dircksz Trommer	»	—	11
31 » »	Cosinheiro	Tys Kock	»	—	12
31 » »	Igreja de Harlem	Beuke Maertensz	»	—	11
31 » »	N.ª S.ª da Anunciada	Jacob Adryaensz	»	5	13
31 » »	Sofia	Claes Dircksz	»	1	12
31 » »	Falua de Folgar	Cornelis... *(?)*	»	—	12
31 » »	Pescador	Maerten Piertesyn	»	—	14
7 Setem. »	Boa Esperança	Jan Cornelissen Quack	Lisboa	—	12
24 » »	Jardim de Madeira	Claas Kob	»	—	10
1 Out. »	Delfim	Dames Jansen	Holanda	14	20
21 » »	O Ter Que Fazer	Calob Tiloy	Bristol	10	13
21 » »	..... *(?)*	[*Rodrigo Cornelis*]	Holanda	—	10
22 » »	Carpinteiro	Jan Adryaensen Timmerman	»	—	10
24 » »	Salvagem	Pieter Symensen	»	—	9
27 » »	O Produz	Cornelis Opperdoes	»	2	11
27 » »	Leão Vigilante	Jan Juryaenz	»	14	14
30 » »	..... *(?)*	Francisco Bretario	..... *(?)*	*(?)*	*(?)*
4 Nov. »	Pescador de Cana	Claes Dircksz	Holanda	—	12
1 Dez. »	Armas de Copenhague	Kobbe Cornelisz	Cadis	12	32
23 Jan. 1689	Senhora Cornelia	Petter [*Severim*]	Dinamarca	20	30
9 Fev. »	Coroa de Lubeque	Jochim Sager	Lisboa	14	18
9 » »	Fortuna	Mathis Proyel	»	16	35
24 Março »	Sta. Maria	Hartwick Losk	Londres	22	33
28 » »	S. Nicolau	Abraham Guyse	»	14	18
28 » »	Três Badeyos	Cornelis Jansen Schelius	»	14	19
29 » »	Gustavo	Carl Ruuth	»	26	35
29 » »	Providência	Joan Sandefils	»	18	22
19 Abril »	Mercador de... *(?)*	Edward Williwatt	»	22	24
19 » »	O Lago	James..... *(?)*	»	8	13
19 » »	Rosa Rranca	Dirck Fredricksz	Holanda	—	8
19 » »	Gato Pardo	Jan Dircksz	»	—	10
9 Maio »	Sta. Maria	Peter Alszons	Lisboa	18	24
9 » »	Castelo de Colmar	Jan Roeloffz Palm	»	26	34
9 » »	Sol Dourado	Johan [*Duro*]	»	8	12
10 » »	Palmeira	Joan Oldenborg	»	42	70

Dia da visita			Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
10	Maio	1689	Senhora Maria	Claes Cornelisz	Lisboa	20	22
12	»	»	Senhora Maria	Jan [*Noquero*]	»	6	12
12	»	»	Concordia	Claes Kaersz	Holanda	6	10
16	»	»	Rainha da Polonia	Rudolfo Smidt	»	—	12
16	»	»	Armas de Anveres	Jan Bulteel	»	8	22
22	»	»	Golfinho Grande	Siewert Beets	»	17	23
22	»	»	S. Jorge	Klaes Corneliz Ros	»	16	24
25	»	»	Maria	Jan Esdelan	Lisboa	30	40
23	Junho	»	Boa Esperança	Jan Berg	Tenerife	12	21
4	Julho	»	Cristiano Quinto	Harman Kramer	Dinamarca	20	40
13	»	»	Vestfrisland	Dirck Pietersz Buys	Holanda	12	18
18	»	»	Saloio	Jan Gerritsz	Lisboa	12	18
20	»	»	Guilherme	Richard Jennys	Inglaterra	18	24
31	Agosto	»	Rainha da Polonia	Rudolfo Smidt	Holanda	6	16
27	Set.	»	Cornelia	Peter Sybrantsz	Copenhague	20	50
15	Nov.	»	Sereia	Jan Jonasz de Bruyn	Plymouth	3	10
1	Dez.	»	Holandia	Gerret van der Velde	Holanda	18	20
1	»	»	Castelo de Leyde	Cornelis Selmers	»	11	18
1	»	»	Armas de Limburgo	Teunis Zelmers	»	12	19
1	»	»	Tingidor de Velas	Jacob Claesz Taen	»	—	12
1	»	»	Senhora Catarina	Jacob Slicker	»	10	15
1	»	»	Cavaleiro Moço	Aucke Bordes	»	7	14
1	»	»	Camara de Leyden	Douwe Gerritsen	»	11	16
1	»	»	Vila de Riga *(?)*	Jacob Arisen	»	12	17
1	»	»	Salvador	Jan Meyer	Lubeque	—	14
2	»	»	Arponeiro	Claes Johansen	»	—	16
2	»	»	Patriarca Jacob	Johan [*Esteves*]	Hamburgo	10	15
5	Jan.	1690	S. João	Maerten Jacobsz	Holanda	14	20
5	»	»	Rei David	Teunis Scheluis	»	10	16
5	»	»	Cidade de Noreqspend *(?)*	Pieter Cornelisz Strock	»	28	34
10	Fev.	»	João	Willem Pieters Muller	Pelmuya	26	14
10	»	»	Três Pombos	Dirck Pieter Koster	»	4	16
10	»	»	Pérola	Jan Hend Kalte	»	4	12
23	»	»	Principe Cristiano	Jan Cornelis Quack	Holanda	—	12
23	»	»	Amor	Gerrit Burgher	»	2	10
23	»	»	Boia	Cornelis Huybreestse *(?)*	»	6	12
23	»	»	Rei..... *(?)*	Jorge Hart	Inglaterra	6	11
23	»	»	Delfinho	Siewert Beets	Holanda	17	20
23	»	»	Armas de Bordeus	Willem de Heer	»	4	13
23	»	»	Aguia Volante	Peterus Boon	»	8	15

Dia da visita			Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
23	Fev.	1690	Liberdade	Teunis Adriaense	Holanda	6	14
23	»	»	S. Pedro	Aelbert van der My *(?)*	»	—	8
23	»	»	Damiata	Jan Vbouterz	»	—	11
23	»	»	Sabedoria de Salomão	Cornelis Huysman	»	—	14
25	»	»	Fama Volante	Heyndrick Olfersz	»	12	16
25	»	»	Cavaleiro	Jan [*Jurião*]	»	16	20
25	»	»	Curador	Jsbrant Myggielse *(?)*	»	6	12
25	»	»	S. Mateus	Gerrit Jacobsz Buys	»	—	12
25	»	»	Fidalgo	Willem Boon	»	8	15
27	»	»	S. Nicolau	Abraham Guyse	Londres	14	18
20	Março	»	Corvo Negro	Lourens Lieucks	Holanda	10	15
20	»	»	Senhora Joana	Jan Gorter	Plymouth	14	20
20	»	»	Terra de Amor	Robert Jaffrays	Inglaterra	2	9
20	»	»	Sta. Maria	Hartwich Losk	»	20	24
20	»	»	Principe Carlos	Antony Hercks	Pelmua	2	21
20	»	»	Senhora Isabel	Jan Veltkar	»	4	16
20	»	»	Três Principes	Ariaen Foppes	»	6	16
20	»	»	Três Salmões	Aerien Pietersen	»	4	13
20	»	»	Cavalo Branco	Herman..... *(?)*	Hamburgo	3	15
20	»	»	Caçador	Heinrich..... *(?)*	»	1	15
20	»	»	Três Valentes de David	Cornelis Lorens	»	1	14
20	»	»	Sta. Apolonia	Harman [*da Paz*]	»	—	14
20	»	»	P.e Constantino	Jan Dirckz Schouten	»	—	11
20	»	»	Galo Dourado	Peter Wegener *(?)*	»	4	14
3	Abril	»	Cacho de Uvas	Peter [*Lourenço*]	Lubeque	3	13
7	»	»	Armas Brancas Coroadas	Claes Stender	»	10	14
7	»	»	Salmão	Willem Jansz	Holanda	2	11
7	»	»	Esperança	Erasmus Oldenborg	Lubeque	—	9
7	»	»	Boia (71)	Cornelis Huybreestse	Holanda	6	12
7	»	»	Amor (72)	Gert Burger	»	2	9
7	»	»	Senhora Isabel	Jan Essels	»	2	13
7	»	»	Leonor	Hendryck Pyper	Pelmua	18	28
7	»	»	Três Badeyos	Cornelis Jansen Schelius	»	20	23

(71) À margem tem escrito: «*esta vaj lançada a fl. 160 v°. e aquj vaj por erro no n.° 14*».

(72) À margem tem escrito: «*esta vaj aquj lançada por erro porque vaj a fl. 160 v.° no n.° 15*».

Dia da visita			Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
7	Abril	1690	Castelo de Pelmua	Jean Mollet	Pelmua	26	40
7	»	»	Coroa	Frans [*Golfes*]	»	6	10
15	»	»	Senhora Isabel (73)	Jan Hessels Cleyn	Holanda	—	12
15	»	»	..... *(?)*	Salomon Jansen	»	—	13
15	»	»	Jardim de Pau	Cornelis Muyden	»	—	12
15	»	»	Donzela Dort	Joost Jansz	»	—	10
15	»	»	Porto Azul	Meyndert Dirckz	»	3	12
15	»	»	Ceregeira	Cornelis van Leewen	»	4	10
16	»	»	Arenque Coroado	Cornelis Albertsz	»	—	11
16	»	»	Roxinol	Claes Dirckz	»	—	12
16	»	»	Três Irmãos	Mighiel Adriaensz	»	2	11
16	»	»	Mercador de... *(?)*	Claes Jacobs	»	—	12
16	»	»	Homem de Pêso	Dirck Korver	»	—	12
16	»	»	Oliveira	Jacobus Rost	»	2	13
16	»	»	Novilho Malhado	Hendrick Willemz	»	—	10
16	»	»	Pescador	Jsbrant Mecks	»	—	15
16	»	»	Sol Nascente	Claes Dircksz	»	—	14
16	»	»	Senhora Albrina	Jacob Ysbrants	»	4	13
4	Maio	»	Cascavel Dourado	Cornelis Cornelisz	»	—	12
4	»	»	Tigre	Cornelis Teyger	»	—	11
4	»	»	Árvore	Jacob Boom	»	6	13
4	»	»	Viado Dourado	Aucke Pieters	»	—	10
4	»	»	Falcão Branco	Maerten Jansen	»	—	12
4	»	»	Corvo Negro	Sander Cornelis	»	4	13
4	»	»	Garça Nova	Jan Jansz	»	—	11
4	»	»	Amor	Pieter Jansen	»	—	6
4	»	»	Alferes	Pieter Gerritze	»	—	13
4	»	»	Amor	Adrian Cooster	»	—	10
4	»	»	Cidade de Roterdão	Jan Cornelis	»	—	9
4	»	»	Bolça de Dort	Jan Engele	»	6	14
4	»	»	Moça de Dorte (74)	Gose Jansen	»	—	12
4	»	»	Rosa	Hans Pieterse	»	—	11
4	»	»	Tamborileiro	Claes Dircksz Trommer	»	—	12
5	»	»	Cosinheiro	Ryck Alewyns Cock	»	—	12

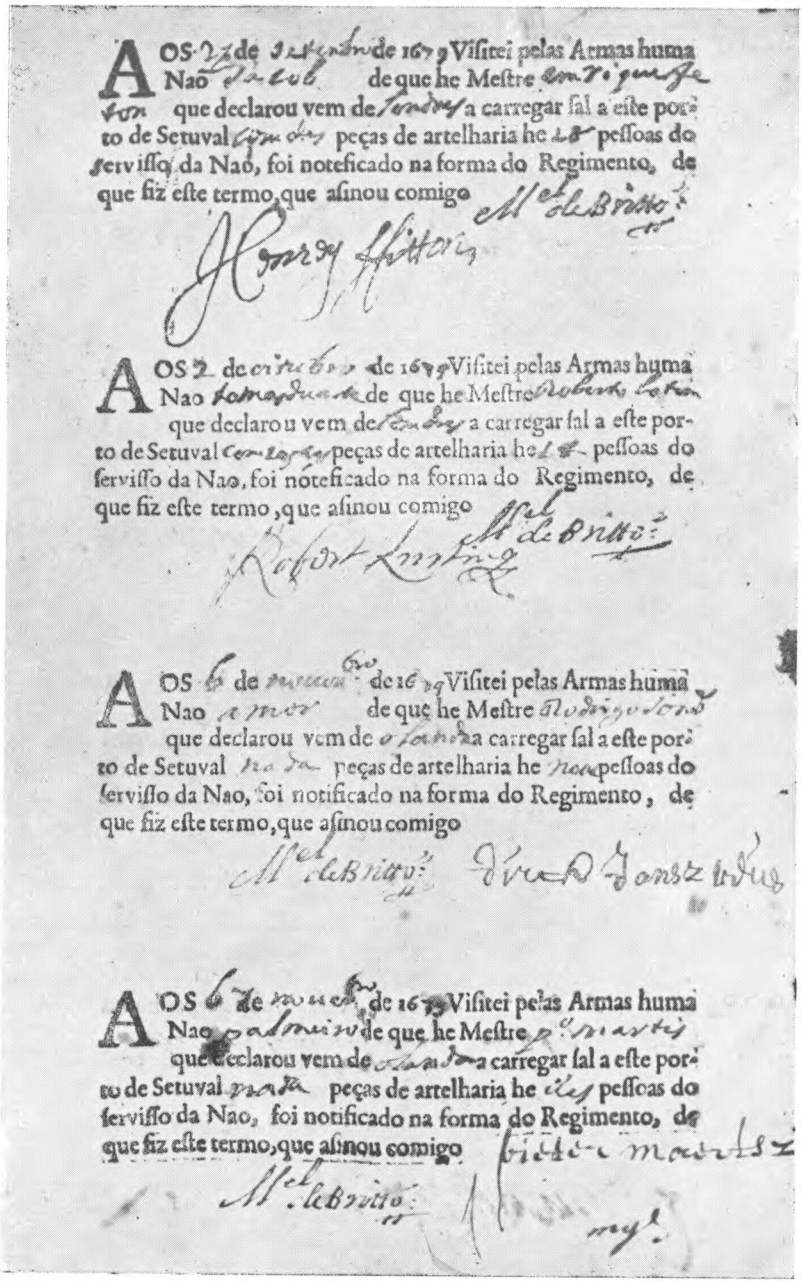
(73) À margem tem escrito: «*esta vaj lançada aquj por erro porque tem o asento em fl. 164 v.º no n.º 44*».

(74) À margem tem escrito: «*esta vay lançada aquj por erro, porque tem o assento a fl. 165 v.º no n.º 52*».

Dia da visita			Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
4	Maio	1690	Rosa	Hans Pieterse	Holanda	—	11
4	»	»	Tamborileiro	Claes Dircksz Trommer	»	—	12
5	»	»	Cosinheiro	Ryck Alewyns Cock	»	—	12
5	»	»	Sol Dourado	Reyndert Mostert	»	—	11
5	»	»	Overveen *(?)*	Pieter Sluys	»	—	13
5	»	»	Terra de Brabante	Mighiel Cornelissen	»	—	10
5	»	»	Cristovão	Paulus Jansz	»	—	7
5	»	»	Teodoro Moço	Simon Jansen Poest	»	—	11
5	»	»	Agnita	Dirck Jacobs Emol	»	4	12
5	»	»	Armas de Roterdão	Wibe Wopkes	»	—	12
5	»	»	Rei Malhado	Jan Jansen Boutekouink *(?)*	»	—	11
5	»	»	Roda de Fortuna	Jacob Oostwout	»	14	18
5	»	»	Ferreiro de Ancoras	Jan Pieterse Smidt	»	—	13
5	»	»	Cidade de Riga	Waelingh Jansen	»	—	14
5	»	»	Agata	Jacob Pieters	»	—	13
5	»	»	Urso Branco	Cornelis Jansz Baers	»	—	10
5	»	»	Armas de Stavorde	Jacob Jansen	»	—	12
5	»	»	Pescador	Willem Claesen	»	—	10
6	»	»	Mercador de Madeira	Teunis Klaasz Pray	»	—	12
6	»	»	Lebre	Jan Jacobsz Backer	»	—	11
6	»	»	Senhora de Spaneroeq	Dignum Cornelis	»	—	11
6	»	»	S. Pedro	Jacob Sluys	»	3	12
6	»	»	Principe	Pieter Jansen	»	—	13
6	»	»	Coroa	Jacob Simonsz	»	2	10
6	»	»	Cosinheiro	Tys Cock	»	—	14
6	»	»	Senhora Joana Maria	Jacob Poons	»	8	15
6	»	»	Camara de Jisp *(?)*	Jan Balck	»	10	15
6	»	»	Sol	Jan Willem Koost	»	—	12
6	»	»	Senhora Pieternela	Wibyt Smidt	»	6	14
6	»	»	Sino Verde	Dirck Spangiaert	»	—	12
7	»	»	Falcão Dourado	Aldert Teuniz	»	—	11
7	»	»	Esperança	Sybrant Gerritsz	»	—	12
7	»	»	S. Francisco	Job Cornelissen	»	3	10
7	»	»	Sta. Joana	Anne Taeckeles	»	—	13
7	»	»	Terra de Agua	Harmes Pietersz Backer	»	—	13

Dia da visita			Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
7	Maio	1690	Ferreiro	Leert Smidt	Holanda	—	12
7	»	»	Galinha de Campo	Jacob Pietersz	»	—	13
7	»	»	Árvore de Maçãs	Pieter Lucasz	»	—	10
7	»	»	Caçador	Sybrant Cornelisz	»	—	12
7	»	»	Tendeiro	Dirck Koomer	»	—	14
7	»	»	Carpinteiro de Mastros	Pieter Cornelisz Visscher	»	—	12
7	»	»	Leão Branco	Harmen Bartols	»	—	10
7	»	»	Boi Azul	Floris Pietersz Batterhous	»	—	11
7	»	»	O Velho Simião	Teunis Franse de Lange	»	—	9
7	»	»	Cidade de..... *(?)*	Hidde Pieters	»	—	12
7	»	»	Delfinho Branco	Jacob Corneliszoon Groodt	»	—	12
7	»	»	Daniel o Moço	Dirck Danielsz Beut	»	—	10
7	»	»	Mealheiro	Pieter Jacobsz Spaerpot	»	—	13
7	»	»	Paz	Pieter Symens	»	—	12
7	»	»	Cordoaria	Cornelis Arisse	»	—	12
8	»	»	Fuinho	Cornelis Pietersz Pyl	»	—	11
8	»	»	Avô	Maerten Janse Bestevaar	»	—	12
8	»	»	Chave Azul	Wouter Claesse	»	—	13
8	»	»	Paz	Fop Jacobsen	»	—	11
8	»	»	Esperança	Claes Jansen	»	—	12
8	»	»	Castelo de Revel	Jan Cornelis	»	—	11
8	»	»	Cidade de Stavorde	Pieter Luyksen	»	—	11
8	»	»	Sta. Inês	Sent Maertensz	»	—	12
8	»	»	Jacob	Aldert Reyns	»	—	13
10	»	»	Fortuna Invejada	Cornelis Pietersz	»	—	15
10	»	»	Gato Novo	Dirck Cornelisz	»	—	13
10	»	»	S. João Baptista	Jan Siemens Schaep	»	—	6
10	»	»	Nibirvout *(?)*	Cornelis Jacobse	»	—	12
25	»	»	O Viado Vermelho	Relof Pieterz	»	—	6
3	Out.	»	Senhora Maria	Hans Lensmand	Plymouth	23	36
3	»	»	Principe Cristiano	Jan Cornelisz Quack	Lisboa	—	12
10	»	»	Arenque Coroado	Cornelis Albertse	Holanda	—	11
12	»	»	Fama Volante	Heyndrick Olfertsz	»	12	15
13	»	»	Cavalo de Posta	Cornelis Jansz Pyper	»	—	15
15	»	»	Pescador o Moço	Claes Reyers Visser	»	—	10
16	»	»	Aguia Volante	Petrus Boon	»	10	14
2	Nov.	»	Cidade de Elbingh *(?)*	Casper Spar	»	—	10
2	»	»	Tingidor de Velas	Jacob Claese Taen	»	—	11

Dia da visita			Nome da nau	Nome do capitão	Porto de proveniência	Peças	Tripulação
2	Nov.	1690	Armas de Suécia	Simen Gerritz	Holanda	—	14
17	Dez.	»	Senhora Susana	Pieter Cornelisz Bulloper	»	—	15
17	»	»	Delfinho Grande	Sieuwert Jansz Beets	»	14	15
17	»	»	Ave Fenix	Maerten Practesyn	»	—	12
17	»	»	Larangeira	Claes Pieterse	»	—	12
20	»	»	S. Nicolau	Abraham Guyse	Plymouth	14	18
20	»	»	Cidade de Noteping *(?)*	Pieter Cornelis Sterck	»	28	34



Primeira fl. do Cód. Cadaval, 1043

La métropole ecclésiastique de Galice du VIIIe au XIe siècle

BRAGA ET LUGO

Au cours du ive siècle l'Eglise organisa sa hiérarchie dans le cadre général des provinces impériales; chaque cité eut normalement son évêque ; dans la capitale de la province, ou métropole, siégea un évêque métropolitain; il convoquait et présidait les assemblées épiscopales, jugeait en appel, organisait l'élection aux sièges vacants de sa province et consacrait les nouveaux élus; il n'exerçait cependant aucune autorité directe sur les diocèses autres que le sien et ne pouvait rien décider pour l'ensemble de la province sans la participation et l'accord des évêques comprovinciaux. Ce rôle avait été tenu auparavant, particulièrement en Afrique et en Espagne, par le plus ancien des évêques de la province: dans le courant du ve siècle il est définitivement attribué à l'évêque de la métropole (4). Celui-ci ne porte pas d'autre titre que celui de métropolitain; le nom d'archevêque n'est jamais attribué aux métropolitains de l'Eglise hispanique avant l'adoption du droit et de la liturgie de Rome, c'est à dire avant la fin du xie siècle ou le début du xue; ce nom nouveau marque alors une nouvelle idée de la fonction, spécialement une relation étroite avec le Siège apostolique, relation symbolisée par l'octroi du pallium romain (2). C'est là une observation qu'il ne faut pas perdre (*)

(*) Pour l'Église hispanique, voir la Décrétale du pape Sirice à Himerius de Tarragone (384-399), et surtout celle du pape Hilaire (461-468) à Ascanius de Tarragone; *Patrol. lat*t. LXXXIV, col. 629-638 et 787-791.

(2) Le titre d'*archiepiscopus* apparait d'abord en Orient et dans les provinces soumises à l'influence byzantine, Ravenne, rillyricum; il est donné çà et là comme titre de courtoisie, par exemple dans la signature de l'évêque d'Idanha au concile de Mérida (666). Au vme siècle, en Angleterre et dans

de vue, en particulier quand il s'agit d'appre'cier l'authenticité d'un document.

Quelles qu'aient pu être les perturbations apportées par les invasions, la création des royaumes barbares et les retours des Byzantins, dès que l'ordre fut restauré, l'organisation des provinces se reconstitua et se fortifia dans l'Eglise hispanique; le royaume des Wisigoths, jusqu'à la conquête arabe, conserva le cadre ecclésiastique des cinq provinces qui remontait à la division de 297: Bétique, métropole Séville; Lusitanie, métropole Mérida; Galice, métropole Braga; Tarraconaise, métropole Tarragone; Carthaginoise, dont la métropole était, non plus Carthagène, mais Tolède, capitale du royaume et siège du primat; aux cinq provinces hispaniques s'ajoutait la plus grande partie de la Narbonnaise gallo-romaine. Les cadres de cette organisation étaient fixés dans des listes autorisées *(Provinciale)* qui se rattachaient à une *Notitia provinciarum et civit atum* \ elles survécurent à l'invasion arabe et jouèrent un rôle considérable au temps de îa reconquête et lors de la réorganisation hiérarchique des xi[e] «et xn[e] siècles, tenues pour une *auctoritas canonica*.

Sur les instances d'Alphonse vi appuyées par Cluny, Urbain 11 établit la primatie de Tolède en 1088; l'archevêque de Tolède est de nouveau le premier des évêques de la Péninsule; métropolitain de la Carthaginoise, sa province, il en remplit aussi les fonctions pour tous les évêchés qui n'appartiennent pas à une des métropoles anciennes déjà restaurées. Rome considère en effet que l'organisation traditionnelle doit subsister; les métropoles reconquises subsistent dans leur dignité et exercent leur droit sur tous les évêchés que leur attribuent les listes traditionnelles, dès qu'elles retombent aux mains des chrétiens et sont pourvues d'un titulaire. Mais le métropolitain doit demander le pallium romain qui lui confère le titre d'archevêque; il demande aussi un privilège pontifical, acte conservatoire par lequel le pape recon-

l'Empire franc, le mot prend un sens précis et s'applique à un évêque investi d'une large délégation de l'autorité pontificale et décoré du pallium romain, sans rapport nécessaire avec une métropole quelconque. Depuis le premier tiers du ix[e] siècle, dans l'Empire franc, tout métropolitain est en même temps archevêque, mais il y a encore des archevêques qui ne sont pas métropolitains.

naît et confirme le statut canonique et territorial de la métropole (4). C'est ainsi que Pierre, le premier titulaire de Braga après la restauration de ce siège, obtint en 1091 le pallium et le privilège; mais il commit la faute de les demander à l'antipape Clément ni, ce qui lui valut d'être déposé au concile d'Husillos (1092). Saint Géraud, son successeur, obtint à son tour de Pascal 11, dans les premiers mois de ce pontificat, le pallium et le privilège qui lui conféraient le titre d'archevêque (2). Ce privilège confirmait les droits métropolitains de Braga sur Lugo, Astorga, Mondonhedo, Tuy, Orense, Porto, Coimbre, Viseu et Lamego (3). Le 4 mai 1099 Urbain 11 avait expressément compris dans cette province Léon, Oviedo et même Palencia (4).

L'invasion arabe submergea toutes les provinces, toutes les

(9 Bulles d'Urbain 11 sur la primatie de Tolède, Jaffe-Loewenfeld, *Regesta* n° 5366 et n° 5370.

(2) *Vita beati Geraldi*, chap. vi, dans les *Miscellanea* de Baluze, édition de J D. Mansi, t. 1, Lucques 1761, p. i3a et dans les *Portugaliae Monumenta historica*, *Scriptores*, p. 54. Le privilège de Pascal 11 pour Braga n'est pas conservé, mais on peut le reconstituer à l'aide de celui que Calixte 11 donna en 1121 à l'archevêque Pélage, et surtout grâce aux citations qui en sont faites dans une enquête de 1182, C. Erdmann, *Papsturkunden in Portugal*, n.° 91. Du même auteur voir le mémoire traduit en portugais sous le titre *O papado e Portugal no primeiro século da historia portuguesa*, Coimbra, ig35, p. 6-20. Cet érudit se trompe d'ailleurs quand il avance que l'absence du titre d'*archiepiscopus* dans le privilège de Pascal 11 pour saint Géraud manifeste le refus du pape d'exempter Braga de la primatie de Tolède; l'attribution du titre d'archevêque ne constitue aucunement l'exemption, qui se concède le cas échéant par un privilège particulier; le primat étend son autorité spécifique sur tous les évêques de métropole, à charge de ne pas empiéter sur leurs droits propres. Ce qui fait l'archevêque c'est la concession du pallium; Grégoire vu, Urbain 11, Pascal 11 usent encore en le concédant du titre traditionnel de *metropolitanus episcopus;* mais les termes n'ont aucune importance ; Géraud, ayant reçu le pallium, est archevêque, en porte et en reçoit le titre.

(3) L'évêché d'Iria, transféré à Compostelle par Urbain 11 le 5 décembre 1095, a été en même temps soumis directement au Saint Siège et exempt de toute métropole. Idanha est passée sous silence. L'attribution à Braga des sièges de Coimbre, Viseu et Lamego montre que le pape a eu sous les yeux le *Provinciale* hispanique dans la forme représentée, entre autres sources, par le *Liber Fidei*, cartulaire de la cathédrale de Braga, dans laquelle ces troits cités lusitaniennes étaient rattachées à la métropole de Galice.

(9 Jaffe-Loewenfeld, *Regesta*, n° 58oi.

métropoles, Braga et Tarragone aussi bien que Tolède, Séville et Mérida. Nous ne nous occuperons ici que de l'organisation religieuse subsistante ou rétablie en Galice, province qui, pour les Arabes comme pour les Romains et les Goths, allait du Douro aux monts Cantabriques et de la côte atlantique jusqu'à l'est d'Astorga et de Léon. Dans les premières années, de 717 à 750 environ, le petit Etat chrétien des Asturies ne comprend encore aucun des anciens sièges épiscopaux. Le soulèvement des Berbères suivi de la grande famine (740-750) eut pour résultat de ramener les frontières de l'occupation arabe effective à Coria et Mérida. Alphonse 1 et son frère Fruela poussèrent leurs incursions au moins jusqu'au Mondego; mais le roi asturien ne put occuper et réorganiser que les territoires du nord, autour de Lugo, de l'Océan au cours supérieur de l'Ebre. Un évêque réside à Lugo depuis de milieu du vm^e^ siècle ; Oviedo, élevée au rang de capitale sous le roi Fruela 1, devient siège épiscopal au début du ix^e^ siècle ; à la même époque, Iria a aussi un évêque. Braga n'est pas occupée par les Arabes, mais le royaume chrétien n'étend pas jusque là ses frontières effectives avant 868.

Cependant, telle est la force de la tradition, de *V auctoritas canonica* représentée par les collections conciliaires et les anciennes listes de diocèses et de provinces que la dignité métropolitaine reste liée au siège de Braga ; les divers textes de la *Chronique* dite *d'Alphonse ni* ne manquent jamais de joindre au nom de cette ville le titre de métropole; authentiques ou faux, les diplômes royaux ou privés de ce temps ou attribués à ce temps mentionnent avec insistance la dignité de métropole ecclésiastique attachée à cette ville. Si Lugo joue le rôle de capitale religieuse du royaume asturien, c'est, comme on va le voir, parce que le métropolite de Braga y a fixé sa résidence; plus tard, quand cette situation eut été perdue de vue, on fabriqua de faux diplômes royaux pour établir un prétendu transfert à Lugo du titre métropolitain. Quant à Oviedo, cette ancienne capitale politique du royaume ne prétendit pas à la dignité métropolitaine avant le temps de son évêque Pélage (i 101-1129).

Le présent mémoire a pour objet de rechercher quelle fut la véritable relation juridique et canonique entre Lugo et Braga depuis le milieu du vm^e^ siècle jusqu'au dernier tiers du xi^e^.

I

Le Catalogne épiscopal de la Chronique d'Albelda

Le point de départ de cette étude ne peut être que la liste des évêques du royaume asturien en 88i, transmise par la *Chronique* dite d'Albelda (*). Mais elle ne peut être utilisée sans avoir fait l'objet d'un examen de critique textuelle.

La place primitive de cette liste et de l'éloge versifié d'Alphonse ni, qui en est solidaire, n'était certainement pas parmi les pièces liminaires où la relègue le manuscrit de San Millán; catalogue versifié des évêques et éloge d'Alphonse ni sont la conclusion placée par le rédacteur au point où il s'arrêta (881) et avant la reprise (883), œuvre du premier abréviateur ou plus probablement d'un continuateur; c'est là que la placent les manuscrits de la famille représentée par le *Tombo negro* de Santiago et l'édition de Pellicer.

(*) La meilleure édition de cette chronique a été donnée par Manuel Gómez Moreno, *Las primeras crónicas de la Reconquista. El ciclo de Afonso llly* dans le Boletín de la Academia de la Historia, G, iy32, et tiré à part. Utilisée dès le xvi[e] siècle, elle fit l'objet en i663 d'une tentative avortée d'édition: Pellicer en connut un exemplaire dont la tradition textuelle était très proche de celui qui a trouvé place dans la collection conservée par le *Tombo negro* de Santiago; il lui attribua comme auteur un certain Alphonse, abbé de Sahagun, et en fit imprimer les premières feuilles; mais il renonça à son entreprise, à laquelle la science n'aurait rien gagné. Berganza la publia en 1721, au t. 11 de ses *Antigüedades de España* d'après un manuscrit de San Millán, qui fut édité plus correctement par Juan del Saz *(Chrónica de España Emilianense*, 1724). Le *codex Vigilanus* d'Albelda est la base de l'édition, encore imparfaite, donnée en 1727 par Ferreras. Au t. xi 11 de *hspaña Sagrada*, 2[e] édition, p. 433-464, Florez donne un texte composite, complété comme il le dit, d'après les divers manuscrits qu'il a connus et avec toutes les pièces diverses qui précèdent et suivent dans les collections où se trouve la chronique asturienne ; celle-ci vient sous le titre: *Ordo Gothorum Ovetensium regum* (p. 450-459). C'est Florez qui a imposé le titre de *Chronicon Albeldense*, bien que l'œuvre ait été écrite près d'un demi-siécle avant la fondation du monastère de Saint-Martin d'Albelda. Mommsen l'appelle *Epitome Ovetensis*, lui consacre une étude et publie *YOrdo Romanorum regum* et *Y Ordo gentis Gothorum* qui précèdent la chronique du royaume asturien. *(Monumenta Germaniae historica*, *Auctores antiquissimi*, xi, *Chronica minora*, 11, p. 3,0-3,5).

Le vers qui se présente le premier dans tous les manuscrits est ainsi conçu :

REGIAMQUE SEDEM HERMENEGILDUS TENET.

Une pièce ne saurait commencer par un mot accompagné de la conjonction *que;* le vers n'est donc pas à sa place originale. Où avait-il été placé par le premier auteur? Peut-être à la fin de la pièce; elle aurait ainsi commencé par le nom du métropolitain, principal dignitaire ecclésiastique, portant le titre de Braga et résidant à Lugo, et se serait terminée par le nom de l'évêque de la capitale politique. La transposition a été faite assez tôt pour que toute la tradition manuscrite l'ait reproduite; le responsable est sans doute un clerc d'Oviedo, qui aura tenu à mettre en tête le nom de l'évêque de cette ville.

Le catalogue commençait donc par le vers:

FLAIANUS BRACARAE **LUCO** EPISCOPUS ARCE.

Le manuscrit suivi par Pellicer ajoute à la fin du vers le nom de Recaredus, et Florez le reproduit sous cette forme. Mais ce nom manque à tous les autres manuscrits; au surplus il déborde la mesure du vers ; il n'est donc pas primitif. L'addition peut s'expliquer de deux façons. Un copiste, sachant que Recarède est le nom du prélat qui exerça les fonctions épiscopales à Lugo pendant la plus grande partie du règne d'Alfonse ni, crut devoir ajouter ce nom, appelé par celui de la ville. Mais une autre hypothèse est possible : le copiste a pu savoir que Recaredus et Flaianus étaient un seul et même personnage, connu sous un double nom, l'un wisigothique, l'autre de tradition romaine. Un cas semblable se présente à Braga à la fin du vn^e^ siècle; au m^e^ concile de Braga, le métropolite signe: «Leodegisius in Christi nomine episcopus cognomento Julianus.»; l'évêque d'Iria de même: «ldulfus cognomento Felix». Dans l'Empire franc, beaucoup de personnages, principalement ecclésiastiques, usent ainsi d'un nom franc et d'un *cognomen* romain. Dans le cas de Recarède, l'explication du double nom ne paraît pas difficile; Recarède est le nom du roi wisigoth le plus fameux, celui qui embrassa le catholicisme à la fin du vi^e^ siècle; or, on le sait, les rois wisigoths

d'Espagne, comme les Ostrogoths d'Italie, avaient adopté le nom de la dynastie constantinienne, Flavius; ce roi lui-même s'appelait officiellement Flavius Recaredus. Notre évêque de 881 se considérait certainement comme descendant des rois goths ; c'est la conclusion qu'il est permis de tirer de ce double nom : Flavianus Recaredus; il est à peine besoin de le noter, les formes Flaianus et Flagianus, que l'on rencontre dans les documents, sont de simples altérations de Flavianus. On y reconnaîtra aussi une manifestation de la tendance à rattacher le royaume asturien à la tradition wisigothique, si marquée dans les chroniques du cycle d'Alphonse ni.

Le nom de Recarède apparaît en 875 dans un diplôme d'Alphonse ni en faveur de Mondonhedo; il est mentionné pour la dernière fois le 8 décembre 923. Dans un document de 922, en faveur des parents de saint Resende, Recarède prend le titre *dy episcopus sancte Marie Bragarensis et Lucensis sedis* (4).

Sous le nom de Flavianus l'évêque de Lugo paraît dans la lettre apocryphe de mai 867 par laquelle le pseudo Savaric de Mondonhedo est censé lui demander une cession de territoire. Le même nom figure dans la pièce substantiellement authentique* mais interpolée et anditatée, par laquelle Alphonse ni confirme les terres et redevances ecclésiastiques de Braga (2).

Un aveu fait en 1025 par certains tenanciers de l'Eglise de Braga mentionne comme deux évêques distincts Flavien et Recarède; les deux noms figurent aussi dans le catalogue épiscopal de Lugo dressé vers la fin du xie siècle (3).

La pièce décisive est le catalogue épiscopal conservé dans la *Chronique* d'Albelda: en 881 l'évêque métropolitain de Braga en résidence à Lugo est appelé Flaianus; cette date tombe dans la durée de l'épiscopat de Recarède; il est impossible de distinguer un évêque Recarède et un évêque Flavien; si les catalogues tar-

(*) Risco, *Esp. Sagr.*, t. XL, p. 122-133. Voir une note bibliographique de L. Vasquez de Parga dans *Hispania*, t. vin, n.° xxx, p. 164.

(2) Risco, *ibid.*, p. 121-122. Le diplôme interpolé d'Alphonse 111 a été publié par A. Feio dans le *Boletim da Biblioteca... e do arquivo de Braga*, t. II, p. 4-7. Ces deux documents sont examinés plus bas.

(3) Le document de 1025 a été publié par T. de Sousa Soares dans la *Revista Portuguesa de História*, t. 1, p. 153-15g. Catalogue épiscopal dans Risco, *Esp. Sagr.*, t. XL, p. 426.

difs les ont en effet distingués, c'est que, trouvant les deux noms dans les documents, les clercs de Lugo et de Braga avaient perdu de vue l'identité des personnes.

La leçon de ce premier vers est donc parfaitement correcte :

FLAVIANUS BRACARAE LUCO EPISCOPUS ARCE,

c'est à diré: Flavianus, évêque de Braga, résidant dans la citadelle de Lugo. Ce titre de citadelle, *arx*, se réfère aux fameux murs romains de la ville, dont les documents concernant Lugo font si grand état, surtout lorsqu'ils opposent cette ville bien murée à Braga qui n'a plus ni murs ni peuple.

Telle est donc la situation notoire en 881: Flavien Recarède réside à Lugo, mais il est évêque de Braga.

Le catalogue des évêques décrit une situation identique pour l'évêque de Dume, en résidence à Mondonhedo :

RUDESINDUS DUMIO MINDUNIETO DEGENS.

Si l'on devait en croire certains actes royaux et privés que l'on discutera ci-dessous, c'est en 866 ou 867 que l'évêque-abbé de Dume, chassé par les persécutions des païens, aurait cherché refuge dans les vallées de la côte septentrionale et que le roi Alphonse in l'aurait autorisé à se fixer à Mondonhedo. Nous le verrons, les diplômes qui portent le nom de Savaric, celui qui aurait abandonné Dume à cette époque, sont apocryphes, tandis qu'ont été remaniés ceux qui portent le nom de Rudesindus (Resende), l'évêque mentionné par le catalogue versifié. On peut tenir pour probable que, dès le milieu du vm^e^ siècle, au même temps où le métropolite de Galice cherchait refuge à Lugo, l'évêque-abbé de Dume alla s'établir aux lieux où s'élevait au vi^e^ le monastère qui formait le centre de la chrétienté bretonne réfugiée sur le rivage septentrional de la Galice (4).

Comme son métropolitain, l'évêque de Dume résidait donc loin du siège dont il gardait le titre; cette situation était notoire en 881 et notre catalogue l'exprime avec précision.

(!) P. David, *Etudes historiques sur la Galice el le Portugal du VI^e^ au VII^e^ siècle*, p. 57-64.

Ce n'est pas avec moins de bonheur qu'il exprime la situation de l'évêque d'Iria, Sisenand :

SISNANDUS IRIAE, SANCTO JACOBO POLLENS.

Malgré les affirmations de tant de faux diplômes royaux et épiscopaux, le siège épiscopal est encore Iria Flavia; on sait que la translation à Compostelle fut accordée à l'évêque clunisien Dalmace, le 5 décembre ioq5 (4). Mais le tombeau de l'Apôtre *à* Santiago et le monastère qui le dessert font la gloire, la richesse et la puissance de l'évêque.

Nausti de Coimbre est connu par un grand nombre de documents; issu d'une famille seigneuriale de Galice, promu à ce siège vers 867, avant l'occupation de la ville par le comte Hermenegilde, il mourut en 912 et son épitaphe se voit encore à Saint-André de Trobe, à trois lieues au sud de Santiago (2). Le catalogue versifié ne le donne pas comme réfugié dans une autre résidence fixe et quasi épiscopale, comme pour les évêques de Braga et de Dume ; mais les documents dans lesquels il paraît montrent qu'il suivait fréquemment la cour.

Sébastien d'Orense, Branderic de Lamego, Alvarus de Velegia, Felemirus d'Osma figurent dans certains diplômes d'Alphonse ni, par exemple dans la confirmation à Rudesindus de ses droits au temporel de l'ancien évêché de Dume, du 10 février 877; ce document a été remanié, mais il n'y a pas lieu de douter des signatures (3).

Sous le bénéfice de ces observations, voici le texte du catalogue :

Flaianus Bracarae Luco episcopus arce,
Rudesindus Dumio Mindunieto degens,
Naustique tenens Conimbriae sedem,
Brandericus quoque locum Lamecensem;
Sebastianus quidem sedis Auriensis,
Justusque similiter in Portucalense,
Alvarus Velegiae, Felemirus Oximae,
Maurus Legione necnon Ranulfus Astoricae;

(!) *Historia (Jompostellana,* livre 1, ch. 5.

(2) Torquato de Sousa Soares, *A inscrição tumular do bispo Nausto de Coimbra (86~-gi2), Revista Portuguesa de História*, t. 1, p. 144-148.

(3) Florez. *Esp. Sagr.,* XVIII, p. 313-315.

Regiamque sedem Hermenegildus tenet.
Praefati praesules in ecclesiae plebe
Ex regis prudentia emicant clare...

II

Les métropolites de Braga résident à Lugo

Voyons maintenant si les documents authentiques dont nous disposons confirment que les évêques en résidence à Lugo se considèrent, non seulement comme héritiers des métropolites de Braga, mais encore comme les véritables titulaires de ce siège.

Avant de répondre à cette question, il faut chercher si d'autres pontifes, différents de ceux qui résident à Lugo, portent à la même époque le titre de Braga.

Dans sa lettre aux évêques d'Espagne au sujet de l'adoptianisme, le pape Hadrien ï nomme, outre Elipand de Tolède, un évêque Ascaricus comme tenant des mêmes opinions; son siège n'est pas indiqué, mais certains historiens ont voulu en faire un évêque de Braga; cette opinion ne repose sur aucun fondement; Ascaricus au surplus est un nom franc; cet évêque occupait plutôt un siège dans la marche franco-catalane, où l'adoptianisme eut un défenseur bien connu en la personne de Félix d'Urgel (4). On ne s'arrêtera pas ici à montrer que l'Argimundus et l'Argimirus des prétendus conciles d'Oviedo de 811 et 899, et du prétendu procès verbal de la consécration de l'église de Santiago, sont des personnages imaginaires créés dans l'atelier de Pélage d'Oviedo (2).

Gomadus, que certains tiennent pour un évêque de Braga siégeant vers 870, et que le *Livro Preto* présente comme évêque de Coimbre, occupa en réalité le siège de Porto entre 908 et 915 (3).

(9 Lettre du pape Hadrien dans le *Codex Carolinus*, *Pair, lat*., t. xcvm, col. 38o M. Amann, dans le t. vi, *L'époque carolingienne*, de *l'Histoire de l'Eglise* de Fliche et Martin (1937) présente encore Ascaricus comme évêque de Braga.

(2) Aguirre. *Collectio maxima conciliorum,* t. n (1694), p. 155 et 168. Risco, *Esp. Sagr*., t. xxxvn, p. 295*302. A. López Ferreiro, *História... de Santiago,* t. 11, append. xvi.

(3) J. Augusto Ferreira, *Fastos episcopaes.. de Braga*, t. 1, (1928), p. 163, donne Gomadus comme évêque de Braga. Sur les prétention de Coimbre, voir *Port. M. Hist., Dipl. et chartae*, n° xxv. Sur ce Gomadus, ibid. n° xx.

Un Fredosindus est donné comme le premier évêque de Braga après l'invasion arabe ; il figure à ce titre dans un catalogue de la fin du xvi[e] siècle et dans la liste épiscopale insérée par Jeronymo Roman dans son histoire manuscrite de la *Metropoli de Braga* (i5g2). Une pièce résumée dans ce même ouvrage et attribuée à Alphonse n rapporte qu'Alphonse i[er], voulant restaurer le siège métropolitain et la ville de Braga, en chargea Fredosindus, préalablement nommé évêque de ce diocèse ; cela se serait passé vers 7?5 (4). Nous verrons au troisième chapitre du présent mémoire qu'un évêque Fredosindus collabora avec le comte Vimara Pétri vers 870 à la restauration de la région du Douro et procéda à la reconnaissance des limites des terres dépendantes de Braga; mais rien n'autorise à en faire un évêque de cette ville.

Le Nostianus du catalogue de Jeronymo Roman n'est autre que Nausti de Coimbre (867-912); le Dulcidius du même catalogue serait un évêque de Salamanque ou d'Orense ; en tout cas il n'a jamais été titulaire de Braga.

Le premier à porter le titre de métropolite de Braga après la conquête arabe est Odoarius, personnage de la seconde moitié du vin® siècle, bien réel encore que chargé de traditions épiques.

La donnée biographique solide que nous possédons sur Odoarius est sa notice obituaire, qui lui attribue ce titre d'évêque de Braga ; Risco l'a trouvée dans un calendrier-nécrologe de San Millân: *xi kal. noyembris... Et obitus Odoarii Bracarensis episcopi, era* DCCCXXIV (22 octobre 786) (2). Pour notre thèse, cette notice est d'un intérêt capital. On a voulu expliquer ce titre d'évêque de Braga par le fait qu'Odoarius aurait été surpris par la mort au moment où, ayant repeuplé la région de Lugo, il entre-

(9 Un manuscrit de cette histoire de Jeronymo Roman est conservé à la Bibliothèque Nationale de Lisbonne; la charte (fausse) d'Alphonse 11 est reproduite, d'après le résumé de J. Roman, par Florez, *España Sagrada*, t. xv, 2[e] édition, p. 172. Les deux catalogues épiscopaux de Braga sont dans J. A. Ferreira, *Fastos*, t. 1, p. 417 et 419.

(*) Risco, *Esp. Sagr.*, XL, p. 104. Ce calendrier-obituaire était en écriture wisigothique; il n' a pas été retrouvé; mais rien n' autorise à mettre en doute le témoignage de Risco.

prenait la même oeuvre dans le territoire de Braga (4). Explication insoutenable en elle-même : si le titre canonique d'Odoarius eut été celui de Lugo, aucune source ecclésiastique ne lui en aurait donné un autre, sous prétexte qu'il se trouvait au moment de sa mort hors des limites propres de son diocèse. Du reste cette hypothèse, déjà inacceptable si le problème se posait à propos du seul Odoarius, perd toute apparence de valeur quand on constate que ses successeurs portent le même titre d'évêque de Braga, comme nous le verrons ci-dessous. Le fait demeure: les contemporains d'Odoarius le connaissaient comme métropolitain de Braga; tel est le titre officiel que lui atribue le calendrier-nécrologe de San Millân.

La tradition ecclésiastique de Lugo a fait d'Odoarius son héros fondateur. Selon cette légende il était déjà évêque en Afrique, quand les Ismaélites envahirent ce pays; chassé par l'invasion, il erra dans les déserts avec les serfs de sa *familia*, ses parents, et de nombreux compagnons nobles ou du moins libres,* il apprit un jour qu'un roi Alphonse, descendant des anciens souverains wisigoths d'Espagne et du martyr Hermenegilde, maintenait et agrandissait la chrétienté dans le pays où Pélage avait trouvé refuge. Odoarius se rendit dans ce pays avec tous ses compagnons survivants; il arriva à Lugo qu'il trouva presque intacte dans son enceinte de murs, mais déserte, inhabitée; il y éleva une église en l'honneur de Notre Dame, occupa le palais, restaura la ville et les faubourgs; puis il parcourut le territoire, peuplant bourgs et villages abandonnés, installant sur les terres ses parents, ses compagnons et surtout ses serfs. C'est ainsi que la ville de Lugo et un nombre considérable de villages et de domaines seraient devenus, par droit d'occupation et de restauration, la propriété du siège épiscopal (2).

(*) Cette explication est proposée par Alberto Sampaio, *As villas do Norte de Portugal*, dans *Ensaios históricos e económicos*, t. i, p. 150.

(2) La pièce principale de ce dossier est dans Risco, *Esp. Sagr.*, t. xi, append. XII. Une légende très analogue s'est formée dans le Sud-Est de la France, à propos d'un territoire dévasté par les Sarrasins et revendiqué plus tard par l'évêque au même titre de restauration et d'occupation: l'Église de Grenoble fait jouer à un évêque Isarn (950-990) un rôle tout pareil à celui que la tradition de Lugo attribue à Odoarius. J. Marion, *Cartulaires de l'Eglise de Grenoble, dits Cartulaires de saint Hugues*, Collection de monuments inédits sur l'histoire de France, Paris, 1869, cartulaire B, n° xvi.

On a tenté d'atténuer l'invraisemblance de cette tradition en proposant de traduire Afrique par Espagne méridionale ; cette Afrique serait simplement la partie de la Péninsule conquise par les Africains. Mais le terme usuel pour désigner l'Espagne occupée par les Arabes, c'est *Spania;* c'est celui qu'emploient par exemple, comme on le verra plus bas, les documents de Braga qui se rapportent à Odoarius et qui sont beaucoup plus sobres. *Africa* désigne parfois le sud, mais seulement quand on parle de points cardinaux et de vents.

Ces documents seront examinés plus bas; on citera seulement ici le plus explicite: *Igitur notum omnibus manet qualiter ego Odoarius episcopus fui ordinatus in territorio Africae; surrexerunt quidem gentes Hismaelitarum et tulerunt ipsam terram a Christianis... et fecerunt nos exules a patria nostra et fecimus moram per deserta loca multis temporibus*•.. (4).

Le sens de cette phrase est obvie: Odoarius était déjà évêque en Afrique quand les Sarrasins s'emparèrent de cette contrée et l'obligèrent à prendre la fuite avec une foule de compagnons, nobles, ingénus et serfs de sa *familia*. Pour qui traite ce récit comme un document d'histoire, il faut torturer le texte pour échapper à cette absurdité: un personnage qui a vécu jusqu'aux dernières années du vm^e^ siècle était déjà évêque cent ans auparavant quand les Arabes conquirent le Maghreb africain.

La légende odoarienne et les documents apocryphes qui la supposent trouvent encore des défenseurs; élagant les détails trop évidemment fabuleux, ils donnent à d'autres une interprétation bénigne et croient réserver ainsi un résidu de traits acceptables à la rigueur, afin de les présenter ensuite comme des traditions sérieuses ou même des témoignages indiscutables. C'est là une grave erreur de méthode; dans un récit légendaire, tous les détails sont également frappés de suspicion; aucun ne peut être utilisé s'il n'est attesté par une source différente et de bon aloi.

On suggère par exemple qu'Odoarius n'a peut-être pas quitté l'Afrique au moment de la première conquête arabe, mais seulement sous le calife ommeyade Omar fils d'Abd el Aziz (712-720) (*)

(*) Risco, *España Sagr*, t. XL, append. vin, p. 356.

qui aurait obligé les catholiques de son empire à embrasser l'Islam ou à s'exiler. A cette époque en effet, ou constate l'apparition de quelques chrétiens d'Afrique en Italie, en Gaule et en Germanie. Il n'est pas établi cependant qu'Omar ait pris une mesure aussi radicale pour tout son empire; en tout cas on constate la persistance d'évêchés et de chrétientés organisées en Afrique après cette époque et jusqu'aux xi^e^ et xn^e^ siècles (4).

Parmi les traits qui dénoncent l'inspiration tardive dans la légende odoarienne, on doit relever le nom du «martyr Hermenegildo) donné comme ancêtre à Alphonse i^er^. Avant l'adoption des livres liturgiques romains, la tradition hispanique n'a pas vénéré comme martyr le fils de Leovigilde; les calendriers l'ignorent; les chroniqueurs, depuis Jean de Biclar, le tiennent pour un rebelle justement châtié. Ce n'est certainement pas avant la fin du xi^e^ siècle qu'un clerc galicien a pu avoir l'idée de faire honneur de cet ancêtre au roi asturien.

La légende odoarienne a joué un rôle si important dans l'élaboration de certaines théories sur un repeuplement radical, et même sur les fondements de la toponymie galicienne, que l'on comprend la répugnance que beaucoup éprouvent à y renoncer; pourtant cette légende est aujourd'hui abandonnée par le plus grand nombre des érudits.

C'est à une légende de héros fondateur que nous avons à faire, et elle ne s'embarrasse pas plus de chronologie que les autres légendes épiques. L'évêque de Lugo exerçait au xn^e^ siècle les droits seigneuriaux sur la ville, les portes et les remparts; reconnus par le roi au moins depuis Alphonse vi, ces droits furent confirmés par les souverains successifs contre les bourgeois qui ne les respectaient guère. Les souverains y voyaient une concession royale ; c'est également par des concessions royales que les rois de Léon expliquaient les propriétés et les immunités de l'Eglise de Lugo. Mais les cercles ecclésiastiques avaient une autre théorie: l'évêque de Lugo était l'héritier légitime de ce grand Odoarius qui, ayant trouvé la ville déserte et le pays à

f^1^) D. Henri Leclercq, *L* Afrique chrétienne*, Paris, 1904, t. 11, p. 3<o et ss. — Holmes, *The extinction of the Christianity of North Africa*, Londres, 1898. — Rattinger, *Der Untergang der Kirchen Nord Afrikas in Mittelalter*, dans Zeitsch. f. kath. Théologie, 1886, n° in.

l'abandon, avait occupé et repeuplé l'une et l'autre (1). A la base de cette légende, reste un fait historique: sous Alphonse ier, Odoarius fut probablement l'unique évêque du royaume asturien; installé à l'abri des murs de Lugo, il était métropolite de Galice, c'est à dire évêque de Braga.

La tradition fait également remonter à Odoarius l'organisation de la propriété ecclésiastique dans la région de Braga. La pièce la plus ancienne en ce sens est la reconnaissance faite le 5 juin 861 par le prêtre Toresarius entre les mains de l'évêque Gladila; Toresarius avoue que ses ancêtres appartenaient à la *familia* des évêques de Braga dès le temps d'Odoarius. Cette pièce apparaissait suspecte tant qu'on ne pouvait l'utiliser que dans la copie publiée par E. de Hinojosa, car Gladila y recevait le titre d'archevêque; mais l'original conservé aux archives de la cathédrale de Lugo porte seulement *episcopus* (2).

Un document du plus haut intérêt pour l'histoire économique et sociale du pays entre Douro et Minho a été publié d'après l'original par le Prof. Torquato de Sousa Soares; c'est l'aveu fait en I02Ô par certaines familles agricoles de la région de Braga de leur dépendance à l'égard de l'évêque Pierre de Lugo. Les procureurs de l'évêque présentèrent des témoignages attestant que la propriété ecclésiastique dans cette région remontait à Odoarius, qui avait peuplé Braga aussi bien que Lugo avec des serfs de sa *familia*. La tradition exprimée dans ces documents ignore la légende africaine; celui de io2Ô se borne à dire qu'Odoarius vint *de partibus Spanie*, c'est à dire de l'Espagne occupée par les Arabes (3). (*)

(*) Pour les droits seigneuriaux exercés par l'évêque de Lugo sur la ville, voir les documemts reproduits par Risco, *Esp. Sagr.*, XLI, append. XM, XVI H, xxi, xxii, xxv, xxx, etc. Ces actes commencent avec Ferdinand u ; mais ce prince mentionne, pour les confirmer, des actes d'Alphonse vi et Alphonse vu. Une pièce non reproduite par Risco, et datée de 1184, a été publiée par Julieta Guallart et Maria del Pilar R. Laguzzi, *Algunos documentos reales leoneses*, dans Cuadernos de historia de Espana, t. i-u, Buenos Aires, 1944, p. 369-371.

(2) E. de Hinojosa, *Documentos para la historia de las instituciones de León y Castilla*, n° CXL, p. 184-185.

(3) Torquato de Sousa Soares, *Um testemunho sobre a presúria do Bispo Odoario de Lugo no território bracarense*, dans *Revista Portuguesa de*

Il est donc établi qu'Odoarius a exercé son autorité spirituelle et temporelle sur Braga aussi bien que sur Lugo et qu'il portait le titre d'évêque de Braga.

Un siècle après Odoarius, un de ses successeurs, Gladila, nous apprend lui-même que, quand il fut promu à l'épiscopat, par la volonté du roi Ramire ï (842-850), ce fut au titre du siège métropolitain de Braga. Ce renseignement est fourni par une charte de Gladila du 3o octobre 863, en faveur du monastère de San Pedro et San Paulo de Trubia, dont il avait été abbé; *net subsequente domnissimo principe (Ranimiro) me indignum ab hoc vestro loco abstractum per sanctum concilium ad pontificalem pervenire gradum degens supra Bracharensem sedemy*> (4).

Le successeur immédiat de Gladila est précisément ce Flavianus Recaredus, que le catalogue versifié de la *Chronique* d'Albelda qualifie d'évêque de Bragá résidant à Lugo et qui, en 922, prend, comme on l'a vu ci-dessus, le titre d'évêque de Braga. Nous savons que lui aussi administrait les terres de l'Eglise de Braga: en 1062, sur la plainte de son lointain successeur Vistrarius, le roi Ferdinand ordonna une enquête sur la propriété de certains villages voisins de la métropole ; les occupants reconnurent que leurs ancêtres appartenaient à la *familia* de l'Eglise de Braga et avaient été installés sur ces terres par Flavianus (*). Le nom de Flavianus, sous la forme Flagianus, figure aussi dans l'aveu de £025, parmi ceux des évêques qui, depuis Odoarius et après Gladila, administrèrent les terres ecclésiastiques de Braga (3).

Historia, 1 (*941), p. 153-15g. Original à l'Arquivo distrital de Braga, *Gaceta de Braga*, n° 67. Contador de Argote, *Memorias*, t. ni, doc. n° vu, d'après *Rerum memorabilium*, copie du *Liber Fidei* n° 22.

(J) Yepes, *Coronica*, iv, fol. 158 ; Vigil, *Asturias monumental*, p. 528-529; Risco, *Esp. Sagr.*, xxxv 11, p. 200, XL, p. 118-120. L. Barrau-Dihigo, *Recherches sur Vhistoire politique du royaume asturien*, (1921), p. 327 doute de l'authenticité du document; la seule raison qui l'incite à la prudence pourrait être la mention du siège de Braga; cette raison disparait si l'on accepte notre thèse. Dans *Hispania*, t. vin, n° xxx, p. 164, L. Vasquez de Parga fournit des raisons de jeter le doute sur cette pièce. Pour notre sujet il n' importe; le faussaire lui-même, qui ne touche en rien à l'Église de Braga, savait que le titre canonique de Gladila était celui d'évêque de Braga.

(2) *Liber Fidei*, n° 23.

(3) La liste des évêques qui figurent dans cette pièce n'est pas absolument correcte; elle a été évidemment dressée à l'aide des traditions et des

Son successeur immédiat, Hero, signe la charte de saint Resende en faveur de Celanova, le 26 septembre 941 ou 942; cette signature est ainsi conçue: *h go Herus Bracharensis episcopus*... Suivent deux mots mal déchiffrés où l'on croit reconnaître *metropolitanus* (4). Le nom d'Hero figure aussi dans le procès de i02Ô.

Hermenegilde, second successeur d'Hero, appose une signature identique à l'acte de fondation du monastère de San Salvador de Villanueva de Lorenzana (969): *Hermigildus Bracharensis episcopus* (2). Son nom est egalement dans la liste de I O 25.

Ainsi que l'on doit s'y attendre, le titre de métropolitain semble avoir fini par se séparer du nom de Braga; l'évêque Pélage (986-1002) signe parfois: *Sub Christi nomine*, *Pelagius meirupotitanus et Lucensis episcopus* (3). On a aussi une signature de Pierre (10171057) ainsi conçue: *Sub Christi auxilio Petrus nec non et in Lucensi oppido metropolitanus episcopus*, qu'il faut sans doute restituer ainsi: *Petrus metropolitanus nec non in Lucensi oppido episcopus* (4). Même dans ces deux derniers cas, on notera que le titre de métropolitain reste distinct de celui d'évêque de Lugo.

Un des fils de Ferdinand le Grand, l'infortuné roi Garcia, se proposa de restaurer le siège de Braga et d'y metire un é\êque distinct de celui de Lugo; il paraît même que Vistrarius de Lugo et Cresconius d'Iria intervinrent en faveur de cette restauration. Un évêque fut désigné par Sanche, frère et vainqueur de Garcia (1070 ou 1071). Pierre, ce nouvel évêque, se considéra si bien comme métropolitain, que, selon la discipline romaine, il sollicita le pallium et un privilège confirmatif et les obtint en 1091; malheureusement, dans des circonstances restées obscures, il s'adressa, comme on l'a vu, à l'antipape Clément ni et fut pour ce motif déposé par le primat Bernard de Tolède et le légat d'Urbain 11 (5).

pièces d'archives conservées à Lugo et à Braga, Recaredus figure comme distinct de Flagianus.

p) Yepes, *Coronica,* v. fol. 423; Florez, *Esp. Sagr.,* xv, p. 178; Risco, *ibid.,* XL, p. 124.

(2) Florez, *Esp. Sagr.,* xix, p. 332-340 ; Risco, *ibid.,* xl, p. 145.

(3) *Ibid.y* p, 151.

(4) Florez, *Esp. Sagr.,* xix, p. 157.

(5) *Vita beati Geraldi archiepiscopi Bracharensis,* § vi. Voir aussi la pièce du *Liber Fidei*, n° 20, publiée assez incorrectement dans la *Monarquia*

Après une vacance de quelques années, il fut remplacé par Géraud, ancien moine de Moissac et dignitaire de l'Eglise de Tolède; celui-ci obtint sans peine le pallium et le privilège, selon la doctrine exposée par Urbain u dans la bulle par laquelle il établissait la primatie de Tolède: le pape ordonnait de rétablir dans leur dignité ancienne toutes les métropoles de l'Eglise hispanique qui se trouveraient libérées du joug arabe. Aussi voyons-nous les évêchés que les anciennes listes attribuaient à Braga remis sous son autorité, y compris Lugo, dont l'évêque dut être normalement sacré par l'archevêque de l'antique métropole de Galice. Il est donc bien clair que Lugo n'était considérée comme une métropole ni à Rome, ni même dans le pays. Jeronymo Roman assure qu'Amor, évêque de Lugo, protesta auprès du pape Urbain u au concile de Clermont,* mais il n'y en a pas d'autre preuve que l'affirmation de cet historien aventureux.

Nous allons maintenant examiner une longue série de documents fabriqués à Lugo pour établir, non pas seulement que le métropolite de Galice avait résidé dans cette ville pendant des siècles, mais que la dignité métropolitaine avait été formellement transférée de Braga à Lugo. Il est remarquable que beaucoup de ces documents ont pour objet, non de revendiquer cette dignité métropolitaine, mais de faire restituer à Lugo des territoires contestés entre ce diocèse et celui d'Oviedo; ils supposent en effet que le roi Alphonse u aurait, en faveur du nouveau diocèse d'Oviedo, imposé à Lugo d'importantes cessions, compensées par la remise à ce dernier siège des territoires de Braga et d'Orense; l'hypothèse d'une restauration de ces deux diocèses était prévue, et elle devait entraîner la restitution à Lugo des territoires contestés ; ces pièces ont donc été fabriquées à une époque où Braga et Orense étaient déjà restaurées, où Lugo en avait pris son parti. En tout cas, aucune autorité, ni à Rome ni dans la Péninsule ne reconnut à Lugo, lors de la restauration des xi^{e} et xn^{e} siècles, le titre archiépiscopal; le droit antique n'avait jamais prescrit; lors même que le premier dignitaire religieux de Galice résidait à Lugo, il exerçait cette prérogative en qualité d'évêque de Braga.

Nous pouvons dresser le catalogue de ces métropolitains de

Lusitana, t. m, fol. io-n, et la charte de l'infante Elvire (29 juillet 1071), dans Florez, *Esp. Sagr.,* t. xxvi, p. 25o.

Galice, depuis Odoarius jusqu'à la restauration de l'Église de Braga. Un catalogue tiré des archives de Lugo et dressé sur documents authentiques, mais aussi à l'aide des diplômes fabriqués ou remaniés, a été publié par Risco. Une liste des évêques qui ont disposé des terres épiscopales de Braga est fournie par l'aveu de 1025. Celle que nous proposons diffère quelque peu de chacune de ces deux pièces (4).

Odoarius, sous le règne d'Alphonse ier, mort le 22 octobre 786;
Ataulfus, successeur peut-être immédiat d'Odoarius;
Froila ;
Gladila, promu avant 850, mort avant 867;
Flavianus Recaredus, promu vers 867, mort après 923 ;
Hero, promu après 923, mort avant 942;
Gundisalvus, promu vers 942, mort avant 951 ;
Hermenegildus, promu vers 951, mort vers 988;
Pelagius, 986-1002;
Didacus, promu vers 1003, mort avant 1017;
Petrus, 1017-1057 ;
Maurellus, avant 1060;
Yistrarius, 1060-1086.

III

Nouvel examen des documents de Braga et Lugo, Dume et Mondonhedo

La thèse que nous présentons s'appuie sur un certain nombre de documents dont l'authenticité ne peut être contestée; elle a l'avantage de donner une explication adéquate des faits constatés. Reste cependant la tâche de reprendre l'examen des documents de Braga et de Lugo sur lesquels se fonde la thèse du transfert de la métropole à Lugo et de la cession à cette Église de celles de Braga et d'Orense. (*)

(*) Liste publiée par Risco, *España Sagrada*, t. XL, p. 426 : Odoarius, Froilanus, Adaulfus, Gladianus, Flavianus, Recaredus, Ero, Gundisalvus, Ermenegildus, Pelagius, Didacus, Petrus, Maurellus, Vistrarius, Amor, Petrus.

Liste dans l'aveu de 1025 : Odoarius, Adulfus, Gladila, Flagianus, Froila, Recaredus, Ero, Gundisalvus, Ermegildus, Pelagius.

Ces documents ont été soumis à une critique rigoureuse par L. Barrau-Dihigo (4). De divers côtés on a trouvé cette critique trop sévère. 11 faut reconnaître que le savant français a parfois travaillé sur des textes transmis par des éditions insuffisantes; des érudits portugais et espagnols ont depuis lors donné, dans quelques cas, des textes plus dignes de confiance qui font disparaître certains motifs de suspicion. Dans l'ensemble cependant, nous allons voir que les arguments de Barrau-Dihigo subsistent; la thèse que nous présentons permet même de mieux voir sur quels points essentiels les documents en question se heurtent à la réalité historique, et pour quelles raisons précises ils ont été remaniés ou fabriqués de pied en cap.

Les pièces du dossier de Lugo qui s'attribuent la date la plus ancienne sont celles qui se rapportent à l'évêque Odoarius et à la colonisation qu'il aurait dirigée ; deux documents se donnent comme émanant de colons ; deux autres sont des donations d'Üdoarius au siège de Lugo; un cinquième est attribué à Alphonse ni, mais se présente comme une confirmation de ces donations.

Le ier février 745, Aloitus et sa famille donnent à Odoarius et au siège de Lugo l'église de Sainte-Colombe de Vilarmarcos; cette localité devrait son nom à Marc, neveu d'Odoarius; ce Marc aurait été le premier établi sur le domaine par son oncle. Si Ton tenait ce document pour authentique, il faudrait donc admettre que la colonisation des terres de Lugo commença plusieurs années avant 745, puisque le village en question aurait eu le temps de changer de propriétaire; ce qui est tout à fait inadmissible, car le repli des Berbères qui libéra Lugo ne commença qu'après 740. Aloitus se donne comme appartenant au groupe venu d'Afrique avec Odoarius; le document relève donc de la tradition légendaire que nous avons signalée plus haut (2).

Du 28 février 757 est datée la donation au siège de Lugo de l'église de Saint-Jacques d'Avezano; le donateur, qui est aussi le (*)

(*) L. Barrau-Dihigo, *Etude sur les actes des rois asturiens* (718-910), Revue hispanique, vol. XLVI, et tiré à part — *Recherches sur Vhistoirepolitique du royaume asturien* (718-910), Revue hispanique, vol. LII (1921) et tiré à part, New York et Paris, 1921.

(2) Risco, *España Sagrada*, t. XL., append. IX, p. 353-355.

fondateur, s'appellerait lui-même Avezano et aurait donné son nom au village (4). Il déclare qu'il est venu d'Afrique avec un grand nombre d'hommes libres; mais ce n'est pas Odoarius qui amena en Galice ces réfugiés africains et ce n'est pas lui qui présida à la colonisation du pays; c'est le roi qui installa les nouveaux colons sur les terres et les leur concéda par droit d'aprision, *ad presuram*.

Il y avait donc à Lugo deux traditions antagonistes, l'épiscopale et la royale, d'accord sur un seul point, à savoir que les premiers aprisionnaires *(presores)* venaient d'Afrique; selon Tune la colonisation avait été l'oeuvre du roi et l'évêque ne possédait dans le pays que les terres librement données par le souverain à l'Eglise; c'est le roi Alphonse i^er^ qui trouva Lugo déserte mais intacte dans ses remparts, qui la repeupla et la réorganisa; cette conception s'exprime non seulement dans la charte d'Avezano, mais dans un diplôme attribué à Alphonse 11, du 27 mars 832 (2). Pour la tradition épiscopale, Odoarius est le chef légitime du groupe africain, le seigneur de la ville et l'organisateur du territoire. Nous allons rencontrer une charte d'Odoarius dans laquelle cet évêque affirme qu'il a lui-même fondé Saint Jacques d'Avezano et l'a peuplé de ses serfs. A l'époque où ces chartes furent fabriquées, les habitants d'Avezano se disaient libres et descendants des aprisionnaires royaux; mais l'Eglise de Lugo les revendiquait comme serfs; nous aurons l'occasion de signaler des conflits de ce genre à Braga.

Les auteurs responsables des deux chartes antagonistes semblent bien avoir commis d'ailleurs la même méprise et pris le Pirée pour un homme; ils ont considéré Avezano comme un nom de personne alors que c'e^t un nom de lieu, qui remonte bien plus haut que le vm^e^ siècle. Avezano est un ancien domaine hispano-romain du nom d'*Avitianum,* toponyme formé sur le gentilice *Avitius;* c'était le domaine des Avitii. Sous l'influence des traditions concernant la colonisation du vm^e^ siècle, les auteurs des fausses chartes admettaient que les villages portaient le nom de leurs fondateurs du temps d'Odoarius (3).

(*) *Ibid.,* append. xi, p. 362-364.

(*) *Ibid,* append. xv, p. 369-373.

(3) De Vit, *Totius latinitatis onomasticon,* t. 11, p. 591. La raison pour laquelle nous croyons devoir tenir ce toponyme comme remontant à la

L'église d'Avezano aurait été fondée à la suite de signes miraculeux, d'apparitions nocturnes, de voix et de lumières désignant l'emplacement choisi par Dieu: imitation évidente de la tradition de Compostelle, qui est du ixe siècle. On verra juste sans doute en supposant que les paroissiens de Saint-Jacques d'Avezano cherchaient à faire croire que le culte de l'apôtre Jacques était plus ancien et aussi merveilleux dans ses origines qu'à Santiago même (4).

La charte d'Odoarius à laquelle nous venons de faire allusion ne présente pas de date lisible; l'évêque donne à son Eglise trois paroisses fondées par lui-même et peuplée de ses serfs: Saint-Jacques d'Avezano, Saint-Julien de Boccamalos et Sainte-Eulalie de Macedoni (2). C'est dans ce document que se trouve sous sa forme la plus développée la légende de l'origine africaine que nous avons résumée plus haut.

Le i5 mai 747, Odoarius, qui se qualifie d'archevêque, fait don à son Eglise de la ville même de Lugo et d'un nombre considérable de domaines et de villages, le tout lui appartenant par

période hispano-romaine, c'est qu'il se trouve dans tout le domaine roman où le suffixe — *anu* sert à former des noms de lieux : Avezzano en Italie, Avizan et Visan en France méridionale, etc.

Ce suffixe latin a servi à former d'une part des noms de personnes, dérivés des formes simples, comme Octavianus, Sebastianus. Ces noms se rencontrent dès la période impériale et certains sont encore en usage dans le haut moyen âge. D'autre part il a servi à créer de nombreux toponymes, parallèles à ceux qui ont été formés dans le domaine celtique à l'aide du suffixe *acu*.

En faveur de l'authenticité des documents odoariens que nous tenons pour faux, on fait valoir que ces pièces sont en concordance avec la théorie selon laquelle presque tous, sinon tous les toponymes de l'Espagne septentrionale ont été formés au temps de la reconquête, sur le génitif de noms des possesseurs de ce temps. Cette thèse suppose acquis le fait du dépeuplement radical et de la colonisation entièrement nouvelle. Mais précisément elle repose sur des documents tels que ceux qui se rapportent à la colonisation attribuée à Odoarius. Des toponymes en — *anum, -ana* ou *anís* sont attestés à la période suève. Pour établir que les toponymes de ce type datent de la reconquête, il faudrait s'appuyer sur des documents au dessus de tout soupçon. Une thèse incertaine et des documents faux ne peuvent s'épauler mutuellement.

(*) Barrau-Dihigo, *Recherches*, p. 324.

(*) Risco, *Esp. Sagr.,* t. XL, append. x, p. 364-367.

droit d'occupation et de colonisation (4). Une raison décisive prouve que cette liste de villages et d'églises ne peut avoir été rédigée au vme siècle; elle comprend en effet deux églises sous le vocable de saint Pélage: or l'unique saint de ce nom qui ait été titulaire d'églises dans la Péninsule est l'enfant livré en otage et martyrisé à Cordoue en 925 (2). Notre document ne saurait donc en aucun cas être antérieur à la seconde moitié du xe siècle; c'est d'ailleurs plutôt à la fin du xie qu'il faut l'attribuer.

Par un diplôme du 30 juin 897, Alphonse in est censé confirmer toutes les possessions de l'Eglise de Lugo, y compris la ville elle-même; la liste des domaines et des villages continue dans cette charte est à peu près identique à celle du document précédent; elle comprend aussi ces deux églises de Saint-Pélage. Le roi est censé accepter la légende africaine; *villis quas Odoarius episcopus olim veniens ab Africa...* Ce faux est manifestement l'oeuvre des clercs de Lugo et étroitement lié aux chartes odoariennes (3).

Aucune des pièces de ce groupe ne revendique pour Lugo la dignité métropolitaine — sauf par le titre d'archevêque donné dans l'une d'elles à Odoarius; aucune ne mentionne le don à Lugo des terres épiscopales de Braga. Mais nous avons vu que la tradition de Braga, dans des documents de 867, de 1026 et de 1062, fait aussi remonter à Odoarius l'origine de la propriété ecclésiastique dans ce diocèse. Ces documents ne donnent aucune prise au soupçon de fabrication ou d'interpolation tendancieuse; ils constataient simplement un état de fait et un état de tradition entièrement justifié par ce que nous savons, indépendamment de tous les faux de Lugo: l'évêque titulaire de la dignité métropolitaine,

Í1) *Ibid.,* append. vin, p. 356-361.

(2) Dans nos *Etudes historiques sur la Galice et le Portugal,* nous avons établi que seul l'enfant martyr de Cordoue fut l'objet d'un culte liturgique et devint patron d'églises dans la Péninsule (p. 220). Vers le **xvie** siècle, les moniales de Lorvão, ou en leur nom les Cisterciens, tentèrent de faire croire que Lorvão vénérait, non ce jeune martyr galicien, mais un autre Pélage martyr du 111e siècle et patron de la ville de Constance ; c'est là une pure invention destinée à faire croire que Lorvão aurait été fondé des siècles avant la conquête arabe ; jamais le nébuleux Pélage de Constance n'a été honoré en Espagne.

(3) *Ibid.,* t. XL, append. xix, p. 384-3g3.

l'évêque de Braga, réside à Lugo dont il administre en même temps l'Eglise; la propriété ecclésiastique de Braga relève de lui comme celle de Lugo.

Nous passerons maintenant à l'examen d'un groupe de documents authentiques pour le fonds, mais interpolés et antidatés pour les faire cadrer avec les thèses de Lugo. Ils sont en réalité de l'époque d'Alphonse m et se rapportent à l'occupation et à l'organisation administrative des terres d'entre Minho et Mondego, dont le premier acte fut l'installation du comte Vimara Pétri à Porto en 868 (4).

Le premier de ces documents existe sur une feuille de parchemin en lettre wisigothique conservée à l'Arquivo distrital de Braga; ce n'est cependant pas un original mais une pièce profondément remaniée comme on va le voir (2). Ce sont en réalité deux documents distincts et d'écriture différente encore que de la même main. Le premier est une notice selon laquelle le roi Alphonse, assisté des évêques, des comtes, des abbés, désigne une Comission pour relever sur le terrain les limites du district de Braga; je dis le district et non le diocèse, car ces limites définissent un territoire beaucoup plus restreint que ce dernier. Le texte a été surchargé au même point de deux interpolations qui fournissent un exemple typique de lourds remaniements subis trop souvent par de bons documents. En voici le début: *In era... adunatus fuit rex Adefonsus cum omnes suos episcopus, comites atque abbates... ut elegerent sicuti et elegerunt homines qui deambularent et previderent omnes terminos ejus antiquos.* Entre les mots *elegerunt* et *homines* un interpolateur a introduit: *de ipsam sedem provinde Gallecie qui secundum auctoritas canonica metropolitana erecta est.* C'est probablement un autre interpolateur qui ajouta: *quid de ea fuisset, quia dudum destructa fuerat ad Sar-*

(*) Voir une récente étude de Torquato de Sousa Soares, *O repovoamento do norte de Portugal no século* /X, dans Biblos, vol. XVIII, fase, i, et en tiré à part.

(*) Publié d'après ce pseudo-original par Alberto Feio, *O termo de Braga,* dans le Boletim da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga, vol. ii, n° i, p. 4-7. Texte d'après le *Liber Fidei,* n° 17, dans Argote, *Memorias,* t. ni, p. 3g5-3g8 et Risco, *Esp. Sagr.,* t. XL, append. XVII, p. 379-380.

racenorum sicuti et destruxerunt omnia monasteria atque urbes, propter hoc destruat tilos Deus.

La date inscrite en tête du document est 835 (era 873), ce qui reporte cet acte au règne d'Alphonse n; il est peu probable qu'il s'agisse d'une erreur ; un remanieur aura voulu ramener cette pièce et celle qui suit au temps de ce roi que la tradition de Lugo revendiquait comme l'auteur des principaux documents invoqués par cette Eglise à l'appui de ses prétentions.

La pièce suivante est une charte du roi Alphonse en faveur de l'évêque Flavien (Recarède); tel est du moins le nom que porte le parchemin séparé; le *Liber Fidei* le remplace par celui de Froilanus, contemporain d'Alphonse 11. Un remanieur introduit une phrase selon laquelle le même roi a déjà donné à Lugo et à ce Froilanus Braga et son territoire ; ce qui a pour résultat de faire vivre sous un même souverain et Froila, contemporain d'Alphonse 11, et Flavien contemporain d'Alphonse ni. Le texte original expose que des terres ravagées par les Sarrasins viennent d'être repeuplées ; en conséquence le roi confirme à Flavien la propriété de tous les domaines ecclésiastiques du territoire de Braga, et le droit de percevoir les redevances normales sur les églises et les monastères de cette région.

Le nom de levêque Flavien, ceux de Nausti de Coïmbre et de Froarengo de Porto, de Lucidus, fils de Vimara Petri, suffisent à établir que cet original est du temps d'Alphonse 111, comme aussi la délimitation, qui précède, du district de Braga. Une fois réorganisé le pays d'entre Minho et Douro, et selon J'esprit de l'oeuvre qu'il a entreprise, Alphonse 111 confirme les droits traditionnels au nom de l'autorité royale; il n'ignore pas qu'il existe un métropolitain de Braga, résidant à Lugo ; il lui confirme les droits sur les propriétés et les redevances ecclésiastiques du territoire diocésain nouvellement réoccupé. Nous verrons ci-dessous que Rudesindus de Mondonhedo reçut dans les mêmes circonstances confirmation de ses droits sur Dume, dont il portait aussi le titre.

Les remanieurs ont altéré ce document pour le représenter comme le renouvellement d'un don fait auparavant du territoire de Braga au siège de Lugo; ils l'ont antidaté pour le reporter au temps d'Alphonse 11.

Le *Ltber Fidei* contient, sous le n° 16, une notice sur la délimitation du district de Braga, qui n'est en somme qu'une autre

rédaction de la pièce qui forme la première partie du document double que nous venons d'analyser et de critiquer (4). Les personnages sont encore Alphonse m, ses comtes et les évêques; le prince est qualifié d'*imperator,* ce qui, avec d'autres particularités de rédaction, suggère que cette notice a pu être récrite à une époque postérieure, mais les événements rapportés doivent être tenus pour historiques (2). Il s'agit toujours de la restauration des pays situés entre Minho et Douro et en particulier de Braga, «cette ville que les anciens livres appellent métropole». La mission de délimiter le district de cette ville est confiée aux barons qui entourent le roi et qui sont originaires de Lugo et d'Iria, en particulier à Vimara Petri, à l'évêque Fredosindus et à Leoverige *Boca mala* son frère (3). Tous les personnages identifiables sont contemporains d'Alphonse ut : Vimara Pétri, et parmi les signataires, Juste évêque de Porto et Sisenand évêque d'Iria. Fredosindus et son frère Male Bouche ont tout l'air de personnages bien réels; ce prélat pourrait être le personnage qui secondait Vimara dans sa mission pour les matières ecclésiastiques. Il n'y a pas de place pour lui dans la liste épiscopale commune de Lugo-Braga; nous ignorons de quel siège il pouvait être titulaire ; les lacunes des listes épiscopales, ou plutôt leur absence avant 881, ne permettent pas de s'en étonner (4).

Toute cette notice se situe admirablement dans le cadre de la mission confiée à Vimara Petri; nous tiendrons donc le fait pour

(1) Publiée par Alberto Feio, *loc. cit.,* p. 2-3, et par Paulo Merêa, *Algumas palavras sobre Portugal no século IX,* dans la «Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa», 1930, p. 16. Lire *consilio accepto Vimarani comitis* et non in *Vimarani comitis.* Le copiste a cru que *Vimarani* est un nom de lieu, le Guimarães actuel.

(2) Parmi ces particularités, on notera la mention des *terras et provindas portugalenses,* expression qui comme on le dira plus bas est prématurée vers 870, mais normale au cours du x^e^ siècle.

(3) *Omnes plurimos qui ibi fuerunt de territorio luhense et salinense.* Le *territorium luhense* est évidemment celui de Lugo : le *salinense* est le district côtier d'Iria; ce nom figure dans le *Parochiale* du vi^e^ siècle (pseudo-concile de Lugo) comme celui d'une des paroisses de ce diocèse.

(4) A titre de conjecture, pourrait-on imaginer une erreur de copiste et suggérer que l'original pouvait porter le nom de Rudesindus, bien attesté à cette époque comme évêque de Dume-Mondonhedo et figurant dans la liste de 881 ?

véridique et le document pour substantiellement authentique. Mais il a été antidaté ; il est placé dans la quarante-septième année du règne, ce qui ne peut s'appliquer à Alphonse m (866-910), surtout pendant la période 868-873 ; la date exprimée est le 27 avril 840 (era 878) (4). La pièce a donc été attribuée au règne d'Alphonse n, mais avec une insigne maladresse, et sans que l'on en voie une bonne raison, si ce n'est l'attraction exercée par le nom de ce monarque sur la plupart des faussaires de Lugo; ils ont pu considérer cet acte comme un prélude à la fausse donation de Braga à Lugo, attribuée à Alphonse 11 sous la date du icr janvier 841 (2).

On a vu ci-dessus que le nom de Fredosindus a été repris par les faussaires dans une charte attribuée à Alphonse n, dont on ne possède que le résumé dans l'histoire manuscrite de Braga par Jeronymo Roman (3). Selon cette pièce, Alphonse 1, dans la septième année de son règne, soit vers 74$, aurait chargé Fredosindus, évêque de Braga, de repeupler les cités détruites par les Sarrasins ; cette décision aurait été prise dans une assemblée d'évêques et de barons. Il est visible que le faussaire avait sous les yeux un exemplaire de la pièce que nous venons d'analyser (4). Les guerres contre les Arabes ne permirent pas au roi de réaliser le dessein de restaurer Braga; son successeur Alphonse 11 se convainquit que l'entreprise était impossible; il se décida donc à donner Braga à l'évêque de Lugo, afin de le dédommager des cessions de territoires et de redevances qu'il lui avait imposées pour doter le siège d'Oviedo récemment fondé. Tout cela revient à dire que si les rois ont eu parfois l'intention de restaurer Braga, ils ont constaté que c'était irréalisable ; ils ont donc pris le parti de céder son territoire au siège de Lugo : c'est la théorie qui revient avec le plus d'insistance dans les faux documents qui nous restent à étudier.

P) Contador de Argote, *Memorias*, t. m, p. 385-386, donne la date de 832.

(2) Risco, *Esp. Sagr.*, t. XL, append. xvi, p. 373-378.

(3) Rodrigo da Cunha. *História ecclesiastica dos Arcebispos de Braga*, t. i, p. 429 et ss. Florez, *Esp. Sagr.*, t. xv, 2e éd., p. 172.

(*) Ce faussaire aurait pris pour point de départ la notice précédente déjà altérée, si Ton admet que le nom de l'évêque figurant à l'original était Rudesindus.

Pour interpréter ces pièces, ont doit préalablement préciser la situation créée dans le royaume asturien par la fondation d'un siège épiscopal dans la capitale, Oviedo. Jusque là, depuis le milieu du vm[e] siècle, le seul évêché dont l'existence soit certaine était celui de Lugo, où résidait le titulaire des prérogatives métropolitaines du siège de Braga; il est possible que l'évêché-monastère de Dume se soit reconstitué à la même époque à Mondonhedo et que le siège d'Iria ait eu aussi un titulaire avant la fin du vin® siècle; mais on n'en a pas la preuve. A supposer même que le nouvel évêque d'Oviedo ait été d'abord une sorte de grand chapelain royal, il fallut bientôt lui donner un territoire. Telle est la lontaine origine des contestations qui s'élevèrent entre Oviedo d'une part, Lugo et Mondonhedo de l'autre. L'évêque de la capitale asturienne revendiquait la possession d'un certain nombre de districts galiciens, que Ton trouve énumérés dans toute une série de pièces émanant des évêchés rivaux ; en faveur d'Oviedo, nous avons le pseudo-concile de 899, la charte de délimitation du diocèse, une charte du premier Ordonho (4); en faveur de Lugo, on a principalement les additions et les interpolations introduites dans le *Parochiale* suève (pseudo concile de Lugo de 569) (*). Comme on l'a déjà indiqué en passant, la thèse de Lugo voulait que la cession de ces districts à Oviedo eût été compensée par le donde Braga et d'Orense; ces deux diocèses ayant été rétablis, Lugo se jugeait en droit de réclamer la restitution des districts contestés. Telle est la théorie qui fut exprimée par une série de diplômes royaux attribués à Alphonse n, Alphonse 111 et Ordonho 11.

Elle figure dans la charte perdue résumée dans l'histoire manuscrite de Jeronymo Roman, comme on vient de le voir. Elle forme toute la substance de l'acte attribué à Alphonse 11 sous la date du 27 mars 832 (3). Après un préambule historique emprunté à la chronique d'Alphonse in, le roi expose qu'il a

(9 Florez, *Esp. Sagr.*, t. xiv, (dans le texte interpolé de Sampiro). — Risco, *ibid.,* t. xxxvii, append. x, p. 323-32Ç.

(2i P. David, *Études historiques*, p. 52-55, et les documents de 1145-1154 publiés par Risco, *Esp. Sagr.,* t. XLI, append. vi, vm, ix, p. 307, 30g, 312-315.

(3) Risco, *Esp. Sagr.,* t. XL, append. xv, p. 369-373. Barrau-Dihigo, *Etude sur les actes des rois asturiens*, p. 73-80 et 120-122.

décidé d'établir sa capitale à Oviedo et d'y construire, sur le modèle de Sainte-Marie de Lugo, une église du Saint-Sauveur. Pour doter cette église il se voit dans la nécessité de lui attribuer les redevances ecclésiastiques d'un certain nombre de districts, dont la nue propriété restera cependant à Lugo. En compensation, comme 1 ugo est la seule ville qui ait conservé son enceinte de murailles et qu'Alphonse ier la trouva intacte quand il l'occupa et la peupla, le roi lui concède la ville métropolitaine de Braga et celle d'Orense, leurs terres et les serfs qui les cultivent; ces villes, en effet, détruites par les païens, n'ont plus ni remparts ni habitants; le roi est dans l'impossibilité de les restaurer; or en vertu de sa prérogative royale et de l'obligation imposée par le Siège Apostolique, il a le devoir de transférer ailleurs les évêchés détruits. Mais si un jour Braga et Orense sont restaurées et reçoivent de nouveau un évêque, Lugo devra rentrer en possession des redevances cédées à Oviedo. La première signature qui suit celle du roi est celle d'Adulfus, évêque de Lugo.

Ce document est dirigé contre toutes les thèses avancées par Pélage d'Oviedo; celle selon laquelle la capitale asturienne est devenue la métropole ecclésiastique du royaume; celle qui donne Oviedo comme tenant la place d'un ancien évêché de Lugo des Asturies; en effet le roi affirme qu'Oviedo succède à Britonia (4). Ce n'est pas la propriété des districts galiciens contestés que Lugo aurait cédée, mais simplement leurs redevances. Quant à Braga, l'hypothèse de sa restauration est exprimée en termes tels que manifestement cette restauration a déjà eu lieu. La ville est donnée comme déserte et ruinée, en somme à peu près telle que la trouva son nouvel archevêque Géraud en iog5; mais le diocèse comprend les domaines appartenant à l'Eglise et cultivés par des familles de serfs.

Cette pièce est contemporaine de Pélage d'Oviedo (1101-1129) et de Pierre 11 de Lugo; c'est un faux des premières années du xnc siècle, qui répond aux préoccupations et exprime des situations de ce moment historique.

Les mêmes thèmes sont exploités dans une charte attribuée à Alphonse in et datée du 6 juillet 899; elle se réfère explicitement (*)

(*) Nous savons que c'est Mondonhedo qui succède à Britonia.

à celle du 27 mars 832 (1). Pendant le concile assemblé lors de la consécration de l'église de Santiago de Compostelle, l'évêque Recarède de Lugo présente au roi ses doléances au sujet des districts galiciens dont Oviedo perçoit les redevances; il lui soumet en même temps la charte de 832. Alphonse 111, la reine Chimène et leurs enfants confirment à l'Eglise de Lugo la dignité éminente dont elle est censée avoir joui avant l'invasion arabe, c'est-à-dire la dignité métropolitaine que lui attribue le pseudo-concile de 56g; pour compenser la perte des districts galiciens, Lugo reçoit les terres et les redevances ecclésiastiques de Braga et d'Orense; mais si ces deux diocèses viennent à être restaurés, les dispositions de 832 seront appliquées et les redevances galiciennes restituées à Lugo.

Les objections que l'on a faites à l'acte de 832 s'appliquent à celui de 899. En outre, comment Alphonse ni peut-il donner comme simplement éventuelle la restauration d'Orense, qui avait un évêque dès 881 ? Quant à Braga, nous savons que la réorganisation politique et administrative avait atteint cette ville et son territoire avant 873. Inutile de supposer, pour esquiver ces difficultés, que le roi reprend simplement les termes de la charte de 832; il est clair qu'ils sont attribués à lui-même, qu'il est censé les prendre à son compte. Comment aussi Alphonse m peut-il donner Alphonse 1 et Alphonse 11, non seulement comme ses prédécesseurs, mais comme ses ancêtres ? Le faussaire ignorait les généalogies royales.

La charte attribuée à Ordonho 11, datée du ier septembre 915, appartient à la même série (2). Elle affirme l'origine apostolique du siège épiscopal de Lugo, rappelle qu'Alphonse 1 l'a reconquise, qu'Alphonse 11 lui a fait don de Braga et d'Orense; contre toute réalité Orense est présentée comme encore privée d'évêque et les deux villes comme désertes. Le roi confirme les cessions anciennes, donne à Lugo de nouveaux domaines au diocèse de Braga et un monastère au diocèse de Tuy. En échange, Lugo cédera à Léon les redevances ecclésiastiques du district galicien de Navia; si Braga et Orense sont un jour restaurées, ces redevances seront (*)

(*) Argote, *Memorias,* t. ni, p. 389-392. Risco, *Esp. Sagr.,* t. XL, append. xx, p. 394-396. Barrau-Dihigo, *Etude*, p. 89-90 et 154.

(2) Risco, *Esp. Sagr.,* t. XL, append. xxi, p. 396-398.

restituées à Lugo. Cette charte contient donc quelques nouveautés; elle s'explique par les revendications de Lugo contre Léon, et non plus contre Oviedo; mais elle reste dans la même ligne et répond au mêmes situations.

Il nous reste à examiner un document qui ignore la contestation sur les districts galiciens et donne comme inconditionnelle la cession de Braga à Lugo; il est attribué à Alphonse u et daté du 1er janvier 841 (A). Le rédacteur s'est inspiré de la chronique dite d'Alphonse m pour raconter longuement la guerre contre Mahmoud de Merida; il connaît aussi le pseudo-concile de Lugo et fait remonter à Nitigise la dignité archiépiscopale *(sic)* du diocèse de Lugo. Vainqueur de Mahmoud, Alphonse u restitue à Lugo cette dignité dont ce siège jouissait sous Nitigise et Odoarius; en vertu des saints canons et de l'autorité du pape, il transfère en outre à Lugo toutes les prérogatives dont avait joui Braga, aujourd'hui dépeuplée et détruite; Lugo sera désormais la métropole religieuse de la Galice et de la province de Portugal.

Ce dernier trait suffirait à dénoncer le faussaire: *provincia Portugalensis* est un terme qui entra peu à peu en usage au cours du xe siècle, mais seulement depuis que le comte Vimara Petri, aux ordres d'Alphonse 111, eut restauré Porto pour en faire la capitale des pays réoccupés par l'autorité royale entre le Lima et le Douro (868). Sous Alphonse u, l'emploi de cette expression, tant au sens géographique qu'au sens politique, est inimaginable. Le professeur P. Merêa a fait connaître certains documents galiciens d'où il résulte que, dans le courant du xc siècle, les termes *Portugale* et *provincia portugalensis* étaient employés sur les bords du Minho pour désigner le pays situé au sud du Lima (2). (*)

(*) Risco, *Esp. Sag.*, t. XL, append. xvi, p. 373-378. Huerta, *Anales de Galicia,* t. 11, escr. xix, p. 406, donne un extrait de ce document d'après une copie du xme siècle aux archives de Lugo; la date est 831. Dans une autre copie conservée aux archives de la même cathédrale, la date serait 871; mais elle est repassée à l'encre par une main plus récente ; sur cette copie, voir Paulo Merêa, *Algumas palavras sobre Portugal no século IX,* et T. de Sousa Soares, *O repovoamento do Norte de Portugal,* p. 20-21 du tiré à part. Le rédacteur de l'acte a certainement dans l'esprit le roi Alphonse n, le vainqueur de Mahmoud, qu'il connaît par les chroniques d'Albelda et d'Alphonse ni.

(2) Paulo Merêa, *De Portucale (civitas) ao Portugal de D. Henrique,* dans Biblos, t. xix (1944), et tiré à part.

Précieux à enregistrer, le fait ne saurait surprendre, puisque Tantique *P or tue ale* était devenu, sous Vimara Petri, le chef-lieu administratif de cette région. Mais dans une charte d'Alphonse u, Tanachronisme est insoutenable.

Le comte Vimara figure parmi les signataires de cette charte; on *y* voit aussi la signature de Fortis, évêque d'Astorga, attesté entre 920 et 929; le faussaire n'en est pas à un anachronisme près et n'hésite pas à présenter ainsi comme contemporains cet évêque du x^e^ siècle et le comte mort en 873. Il serait donc vain de supposer que nous avons là un acte authentique d'Alphonse in, antidaté pour être atribué à Alphonse 11; les noms des évêques de Lugo mentionnés, Froilanus et Ataulfus, nous ramènent aussi à la première moitié du ix^e^ siècle. Du reste, c'est la personnalité d'Alphonse u et son histoire qui dominent dans l'esprit du rédacteur et expliquent tous les détails de son oeuvre. Ce faussaire a travaillé vers 1100, à une époque où les cercles religieux de Lugo n'étaient pas encore résignés à la restauration de Braga; tout indique qu'il pensait expressément au Portugal du comte Henri.

Il est donc superflu de noter l'emploi anachronique du titre d'archevêque attribué à Nitigise et Odoarius, les particularités de rédaction étrangères aux formes de la chancellerie royale d'Alphonse 11; nous avons assez d'autres arguments substantiels pour démontrer la fausseté criante de cette charte, qui devait représenter la pièce la plus décisive en faveur des prétentions de Lugo.

Les documents du siège de Mondonhedo n'intéressent pas directement le sujet traité dans le présent mémoire, mais ils touchent de près à Phistoire de Dume et ils ont été fabriqués ou interpolés pour répondre à des préoccupations analogues à celles sous Tinfluence desquelles a été constitué le dossier de Lugo.

Deux pièces sont au nom de cet évêque Savaric qui aurait été chassé de Dume par les persécutions des Arabes et se serait réfugié à Mondonhedo. Par une lettre de mai 867, Savaric demande à Flavien de Lugo la cession en précaire des églises du comté de Montenegro, entre les rivières *Eume* et *Euve,* au bord de la mer; il se déclare prêt à les restituer à la première réquisi-

tion, sans se pre'valoir de la prescription trentenaire (1). La pièce est dans l'intérêt de Lugo plutôt que de Mondonhedo ; elle se rattache aux revendications de la première de ces églises sur onze districts septentrionaux appelés comtés dans les pièces du procès et dans les additions faites au *Parochiale* suève (pseudo-concile de Lugo). Ce titre de comté ne pouvait s'appliquer au ixe siècle à ces districts ; c'ést là une terminologie admissible seulement au xne siècle.

Par une charte datée du 28 août 867, Alphonse ni, s'adressant à ce même Savaric, rappelle qu'il Ta autorisé à se fixer à Mondonhedo quand la persécution des Sarrasins l'a obligé à abandonner le siège épiscopal qu'il occupait jusque là. Il lui donne maintenant les districts de Trasancos, Besancos et Prucios, ainsi que les églises de Salagia en échange des territoires asturiens qu'il a attribués à Oviedo (2). Cet acte n'est intelligible que lorsqu'on le rapproche de faits connus par ailleurs. Si Mondonhedo a droit à une compensation pour les terres asturiennes cédées à Oviedo, c'est que ces terres lui appartenaient de quelque façon; et elles lui appartenaient parce que Mondonhedo succédait au siège de Britonia, l'ancienne Eglise des Bretons immigrés en Galice ; le *Parochiale* suève mentionnait des communautés bretonnes établies dans les Asturies avec celles qui se trouvaient à l'ouest de la rivière Eo. Le texte du *Parochiale* avait même été altéré à Oviedo afin d'effacer toute trace d'une juridiction de Britonia dans les Asturies. Or, entre 1108 et 1122, Diego Gelmirez, évêque de Compostelle, réclamait à Mondonhedo précisément les territoires qu'Alphonse in est censé, par cette charte, lui avoir donnés (3). C'est au cours de ce procès avec Compostelle que Mondonhedo eut besoin de se donner des titres écrits ; comme à Lugo, on expliqua les libéralités royales comme une compensation pour les territoires occupés par Oviedo ; on les rattacha à la légende de Savaric.

(1) Analyse dans Risco, *Esp. Sag.*. t. XL, p. 121-122. Voir J. Villaamil y Castro, *Iglesias gallegas de la edad media*, Madrid 1904, p. 27-28; cet historien tient cette pièce pour au moins fort suspecte.

(2) Florez, *Esp. Sagr.,* t. XVIII, append. iv, p. 312. D'autres copies de cette charte parlent de terres attribuées à Lugo, et non à Oviedo; c'est bien Oviedo qu'il faut lire avec Florez. Les pays mentionnés sont dans la partie septentrionale de la province de La Coruña; Salagia est aujourd'hui Seaya.

(3) *Historia Compostellana*, 1. 1, ch. 34-35 et 1.11, ch. 56.

On a vu plus haut combien cette légende est peu vraisemblable : pourquoi l'évêque de Dume aurait-il été obligé de se réfugier vers le nord précisément au temps où les incursions arabes avaient pratiquement cessé, où la monarchie asturienne allait prendre sans combat possession des rives du Douro ? Au surplus le titre d'*imperator totius Hispanie* et le surnom de *Catholicus* qu'Alphonse m est censé prendre constituent un anachronisme flagrant. L'existence de cet évêque Savaric en 867 n'étant ainsi attestée que par deux documents apocryphes, nous la tiendrons pour fort douteuse jusqu'à plus ample informé.

Pour achever de nous convaincre, une charte de Sobrado montre que le 3 mai de cette même année 867, Rudesindus était déjà évêque de Mondonhedo ; il n'y a pas d'erreur possible sur la date, *era* go5, car il est spécifié que lorsque le document fut rédigé Alphonse ni venait d'achever la première année de son règne (4). Ce Rudesindus est celui qui figure au catalogue versifié de la *Chronique d!Albelda;* il est le destinataire d'une charte d'Alphonse ni, datée du 10 février 877, par laquelle le roi lui donne ou plutôt lui confirme la propriété de Dume (2). Cet acte est analogue à celui par lequel le même roi confirme à Flavien de Lugo ses droits temporels sur le territoire de Braga; il s'explique par les mêmes circonstances. La région de Braga étant restaurée, le roi remet aux anciens titulaires les biens ecclésiastiques, qu'il exclut expressément du domaine royal. La délimitation du district de Dume incorporée à cet acte est solidaire et complémentaire de la délimitation du district de Braga qui figure dans la charte en faveur de Flavien. Cette pièce doit être tenue en substance pour authentique ; mais elle a été interpolée, car elle attribue à Alphonse le titre d'*imperator Hispaniae* et elle reproduit la légende de Savaric, liée dans l'esprit des clercs de Mondonhedo aux droits de cette Eglise sur les territoires contestés.

Le successeur immédiat de Rudesindus, Savaric, celui-ci personnage bien attesté, demande au sucesseur d'Alphonse m confirmation de la charte de 877: au cours d'une assemblée de barons et de prélats tenue à Aliobrio, bourgade importante du diocèse de 1

(1) Tumbo de Sobrado, I, n.# CXXII, fol. 47-48. A. López Ferreiro, *História.. . de Santiago de Compórtela*, II, append. vu, p. 13-17.

(2) Florez, *Eip. Sagr.*, t. xvm, append. v, p. 313-315-

Porto, Savaric présente à Ordonho H la charte de son père et demande une nouvelle reconnaissance des limites de Dume, à laquelle procèdent Nausti, évêque de Coïmbre, Froarengo, évêque de Porto et Lucidus Vimaranis, le fils de Vimara Petri. Cet acte est daté du 28 septembre 911 (4). 11 est important de noter que la légende du premier Savaric n'y a pas été introduite. Elle figure dans un autre document en faveur de Mondonhedo par lequel Alphonse 11 confirme à cette Eglise la possession de la *villa de Arenas;* Barrau-Dihigo fournit des motifs de penser que cet acte est d'Alphonse iv; en antidatant le document, le remanieur n'a pas manqué d'y introduire l'inévitable allusion à la fuite de Savaric (2).

Un document faux pour assurer les droits de Mondonhedo sur les districts côtiers du nord, un autre authentique pour le fond, mais remanié, pour affirmer ses droits sur Dume, telles sont les deux pièces principales du dossier de cette Eglise, qu'elle attribue au règne d'Alphonse ni.

C'est en no3 que Mondonhedo dut renoncer à Dume. L'archevêque Géraud réclama ce territoire, possédé alors par Gonsalve de Mondonhedo; celui-ci aurait peut-être gagné sa cause, s'il avait pu démontrer par actes que Dume était le siège primitif abandonné jadis par l'évêque pour se replier vers le nord. Mais quand ce repli se produisit, personne n'en dressa le témoignage ; c'est probablement à l'occasion de ce procès que les clercs de Mondonhedo inventèrent l'histoire de Savaric et fixèrent au règne d'Alphonse m la date de sa fuite. Gonsalve compromit sa cause par une démarche qui, sous les papes grégoriens, ne pouvait être plus compromettante: il remit Dume aux mains d'un seigneur laïque. Une bulle sévère de .Pascal 11, du 1er avril iio3, lui enjoignit de s'en dessaisir entre les mains de l'archevêque (3).

(9 *Portugaliae monumenta historica*, *Diplomata et chartae*, n° xvii, *Liber Fidei*, n° i3. Le même acte est publié par Florez, *Esp. Sagr.*. t. xvm, append. ix, p. 320-322, avec la date fausse de 921 ; celle de 911 est garantie par le nom de Nausti, mort en 912 ; en 911, Ordonho II n'était pas encore roi de Léon, mais il gouvernait la Galice.

(2) Analysé par Florez, *Esp. Sagr.*, t. xvm, p. 67. Barrau-Dihigo, *Étude*, p. 97 et 138.

(3) *Liber Fidei*, n* 3. G. Erdmann, *Papsturkunden*, n° 4, p. 157-158.

Les documents analysés jusqu'ici nous ont permis de suivre le développement de l'organisation ecclésiastique dans le royaume des Asturies pendant la première reconquête, d'Alphonse 1 à Alphonse ni. Au début, l'évêque du royaume, en résidence à Lugo, se considère comme métropolite de Braga. En 881 le principal dignitaire de l'Église de Galice réside encore à Lugo et porte le titre de Braga; on trouve près de lui l'évêque de Dume, résidant à Mondonhedo; Oviedo la capitale a un évêque depuis le début du ixe siècle; les anciens sièges d'Iria, d'Orense, d'Astorga, de Porto, de Coïmbre et de Lamego sont restaurés ; un siège épiscopal a été créé à Léon dans le dernier tiers du ixe siècle. Vers l'est le royaume a débordé les anciennes frontières de la Galice; il y a un évêque à Yelegia; celui d'Osma, qui faisait partie de la province de Tolède, semble s'être rallié à l'épiscopat du royaume d'Alphonse ni. Les anciens diocèses de Tuy et de Viseu sont restaurés vers 900 et des siègles épiscopaux sont établis à la même époque à Zamora et à Salamanque.

Le retour offensif de l'Islam avec Al Mançour, à la fin du xe siècle, désorganise les zones méridionales du royaume chrétien. Sauf pour Lugo, Oviedo, Mondonhedo et Iria, les listes épiscopales s'interrompent; les régions traversées et ravagées par Al Mançour ne sont pas occupées en permanence par les souverains de Cordoue; mais l'oeuvre de conquête et d'organisation chrétienne du ixe siècle est interrompue; les invasions normandes paralysent les efforts des faibles rois de Léon. Mais dès les premières années du xie siècle des barons chrétiens occupent et se disputent des territoires jusqu'aux bouches du Mondego; Viliulfe porte le titre d'évêque de Coïmbre en 1018, sans résider dans la ville même (4); le roi Alphonse v est tué en 1028 alors qu'il assiège Viseu.

Ferdinand le Grand va reprendre l'oeuvre de la reconquête, cette fois définitive. Une charte de sa fille Elvire nous a laissé le tableau de l'organisation ecclésiastique en Galice au lendemain de sa mort. L'Infante fait une large donation à l'Église de Lugo, le 29. juillet 1071; elle veut dédommager cette Église des pertes temporelles qu'elle a subies par la restauration de celle (*)

(*) *Port. mon. hist. Dipl. et ch.* n° DCCCXXXIII.

d'Orense (1). Jusque là Lugo administrait les diocèses de Braga et d'Orense; cette situation se vérifia, en ce qui touche Orense, au cours du xi^e^ siècle; les fausses chartes de Lugo, comme on l'a vu, l'anticipent au temps d'Alphonse 11. Dume et Mondonhedo sont toujours unis. La charte nous apprend en outre que Tuy fut administré au xi^e^ siècle par l'évêque d'Iria ; les Normands avaient saccagé la ville et emmené l'évêque prisonnier (vers **1015**) (2). Avant leur reconquête par Ferdinand, Coïmbre, Viseu et Lamego étaient à l'abandon, *in barbarico positae*, dit la charte de l'Infante, delà ne signifie pas que ces régions fussent effectivement possédées et administrées par des rois musulmans; *in barbarico* signifi ent qu'elles sont pour ainsi dire retombées à l'état sauvage; des chefs arabes tiennent les villes ; les campagnes sont encore cultivées par une population clairsemée de chrétiens et de musulmans mêlés sinon plus ou moins confondus; situation analogue à celle du *beled es siba* marocain, pays de dissidence, jusqu'à l'occupation totale du pays par les forces françaises du protectorat. L'Infante nous dit que son père est mort sans avoir réalisé son désir de restaurer les évêchés. Son frère Sanche a rétabli Braga et Lamego; c'est maintenant le tour d'Orense. La restauration de Tuy, oeuvre de sa soeur l'Infante Urraca, est du même temps (3). Coïmbre, mise avec toute la région au sud du Douro sous l'autorité de l'alvazil Sisenand, aura un évêque, Paternus, en 1080; mais le siège épiscopal de Lamego ne sera pas maintenu; on peut penser que Sisenand ne voulait qu'un seul évêque dans son comté ; Viseu et Lamego furent administrées par Coïmbre jusqu'au milieu du xn^e^ siècle. Quant au siège de Porto, il n'eut pas de titulaire entre io65 environ et **1113**.

Les archevêques Géraud et Maurice de Braga étaient donc à la tête d'une province ecclésiastique à peu près égale à celle que régissaient les métropolites de Braga à la période suève; seul le diocèse de Compostelle était exempt depuis iog5.

(!) Risco, *Esp. Sagr.y* t. XL, append. XXVII, p. 414-415.

(2) Florez, *Esp. Sagr.*, t. xix, p. 3go, et xxn, p. 245-246.

(3) La charte d'Urraca pour Tuy est datée du i3 janvier 1071; sa signature est suivie de la confirmation d'Alphonse VI, mais cette confirmation fut sans dout apposée postérieurement, car en 1071 Garcia était encore roi de Galice. Florez, *Esp. Sagr.*, t. xxn, p. 63-67 et append. 1, p. 245-250.

IV

La colonisation épiscopal et l'occupation royale

Une fois reconnus les documents que nous achevons d'examiner, il ne subsiste aucun texte qui permette d'affirmer que la ville de Braga ait e'té détruite par la violence au cours des invasions musulmanes (*). L'insistance avec laquelle les fausses chartes présentent cette ville comme *sans peuple et sans mur*, outre qu'elle est une exigence de la thèse, exprime à sa manière l'orgueil que leurs fameux remparts inspiraient aux gens de Lugo. A la fin du xie siècle cependant Braga présentait le spectacle de la ruine et de la désolation, quand Géraud de Moissac y fit son entrée (2). Mais cette ruine, même si le biographe panégyriste ne l'exagère pas, n'était pas nécessairement l'oeuvre d'envahisseurs qui l'auraient dévastée ; elle s'explique suffisament par les conditions économiques, sociales et politiques auxquelles le pays fut soumis depuis le vme siècle. L'occupation effective par les Arabes cessa vers le milieu de ce siècle; l'expansion du royaume asturien sous Alphonse ï atteignit une ligne marquée au sud par Viseu et Salamanque (3). Mais ces rois ne pouvaient songer, avec leurs ressources militaires, à laisser des garnisons dans les pays qu'ils avaient victorieusement parcourus; la chronique dite alphonsine nous apprend qu'ils mirent à mort les Arabes qui leur tombèrent sous la main et qu'ils emmenèrent les chrétiens dans le Nord. Comme Ta justement fait remarquer Alberto Sampaio, il était bien impossible que tous les chrétiens qui subsistaient de Lugo à Viseu pussent trouver place dans le royaume asturien (4).

(*) Si l'on tenait compte des notes annalistiques publiées par Bernard de Brito au t. n de la *Monarquia Lusitana*, p. 3g8, on admettrait que Lisbonne, Porto, Braga, Tuy et Lugo furent occupés pacifiquement lors de la première invasion, en 715-716, Orense seule ayant été prise d'assaut. Ce texte mérite un nouvel examen.

(2) *Vita beati Geraldi*, § iv : Cumque urbem Bracarensem ingrederetur (Geraldus), et situm loci barbarum et depopulatum ruinaeque subjacentem videret, ingenti stupore attonitus, Deo gratias egit qui ei locum in quo desudaret concesserat.

(3) Voir les diverses formes de la chronique dite d'Alphonse III, § i3.

(4) Alberto Sampaio, *As villas do Norte de Portugal*, p. 54.

Au cours du siècle qui suivit les monarques arabes firent plus d'une incursion sur le royaume chrétien, plus souvent il est vrai par l'est que par le sud; Oviedo fut encore saccagé en 794; pratiquement les campagnes des Ommeyades prirent fin seulement vers 850. Mais l'occupation effective des territoires ne fut jamais le résultat de ces incursions.

Entre les deux Etats, le chrétien et le musulman, s'étendait ainsi une vaste zone dans laquelle ne s'exerçait l'autorité d'aucun des deux. Cette absence de cadres administratif politique et militaire, et surtout l'état d'insécurité dans lequel vivait le pays, devait avoir pour résultat d'en raréfier la population rurale et de tuer de mort lente les centres urbains. Les vallées alpestres du Sud-Est de la France connurent au x^e^ siècle une situation fort analogue qui a été exactemente étudiée. Vers 890, les Sarrasins réussi-* rent à établir un poste de pirates sur le golfe de Saint-Tropez; de là leurs courses et leurs razzias s'étendirent progressivement jusqu'aux Alpes suisses, détroussant les pèlerins, coupant les routes de commerce, pillant les monastères. Evêques et abbés se réfugièrent dans les vallées du Rhône et du Pô, emportant leurs reliques et leurs livres; plus d'un fut massacré. Ces pirates des vallées furent refoulés progressivement vers le sud ; mais leur base maritime ne fut détruite qu'en 97b. Des villes épiscopales comme Embrun, Gap, Grenoble, Toulon, furent aux trois quarts dépeuplées, envahies par les bois et les cultures, sans même que, dans certaines d'entre elles au moins, les Arabes aient mis le pied. L'autorité royale et comtale disparut pour un temps] les limites des grands domaines s'effacèrent,* l'état de la propriété fut plus ou moins radicalement transformé, soit pendant ces ravages, soit surtout après, alors que, selon les termes employés par une charte de Toulon, chacun s'emparait de la terre selon son pouvoir; évêques et comtes occupaient les domaines et se les partageaient. Cent ans plus tard on constate l'existence de légendes analogues à celles de Lugo, selon lesquelles tel prélat avait complètement repeuplé le pays, en faisant appel à des colons venus de régions lointaines. Cependant la terre n'avait jamais été réduite à un désert; les paysans, pâtres et cultivateurs, s'accrochaient au pays, disparaissant un moment au passage des bandes, assistant au ravage de leurs villages et de leurs moissons, mais revenant obstinément, reprenant le travail quotidien. A la fin de la crise,

ils étaient moins nombreux; ils avaient pu changer de maîtres, mais ils n'avaient pas abandonné le sol (4).

Alberto Sampaio a brillament soutenu des conclusions toutes pareilles pour la région qui devait former le nord du Portugal ; selon lui, Herculano et ses disciples ont pris trop à la lettre les chroniques alphonsines, quand ils ont admis l'existence, entre l'Etat chrétien et l'Etat arabe, d'une vaste ceinture de déserts; il faut en lisant ces chroniques tenir compte du genre littéraire, du ton de panégyrique. Ajoutons qu'il faut savoir interpréter sobrement les formules des chartes d'aprision; *desertus et incultus locus* signifie une terre saus maître; *trahere terras ex eremo* ne veut pas dire défricher un coin du désert, mais transformer en culture ce que l'on appelle encore un herm dans la France méridionale; *vastitas eremi* ne doit pas se traduire par immensité du désert, mais par état d'abandon de cet herm; or un herm représente parfois quelques dizaines d'hectares.

«La population existait, dit A. Sampaio, mais toujours en alerte, sans point d'appui, justement craintive en raison des violences auxquelles elle était sujette dans une terre sans lois et sans autorités» (2). Elle était sans doute clairsemée, encore que certaines chartes portant énumération des serfs témoignent d'un accroissement admirable dans de telles circonstances.

Au début du livre 111 de son *História da administração pública em Portugal* (1896), H. da Gama Barros se trouve en présence de la contradiction qui oppose les formules des chroniqueurs de l'époque d'Alphonse 111 aux données que l'on peut tirer des chartes et d'une saine interprétation des événements historiques relatés par ces chroniqueurs eux-mêmes. La chronique dite d'Alphonse in et celle d'Albelda nous montrent d'immenses territoires dépeuplés par

(9 Ce parallèle mériterait de plus amples développements. J'indique ici quelques ouvrages. R finaud, *Invasions des Sarrasins en France... en Savoie, en Piémont et dans la Suisse* . Paris 1836. René Poupardin, *Le Royaume de Provence sous les Carolingiens*, Paris 1901, et *Le royaume de Bourgogne, Etude sur les origines du royaume d'Arles*, Paris 1907. Pour le Roussillon, J. A. Brutails, *Etude sur la condition des populations rurales du Roussillon au moyen âge*, Paris 1891. Imbart de la Tour, *Les colonies agricoles et l'occupation des terres désertes à Vépoque carolingienne*, dans *Questions d'histoire sociale et religieuse*, Paris 1907.

(2) ***Op.cit.y*** p. 55.

Alphonse 1 et Alphonse 11 ; Alphonse in lui-même aurait dépeuplé Coïmbre *(eremavit)* avant d'y amener une colonie de Galiciens^). D'autre part, dit le judicieux historien, «la multiplicité des actes de la vie civile qui sont venus jusqu' à notre temps, et les circonstances qui s'en dégagent, attestent l'existence, aux x^e^ et xi^e^ siècles d'une population beaucoup plus nombreuse que nous ne serions amenés à l'induire, à en juger par la situation anormale dans laquelle elle se trouvait». «Si grands qu'aient pu être les ravages, ce que l'on ne pourrait admettre, alors même que les documents n'opposeraient pas le démenti que nous allons voir, c'est que l'invasion ou la conquête d'un territoire eût pour conséquence la disparition totale de la population qui y vivait, sans excepter même celle des cantons les moins exposés, les plus éloignés des régions de majeure importance, et que tout ce qui y avait existé fût réduit à un monceau de ruines (2)». Gama Barros recueille en effet un certain nombre d'actes de donation et de ventes de biens effectués dans la région qui va du Minho jusqu'au Mondego et même un peu au sud de ce fleuve ; il en résulte que loin de se trouver entièrement dépeuplés et incultes, ces pays contiennent des villages, des hameaux, des terres en culture, vignes et vergers, ce qui suppose l'existence d'une population agricole sédentaire, et ceci'dès le ix^e^ siècle (3). L'appendice ni de ce volume est en effet une liste des documents reproduits dans les *Diplomata et chartae*, entre 85o et 1064, qui établissent l'existence de cette population agricole dans les régions considérées, soit avant Alphonse ni, soit entre l'invasion d'Al Mançour et les conquêtes de Ferdinand le Grand. Certains de ces documents ne méritent pas la confiance que Gama Barros leur accorde ; il en reste cependant assez pour justifier la position qu'il adopte (4).

On est amené à se demander si les expressions employées par les chroniqueurs du cycle d'Alphonse ni ne correspondent pas à une thèse juridique de la monarchie asturienne, destinée à justifier la main mise royale sur ces territoires et la politique des aprisions, plutôt qu'à la réalité des faits ; mais c'est là un pro-

(1) *Eremare* est un mot propre à la *Chronique cTAlbelda*.

(2) *Loe. cit„* p. 2 et 5.

(3) *Ibid.j* p. 13.

(4) *Ibid„* p. 314-321.

blême que nous ne pouvons traiter ici avec l'ampleur qu'il exigerait.

Or, cette thèse de la persistance d'une population agricole sédentaire entre Minho et Mondego, il pourrait sembler qu'elle se voie privée de certains de ses meilleurs arguments par la critique que nous avons faite, dans ce mémoire, des documents de Lugo et de Mondonhedo : on n'a plus le droit de croire que l'évêque de Dume résida aux portes de Braga jusqu'au temps d'Alphonse ni ; on n'osera plus invoquer les fameuses chartes odoariennes afin d'établir que les colons de l'évêque prirent pied dans une terre où les ressources indispensables de la production agricole subsistaient, que les pontifes mis en possession d'une terre présentée comme déserte y trouvaient cependant des sujets en état de leur payer des redevances. Sur ce point cependant, on devra retenir les chartes, altérées, mais authentiques pour le fond, par lesquelles Alphonse ni confirme à Flavien de Lugo et à Resende de Mondonhedo les terres ecclésiastiques de Braga et de Dume,- elles gardent leur valeur démonstrative dans le sens de la thèse de Sampaio et de Gama Barros (4).

Les faux diplômes donnent une raison qui n'est pas historique pour rendre compte de l'autorité temporelle et spirituelle exercée sur le pays de Braga par l'évêque qui réside à Lugo ; mais le fait lui-même est historique; cette autorité s'est exercée, les terres ont été cultivées, les redevances ont été payées, du moins en période calme, depuis le grand repli des Arabes, c'est à dire depuis Alphonse ier et Odoarius. La reconnaissance de Toresarius à l'évêque Gladila suppose que des familles de colons cultivaient les terres de l'Eglise de Braga depuis au moins la fin du vme siècle; l'aveu de 1025 est le plus beau témoignage que l'on puisse rêver sur les diverses phases de l'exploitation agricole dans cette région ; il permet de distinguer les deux périodes successives : colonisation épiscopale et occupation royale (2).

Si on prétendait traiter ici le problème du repeuplement avec

(!) Pour montrer que ces historiens sont dans le vrai, il n'est même pas nécessaire de faire appel aux considérations de sociologie et de géographie humaine, qui montrent l'impossibilité de déraciner complètemente de son sol une population paysanne, surtout si ce sol est montagneux et boisé.

(2) Ci dessus, p. 121.

tout le développement qu'il comporte, on pourrait apporter d'autres documents non suspects qui suggèrent les mêmes conclusions. En 906 les évêques Nausti de Coïmbre et Sisenand d'Iria se partagent le domaine de Silva Escura, près de Aguas Santas, jusque là indivis entre eux. Cette délimitation permet de constater que les champs, les granges, les maisons, les jardins mêmes portent des noms fixés, qui sont ceux d'anciens colons et habitants ; parmi ces noms, il y en a d'arabes ; il est question d'un moulin vieux. Toute cette toponymie locale ne s'est certainement pas formée dans les trente ans qui séparent cet acte des débuts de la colonisation d'Alphonse ni (4). Six ans plus tard, le même Nausti procède au partage, avec un propriétaire du nom de Lucidus, d'une famille de serfs ruraux de la région de Coïmbre, composée de trois branches ; cette famille était dans l'indivision entre les copropriétaires depuis quatre générations (2).

Si donc avant Alphonse m, les cadres administratifs et militaires manquent au sud du Minho, la région est habitée et cultivée ; faiblement habitée, médiocrement cultivée, avec des alternatives de tranquillité et d'épouvante, mais ni dépeuplée ni réduite à l'état de désert (3). Un cadre au moins subsiste : le cadre diocésain et paroissial. Que le cadre diocésain existe, nous en avons la preuve dans l'autorité persistante du métropolitain de Braga, alors même qu'il habite Lugo. La persistance du cadre paroissial est démontrée par l'étude des saints patrons d'églises dans la région qui nous intéresse ; aux x^e^ et xi^e^ siècles les églises anciennes ou reconstruites ont pour saints titulaires ceux là même qui étaient traditionnellement vénérés sous les rois wisigoths. Il n'y a pas eu rupture de continuité ; la tradition religieuse n'a pas été interrompue. En effet, les centres de ce peuplement diffus et instable, avant l'occupation par l'autorité royale, ce furent les églises, même en ruines, surtout peut-être les cimetières qui les entou-

(9 *Diplomata et chartae*, n° xm.

(2) *Ibid*., n° iv. Le début de l'épiscopat de Nausti aurait précédé de quelques années l'occupation de la ville par le comte Hermenegilde ; voir cependant T. de Sousa Soares, *O repovoamento*, page 18 du tiré à part.

(3) Dans le mémoire cité à la note précédente, p. 10 et note 3, T. de Sousa Soares admet la persistance de noyaux de population dans les zones dites dépeuplées.

raient. Pour des régions plus vastes le cadre diocésain reste le seul témoin, le seul vestige de Tancienne organisation territoriale.

Inoccupation royale reconstitue les cadres administratifs et militaires ; des centres de gouvernement sont créés, dont le principal sera Porto ; des points d'appui sont fortifiés ; les territoires des anciennes cités, c'est à dire pratiquement des anciens évêchés, sont délimités, ou plutôt on cherche à retrouver leurs anciennes limites, et on y arrive car il y a sur le terrain des témoins qui en gardent le souvenir (4).

Nous avons vu que le roi reconnaît et confirme, dans les régions ainsi réorganisées, la propriété ecclésiastique, *Yecclesiarium;* on a ces actes de confirmation d'Alphonse ni pour Braga et Dume. A côté du domaine de l'Eglise, les documents font connaître le domaine royal, *regalengum*, et les terres des comtes, *comitatus*, prélevées par le roi sur son domaine (2). Nous ne chercherons pas à préciser ici la situation juridique des *p esores* par rapport au domaine royal. Parmi ces *presores* qui occupent le sol au nom du roi, *cum cornu et albenda*, beaucoup sont certainement des seigneurs plutôt que de simples colons ; ils bâtissent des manoirs qui deviendront des chefs-lieux de mandements et remplaceront les anciens centres voués à l'oubli ; par autorité royale ou par le droit du plus fort, la *presûria* aboutit à la création d'un réseau de seigneuries. Naturellement les seigneurs arabes, là où il y en avait, disparaissent. La population rurale subsistante change de maîtres, ou bien trouve un maître en même temps que la terre. Il y a sans doute appel de colons étrangers venus principalement des provinces septentrionales. Mais les nouveaux sei- (*)

(*) Bien que les raisons historiques n'aient pas été absolutement les mêmes, un phénomène très analogue—la création de nouveaux cadres territoriaux— se produit en France à partir du ixe siècle. Les anciennes limites administratives deviennent ffottantes, y compris celles des comtés. La nouvelle organisation se crée de bas en haut, en partant des châteaux et de leurs ressorts (mandements) entre lesquels se répartissent les paroisses. Voir Jacques Flach, *Les origines de l'ancienne France*, t. m, 1. iv, chap. ï, § H.

(?) Ces lermes, *eglesiario, regalengo* et *comitato* sont employés dans l'aveu de i025 ; ce même document indique que la cinquième partie des terres occupées constitua le domaine royal et comtal : *et ipsas villas que preserunt ibidem quintaverunt illas et dederunt illam quintam ad ille rex et ille rex dedit ea ad ipse comite cum que venerunt ad presura. Revista Portuguesa de História*, *loe*. cif., p. 153-155.

gneurs sont trop heureux de laisser sur leurs lopins les paysans qu'ils y trouvent. Relevant du domaine comtal ou des seigneurs, les colons durent être considérés comme de condition libre ; ceux qui venaient d'ailleurs, installés dans cette condition, y élevèrent avec eux ceux qui subsistaient de l'ancienne population. Ainsi l'occupation royale dut avoir pour résultat général une multiplication des tenanciers libres; tôt ou tard les évêques et les monastères, pour garder leur paysans, durent assimiler progressivement la condition de ceux-ci à celle des tenanciers des terres royales, comtales et seigneuriales.

L'apparition des nouvelles seigneuries et des nouvelles autorités sociales ne pouvait manquer d'exercer une profonde influence sur les situations ecclésiastiques; la pièce n.° 20 du *Liber Fidei*, notice sur la restauration du siège épiscopal de Braga et sur Pierre son premier titulaire, en donne une idée. Des églises sont tombées en mains laïques; certains seigneurs, ayant établi dans leurs domaines des chapelles ou de petits monastères, leur ont attribué la propriété d'églises autrefois illustres et de monastères fameux; la ville de Braga elle-même, presque en totalité, a été donnée par un roi Ordonho à l'église de Santiago (4).

La propriété ecclésiastique fut dans son ensemble reconnue par les souverains qui ne l'englobèrent pas dans leur domaine; elle s'enrichit même par les donations royales ou privées. Elle se vit pourtant menacée par un nouveau péril; les membres de la *familia* épiscopale qui cultivaient depuis des générations les terres d'Eglise subissent fortement la tentation de passer au service des nouveaux seigneurs; ils y voient le moyen de s'élever au dessus de la condition servile; les grands propriétaires laïques, pour les attirer avec les terres qu'ils font valoir, sont disposés à les considérer comme tenanciers libres. C'est ce que suggère la fausse charte du prétendu Avezano, à Lugo; pour les régions réorganisées entre le Minho et le Douro, l'aveu de 1025, la sentence de 1062, qui intéressent les domaines de l'Eglise de Braga, jettent une vive lumière sur ce mouvement social.

Le document de 1025 commence par rappeler que l'évêque Odoarius, venu de l'Espagne soumise aux Arabes *(de partibus Spanie),* a jadis repeuplé de ses serfs les domaines de l'église de

(t) *Monarquia Lusitana,* t. ni, fol. 10-11.

Braga et que tous ses successeurs re'sidant à Lugo, jusqu'au temps de l'évêque Hermenegilde (951 -g85), en ont joui pacifiquement. Vers ce temps, les comtes qui gouvernaint le pays tendirent à se soustraire à Pautorité royale et mirent la main sur les biens d'Eglise et sur les serfs qui les cultivaient. Alphonse v fit savoir qu'il entendait remédier à ces abus; Pierre, évêque de Lugo (1016-1057), fit enquêter pour identifier les familles de tenanciers qui s'étaient soustraites au service de PÉglise et les traduire devant le tribunal du roi aux fins de les remettre dans leur condition. Les tenanciers intéressés intervinrent au procès en leur propre nom, représentés par un prêtre du nom de Bermude, membre de l'une de ces familles; le procureur de l'évêque était un certain Tardenatus. Celui-ci présenta les documents desquels il résultait que les droits de l'Eglise sur ces familles remontaient au temps d'Odoarius et que ses successeurs les avaient exercés sans interruption. Le prêtre Bermude soutenait qu'elles descendaient de colons libres venus d'Oviedo au temps du roi Alphonse et du comte Vimara Pétri et n'avaient jamais reconnu d'autre seigneur que les rois et les comtes successifs; quand le domaine royal et le domaine ecclésiastique furent divisés entre les comtes et les évêques, les ancêtres de Bermude et de ses commettants furent inscrits comme libres et ingénus dans la part royale. Le procès fut renvoyé à soixante jours pour production des témoins de chaque partie. Le serment ayant été déféré aux représentants des familles qui revendiquaient leur liberté, ceux-ci abandonnèrent leurs prétentions, s'en remirent à la miséricorde de l'évêque et reconnurent son droit.

On voit nettement les deux thèses qui s'affrontent: l'Eglise invoque la colonisation d'Odoarius; la partie contraire se réclame du repeuplement réalisé par le comte Vimara au nom du roi Alphonse ni ; selon la première thèse, les familles intéressées, d'un niveau social assez élevé, descendent pourtant des tenanciers de l'évêque et sont de condition servile; selon la seconde elles descendent des *presores* libres établis au nom du roi (4). Le résultat

0 Doit-on penser que l'autorité de l'évêque fut en l'occurence d'un poids plus lourd que les titres qu'il faisait valoir? Mais, comme on l'a vuj Bermude et ses commettants s'appuyaient sur l'autorité du roi et des comtes ; elle était sans doute de force à contrebalancer celle de l'évêque, si ce dernier n'avait pas pu présenter des titres juridiques impressionnants.

final de ces conflits dut être un allègement de la condition servile et la multiplication des tenanciers libres. Cette transformation sociale fut une des conséquences les plus intéressantes du repeuplement royal.

Ce document ne prouve pas l'authenticité des chartes odoariennes. L'évêque Pierre de Lugo interprète naturellement les faits du vme siècle comme une *presuria* d'Odoarius, dans le sens des traditions de son Eglise ; cela prouve simplement que ces traditions, non encore enrichies du thème africain, étaient déjà formées au début du xie siècle. Mais le fait sur lequel reposent les droits temporels de l'Église au territoire de Braga est indépendant de cette interprétation; ce fait, c'est l'existence sur ce territoire de terres exploitées depuis la seconde moitié du vme siècle par des tenanciers de l'évêque de Braga en résidence à Lugo.

L'Eglise de Lugo sait par traditions et par documents qu'elle a perçu pendant trois siècles les redevances ecclésiastiques de Braga et entretenu dans cette région des familles de serfs pour en cultiver les terres ; mais elle n'en discerne plus la véritable raison historique. Avec le temps, le titre métropolitain s'est attaché au nom de l'Église de Lugo ; on a oublié que l'évêque qui y réside n'est autre que l'ancien métropolite de Galice et qu'il n'a donc jamais perdu ses droits sur le diocèse de Braga. Une tradition cléricale, intéressant directement Lugo, s'était formée autour du nom d'Odoarius ; on le tenait pour le nouveau fondateur de la ville et le colonisateur du territoire, afin d'asseoir les prétentions temporelles de l'Église de Lugo; une fois formée, cette tradition a été appliquée à Braga parce que l'on avait perdu de vue les véritables titres qui fondaient les droits exercés sur la vieille métropole par l'évêque de Lugo. Pour la même raison on a fabriqué les diplômes royaux les plus explicites et on a remanié et antidaté des actes authentiques d'Alphonse m. Comme Orense? privée de pasteur à la suite des campagnes d'Al Mançour, avait été aussi mise sous l'administration de Lugo au xie siècle, les faussaires joignirent le nom de ce diocèse à celui de Braga. Une de ces donations, datée du ier janvier 841, est présentée comme absolue et n'envisage pas la restauration des deux diocèses ; les autres supposent que cette donation a été conditionnelle, en compensation des districts galiciens attribués à Oviedo et à Léon; Lugo ayant perdu cette compensation sera en droit de revendiquer

ces districts. La chronique d'Alphonse ni fournit le cadre historique des fausses donations, mais les lacunes de leurs connaissances trahissent régulièrement les faussaires.

Il ne faut donc tenir ancun compte de ces pièces si Ton veut définir le véritable caractère historique et juridique de la relation entre Braga et Lugo. On ne peut en user qu'avec la plus extrême réserve pour tracer le tableau de la situation au sud du Minho avant Alphonse m et pour dater les phénomènes économiques, juridiques et sociaux.

Le réajustement des rapports ecclésiastiques, qui s'opéra à la suite des progrès de la reconquête et de l'adoption des disciplines romaines à la fin du xi^{e} siècle, ne pouvait manquer de provoquer la réaction des intérêts et des prétentions lésés. De la proviennent tant de faux documents d'Oviedo, de Lugo, de Compostelle, particulièrement ceux que nous venons d'étudier au sujet des relations de Lugo avec Braga. Ces faux diplômes ne peuvent que brouiller par de fausses perspectives la vision des facteurs historiques réels et essentiels que cherche à dégager la critique. L'explication que nous donnons de la véritable relation juridique entre Braga et Lugo nous paraît de nature à dissiper quelques unes de ces fausses perspectives. Elle n'exige aucune modification des résultats les plus assurés obtenus par les historiens qui étudient l'évolution sociale du royaume asturien et léonais. Tout au plus impose-t-elle des conclusions nouvelles dans certains problèmes d'histoire locale.

Pierre David

Unas palabras sobre la «iglesia propia»

El trabajo de Stutz sobre la «Eigenkirche» apareció en 1895, justamente diez años después de haber publicado Gama Barros el tomo i de su obra, nada tiene por tanto de particular que la cuestión le haya pasado desapercibida, a otros ilustres historiadores les ocurrió lo mismo, entre ellos a D. Vicente de La Fuente, a pesar de que nuestro erudito investigador cultivó de un modo especial el campo de la historia eclesiástica.

No quiere esto decir que la institución fuera desconocida en la peninsula, aquí ha existido; desde el siglo xiv los juristas se ocuparon de ella, según ha probado de un modo magistral el profesor Torres López (4); y su estudio lo siguen, en los siglos xvn y xviii, Sandoval, Yepes, Briz Martinez, Berganza, Cirer, Hortalba, Cornejo y Sempere y Guarinos. Este último lo da a conocer cuando habla de los esfuerzos de los reyes para afianzar la Monarquía en los primeros tiempos de la Reconquista.

Después de Sempere y Guarinos la doctrina se pierde. Hinojosa Unicamente pone de manifiesto la influencia del Derecho germánico en el Derecho canónico de nuestra Edad Media, por la «subsistencia y número de las iglesias de propiedad privada» y desde luego admite sin discusión la opinión de Stutz al añadir que dichas iglesias eran *iglesias propias* derivadas de los templos de propiedad privada que los germanos tenían antes de su conversión.

López Ferreiro, aunque ya se extendían, cuando escribió su obra, las doctrinas extranjeras sobre tan sugestivo tema, sin duda no tuvo noticia de ellas porque para interpretar los múltiples documentos referentes a donaciones y herencias de iglesias cons-

(9 Torres López (Manuel) — *La doctrina de las «iglesias propias»,* en *Anuario de Historia del Derecho español,* t. 11 (1925), pp. 402-461.

truye una teoría que resulta vaga y un poco confusa. El eminente historiador compostelano adornado con un fino espirito crítico hace curiosas observaciones, pero no llega a ver las notas esenciales de la *iglesia propia* por lo cual es un error evidente confundir lo que él llama *iglesia offertional* con lo que nosotros llamamos *iglesia propia*.

Tenemos en cambio excelentes monografías modernas acerca de las *iglesias propias* debidas al catedrático de la Universidad de Madrid D. Manuel Torres López (4) y al profesor de la Universidad Pontificia Gregoriana R. P. Ramón Bidagor S. I. (2). En ninguna de ellas, sin embargo se utiliza una nota de las *Cantigas* del Rey Sabio que juzgamos digna de interés. Se encuentra en la cantiga ccxiv que dice así :

CCXIIII

Como Santa María fez a un caualeiro que gáásse (sic) húa ygreia que lie prometera.

Como a de máis da gente
quer gannar per falsidade,
assí quer Santa María
gannar per sa santidade.

Ca se Deus deu aas gentes
goyos pera alegria
aueren, todo o tornan
elas en tafuraría,
et d'aquesta guisa queren
gannar; mais Santa Maria
non lie praz de tal gaança,
mais da que é con uerdade.

Como a de máis da gente
quer gannar per falsidade,

( ) Ibid, y *El origen del sistema de «iglesias propias»*, Madrid, 1929. (Extr. del *Anuario de Historia del Derecho español,* t. v, págs. 83-218).

(2) *La «iglesia propia» en España* — Analecta Gregoriana, vol. iv, Roma? 1933. También se han ocupado de la cuestión Oppikofer (1927) y Meyer *{Zeitschrift der Sav. Stiftung,* Kanon, 1928), pero en mi estudio sigo principalmente los trabajos de Torres y del P. Bidagor.

E porén contar uos quero
miragre que eÿ oÿdo
d'esta razón, que a Uírgen
fez, Madre do Rey conprido
que por nos guardar d'inferno
foi na cruz mort'e ferido;
et porén, se Deus uos ualla,
amigos, ben m'ascoitade.

Como a de máis da gente
quer gannar per falsidade,

Dous omes dados iogauan
a gran perfía prouada;
et un d'eles era ric', o
outro non aula nada
senon quant'hüa eigreia
con que fazia passada,
que fora de seu linnage
et d'él ben come herdade.

Como a de mais da gente
quer gannar per falsidade,

E macar que d'outros iogos
eran eles sabedores,
enton outro non iogauan
senon aquel que mayores;
et o riqu', en logo
de meter ÿ fiadores,
meteu muitos dinneiros
por comprir sa uoontade.

Corno a de máis da gente
quer gannar per falsidade,

Mas o outro non aula
outra requeza sobeia
que a iogo metesse;

mas meteu ÿ a eigreia
de que uos iá dit'auemos,
dizendo: — Se quer que seia
Deus que o iogo gannedes,
esta ÿgreia leuade. —

Como a de máis da gente
quer gannar per falsidade,

O rico, quand'oyú esto,
uolueu na mão os dados
et lançou senas al terce,
que son de pontos contados
dez et oito, et más pontos
non poden seer achados.
O outro, quando uiú esto,
díss' : ¡ Ai, Uírgen de bondade

Como a de máis da gente
quer gannar per falsidade,

De Rocamador! Senhora
de todos bées conprida!
uossa mercée non seia
agora en mÿ falida;
mais dou-uos esta ygreia
por uossa, en que seruida
seiades. Uenced'o iogo
et a eigreia fillade. —

Como a de máis da gente
quer gannar per falsidade,

E des i, pois diss'aquesto,
logo os dados fillou-os
na mão, et mui coitado
en o tauleiro lançou-os;
mas a Uírgen, que de Reis
uen de todolos auóos,
fez que uun d'aqueles dados
se fendeu per meÿadade

Como a de máis da gente
quer gannar per falsidade,

E como do ás a face
deuia iazer de iuso,
fez per ssi dad'a sa parte
et tornou-ss' o ás dessuso,
et de seis o outro meo
pareceu non a escuso
et os outros dous de senas :
pois dez et nou'y contade.

Como a de máis da gente
quer gannar per falsidade,

Assi gannou a eigreia
Santa María por sua,
que o uiron enton todos
quantos estauan na rua.
Et o que uenceu o iogo
disse: — Sennor, seia tua;
ca per ti a ei cobrada
et por ta gran piedade

Como a de máis da gente
quer gannar per falsidade,
assí quer Santa Maria
gannar per sa santidade.

Es indiscutible que la cantiga se refiere a la *iglesia propia*, la institución aparece perfectamente definida en los siguientes versos :

«senon quant' hua eigreia
con que fazia passada,
que fora de seu linnage
et d'él ben come herdade»

No falta ninguno de los atributos de la *iglesia propia*. El abolengo se dibuja de un modo claro y preciso. El *ius soli* era el fundamento de los abusos que representaba la *Eigenkirche* y el título preliminar que convertía las iglesias, aún las parroquiales,

en dependencias de la *villa* del *senior*. Por el *ius soli* el propietario llegó a considerar la iglesia que se levantaba en territorio suyo como una porción de su dominio.

Iglesia y castillo apenas se distinguen. En muchas partes el señor empieza por rodear la iglesia de empalizadas, mas tarde la cubre con almenas y bajo el pretexto de protección la casa de Dios, establecida para todos, queda dentro de un recinto fortificado, en poder absoluto del *dominus*, en forma tal que los concilios, fieles mantenedores de una tradición sagrada, protestarán de su conducta.

Con la herencia del castillo se heredaba la iglesia, de aquí la acotación de la cantiga al indicar que la iglesia *fora de seu linnage*.

No menos exacto es el expresar que la iglesia era *dCél ben come herdade*. Corresponde en un todo a la frase usada en la época. El Fuero de Cintra de 1154 ordena que el párroco sea portugués y conserve su iglesia en propiedad (*pro hereditate)* si no cometía delito que le hiciera perder el sacerdocio. En Arega, señorío particular, los clérigos en 1201, tenían las iglesias *in hereditario* (4), esto es en propiedad. Concretamente, en el documento de Sahagún, del año 1071, citado por el P. Bidagor, se dice que los vecinos de Pennamia querían tener como *hereditate*, la iglesia de San Román que habían edificado.

Merece empero fijarse que el juglar se cree en el caso de explicarnos la causa y forma de disponer de la iglesia el truhán y el hecho revela que en el tiempo en que se escribe la cantiga la costumbre iba decayendo, iba olvidándose, si no ¿ a que relatarla minuciosamente ?

No es menos curioso observar que el Rey-poeta no la condena, no la juzga prohibida, ni pecaminosa, mientras que el Rey--legislador había aceptado en la ley i5 título xvi de la Partida 1ª la doctrina de Godofredo de Trani, que era la de los Papas, y que se oponía terminantemente a ella, como puede leerse: «Porque razón touo por bien santa Eglesia, que los legos ouiessen derecho de Patronadgo. Sufre Santa P^glesia, e consiente, que

(1) Gama Barros (H.) *Historia da Administração Pública em Portugal.* — 2/ edic. t. ii. Lisboa, 1945, pág. 79.

los legos ayan algún poder en las cosas espirituales, assi como en poder presentar clérigos para las Eglesias, que es cosa espiritual, o allegada con espiritual esto fizo por fazerles gracia e merced. E maguer que las Eglesias con sus dotes e con todas las otras cosas que han, sean en poder de los obispos, e ellos las deuen ordenar, e poner clérigos en ellas : touo por bien santa Eglesia, que este poder ouiessen los legos, que pueden presentar clérigos, para las eglesias, onde son patrones. E esta gracia, que les fizo tanto tiempo la vsaron, que es tornada en derecho comunal: e por este poder, que han y los legos, llaman el derecho de patronadgo como spiritual, e ayuntado a spiritual. Ca si puramente lo fuesse, non le podrían los legos auer: porque segund la fuerza del derecho los legos no han poder por sí, de entremeterse en las cosas que pertenescen a la Eglesia, e mayormente en las que son espirituales. Ca también en la vieja ley tenían tal manera, que apartados fueron, los que han de veer, e de ordenar las cosas espirituales de las temporales.»

El Código alfonsino es anterior a la compilación de las Cantigas aunque no podamos asegurar terminantemente que sea anterior a la cantiga ccxiv porque no todas son contemporáneas. De todas suertes no importa, el hecho de incluirla en la compilación la confirma y la compilación no se hace hasta los últimos años del Rey Sabio.

A nuestro humilde entender las fechas dadas, de esta obra, no son aceptables.

El P. Burriel solo se fija que en alguna de las cantigas Alfonso x se llama Emperador, dice que el Rey comenzó las cantigas en su mocedad, pero no las reunió hasta pasado el año 1257 pues se llama Emperador y como dejó de llamarse en 1275 entre estos años se compilaron.

El Marqués de Valmar, en la edición crítica publicada por la Academia, admite sin reservas la opinión de Burriel, y en ello no reparan las principales figuras que en el mundo literario se ocuparon del tema: Menéndez Pelayo, Mendes-Leal, Teófilo Braga, Fitzmaurice-Kelly, Adolfo Mussafia, Ernesto Mónaci, Pablo Meyer, Alejandro D'Ancona, César de Lóllis, Emilio Teza, Antonio G. Solalinde, Rodrigues Lapa, Rübecamp y Filgueira.

D. Ramón Menéndez Pidal sostiene que las «402 composiciones que forman las *Cantigas de Santa María*, en sus dos ediciones, fueron publicadas por el Rey hacia 1265 y 1280 (4).

Con todo el respeto y veneración que tenemos al ilustre maestro, debemos sin embargo declarar que estas fechas no las juzgamos exactas. Nos permitimos aducir los datos que proporciona la cantiga CCCLXXXVI que retrasan las fechas topes a Junio de 1281 que concluyen las Cortes de Sevilla y el 4 de Abril de 1284 que muere el Rey. Conviene recordar las estrofes siguientes :

GGGLXXXVI

Como Santa María avondou de pescado al Rey Don Alfonso con mui gran gente que convidara en Sevilla.

A que avondou do vino
a a dona de Bretanna
ar avondou de pescado
un Rey con mui gran companna.

D'esto direi un miragre
que aueo en Sevilla,
en a çibdade mui nobre
que fez Deus por maravilla ;
ca non a outra çibdade
que non semellase filia
d'aquelas que son mais grandes
no sennorio d'Espanna.

a que avondou do vino
a a dona de Bretanna

Ali el rey don Alfonso,
filio del rey don Fernando,
fez aiuntar mui gran corte;
esto foi no tempo cuando
tornou da oste da Veiga
de Granada, et tallando
a andou en redor toda,
o chão et a montanna

(i) *Poesía árabe y poesía europea*. —Austral., 1941, pág. 74.

A que avondou do vino
a a dona de Bretanna

E pois que se partid ende,
vêo a Sevilla çedo,
en que facía sas cortes
aiuntar, que des Toledo
ben ata en Santiago
et depois d'alen d'Arnedo,
non ouv' y quen véese
por non caer en sa sanna.

A que avondou do vino
a a dona de Bretanna

Desque todos y chegaron
et el rey lies ouve dito
por qué os vijr fezera
por paravr'e por escrito,
todos mui ben ll'o couberon
dizendo : — Sela maldito
o que pasar contra esto
que mandades ; ca tamanna

A que avondou do vino
a a dona de Bretanna

prol sua nunca fezeron
ornes como nos faremos
en fazer voso mandado,
en demais que seeremos
vos qu'en asesegamento,
por que pois non temeremos
enquisas de mascarade
que contra todos reganna. —

A que avondou do vino
a a dona de Bretanna

E pois aquest'outorgaron
foi d'eles el rey pagado
et ar outorgou-lles logo
quant'ouveron demandado
en todas sas petições,
nas que pedían guisado;
ca quen a sennor demanda
sen guisa, é cousa estrayna.

A que avondou do vino
a a dona de Bretanna

En quant'as cartas faziam
d'esto, foron convidados
todos del rey que comesen
con él, e que avundados
serían de quant'ouvesen
mester; et d'est'acordados
foron quantos que y eran
des Tüi ata Ocanna.

A que avondou do vino
a a dona de Bretanna

Es indudable que las Cortes de Sevilla a que hace mención la cantiga son las Cortes de Sevilla de 1281. En la primavera de ese ano Don Alfonso, émulo de la gloria militar adquirida por su hijo Don Sancho, en su campaña contra los Moros, también entró por la vega de Granada y taló toda la tierra (4). Hecho esto se fué a Córdoba y de allí a Sevilla, en donde celebró Cortes. Coincide la historia con los versos de la cantiga:

esto foi no tempo cuando
tornou da oste da Veiga
de Granada, et tallando
a andou en redor toda,
o chao et a montanna.

(M *Crónica*, cap. I.XXII y Golmeiro (Manuel) — *Reyes Cristianos*. — *Historia General de España*, escrita por individuos de número de la Real Academia de la Historia; Madrid, 1894, pág. 128.

E pois que se partiú ende,
veo a Sevilla çedo,
en que facía sas cortes
aiuntar.....

Por si fuera poco, la historia nos cuenta que el Rey propuso a las Cortes labrar dos especies de moneda, una de plata y otra de cobre y las Cortes le respondieron que hiciese su voluntad. Esta concordia entre la Corona y los procuradores la recoge prolijamente la cantiga y el banquete con que el Rey los obsequia manifiesta su gratitud.

Desque todos y chegaron
et el rey lies ouve dito
por qué os vijr fezera
por paravr' e por escrito,
todos mui ben ll'o couberon
dizendo : — Seía maldito
o que pasar contra esto
que mandades; ca tamanna

prol sua nunca fezeron
ornes como nos faremos
en fazer voso mandado,
en demais que seeremos
vos qu'en asesegamento,
porque pois non temeremos
enquisas de mascarade
que contra todos reganna

E pois aquest'outorgaron
foi d'eles el rey pagado

La costumbre de la *iglesia propia* podía prevalecer despues de publicadas las *Partidas* porque estas no tienen definitivamente valor legal hasta la sanción de Alfonso xi, pero aún posteriormente al *Ordenamiento de Alcalá*, la costumbre continúa, según demuestra el canciller López de Ayala. En la « *Crónica de Juan h* se refleja que a fines del siglo xiv estaba candente la apropiación de las iglesias por particulares y por los reyes y se discutían con aspereza dos de sus mas interesantes secuelas: la percepción de los derechos parroquiales, especialmente de los diezmos, y el nombramiento del clérigo encargado del servicio de la iglesia. No menos viva estaba la costumbre de disponer de las iglesias

y hasta de dividirlas, naturalmente de un modo ideal, entre los herederos.

En la cuestión intervienen las Cortes de Guadalajara de i3go y en el informe de los Doctores sobre la petición de los Prelados del Reino, se encierra la primera de las doctrinas españolas, cronologicamente hablando, respecto a las *iglesias propias*.

La posición de los Prelados españoles en las Cortes de Guadalajara no era una novedad, constantemente la jerarquía eclesiástica en España defendió sus derechos como ha comprobado admirablemente el P. Bidagor en su preciosa memoria, y es de suponer que contasen en la Corte del Rey Sabio con el apoyo de los canonistas según se advierte en la citada ley de *Partidas* y en la misma cantiga que comentamos porque en el fundo de ella se trata de transformar una costumbre nefasta para la Iglesia.

Las *Cantigas de Santa María* no pueden considerarse solo como las consideraba Teófilo Braga como «urna das fontes mais intensas e primitivas da poesia lyrica e das tradições peninsulares, e a verdadeira luz para a comprehensao dos primordios da historia litteraria de Portugal» (4) es necesario ver en ellas también una fuente riquísima de historia de las instituciones sociales y políticas y una regla de educación moral. Despues de los monjes son los trovadores los que mas contribuyen a cambiar la sociedad de la Edad Media y el Rey Sabio, al par que con las leyes, procuraba con el ejemplo curar la llaga de la intromisión laica en la Iglesia, llaga que por desgracia habría de continuar abierta con el patronato.

El jugador al ofrecer la iglesia a la Virgen no le ofrece una simple advocación. La advocación no tiene nada que ver con el aspecto patrimonial, a lo mas cumple el oficio de dar personalidad a la iglesia, aún en sentido jurídico, y crear en el Santo, bajo cuyo patronato se ha constituido, una especie de razón social (2). El jugador pobre lo que le ofrece a la Virgen es por

(') *Juicio crítico* (1890). — Publicado por el Marqués de Valmar en su *Estudio histórico, crítico y filológico sobre las Cantigas del Rey Don Alfonso el Sabio*. — 2.ª edic. ; Madrid, 1897, pág. xv.

(*) «Según la concepción germánica medieval, la consagración de la iglesia y del altar, ceremonia inseparable y completamente necesaria de su erección y constitución, la colocación de las reliquias *y* la advocación del Santo, elementos imprescindibles en la institución de ese establecimiento-

el contrario algo que él considera dentro de su patrimonio, él mismo nos lo dice al exclamar:

«..... Sennor, seia tua;
ca per ti *a ei cobrada*
et por ta gran piedade.»

Frente a esta parte patrimonial hay otra parte patrimonial que es la puesta del rico. El precio es una compensación económica que el favorecido por la Virgen cobra, pero el Sabio Rey no puede contentarse con él, con su ejemplo es lógico que aspire a otra cosa y es el despertar el sentimiento religioso hacia la Virgen y obtener su amparo.

Al buscar el sentimiento religioso en la oferta no hace mas que colocar la institución de la *iglesia propia* en el cauce en el que se ha desarrollado. El sentimiento religioso es el que inspira la fundación de la iglesia, por sentimiento religioso la *iglesia propia*, vecina al castillo, es panteón familiar y vinculada al dominio, casi podemos decir que constituye un centro de culto familiar gentilicio.

Jamás la iglesia se convertirá en un salón de banquetes o de fiestas profanas, la propiedad tiene un fin del que nunca se la separa y por sentimiento religioso son numerosos los poseedores, que en un supremo anhelo de salvar su alma se desprenden de la propiedad de sus iglesias y las entregan con todos sus bienes a renombrados monasterios.

El Rey Sabio no impone la transmisión forzosa de las iglesias como la ley canónica moderna, no arranca de cuajo el patronato (4), pero el Rey trovador, que loa a la Virgen, recuerda con

iglesia, nada tenían que ver con el aspecto patrimonial de la misma. No tenían otro oficio que dar personalidad a la iglesia, aún en sentido jurídico, y crear en el Santo, bajo cuyo patronato se había constituido, una especie de razón social. El dueño y los generosos fieles aportaban la dotación conveniente : pero constituida jurídicamente la iglesia, el señor y propietario de la misma, bajo aquella razón social, cultivaba, aumentaba y hacía fructífera su propiedad eclesiástica, la que el llamaba su *ecclesiastica res*, *ecclesiastica pecunia* o *possessio* en contraposición a su *popularis* o *secularis possessio*». Bidagor, *ob. cit.*, pág. 26.

(!) Hoy, respetados los antiguos derechos de patronato y presentación, se ha suprimido para el porvenir toda constitución de patronato que lleve

el ejemplo a los buenos cristianos que tienen obligación de no ser obstáculo a la jerarquía, con pretendidos derechos tradicionales que no son mas que privilegios concedidos graciosamente por la Iglesia en momentos difíciles de su vida y así como hoy la Iglesia estimula la renuncia de estos privilegios así Alfonso x podía señalar el beneficio de la renuncia para lograr una perfección de la disciplina eclesiástica.

El jugador pobre de las *Cantigas* hace la oferta a la Virgen porque ha ganado la apuesta y por su *gran piedade*. El buen cristiano no ha de aguardar su ruina para lanzar al juego los bienes eclesiásticos que usufructúa, el Rey Sabio le indica indirectamente un camino para ganar siempre en el peligroso juego de la vida, ofrecérselos a la Madre de Dios, de Aquel a quien se lo debemos todo y del que lo esperamos todo.

R. Prieto Bances

anejo derecho alguno bajo ningún título. (Canon ¡450 C. I. C. — Cit. por Bidagor, *ob. cit.*, pág. 172.)

Deux aspects de l'expansion commerciale du Portugal au moyen âge

(HARFLEUR AU XIVe SIÈCLE. MIDDELBOURG AU XIVe ET AU XVe)

L'histoire économique du Portugal est, pour la période médiévale, en somme encore peu connue. Certes, au Portugal même, ont paru, depuis quelques années, des travaux généraux du plus grand mérite et qui se complètent par la diversité de leur conception (1). Mais il reste, évidemment, encore bien des questions à aborder, situation qui se présente d'ailleurs pour de nombreux pays et qui s'explique d'autant mieux que l'histoire économique est, somme toute, l'une des plus récentes parmi les disciplines historiques. D'autre part, il est regrettable que l'histoire économique médiévale des pays ibériques — car l'Espagne n'est pas logée à meilleure enseigne! — n'occupe pas encore dans l'ensemble des connaissances relatives au passé de l'Europe, la place qui lui revient. Il suffit d'ouvrir les grandes histoires économiques générales dont on dispose actuellement, pour se convaincre que le moyen âge portugais et espagnol y est absolument laissé de côté, ou que l'on se contente à ce sujet de quelques développements rapides et généralement superficiels.

Un des aspects jusqu'ici les plus négligés de l'histoire économique des Pays Ibériques au moyen âge, est incontestablement le développement de leur expansion commerciale. Telle qu'elle est présentée aujourd'hui dans l'enseignement universitaire de la plupart des pays et dans la littérature scientifique internationale, (*)

(*) F. A. Correa: *Historia económica de Portugal* (Lisbonne, 1929-1931, 2 vol.) et surtout J. Lucio de Azevedo : *Epocas de Portugal económico* (2.e éd. Lisbonne, 1947).

l'histoire de ces régions donne encore trop souvent l'impression qu'au début de l'époque moderne la colonisation et le commerce maritime y ont surgi, en quelque sorte, par miracle, presque sans préparation et pour ainsi dire par voie de génération spontanée. Il semble que l'on passe sans transition d'un moyen âge agricole et guerrier à un monde moderne plein du bruit d'exploits merveilleux accomplis au loin, et regorgeant des trésors accumulés par le commerce avec les colonies. Pourtant, il est hors de doute que le prodigieux développement colonial et commercial des pays ibériques à l'aurore des Temps Modernes, a été rendu possible en grande partie par un acroissement graduel de leur commerce extérieur au cours des derniers siècles du moyen âge. Certes, il serait paradoxal de prétendre que l'on ne s'en est jamais aperçu (4), mais il est rigoureusement exact de dire qu'on n'a jamais essayé jusqu'à présent d'étudier méthodiquement et dans son ensemble l'expansion commerciale de l'Espagne et du Portugal au moyen âge.

J'ai essayé ailleurs d'esquisser les grandes lignes de l'évolution du commerce extérieur de l'Espagne médiévale et d'attirer l'attention sur les nombreux problèmes de méthode et de documentation que pose cette étude où tant de questions se réduisent encore à l'énoncé (2). Je voudrais, au début du présent exposé, formuler un certain nombre d'observations analogues, sinon toujours parallèles, pour le Portugal.

Un premier fait dont il importe de tenir compte réside dans l'extrême dispersion que présente la documentation à réunir pour l'étude du problème de l'expansion commerciale d'un pays. Ainsi, il est certain que le nombre des documents relatifs au commerce du Portugal an moyen âge, existant dans l'ensemble des régions avec lesquelles ce pays entretenait des relations d'affaires, est de beaucoup supérieur à la quantité de textes que l'on peut trouver dans les archives portugaises elles-mêmes. Phénomène d'ailleurs général dans cet ordre d'études. Parmi les documents dispersés àtravers de nombreux pays, certains ont été publiés. D'autres, (*)

(*) Voir, récemment, au Portugal, les premiers chapitres de *Y História da expansão portuguesa no mundo* de l'Editorial Ática.

(2) Cf. ma communication au Congrès International des Sciences historiques à Zurich (1938) dans *Communications présentées,* t. 1, pp. 123-125 et mon article: *The rise of Spanish trade in the middle ages (The Economie History Review,* t. x, Londres, 1940, pp. 44-59).

beaucoup plus nombreux, sont demeurés inédits. Les documents actuellement publiés, émanent en général du pouvoir central. Ce sont des traités de commerce, des privilèges accordés à des marchands ou à des groupes de marchands, des tarifs de péage, etc. D'ailleurs, même dans ce domaine, les recherches sont fort loin d'être épuisées. Mais une autre catégorie de documents, par bien des côtés plus importante que la première, n'a pas été assez interrogée jusqu'ici. Il s'agit des documents de la pratique commerciale, tels que les actes notariés, les livres de commerce, etc., ou encore des documents de la pratique administrative journalière, tels que les relevés des sommes acquittées aux postes de péage, si importants en Angleterre, par exemple. Continuellement, les données que fournit l'étude des documents de ce second groupe viennent modifier les déductions que l'on avait tirées antérieurement des textes d'origine officielle. On s'en rend fort bien compte lorsqu'on étudie les courants commerciaux. Les traités et les tarifs ne signalent généralement ceux-ci qu'une fois qu'ils sont dûment établis; ils ne nous permettent jamais d'assister à leur naissance. Par contre, les actes notariés — dont des séries admirables et fort anciennes sont conservées notamment en Italie, dans le Midi de la France et dans l'Espagne méditerranéenne (*)—, de

(!) En Italie, les Archives de Venise possèdent des actes notariés intéressant l'activité commerciale déjà pour le xe siècle. Mais il s'agit là d'actes originaux (grosses). Les séries de minutes les plus anciennes sont celles de Gênes qui remontent à 1154, de Ravenne (1175), Padoue (1 i78),Tortone (1182), Trente (1193), Parme (1196), Ivrée (1204). Une seule donnée fera comprendre l'importance numérique de ces fonds : à Gênes, où les séries de minutes forment une suite qui descend jusqu'au début du xixe siècle, cette section des archives comprend 17500 volumes. L'étude diplomatique la plus récente sur les actes notariés italiens est celle qui figure dans R. DOEHAERD : *Les relations commerciales entre Gênes, la Belgique et V Outremont d'après les archives notariales génoises aux Xlîl* et XIV* siècles.* T. 1 (Bruxelles, 1941) pp. 1-60. Cf. mon compte rendu dans *Revue belge de Phil. et d'Hist.,* t. xxn, 1943, pp. 365-379. Voir aussi sur les problèmes posés par la reconstitution des cartulaires des notàires les plus anciens : M. MORESCO et G. P. BOGNETTI : *Per l'edipone dei notai liguri del secolo Xll* (Turin, 1938). Cf. mon compte rendu dans *Rev. belge de Phil. et d'Hist*t. xx, 1941, pp. 681 sqq.

En France méditerranéenne, Perpignan possède de belles séries notariales utilisées notamment par A. BRUTAH.S : *Étude sur l'esclavage en Roussillon du XIII• au XVII* siècle* (*Nouv. Rev. hist. de dr. franç. et étr.,* 1886, pp. 388-427). Pour Montpellier, voir l'inventaire de G. COSTE : *Minutes des notaires de*

même que les documents de la pratique administrative tels que licences, comptes de péages et autres, nous mettent à même de saisir la vie économique dans .toute sa diversité et jusque dans ses manifestations individuelles. Combien de fois leur étude ne change-t-elle pas complètement la chronologie des courants commerciaux, telle que l'on avait cru pouvoir l'établir en se basant sur les documents officiels émanant des grandes autorités publiques de l'Etat! Presque toujours on constate que les relations commerciales entre deux pays apparaissent plus tôt dans les actes de la pratique que dans les autres séries documentaires. De même, la nature des marchandises transportées, leur provenance exacte, leur valeur y sont généralement beaucoup mieux décrites. En outre, l'inspection de longues séries, à laquelle l'étude de ces documents contraint le chercheur, offre l'avantage de lui donner une idée de l'importance relative du courant commercial qu'il essaye d'isoler parmi tous ceux dont l'existence lui est révélée à la même occasion.

/'arrondissement de Montpellier (Montpellier, 1906). J'ai utilisé des actes montpelliérains dans ma *Note sur Vesclavage à Montpellier au bas moyen âge (Xlll* _ xv* siècle) {Études d'histoire dédiées à la mémoire de Henri Pirenne,* Bruxelles, 1937, pp. 451-469); en appendice : publication intégrale de deux actes de 1418 qui donnent une bonne idée de la diplomatique de ces documents. Pour Marseille, cf. L. BLANCARD : *Documents inédits sur le commerce de Marseille au moyen âge* (Marseille, i885, 2 vol.). Pour Nice indications dans A. SAYOUS : *Le commerce de Nice avec l'intérieur {An. d'Hist. sociale,* t. ï, 1939, pp. 47-51).

En Espagne, les archives notariales de Barcelone, abritées dans un dépôt spécial, sont particulièrement riches. Un savant américain M. ABBOT PAYSON USHER les a utilisées pour son article : *Deposit-banking in Barcelona, i300--i/OO {Journ. of Econ. and Business History,* 1931). Cf. maintenant du même: *History of deposit-banking in mediterranean Europe* (Harvard University Press, 1943). Voir aussi les études d'A. E. SAYOUS: *Les méthodes commerciales de Barcelone au XIII* siècle d'après des documents inédits des archives de sa cathédrale {Estudis umversitaris catalans,* t. xvi); *Les méthodes commerciales de Barcelone au XIV* siècle {ibid.,* t. XVIII); *Un contrat de société de i336 à Barcelone {Ann. d'Hist. écon. et soc.,* 1934); *Note sur l'origine de la lettre de change et les débuts de son emploi à Barcelone {Rev. hist. de dr.fr. et étr.,* 1934); *Les méthodes commerciales de Barcelone au XV* siècle {ibid.,* 1936). Cf. sur les archives notariales de certaines villes catalanes secondaires *Anuari del Institut d'Estudis catalans,* t. vm, 1936, pp. 401-407. Valence et Palma de Majorque possèdent également des archives notariales de toute première importance et encore très insuffisamment utilisées.

Les documents de la pratique, comme d'ailleurs ceux émanant du pouvoir central, doivent évidemment être recherchés aussi bien dans le pays de départ, en Tespèce au Portugal même, que dans íes pays d'arrivée des marchandises. Il serait donc d'un grand intérêt que des séries documentaires de cette espèce fussent publiées ou étudiées en plus grand nombre que cela n'a été le cas jusqu'ici. Certains pays ont édité déjà assez bien de comptes, de relevés de péages, de livres de commerce et de documents analogues (4), et parmi les Etats méditerranéens, l'Italie multipliait avant la guerre les éditions d'actes notariés (2). Il faut bien constater qu'il en a encore été assez peu ainsi, jusqu'à présent, pour les deux pays ibériques. Sauf pour le littoral méditerranéen de l'Espagne (3), les érudits qui se sentiraient attirés par l'évolution du commerce médiéval ne savent même pas actuellement quelle est exactement la nature de la documentation d'histoire économique qui leur est offerte par les dépôts d'archi-

(*) Ces éditions ont été nombreuses surtout en Allemagne, mais d'autres pays ont publié également des séries documentaires d'importance variable dont il serait trop long de fournir ici une bibliographie même réduite **à** l'essentiel. Citons seulement **à** titre d'exemple les *Handelsrechnungen des Deutschen Ordens* (éd. *Sattler*, Leipzig, 1887), les publications de H. **Nirrnheim:** *Das Handlungsbuch Vickos von Geldersen* (Hambourg, 1895) et *Das hamburgische Pfund^ollbuch von i36g* (Hambourg, 1910), E. **Forestié** : *Les livres des comptes des frères Bonis, marchands montalbanais du XIV* siècle (Archives historiques de la Gascogne*, t. vm, x et xi, 1890, 1893 et 1894), A. **Sapori** : *Ilibri di commercio dei Peruri* (Milan, 1934). Sur les livres de commerce on trouvera toutes les indications voulues dans **r.** De **Roover:** *Aux origines d'une technique intellectuelle, la formation et l'expansion de la comptabilité à partie double (Ann. d'Hist. écon. et* soc., t. ix, 1937, pp. 171-193 et 270-298).

(2) La principale collection est celle des *Documenti e studi per la storia dei commercio e del diritto commerciale italiano* publiée sous la direction de F. **Patetta** et M. **Chiaudano.** Signalons dans cette collection: M. **Chiaudano** et M. **Moresco:** *Il cartolare di Giovanni Scriba* **(2** vol. **L-432** et 5oo pp.) ; D. **Bizarri:** *Imbreviature notarili: /. Liber imbreviaturarum Appulliesis notarii communis Senarum MCCXXl-MCCXXlil* **(Lxxxi-244** pp.) et *Imbreviature notarili*: *IL Liber imbreviaturarum Ildibrandini notarii* (cxi-240pp.); **R. Zeno**: *Documenti per la storia del diritto marittimo nei secoli XIII e XIV* **(cxn-286** pp.); M.W. **Hall? H. C. Krueger, R.** L. **Reynolds:** *Guglielmo Cassinese* **(2** vol. **xx-436** et 393 pp.). Plus récemment plus de **1800** actes notariés génois ont été publiés dans les volumes **11** et m de l'ouvrage de M.me **R. Doehaerd** signalé **à** la note de la p. **171.**

(3) Pour les archives notariales espagnoles, cf. les indications fournies à la p. 172, note.

ves (4). De quel intérêt ne serait-il pas pour l'histoire économique en général, et pour celle du commerce médiéval en particulier, de disposer d'indications sur ceux des dépôts portugais où se trouveraient éventuellement des registres notariaux médiévaux ou des documents similaires et sur la période chronologique à laquelle ceux-ci appartiendraient. Ce n'est là d'ailleurs qu'un exemple d'une des tâches les plus urgentes, car il faudrait aussi publier des séries de ces sortes de documents soit en entier, soit sous forme d'analyses. Il faudrait y joindre des documents administratifs relevant les droits acquittés par les étrangers et les nationaux qui s'adonnaient au trafic maritime, des livres de commerce, etc.

Mille tâches attendent donc encore les érudits dans le seul domaine de la documentation. Il en est de même dans celui de l'interprétation.

Il me semble qu'ici le premier problème à résoudre peut se formuler en ces termes: A quel moment commence l'expansion commerciale du Portugal ? Quelles en furent les causes tant internes qu'externes ? Ou — en d'autres termes — quelle était la situation économique du Portugal au moment où cette expansion va commencer; quels agents étrangers ont éventuellement favorisé le développement de l'activité commerciale? A plusieurs de ces questions on peut, dès à présent, fournir une réponse au moins partielle et ce n'est pas l'objet de cet article d'en établir la synthèse (2).

Une fois l'enquête assurée de cette première base, il importe de voir en tenant compte soigneusement de l'évolution dans le temps, quelles sont les différentes directions suivies par les courants commerciaux, d'en marquer la nature, l'intensité, les modifications, etc. En ce qui concerne le Portugal, une partie de cette tâche a été réalisée pour la Flandre et pour l'Angleterre (3), bien que, même pour ces (*)

(*) On ne trouve généralement pas d'indications suffisantes à ce sujet dans les répertoires et inventaires généraux dont on dispose pour la plupart des pays. C'est une lacune à combler.

(2) Je compte traiter prochainement cette question dans son ensemble en examinant le problème dans le cadre ibérique.

(3) Pour la Flandre: F. DE REIFFENBERG: *Coup d'oeil sur les relations qui ont existé jadis entre la Belgique et le Portugal (Nouveaux Mémoires de l'Académie de Bruxelles*, t. 14, 1841, 76 pp.); E. VAN DEN BUSSCHE: *Flandre et Portugal* (Bruges, 1874). Pour l'Angleterre: V. SHILLINGTON et A. CHAPMAN : *Commercial relations of Engl and and Portugal* (Londres, 1907).

pays, il reste énormément à faire. Par contre, on n'a pas poussé fort loin les investigations dans d'autres directions. Pour aborder cet ordre de recherches, les premiers cadres sont à chercher dans l'étude des documents officiels, généralement plus facilement accessibles. Puis les documents de la pratique viendront étoffer et corriger ce premier canevas.

Le présent article ne se propose rien d'autre que de fournir une esquisse, basée surtout sur des documents officiels, des relations commerciales portugaises avec un port normand au xiv^e^ siècle et avec un port _£.élandais aux xiv^e^ et xv^e^ siècles. Au lecteur peu averti de l'ordre de recherches que nous abordons ici, — et que nous espérons bien mener à son terme naturel, c'est-à-dire la description d'ensemble de l'expansion commerciale portugaise au moyen âge — le choix que nous avons fait de Harfleur et de Middelbourg peut paraître arbitraire. Il n'en est rien toutefois. Ces deux ports se trouvent sur la route suivie par les vaisseaux portugais—comme d'ailleurs italiens, espagnols, provençaux, gascons, etc. — qui se rendaient en Angleterre ou dans certaines régions des Pays-Bas. Pour qui connaît la fixité relative des routes commerciales médiévales, nos recherches apparaîtront donc comme une contribution à l'étude de la grande voie maritime qui unissait les économies du Sud européen à celles du Nord--Ouest.

I

Les Portugais à Harfleur au XIV^e^ siècle

Dans son *Mémoire sur le commerce maritime de Rouen*, E. DE FRÉVILLE (4) fait remonter les premiers rapports des habitants de la Normandie avec la Péninsule ibérique aux expéditions entreprises par eux, conjointement avec des contingents venant d'autres régions du Nord-Ouest de l'Europe, contre les Musulmans d'au delà des Pyrénées. Qu'il en est bien ainsi, c'est ce que plusieurs travaux importants sont venu confirmer depuis (2).

(!) T. ï, Paris, 1857, p. 113.

(2) Cf. F. KURTH : *Der Anteil niederdeutscher Kreutfahrer an den Kcimpfen der Portugiesen gegen die Mauren (Mit. des Inst. f. oester. Geschi-*

Parmi ces expéditions la plus importante fut celle qui amena, en 1147, la prise de Lisbonne (4). Mais il faut réserver aussi une mention spéciale à celle de 1189 dans laquelle les mobiles commerciaux semblent avoir joué un certain rôle puisque nous y voyons, entre autres, des marchands de Flandre, d'Angleterre et de Bretagne se réunir à des négociants normands pour exercer des représailles contre des villes maritimes de PAlgarve (2).

Il n'entre pas dans mes intentions de poursuivre chronologiquement l'examen des rapports entre la Normandie et le Portugal. C'est au xive siècle surtout que ceux-ci acquièrent une réelle importance. Ce qui prouve immédiatement le développement remarquable du trafic entre le Portugal et le Nord de la France à cette époque, c'est qu'il s'étend aussi à une région économiquement moins importante comme le Ponthieu. Nous apprenons, en effet, qu'en 1302, les statuts de la draperie d'Abbeville, ville située dans ce comté, furent remis conjointement aux marchands espagnols et portugais. Il s'agissait de permettre à ces négociants de se rendre compte de ce que tout dol avait été évité dans la fabrication des tissus (3). On peut déduire de ce fait que les relations entre le Portugal et Abbeville revêtaient à cette époque un caractère de régularité.

chtsf. Ergatifungsb., **t. vin. 1911* pp. 131-251).** L. **Saavedra Machado:** *Os Ingleses em Portugal (Biblos,* **t.** XII, **xm, xiv, an. 1936-38).**

(*) V. **Cosack** : *Die Belagerung von Lissabon im Jahre 114-* (Halle, 1876). Le document le plus important **à** ce propos est le «*De expugnatione Lyxbonensi*» d'Osbern édité en dernier lieu par C. W. **David** (New York, 1936). On trouvera quelques indications sur l'expédition dans un texte de caractère d'ailleurs général mais non utilisé jusqu'ici, les *Annales Elmarenses* a° 1147. Cf. P. **Grierson** : *Les Annales de Saint-Pierre de Gand et de Saint-Amand* (Bruxelles, 1937, *Com. R. d'Hist. Rec. de textes pour servir à Vét. de Vhist. de Belg.,* p. no). Voir aussi G.VERLINDEN: *Contribution à Vétude de l'expansion commerciale de la draperie flamande dans la Péninsule ibérique au xill* siècle (Revue du Nord,* t. **xxn,** 1936, p. 5, n. 5**).**

(2) Gomme source voir surtout la *Narratio de itinere navali peregrinorum Hierosolymam tendentium et Silviam capientium A. D. 118g,* publiée par G.W. David dans les *Proceedings ofthe American Philosophical Society,* t. 81, 1939, pp. 591-678.

(3) «Que le drap fait pour les Espagnols soit bon et loyal et qu'il ne soit mie de trop grosse laine de cuisse, car s'il estoit ainsi fait... la lisière lui seroit ostée d'un bout **à** l'autre»- Cité par **De Fréville** d'après **F.** G. **Louandre:** *Hist. d'Abbeville et du Ponthieu,* t. 11, p. 356. —Ce qui vaut pour les Espagnols vaut évidemment pour les Portugais.

Dans son « *Mémoire»* de Fréville a relevé quels étaient, à sa connaissance, les produits sur lesquels portaient aux xiv^e^ et xv^e^ siècles les rapports commerciaux entre le Portugal et les ports de la région normande, c'est-à-dire Rouen, Harfleur, Leure et Dieppe. C'est ainsi que le *Registre des Délibérations du conseil de Rouen* pour 1491-92 mentionne l'importation d'oranges du Portugal (A). Une ordonnance de Louis x du 8 juillet 1315 signale des cuirs du Port (Porto) (2). A l'exportation Rouen envoyait des bjés au Portugal (3). Il semble bien que c'est surtout avec Porto que les relations furent fréquentes (4). Voilà à peu près tout ce que le travail de l'érudit français du siècle passé nous apprend sur les relations commerciales luso-normandes avant i5oo. On avouera que c'est peu.

Cependant les *Pièces justificatives* qui forment le t. 11 du *Mémoire* de de Fréville contiennent un important document du milieu du xiv^e^ siècle dont l'auteur, tout en le reproduisant, n'a, pour ainsi dire, pas fait usage. Il s'agit d'une ordonnance de Philippe vi, de mai 1341, vidimée et accrue par celui-ci en septembre 1341 (5). Il existe cependant une ordonnance plus ancienne de 1310 et promulguée par Philippe le Bel, dont de Fréville n'a pas tiré parti. Elle a été publiée par Eusèbe de Laurière au t. 11 des *Ordonnances des Roys de France* (6) selon le texte qu'en donne un *vidimus* de Philippe vi de mai 1341. Ce *vidimus* est suivi d'une amplification de privilèges due à Philippe vi. Afin de rendre plus aisées les vérifications et afin de mettre à la disposition des érudits portugais les documents eux-mêmes nous reproduisons ci-des- (*)

(*) **Dr Fréville,** *op. cit.,* **t. 1, p. 295.**

(2) L'ordonnance se trouve dans A. **Chéruel** : *Histoire de Rouen pendant Vépoque communale,* 1.1, Rouen, 1843, p. 317 sqq.

(3) *Registre des délibérations du conseil de Rouen,* 1494-95 ; cf. De Fréville, *op. cit.,* t. ï, p. 302.

(4) **De Fréville,** *op. cit.,* **p. 306.**

(5) *Op. cit.,* t. H, pp. io3 sqq.. En note De **Fréville** dit que cette ordonnance se compose d'une ordonnance de Philippe le Bel de **1310** (janv.) et de celle de Philippe vi, de mai 1341, fondues ensemble. Cette opinion est manifestement erronée comme le prouve la lecture du préambule et de la formule qui introduit l'amplification ajoutée en septembre (cf. ci-dessous, pp. 186 et 187, doc. ***3*** *b).* Voir aussi l'étude des divers documents (ci-dessous, pp. 188 sqq.) qui montre leurs différences.

(6) Paris, 1729, p. 159 sqq.

sous ces différents textes qui sont tous relatifs aux droits des Portugais à Harfleur, petit port normand situé sur la rive nord de l'estuaire de la Seine et l'un des précurseurs du Havre.

ï. Privilège de Philippe le Bel (janv. 1310)

Philippus, Dei gratia Francorum Rex. Notum facimus universis tam presentibus quam futuris quod Nos dilectis nostris mercatoribus Portus Portugallie et Lixibone ac locorum circumvicinorum, volentes gratiam facere specialem, eisdem tenore presentium concedimus, ut ipsi et eorum quilibet, una cum franchisiis quibus uti solebant, dum in villa nostra de Hareffleu in Caleti baillivia morabantur, utantur et gaudeant quandiu ipsos cum suis mercaturis in dicta nostra villa de Hareffleu morari, marchandisias exercere contigerit, franchisiis infrascriptis.

i.° Primo. Erunt liberi, atque quitti de omnibus coustumis et emendis pertinentibus ad prepositum dicte ville, eo modo quo alias extiterunt. Et si accideret, quod aliqua contentio inter eos, vel illos dicte ville, aut aliunde, et eos moveretur, dum tamen non esset periculum mortis, aut mutilationis membri, aut mulier rapta, aut latrocinium, vel trauge fracte, vel alius casus, de quo deberet corporalem homo, seu mulier, poenam pati, erunt recrediti per plegios unus pro alio, dando eis diem coram baillivo, qui pro tempore baillivus fuerit dicti loci.

2.° Item. In casibus in quibus erit sanguis et plaga, et in illis in quibus non erit sanguis, aut plaga, de quibus cognitio spectat ad prepositum dicte ville, tales discordie et debata concordabuntur per duos de burgensibus dicte ville, et per duos de ipsis mercatoribus ad consilium et auxilium dicti prepositi, modo quo alias factum extitit.

3.° Item. Baillivus dicti loci eisdem mercatoribus domos pro se et suis mercaturis, in dicta villa, pro competenti pretio et per pretium bonarum gentium, si necesse fuerit, faciet liberari.

4.° Item. Nullus ipsorum mercatorum in facto sue mercature, vel in alio casu ad nos spectante, prêter coram preposito dicte ville, vicecomite Monasteriivillarum, aut baillivo tenebitur respondere.

5. ° Item. Illud quod alicui ipsorum mercatorum debebitur pro facto sue mercature, si sit cognitum vel probatum, baillivus loci, qui pro tempore erit, faciet ei sine dilatione persolvi, tamquam debita, citius quam fieri poterit bono modo.

6. ° Item. Dicti mercatores poterunt ponere et amovere corretarios in facto suarum mercaturarum quotiens erit expediens, et eos presentare preposito dicte ville, hoc salvo quod nullus ipsorum corretariorum erit tabernarius, hostelarius, seu mercator, propter multas fraudes que subsequi possent, et eo modo quo alias factum fuit.

7.° Item. Dicti mercatores poterunt uti pondere dicte ville, et illud dare et committere decenti persone, presentando eandem preposito dicte ville, et eo modo quo fuerunt pretérito tempore usitati.

8.° Item. Si aliquis dictorum mercatorum tradat aliquibus vectuariis baillivie Caleti suas denariatas deferendas sicut de Flandria, aut aliunde, et hoc faciendo dicti vectuarii aliquod faciant ei dampnum, erunt correcti et compulsi ad reddendum dampnum prout pertinebit per baillivum Caleti, seu per baillivos qui pro tempore erunt baillivi baillivie supradicte.

9.° Item. Si aliquis dictorum mercatorum haberet contentionem aut litem erga aliquem militem, armigerum, seu erga homines ipsorum, non corrigetur, nec preterquam coram gentibus nostfis tenebitur respondere.

10. ° Item. Essarum nostrum dicte ville parabitur et ponetur in tali statu quod dicti mercatores absque solutione caagii poterunt suas deneriatas et mercaturas bono modo onerare et exonerare de die et de nocte.

11. ° Item. Mercaturas quas dicti mercatores tradent et liberabunt per compotum batellariis alleiaendo naves, pro veniendo de Lota (*) apud Hareffleu, dicti batellarii ita restituent per compotum. Et faciet prepositus dicte ville, quicumque fuerit pro tempore, eas venire de Lota apud Hareffleu et hospitari, suis sumptibus et expensis eo modo quo alias factum fuit.

12.° Item. Si aliquis valetorum suorum in dicta villa vel alibi matrimonialiter copularetur et aliquas de denariatis aut mercaturis ipsorum mercatorum recelaret, aut alias alienaret, justitia loci in quo mercature predicte reperirentur, adjuncto secum uno de mercatoribus patrie eorumdem, pro predictis mercaturis secure custodiendis, quousque mercator, cujus essent, seu procurator suus pro eo sufficienter fundatus, veniat pro ipsis mercaturis reclamandis et suis faciendis. Et si ipse mercator pro suis eas possit facere, restituentur eidem, et ille qui hoc fecerit secundum sua demerita punietur.

i3.° Item. Si aliquis mercator ipsorum, solus de nocte exeat domum suam, vel in alterius societate, et faciat maleficium aliquod, nullus alius preterquam ipse propter hoc punietur, nec denariate, seu mercature capte vel arréstate, preterquam denariate seu mercature illius qui maleficium fecerit, nec denariate similiter suorum magistrorum, sed ille qui maleficium fecerit per corpus et bona sua, prout pertinebit, secundum maleficium punietur.

14.° Item. Nullus miles, armiger, vel alter poterit capere dictas mercaturas dictorum mercatorum, nisi prius foro facto, et pro eis pecuniam persolvendo.

i5.° Item. Dicti mercatores et sui valeti per nos et gentes nostras a vi et violentia indebitis contra omnes et erga omnes custodientur et débit defendentur. Predictos autem mercatores et eorum quemlibet predictis franchisiis, et aliis quibus dum in dicta villa morabantur gaudebant, uti et gaudere volumus, quamdiu in prefata villa mercaturas exercebunt, et in ea, ut premittitur, permanebunt. Salvo in aliis jure nostro, et in omnibus quolibet alieno. Quod ut firmum et stabile permaneat in futurum, presentibus literis nostrum fecimus apponi sigillum. Actum Parisius anno Domini millesimo trecentesimo nono, mense Januarii.

(!) Sic, pour Lora = Leure.

2. Privilège de Philippe VI (mai 1341)

Après les formules de confirmation du privilège précédent viennent les articles suivants:

1.° Et pour ce que Nous sommes désirans, si comme il appartient, de garder en bonne paix et tranquillité les marcheans fréquentans nostre royaume, Nous, pour la bonne amour et affection que Nous tenons que lesdits Marcheans de Portigal et de Lixebonne ont toujours eu à Nous et ont à nostredit royaume, et espérons que il aient ou temps à venir à la supplication et requeste d'iceuls, leur avons donné et ottroié, de nostredite meisme graçe, et en ampliant icelle donnons et ottroions que de toutes leurs denrées et marcheandises, queles que elles soient, que eulz ou aucun de eulz feront venir, ou que il auront en nostredit Royaume, ou qu'il en voudront traire hors, soient quittes de toutes impositions establies et à establir, soit de quatre deniers pour livre que l'en paie pour les denrées et marcheandises que l'en trait ou maine hors de nostredit royaume, ou d'autre imposition ou subvention quele que elle soit.

2.° Item. Nous voulons que se par aventure il avenoit que guerre, que ja naviegne, ou dissention, fust en mer ou en terre entre Nous, et le roi desdits pays de Portigal et de Lixebonne, ou entre les subgés de nostredit royaulme et ceux desdits pays, dont aucune malefaçon s'en sievit, aucun d'iceuls Maistres ou Mariniers, ou autres personnes, ne leurs biens, nefs, denrées et marchandises ne soient empêeschiées fors seulement ceux qui fait auront ladite malefaçon.

3.° Item. Se nous faissions prendre cire, vitaille, ou autre avoir quel que il fust, appartenant ausdits marcheans, nous voulons et mandons que par nos gens qui ce prendront, soit fait pris et marchié, et ausdits marcheans, avant que les denrées partent de leur hostieux, soit fait dudit pris satisfaction.

4.° Item. Nous leur avons ottroié que se nous faissions faire aucune armée par mer ou par terre, ou taille pour le Hable de Leure, ou de Harrefleu, pourquoy nous feissions lever aucune imposition, euls, leur avoir, leurs marcheandises et leurs nefs en soient quittes.

5. ° Item. Nous avons voulu et voulons que en tous les cas que lesdits marcheans auront descort ou tençon par entre euls, soit de paroles, de fait ou d'autres choses, mais que il n'y ait mort ne mehaing, que deux des marcheans de leurs dits pais soient esleus pour les oir et mettre à accort, et l'accort fait par le consentement des parties, que le prevost de Harrefleu le face tenir et garder: Et au cas que accort n'y seroit, voisent lesdites parties devant ledit Prevost, et leur face raison selon le fait.

6. ° Item. Nous voulons que nostre Hable de Hareffleu, toutesfois que mestiers en sera, soit fait et amendé, en tele manière que les nefs et marcheandises desdits marcheans y puissent aller et venir sans péril, sans ce que lesdits marcheans y contribuent en aucune chose.

7.° Item. Nous avons ordené et ordenons que lesdiz marcheans puissent achater et vendre en nostredite ville de Hareffleu et porter leurs marcheandises hors de ladite ville, et rapporter toutesfois et quantes qu'il leur

plaira, sans en paier coustume, ne autre redevance, pourveu toutefois que il ne les portent en terre de nos anemis.

8.° Item. Se il avenoit que lesdiz marcheans trouvassent en leurs maisons ou en celiers aucuns larrons pour érobler leurs marcheandises, il Nous plaist que euls les puissent prendre et baillier à justice, sans ce que euls ne leurs biens en soient pris.

9.° Item. Nous avons fait grâce et faisons ausdits marcheans que se en aucun temps passé, euls ou aucun d'eulz ont fait chose de quoy il Nous appartiegne ou doie appartenir aucune amende, eulz jusques aujourd'hui en soient quittes

io.° Enseur que tout il Nous plaist et volons que lesdiz marcheans soient et demeurent en ladite ville de Harefileu tant que il leur plaira, et d'icelle se puissent partir et aller ailleurs, leurs corps et leurs biens frans et quittes, sans paier coustume ne amende pour ce, se n'estoit pour forfait ou malefaçon aucun, dont uns et chascun respondroit pour le sien tant seulement. Et en outre il Nous plaist ausi et volons que de et sur toutes leurs denrées et marcheandises que euls feront venir en ladite ville et port de Harreffleu, il puissent faire ordenance et admoderer le pris d'icelles toutesfois que il leur plaira, en la maniere que il le faisoient, où temps que il avoient leur demeure en ladite ville.

Lesqueles libertez et franchises dessus especefiées et chascune d'icelles Nous voulons fermement estre tenues et gardées, sans enfraindre, et lesdits marcheans maintenus en icelles, tant comme il auront et feront leur demeure en ladite ville de Hareffleu. Et donnons en mandement au baillif de Gaux, ou Viscomte de Moustierviller, au prevost de Harreffleu et à tous les justiciers de nostredit Royaume, ou à leurs lieuxtenans, que contre nostredite presente grâce et le vrai entendement d'icelle ne empeschent ou molestent, ne ne sueffrent empeschier ou molester lesdiz marcheans en aucune maniere, mais tous empeschemens ou molestes qui mis y seroient ostent et facent oster sans delay. Et pour que ce soit chose permanable à touzjours, Nous avons fait mettre en ces presentes nostre scel, sauf en autres choses nostre droit et l'autruy en toutes. Ce fut fait l'an de grâce mil trois cens quarante et un, ou mois de May.

3. Privilège de Philippe VI de mai 1341 (seconde version) et amplification de septembre de la même année

Philippe, par la grâce de Dieu roys de France, savoir faisons à tous presens et à venir, nous avoir veu nos lettres scellées en laz de soie et en cire vert, non coruptes, non cancellées, saines et entières si comme il apparoit de prime face, contenans la forme qui s'en suit :

a) *Privilège de mai 1341 (2eme version)*

i.° Philippe, par la grâce de Dieu roys de France, savoir faisons à tous presens et à venir que pour ce que nous sommes desirans, comme raison est, de tenir et garder en bonne pais et tranquilité les marcheans frequentans nos-

tre royaume, et pour la bonne amour et affection aussi que nous tenons les marcheans et gens de la cité du Port de Portigal avoir eu à nous et à nostre dit royaume, ont tous jours et espérons que il aient ou temps à venir, Nous, á la requeste des dis marcheans et gens de la dite cité, des habitans de la dicte ville de Harefleu et du païs d'environ, pour le bien et l'accroissement d'icelle ville et dudit païs, et pour la multiplication des biens, denrées, et marchandises que nous espérons, en ceste partie, venir en plusieurs lieux de nostre royaume, avons ausdis marcheans et gens de ladite cité et à tous autres du royaume de Portigal et de Algarve, de quelque estât ou condición que eulz soient, donné et octroié, donnons et octroions par la teneur de ces presentes lettres que eulz et chascun d'eulz, leurs successeurs et leurs marchandises et biens soient frans et quittes de toutes coustumes, amendes et deffances, appartenans au prevost de ladite ville de Harefleu.

2.º Item, si il avenoit que contens ou tençon feust entre eulz ou entre ceulz de ladite ville de Harefleu ou autres personnes quelles qu'elles soient et eulz, et le fait ou tençon soit tel en quoy il n'aist péril de mort ou de mèhaing, ou par quoi homme ou femme en doie recevoir mort, nous voulons qu'il soient receuz par pleiges un pour autre ou pour aucun autre de la baillie de Gaux, pour estre à droit par devant ledit prevost de Harefleu, et de illecques par appel devant les autres juges à qui il appartiendra.

3.º Item. Es cas où il aura sane ou plaie et en tous autres, quiex qu'il soient, esquieux il n'aura péril de mort ne de mèhaing, nous leur avons octroié et octroions que, par deux des bourgois de ladite ville et par deux marcheans de ladite cité, avec le conseil et aide du prévost de ladite ville, eulx puissent pacifier.

4.º Item. Nous voulons que le bailli de Gaux, qui sera pour le temps ou son lieutenant, face aus dis marcheans et gens dudit royaume de Portigal et de Algarve, qui descendront en la dicte ville, livrer maisons et celliers, pour eulz et pour leurs biens, par pris convenable, et que le pris soit fait par deux bourgois de la dicte ville, esleuz par les dis marcheans et par deux marcheans de la dite cité, esleuz par les bourgois de la dicte ville. Les quatre feront sacrement, devant nostre dit prevost, que bien et loyalment feront le pris selonc le temps; et ne porra croistre le pris se ce n'est par aucun amendement puis fait, qui sera prisié par lesdis esleux, comme dit est, lequel soit fait à toutes heures que les dis marcheans en auront mestier.

5. ° Item. Nous avons voulu que les dis marcheans et gens, ou aucuns d'eulz, ne soient tenus à respondre ou fait de leurs marchandises et biens ne d'autres cas, quiex que il soient, se ce n'est premièrement, par devant le dit prevost et d'illecques, par appel, où il appartendra, excepté les cas de dure dont punición devroit ensuir.

6. ° Item. Nous voulons que de tout ce qui, ausdis marchans et gens sera deu, se il est cogneu ou souffisamment approuvé, le dit bailli ou noz autres justiciers, qui seront pour le temps, leur facent paier sans delay, comme noz propres debtes et au plus tost qu'il porra estre fait bonnement.

7.º Item. Nous leur avons octroié et octroions que les dis marchans et gens, tous ensemble ou un marchant de chascun de leurs hostieux, où il feront résidence en la dicte ville, des plus souflisans, ou ceulz où la grigneur partie

s'accordera, ou aucunes personnes, se il sont establies ou commises pour tous à ce faire, puissent oster et mectre, toutes heures qu'il leur plaira, couratiers et yceux présenter au dit prevost, lequel les face aploigier et faire serement que bien et loyalment eulz meuront le dit courratage au droit de chascun. Et ne porra le dit prevost ne autre oster ne mectre couratiers fors ainsi et en la manière que dit est. Toutesvoies aucuns des dis courratiers ne seront taverniers, marchans ne osteliers, se ce n'est par la volenté et accort des dis marchans.

8.° Item. Nous voulous que les dis marcheans et gens puissent user des pois de ladite ville et peser, toutes heures qu'il leur plaira, sanz paier aucune chose; et yceulz pois baillier à qui que eulz vouldront, qui les tiengne, mais que il soit à ce convenable; et sera presenté devant ledit prevost. Et yceulz pois ne seront creux ne amenuissiés, ainsois demourront en l'estât où il ont esté, ou temps que les dis marcheans faisoient leur demeure en ladite ville de Harefleu.

9.° Item. Nous avons voulu et voulons que, se les marcheans et gens dessus dis, baillent leurs marchandises et bien à autres charretiers ou voiturriers ou autres gens, quiex qu'il soient, à mener et ramener par nostre royaume, par mer ou par terre ou en autres lieux, et yceulz leur en font aucun dommage, par leur coulpe ou deftault, que ceulz qui ainsi le feront, se il sont trouvez, soient par tous les justiciers de notre royaume si griefment punis selonc le cas que les autres y prengnent exemple; et les dis marcheans et gens en tesmoinent des pertes et dommages que eulz auront eu et soutenu pour la dicte cause,

io,° Item. Nous voulons que se les dis marcheans ou aucuns d'eulz ou de leurs gens avoient tencon, merlée ou rióte à aucun chevalier, escuier ou gentil homme, ou à autre quel que il soit, ou à leurs gens que eulz ne soient tenu à respondre, se ce n'est par devant ledit prevost premièrement et d'ilec, par appel, devant le viconte du lieu et les autres justiciers, là où il appartendra; et que, par ledit bailli et viconte du lieu, soient gardez et deflendus que par les dessus dis chevaliers, escuiers et autres, quiex que il soient, ou leurs gens, ne soient contrains à respondre devant eulz dudit fait, dont, se villenie ou mal leur estoit fait, pour ce ou pour le dit fait que ceulz qui ce feroient en soient punis, si et en telle manière que touz autres y prengnent exemple, et que amende, selonc la malefaçon, en soit faite au double à ceulz à qui ycelle malefaçon aura esté faite; et de ceulz qui ladicte malefaçon feront, prins par les justiciers, teles amendes par quoy il se doient chastier de faire le semblable.

11.° Item. Nous avons octroié et octroions auz dis marcheans que le pavement et les cays de la dicte ville et les yssues soient adoubées et mises en tel estât, par quoy eulz et leurs gens puissent bonnement leurs biens et marchandises chargier et deschargier, de jour et de nuit, sanz paier aucun caage ne plancage, ne autre chose, quelle qu'elle soit.

12.° Item. Nous voulons que les marcheandises et biens que les marcheans et gens dessus dis auront et deschargeront en Seine, ou dedens le crot de Leure ou le hable qui vient à Harefleu, soient bailliez par compte aus bateliers et yceulz les portent en la dicte ville, et les rendent par compte

aus dis marchans, sans delay et aucun procès, en la manière que baillé leur auroit esté.

13.º Item. Nons avons voulu et voulons que le dit prévost de Harefleu qui sera pour le temps ou son lieutenant, baille lamens (t) pour toutes les nefz et vaisceaux, qui porteront les marchandises et uns des dessus dis marchans et gens, se mestier est, et baille aussi batiaux et mariniers pour descharger et alligier les dictes nefs et vaisceyaus es yceulz biens et tous les autres, que les nefs porteront, facent venir en la dicte ville de Harefleu et deschargier et mectre ès hostieux des dis marcheans et gens, aux propres cous et despens dudit prevost.

14.º Item. Nons voulons que se leurs variez ou leurs gens mouchoient ou destournoient par mariage ou en autre manière, quelle que elle soit, mauvaisement, les biens de leurs maîtres que, si tost comme il seroit dénuncié ou monstré par aucune personne ou personnes de leurs pays, à aucun des justiciers des lieux que, tantost et sanz délay, eulz praignent les corps d'iceulz ou de celui dont ainsi dénunciacion ou demonstrance leur seroit faite et les tiengnent en prison, jusques à tant que le seigneur ou seigneurs ou le procureur d'iceulz à qui les dictes marchandises seroient, aient d'iceulz, qui ainsi seront prins, eu compte et restitución de tout le sien, et en oultre que tous les biens qui seroient trouvés en la main d'iceulz, qui ainsi se mesporteroient, soient tantost prins et bailliez à deux marcheans convenables du dit païs, lesquieux marcheans les reçoivent par compte et rendent par compte aus dis marchans à qui eulz seroient ou à leur certain commandement.

15.º Item. Nous leur avons octroié et octroions que se il avenoit que aucuns des marcheans dessus dis ou genz avoient aucune tençon, par nuit et par jour, dont aucun méfiait s'en ensuit par quelque voie que ce fust, aucuns d'eulz ne soient prins, contrains ne dommagiez, en aucune cause, fors celi ou ceulz qui auroient fait la malefaçon, lesquiez soient tenus par corps et par leurs propres biens punis, selon le cas; et toutesvoies nous ne voulons mie que les marchandises et biens que yceulz porteroient ou auroient de leurs maistres ou d'autres personnes, quelles que elles soient, soient prinsez ne empeschiées par la malefaçon ou meffaiz dessus dis, ne les compaignons ne leurs biens, qui avecques eulz en Tostel demourroient, ne que aussi soient, en aucune chose, reprins ne aient aucun mal ou domage les marcheans et compaignons, pour souffrir avec eulz celi ou ceulz qui la malefaçon auront faite, partis de Tostel ou hostieux où il seront trouvez, jusques il soient desclarxiez et les autres biens et marchandises leissiées du tout, sanz aucun procès, à ceulz à qui elles seroient, par le serement des compaignons de Tostel, ou des marcheans dudit païs, des autres hostieux, se il n'avoient assés des marchands demourans en ycellui hostel pour ce faire.

16.º Item. Nous voulons que aucun prélat, baron, chevalier, escuier, religieuse personne d'église ou autres, quiex qu'il soient, ne praignent aucune chose des marchandises et biens des marcheans et gens dessus diz, se ce n'est par achat et paiement fait du gré et volenté d'iceulz marcheans et gens. (*)

(*) = lamaneurs; cf. De Fréville: *op. cit***p. 107 n.**

17.º Item. Nons avons voulu et voulons que les dis marcheans et gens soient gardez, par nous et nos gens, de toute force, violence et autres choses indeuez, vers tous et contre tous.

18.º Item. Nous leur octroions que, se nous faisons faire aucune armée par mer ou par terre ou que jà faite feust, ou feissions ordener ou allever, ou que jà feust allevée aucune maletote ou maletoutez soit de quatre deniers pour livre que Ten paie des biens et marchandises que on trait hors de nostre royaume, ou pour vendre ou acheter, ou pour entrer en nostre dit royaume ou pour le hable de Leure ou de Harefleu, taillier pour prefz ou subsidez, subvenions ou imposicions, ou pour autre cause, quelle qu'elle soit, à présent ou qu'il doie à venir, eulz tous leurs biens et leurs nefs, par tout nostre royaume, en soient frans et quietes.

19.º Item. Nous voulons que se il avenoit que aucun contens ou descort fust, en mer ou en terre, entre nous et le roy de Portigal et de Algarve, qui jà n'aviengne, ou entre noz gens et les siens, soient maistres, mariniers, sergans ou autres personnes, ou entr'eulz ou autres d'ailleurs, leurs nefs, leurs biens et leurs avoirs ne soient pour ce empeschiés ne tenuz pour aucune cause, exceptés ceulz et leurs biens qui la malefaçon feroient et vouldroient que elle fust faite, dont se aucuns biens, qui ne seroient à yceulz malfaiteulz, estoient par aventure par ce empeschiés, nous voulons que sanz procès soient tantost délivrez, et par le serment des gens dudit païs.

20.º Item. Se nous faisons prendre cire ou vitaille ou autres biens, quiex qu'il soient, des marcheans et gens dessus dis, nous voulons que eulz ne soient prins ne ostéz de la main des dis marcheans à qui il seront, jusques à tant que le marchié en soit fait aveques eulz; et, se noz dictes gens et eulz n'estoient du pris à accort, qu'il soient prisées par le pris que il vouldront, selonc le temps; lequel pris soit tantost fait par le serement de deux courratiers, les plus souffisans de ladicte ville; et toutesvoies que les biens soient tous jours en la main d'iceulz à qui il seront, jusques à tant que gré, satisfaction ou paiement leur en soit fait.

ai.º Item. Nous leur octroions que, en tous les cas que eulz auront discort ou tençon par entre eulz, soit de paroles ou de fait ou d'autres choses, mais qu'il n'y ait mort ne mehaing, eulz puissent eslire par entr'eulz deux des marcheantz de lad. cité du Port, pour les oïr et mectre à accort; et ce qui sera accordé par devant eulz, par le consentement des parties, que le dit prevost le face tenir et garder entérinement (¹), et ou cas où les parties ne seroient à accort par devant ceulz ainsi esleuz, il nous plaist que eulz aillent devant ledit prévost et que il pringne le fait en l'estât où il sera devant les dis esleuz et les delivre selonc le fait.

22.® Item. Nous voulons que le hable de Harefleu soit fait tel et si bon comme il pourra estre fait, par aucune voie, et, toutesfoiz que mestier sera, (soit) amendé en telle manière que les nefz, marchandises et biens des diz marcheans y puissent aler et venir sanz péril. Et n'est mie nostre entente que les dis marcheans ne leurs biens en soient tenus de paier aucune redevance, contribución ou autre chose, quelles qu'elles soient.

(i) = entièrement.

23.° Item. Il nous plaist et voulons que les diz marcheans et gens puissent achater et revendre en ladicte ville de Harefleu et apporter et traire hors d'icelle toutes les marchandises et biens qui leur plaira, sans en païer aucune coustume ne autre chose.

24.° Item. S'il advient que les gens et marcheans dessus diz treuvent en leurs maisons ou celiers aucunes gens qui leurs voulsissent prendre leurs biens par larrecin ou contre leur volenté, nous voulons qui les puissent prendre et bailler aux justices du lieu, et, pour le dit fait ne pour eulz plaindre aux justices d'aucuns larrecins, se il leur sont faiz, eulz ne leurs biens soient pour ce contrains ne aient aucun mal ou dommage.

25.° Item. Nous faisons grâce espéciale aux diz marcheans et gens que, se eulz ou aucuns d'eulz en aucun temps passé, ont fait choses, quelles que elles soient, dont nous appartiegne ou doie appartenir aucune amende ou amendes, eulz, jusques (au) jour dui, en soient quietes.

26.° Item. Nous voulons que lesdictes gens et marcheans soient et demeurent en la dicte ville et s'en partent, eulz et leurs biens, quant il leur plaira, frans et quietes de toutes coustumes et amendes à nous appartenans, si comme dessus est dit, et que se en aucunes eulz estoient à nous tenus, aucun d'eulz ne soit tenuz à repondre fors pour soy tant seulement. Et, en oultre, il nous plaist et aussi voulons que de et sur toutes leurs denrées et marchandises que eulz feront venir en la dicte ville de Harefleu, il puissent faire ordenance et amodérer le pris d'icelles toutes foiz qu'il leur plaira, en la manière que il le souloient faire ou temps que il avoient leur demeure en la dicte ville. Lesquelles franchises et libertez et chascunes d'icelles, cy dessus especifiées, et toutes les autres desquelles les dessus diz marcheans et gens vouloient user, ou temps que il faisoient demeure en la dicte ville de Hareffeu, nous voulons fermement estre tenues et gardées, sanz enfreindre, et lesdiz marchans et chascun d'eulz maintenus en toutes et chascune d'icelle, tant comme ceulz de la dite cité du Port de Portigal descendront et hanteront communément en lad. ville de Harefleu. Et donnons en mandement à nostre admirad et vixadmirail, au baillif de Gaux, au visconte de Moustiervillier, au prévost de Harefleu et a touz commissaires depputez et à depputer, et à touz les justiciers de nostre royaume ou à leurs lieuxtenants que, contre nostre presente grâce et le vray entendement d'icelle, ne empeschent ou molestent, ne souffrent empescher ou molester les diz marcheans et gens en aucune manière; mais touz enpeschemens et molestes, qui mis y seroient, ostent et facent oster sanz délay. Et (afin) que ce soit chose permanable à touz jours, nous avons fait mettre en ces presentes lettres nostre scel, sauf en autres choses nostre droit et l'autruy en toutes. Ge fu fait l'an de grâce mil trois cens quarante et un, ou moys de may.

b) *Privilège de septembre 1341*

Nous adecertes, noz dictes lettres et toutes les choses qui contenues y sont et chascunes d'icelles aians fermes et aggréables, ycelles loons, gréons, ratifiions, aprouvons et, de grâce especíale et de certainne science et de nostre auctorité royal, par la teneur de ces presentes lettres, confirmons.

i.° Et, pour ce que les diz marcheans et genz des diz royaumes de Portigal et de Algarve nous ont de nouvel requis et supplié que, avecques les diz privilèges et libertez, à eulz par nous octroyées, comme dit est, nous, inclinans à leur requeste, de nostre meismes grâce, en ampliant ycelle et augmentant leurs diz privilèges et libertez, leurs avons octroyé et octroyons que, pour ce que eulz, qui sont de lointaing et estrange pays, puissent mieulx faire et avoir leur demeure en pais, en la ville de Harefleu et eulz garder d'aucunes tençons, riotes, meeslées, dommages et autres choses qui, par entre eulz pourroient avenir, que eulz ensemble ou la greigneur partie d'eulz et la plus sainne puissent, sur eulz et leurs biens, marchandises et franchises, ordener tout ce qui leur plaira, excepté de cognoissance de cause, fors de celles qui cy-dessus leur seroient octroyées, et sanz ce que l'ordenance qu'il feroit lye ou puisse lyer aucuns autres noz subgiez.

2.° Item. Nous leur avons octroyé et octroyons que se aucuns de leurs variez faisoient aucunes obligacions de debtes ou de plegeries ou en autre manière, envers aucuns noz subgiez ou autres, les maistres d'iceulz variez, qui ce feroient, ne leurs biens et marchandises n'en soient pour ce tenuz ne obligiez, arrestez ne empeschiez en aucune chose, se de leurs maistres ne apparoit souffisant procuración. Et pour ce que aucuns de nos subgiez n'aient de ce ignorance ne ne encueurent en aucun dommage, nous voulons et commandons que le visconte de Moustiervillier le face crier solempnelment en lad. ville de Harefleu et par touz les autres lieux acoustumez de sa dicte visconté.

3.° Item. Nous voulons et leur octroyons, pour ce qu'il avient et puet avenir souventefoiz que les diz marcheans et gens aventurent en nostre dit royaume leurs nefz et vaisseaux et leurs biens, qui dedenz sont, que chascun des justiciers ou lieuxtenans d'icellui, en quel destroit et jurisdicion, toutes foiz et quantes que avendra, face mettre personnes jurées pour garder les diz biens et nefz et face crier solempnelement, où il appartendra, que touz ceulz qui auront ou pourront trouver, sauver ou savoir yceulz biens, que il les portent sans delay aus justices du lieu ou lieux, les quelz les mectent ou facent mectre en seure et sauve garde et les délivrent, tost et sanz delay, à ceulz à qui il seront, se il sont présent, et, se présent ne sont, aux marcheans ou marcheant dudit pays de Portigal ou de Algarve, qui les requerront. Aussi toutesvoies que satisfacion compétente soit faite à cellui ou à ceulz qui les auront trouvées ou sauvées, selon la pêne. Et ou cas que, depuis led. cri, aucuns d'iceulz biens des diz marcheans et gens seroient trouvez en autruy main que en la main dez diz marcheans et gens, ou de leur certain commandement, que ceulz sur qui il seroient trouvez et les auroient retenuz malicieusement, soient puniz deuement, si que ce soit exemple aus autres et les diz marcheans restituez de leurs diz biens.

4.° Item. Nous plaist et voulons, pour ce que le hable de la dicte ville de Harefleu pourrait empirer, dont il convendroit les diz marcheans et gens leurs nefz amarer en la dicte ville de Leure et illecques leurs deniers et marchandises deschargier, pour quoi le prévost d'icelle ville de Leure leur pourroit faire aucunes demandes et les en mectre en cause et faire plusieurs dommages que yceulz marchans et gens et chascun d'eulz pour eulx, leurs

successeurs, leurs nefz, marchandises et biens soient frans et quietes de toutes coustumes, amendes, defFances, appartenans au prévost de ladicte ville de Leure, aussi et en la manière que sont celles qui appartiennent au prévost de Harefleu.

Lesquelles franchises et libertez et chacunes d'icelles cy-dessus espécifiées et toutes les autres, desquelles les dessuz diz marcheans et gens souloient user ou temps que il faisoient demeure en la dicte ville de Harefleu, nous voulons fermement estres tenues et gardées sanz enfreindre, et les diz marcheans et gens et chascun d'eulz maintenuz en toutes et chascune d'icelles tant comme ceulz de ladicte cité du Port de Portigal descendront et hanteront communément en la ville de Harefleu.

Et donnons en mandement à nostre admirail et viz-admirail, au baillif de Gaux, au visconte de Moustiervillier, au prévost de Harefleu et à tous commissaires députés et à députer, et à tous les justiciers de nostre royaume ou à tous leurs lieux tenans que, contre nostre presente grâce et le vray entendement d'icelle ne empeschent ou molestent, ne ne sueftrent empeschier ou molester les diz marcheans et gens, en aucune manière, mais tous empeschemens et molestes, qui mis y seroient, ostent ou facent oster sanz delay; et nostre dicte grâce tiengnent et gardent fermement et facent tenir et garder sans enfraindre. Et (atin) que ce soit chose parmenable à tous jours, nous avons fait mettre en ces presentes lettres nostre scel, sauf en autres choses nostre droit et l'autrui en toutes. Ge fu fait l'an de grâce mil CGC. quarante et un, ou mois de septembre.

Comme on aura pu s'en rendre compte, les documents qui précèdent constituent un tout dotant les marchands portugais trafiquant à Harfleur d'un véritable statut juridique. Afin d'en faciliter l'analyse et de pouvoir intégrer l'ensemble dans le cadre du droit commercial et public international du xiv[e] siècle, il convient de comparer entre eux les quatre privilèges reproduits ci-dessus.

Remarquons d'abord que le diplôme de Philippe le Bel de i3io s'adresse aux «*mercatoribus Portus Portugallie* (= Porto) *et Lixibone ac locorum circumvicinorum*». Le premier diplôme de mai 1341 (n.° *2)* est destiné aux *nmarcheans de Portigal et de Lixebonne*», le second (n.° *3 a)* aux *«marcheans et gens de la cité du Port de Portigal»* et le privilège de septembre 1341 aux ***(Linar**cheans et gen\ des... royaumes de Portigal et de Algarve*». Ces différentes formules montrent que tous les marchands portugais étaient accueillis à Harffeur, mais que ceux de Lisbonne et surtout de Porto devaient y être les plus nombreux. Cela n'a rien d'étonnant lorsque l'on sait que les négociants de cette dernière ville entretenaient des rapports réguliers avec la

Flandre (4), et qu'Harfleur était une des étapes de l'itinéraire maritime qui menait vers cette région importante entre toutes dans l'organisation du trafic médiéval. Notons d'ailleurs qu'il est fait expressément allusion dans nos textes à des rapports d'affaires entre les Portugais d'Harfleur et le comté de Flandre (2j.

La fin du préambule du diplôme de Philippe le Bel montre que les Portugais se rendaient déjà depuis longtemps à Harfleur, donc, sans doute, depuis la fin du xm[e] siècle au moins (3). Nous n'en avons malheureusement pas d'autre preuve jusqu'à présent.

Les divers préambules des privilèges que nous avons à comparer nous laissent supposer que l'importance de la colonie portugaise à Harfleur n'a fait que croître pendant la première moitié du xiv[c] siècle. En effet, le document de i3io fait simplement allusion à la grâce spéciale que le roi de France fait aux marchands portugais en leur accordant des franchises. Par contre, dans le texte u de mai 1341, Philippe vi exprime son désir de garder en paix les marchands étrangers et fait allusion à la *abonne amour et affection*» que les marchands portugais ont toujours eu pour la France. Mieux encore: le document *3 a* de mai 1341 déclare que les privilèges n'ont pas seulement été accordés à la requête des Portugais, mais aussi à la demande des habitants de la ville d'Harfleur et du pays environnant et ce pour le bien et l'accroissement de la ville et du pays. Les Harfleurtois n'auraient certainement pas joint leurs prières à celles des Portugais — en l'espèce les marchands de Porto — s'il ne s'agissait que de relations sporadiques et sans continuité ni importance réelles, D'ailleurs le souverain ajoute qu'il espère que les privilèges qu'il accorde multiplieront les relations commer- (•) (•)

(•) Voir, p. ex. un'texte de 1355 (27 septembre) publié par T. DE SOUSA SOARÊS: *Subsidios para o estudo da organização municipal da cidade do Porto durante a idade-média* (Barcelos, 1Q35), pp. 136-138. D'après ce document, émané du roi Alphonse iv de Portugal et destiné aux juges de Porto, le commerce entre Porto et la Flandre portait surtout sur les vins à l'exportation et sur les draps à l'importation.

(2) Cf. Art. 8 du privilège de i3io, ci-dessus, p. 179.

(3) «franchisiis quibus uti solebant, dum in villa nostra de Hareffleu in Caleti (= de Caux) baillivia morabantur» cf. ci-dessus, p. 178. Dans plusieurs articles de nos privilèges il est fait allusion à des usages suivis depuis longtemps.

cíales avec le Portugal et les étendront à «*plusieurs lieux de nostre royaume*». Par Tarticle ier du privilège *3 b* de septembre 1341 on voit que les Portugais se sont à ce point incorporés dans la vie commerciale et urbaine d'Harfleur que le roi les reconnaît en tant que communauté organisée pourvue du droit d'établir des ordonnances concernant les marchands eux-mêmes, leurs droits, biens et marchandises, étant entendu toutefois que cela ne leur conférera pas une juridiction entièrement autonome et ne liera aucun sujet français. Il y a dans le libellé des divers préambules une progression qui ne peut guère s'expliquer que par un accroissement des relations commerciales et une importance toujours plus considérable de la colonie portugaise d'Harfleur.

La première phrase de l'article ier du privilège de 1310 accorde aux Portugais l'exemption de tout péage dù au prévôt d'Harfleur et rappelle qu'ils jouissaient déjà antérieurement de cette faveur. Le document *2* permet de constater (art. 1) que cette exemption vaut aussi bien à l'importation qu'à l'exportation et qu'elle porte sur le droit *ad valorem* de quatre deniers par livre que l'on payait tant à l'entrée qu'à la sortie de France.

Cette matière des péages est évidemment de toute première importance du point de vue commercial. C'est, en somme, dans l'ordre chronologique des problèmes économiques qui se posent à tout marchand abordant dans une région avec laquelle il n'est pas parfaitement familier, la première question d'intérêt immédiat et pratique. Il est donc logique que nous abordions par là la systématisation des données contenues dans nos quatre textes successifs. *

L'article 7 du document *2* précise que les marchands portugais pourront acheter et vendre à Harfleur, faire sortir des marchandises de la localité ou les y introduire sans payer coutume (4), ni autre redevance; il leur est toutefois défendu d'exporter vers des pays ennemis du roi de France. L'art. 10 du même privilège ajoute que les marchands ne paieront pas non plus de droits, ni sur leurs personnes, ni sur leurs biens, lorsqu'ils sortent d'Harfleur, sauf pour le cas où ils se seraient rendus coupables d'un délit. Dans cette éventualité ils sont responsables individuelle- (*) (

(*) Le terme est le même dans le texte latin de i3io: coustumis et emendis. Cf. ci-dessus p. 178.

ment et non collectivement. En outre, les marchandises qu'ils auront introduites seront vendues aux prix qu'ils auront fixés eux-mêmes par ordonnance. On revient sur l'exemption de péage à l'entrée et à la sortie dans l'art. 23 du diplôme *3 a*, sans toutefois rien ajouter de nouveau. Il n'en est pas de même dans l'art. 4 du document *3 b*, du mois de septembre 1341. On y prévoit l'éventualité d'une détérioration du port de Harfleur qui pourrait forcer les Portugais à amarrer à Leure pour y décharger leurs capitaux et marchandises. En prévision, il est stipulé que le prévôt de Leure n'aura pas davantage que celui d'Harfleur le droit de les taxer.

C'est précisément la question des transports par eau entre Leure et Harfleur qui devait, immédiatement après le régime des droits d'entrée et de sortie, retenir Inattention des marchands portugais trafiquant dans l'estuaire de la Seine.

Déjà l'art. 11 du privilège de Philippe le Bel en 1310 règle ces transports. Cette disposition est paraphrasée et amplifiée aux art. 12 et 13 du diplôme *3 a*. Les marchandises que les Portugais déchargeront en Seine ou dans le *acrot»* (4) de Leure ou dans l'embouchure du havre qui aboutit à Harfleur (2) devront être remises, accompagnées d'un compte détaillé (3) aux bateliers qui déchargent les navires (4). Ceux-ci transporteront les marchandises dans leurs allèges jusqu'à Harfleur et les rendront aux marchands conformément au compte préalablement établi. En outre, le prévôt de Harfleur ou son lieutenant devra fournir des lamaneurs si c'est nécessaire, c'est-à-dire des pilotes spécialement commissionnés pour diriger les navires à l'entrée et à la sortie des rades et des baies. Il est vraisemblable que c'était la marée qui décidait de la nécessité ou non de la présence de ces spécialistes pour la navigation dans les eaux difficiles de l'embouchure de la Seine. C'est également le prévôt qui devra fournir les allèges et les mariniers pour le déchargement et le transport des marchan-

(!) crot = anse d'une rivière. F. **Godefroy:** *Dict. de l'ancienne langue française* sub v°.

(*) «dedens... le hable qui vient à Harefleu» (Doc. *3 a*, 12).

(3) «per compotum» dans le document de 1310.

(4) «batellariis alleiaendo naves» (1310) ; «mariniers pour descharger et alligier les dictes nefs et vaisceyaus» *(3 a*, i3).

dises à Harfleur, où elles seront entreposées dans les maisons ou <*ihostieux*» des marchands portugais, tout ceci aux frais du prévôt.

Nous avons vu déjà, tant dans les dispositions concernant les péages que dans celles ayant trait au transport des marchandises par allèges dans l'embouchure de la Seine, que l'état des passes navigables et des installations maritimes préoccupe les autorités comme les usagers. Quelques dispositions des privilèges / (art. 10), *2* (art. 6) et *3 a* (art. 11 e 22) concernent ces matières.

Le diplôme de 131 o prévoit que *Y essarum* (4) de Harfleur doit être maintenu dans un état qui permette aux marchands d'y charger ou d'y décharger leurs denrées de jour comme de nuit. Ils ne devront acquitter aucun *caagium* (2j. Dans l'art. 6 du document 2 on prévoit simplement que le havre d'Harfleur doit être entretenu de façon à ce que les marchands puissent aller et venir avec leurs nefs et marchandises sans courir de péril. Ils ne sont redevables d'aucune contribution financière à cet effet. C'est du pavage et des quais qu'il s'agit à l'art. îi du privilège *3 a* de mai 1341. Ceux-ci, ainsi que les *«issues» (1)* seront adoubés, c'est-à-dire raccommodés et mis en tel état que les marchands puissent charger et décharger de jour et de nuit, et ce sans payer aucun «*caage*» ni «*plancage*» (3), ni aucun autre droit. L'art. 22 du même diplôme reprend simplement les dispositions de l'art. 6 du document 2.

Jusqu'à présent, dans toutes les mesures et décisions que nous avons relevées, l'activité maritime des marchands portugais d'Harfleur apparaît toujours à l'avant-plan. Nous allons maintenant quitter la mer en passant à des prescriptions concernant le transport routier.

D'après l'art. 8 du diplôme de Philippe le Bel, si un marchand portugais charge un voiturier du bailliage de Caux de lui rapporter des denrées de Flandre ou d'ailleurs, et si le voiturier lui cause des dommages au cours du transport, il en répondra devant le bailli. En 1341, dans le document *3 a*, art. 9, il s'agit de char-

p) D'après DUCANGE: Vis *essarum*, *essayum*, il faut préférer *escarum* ou *essayum* qui signifient tous deux «quai». Les deux formes sont attestées documentairement, tandis que *essarum* est un «apax legomenon».

(2) = droit de quai; DE LAURIÈRE imprime erronément *taagium.*

(3) *plancage*: droit de déchargement. GODEFROY: sub V° *planchage.*

retiers et de voiturieurs qui mènent et ramènent par tout le royaume — et non plus spécialement de Flandre — des marchandises appartenant aux négociants portugais d'Harfleur. S'ils causent des dommages, et qu'il y ait faute de leur part, ils seront justiciables de n'importe quelle magistrature du royaume et punis, s'il y a lieu, si sévèrement que leur châtiment serve d'exemple Les marchands devront témoigner en justice des pertes subies. Ces deux dispositions peuvent être rapprochées des clauses des divers préambules qui marquent l'amplification progressive des relations d'affaires des Portugais d'Harfleur. Ici également l'importance croissante du commerce portugais résulte clairement du développement plus considérable des dispositions du document de 1341, comparées à celles prévues en i3io.

Abandonnons à présent le domaine du transport et pénétrons dans la ville même, où nos Portugais du xiv[e] siècle ont fixé le centre de leur activité économique en Normandie.

D'après notre texte ₁, art. 3, les maisons dont les marchands portugais auront besoin à Harfleur pour leur logement et pour l'entreposage de leurs marchandises leur seront attribuées sur réquisition du bailli aux prix généralement pratiqués entre les bonnes gens de l'endroit. Le texte de 1310 ne dit pas s'il s'agit ici d'achat ou de location. Il faut croire qu'il y avait parfois des contestations sur le prix, car le privilège *3 a* de 1341 précise que le prix des maisons et caves servant d'entrepôt (celliers) devra être fixé de commun accord par deux bourgeois d'Harfleur élus par les marchands portugais et par deux marchands élus par les bourgeois. Ces quatre personnages prêteront serment entre les mains du prévôt et jureront de fixer loyalement le prix selon la conjoncture *(selonc le temps)*. On ne pourra hausser le prix qu'avec leur accord. Cette disposition suppose évidemment qu'il y avait dans la colonie marchande portugaise d'Harfleur des hommes fixés depuis assez longtemps dans le port normand pour que les bourgeois puissent bien les connaître et pour qu'eux-mêmes soient capables d'apprécier, après une longue accoutumance, les qualités morales de certains habitants de leur entourage français.

Les marchandises qu'ils entreposaient dans leurs celliers, les marchands portugais devaient évidemment pouvoir les peser. De là, l'art. 7 du privilège / d'après lequel ils sont autorisés à user

du poids de la ville et à le confier à une personne convenable, préalablement présentée au prévôt. Dans le document *3 a*, art. 8, il est spécifié qu'ils ont le droit de se servir du poids de la ville à quelque heure que ce soit, sans acquitter aucune redevance. Les poids ne pourront être creux, ni plus petits qu'il est d'usage.

Pour leurs transactions, les marchands portugais, comme tous les marchands étrangers au moyen âge, devaient avoir recours à l'entremise de courtiers.

Le privilège de Philippe le Bel leur accorde le droit de les nommer et démettre eux-mêmes et de les présenter au prévôt. Aucun courtier ne peut être tavernier, hôtelier ou marchand à cause des fraudes que cela entraîne (doc. /, art. 6). Il est évident que ces fraudes résultaient des «luîtes» qui pouvaient se produire dans les demeures des personnes logeant des étrangers, ou des «recoupages» auxquels pouvait se livrer un intermédiaire qui eût été lui-même marchand. Le document *3 a* (art 7) précise la procédure suivie pour la désignation des courtiers. Tous les marchands ensemble, ou un marchand de chaque maison (*hostieu)* occupée par les Portugais, ou des délégués choisis par la majorité dans le sein de la colonie portugaise, ou encore des personnes — sans doute étrangères à cette communauté — à qui ce soin aura été confié, pourront désigner les courtiers. Lors de la présentation au prévôt, les courtiers devront fournir caution (*aploigier*) et prêter serment de s'acquitter loyalement de leur tâche. Le prévôt n'a pas le droit de désigner les courtiers ou de les décharger de leur mission. Avec l'accord des marchands et contrairement aux dispositions de 1310, les courtiers pourront même être taverniers, hôteliers ou marchands. Ceci prouve que les prescriptions opposées du privilège de 1310 avaient pour but de défendre les intérêts des marchands portugais, beaucoup plus que ceux de leur clientèle, ce qui marque une disposition d'esprit assez singulière pour qui connaît l'étroit particularisme local de la législation commerciale médiévale.

Toutes les dispositions analysées jusqu'ici se rapportent à des matières relevant de la technique commerciale ou de celle des transports. Le rôle des pouvoirs publics y apparaît surtout par la protection et les facilités qu'ils accordent ou les exemptions qu'ils consentent à propos d'activités de nature économique exer-

cées par les marchands portugais. Ce sont toujours les négociants qui ont l'initiative; l'intervention de l'autorité ne se produit que de façon subsidiaire et, en quelque sorte, par voie de conséquence. Il n'en est plus de même dans les prescriptions concernant les prestations militaires et les saisies dont nous allons nous occuper à présent. Ici il s'agit d'exigences posées par le pouvoir et dont les marchands pourraient être l'objet. L'initiative des actes posés part de l'autorité, mais celle-ci peut exempter les marchands étrangers ou leur accorder certaines garanties. Du domaine du droit commercial, nous passons ainsi à celui du droit public.

En ce qui concerne les prestations militaires, le privilège 2, art. 4 stipule que si le roi fait lever des armées de terre ou de mer, ou fait percevoir la taille à Leure ou à Harfleur, les marchands portugais, ainsi que leurs marchandises et leurs vaisseaux, ne sont pas soumis à ces obligations. Dans le document *3 a*, 18, cette exemption s'étend à toute espèce d'impositions édictées par l'autorité royale, de quelque nature qu'elles soient.

Un certain nombre de stipulations se rapportent aux saisies.

Le privilège de Philippe le Bel de i3io, art. 14, décrète qu'aucun chevalier, ni écuyer *(armiger*) ne pourra se saisir des marchandises des négociants portugais, si ce n'est à la suite d'un marché régulier et en payant le prix. Cette disposition est étendue et paraphrasée à l'art. 16 du document *3 a* de 1341. Il y est question des prélats, barons, chevaliers, écuyers, c'est-à-dire des pouvoirs seigneuriaux en général. C'est contre les saisies arbitraires pratiquées par ces pouvoirs que l'autorité royale protège nos commerçants.

Par contre, c'est de saisies pratiquées pas l'autorité royale elle-même que traitent les art. 2 et 3 du privilège 2, ainsi que les art. 19 et 20 du n.° *3 a*. Aux termes de la première de ce s dispositions, les guerres maritimes ou terrestres qui pourraient éclater entre le roi de Portugal et celui de France, non plus que les dissensions qui se produiraient entre leurs sujets, ne peuvent entraîner la saisie, ou plus exactement l'embargo des personnes, biens, navires et marchandises de nos trafiquants (4). Bien entendu si des Portugais d'Harfleur s'étaient rendus coupables d'un délit à

(9 «aucun d'iceuls maistres ou mariniers, ou autres personnes ne leurs biens, nefs, denrées et marchandises ne soient empéeschiées»;

l'occasion de ces dissensions et guerres, cette exemption ne valait pas pour eux. L'art. 19 du document *3 a* ajoute que si l'embargo a été mis par erreur sur les biens de certains Portugais, ils pourront les faire libérer sans procès par une déclaration sous serment. Il peut arriver dit l'art. 3 du diplôme 2 que le roi fasse saisir de la cire ou des victuailles appartenant aux marchands portugais, mais dans ce cas les fonctionnaires chargés de la saisie auront à débattre le prix avec les propriétaires des marchandises et devront leur en payer le montant avant de sortir les produits des entrepôts *(hostieux)*. L'art. 20 du privilège *3 a* ajoute que, s'il y a désaccord sur le prix, celui-ci sera fixé par une déclaration sous serment de deux courtiers.

Nous en arrivons enfin à une matière qui, plus que toute autre, est du domaine du droit public, celle du régime judiciaire auquel sont soumis nos Portugais dans le Harüeur du xive siècle.

Voici quel est ce régime au début du siècle d'après le privilège de Philippe le Bel de i3io.

Aux termes de l'art. ier de ce document les Portugais pourront se donner mutuellement caution (*plegios*) en cas de délits relevant de la justice du bailli, sauf s'il s'agit d'assassinat, de mutilation, de rapt, de brigandage, de rupture de trêve et, en général, de toute matière de haute justice. Lorsqu'il y a eu seulement coups et blessures, ou bien s'il s'agit de contestations de basse justice relevant du prévôt d'Harfleur, on recourra à l'arbitrage de deux bourgeois harfleurtois et de deux marchands portugais sous la présidence du prévôt. En effet, c'est certainement de cette façon que devaient se manifester le *«consilium et auxilium»* de ce fonctionnaire, dont parle l'art. 2 du privilège latin de i3io.

Aucun marchand ne devra répondre en justice pour ce qui concerne son négoce, ou pour d'autres causes relevant de la justice royale, si ce n'est devant le prévôt d'Harfleur, le vicomte de Montivilliers ou le bailli du pays de Gaux (/,4).

Les contestations relatives aux paiements dûs par des tiers à nos Portugais seront portées devant la cour du bailli (/,5).

Si un marchand portugais a une contestation ou un procès avec un chevalier, un écuyer ou un de leurs vassaux, l'affaire devra être portée devant la justice royale (/,9). Il s'agit ici, une fois de plus, d'une protection contre l'autorité seigneuriale, analogue à celle que

nous avons rencontrée plus haut en matière de saisies. La justice seigneuriale est déclarée incompétente.

Les marchands portugais avaient parfois des valets qui se mariaient dans leur nouvelle résidence. Au cas où ces domestiques recèleraient des marchandises de leurs maîtres ou les aliéneraient d'une manière frauduleuse, c'est la justice publique de l'endroit où les marchandises sont trouvées qui est compétente. Elle s'adjoindra un marchand portugais pour la garde des den. rées, jusqu'à ce que le négociant à qui elles appartiennent, ou son mandataire, viennent les réclamer. Le propriétaire devra prouver ses droits et le coupable sera dûment puni (y, 12).

Le marchand qui sortira de nuit, seul ou accompagné, et qui se rendra coupable d'un délit sera seul responsable de la faute. Les marchandises des autres ne pourront être saisies, mais bien celles du coupable. De même s'il s'agit d'un individu chargé des intérêts économiques de tiers (*suorum magistrorum*), il ne répondra que sur ses biens propres et sur sa propre personne (/,i3).

En général, les marchands portugais et leurs valets seront protégés par les agents royaux contre toute violence indue et ce à l'égard de tous tiers (y, i5).

Tel est le statut judiciaire des Portugais à Harfleur en i3io. Les trois privilèges de 1341 étendent encore et spécifient les avantages dont ils jouissent.

L'art. 5 du privilège 11 va plus loin que ne l'avait fait l'art. 2 du document 1. Alors que, précédemment, il s'agissait de conflits entre marchands portugais et bourgeois de Harfleur et que ces désaccords devaient être réglés par un arbitrage mixte luso-français, cette fois les Portugais obtiennent une certaine exterritorialité judiciaire. Quand surgissent des différends entre nos marchands, ces différends — pourvu qu'il n'y ait ni meurtre, ni mutilation (*mehaing*) (4) — seront du ressort de deux marchands élus par les autres. Ce sont eux qui tenteront d'aboutir à un accord entre parties. Le prévôt, toutefois, est chargé de faire respecter ces accords ou même de trancher le différend au cas où l'accord ne pourrait se faire. Il s'agit d'un régime constituant un moyen terme entre l'autonomie et la dépendance de la juridiction royale. Celle-ci n'intervient que pour sanctionner l'accord réalisé (*)

(*) Cf. GODEFROY: v° **meshain.**

au sein de la communauté marchande, ou, sur la réquisition de cette dernière, en l'absence d'accord. L'extension des privilèges judiciaires est évidente et prouve, une fois de plus, une résidence déjà longue, ainsi qu7une confiance et accoutumance réciproques.

D'après l'art. 8 du même privilège *2* de 1341, les marchands apparaissent dans un cas déterminé comme agents auxiliaires de la justice royale. S'ils trouvent des voleurs dans leurs celliers, ils peuvent les arrêter eux-mêmes pour les livrer à la justice. Ceci, pas plus que la plainte qu'ils déposeront, ne peut entraîner aucun dommage pour eux.

L'art. 2 du diplome *3 a* reprend l'art. 1 de l'ordonnance de Philippe le Bel, mais ajoute que les marchands portugais de Harfleur ne pourront pas seulement servir de caution les uns pour les autres, mais qu'ils pourront en agir de même pour tous les négociants lusitaniens résidant dans le bailliage de Gaux. En outre, cette procédure sera admise également devant les juridictions d'appel.

L'art. 3 n'ajoute rien aux stipulations de l'art. 2 de 1310. L'art. 5 restreint légèrement les dispositions de l'art. 4 de l'ordonnance n° /. Dans les cas de *dure* (dispute) (4), il permet d'attraire les marchands devant d'autres tribunaux que les juridictions royales du prévôt et des magistrats qui lui sont hiérarchiquement supérieurs. Cette exception se justifie par le souci de l'ordre public et rend compétents dans certains cas les tribunaux urbains et seigneuriaux.

Par l'art. 6 la compétence du bailli en matière de dettes commerciales de tiers à l'égard des négociants portugais (/,5) est étendue aux autres juridictions royales.

La justice seigneuriale est déclarée incompétente par l'art. 10 du privilège *3 a*, — comme elle l'avait été déjà par l'art. 9 de l'ordonnance de 1310—pour toute contestation entre chevaliers, écuyers, gentilshommes et leurs vassaux d'une part, et les marchands portugais de l'autre. Si les seigneurs se permettaient d'outrepasser leurs droits et s'avisaient de faire comparaître les marchands devant leurs propres cours, ils devraient leur payer le double des amendes qu'ils auraient prononcées contre eux, sans compter une amende qui leur serait imposée par la justice royale.

(1) GODEFROY sub v° dure, DE FRÉVILLE dans son édition interprète par «crime».

On voit que le pouvoir central essaye de rendre aussi effective que possible la protection qu'il accorde à ses hôtes portugais contre les juridictions seigneuriales. Nous avons vu plus haut que celles-ci ne sont compétentes que dans le cas de crimes commis par les marchands dans leur ressort. Encore faut-il qu'il ne s'agisse pas de démêlés avec les seigneurs eux-mêmes ou leurs vassaux, car l'art, io du privilège *3 a* prévoit que, même en cas de *utençon*, *merlée ou rióte*» (4) avec ceux-ci, les justices seigneuriales sont incompétentes.

En ce qui concerne les valets des marchands qui recèlent ou détournent des marchandises et dont s'occupait déjà l'art. 12 du privilège /, l'art. 14 du document *3 a* ajoute que, dès que la chose aura été dénoncée à la justice, celle-ci s'emparera de la personne des délinquants et les emprisonnera. La garde des marchandises est confiée non plus à un, mais à deux marchands portugais.

L'art. i5 de *3 a* reprend /, 13. On précise toutefois que les compagnons du marchand qui aurait commis un délit et qui résident avec lui dans le même «*osteh* ou, à leur défaut, l'ensemble des marchands portugais, déclareront sous serment quelles sont les marchandises lui appartenant, afin que la justice puisse les saisir sans causer de dommages aux autres.

L'art. 17 de *3 a* et l'art. i5 du document / sont identiques. L'art. 21 du privilège *3 a* reprend l'art. 5 du texte *2* et précise que si une contestation entre Portugais est portée devant le prévôt parce que les élus de la communauté marchande n'ont pu aboutir à un accord entre parties, le prévôt reprendra l'affaire au point où elle était lorsque l'impossibilité de l'accord a été constatée; ceci évidemment afin de ne pas donner l'impression que la juridiction marchande n'a pas normalement le pouvoir d'aboutir à une solution satisfaisante. Ce souci de l'autorité de respecter l'autonomie relative des accords réalisés sous l'égide des élus des marchands mérite d'être noté.

Comme l'art. 8 du document 2, l'art. 24 de *3 a* traite des voleurs que les marchands pourraient trouver dans leurs celliers. Le libellé est plus clair que dans le privilège précédent et permet de mieux comprendre le texte antérieur, mais ne lui ajoute rien.

(!) tençon = dispute ; merlée = meslée — mêlée ; rióte = querelle. Cf. Godefroy sub vis.

Aux termes de l'art. 25 de l'ordonnance *3 a* le roi remet aux Portugais les amendes qui lui seraient dues pour des délits antérieurs à la promulgation de l'acte.

Enfin les art. 2 et 3 du privilège *3 b* contiennent des stipulations qui ne se rattachent à aucunes de celles que nous avons rencontrées dans les ordonnances antérieures. Si des valets des Portugais contractent des dettes ou donnent caution pour des tiers, leurs maîtres ne sont responsables sur leurs biens et marchandises que s'ils les ont mandatés à cet effet. Pour éviter que les sujets du roi éprouvent des dommages de ce fait, le vicomte de Montivilliers est chargé de faire connaître par crieur cette stipulation dans son ressort.

Pour le cas où les marchands ne peuvent assurer eux-mêmes la garde de leurs vaisseaux et cargaisons, les officiers royaux doivent désigner des personnes assermentées afin d'assurer cette garde. En outre, ils feront annoncer par crieur que tous ceux qui détiennent ces biens ou les peuvent trouver et sauver, doivent en aviser la justice. Celle-ci les fera garder et les délivrera à leurs propriétaires, qui sont tenus de récompenser ceux qui les ont trouvés ou renseignés. L'individu qui se livre à un détournement après annonce par crieur sera frappé d'une peine.

Le développement progressif de toute cette législation, principalement en matière judiciaire, prouve combien les droits des marchands portugais d'Harfleur se sont accrus entre le début et le milieu du xiv^e^ siècle. Ce qui frappe surtout c'est qu'en 1341 ces commerçants apparaissent bien plus qu'antérieurement comme une communauté jouissant d'une certaine organisation interne. Certes, il n'y a encore là rien de réellement organique, rien qui ressemble à ces groupements en «nations», avec une hiérarchie de magistrats et de fonctionnaires, que connaîtront les âges suivants; mais on sent qu'une évolution est en marche qui mènera à cç résultat final et dont nous rencontrerons une étape ultérieure dans la documentation que nous étudierons ci-après pour Middelbourg.

Un mot encore sur les clauses finales de nos quatre ordonnances. Celles de 1310 expriment la volonté du roi de maintenir les privilèges accordés aux Portugais aussi longtemps que ceux-ci résideront à Harfleur. En 1341, celles du document 2 manifestent la même intention et placent les marchands sous la protection spéciale du bailli de Caux, du vicomte de Montivilliers et du

prévôt d'Harfleur. Dans le texte *3 a* on y joint l'amiral et le vice-amiral de France au sommet de la hiérarchie et, au bas, les commissaires-députés et tous les officiers de justice du royaume en général. Il en est de même du texte *3 b*. Ajoutons que dans ces deux documents il est question de «ceulz de la dicte cité du Port de Portigal (qui) descendront et hanteront *communément* en la ville de Harefleu», ce qui souligne, une fois encore, que nos marchands sont bien considérés comme une communauté par le pouvoir public français.

Ceci nous amène à nous demander si, à l'intérieur de cette communauté, il y a lieu de faire une distinction entre les marchands portugais suivant les régions du royaume lusitanien d'où ils proviennent. On se souviendra que les adresses des quatre privilèges sont quelque peu différentes. Les deux premiers textes sont destinés aux marchands de Porto et de Lisbonne; le troisième à ceux de cette dernière ville seulement ; le quatrième à tous les marchands du royaume de Portugal et de TAlgarve. Cependant, l'analyse détaillée des documents prouve à suffisance que nos textes forment un tout et que ce qui est accordé aux uns vaut pour les . autres. D'ailleurs l'organisation de la communauté portugaise à Harfleur n'est pas encore, au milieu du xiv[e] siècle, suffisamment poussée, pour que des différences régionales internes au Portugal puissent s'y refléter avec quelque netteté. Il n'y a rien ici qui fasse songer aux multiples groupements «nationaux» italiens à Anvers au xvi[e] siècle (4). L'unité politique du Portugal s'opposait par ailleurs à pareilles divisions.

Ce n'est pas ici l'endroit pour comparer les privilèges dont jouissaient pendant la première moitié du xiv[e] siècle les Portugais d'Harfleur à des ordonnances analogues prises en faveur des Castillans et des Aragonais (2). Il nous suffit pour l'instant d'avoir montré l'importance du commerce lusitanien en Normandie par l'étude de la situation qui y était faite aux négociants de Porto, de Lisbonne et de l'ensemble du Portugal. [1]

(1) Cf. J. A. Goris: *Etude sur les colonies marchandes méridionales (Portugais, Espagnols, Italiens) à Anvers de 1488 à 1567* (Louvain, 1925) pp. 70 sqq.

(2) H. Pigonneau: *Histoire du commerce de la France* t. 1 (Paris, 1885) p. 333.

II

Les Portugais à Middelbourg au XIVe et au XVe siècle

L'importance commerciale du port zélandais de Middelbourg, capitale de Tile de Walcheren, est bien connue pour le moyen âge et le xvie siècle depuis l'étude qu'y a consacrée l'archiviste de la province, M. W. S. Unger (4). C'était une étape importante sur la route maritime qui menait d'abord à Bruges, puis à Anvers par l'embouchure de l'Escaut. Ce fut comme un avant-port de ces deux centres successifs si importants de l'économie commerciale du moyen âge et des débuts des temps modernes.

Les premiers Portugais que Ton rencontre à Middelbourg sont mentionnés à la fin du xive siècle. En 1384, le navire d'un serviteur du prince Jean, frère du roi de Portugal, se dirigeait de Lisbonne vers Middelbourg avec une riche cargaison lorsqu'il s'échoua près de l'ile de Wight sur la côte méridionale de l'Angleterre (2). Deux ans plus tard, en 1386, un marchand italien charge en Angleterre des produits lui appartenant sur deux vaisseaux portugais allant à Middelbourg (3). Un marchand de Porto envoie de Middelbourg des draps de Valenciennes à Londres (4), tandis que deux autres lusitaniens — parmi lesquels un négociant de Porto — expédient de la capitale britannique et de Sandwich des peaux vers le port zélandais (5).

Tout ceci prouve qu'un trafic assez vivace des Portugais devait exister déjà alors dans la capitale de l'île de Walcheren. Cela devient tout à fait évident lorsque l'on sait qu'en i3go le duc Albert de Bavière, alors comte de Zélande, accorda aux Portugais résidant à Middelbourg un privilège explicite (6).

Nous allons analyser ici cet important document. Je n'en don-

(*) *Middelburg ais handelsstad (XIIIe tôt XVIe eeuw) (Archief van het Zeeuwsch Genootschap der Wetenschappen*, Middelbourg, ig35).

(2) W. S. Unger: *Bronnen tôt de geschiedenis van Middelburg in den landheerhjken tijd (Rijks Geschiedkundige Publicatiën)* t. m. n.° 60.

(8) *Ibid.* n.° 04.

(*) Ibid. n.° 68.

(5) *Ibid.* n.°* 69, 76. Ce dernier document est de 1387.

(6) *Ibid.* n.° 99.

nerai toutefois pas le texte comme pour les documents latin et français concernant Harfleur. L'acte est libellé en néerlandais et serait donc peu accessible à mes collègues portugais.

Il y a, à ce moment, une véritable rivalité entre Bruges et la Zélande notamment en ce qui concerne le commerce portugais. Le 20 juillet 1387, le comte de Flandre, Philippe le Hardi — suite à une plainte des villes flamandes, d'après laquelle plusieurs vaisseaux portugais se dirigent vers la Zélande plutôt que vers l'Ecluse, l'avant-port de Bruges, tandis que d'autres, en grand nombre, s'apprêtent à en faire autant — concède aux mariniers et marchands lusitaniens les droits dont jouissent les autres négociants étrangers (4). Ce n'est pas ici l'endroit d'examiner l'histoire de la rivalité à laquelle je viens de faire allusion. Il importe seulement de la signaler, afin de mieux faire comprendre les motifs qui amenèrent le duc Albert à accorder à son tour des privilèges aux marchands portugais.

Le privilège d'Albert de Bavière date du jour de Pâques, 3 avril 1390. Il est accordé à la demande des *amarchands, maîtres de navires et sujets*» du roi de Portugal et d'Algarve, ainsi que la ville de Middelbourg, afin de favoriser la paix et l'amitié entre les deux princes et le développement du commerce. C'est ce que déclare le protocole initial qui ajoute que Je duc et la ville de Middelbourg prennent les marchands portugais sous leur sauvegarde.

En cas de naufrage d'un navire portugais dans les eaux de la seigneurie du duc, les marchands et mariniers, une fois arrivés sains et saufs à la côte, pourront récupérer leurs biens et marchandises par l'identification de leurs marques de propriété ou grâce à d'autres preuves suffisantes. Ils ne seront redevables que des frais occasionnés.

Si un navire portugais, à la suite d'une tempête, échoue sur la côte zélandaise, le patron ne devra acquitter que le tonlieu habituel et, s'il déclare vouloir se rendre à Arnemuiden qui servait de rade à Middelbourg, pour y décharger (2), c'est là qu'il paiera les droits.

(9 L. **Gilliodts van Severen:** *Cartulclire de V ancienne est apte de Bruges* **t. ï** (Bruges, **1904) n.° 423.**

(2) «opslaen»: **Verwijs et Verdam:** *Middelnederlandsch woordenboek* sub v°.

Pour les marchandises qu'ils achètent et vendent à Middelbourg, les Portugais ne devront acquitter aucun droit en dehors du tonlieu que payent aussi les autres marchands.

Chacun d'eux ne doit répondre que de ses propres dettes et de ses propres délits. Il n'y a pas de responsabilité collective pour eux.

En cas de guerre entre le roi de Portugal et le duc, ils pourront quitter en paix le pays, sans être inquiétés dans leurs biens, mais ils devront acquitter les droits ordinaires.

Les marchands et mariniers portugais sont autorisés à établir leur «étape» à Middelbourg, c'est-à-dire à en faire le centre ordinaire et obligatoire de leurs transactions dans ces régions (4). Ils pourront se choisir un chef et se réunir où et quand ils voudront. Ce chef pourra trancher entre eux tous les différends résultant de dettes ou de l'exercice du commerce. Ce régime judiciaire est donc plus évolué que celui existant à Harfleur cinquante ans plus tôt. Les marchands portugais de Middelbourg pourront constituer une réelle communauté autonome, avec une autorité propre qui ne peut évidemment juger que suivant son propre droit, c'est-à-dire le droit portugais. L'exterritorialité, à laquelle nous avons déjà fait allusion à propos du premier des documents français de 1341 analysés ci-dessus, est complète à Middelbourg en i3go.

(!) P. HUVELIN: *Essai historique sur le droit des marchés et des foires* (Paris, 1897) p. 207 dit que l'étape «consiste essentiellement dans le droit que possède une ville placée sur une voie commerciale d'arrêter les marchandises passant sur cette voie et de ne permettre qu'elles continuent leur voyage qu'après qu'elles ont été mises en vente au marché de la ville dont il s'agit». Cf. aussi M. HAFEMANN: *Das Stapelrecht, eine rechtshistorische Untersuchung* (Leipzig, 1910) p. ï. La conception anglaise de l'étape est assez différente. Ici il s'agit d'un régime qui «consiste dans la canalisation ou dans la concentration assurée par les soins du pouvoir central, de l'exportation de certains articles de commerce, cette exportation étant soumise au passage par certains lieux d'étape expressément désignés». Cf. J. DE STURLER: *Les relations politiques et les échanges commerciaux entre le duché de Brabant et VAngleterre au moyen âge* (Paris, 1936) p. 175. Ce que le duc Albert de Bavière propose aux Portugais c'est une sorte de moyen terme entre ces deux conceptions. Il désire évidemment assurer des droits spéciaux à Middelbourg, mais il voudrait aussi que les marchands portugais — sinon leur gouvernement— fassent de Middelbourg le centre obligatoire de leurs opérations commerciales.

Les marchandises qui intéressent le commerce portugais dans la capitale zélandaise sont, aux termes du document de i3go, le fer, la cire, le miel, l'huile et les peaux de lapin. On ne peut les sortir de Middelbourg sans payer un droit appelé *cancelyoengeld(f),* à acquitter au clerc de la ville soit au départ de l'étape, soit chez le vendeur.

Si des tiers contractent des dettes à l'égard des Portugais de Middelbourg et que cela ait eu lieu dans cette ville, les marchands peuvent les arrêter avec l'assistance de deux échevins et d'un bourgeois à ce requis par le chef de la colonie.

Ce chef peut condamner ses justiciables à des peines de prison qui seront purgées dans le *steen* ou prison communale de la ville. Les conditions de la détention et sa durée seront déterminées par le chef de la communauté portugaise et les victimes du délit.

Les marchands pourront se loger et s'approvisionner en victuailles à Middelbourg, aux mêmes conditions que les bourgeois.

Les déplacements entre Middelbourg et la rade d'Arnemuiden sont libres de jour comme de nuit, avec ou sans lumière.

Le port d'armes et de cuirasses est autorisé de jour et de nuit, mais, en cas de dispute, les coupables seront passibles d'amendes selon le droit du pays.

Les privilèges sont valables pour un an et resteront en vigueur trois mois après dénonciation éventuelle par le duc.

En réalité, nous ne savons pas si Middelbourg devint effectivement l'étape du commerce portugais que voulait en faire le duc Albert de Bavière. Je me demande pourtant s'il n'y a pas une indication dans ce sens dans un texte anglais du 7 octobre 1406 (2). On y voit qu'il est donné ordre au maire de Fowev et à Thomas Wodyngfeld, «*serjeant at arms*» d'arrêter certaines personnes à la requête de «John Pynell», marchand de Lisbonne *«coming for trade at sea»* et qui avait été attaqué *«bp the island of Jernesey*

(*) Originairement c'est un droit sur le transbordement des marchandises. Cf. UNGER: *Middelburg als handelsstad*, p. 41. Il est évident qu'au bout d'un certain temps, c'était devenu une simple taxe de transmission*

(2) Public Record office (Londres) : Patent Roll 7 (Henry iv) memb. 40 d. Analysé dans *Calendar of Patent Rolls* 1405-1408 p. 3oi et dans UNGER: *Bronwe;?*, t. m n.° 123.

and Crossing towards the toivn of Middelburghy). Le texte ajoute immédiatement après «*and his ship, laden with sait* (4) *and other merchandise to the value of Soo marks*». Peut-être faut-il joindre «*Middelburgh and his fellows*», ce qui tendrait à prouver qu'il y avait effectivement en 1406 une colonie portugaise permanente à Middelbourg et rendrait assez vraisemblable l'existence d'une étape.

Pour le début du xv^e^ siècle, on dispose de quelques preuves de l'activité des Portugais à Middelbourg. En septembre 1412 le magistrat de Middelbourg reçoit des lettres des marchands portugais de Bruges et en décembre de la même année, certains de ceux-ci viennent se rendre compte personnellement des frais qu'entraînerait le transport de leurs marchandises entre les deux villes. Il semble donc bien que l'étape portugaise — s'il est vrai qu'elle ait jamais été à Middelbourg — n'y est plus fixée désormais. Toutefois, la réponse que les négociateurs ramenèrent à Bruges laisse la question des frais de transport dans le vague (2). En octobre 1417 un négociant de Lisbonne, suivi en août 1418 d'un autre Portugais, vinrent encore s'aboucher avec le magistrat de Middelbourg, mais nous ne savons pas s'ils aboutirent à un résultat (3). En 1428 des Portugais soutiennent un procès à Middelbourg (4).

En 1436, le 7 août, Henri vi, roi d'Angleterre fait savoir à ses amiraux et fonctionnaires qu'il a pris sous sa protection pour six mois Lodewicus de Fons, marinier sur le «Katerine de Lusshbone» (= Lisbonne) et un autre Lodowicus de Fons, marinier sur le «Pomarys de Lusshbone» lesquels l'ont servi longtemps sur mer. Ils pourront se rendre d'Angleterre à Middelbourg avec leurs marchandises et, de là, retourner au Portugal, à condition de ne pas causer de torts aux Anglais, de ne pas faire de commerce avec les ennemis du roi et d'acquitter les droits accoutumés (5).

Pendant la seconde moitié du xv^e^ siècle, les rapports des Portugais avec Middelbourg sont plutôt rares (6). Néanmoins, un vin (*)

(*) Le sel est donc à ajouter aux marchandises énumérées dans le privilège de i3go.

(2) W. S. UNGER: *Bronnen*, t. u, pp. 268, 269.

(3) *Bronnen*, t. 11, pp. 284, 288.

(4) *Ibid.* p. 3oo.

(5) *Ibid.,* t. ni, n.° 163.

(6) UNGER: *Middelburg als handehstad*, p. 104.

d'honneur leur est offert à plusieurs reprises par le magistrat. C'est le cas en 1474, i486, 1492 et 1498 (4). En 1491 on organise un banquet en leur honneur, et il en est de même en 1499 (2). Nous sommes, cependant, entrés maintenant dans une période toute différente. Le centre des affaires portugaises est désormais] à Anvers et c'est le facteur du roi qui domine la vie économique de la colonie (3). Aussi le magistrat de Middelbourg lui oflre-t-il plus d'une fois du vin et des repas, par exemple en 1492, 1494, 1495, 1497 et 1499 (4). Au début du xvi^e^ siècle le commerce portugais à Middelbourg va d'ailleurs se développer extraordinairement.. Ainsi entre le 10 février 1628 et le 31 octobre 1529 pas moins de 208 navires portugais jettent l'ancre à Arnemuiden, rade de Middelbourg. Parmi ces vaisseaux 34 ont leur port d'attache à Viana, 33 à Villa do Conde, 12 à Porto, 44 à Aveiro, 16 à Lisbonne, 17 à Setubal et 7 à Faro, tandis que le reste vient de ports lusitaniens moins importants ou est mentionné sans indication de provenance (5). Ceci toutefois n'appartient plus à notre sujet, puisque nous nous sommes limité à la période médiévale. Je n'ai cité le fait que pour montrer que les rapports de nature apparemment peu commerciale qui caractérisent la fin du xv^e^ siècle ont néanmoins porté leurs fruits.

A cette époque le produit le plus souvent mentionné dans les cargaisons venant du Portugal est le se], relevé déjà en 1406 et 1457 (6). Il faut y ajouter du sucre de Madère en 1497 (7) et des fruits méditerranéens en 1499 (8).

Le document qui nous renseigne sur ce dernier produit mérite d être analysé avec quelque détail. Nous y voyons qu'un conflit a surgi à Middelbourg entre Loys de Castro, marchand de Lisbonne, demandeur, et Sancho de Menstaca, patron du «Sainte Marie», défendeur. Le demandeur avait chargé «dans la rivière de la ville de Faro» sur le navire de Menstaca une certaine quan- (*)

(*) *Bronnen*, t. n, n.os 259, 271, 283, p. 3g3 n. 1.
(2) *Ibid.,* p. 3go, n.° 284.
(3) Cf. à ce propos GORIS: *Colonies marchandes,* pp. 2i5 sqq.
P) *Bronnen,* t. n, p. 3g3, n.° 279, p. 400. n.° 282, n.° 284.
(5) UNGER: *Middelburg als handelsstad,* p. io5 et n. 3.
(6) Cf. ci-dessus, p. 206 et *Bronnen*, t. ni, n.° 223.
(7) *Ibid.,* n.° 379.
(8) *Ibid.,* n.° 387.

tité de fruits à transporter en Flandre ou au port d'Arnemuiden. Le demandeur a dû laisser les fruits au défendeur comme paiement des frais de transport, par suite d'un cas de force majeure survenu à Menstaca. Le magistrat de Middelbourg se déclare incompétent et décide que le différend devra être tranché là où le contrat a été conclu — c'est-à-dire à Faro — ou partout où il plaira aux parties, mais non à Middelbourg. On voit qu'on était bien loin de la juridiction autonome que le duc Albert de Bavière proposait aux Portugais en i3go.

En 1492, nous voyons encore que l'on achète une grande quantité de céréales espagnoles au facteur royal (4).

Remarquons, en terminant, que toutes les marchandises originaires du Portugal n'arrivaient pas à Middelbourg sur des vaisseaux portugais. Ainsi en 1459 un patron de navire d'Amsterdam transporte des marchandises portugaises de Lisbonne à la rade d'Arnemuiden ou à la passe des Wielingen. Nous le savons par un document du 9 octobre de cette année par lequel «Vincent Gyl, Portuigalois» réclame à Costin Mattys, batelier de l'ile de Westerschouwen, une certaine quantité de marchandises que Heynrick Pillen d'Amsterdam avait chargées à Lisbonne et pour lesquelles Costin s'était porté garant. Celui-ci nie le fait, mais Gyl prétend qu'il a été enregistré à Lisbonne. Les bourgmestres et échevins de Middelbourg décident que l'on enverra un messager dans la capitale portugaise et que Gyl supportera provisoirement les frais, en attendant que soit connue la teneur réelle des événements (2).

De même en i486, un marinier de Danzig transporte du sel de Lisbonne à Arnemuiden (3). Le sucre de Madère que nous avons déjà mentionné pour 1497 était transporté par un navigateur breton de St. Pol (4).

***

Les indications réunies ci-dessus attestent l'essor du commerce maritime portugais avec les régions du nord-ouest de l'Europe au

(1) *Bronnen*, t. 11, p. 3<)2. Il ne s'agit pas d'épices comme le croit UNGER: *Middelburg ah handehstad*, p. 107, n. 6.

(2) *Bronnen*. t. 111, n.° 234.

(3) *Ibid.*, n. 332.

(4) *Ibid.*, n.° 379.

xive et au xve siècle. Ce ne sont évidemment que des fragments d'une vaste enquête dont le plan a été partiellement esquissé au début du présent travail et que j'espère bien mener à bon terme tant pour l'Espagne que pour le Portugal. Dans ce domaine il reste énormément à faire et je souhaite, pour ma part, que d'autres consentent à s'associer aux nombreuses recherches qui doivent nécessairement préparer la mise au point finale (4).

Qu'il suffise pour l'instant de souligner qu'Harfleur au xive siècle et Middelbourg aux xive et xve nous permettent de suivre des étapes intéressantes de l'expansion maritime portugaise vers les pays* septentrionaux. Cette expansion prend place dans le cadre du développement de la navigation atlantique qui marque les xive et xve siècles, par suite de la décadence des foires de Champagne et de l'interruption — au moins partielle — du trafic international continental à travers la France, causée par la guerre de Cent Ans (2).

En ce qui concerne plus particulièrement l'organisation des colonies marchandes, nous avons pu constater une évolution très nette vers l'autonomie des communautés, ébauchée à Harfleur en 1341, achevée à Middelbourg en 1390 dans l'offre du duc Albert de Bavière aux négociants lusitaniens de Zélande. Ce sont deux étapes qui mènent vers l'organisation complexe et hiérarchique que nous connaissons pour Anvers au xvie siècle.

Les données que nous avons pu réunir sur le trafic lui-même sont encore assez pauvres. C'est ici que devra intervenir l'exploration des documents de la pratique dont nous avons parlé au début. Mais édifions d'abord les cadres. Le tableau détaillé viendra ensuite, avec toute la diversité de ses perspectives et de ses nuances.

CHARLES VERLINDEN

(9 Cf. mon article: *The rise of Spanish trade in the middle ages* (*Economie history Review*, t. x, Londres, 1940) p. 5q.

(2) H. PIRENNE: *Le mouvement économique et social* dans *Histoire du Moyen âge*, t. VIII de *Y Histoire générale* de G. GLOTZ (Paris, 193 3) p. 92.

Sobre los conceptos de hurto y robo en el derecho visigodo y postvisigodo

Las circunstancias que cualifican los delitos de hurto y robo como dos acciones punibles de naturaleza distinta no han sido las mismas en los diversos sistemas jurídicos ni pueden apreciarse siempre en todas las fases de la evolución histórica del derecho. De la noción común de sustracción de la propiedad o de la tenencia ajenas como constitutiva de un delito se derivaron circunstancias especiales en la forma de realizarse aquella sustracción y en la finalidad o el objeto de la misma que llevaron a la separación conceptual de delitos diversos, cuyo elemento común radicaba en esa sustracción de la propiedad o de la posesión ajenas. Nacieron así, entre otros, los conceptos de «hurto» y de «robo» como dos delitos diferentes que, cualificados por circunstancias distintas, se han incorporado a la mayor parte de las legislaciones modernas, entre ellas la portuguesa y la española. Pues bien: en estas notas vamos a tratar precisamente de establecer si es posible apreciar la distinción entre esos dos conceptos de hurto y robo en el derecho visigodo y en el del periodo siguiente: es decir, en el derecho leonés-castellano de la más alta Edad Media.

La diferenciación entre el hurto y el robo se encuentra, desde luego, en el derecho romano y en el derecho germánico, pero en estos derechos la distinción no obedece a la apreciación de las mismas circunstancias cualificativas. Por consiguiente, la separación conceptual del hurto y el robo como delitos diferentes es común a los dos sistemas jurídicos que de un modo más acentuado han actuado como elementos formativos del derecho hispánico.

Habrá, pues, que precisar si en el derecho visigodo y postvisigodo puede apreciarse la distinción entre hurto y robo como actos punibles distintos y diferenciados y, al propio tiempo, que dejar esclarecido si esa distinción —caso de haber existido — tiene un origen germánico o romano.

Ninguno de los historiadores o juristas que se han ocupado del derecho penal visigodo y del derecho penal de los Estados de la Reconquista se ha planteado esta cuestión. Dahn en sus «Westgothische Studien» no hace distinción alguna y sólo se ocupa del «furtum» (4); Torres sigue en este tema a Dahn y no alude al problema (2); los viejos y anticuados libros de Gutiérrez (3) y Du Boys (4) tampoco se refieren al mismo y sólo tienen en cuenta la separación entre hurto y robo que se encuentra en las Partidas, y lo mismo hacen Minguijón (5) y los tratadistas de derecho penal cuando bosquejan la historia de los delitos contra la propiedad en sus tratados generales (6); el mismo Gama Barros — en cuya memoria escribimos estas líneas — recoge en su admirable obra no pocas noticias sobre hurto y robo en el derecho visigodo y postvisigodo pero no distingue entre ambos delitos (7). Solamente Riaza y Garcia Gallo en su «Manual de Historia del Derecho español)) plantean la cuestión incidentalmente en el derecho español medieval y se pronuncian en el sentido de que «en los delitos con-

(*) Vid. F. Dahn, *Westgothische Studien,* (Würzburg, 1874), págs. 290 ss.

(2) Vid. Manuel Torres, *Instituciones económicas, sociales y políticoadministrativas de la Península Hispánica durante los siglos V, VIy vil,* en «Historia de F.spaña» dirigida por Ramón Menéndez Pidal, tomo ni (Madrid, 1940), pág. 245.

(3) Vid. Benito Gutiérrez, *Examen histórico del derecho penal,* Madrid, 1866.

(4) Vid. Alberto du Boys, *Historia del derecho penal de España,* Madrid, 1872.

(5) Vid. Salvador Minguijón, *Historia del derecho español.* Cuaderno décimo. Derecho penal. Zaragoza, 1926* el mismo, *Historia del derecho español,* 3.ª ed., Barcelona, 1943.

(6) Vid., por ejemplo, Eugenio Cuello Calón, *Derecho Penal,* 11, 2 (Barcelona, 1940), pág. 99.

(7) Vid. H. da Gama Barros, *Historia da Administração pública em Portugal nos séculos Xil a XV,* m (Lisboa, 1914), págs 325 ss. También pueden ser interesantes a este respecto los datos muy numerosos aportados por Gama Barros cuando trata de las penas convencionales en los documentos. Vid. *Ibidem*, págs. 124 ss.

tra los bienes no hay base segura para separar los conceptos de hurto y robo» (8).

En el derecho romano el hurto — «furtum»—fue una figura de delito privado, es decir, que lesionaba un interés particular, ya conocida de las xn Tablas, que distinguieron entre el hurto sorprendido en el momento de cometerse («furtum manifestum») y el que no ha sido descubierto in-fraganti («furtum nec manifestum») (9). Pero el concepto romano del «furtum», tal como lo fue elaborando la labor jurisprudencial, es, como se sabe, mucho mas amplio que el concepto moderno de este delito (10). No se entiende entonces el «furtum» como la mera sustracción material de la cosa, el «furtum» no es sólo una sustracción («subreptio») sino, como resulta de la definición que Paulo dá del hurto i/1), una «contrectatio», término de significación indecisa que puede significar todo apoderamiento o utilización abusiva de un bién ajeno, sin necesidad de que haya sustracción material (42). Así, en el concepto romano del hurto, tal como luego lo recogió el derecho justinianeo, entra no sólo la sustracción material de la cosa (el «furtum rei») sino el uso indebido de un bién ajeno («furtum usus») y la aprehensión de la cosa al poseedor por el propietario mismo, como en el caso del acreedor pignoraticio a quién el dueño de la cosa pignorada sustrae la posesión antes de ser satisfecho el crédito que garantiza («furtum possessionis») (13). El concepto romano

(8) Vid. R. Riaza y A. Garcia Gallo, *Manual de Historia del derecho español* (Madrid, 1934), pág. 753.

(9) La distinción se encuentra ya en las xn Tablas. Vid. Gayo, *Inst.,* 3, 189; 190 *y* 192, y xii Tablas vm, 16. — Sobre el «furtum manifestum» vid. F. de Vischer, *Le fur manifestus,* «Nouvelle revue historique du droit français et étranger», LXVI (1922), pags. 422 ss.

(i°) para todo lo relativo al hurto y al robo en el derecho romano vid. la obra fundamental de Mommsen, *Das romische Strafrecht,* Leipzig, 1899, versión española de P. Dorado Montero, 2 vols., Madrid, 1905, y también C. Ferrini, *Esposipone storica e dottrinale del diritto penale romano,* en «Enciclopedia del Diritto penale italiano» de E. Pessina, vol. 1 (1901), págs. 1-428.

(11) Paulo, Dig., 47, 2, 13 : «Furtum est contrectatio rei fraudulosa lucrifaciendi gratia, vel ipsius rei vel etiam usus eius possessionisve.»

(12) Vid. P. Huvelin, *Etudes sur le furtum dans le très ancien droit romain,* Lyon-Paris, 1915 ; Pampaloni, *Studi sull delitto di furto,* Turin, 1900-1901.

(13) Vid. P. F. Girard, *Manuel élémentaire de droit romain,* (8ª ed., Paris, 1929), págs. 431 ss., R. Sohm, *Instituciones de derecho romano,* (trad. española, Madrid, 1928), págs. 418 ss.

del hurto comprende, pues, no sólo las sustracciones que hoy calificamos de hurtos, sino los actos punibles que en la actualidad se tipifican como abusos de confianza, estafas, etc. Por otra parte, en el concepto romano del ((furturn» entran otros elementos no objetivos como el «animus furandi», es decir, la intención fraudulenta y consciente del acto ilícito que se comete (14), el «animus lucrifaciendi» o deseo de lucrarse (15), y también la circunstancia de que la acción se realice en contra de la voluntad del propietario («invito domino»), y, en la doctrina que finalmente prevaleció, que el acto punible tenga por objeto una cosa mueble (16).

Del «furtum» así entendido se derivaron en el derecho romano, como es sabido, las acciones penales, que tendían a obtener del ladrón el pago de una composición o multa, y las acciones reipersecutorias dirigidas a la recuperación de la cosa sustraída, representadas principalmente por la «rei vindicatio». Las acciones penales fueron diversas según los casos (17), y ya con anterioridad

(H) Vid. Albertario, *Animus furandi. Contributo alla dottrina del furto nel Diritto romano e nel Diritto bizantino,* Milán, 1923.

(15) Vid. P. Huvelin, *L'animus lucri faciendi dans la théorie romaine du vol*, «Nouvelle revue historique du droit français, XLII (1918), págs. 73 ss.

(16) Vid. Girard, *Droit romain*, pag. 432; J. Arias Ramos, *Derecho romano*, ii (Madrid, 1943), pág. 128.

(17) Vid. Girard, *Droit romain*, págs. 432 ss. — Guando se trataba de un «furtum manifestum» la acción penal no había superado todavia en la época de las xii Tablas la fase de la composición voluntaria y su euantia se concertaba, por consiguiente, entre el ladrón y el perjudicado; en el caso del «furtum nec manifestum» la composición legal estaba fijada en el duplo del perjuicio causado. Podían darse también las acciones «furti concepti» y «furti oblati», concedida la primera contra aquel en cuyo domicilio se encontraba la cosa hurtada después de un registro no solemne y la segunda en favor del que tenía de buena fé la cosa hurtada y contra los que se la entregaron. Por estas acciones podía reclamarse el triplo del valor de la cosa. Posteriormente el pretor mantuvo la «actio furti nec manifesti» dei duplo y las acciones «furti concepti» y «furti oblati» dei triplo, y creó tres acciones del cuadruplo: la «actio furti manifesti» para el caso de hurto flagrante, la «actio furti non exhibiti» contra aquel en cuyo domicilio se encontraba la cosa hurtada a consequência de un registro domiciliario, solemne y ritual *(lance licioque),* y la «actio furti prohibiti» contra el que no permitía en su casa dicho registro. El hallazgo de la cosa hurtada como consecuencia de un registro «lance licioque» convertía el hurto en un «furtum manifestum». Vid., acerca de esto F. de Vischer, *La procédure d'enquête lance et licio et les actiones concepti et oblati*, «Revue d'Histoire du Droit» (Harlem), vi

a Justiniano se redujeron a una «actio furti», que podía ser «actio furti manifesti», encaminada a obtener una composición del cuádruplo del valor de la cosa y «actio furti nec manifesti», del duplo (18).

De esta noción romana dei «furtum» se derivó en el derecho pretorio el concepto de «rapiña» como el de un hurto realizado con violencia, o sea, del robo, según su denominación actual, constituyéndose la «rapiña» como figura independiente de delito a consecuencia de un edicto del pretor Terencio Lúculo. Si se exceptúa la intervención de la violencia en la comisión de la «rapiña», las circunstancias cualificativas de este delito fueron las mismas del «furtum». El edicto de Lúculo estuvo determinado por la necesidad de actuar contra las bandas de malhechores que asolaban Italia y tendía a reforzar y completar las disposiciones de derecho civil en materia de injuria, daños y hurto (19). El delito de «rapiña» nace, pues, por un edicto pretorio en estrecha relación con actos de destrucción — y no sólo de sustracción — cometidos por bandas de malhechores y, a juicio de Mommsen, el edicto del pretor Lúculo solamente apuntaba a los daños y más tarde se extendió al hurto acompañado de violencia por la imposibilidad práctica de distinguir en muchos casos los actos de sustracción de los de destrucción violenta (20). El pretor creó entonces una «actio in quadruplum», por la que se reclama el cuádruplo del valor de la cosa robada en cuadrilla o del daño causado por una banda y que luego se extendió a la sustracción violenta realizada por uno solo (21). Esta acción del cuádruplo—«actio vi bonorum raptorum» — puede reclamarla el perjudicado por um «furtum» realizado con violencia — «rapina» — antes de que transcurra un año, pues, transcurrido este, la acción es «in simplum», o sea, se reduce al valor de la cosa (22), y lo mismo queda establecido

(1925), págs. 240 ss.; y Cl. von Schwerin, *Die Formen der Haussuchung in indogermanischen Rechten,* Berlin-Leipzig, 1924.

(18) Vid. Girard, *Droit romain*, pag. 436.

(19) *Ibidem*, pág. 441, y 441 notas 4 y 5. — A esto se refiere Cicerón, *Pro Tullio*, 4, 8.

(20) Vid. Mommsen, *Derecho penal romano*, 11, pág. 133 ss.

(21) Vid. Arias Ramos, *Derecho romano*, 11, pág. 126.

(22) Vid. Girard, *Textes de droit romain*, pág. 158: Edicto pretorio: «186. *De hominibus armatis coactisve et vi bonorum raptorum.* Si cui dolo malo

para el caso de daño o robo con motivo de catástrofe, incendio o naufragio (23). Esta «actio vi bonorum raptorum» fue probablemente en la época clásica una acción penal, pero el derecho justinianeo la consideró como mixta (24).

El derecho germánico distinguió también entre el hurto («Diebstahl») (25) y el robo («Raub»). Según la concepción germánica, la palabra «hurto» designa, en sentido estricto, «la aprehensión clandestina y antijurídica de una cosa mueble ajena con la intención de apropiársela» (26), y, en sentido amplio, son también calificados de hurtos otros casos de violación clandestina de la tenencia ajena, como la malversación, detentación o retención furtiva de la cosa. Característica del concepto germánico del hurto es, como se advierte, la clandestinidad de la aprehensión ilícita de la cosa, y también la de ser este delito un ataque a la tenencia o posesión («Gewere», vestidura), no a la propiedad (27). Común a todos los derechos germánicos fué la distinción entre hurto mayor («furtum capitale») y menor, y, por lo que se refería a la penalidad, fué de importancia la diferenciación entre el hurto sorprendido in-fraganti y el hurto no flagrante, asimilándose, a veces, el hurto incontes-

hominibus *armatis* coactisve damnum qui factum esse dicetur sive cujus bona *vi* rapta esse dicentur, in eum, quid id fecisse dicetur, *in anno quo primum de ea re experiundi potestas fuerit, post simplum judicium dabo...*»

(23) Girard, *Textes,* págs. 158 ss. : Edicto pretorio, «189: De incendio ruina naufragio rate nave expugnata. — In eum, qui ex incendio ruina naufragio rate nave expugnata quid rapuisse recepisse dolo malo damnive quid in his rebus dedisse dicetur: in quadruplum in anno, quo primum de ea re experiundi potestas fuerit, post simplum judicium dabo...»

(24) Vid. Girard, *Droit romain,* pág. 445.

(25) Sobre el hurto en el derecho germánico véase la obra clásica de Wilda, *Das Strafrecht der Germanen,* 11 (2ª ed.), págs. 825 ss., y R. His, *Geschichte des deutschen Strafrechts bis qur Karolina,* (Munich-Berlin, 1928), págs. 153 ss.

(26) Asi define el hurto en sentido estricto según la concepción germánica R. His, *Geschichte des deutschen Strafrechts,* pág. 153.

(27) Vid. Gl. von Schwerin, *Deusche liechts geschichte (mit Ausschluss der Verfassungsgeschichte),* 2.ª ed., Leipzig-Berlin, 1915, pág. 170. — «La clandestinidad-dice Brunner, *Deutsche Rechtsgeschichte,* 11, (2.ª ed., Munich-Leipzig, 1928), pág. 826-es esencial al hurto. La palabra «thiubjó» (= hurto) tiene la significación de secreto».

table al hurto flagrante y castigándose el gran hurto flagrante con la muerte en la horca (28).

El derecho germánico, a diferencia del romano, separó del concepto del hurto la malversación o retención furtiva de la cosa («Unterschlagung») en cuanto el hurto requería, para ser cualificado como tal, la violación de la tenencia o posesión ajenas, y esto no se daba en determinados supuestos, como, por ejemplo, en el de la retención furtiva de la cosa hallada. Sin embargo, estos actos punibles fueron equiparados al hurto por lo que se refería a la pena (29).

El concepto germánico de «robo» supone, en sentido estricto, la aprehensión pública, manifiesta y antijurídica de una cosa mueble que se halla en la tenencia («Gewere») ajena, y, por lo tanto, pueden ser también robos la toma en prenda ilegítima, la sustracción de la cosa por el propietario al poseedor pignoraticio y, en sentido amplio, robo se denomina asimismo la apropiación de un fundo, la negativa a la satisfacción de una deuda. El empleo de la violencia no fue, pues, como en el derecho romano, el elemento característico del robo en la época más antigua, o la violencia suponía sólo la falta de consentimiento de la víctima, y al robo faltó el signo distintivo del hurto, la clandestinidad ; por ello, el robo, según el derecho germánico, es un delito menos grave que el hurto (30).

(28) Vid. His, *Geschichte des deutschen Strafrechts,* pág. 155. — El ladrón sobre cuyo carácter de tal no hay duda alguna — «latro cognitus», «ladrón sabido», «ladrón manifiesto», según las fuentes españolas medievales — está también asimilado al ladrón flagrante en el derecho hispánico de la Edad Media y es castigado con la muerte en la horca. Tratamos de esto, con las oportunas referencias a los datos de las fuentes, en nuestro estudio «El «apellido». Notas sobre el procedimiento «in-fraganti» en el derecho español medieval», Cuadernos de Historia de España, vn (Buenos Aires, 1947), págs. 82 ss.

(29) Sobre la malversación y retención furtiva («Unterschlagung») vid. Brunner, *Deutsche Rechtsgeschichte,* 11 (2.ª ed.j, págs. 840ss.; His, *Geschichte des deutschen Strafrechts,* págs. 160ss.; F. C. Huber, *Die Unterschlagung,* 1878; E. Meister, *Fahrnisverfolgung und Unterschlagung im deutschen Recht,* Festgabe für A. Wach, 1913 ; J. Hübner, *Der Fund im germanischen und alteren Recht,* (1914), pág. 116 ss.

(30) Sobre el robo en el derecho germánico vid. Wilda, *Strafrecht der Germanen,* págs. 914ss.; Brunner,*Deutsche Rechtsgeschichte,* 11, págs. 837ss.; His, *Geschichte des deutschen Strafrechts,* págs. 157SS.

Estas notas se encaminan a poner de relieve que la diferenciación entre los delitos de hurto y robo establecida por el derecho romano y el germánico, aunque apreciando para tipificarlos como delitos distintos circunstancias y elementos diferentes, puede descubrirse también en la legislación visigoda y en el derecho del periodo que sigue a la destrucción del Estado godo y a la invasión de España por los musulmanes. El examen atento de determinadas leyes de la «Lex Visigothorum» y de algunos documentos de aplicación del derecho de los siglos x y xi nos revelará que el derecho visigodo distinguió también el «furtum» de la «rapiña», según el modelo romano, — que las leyes visigodas tuvieron siempre tan presente —, y, al propio tiempo que el derecho postvisigodo, es decir, el derecho que rigió en el periodo astur-leonés y que sólo podemos conocer a través de los diplomas y de los primeros fueros municipales, se mantuvo fiel en esta cuestión—ya que no en otras — (31) a las normas de la legislación visigoda y, por lo tanto, al derecho romano en que esta se inspiraba. Y así, estas notas podrán contribuir también, dentro de lo limitado de su tema, al esclarecimiento del problema de la vigencia real de las normas de la legislación visigoda en el derecho hispánico de la alta Edad Media (32), y al de la valoración, no siempre debidamente apreciada, de los elementos románicos de este derecho (33).

(31) Sobradamente conocida es la contradicción existente entre las normas de la «Lex Visigothorum» y el derecho consuetudinario de los Estados de la Reconquista. Sobre el germanismo de este derecho medieval hispánico y su orientación, contraria en muchos aspectos al derecho visigodo, llamaron la atención, como es sabido, Ficker e Hinojosa. Cf. J. Ficker, *Sobre el íntimo parentesco entre el derecho godo-hispánico y el noruego-islándico,* Barcelona, 1928; E. de Hinojosa, *El elemento germánico en el derecho español*, Madrid, 1915.

(32) Sobre la cuestión de la vigencia, en no pocos aspectos, de la ley visigoda en la alta Edad Media, a la que se refieren numerosos documentos de aplicación del derecho y que fué ya señalada por Martínez Marina, vid. el reciente trabajo de J. Orlandis, *Huellas visigóticas en el Derecho de la alta Edad Media*, **AHDE, XV** (1944), págs. 644 ss.

(33) Después de los últimos trabajos de Merea parece, efectivamente, que se ha valorado con exceso la aportación de los elementos germánicos al derecho medieval hispánico. Sobre su carácter fundamentalmente románico se ha pronunciado recientemente Merea en la «Oratio de Sapientia» del curso escolar 1944-45 en la Universidad de Coimbra. Vid. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, xx (1944), págs. 594 ss.

En la «Lex Visigothorum» no es posible apreciar la distinción romana entre el «furtum manifestum» y el «furtum nec manifestum», común, por otra parte, al derecho romano y al germánico, pero al caso del ladrón sorprendido y detenido in-fraganti («captus in furtum») alude alguna ley (34), y, si se dan determinadas circunstancias, se permite en este caso la aplicación de un procedimiento in-fraganti (35), por lo que nos inclinamos a creer que tal distinción fue' conocida por el derecho visigodo. La composición, por ejemplo, que el ladrón ha de satisfacer a la víctima importa, según alguna ley, la cuantía del duplo del valor de la cosa, o sea, la romana del «furtum nec manifestum» (36)$_7$ y tambie'n encontramos la composición del cuádruplo correspondiente a la «actio furti manifesti» del derecho romano a partir del procedimiento formulario (37), pero en la legislación visigoda, cuando aparece esta composición del cuádruplo, no es con referencia a la «actio furti manifesti» sino a la acción «in quadruplum» que corresponde no al hurto sino a la «rapiña» (38i. Por otra parte, en el derecho visigodo se encuentra también, regulada por varias leyes, la suma de nueve veces el valor de la cosa hurtada como cantidad que ha de ser satisfecha por el ladrón (39), no siendo posible determinar con

(34) Lex Visig., vu, 2, 16 Antiqua: «... Fur nocturnus captus in furtum, dum res furtivas secum portare conatur, si fuerit occisus, mors eius nullo modo vindicetur».

(35) Por ejemplo, en el caso del ladrón nocturno sorprendido in-fraganté y del que se defiende a mano armada. Del procedimento in-fraganti en el derecho visigodo y en el derecho español medieval nos ocupamos con detención en nuestro estudio «El «apellido». Notas sobre el procedimiento «in fraganti» en el derecho español medieval», Cuadernos de História de España, vu (1947), págs. 68-io5.

(36) Lex Visig., vu, 2, 9. Esta ley habla claramente de la composición del duplo «que es debida por los ladrones» : «... duplam compositionem, que a furibus debetur, exolvat».

(37) Vid *supra.*

(38) Vid. *infra* las notas 55, 56, 57, 58, 5ç y 60.

(39) Lex Visig., vu, 2, 13 : «De damno furis. Cuiuslibet rei furtum et quantalibet pretii extimatione taxatum ab ingenuo novies, a vero servo sexies ei, qui perdidit sarciatur, et uterque reus C flagellorum verberibus coerceatur. Quod si aut ingenuo desit, unde conponat aut dominus componere pro servo non adnuat, persona, que furti contagio sordidavit, servitura rei domino perenniter subiacebit; Lex Visig., vu, 2, 14: «Ut fur captus perducatur ad iudicem, et ut ingenuus cum servo faciens furtum unam compositionem exol-

seguridad si e'sta sería la composición debida en el caso del «furtum manifestum». Y es que la cuestión de la composición en el caso del hurto no está clara en las leyes visigodas y los autores que incidentalmente se han ocupado del tema no proporcionan sobre el asunto esclarecimientos satisfactorios. Dahn sólo habla de que «al hurto corresponden la pena pecuniaria («Geldstrafe») y la pena de azotes», pero no llama al pago de nueve veces el valor de la cosa «pena pecuniaria» sino «composición» o «indemnización» («Ersatz») (4,J), y Gama Barros cree que, cuando en el derecho visigodo se admite la composición, no se impone al reo ninguna pena pecuniaria en favor del fisco (41), pero no nos explica por qué unas leyes hablan de la suma de nueve veces el valor de la cosa — o de seis si el ladrón es un siervo — y otras de la composición del duplo: «...duplam compositionem, que a furibus debetur, exolvat.» (42).

Pues bien: creemos que, desde luego, la composición del duplo, correspondiente a la «actio furti nec manifesti» romana, tiene en el derecho visigodo el carácter de una verdadera composición o reparación del daño al perjudicado y con tal carácter la debe el ladrón, en cuanto la Lex Visig., vu, 2, 9, dice claramente que esta composición del duplo es la debida por los ladrones (43), pero el duplo es también la reparación debida por cualquier daño patrimonial que haya podido causársе y con este sentido aparece

vant Fur, si captus fuerit, perducatur ad iudicem, ut ingenuus in novecuplo sublata restituat, et extensus publice coram iudicem G flagella accipiat. Quod si non habuerit unde conponat careat libertatem, illi serviturus, cui furtum fecerit.. »; Lex Visig., VIII, 6, 3: «De furatis apibus. Si quis ingenuus in appiaria furti causa fuerit conprehensus, si nihil exinde abstulerit, propter hoc, quod ibidem comprehensus est, tres solidos solvat et L flagella suscipiat. Ceterum si abstulerit, novecuplum cogatur exolvere et predictum numerum flagellorum excipiat Servus vero, si ingressus nihil abstulerit, G verberibus addicatur. Quod si abstulerit, sexcuplo reddere conpellatur; pro quo si dominus satisfacere noluerit, cum serviturum illi, qui damnum pertulit, tradat»».

(*°) Vid. Dahn, *Westgothische Studien*, pág. 209.

(41) Vid. Gama Barros, *História da Administração,* ni, pág. 423.

(42) vid. para estas cuestiones la detallada exposición que hace Gama Barros sobre las composiciones en el derecho visigodo. Gf. Gama Barros, *ibidem*, págs. 422 ss.

(43) Lex Visig., vu, 2, 9. Vid. nota 36.

en diversas leyes de la «Lex Visigothorum» (44). Ahora bien: el pago de la suma de nueve veces el valor de la cosa hurtada, que encontramos en varias leyes visigodas, no parece entonces que pueda tener — en cuanto sabemos ya por otra ley que la composición del duplo es la debida por los ladrones — otra explicación satisfactoria que la de ser la composición debida por el ladrón flagrante o acerca de cuyo delito no existe duda alguna. En tal caso, la composición del duplo sería la propia del «furtum nec manifestum» y la del nónuplo la del «furtum manifestum». Pero también es posible que en la composición del nónuplo se manifestase en el derecho visigodo una tendencia hacia la pena pública para el caso del hurto, tendencia que se manifestó igualmente en el derecho romano (45), y que en la «Lex Visigothorum» aparece también en forma de castigo corporal (46). En el nónuplo iría en tal caso comprendido el duplo debido al perjudicado y el poder público recibiría entonces — contra la opinión antes señalada de Gama Barros — una cuota del total de la «compositio». No hay que desechar por completo la posibilidad de que, bajo la doble acción de la influencia jurídica romana y de la propia tradición germánica, el derecho visigodo hubiese incorporado a su sistema jurídico la «actio furti» romana, pero mezclada con la idea germánica del «fredus», es decir, de la cantidad o multa debida al poder público por el delincuente y que, en un principio, fué una cuota de la «compositio» y en la época franca una suma fija debida al poder público, independientemente de la indemnización a la víctima (47). Sin

(44) Vid. God. Eur. cap. 289 y Lex Visig., v, 4, 8 Antiqua. También, Lex Visig., ii, i, 26; v, 6, 1; vu, 4, 1; vm, 1, 5; vm, 1, 7; vm, 3, 14; vm, 5, 7.

(45) Vid. Arias Ramos, *Derecho romano,* 11, pág. 126.

(46) Además de la composición o de la pena pecuniaria el derecho visigodo castiga al ladrón con una pena corporal de azotes. Cf. Lex Visig., vu, i, 1; vu, 2, 12; vil, 2, i3; VII, 2, 14. Para el caso de no poderse pagar la composición o pena pecuniaria, el derecho visigodo castiga al ladrón con la entrega del ladrón en servidumbre al perjudicado. Gf. Lex Visig. VII, 2, »3. —Vid la nota 3g.

(47) Vid. Brunner, *Deutsche Rechtsgeschichte,* 11, págs. 806 ss. «Zur compositio— dice Brunner — gehort auch das Friedensgeld. Es ist die compositio fisco debita und hat in dieser Zeit den Gharakter einer Strafsumme, die wegen Verletzung der Rechtsordnung an die óffentliche Gewalt zu zahlen ist. Was das Verhaltnis des fredus zur gesamten compositio betrifft, so haben wir ein alteres und ein jüngeres System zu unterscheiden, von wel-

embargo, la Lex Vis., VII, 2, i3 se opone a esto en cuanto parece atribuir al perjudicado la totalidad del nónuplo (48). El problema, desde luego, es difícil, pero el nónuplo debió de abrirse camino en concepto de «fredus» o pena pecuniaria debida al poder público, ya que podemos comprobar después que en el derecho español medieval el ladrón paga a la víctima la composición romana del duplo y satisface además al poder público, como resulta de algunas fuentes españolas medievales, una pena pecuniaria de nueve veces el valor de la cosa — las «novenas» — cuyo origen se encuentra indudablemente en el nónuplo de la legislación visigoda (49). Por otra parte, cuando la ley visigoda se refiere a casos en que el perjudicado es el poder público, como al tratar del hurto del tesoro público o de las cosas del Rey, la composición que ha de satisfacerse no es la del duplo sino la del nónuplo (5J).

La «Lex Visigothorum» distinguió entre el «furtum» y la «rapina», como lo había hecho el derecho romano, y esta distinción puede apreciarse en algunas de sus leyes. La expresión

chen jenes den fredus ais eine Quote der compositio erhobt, wahrend dieses die Friedensgelder ais fixe Betrage neben den Bussen in Rechnung stellt »

(18) Lex Visig., vu, 2, 13 : «... ab ingenuo novies, a vero servo sexies ei, qui perdidit, sarciatur.. »

(4#) Aportamos datos sobre la distinción del duplo debida al perjudicado y la pena pecuniaria del nónuplo o «novenas» en favor del poder público en las fuentes españolas medievales en nuestro mencionado trabajo «El apellido», Cuadernos de Historia de España, vu (1947), págs. 75 ss. Citaremos aquí como ejemplo: Fuero de Cuenca, cap. 1, 16 (ed. Ureña, pág. 128): «Palacii est teta calumnia furti; quia si quis furto fueritconuictus, habet palacio soluere nouenas, et querimoniosum furtum duplatum»; y Fuero de Cuenca, cap. xxx, 48 (ed. Ureña, págs. 661-62); «. .si furtum ie probare potuerit pectet peticionen! duplatam cum nouenis sicut forum est.» Y en un documento de 1162 (Hinojosa, *Documentos para la historia delas Instituciones de León y Castilla*, pág. 70) se dice: «. .o alguno de los sos bienes lis tomaren... que sea... pechado con el doblo a sos dueños e las novenas al Rey».

(50) Lex Visig., vu, 2, 10 Antiqua: «De pecunia et regis rebus furto sublatis. Si quis de tesauris publicis pecuniam aut aliquid rerum involaverit vel in uso suo transtulerit, in novecuplum eam restituat.». Zeumer señala que esta ley está inspirada en Paulo, v, 27, donde la cantidad a pagar es la del cuádruplo. Cf. Zeumer, *Leges Visigothorum,* MGH, LL Sec. 1, t. 1, pág. 292 nota 4.

«furtum» se encuentra en la mayor parte de las leyes visigodas (51), pero también aparece la de «rapiña» o el verbo «rapere» (52) y en alguna ocasión encontramos la palabra «furtum» y el verbo «rapere» en la misma ley y como aludiendo a hechos distintos. Asi, la Lex Visig.. vu, 2, 4 dispone que si algún hombre libre acaso fuese encontrado cometiendo algún delito o realizando un hurto («furtum forsitam faciat») o robando algo («vel aliquid rapiant») en unión de un siervo ajeno, debe pagar cada uno la mitad de la composición y ambos han de ser azotados (53j, y en la ley de Teudis de 546 sobre el procedimiento aparece también la palabra «rapina» (54). La Lex Visig., vn, 2, 4 parece, pues,

(51) Al «furtum» se refieren muchas leyes visigodas. Vid. entre otras, Lex Visig., vi, 2, i ; vn, 1, 3; vu, 2, 2; vu, 2, 4; vn, 2, 3; vn, 2, 7; VII, 2, i3; vn, 2, 14; VII, 4, 1; vin, 4, 10; vin, 4, 22 ; vm, 6, 3.

(5Z) Lex Visig, vm, i, 10 Antiqua: «Ut socios nominet aput quem pars rapine inventa cognoscitur. Aput quem scelus aut pars rapine fuerit inventa, istatim socios suos nominare cogatur. Qui, si nominare noluerit, teneatur ad vindictam. Quod si honestior persona est, aut pro scelere rationem reddat, aut qui ablata vel eversa fuerint undecuple conpositiones restituat et G flagella suscipiat. Si certe aput servum rapine pars reperiatur, CG flagella publice extensus accipiat et socios suos nominare non differat.* — Por este texto se advierte que la noción visigoda de la «rapina» responde a la idea de sustracción realizada en cuadrilla, que dió origen en el derecho romano al concepto de «rapina» como distinto del «furtum». También es interesante comprobar que los traductores del «Líber ludiciorum» al romance tienen en cuenta el elemento violencia que cualifica al robo en el derecho romano al traducir el texto de esta ley. Vid. *Los Códigos españoles*, 1, 2 * ed., pAg. 166: «Si el omne — dice el texto castellano — que a alguna partida de la cosa que fue forzada, si ge la pueden tallar, deve nombrar los que fueron con el en la roba E si lo non quisiere nombrar, sea tenudo de la emienda. E si es omne libre faga la emienda de la fuerza que fizo y entregue lo que tomó en X duplos e demás reciba G azotes. E si es siervo aquel que a la una partida de la roba, reciba G azotes, e nombre aquellos que fueren con el en la roba».

(M) Lex. Visig., vn, 2,4: «Si dominus cum servo alieno faciat furtum. Si quis ingenuus cum servo alieno in aliquo crimine inventus fuerit, ut furtum forsitam faciat uel aliquid rapiant aut inlicita queeumque conmittant, secundum superiorem legem medietatem eiusdem compositionis exolvat, ita ut ambo publice fustigentur. Et si noluerit dominus pro servo satisfacere, ipsum servum pro conpositione tradere non moretur. Quod si capitalia forte conmiserint simul servus cum ingenuo morte damnentur».

(51) Lex Theudi (ed. Zeumer, MGH, LL Sec. 1, tom. 1, pág. 469): «vestrum [aut] em quisquis si fabore lenitus aut redemptione proclivis eorum

tener en cuenta la distinción entre el «furtum» y la «rapina» como delitos diferentes, pero esta ley no es suficiente para deducir de ella que estos conceptos de «hurto» y «rapina», que parece diferenciar, respondan a la distinción romana entre la sustracción realizada sin violencia y aquella en que la violencia ha intervenido, o sea, la «rapina», el robo. Sin embargo, creemos que el derecho visigodo siguió en la distinción de hurto y robo con toda fidelidad al derecho romano, y que las circunstancias que cualificaron a esos dos delitos como actos punibles diferentes fueron las mismas que en el derecho romano, es decir, que la violencia fue la característica del robo en el derecho visigodo, que siguió en esto la orientación romana y no la germánica. Procuraremos demostrarlo.

Siempre que la «Lex Visigothorum» habla de «furtum» se refiere a la composición del duplo o del nónuplo, pero cuando emplea el verbo «rapere» la composición a que alude no es la del duplo ni la del nónuplo sino la del cuádruplo, es decir, la propia de la «actio in quadruplum» para el caso de la sustracción realizada en cuadrilla y extendida luego al hurto acompañado de violencia. Recordemos, como dijimos más arriba, que la noción romana de robo o «rapiña» como independiente del «furtum» nació en el derecho romano en estrecha relación con las sustracciones y daños realizados por bandas de malhechores y especialmente con los actos de destrucción cometidos por estos, al mismo tiempo que otros de sustracción, de los que no siempre se pudieron distinguir en la práctica, y probablemente la idea de violencia unida a todo acto de destrucción se incorporó de este modo a la de sustracción, tipificando una nueva modalidad del «furtum», el hurto violento, la «rapina». Pues bien: cuando en la «Lex Visigothorum» se habla de «rapere» y de composición del cuádruplo es precisamente cuando la sustracción se ha realizado en relación con algún acto de destrucción. Así, Cod. Eur. cap. 280 y Lex Visig., v, b, 3 Antiqua se refieren al caso de que alguien tuviese confiadas por otro algunas cosas muebles y se incendiase la casa del depositario y con ocasión del incendio alguien robase algo («Et si quis, dum domum flamma consumit...

neglexerit damna et rapinam quinque se noverit librarum auri multandum fisci conpendis profuturas».

aliquid forte rapuerit. .. »)y se determina que el que hubiese robado lo restituya en un cuadruplo («...ille, qui rapuerit, in quadruplum rapta restituat») (55). Y la Lex Visig., vu, 2, 18 Antiqua no hace más que reproducir una Sentencia de Paulo, incorporada a la «Lex Romana Visigothorum» (56), y sacada del Edicto pretorio (57), disponiendo que cualquier cosa que fuese robada con ocasión de incendio, ruina o naufragio sea reparada con el pago del cuádruplo: «Quidquid ex incendio, ruina vel naufragio, raptum fuerit... in quadruplum reformare cogatur» (58). Por otra parte, la Lex Visig., vin, 1, 9 Antiqua dispone que los que van en campaña («Qui in expeditione vadunt...») y sustraen algo deben también la composición del cuádruplo y si no tienen con qué satisfacerla han de pagar el valor escueto de lo que hubiesen cogido y recibir ciento cincuenta azotes (59). En esta ley no se habla de «rapere»

(55) God. Eur. cap. 280 y Lex Visig., v, **5**, **3** Antiqua. — Por cierto que Brunner, *Deutsche Rechtsgeschichte*, 11, págs. 826 ss., al hablar de la clandestinidad como circunstancia cualificativa del hurto en el derecho germánico dice que, por razón de la falta de esa clandestinidad, no es un hurto en el derecho visigodo y bávaro la acción de sustraer alguna cosa de una casa incendiada con el pretexto de prestar auxilio, a que se refieren Cod. Eur. cap. 280 y Lex Visig., v, **5**, **3**. Pero este precepto no cabe relacionarlo, como hace Brunner, con el derecho germánico sino que tiene clara filiación en el texto de derecho romano que citamos en la nota **23**, y, por ello sin duda, se habla de cosas robadas («rapta») y procede la acción «in quadruplum» de la «rapina» romana. Ya Savigny en su «Geschichte des romischen Rechts im Mittelalter», 11 (2.ª ed., 1834), pág. **85** observó, como advierte Schwerin, AHDE, !, pág. 44, que la «poena quadrupli» en el robo, a que alude Cod. Eur. cap. 280, no procede del derecho germánico sino del romano. También Zeumer, *Leges Visigothorum*, MGH, LL, Sec. 1, t. 1, pág. 7 nota 2 dice respecto de Cod. Eur. cap. 280 : «Poena quadrupli pro re ex incendio furata ex iure romano sumpta est».

(56) Lex Romana Visigothorum (ed. Haenel, p. 414); Paulo, v, **3**, 2 (Dig. **XLVII**, 9, **1**): «Quidquid ex incendio, ruina, naufragio... raptum, susceptum suppressumve erit, eo anno in quadruplum eius rei, quam quis suppresserit, celaverit, rapuerit convenitur, postea in simplum».

(57) Vid. la nota **23**.

(58) Lex Visig., vu, 2, 18 Antiqua: «De his, qui a diversis naufragiis rapiuntur. Quidquid ex incendio, ruina vel naufragio, raptum fuerit, et aliquis ex hoc quidquam ab alio susceperit sive celaverit, in quadruplum reformare cogatur».

(69) Lex Visig., vin, i, 9; Antiqua: «De his, qui in expeditione euntes aliquid aufferre vel depredare presumunt. Qui in expeditione vadunt, que

sino sencillamente de «abstulere», pero la composición del «quadruplum» debió de obedecer a la idea de violencia que inevitablemente vá asociada con todo despojo cometido con ocasión de la guerra o por una fuerza armada. Pero, además, el pago del cuádruplo, característico de la romana «actio vi bonorum raptorum», aparece también unido a la sustracción cometida con violencia en la Lex Visig., viu, i, 22 Antiqua, aunque aquí tampoco se emplee la expresión robar (= rapere) sino la de quitar, sustraer (= abstulere), en cuanto que dicha ley establece que el que atacase a otro en el camino o durante su trabajo y le quitase algo violentamente («...aliquid violenter intulerit vel abstulerit...») debe satisfacer al despojado la composición del cuádruplo: «.. .ille, qui abstulerit: quadruplum restituat» (60).

Vemos, pues, que la «Lex Visigothorum» aprecia la violencia en la sustracción de las cosas del mismo modo que el derecho romano y que castiga esa sustracción, realizada en relación con actos de destrucción o de violencia, con la misma composición característica de la «rapiña» romana y que, por otra parte, emplea también la doble terminología de «furtum» y «rapina» y, en algunas ocasiones, utiliza, cuando de la composición del cuádruplo se

abstulerint quadrupli satisfactioni restituant. Quod si non habuerint, unde conponant, rem simplam reddant et CL flagella suscipiant. Quod si nolentibus dominus servi hoc fecerint, rem ablata in statu reforment et CC flagella extensi sustineant. Cuius rei exactionem provinciarum comites vel iudices aut vilici studio suo non morentur inpedere, quia provincias nostras non volumus hostili predationi vastari.»—La versión castellana traduce «abstulere» por robar y no por hurtar. Vid. *Los Códigos españoles*, i (2* ed.i, pág. 166.

í60) Lex Visig., vin, i, 22 Antiqua: «De his, qui itineranti vel in opere rustico constituto aliquid abstulerit vel molestiam inferre presumserit. Qui in itinere vel in opere rustico constituto aliquid violenter intulerit vel abstulerit, ubi ex hoc iudici fuerit interpellatum, ille, qui abstulerit, quadruplum restituat, aut si aliut aliqu d cedis vel damni fecerit, legaliter satisfaciat.» — La «poena quadrupli» aparece también en otras leyes visigodas relacionadas con la organizac ón militar. Asi, el que manda tropas y recibe o toma algo por permitir que no vaya a campaña un hombre sano por razón fingida de enfermedad debe devolver lo tomado en cuádruplo a aquel a qu én lo tomó. Vid. Lex Visig., ix, 2, 6 Antiqua. ¿Tal vez por la idea de la violencia que puede ejercer el jefe de una tropa sobre los llamados a integrar ésta bajo su mando? Pero tamb én paga el cuádruplo el «comes civitatis» o el «annonarius» que no diesen los «annonae» correspondientes a los de la hueste. Vid. Lex. Visig. ix, 2, 6.

trata, el verbo «rapere» y nunca el verbo «furari». Parece, por lo tanto, que la distinción entre los conceptos de hurto y robo no fue ajena al derecho visigodo y que este se inspiró para determinarla en el derecho romano. Tenemos aquí, como en tantos otros casos, una manifestación suficientemente clara, del acentuado romanismo de la «Lex Visigothorum».

Más difícil es, en cambio, determinar el origen romano o germánico de aquellos actos de apropiación o de uso abusivo de una cosa ajena, sin que se diese propiamente sustracción alguna de la tenencia de la cosa y que el derecho romano consideró como hurtos, incluyéndolos en el amplio concepto definidor del «furtum», o sea, la, «contrectatio», y algunos de los cuales el derecho germánico separó conceptualmente del hurto y tipificó como un delito distinto, en el que apreció un ataque a la «vestidura» o «Gewere» ajenas: el delito de detentación o retención furtiva («Unterschlagung») (61). Para el derecho romano cometía un «furtum» el que vende una cosa ajena — por ejemplo, el depositario — y el que se apropia un objeto hallado, siempre que el inventor tenga conciencia de que la cosa que encontró tiene un propietario y se la apropie contra la voluntad de este, pues el que recoge un objeto abandonado creyéndolo perdido no comete un hurto (62). Este caso de la apropiación del objeto hallado es precisamente el típico de la «retención furtiva» germánica, que incluye también en su concepto la apropiación de cosas que han llegado a poder del poseedor de manos del ladrón (63). Ahora bién: aunque la «retención furtiva» aparece ya caracterizada en las más antiguas fuentes germánicas (64), se la designa frecuentemente como hurto y se la equipara con este en la pena, especialmente en el caso de la retención furtiva de las cosas que han salido involuntariamente de la «vestidura» o «Gewere» del poseedor y como hurto castigan las fuentes del periodo franco y las germánicas del Norte la retención furtiva de las cosas halladas cuando el inventor no hace público el hallazgo en el plazo prescrito (63).

(61) Vid *supra* y la nota 2q.
(62) Vid. Girard, *Droit romain,* pág. 432 nota 2. Cf. Dig., 47, 2; 43, pr. **5**.
(63) Vid. His, *Geschichte des deutschen Strafrechts,* pág. 160.
(61) *Ibidem*.
(**65**) Vid Brunner, *Deutsche Rechtsgeschichte,* 11, pág. 840.

Pues bien: el derecho visigodo considera, desde luego, como ladrones a los que cometen una serie de actos en los que no hay propiamente sustracción material de la cosa, pero es imposible precisar si los considera como tales inspirándose en el concepto romano del «furtum», en el que dichos actos están incluidos, o porque equipara al hurto la retención furtiva al modo germánico. Para la legislación visogoda son ladrones los que adulteran y corrompen con una aleación de metal vil los metales preciosos que se les han confiado por otros para la fabricación de algún adorno (66), y los orfebres que sustrajesen algo del metal que se les confió para su elaboración artística (67), y Brunner se refiere a estos casos al tratar de la malversación y retención furtiva en el periodo franco i68), pero lo más probable es que estos preceptos respondan a la inspiración romana en cuanto el derecho romano incluyó, como sabemos, el caso de uso abusivo de la cosa confiada en el concepto del «furtum». Sin embargo, no es fácil pro nunciarse sobre el origen germano o romano de otras normas jurídicas visigodas, que, como ha dicho Schwerin, son «en cierto modo neutrales» y «pueden indistintamente reputarse de una u otra procedencia» (69). Tal sucede cuando el derecho visigodo, según Cod. Eur. cap. 280 y Lex Visig , v, 5, 3 Antiqua castigan como ladrón al depositario infiel (70), precepto común al derecho

(fi6) Lex Visig., vu, 6, 3 Antiqua: «De his, qui acceptum aureum alterius metalli permixtione corruperint. Qui aurum ad facienda ornamenta susceperit at adulteraverit, sive heris vel cuiuscumque vilioris metalli permixtione corruperit, pro fure teneatur »

(67) Lex. Visig, vn, 6, 4 Antiqua: «Si quorumcumque metallorum fabri de rebus creditis repperiantur aliquid subtraxisse Aurifices aut argentarii vel quicumque artifices, si de rebus sivi commissis aut traditis aliquid subtraxerint, pro fure teneatur».

(68) Brunner, *Deutsche Rechtsgeschichte,* II, pág. 84*.

(69) $y_{lc}i_{\#}$ ci. von Schwerin, *Notas sobre la historia del derecho español más antiguo,* AHDE, 1 (1924), pág. 42.

(70) Cod. Eur. cap. 280 y Lex Visig , v, 5, 3 Antiqua : « ....Certe si fur non fuerit infra statutum tempus inventus, medietas rerum aput eum, cui conmendaverat, que fuerant suppressa forte reppeperit, cum hec ille st prius dixerit perdidisse, vel furto fuisse sublata, sicut fur pro his, que celabit, secundum legum statuta conpositione implere cogatur». — EI depositario que esconde la cosa que recibió en depósito y luego niega que la recibió o que pierde la cosa por descuido, siempre que no la haya perdido con otra cosa suya, es considerado ladrón y paga el duplo según los «Gaudenziana Fragmenta».

germánico (71) y al romano (72), si bien la índole germánica de otras normas contenidas en dicho texto (73), podría hacer pensar en su procedencia germana. Y la misma incertidumbre se desprende de la Lex Visig , vn, 2, 9 al referirse al caso de la compra de una cosa con conciencia de que el vendedor es un ladrón y disponerse que el que compra conscientemente de manos de un ladrón, y no encuentra y puede presentar a quién se la vendió, ha de pagar la composición del duplo debida por los ladrones: «quia apparet illum furi esse similem, qui rem furtivam sciens comparasse cognoscitur.» (74). Aunque la retención furtiva germánica incluye en su concepto la apropiación de cosas recibidas de manos de ladrones y no es posible tampoco señalar con seguridad la inspiración germánica o romana de este precepto, nos inclinamos a creer en su procedencia romana (75j.

Vid. Zeumer, *Leges Visigothorum,* MGH, LL, Sec. 1, t. 1, pág. 41: «xvm. Si quis ingenuus absconse peculium ad custodiendum acceperit et hoc se postea accepisse ipse negaverit, conprobetur ei, et reddat duplum. Si autem commendatum sibi ad custodiendum peculium per sua neglegentia perdiderit quolibet furto, restituat quod accepit Quod si suam et alienam perdiderit causam, nihil dare cogatur».

(71) Vid Wilda, *Das Strafrecht der Germanen,* pág. 918.

(72) Vid. Mommsen, *Derecho penal romano,* 11. pág. 203

(73) Vid. Schwerin, *Notas sobre la historia del derecho español más antiguo*, AHDE, **i**, pág 38. «Con toda claridad aparece — dice Schwerin — el lenguaje germánico a traves del fragmento 280 cuando dice que el depositario a quién se robase la cosa depositada tendría derecho a un plazo *donec furem suam investigatione perquirat*». Y más adelante: (Schwerin, *Ibidem,* pág. 48) dice que el hecho de que sea el depositario robado a quién correspondan perseguir al ladrón y la «compositio furti» «concuerda en absoluto con el derecho germánico; en cuanto el depositario, como poseedor, sufre la lesión del ladrón».

(74) Lex Visig.. vn, 2, 9 Antiqua: «Si de fure quis cognitus conparaverit. Si quis rem furtivam sciens a fure conparaverit, ille, qui emit, suum representet autorem et postea tamquam fur componere non moretur. Si vero fure non invenerit, duplam conpositionem, que a furibus debetur exolvat, quia apparit illum furi esse similem, qui rem furtivam sciens conparasse cognoscitur.»

(75) Asi nos lo hace pensar la composición romana del duplo que aparece en el texto. Por otra parte, aunque la referencia al «auctor» u «otor», característica del procedimiento germánico de «Aprehensión» («Anefang»), podría hacer pensar, a primera vista, en elementos germánicos inspiradores del texto, no nos parece suficiente para una conclusión en tal sentido en

En cambio, nos sentimos más inclinados a creer en el origen germánico de las leyes visigodas que consideran ladrones a los que encuentran ganado perdido y no pregonan su hallazgo ante alguna autoridad o en la asamblea local o «conventus publicus vicinorum» (76), y a los que llevasen a su casa el ganado ajeno que se mezcló con su rebaño y no lo hacen público en la asamblea local dentro de los ocho dias siguientes, ya que la ley les obliga en tal caso a pagar la composición del duplo que corresponde al ladrón (77). Ambos casos son típicos de la retención furtiva germánica con su requisito de la omisión de dar cuenta pública del hallazgo en un plazo prescrito. Menos claro resulta el origen germánico o romano de las leyes que consideran ladrón al que dispone abusivamente del ganado encontrado vendiéndolo o donándolo («Quod si quis inventus animal vendere aut donare presumserit secundum leges sicut fur teneatur») (78), y al que introduce ganado en el bosque ajeno sin pagar el diezmo. (79)

cuanto que también el derecho romano conoció la «laudatio auctoris» y el detentador demandado por el propietario había de declarar el nombre de aquel de quién tenia la cosa. De esta cuestión nos ocuparemos en nuestro libro en preparación «La reivindicación de bienes muebles en el derecho español medieval».

(76) Lex Visig., vin, 5, 6: «Ut pro inventis animalibus erroneis publice denuntietur. Caballos vel animalia errantia licet occupare, ita ut qui invenerit denuntiet aut sacerdoti aut comiti aut iudici aut senioribus loci aut etiam in conventu publicum vicinorum. Quod si non denuntiaverit, furis damnum habebit. Similis et de alia rebus ordo manebit.»

(77) Lex Visig., vin, 4, 14 : «Si pecus alienum sciente an ignorante domino gregi alterius misceatur. Si cuiuslibet pecora cum alicuius se miscuerint, et hoc ipse prospexerit, et sic de ipsius grege abierint ut nullam ex hoc conscientiam habeat, dominus pecorum sacramenta ab eodem accipiat, quod non ipsius fraude vel culpa ex inde abscesserint, et nec sibi ea presumsit nec alicui tradidit, et nihil cogatur exolvere. Quod si ad domum suam adduxerit, et iudicem non monuerit vel in conventu publice infra octabum diem non conlestaverit, in duplum satisfaciat

(78> Lex Visig., vin, 5, 8 Antiqua: «Ne animalia errantia occupata aut tondeantur aut caracteres notentur vel in alieno iure ducantur. Cabballum captum errantem nullus tondere nec vindere présumât. Caballis etiam aut bubus vel aliis quibuslibet pecoribus errantibus nulli liceat caracteres infringere. Quod si quis inventum animal vendere aut donare presumserit secundum leges sicut fur teneatur.»

(79) Lex Visig., vin, 5, 3 Antiqua: «Si porci ad pastum in glandem susceptí ante datas decimas furto levantur. Si quis ad glandem sub placito

En el derecho visigodo puede apreciarse, como hemos visto, la distinción romana entre el «furtum» y la «rapiña», cualificada por la intervención de la violencia en el segundo de estos delitos. Ahora bien: interesa plantearse igualmente la cuestión de si esta separación conceptual entre los delitos de hurto y robo, según el modelo romano, la tuvo presente el derecho consuetudinario de la época posterior a la invasión musulmana, el derecho que realmente se aplicó en el periodo de nuestra historia jurídica que sólo podemos conocer a través de los documentos de aplicación del derecho y hasta que punto ese derecho vivido y aplicado en la práctica durante los primeros siglos de la Reconquista se mantuvo fiel, en este aspecto, a las normas de la ley visigoda. Vamos a utilizar en el estudio de esta cuestión unos cuantos documentos de los siglos x y xi, procedentes todos ellos del núcleo occidental de la Reconquista, aunque también utilizaremos el Fuero de León de 1017 y algunos textos posteriores, como el cánon de un concilio ovetense de principios del siglo xn. Recogimos estos diplomas hace años estimulados por nuestro interés hacia las instituciones económicas y sociales de León y Castilla en la alta Edad Media y en estrecho contacto con un gran investigador de ese periodo, nuestro querido maestro Claudio Sánchez Albornoz, quién hace referencia a varios de esos documentos en sus admirables «Estampas de la vida en León hace mil años». Los diplomas que nos sirven para redactar estas notas son pocos en número, pero al releerlos hemos creído que podían justificar estos breves apuntes sobre los conceptos de hurto y robo en el derecho visigodo y postvisigodo y suministrarnos, considerados desde el punto de vista de la distinción entre ambos delitos, datos suficientes para comprobar que el derecho leonés-castellano altomedieval distinguió también los conceptos de «furtum» y «rapiña», apreciando la violencia en la tipificación del robo y siguiendo en esta cuestión con bastante fidelidad a la «Lex Visigothorum». El derecho que efectivamente nos revelan estos documentos de los siglos x y xi parece ser fiel reflejo de la ley visigoda en lo que a la distinción entre hurto y robo se refiere. Si en algún documento hay

decimarum porcos in silvas intromittat aliena et eos occulte, priusquam decimentur, amoverit, pro furem teneatur et decimam adiecta furti compositione restituat.»

imprecisión en la terminología y se califican de hurtos las sustracciones realizadas con violencia, en la mayoría ha intervenido siempre la acción violenta cuando se emplea el verbo «rapere» o el acto punible se califica de «rapina». Por el contrario, los diplomas que utilizan la expresión «furtum» no relacionan la acción a que aluden con hechos de violencia. Creemos, pues, que en el derecho postvisigodo del núcleo occidental de la Reconquista se apreció la distinción romana entre el «furtum» y la «rapina», recogida por la legislación visigoda, y que el derecho vivido que los diplomas nos revelan no se encuentra en este caso en contradicción con «Lex Visigothorum» ni se ha inspirado en principios de derecho germánico.

El más antiguo documento altomedieval que emplea la palabra «furtum» es el que contiene la donación y fueros de Valpuesta otorgados por Alfonso n el año 804 y en el cual se alude al hurto al eximir a los habitantes de Valpuesta del pago de cualquier suma por los hurtos que se cometiesen en el lugar (80). Es, desde luego, el único documento que conocemos del siglo ix que se refiera al «furtum» y, por otra parte, su autenticidad es más que dudosa. Pues otro documento de ese siglo, cuya autenticidad tampoco es indiscutible, la donación de Ordoño 1 a la Iglesia de Oviedo el año 857 se refiere a la sustracción de alguna cosa del «palatium» del Rey o del «palatium» de cualquiera o de algún lugar sellado por la justicia real y castiga esa sustracción con la composición del duplo, pero no califica dicho acto punible ni de «furtum» ni de «rapina» (81). Sin embargo, dicha sustracción, cuando se verificase rompiendo el sello real e interviniendo con esto la violencia, debía de considerarse una «rapina» y no un «furtum» y así califica siglo

(80) Muñoz Romero, *Colección,* pág. i3. Donación y fueros de Valpuesta otorgados por Altonso el Gasto. Año 804. «.. . ut non habeant kastellaria, aut anubda, vel fossadaria, et non patiantur injuriam Sajonis neque pro fossato, neque pro furto, neque pro homicidio, neque pro fornicio, neque pro calumnia aliqua».

(8t) Muñoz, *Colección,* pág 22. Donación de varias iglesias, monasterios, villas, y heredades a la Iglesia de Oviedo por Ordoño 1. Año 857: «et si forte iratus cum armis, vel sine armis, introierit in Palatium Regis, vel in Palatium alicuius hominis, aut in villam sigillatam, seu in aliquem locum in quo sigillum fuerit positum, et nihil inde abstraxerit, nullam calumniam proinde persolvat ; et si abstraxerit inde aliquid, illum solummodo quod abstraxerit, reddat in duplo, et non magis».

y medio después este caso de sustracción con quebrantamiento del sello real el Fuero de León (82). Ahora bien : la composición del duplo era, como hemos visto, la correspondiente al «furtum» y no a la «rapiña» en el derecho visigodo, pero creemos que hay que tener en cuenta que el documento de Ordoño i es una concesión de exenciones y privilegios a la Iglesia de Oviedo v a este carácter de privilegio parece aludir la fijación de la composición del duplo en los referidos casos de sustracción cuando el documento dice : «...et si abstraxerit inde aliquid illum solummodo quod abstraxerit, reddat in duplo, et non magis».

Que el derecho postvisigodo distinguió, al menos en la terminología, el «furtum» de la «rapina», como lo había hecho la ley visigoda, lo prueba un interesante documento gallego inédito del año 959 y que reproducimos íntegro en el apéndice <83;. Contiene este diploma original del Archivo Catedral de Lugo la «intentio» o pleito entre una mujer llamada Itilo y Argemondo y Ranildi, la mujer de este, a propósito de un hurto que Ranildi hizo a Itilo. Los términos en que está redactado el documento, escrito en latín muy bárbaro y con las numerosas faltas características de los diplomas escritos en cursiva visigoda, no son claros, pero parece ser que, encausada Ranildi y en presencia de los jueces, negó el hecho y los jueces ordenaron entonces a Itilo que presentase testigos contra Ranildi y su marido Argemondo. Itilo presentó cinco testigos que afirmaron el hecho alegado por ella «tanto por el hurto como por el robo» («...sic pro ilio furto quomodo et pro rapina...») de diez bueyes. Según nuestra interpretación del documento parece que los testigos dijeron también que Ranildi había llevado a Itilo a su casa y la había tenido allí encadenada durante once dias y once noches (84). Vemos, pues, que

(82) Vid. *infra* la nota 115.

(83) Vid. ¿j Apéndice n º 2. El documento, fechado en 20 de Noviembre de 959, se halla en el Archivo Catedral de Lugo. Est. 21, Leg. 4(11). Aunque este documento estaba inédito hasta ahora, no fué desconocido para Sánchez Albornoz, quién alude al mismo y lo considera una prueba de que se acudía a la «pena caldaria» en caso de robo. Vid. C. Sánchez Albornoz, *Estampas de la vida en León hace mil años* (3.* ed., Madrid, 1934), pág. 125 nota 115.

(8<) La expresión «per illorum verbo» que emplea el diploma parece referirse a ios testigos presentados por Itilo y que son estos los que dicen que Itilo fué secuestrada por Argemondo y Ranildi. Vid. el Apéndice nº 2.

aquí aparece la doble terminología romana y visigoda de «furtum» y «rapiña» y, por otra parte, la intervención de la violencia se desprende del hecho del secuestro de Itilo, si es acertada nuestra interpretación del documento, que, desde luego, no está claro. Es posible que se considerase hurto la sustracción de los diez bueyes y que la violencia hecha a Itilo al secuestrarla determinase la utilización en el diploma de la expresión «rapiña» junto a la de «furtum», doble terminologia sobre la que se insiste en el documento unas líneas más abajo: «... ordinauerunt pro ipsu furtu et pro ipsa rapiña ut pariasset CmXL et duos boues...». El documento tiene gran interés para el estudio del derecho procesal altomedieval en cuanto presenta un ejemplo de prueba practicada por el demandante^5) ya que, prestado el juramento en la Iglesa die San Miguel, subsidiariamente se realiza después la prueba del agua caliente por medio de un «innocens» (86), y esta prueba debió de correr a cargo del demandante en cuanto el «innocens» sale limpio de la prueba y son Argemondo y Ranildi los que tienen que pagar por su delito («... et de ipsu examen, per manus fidelis Sesgudus abba, Leode-

(85) La presentación de la prueba por el demandante fué un caso excepcional en el prociedmiento germánico y en el proceso del periodo astur-leonés. La prueba correspondía, por lo general, al demandado, pero en el primitivo procedimiento germánico se daban excepciones a esta regla, que se han tratado de explicar suponiendo que la prueba correspondía a la parte cuya alegación tenia sintomas de mayor probabilidad. Vid. C1 Von Schwerin, *Germanische Rechtsgeschichte,* (Berlin, 1936), pág. 47, y Mayer-Homberg, *Beweis und Wahrscheinlichkeit nach alterem deutschen Recht,* 1921. Respecto al procedimiento judicial del periodo astur-leonés, Sánchez Aloornoz, *Estampas,* pág 73 nota 124, dice que el demandado debia practicar la prueba en el proceso astur-leonés del siglo x. «La immensa mayoría — añade — de los procesos conservados coinciden en atestiguarlo así. Más como en la Península no desapareció por completo el sistema romano, hay también casos esporádicos en que es el demandante o acusador quién prueba».

(86) La práctica de la prueba caldaria por un tercero al que los documentos llaman «innocens», como en el diploma a que nos estamos refiriendo, debió de ser frecuente en el periodo astur-leonés y está comprobada por buen número de documentos. Vid. acerca de esto J. Villa-amil y Castro, *Del uso de las pruebas judiciales,* «Boletín Histórico», 1, (1880), págs. 144-133, 161-166, y 177-188, y especialmente págs. 162 ss. Villa-amil hace referencia a varios documentos en que la prueba la practica un tercero — generalmente un presbítero, como en nuestro diploma — y con intervención del sayón. Vid. los documentos que publica Villa-amil, análogos en sus términos al que publicamos en el Apéndice n° 2.

sindus presbiter exitus fuit ab rega nus (sic) lepedus de ipsu examen exibit quod fuit innocens et sic adparuit in presentía ipsius iudices et aliorum multorum in tercio die. Postea renuit se Argemondo et Ranildi cum ipso pario et noluerunt eo dare... »). Argemondo y Ranildi se niegan a pagar y entonces Itilo y Gondesendo (¿su marido?) ([87]) acuden al conde Gudesteo Ordoñez, quién ordena al sayón Sereniano que haga venir a los demandados y estos comparezcan ante la asamblea judicial o acudan al Tribunal del Libro (así parece desprenderse de la frase «mandabit illos ad iudices uel ad librum») ([88]), condenando la asamblea a Argemondo y Ranildi al pago de ciento cuarenta y dos bueyes por el hurto y la «rapiña», composición que no pudieron pagar, por lo que el conde Gudesteo aceptó, movido de misericordia («motus ille comite ad misericordia») que Argemondo y Ranildi le entregasen «in offercione» su villa, para que él, a su vez se la ofreciese a Gondesendo e Itilo.

Por el documento anterior vemos, pues, que en el siglo x se emplean en un mismo diploma las expresiones «furtum» y «rapina» y que con esta doble terminología parece aludirse a dos delitos distintos, como en el derecho romano y en el derecho visigodo. La concepción que de ambos delitos se tenía en los siglos que siguieron a la invasión musulmana debió de ser la misma del derecho visigodo. En otros muchos documentos de los siglos x y xi vamos a encontrar ambas denominaciones, pero nunca reunidas en un mismo diploma, al menos entre los que tenemos recogidos y utilizamos para la redacción de estas notas.

La gran mayoría de los diplomas de los siglos x y xi que emplean la palabra «furtum» no se refieren a sustracciones en que haya intervenido la violencia, pero tampoco aluden al requisito de la clandestinidad de la sustracción que cualificaba principalmente al hurto en el derecho germánico. Por un documento de g3i sabemos que un tal Salomón hizo un «furtum» y que por este delito venía obligado a pechar treinta bueyes, y que, para evitar que huyese, Salomón fue entregado a un fiador llamado Sabarigo,

([87]) El llamado Gondesendo, que no aparece nombrado al principio del diploma, parece que debía de ser el marido de Itilo, pués ambos acuden al conde y a los dos parece que se destina, en definitiva, la villa que Argemondo y Ranildi entregan «in offercione».

(88) vid. c. Sánchez Albornoz, *El «juicio del libro» en León durante el siglo X...* AHDE, i (1924), págs. 382 ss.

quién en caso de huida de aquel habría de pagar veintiún bueyes, huida que Salomón llevó a efecto, sin embargo, en compañía de un ladrón llamado Tidón, que, a su vez, tenía que pagar tres caballos por un hurto que había realizado (89). Fue frecuente, en estos casos de hurto, que los ladrones no tuviesen con qué satisfacer la composición o pena pecuniaria correspondientes y que estas fuesen entonces satisfechas por un tercero, a quién los delincuentes entregaban luego en compensación sus villas, tierras y heredades (90), pero en los documentos que a esto se refieren y que

(89) López Ferreiro, *Historia de la Iglesia de Santiago,* 11, pág. 116. Donadeo y su mujer hacen entrega de su heredad a los fiadores de su hijo que, después de un hurto a Hermenegildo y Paterna, ha huido. Año y3i. « .. Ego Donadeo .. vobis Hermenegildo. . manet... eo quod fecit filius noster Salomon furtum unde in iudicium manifestum roboravit et habebat pectare xxx boves. Tradiderunt igitur illum vobis fideiussores ut non fugisset nominibus Sabarigus presbiter.. ut si ille fugisset pariassent vobis ipse fideiussores xxi boves. Et ego. roborabimus ad ipsos fideiussores placitum, ut si ille fugisset caruissemus omnem nostram hereditatem. Fugivit itaque filius noster et sacavit de vestro ligamine unum latronem nomine Tidon, que habebat vobis apectare m cabalos de furto, et alium vestrum servum nomine Maurellum. Et asignavimus ad ipsus fideuissores secundum in illo placito roboravimus, scilicet omnia nostram hereditatem; et nos pariter cum ipsos fideiussores omnia quantum in ipso placito posuimus, dedimus...».

f®°) A. H. N. *T° de Celanova,* f° 60 col. b. Eiirigu y su mujer dan a Gela nova una villa por un hurto que hicieron. Año 902: «... Erigu et uxor mea Seniorina uobis domno Rudesindo episcopo et fratribus Cellenoue facimus uobis kartam de nostra villa quam abemus in uilla que dicent Edrata... Damus uobis ipsam uillam et uineas in Carioga... Damus uobis illas pro LXXX morabetinos (?) que abuimos adare pro furtu quod feci ad fratres Marini in uillas seu et pro ipsas ouelias quas comemus pro furtu...» (La copia de este documento en el Tumbo no debió de ser fiel en lo que se refería a la moneda a pagar por el hurto, y el escriba del siglo xn debió de sustituir sueldos u otra moneda por «morabetinos» ya que el maravedí es muy posterior al año 962. Vid. Vives, *La moneda castellana,* Madrid, 1901, págs. 14 ss.); *Ibidem,* f° 136 col. a. Inventario de Cresconio. Año 975: «... Et ego Isydero moñaco concedo uobis domno Cresconio mea ratione in uilla quod uobis dedit Munio Ovecoz, quod fuit de parentes meos Gundisaluo et Andilo. Do uobis ibidem mea ratione ab integro... pro illo cauallo qui furtauit. Data pro meo mandato et miserit me pro inde in iudicio et mandauit mihi lex gótica ut pariasset illo homine et ipso cauallo et non habuit quod pariare et annuit mihi mea uoluntas ut fecissem uobis domno Cresconio cartula de ista mea ratione sicut et facio quantum me ibidem inter meos iermanos, et fuit illo cauallo de Munio Obecoz .. Et ego Amico et uxor mea Columba uobis domno

emplean la palabra «furtum» no se alude, desde luego, a que se tratase de sustracciones realizadas con violencia. Lo mismo sucede con los diplomas que se refieren a la comisión de hurtos cuyos autores no pudieron pagar los derechos judiciales «secundum lex docet» v vendían sus heredades para satisfacer la pena pecuniaria y el «iudicato». Así, en un documento portugués de 1009 Trastemiro y Gode, que habían hurtado a Spasando una vaca valorada en quince modios de trigo, no tienen con qué pagar la composición visigoda del nónuplo (las «novenas» según la expresión que se encuentra más tarde en los fueros municipales) (91), y venden su heredad para poder pagar el nónuplo que les correspondía, o sea, las nueve vacas que habían de entregar y el «iudicato» del juez (92). A veces, la composición o pena pecuniaria fué perdo-

Cresconio facimus uobis deuesa mea propria que habeo de matre mea Guntina... concedimus uobis medietate integra et pariauimus ipsa deuesa et ipso ameneto pro intentione que mecum habuerunt pro uno modio de triigo ad pariare per sententia secundum mihi lex gótica ordinat...»»; *España Sagrada,* xi., pág. 407: Donación del Obispo don Pelayo a Lugo. Año 998: «. hereditate de Arculfo, quam incartauit uobis pro furto similiter et Ecclesie ... medietate de quantum laborat ipse Vimara...»; A. H. N. *T° de Celanova,* f° 63 coi. a. Testamento de Cresconio. Año ioio: «Item dedit nobis Froila ibi in Ripella uineam nimis bonam, quam ipse Froila abuit comparatam de Baginu et uxore sua Suntilli, dedit illis proinde ipse Froila dedit nobis illam ab integro pro que fecit furtum una pariter cum alios homines, et accepit suam rationem de ipso furto, et pro tali causa concessit nobis ipsam uineam ad per abendum...»; *Ibidem,* f° 126 coi. b. Venta hecha por varios a Celanova. Año ion: « . Et ego frater Munnio concedo uobis ibi uinea de Adigisio in modios vim que mihi dedit in iudicato pro furto que fecit ad sua matre... »; *P. M. H., D. et Ch.,* pág. 23o. Inventario de los bienes de D. Gonzalo y su mujer. A. io5o: «... et dedit nobis illa pro que... mus pro illo xxx modios pro ouelias que furtauit et abuit at a dare alios xxx at nobis in iudigado, et lacsamus illo et damus at illo una egua pro carta confirmanda. .*Ibidem,* pág. 471. Año iog3: «... do a uobis ipsa hereditate pro furto que ego feci in uestra terra et pariastes uos pro mi xxxx solidos .. >.

(91) Vid. Muñoz Romero, *Colección,* pág. 273. Fuero de Palenzuela: «Homo de Palencuela qui furtum fecit pectet illud in suis novenis.* Vid. también la nota 79.

(92) *P. M. H., D. et Ch.*, pág. 128. Trastemiro y Gode venden una heredad a Tructesindo. Año 1009. «... uendiremus ad uobis... ereditate nostra propria que auemus in uilla laureto... pro parte de ilia uacca que furtamus apretiata in xv modios, qui fuit de spasando et non abuimus unde illa pariare nec sententia nec iudicato secundum lex doce pro sagion garzia cartemiriz;

nada, pero no el «indicato» (93), otras los perjudicados por el hurto reciben como indemnización la heredad de los ladrones cuando estos han huido a tierra de moros (94); en ocasiones, son los fiadores del ladrón, al salir garantes ante el «concilium» de que el ladrón pagaría la composición o pena pecuniaria y huir el autor del hurto, los que tienen que entregar su propia heredad por el hecho de haber salido fiadores del ladrón huido, aunque pueden reclamar, a su vez, de quién a ellos les fió que el ladrón pagaria, como se desprende de un documento del Tumbo de Celanova (95).

uendimus uobis ...pro ipsas viiu[e] uaccas et pro illo iudicato... que ad uos auiamus ad daré... >

(93) Escalona, *Historia de Sahagún,* pág. 434. Ramiro dá a Sahagún su hacienda en Cascarilla. Año 998 (cit. Albornoz, *Estampas,* pág 123; : «...Ego Ranimirus abitante in Villas que vocitant Kascarella et levabi me exinde et furtavi kavallo ad Frates Estevano abitante in Sancta Eugenia ualente LX* solidos et fugi con illo ad alia potestate et adprehenderunt me fratres de Domnos Sanctos et fecerunt iudicium contrame et feci manifestum quia furtavi ipsum kavallo valente et non abui unde pectare ipsum furtum quia erat gravissimum et per omines bono que rogaverunt pro me habuerunt super me pietatem fratres de Domnos Sanctos. Et feci kartulam profiliacionis... » A. H. N *T° de Celanova,* f° 63 coi. a. Testamento de Cresconio. Año 1010. «Item dedit nobis ibi in Pinna Menendus uineam nimis bonam quam abuit de parentibus suis et de sua quintana medietatem et alia casa integra et dedit illas in iudicato pro furto quod fecit, et dimisimus ei totam illam sententiam.» — Aveces, se eximió dei pago de la «calumnia» del hurto a los habitantes de un lugar al que se concedían privilegios. Así, por ejemplo, en los Privilegios del Monasterio de Santa María de Rezmondo concedidos por Fernán González el año 969. Vid. Muñoz Romero, *Colección,* pág. 34: «Et hoc licentiam ego Comite Fredinando Gundisalviz tibi Galindo Abba vel posterioribus tuis concedo: ut nullus homo super te sit imperio, neque Pareus tibi metipso aliquid, neque per furto, neque omicidio. ..»

(94) *P. M. H., D. et Ch.,* pág. 231. Inventario de los bienes de D. Gonzalo y su mujer. Año 1050: «...et ibit in trabanca ereditate de matre mulier de sendino medietate integra et alia media de suo germano patrezello et aceberunt proinde ambos vin modios et conparauit ipsa matre de suo germano patrezelo ilia media et fugiuit con suo marido et con suos filios at mauros et furtarunt nobis ini[or] eguas et persumsemus proinde omnia sua ereditate ab integro...»

(95) A. H. N. *T° de Celanova,* f° 134 v° col. a. Florenzo dá un pomar a Munion por haber salido fiador de un ladrón. Año 1018: «.. Ego Florenzo et uxor sua Froilo uobis Munioni... Placuit nobis... ut faceremus uobis. . çartula de illo pumare qui fuit de patre meo Ervigio... medietate integra... et alias mazanarias vi ab integro in modios xii pro illa fiaduria de

La entrega de tierras en sustitución del pago de la composición o pena pecuniaria debida por el hurto, tan frecuente en los siglos x y xi, y que fue, como es sabido, una de las causas de la paulatina formación de las grandes propiedades en León y Castilla (96), se vieron obligados a hacerla, no sólo los autores de hurtos, sino también los encubridores, como resulta de un documento del año 981 (97).

Uimara que i 1 lo furto fecit...»; *Ibidem*, f° 134 v° col. b. Florenzo y su mujer venden a Munion unas tierras en la villa Santa Eulalia. Año 1018: «...Ego Florenzo et uxor mea Froilo. . uobis frater Munioni facimus cartula uendicionis de terras nostras... in uilla que dicent Sancte Eolalie... et sacamus ipsas terras per iudicio de Ismael; causatus fuit ante nos pro ipsa intemtione de suo filio Uimara qui fecit furto in Sancta Eolalia, et fidiauimus illo in concilio ut pariasse illo per sententia, et fidiaui a nobis illo suo pater Ismael et quando uenimus ad diem acto ad placito fugiui ipse monago nomine Uimara et non ueno ad concilio et pariamus proinde nostra hereditate et miserimus ipse Ismael in iudicio, et pariauit nobis ipsas terras per mano sagione Liuuila...» *Ibidem*, f° 160 v° col. b. Pedro Vimaraz y su mujer dan a Celanova la villa de Noceto. Año **10ï5: « ..** .Illa uero alia parte qui fuit portione de Menindo Nepozaniz pariauit nobis illa pro uestro ganato et placito de fiaduria de Uizoi moñaco qui fuit de Crescenti et tenebamus nos illo in ligamine pro scelus que nobis fecerat, id est, pro illa pina de Frankaria quos in uoluntate habuit pro furtare et cum Dei adiutorio fillamus ibi illo et fidiauit nobis eum Menindo Nepozaniz in c solidos que dedisset nobis illo ad diem aptum, et si minime fecisset que duplasset ipse plactum et sic contingit ei ut exidiuit et duplauit ipsum placitum et pro alio kauallo que tenuit de nobis in adtonitum preciatum in boues octo et desperiuit in suo iure siue et pro uaccas x que pariamus pro illo ad Odrozia Godesteiz in Asma »

(96) Vid. C. Sánchez Albornoz, *España y Francia en la Edad Media. Causas de su diferenciación politica*, Revista de Occidente, i (ig23), pág. 310; el mismo, *Las behetrías. La encomendación en Asturias, León y Castilla*, AHDE, i (1924), págs. 202 ss.

(97) A H. N *T° de Celanova*, f° 89 v°. Munio Ovequiz vende una villa a Cresconio. Año 981: «Ego Munio Ovekiz... placuit mihi . ut facerem tibi frater Cresconio cartulam venditionis de villa mea propria quam abeo in uilla Orga... Et abeo illam uillam de dato de mulier nomine Andilo quam michi pariarunt pro meos caballos quos mihi furauerunt suos filios duos, et ipsa a cultauit cum eos et surepit ipsos caballos in suo domo, et panem eis dedit. Et mandauit ei ueritas pariare ipsos caballos secundum et pariavit mihi ipsam uillam...»; Hinojosa, *Documentos,* pág. 25. Gatea se declara sierva del presbítero Félix por falta de pago de una composición. Año 1062: «Ego Feles, Petru et Gundisalvo facimus tibi Felix cautu cautione vel securitatis de mulier nomine Gatea, quia sic te miscuisti tu Gatea cum viro fur et

Ahora bien: en todos los documentos que nos han servido para escribir las líneas anteriores se emplea siempre la palabra «furtum» (98) y no se alude nunca a que la sustracción fuese acompañada de hechos de violencia como sucede, en cambio, según vamos ver, con los documentos de los mismos siglos x y xi que hablan de «rapiña» o emplean el verbo «rapere». Sin embargo, los primeros siglos de la Reconquista no debieron de caracterizarse por sus claros conceptos jurídicos a consecuencia de la profunda subversión que en todos los órdenes produjo la invasión de España por los musulmanes. En el periodo astur-leonés subsistió, sin duda, el recuerdo de la tradición visigoda, pero muy borroso e impreciso, y los documentos de aplicación del derecho que de aquella época han llegado hasta nosotros no son ningún modelo de claridad en los conceptos ni de precisión en la terminología. Por consiguiente, nada tiene de extraño que en algunos diplomas aparezcan hechos de violencia en relación con sustracciones que son calificadas de hurtos. En realidad, en un único documento del año 1032 se habla de un conjunto de acciones violentas como las que se suelen referir en los diplomas que, según veremos, emplean la expresión «rapina», y de la comisión, en relación con esas acciones, de los delitos de rapto, homicidio y «hurto» al narrarse que varios rebeldes hicieron «grande dampno, et malfacturia in Ecclesias et in meskinos de predas et disrumptiones, et rausos et homicidios et furtos» (''). Los otros dos documentos que hablan de hurto en relación

non cognovisti eum et non manifestasti tu Gatea tale factu, et pro inde venit ego Gatea ad manifestu, et non abuit unde paria ego Gatea ccc solidos pro tale facto, et mitto capud meum in usu servile. » Tenemos en este documento una prueba de la vigencia en el periodo astur-leonés de la entrega en servidumbre del delincuente que no puede pagar la composición, consagrada en Lex Visig., vn, 2, i3.

(M) Vid. los documentos que citamos en las notas 89, 90, 92, 93, 94, 95 y 97. A ellos puede añadirse un documento del Becerro de Sahagún, fº 203 r% citado por Vignau, *Indice de los documentos de,.. Sahagún,* pág. 254, por el que Argencia y su hijo Domingo Quintila dan a Anaya Velaz la parte que les correspondía «in Bustello de Flauio» como composición de un hurto. Año 1073 : «.. uno cauallo rodano que furtauit Dominico Quintilaz et pro inde miserunt eum in cárcere in Gastro Froilaz et pectauit pro illo Annaia Uelaz uno cauallo pardo ualentem cxx solidos de argento...»

('') *España Sagrada,* XL, pág. 411. Vermudo ni dá a Lugo el castro de Lapio. Año io3¿: «...Ego uero Veremundus Rex .. iterum habuit Comes

con hechos de violencia se refieren a la comisión de ese delito acompañado de otros de homicidio y lesiones. Un documento de Sahagún del año 971 refiere, en efecto, que un tal Hayón encontró a un hombre junto a unas fuentes en que estaba bebiendo y le mató con su espada, cogiendo luego el asno de su víctima y encontrándose más tarde al citado Hayón en su casa «cum ipso furtu» (100). Y otro diploma de 1068 alude a un «furtum» de una piel, una saya, un lienzo e hilo para otro lienzo, una sábana («linola») y una toca, y a otros delitos como «firitas preciadas in v solidos et alias malefactorias super ipse furtum rausu...» (104).

Rudericos Romaniz .. Consilio agitato cum Vascones Galleciae,et rebellavit nobis sicut auditur a multis commaneret. In ipsius quoque diebus coadunaverunt se Abbates et Monachos et omnen plebem Sanctae Mariae, et querellaverunt se ad ipse Comes de Vascones, qui sedebant in ipsa peña dicentes, quod habebant de illos grande dampno, et malfacturia in Ecclesias, et in meskinos de predas et disrumptiones, et rausos, et homicidios et furtos, et eorum erat illa terra herma et desolata...»

(100) Escalona, *Historia de Sahagún,* pág. 416. Ramiro in dá a Sahagún la villa de Grañeras. Año 971: «Facta carta. regnante Ranimirus in Solio paterno... et in presencia frater Vermudo et Sequinte et Olutarafe iudices et Sajone meme manifestu sum eo hajone a petitione Goldeo que tinuit voce de frater Verimundu qui a pecatu inpidendo et Diabolo inmitendu sic invenit Omine de Montesone in ic locu in fontes ubi bebebat aqua, et ocisu ipsu omine quon suo gladio et presumi de ipsu omine uno asino in Rarigatu de pice et invenerunt haitne cum ipso furtu in suo domu. Eo haione in aliuc manifestu de manu mea ^ignum rovoravi... »

(101) *P. M. H., D. et Ch.,* pág. 295. Entrega de una heredad en composición por un hurto y otros delitos: «Dubidum quidem set multum cobnitum mane in ueritatem eo quos cadit super didagu arualdizi furtum et discobre illum dominus et mandaui dogno rnonio benegas filase ille didago et manifestaui ipse furtum per manum de ilie sayone framila, ipse furtum prenominatum est una pelle et una saia et uno lemzo et filado pro alio lemzo et una linola et una taúca et firitas preciadas in v solidos et alias malefactorias super ipse furtum rausu, et post ipsas intemtiones filarum ipse didagu et cedarunt illo in catena in illa zibitas bemuiber per manum de ipse sagione framila et non abia que pectase et mandarum illo zegare et uenerum in ipso concilio sua mater nomine bona et suas germanas prenominatas onega et truilu et madrebona et fidiarum illo et non abiam que pectare pro eum et miserum rogadores ipse sayonem et alios.omines bonos ad ipseb monio benegas que dessent eredidatem suam pro illo et mandaui ipse potestas que filasem ipsa ereditatem et egenuarem illo et intraui monio arualdici in uice de ipse didagu que roborase carta de ratione de ipse didagu de illa ereditate et egenuarum illo que non abuise ullam kalumnia... ego bona et filias meas... plagui

Cierto que las sustracciones a que aluden |os documentos anteriores de 971 y 1068 constituyen hoy delitos complejos de robo acompañado de homicidio y lesiones, pero es posible que en el impreciso lenguaje jurídico de los diplomas altomedievales tal vez no siempre se emplease la palabra «rapiña» cuando la sustracción había dado ocasión a otros delitos tan caracterizados como el homicidio y las lesiones, a pesar de que la violencia en las personas que estos delitos suponen tipificaba dichas sustracciones como robos y no como hurtos. Recuérdese que la noción romana de la «rapina», que inspira, a nuestro juicio, la legislación visigoda y el derecho postvisigodo, nació en estrecha relación con las depredaciones y daños cometidos en cuadrilla y que no es improbable que fuese este elemento inicialmente formativo del concepto de «rapina» el que se tuviera en cuenta la mayor parte de las veces para emplear la palabra «rapina» en los documentos de aplicación del derecho. Al menos, la palabra «rapiña» y el verbo «rapere» aparecen siempre que en los diplomas de los siglos x y xi se alude a sustracciones y depredaciones cometidas por grupos de rebeldes.

No hay datos en los documentos del periodo astur-leonés acerca de la inclusión en el concepto del «furtum» de aquellos actos de apropiación o de uso abusivo de una cosa ajena sin sustracción material de la misma y que el derecho germánico tipificó como un delito independiente de malversación o retención furtiva, que equiparó en la pena al hurto (1(J2). Pero las numerosas disposiciones que encontramos en épocas posteriores acerca de la consideración como ladrón del que hubiese encontrado ganado o alguna cosa perdida y no pregonase el hallazgo ante el Concejo *(m)* y que tienen su indudable antecedente en algunas leyes visigodas a las que ya hicimos referencia (la3), y la considera-

nobis... facimus uobis doguo nostro monio benegas et uxor uestra nomine uniscu cartula confirmationis de ereditate nostra probia.. in uila que uocitant lotonario... pro illas malefactorias que ad ipso didagu uenerum...»

(102) Vid. *supra* y la nota 29.

(103) vid# ios textos citados por Gama Barros, *Historia da Administração,* ni, págs. 54 ss. A ellos se pueden añadir otros muchos, cuya cita reservamos para nuestra obra en preparación «La reivindicación de bienes muebles en el derecho español medieval».

(toi) Vid. las notas 76 y 77.

ción como ladrón del depositario infiel, a la que ya Gama Barros hizo alusión (105 106), permiten suponer que el derecho postvisigodo consideró también estes casos como hurtos o como asimilados al hurto y es probable que la retención furtiva de la cosa hallada y no pregonada, considerada como un delito, respondiese a una inspiración germánica, incorporada, según ya advertimos, a la legislación visigoda y que se mantuvo viva durante la Edad Media. Por otra parte, el silencio de los diplomas de los primeros siglos de la Reconquista respecto de la retención furtiva tampoco es absoluto y, entre los datos que hemos recogido, figura un documento portugués de 1074 que alude a un caso de retención furtiva, aunque no enuncie expresamente la consideración de ladrón para el que ocultó el hallazgo de la cosa perdida, si bien esa consideración se desprende del hecho de que el inventor que retuvo indebidamente la cosa ha de pagar dos salinas al propietario que la perdió (i,i6).

Cuando en los diplomas altomedievales se trata de sustracciones realizadas con violencia y en cuadrilla se emplea la palabra trapina». Así sucede, por ejemplo, en el famoso documento del Tumbo de Celanova que contiene la donación de Odoíno el año 982 al Monasterio de Celanova de la casa de Santa Columba en la Limia (107). Al referirse en este conocidísimo documento las luchas a mano armada entre los condes gallegos Rodrigo Velásquez y Gonzalo Menéndez, en las que fué derrotado Rodrigo, la meretriz Onega, que había sido- amante de Odoíno Vermudez,

(105) vid. Gama Barros, *Historia da Administração,* m, pág. 318, y Merea, *Estudos de História do Direito,* (Coimbra. 1923 », pág. 100

(106) *p, M. H D . e t Ch.,* pág. 318. Fernando dá dos salinas a Tructesindo por un vaso de plata de este que había hallado y ocultado. Año 1074: «... ego Fredenando. Ideo placuit mici... ut faceremus ad uobis domno Tructesindo... cartula firmitatis de 11a8 salinas. . . damus ad uobis ipsas salinas pro 11lo uestro uaso de argento que perdestes et teube illo fredenando in suo iure ocultato multis diebus et dedit ipso uaso ad alio omine et non potuit illo sacare de ipso omine et pro ipso uaso damus uobis ipsas salinas..

(107) Este conocido documento del Tumbo de Celanova, fechado el i° de Octubre de 982, ha sido publicado por A. López Ferreiro, *Historia dela Iglesia de Santiago,* 11, págs. 176-186, pero no completo. La publicación completa del documento ha sido hecha por M. Serrano y Sanz, *Documentos del Cartulario del Monasterio de Celanova,* Boletín de la Biblioteca Menéndez y Pelayo (Santander), ni, págs. 265-266.

dueño de la casa e iglesia de Santa Columba, acusó falsamente a Odoíno ante el vencido conde Rodrigo de haber tomado partido por el conde Gonzalo, y entonces éste y muchos de los suyos devastaron y destruyeron la casa de Santa Columba y robaron sus ganados: «... et tunc miserunt rapinam in ipsa casa super peculium et omnia destruerunt et cuncta uastauerunt tam ganatum quam et cartarios de auorum et parentum meorum» (108). Es decir, que aquí vemos empleada la palavra «rapina» con referencia a sustracciones relacionadas con actos violentos de devastación y daños realizados en cuadrilla, como aquellos de los que se derivó en el derecho romano el concepto de robo con independencia del «furtum».

En otro documento del año 944 y que contiene el pleito entre el Monasterio de San Salvador de Oña y un tal Conancio, que habiendo pertenecido al mismo durante veinticinco años acude con otras gentes al Monasterio, expulsa a los monjes y roba, se advierte también la noción de «rapina» como unida a la sustracción violenta en cuadrilla, en cuanto que aquí la sustracción se realiza con intervención de la violencia que supone la expulsión de los frailes y la sustracción es realizada por una banda: «...Et post hec uenit illi spiritus deceptionis quum aliis gasalianes qui sunt suasores ecclesie quum artes falsarias et extranearunt nobis de nostra casa, et fuimus ex illa minus dies triginta, et rapinaberunt ex illa quantum in notitia resonat et effugauerunt fratres de ipsa kasa» (109). Obsérvese que aludiendo a esta sustracción violenta en cuadrilla se emplea la expresión «rapinaberunt» y no «furaverunt». Igualmente en otro documento del año g63 se alude a otro hecho de violencia realizado en grupo por Senuldo en compañía de sus sayones al entrar en casa de Sandino Moniz y sustraer de ella tres siervos por la fuerza, de los cuales algunos resultaron heridos y muriendo uno a consecuencia de las heridas. En este documento se dice que la sustracción se hizo «manu rabinosa» (110).

(m) López Ferreiro, *Historia de la Iglesia de Santiago,* 11, pág. 182.

(109) Vid. este documento que publicamos integro en el Apéndice nº 1.

*110) A. H. N. *Tº de Celanova,* fº 59 col. b. (citado por Muñoz Romero, *Del estado de las personas en los Reinos de Asturias y León,* Madrid, 2ª ed., 1883, pág. 49 nota 1). Senuldo dá unas villas a Sandino Moniz. Año 903: «Dubium quidem non est sed multis notissimum, eo quod causatus fuitEizon cum Senuldu in uoce de Blata et de suos filios, eo quod intrauit in casa sua

En 997 encontramos también la palavra «rapina» con referencia al robo de ganado hecho por Nepociano Diaz: «... Aliud est que plerisque patet quod in diebus Ranemiri Principis fecit Nepotianus Didaci rapinam super ganato Veremudi et super suos vasallos et super suas villas...» (411). La misma idea de sustracción violenta y en grupo la encontraremos en otros documentos del siglo xi, como en uno gallego de 1005 en el que se refiere que Doña Gunteroda fue al monasterio de Santa Maria «cum fratribus et sororibus suis», no para edificar sino para destruir («..< non ad edificandum sed ad dextruendum eum...») y forzó el tesoro y robó los ornamentos de la iglesia, empleando el documento la expresión «adrapinabit» : « ... ét fregit illo temsauro et adrapinabit inde omnia ornamenta ecclesie tam argentea quam sirica et omnia uolumina librorum sic et fregit illa reposta et derapinauerunt homnia quantum in ea inueniri potuerunt argentum, palleum, conçus et aquamaniles uel omnia mobile quantum intus et foris potuerunt inuenire.» (442). Circunstancias de rebeldia, violencias, daños y depredaciones acompañan también los robos a que hace referencia un documento de 1053 en el que se narra la rebelión de Sis-

consilio adiuncto cum suos sagiones, et saccauit inde tres homines manu rabinosa et de ipsas feritades quas fecit Senuldu devenit inde homo ad mortem. Et ego Senuldu agnoui me in ueritate et feci inde compaginam, et abui in iudicatu a dare vu solidares... Placuit nobis... ut uobis iam dictis Sandino Moniz et uxor uestra Eilo ut faceremus uobis pro ipsos **vu** solidares kartula textum scripture confirmationis... de uineas nostras proprias .

(411) BN (Madrid). Mss. fols. 275 v°-276 r°. Cod. 18387. Copia que se sacó para uso del P. Flórez en 1763 de la escr. ó del «Tumbo de Samos». Vermudo III concede la villa de Sala al Monasterio de San Julián. — La palabra «rapina» con relación a hechos de violencia, la encontramos también en otro documento del T° de Celanova f° 131, que publicó en parte Muñoz Romero, *Del estado de las personas...*, págs. 43 s. nota 1, y que está fechado el año 1044: «Orta fuit intentio inter Menendus prolis Gundesalvi, et Arias Oduariz eo quod tenebat ipse Menendus Gundisalviz suos hebreos in sua casa qui faciebant suo mercatum et de homines plures. Et levavit se Arias Oduariz malicióse et invidia ductus et arrapinavit istos iudeos de omne suo ganato et de ipsius Menendus Gundisalviz, id est, libras mille de sirgo et DCC, saiales XXX, linteos XL, et insuper elatus superbia ipse Arias Oduariz adivit manum et fecit multo damno et multa rapina ad ipse Menendus Gundesalviz... ».

(442) Serrano y Sanz, *Documentos de Celanova,* Boletín de la Biblioteca Menéndez y Pelayo (Santander). Agnitio de Riparia. 15 de Septiembre de 1001.

nando, sus hermanos y otros varios rebeldes contra Vermudo m y las sustracciones cometidas por estos rebeldes en diversos lugares, siempre en relación con hechos de violencia cometidos en cuadrilla y empleándose la palabra «rapina» para designarlas : «...et fecerunt rapinas multas», «Iterum uenit ad Ecclesiam S. Felicis, et dirumpit eam, et tulit inde homines per rapinam XX^{m} inter boues et vaccas, L^{a} pannos et alium ganatum in solidos D, venit ad Villam de Salnis, et rapinavit inde homines X ganatum in solidos C^{m}, rapinavit de casa Sisnandi ganatus in solidos LXXX, de casa Stephani ganatum in solidos LX, de casa Gaundile ganatum in solidos C L...» (113).

La expresión «rapina» aludiendo al hurto con violencia no la encontramos sólo en los documentos de aplicación del derecho de los siglos x y xi sino también en algunos fueros, como, por ejemplo, en el Fuero de León de 1017 donde se llama «rapiña» al robo sacrilego en el cementerio, ya que aquí tiene necesariamente que intervenir el elemento violencia en la violación de las tumbas (114), y a la sustracción realizada por medio de la acción vio-

(113) *España Sagrada,* xix, págs. 394-95. Vermudo III dona a la Iglesia de Santiago varios bienes que había confiscado por causa de rebelión. Año 1032. «Dubium quidem esse non potest... quod ego Veremudus Rex.. , erexit se vir unus... in elationem et superbiam nomine Sisnandus filius Galiariz et neptus Menentii, et paravit se, una pariter cum germanis suis in rebellum cum aliis mihi rebellantibus, et recalcitravit contra me, et contra Pontificem... Vistruarium, et egit multa, quae non ei licita fuerunt, separaverunt enim se a nobis et a iure.. et intraverunt terram S. Jacobi .. et fecerunt in ea multa mala, que illis licita non erant, occiderunt homines, fecerunt rapinas multas... Iterum venit ad Ecclesiam S. Felicis et dirumpit eam, et tulit inde homines per rapinam.. Iterum venit ad Monasterium de Ranariz et disrupit illud et rapinavit inde Aspadicum Presbiterum et alios Monachos quinque Kaballos II* de solidis cc, bobes et Vacas xxxi, res minuta numero c, Porcos xxxi, Venape pailea, 1 plumacum... Iterum venit ad casam de Vimara Visteraci, et rapinavit inde Kaballum unum de solidis cc, et duxit inde secum sex homines et vendidit illos sicut captivos... Super omnia ista, ego jam fatus Veremudus Rex misi unum de pueris meis cum suo socio ad Villam meam propriam Gomariz cum xx quinque jumentis... et exivit ipse Sesnandus eis ad viam et cepit eos et percusit multum et tantum percusit et incusit donec dimisit illos semivivos, et abscidit jumentis illorum caudas et aures...» (Citado por Muñoz Romero, *Del estado delas personas...*, pág. 23. nota 1).

(1H) Vásquez de Parga, *Fuero de León,* AHDE, xv, págs 483 ss. : «iv. Mandamus adhuc et nullus audeat aliquid rapere ab Ecclesia; verum si aliquid

lenta que supone el rompimiento del sello real (115). Y en el Fuero portugués de Constantim de Panoias del año 1096 se emplea también la expresión «rapiña» y se castiga este delito con el pago al poder público de la pena pecuniaria de 5oo sueldos y la composición del duplo a la víctima (H6).

La distinción romana y visigoda en la cuantía de la suma a satisfacer según se tratase de un hurto o de un robo no se aprecia, en cambio, en los documentos examinados. Probablemente esta cuantía se fijó en aquellos siglos primeros de la Reconquista, no con arreglo a una tarifa fija y siempre la misma en todos los casos, sino de conformidad con la costumbre del lugar. La composición del duplo y el pago del nónuplo subsistieron, sin embargo, durante toda la Edad Media y así resulta de un buen número de fueros municipales (117). Pero la Iglesia, al mantener viva la tradición romanista y ajustar su derecho al modelo romano, se mantuvo, sin duda, fiel a la «actio in quadruplum» romana para la sustracción realizada con violencia y así un cánon del Concilio de Oviedo de 1115 dispone que el que sustrajese alguna cosa por la fuerza había de pagar el cuádruplo de su valor (li8). Y la distinción entre el «furtum» y la «rapiña»,

infra cimiterium per rapinam sumserit, sacrilegium solvat; et quidquid inde abstulerit, ut rapinam reddat, si autem extra cimiterium iniuste abstulerit rem Ecclesiae, reddat eam, et calumniam cultoribus ipsius Ecclesiae, more terrae.

(115) *Ibidem,* pág. 481. Leyes leonesas de 1017: «... et qui fregerit carácter regis pariat soldus cm. Et qui saccaverit inde si firmauerit super eum det illo de rapina medio pro ad rex, et medio ad dominum suum, et si non lucet illum quantum inde abstulit et pariat eum sic de rapina et de illos comitatos»; *Ibidem,* págs. 486 s. Fuero de León: «i5. Et qui fregerit sigillum Regis reddat c solidos ; et quantum abstraxerit de sub sigillo, solvat ut rapinam, si juratum fuerit ex parte Regis; medium autem calumniae Regi, aliud autem medium domino hereditatis. Et si jurare noluerit ex parte Regis, criminatus habeat licentiam iurandi, et quantum iuraverit, tantum ut rapinam reddat».

(.16) *P. M. H., L. et C.,* i, pág. 352. Foral de Constantim de Panoias, dado por el conde don Enrique y su mujer doña Teresa. Año 1096: «Et auer de illos burgeses ubicumque fuerit sit saluum et qui eum prendiderit per rapinam pectet nobis quingentos solidos et illo abere duplatum ad dominum suum.».

(*17) Vid. la nota 49.

(118) *España Sagrada,* xxxviii, pág. 267; Concilio de Oviedo de III5, cán. 3o: «Qui vero arreptus a diabolo aliquid aliud per vim extraxerit ab Ecclesia, ejusque porticibus usque ad xn passus, in quadruplum reddat, et

que hemos visto persistió en el derecho postvisigodo del núcleo occidental de la Reconquista, la seguimos encontrando a principios del siglo xiii en los Decretos de Alfonso ix de León para Galicia (119), y vá a cristalizar finalmente en el derecho castellano, con la recepción romanista, al quedar reflejada en la definición que del hurto y el robo formulan las Partidas (120).

Luis G. DE VALDEAVELLANO

secundam Canones ita poeniteat». En un texto eclesiástico, el «Libro Penitencial» inserto en el códice del Monasterio de Silos de la segunda mitad del siglo x que contiene las llamadas «Glosas Silenses», se castiga con el cuádruplo el mero hurto cuando se hace a una iglesia o monasterio. Cf. Glosas Silenses (ed. Menéndez Pidal, *Orígenes del español*, i, Madrid, 1929, pág. 15) : «Si quis furtum fecerit reddat quod furatum est domino suo, demunque secundum furtum peniteat . Si de monasterio eclesie furatum luerit [furtum fecierit] et redditum non fuerit in quadruplum peniteat.»

(119) Vázquez de Parga, AHDE, xm, pág. 267. Decretos de Alfonso IX de León para Galicia. Año 1204: «Item constituimus qui omnis milites et concilia villarum persequentur latrones et raptores et defendant caminos ut nullus in eis rapinam uel furtum faciat.».

(12°) Partida vu, 14, 1: «Furto es malfetría que fazen los omes que toman alguna cosa mueble encobiertamente sin placer de su señor, con intención de ganar el sennorio o la possessión de ella»; Partida vu, 13: «Robo es una manera de malfetría que cae entre furto e fuerza...»; Partida vu, i3, 1: «Rapiña en latín tanto quiere decir en romance como robo que los ornes fazen en las cosas ajenas que son muebles». En la definición del hurto por las Partidas se advierte alguna influencia germánica, que se refleja en el adverbio «encobiertamente» que emplean y que parece ser una huella de la clandestinidad característica del hurto en el derecho germánico.

APENDICE N.º 1

Pleito entre el Monasterio de San Salvador de Loberuela, cerca de Oña, y un tal Conancio, que habiendo pertenecido a la misma regla durante veintidós años, en unión de otros expulsa a los monjes de su casa y la roba. El conde Asur Fernández, después de bien informado, ordena la devolución al Monasterio de todo lo robado. 22 de Noviembre de 944.

[Archivo Histórico Nacional. Clero. Pergaminos. Leg. 116 Oña]

Christus. In era DCCCC LXXX1I.* Orta fuit intentio inter fratres de regula sancti Salbatoris et Conantius frater, qui fuit in ipsa regula sub regimine Uimarani abbati et sub manu Silbani ab(a)ba XXII annos. Et post hec uenit illi spiritus deceptionis quum aliis gasalianes qui sunt suasores ecclesie quum artes falsarias et extranearunt nobis de nostra casa, et fuimus ex illa minus dies triginta, et rapinaberunt ex illa quantum in notitia resonat et effugauerunt fratres de ipsa kasa. Et post hec diuina misericordia inspirabit Deus comite Assuri Fredenandiz et exquisiuit ex inde ueritate et mandabit ad tius suus Rodanius abba et Belasconi abba et magnati palatii ut fecissent ueritate inter ipsos insidiatores et fratres. Ita et factum est et inuenerunt mendacium in ipso Conantio est quod iam deguerat pactum uel regula per annos XXII et sub abbatis iam supra dictis Uimarani et Silbani abbatis quum sociis fratrum suorum, e iam contestauerunt per testamentum qui ante presentia uestra resonat. Et iussit domnus noster comite Assuri Fredenandiz ut redderent omnia sua causa ad fratres. Et donabimus uobis et confirmabimus ecclesia quantum reliquias scitas sunt sancte Eulalie et senra determinata per terminis suis, ex una parte rio de uena et de alia parte Aroio de balle, de termino in termino. Et accepimus de uobis in offertione Kaballos duos, scalas duas et equas X. Ita ut de ex odierno die uel tempore abeatis, teneatis et possideatis iurique uestro in perpetuo uindicetis ac defendatis. Si quis tamen uos inquietare uoluerit, an ego, an filiis meis, an neptis, an nepotis, an aliquis subrogata persona, sit extraneus a Corpus Domini et quum luda, qui Domino tradidit, sit condemnatus in inferno, et insuper pariet a parte de comite auri libras decem et factus histe firmis permaneat. Facta cartula donationis notum die et tempore quod erit X Kalendas Decembris. Regnante principi Ranemiro in Leione et comite Assuri Fredenandiz in Castella. Ego Assuri Fredenandiz qui hanc cartula donationis fieri uolui et relegendum audiui manu mea signum feci et testibus tradidi ad roborandum.

[1ª columna] *Christus.* Sub Christi nomine Iulianus episcopus Palentia sedis *(Signum).* *Christus.* Belasconi abba *(Signum).* Apper Menendiz. Salbatus *(Signum).* Moniu *(Signum).* Abolmondar Sendiniz. Gomma *(Signum).*

[2ª columna] *Christus*. Didacus Munnioz. *Christus*. Godesteo Telluz. Garcia Munnioz. *Christus*. Munnio Munnioz.

[3* columna] *Christus*. Assur Hanniz. Assur... Gundesalbo Ruderici. Gundesalbo Sonnaz.

[4* columna] Ibera Bermudus Gasseza. Assur Gasseza. Fredenandus Gasseza. Falconi Fernandiz. Paterno Fernandiz. Munnio Fortuniz. Obeco *(Signum)*. Albano. Garcia Laquenti. Rapinato Beiaco *(Signum)* Ariolfus *(Signum)*. Didacus Rapinatiz. Scemeno *(Signum)*. Arquisso *(Signum)*.

[5ª columna] Garcia *(Signum)*. Lecinio. Amato *(Signum)*. Nunu presbiter. Mandolfo Felix. Albaniz Uinquenti. Sancio *(Signum)*. Gomiz et Cerquera. Albano Obecoz *(Signum)*.

[6ª columna] Lucino *(Signum)*. Dulquitodemo. Enneco... Ualdemiro.

APÉNDICE N.º 2.

Pleito entre una mujer llamada hilo y Argemondo y su mujer Ranildi a propósito de un hurto de diez bueyes hecho a hilo por Ranildi. hilo presenta testigos ante los jueces, que afirman la realidad del hurto y del robo, y, después del juramento en la Iglesia de San Miguel, se practica la prueba del agua caliente, y Argemondo y Ranildi han de pagar la composición, a lo que se niegan, hilo y su marido Gondesendo acuden al conde Gudesteo Ordoñeq, quién ordena comparezcan los demandados ante la asamblea judicial o acudan al Libro, siendo condenados Argemondo y Ranildi al pago de ciento cuarenta y dos bueyes, y, como no pueden pagarlos, entregan su villa «in offercione». 20 de Noviembre de 959.

[Archivo Catedral de Lugo. Est. 21. Leg. 4 (11). Original en pergamino.]

In era DCGCG LXL VIIª. Horta fuit intentio inter Itilo et Argemondo et uxor eius Ranildi. Gausadus fuit ipse Itilo cum eos in presentía iudicu Scemeno Ennecoz, Furtuneo Enneconiz, Mairellu Daildiz, Quendulfus Manualdiz.....et aliorum iudicu. Ita u[t feci]sset ista Ranildi furtu ad Itilo; negabit Ranildi, hordinaberunt ipsi iudices testimonias de parte Itiloni super ipso Argemondo et super Ranildi et dederunt testimonias v. sic pro illo furtu quomodo et pro rapina [quod a]d ea fecerat in dece boues ualente arietes armentaria et leuabit ipsa Itilo per illorum uerbo ad sua casa et tenuit ea in ferro uincto XI dies et XI noctes. Post ea perductus fuerunt ad iuramentum in eglesia Sancti Micaheli per manum saionis Zixa et Faela, et inde ad pena, et de ipsu examen, per manum fidelis Sesgudus....., Leodesindus presbiter exitus fuit ab rega nus *(sic)* lepedus de ipsu examen exibit quod fuit innocens, et sic adparuit in presentía ipsius iudices et aliorum multorum in tercio die. Postea renuit se Argemondo et Ranildi cum ipso pario et noluerunt eo dare, et sic in era DCCGG LXL VIIIª perrexit Gondesendo et Itilo ad

Comitum Gudesteo Hordoniz, fecerunt ei querella; hordinabit saion Serenianus presbiter uenerunt in eius presentía; mandabit illos ad iudices uel ad librum, et sic fuerunt in presentiam Tetón Cresconiz, Hero Didaci, Nepotianu Genondiz, Tetón Lucidi, Sanzu Fortuniz, Gómez Emiselliz, Nunnu Bretiz et alios filios bonorum ominum; hordinaberunt pro ipsu furtu et pro ipsa rapina ut pariasset C^{m}XL et duos bobes, exeptis illa mancipiatura. Motus ille comite ad misericordia non abuerunt unde ille pariare, fabulaberunt ei ut pariassisset sua uilla in offercione et fecisset ille de sua causa ipse comite ad Gondesendo et ad Itilo offercione, sigut et fecit. Hobinde nos iam dictos Argemondo et Ranildi uobis Gudesteo Ordoniz et Uistiuerga plaguit nobis propria nostra uolumtate ut faceremus uobis testum scripture de uilla nostra propria quod abemus ualle Flamoso, uillari Milani, it sunt, tam terras cultas uel incultas, aruptu uel inruptu, montes, fontes, rios, ripas, presas, petras, solidos de molino, pumares, perares, ceresares XIV, amexenares omnes arbores fructuosas uel infructuosas, ipsos domus quod ibidem istant integros in ipso logo ubi modu abitamus ubi est casar per regu et inde usque in quandalius, et usque in uascones ; sigut diximus ipsos domos intecros que ibidem sunt et illa ereditate duas partes uobis inde testamus adque concedimus. Ut de odie die et tenpore abeatis illa uos et omnis posteritas uestra, et quidquid exinde agere facere uel iudicare uolueritis Huera in Dei nomine abeatis potestate. Siquis tamen, quod fieri non credimus, aliquis omo uos proinde calumniaberit, am nos am quislibet omine, pariemus uobis ipsa ereditate in ipsa uilla et ipsos domus dublatos uel quantum ad uos fuerint melioratos a uobis perpetim abituru. Facta carta sepedicta XII Kalendas Decenber era sepedicta.

[i^{a} columna] *Christus.* Argemondo et Ranildi in anc cartula quem fieri uoluimos manus nostras *(signa)* fecimus. *Christus.* Tetón Gresconiz confirmat. *Christus.* Nepotianus Gemundiz confirmat. *Christus.* Ero Fredosendiz confirmat. Tetón Luciti confirmat. Ero Didaz confirmat.

[2* columna] Eneco Uelloniz confirmat. Nunnu Sarraciniz confirmat. Quintila Examiz confirmat. Nunnu Brettiz confirmat. Oduario Gudesteiz confirmat.

[3^{a} columna] Sanciu Fortuniz. Gudemiro testis. Leodesindo presbiter testis. Gontio presbiter testis.

[4* columna] Aldias presbiter testis. Dacaredu testis. Ihoanne testis. Gudinus clericus testis et alii plures.

Christus. Egimarius escripsit *(Signum).*

Pour des recherches sur les relations entre pays de la Méditerranée et pays de l'Atlantique au Moyen-Age

Les pays riverains de l'Océan Atlantique constituaient dans l'Antiquité la frange de la terre habitée. Ils le sont restés au Moyen-Age. Bien que leur population et leur importance relative dans le monde aient cru a partir de la chute de l'Empire romain d'Occident, la Méditerranée autour de laquelle sont groupés les centres politiques et religieux des Chrétiens, Rome, Constantinople, Jérusalem, demeure le pôle commun d'attraction des occidentaux.

Des pays de l'Atlantique venait cependant dans ceux de la Méditerranée l'étain des Iles Cassitérides, matière première essentielle depuis l'âge du bronze. D'autre part, l'extension progressive de la civilisation romaine à ces contrées en avait amené petit à petit les populations à désirer les épices, les tissus précieux, les bijoux, et les reliques qui provenaient de l'Orient méditerranéen. Et l'organisation unitaire du monde par les empereurs romains, puis la diffusion du christianisme avaient déterminé des courants sans cesse plus denses d'administrateurs, de soldats, de rhéteurs et de pèlerins entre les rivages de l'Océan, Rome et les Lieux Saints.

Sans doute hommes et marchandises utilisaient-ils, pour une part, la grande voie Sud-Nord ouverte par la nature de la Méditerranée à la mer du Nord par les vallées du Rhône et de la Saône et les plaines de Champagne. Mais beaucoup passaient par des voies plus occidentales qui unissaient précisément de façon plus directe les pays de l'Atlantique à ceux de la Méditerranée.

De même que la science n'a pas encore consacré au commerce et à la navigation dans l'Océan Atlantique au Moyen-Age (4) l'équi- (*)

(*) Monsieur Godechot, dans un ouvrage récent, fait commencer l'Histoire de l'Atlantique (Paris, 1948) au moment meme où, les découvertes transformant cet Océan en Méditerranée, il prend une place centrale dans le monde.

valent des études fondamentales de HEYD et de SCHAUBE (2) sur le commerce de la Méditerranée à cette époque, de même aucun travail sérieux, comparable même de loin, au magistral ouvrage de SCHULTE sur les passages des Alpes n'a abordé ce problème des relations et des voies de communications entre les pays de la Méditerranée et ceux de l'Atlantique au Moyen-Age (3).

Ce champ de recherches semble s'ouvrir plus particulièrement aux savants des pays riverains de l'Océan. C'est pourquoi, invité en mars 1949 par la Faculté des Lettres de l'Université de Coimbre à donner à ses étudiants une série de cours d'histoire économique médiévale, il m'a semblé utile d'indiquer les principales directions de recherches qui m'étaient apparues au cours de mes travaux à Bordeaux, dans l'espoir que les travaux combinés d'érudits portugais et lrançais viennent lever quelque jour ces incertitudes.

I. Voie maritime: Le périple de la péninsule ibérique

Le périple de la Péninsule Ibérique, déjà réalisé par le Carthaginois Hannon vers 5oo avant J.-C., puis par Pythéas de Marseille vers 325 avant J.-C., a été pratiqué irrégulièrement, sans que les escales en soient connues, pendant le cours de la période romaine et au haut Moyen-Age : les vases grecs et les statues trouvés dans les villes romaines du Portugal, la légende de Saint--Jacques dont le corps aurait été transporté par mer de Jérusalem à Iria, les navigations des Normands et leurs diverses pénétrations en Méditerranée en sont la preuve. Aussi bien les vaisseaux musulmans passaient-ils constamment d'une mer dans l'autre quand la Péninsule presque tout entière et l'Afrique du Nord étaient soumises à l'Islam.

Mais le passage intense de marins du Nord en Méditerranée date des Croisades d'Orient. Inversement, c'est à l'occasion des

(2) **HEYD** (W.) Histoire du commerce du Levant au Moyen-Age. Leipzig, 1885-1886. **SCHAUBE** (A.) Handelgeschichte der romanischen Volker des Mittelmeergebiets bis zur Ende der Kreuzzüge. Munich, 1906.

(3) **SCHULTE** (A.) Geschichte des mittelalterlichen Handels und Verkehrs zwischen Westdeutschland und Italien. Leipzig, 1900.

luttes contre les Musulmans de la Péninsule que les constructeurs et les marins des grands ports italiens de la mer Tyrrhénienne, Gênes et Pise, ont pénétré dans l'Océan où ils aidèrent l'archevêque de Compostelle, Diego Gelmirez, puis les rois de Castille (4). Ce n'est qu'au xmème siècle et surtout après la reconquête de Carthagène (1245) et de Séville (1248) par les Chrétiens qu'un courant régulier de navigation commerciale s'établit d'une mer dans l'autre : les beaux travaux de Mademoiselle DOEHAERD ont montré qu'à partir de 1277 les galères génoises gagnaient chaque année l'Angleterre et la Flandre (5); après 1314, les galères vénitiennes font de même (6).

Mais nous ne savons rien de cette navigation au delà de Lisbonne : alors que du xivème au xvéme siècles nous voyons ces navires toucher à peu près tous les grands ports méditerranéens avant Séville, Cadix et Lisbonne, nous ne savons pas s'ils faisaient escale ni en quels ports entre Le Ferrol et Bristol ou Southampton. Certains érudits affirment que cette partie du voyage se faisait sans escale (7). Mais cette opinion semble peu compatible avec les dures conditions nautiques du Golfe de Gascogne et la longueur de l'itinéraire du cap Ortegal à File de Wight : comment admettre que des vaisseaux qui cabotent le plus souvent en Méditerranée franchissent avec hardiesse une fois dans l'Atlantique un des parcours les plus difficiles du monde ? Comment croire que, s'ils suivent les côtes, ils ne s'arrêtent pas dans certains ports ? Sans doute faut-il distinguer des périodes : la légende de l'arrivée par mer du chef de Saint Jean Baptiste à Angoulins, au sud de La Rochelle, la mention fréquente de La Rochelle dans les documents portugais (8), la présence dans ce port en *12^2* d'un vaisseau

(4) Historia Compostelana, dans **FLOREZ,** España Sagrada, t. **xx.**

(5) **DOEHAERD** (R.) Les galères génoises dans la Manche et la Mer du Nord à la fin du xmème et au début du xlvème siècle, dans Bulletin de l'Institut historique belge de Rome, 1938, fase. xix.

(6) **SCHAUBE** (A.) Die Anfange der venezianischen Galeerenfahrt nach der Nordsee, dans Historische Zeitschrift, t. ci (1908), p. 28-89.

(7) **SOTTAS** (J.) Les Messageries Maritimes de Venise au **xvème** siècle. Paris, 1936, p. 127.

(8) **SANTARÉM** (Visconde de) Quadro elementar das relações políticas **e** diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do mundo desde o principio da Monarchia portuguesa até aos nossos dias. Paris, 1843, t. ni, p. 12, i3, 17, 18.

appartenant au génois Gherardo Pessagno (9) et la précision du relevé des côtes atlantiques de la France sur le portulan du génois Pietro Vesconte (I3L ï) suggèrent qu'au moins jusqu'au xiv^ème^ siècle une escale devait être faite sur la côte française, probablement à La Rochelle (10). La totale disparition des archives de cette ville laisse le problème en suspens ; la solution pourra vraisemblablement ressortir de recherches systématiques dans les archives de Lisbonne et de Porto, dans celles des villes cantabriques et dans celles des ports bretons. Déjà, les textes concernant la navigation des pèlerins anglais vers Compostelle à la fin du Moyen-Age, auxquels se réfèrent MM. VASQUEZ DE PARGA et LACARRA suggèrent l'idée que les uns ne faisaient pas d'escales tandis que d'autres s'arrêtaient dans des ports intermédiaires qui ne sont pas nommés (41). En attendant de nouvelles découvertes, il parait sage de s'en tenir à l'opinion de Miss CARUS-WILSON que les routes maritimes et les escales des bateaux dans l'Atlantique au xv^ème^ siècle encore sont très incertaines (12).

IL Voie transcontinentale: Le passage par l'isthme aquitain

La nature ouvre entre le Massif Central et les Pyrénées, par la vallée de l'Aude, le seuil de Naurouze et la vallée de la Garonne, une voie de communication aussi aisée entre Méditerranée et Atlantique que le couloir rhodanien entre Méditerranée et pays de la mer du Nord. Cette voie, déjà connue par Strabon (13), a été largement utilisée dès l'époque romaine (14). Il convient néanmoins

(9) **SCHAUBE,** Handelsgeschichte... p. 400.

(10) **LÓPEZ** (R.) Genova marinara nel Dugento : Benedetto Zacearía, ammiraglio e mercante. Messine, *ig33,* p. 175.

(11) **VÁZQUEZ DE PARGA** (L.) **LACARRA** (J.) **URIA** (J.) Las peregrinaciones a Santiago de Compostela. Madrid, 1948-49, t. ni, p. 122-129.

(12) **CARUS WILSON** (E.) The Overseas Trade of Bristol in the Later Middle Ages, Bristol Record Society, vol. **VII,** en note sur la carte hors-texte.

(13) **STRABON IV,** I, 14, et iv, 2, 1 ; trad. Tardieu, p. 3n-3i3.

(14) **CHARLESWORTH** (M.) Les routes dans le monde romain, trad. Grimai, Paris, 1938, p. 190.

de noter que la Garonne était peut-être moins parcourue que les autres fleuves de France, puisqu'elle n'avait pas, comme eux, de corporation de bateliers : elle n'en eut une qu'au xvi[éme] siècle. D'autre part, les voies romaines les plus fréquentées ne suivaient pas constamment le fleuve dont les crues ruinaient la chaussée établie sur d'étroites terrasses : elles coupaient plus ou moins profondément à travers la Gascogne, de Bazas à Toulouse par Eauze et Auch ou d'Agen à Toulouse par Lectoure (15). Inversement, la section Toulouse-Barcassonne-Narbonne, voie de passage obligée entre deux chaînes de montagnes, était utilisée par tous les voyageurs.

Au Moyen-Age, les communications entre Bordeaux et la côte méditerranéenne tendent à se faire plus exclusivement par la navigation de la Garonne en aval de Toulouse, par celle de l'Aude en aval de Carcassonne et par la route de la vallée. Les péages se multiplient sur le fleuve et sur la route et les grandes familles du Midi se disputent la possession de leurs fructueux revenus. Mais l'étude attentive des marchandises qui transitent par ces péages révèle qu'il s'agit avant tout de produits du haut pays aquitain ou pyrénéen: vins, pastels, céréales, marbres, bois qui gagnent Bordeaux et l'Angleterre et de produits d'importation océanique : sel, poisson, laines, ou méditerranéenne: épices, qui gagnent le haut pays aquitain ; il est très rare de rencontrer des marchandises qui transitent d'un mer dans l'autre. On ne voit d'importation d'épices, de soieries et de produits de luxe orientaux destinés au roi d'Angleterre que dans les rares années où Henri iii et Edouard i se trouvent à Bordeaux et dans le Bordelais : encore ignorons-nous par quelle route sont venus de Montpellier ces produits de faible tonnage que tous les auteurs mentionnent à l'envi (16). Il ne s'agit pas là de transit. Le transit d'une mer à l'autre n'est assuré au xni[éme] siècle que pour l'étain et le cuivre par un texte unique du sérieux témoin que fut le géographe hispano-arabe Ibn-Saïd,

(15) Selon la Table de **Peutinger**; cf. **Grenier** (A.) Les voies romaines, t. iv du Manuel d'Archêologie gallo-romaine de **Dechelette**. Voir aussi **Titinerarium Burdigalense**, ed. Geyer, Itinera Hierosolymitana p. 3-4.

(16) Rôles Gascons n.[08] 71 et 200. Cf. **Malvezin** (Th.) Histoire du commerce de Bordeaux, Bordeaux, 1892, t. 1, p. 296; **Marsh** (F.) English Rule in Gascony (1199-1259), Ann Arbor (Michigan), 1910, p. 70-71.

recopié ensuite par Abulféda (17) et au xivème siècle, que pour les poissons salés dont de grandes quantités étaient expédiées chaque année, au moment du Carême, de Bordeaux à Avignon où résidait alors la Cour Pontificale (18).

Pour si étonnante que puisse paraître cette conclusion, il faut donc bien constater qu'il ne semble guère s'être fait par la vallée de la Garonne au Moyen-Age de grand commerce de transit entre les pays de l'Atlantique et ceux de la Méditerranée.

Les manuels du parfait commerçant composés par les hommes d'affaires italiens du xivéme et du xvéme siècles, Pegolotti, Chiarini, Giovanni da Uzzano (19) qui renforcent ces conclusions en ne mentionnant jamais Bordeaux, suggèrent, au contraire, que d'autres routes étaient utilisées.

Pegolotti indique que le transport des laines d'Angleterre en Italie peut s'effectuer par Libourne où ces laines sont débarquées et d'où elles gagnent Montpellier par la route (20). Il n'en dit pas plus,- il s'agit probablement de la route parallèle à la Dordogne qui, par Bergerac, gagnait Lalinde où elle recoupait la grande route romaine de Saintes à Cahors par Périgueux que les voituriers empruntaient ensuite. De Cahors l'on pouvait gagner la Méditerranée soit par Toulouse et le seuil de Naurouze, soit par la route qui franchissait les Cévennes et rejoignait par Lodève près d'Agde la grande voie côtière de la Narbonnaise. Il est peu probable que ce dernier itinéraire, si accidenté, fût très utilisé.

D'autre part, Pegolotti indique comme normal l'itinéraire routier La Rochelle-Nîmes qui s'accomplit communément en dix-sept jours et par lequel transitent laines et épices (21). Il semble sou-

(17) Je suis redevable de ces renseigrements concernant lbn-Saïd à mon collègue M. G. CAHEN, professeur à la Faculté des Lettres de Strasbourg.

(18) DIE AUSGABEN DER APOSTOLISCHEN KAMMER I 316-1378, éd SCHAFER (K. H.) Paderborn, 1911-1937, passim.

(19) PEGOLOTTI (Francesco di Balduccio) Pratica délia mercatura, éd. EVANS, Cambridge (Mass), 1939; CHIARINI El libro de mercatantie e usanze de'paesi, éd. BORLANDI, Turin, 1936; UZZANO (Giovanni da) Pratica delle mercatura, éd PAGNINI Delia decima e di altre gravezze, Lisbonne et Lucques, 1766, t. îv.

(20) PEGOLOTTI, éd. EVANS, p. 257-258.

(21) PEGOLOTTI, éd. EVANS, p. 269-270.

ligner ainsi l'existence d'une voie de communication dont le tracé nous apparait sûr de La Rochelle à Cahors par Angoulins, Taillebourg, Saintes, Périgueux, Lalinde et sans doute Belvès : c'est celui de la vieille voie romaine qui suit la bande de plateaux calcaires dont sont bordés au sud-ouest les terrains anciens du Massif Central. VIDAL DE LA BLACHE avait, depuis longtemps, souligné l'importance de cette bande calcaire ponr la construction de grandes églises et de puissants châteaux-forts (22) ; M. REY a montré comment la route qui la suivait avait probablement permis la pénétration et la diffusion, dans un pays prédisposé par la nature de son sous-sol à les recevoir et à les exploiter, des procédés de voûtement en coupoles sur pendentifs importés de Constantinople (23). Les marchandises, comme les hommes et les idées circulaient par cette route qui présente, dès le xnéme siècle, l'avantage de se trouver, sur tout son parcours, en territoire soumis au roi de France.

Les deux itinéraires indiqués par Pegolotti semblent passer par Cahors. L'ensemble de considérations qui précèdent, suggérées par les textes, la carte des voies romaines et les données de l'archéologie attirent ainsi à nouveau l'attention sur Cahors. L'on a beaucoup discuté sur le sens du mot «Cahorsin» (24) : si le terme a certainement eu un caractère générique a la fin du xniéme et au xivème siècle et servait à désigner les usuriers, il n'en reste pas moins bien vraisemblable qu'il n'a pu prendre ce sens que parce que les hommes d'affaires cahorsins étaient connus et réputés dans une grande partie de l'Occident. Or nous sommes sûrs qu'ils n'étaient pas simplement des usuriers : ce sont des hommes d'affaires de Cahors qui ont financé l'expédition de Simon de Montfort contre les Albigeois, au début du xinéme siècle (25) ; des hommes d'affaires de Cahors fréquentaient les foires de Champagne tout

(22) VIDAL DE LA BLACHE, Tableau de la géographie de la France, t. I de l'Histoire de France de Lavisse, Paris, igo3, p. 367.

(23) REY (R.) La cathédrale de Cahors et les origines de l'architecture à coupoles d'Aquitaine, p. 156-158.

(2i) Cf. en particulier ARENS (F.) Grundsâtzliches zur Problematik der «Kawerschen» (Caorsini) dans Vierteljahrschrift für Sozial-und Wirtschaftsgeschishte, t. XXV (ig32) p. 251-260.

(25) Catalogue des Actes de Simon de Montfort, éd. Aug. MOLINIER n.os 4g et 55 dans Bibliothèque de l'Ecole des Chartes, t. xxxiv (1873), p. 460-462.

au long du siècle (26) ; et, au xivéme siècle, nous trouvons des hommes d'affaires de Cahors installés précisément à La Rochelle, à l'extrémité atlantique de la voie commerciale qui passe par leur ville, d'où ils assurent, en particulier, le transfert à Avignon des fonds apostoliques venus du Portugal grâce aux commerçants rochelais (27). De pareils transferts ne peuvent se faire sans la contre partie fournie par un courant d'échanges régulier et constant. Le transfert des revenus apostoliques portugais de Lisbonne à Avignon, de 1348 à 1361, par des hommes d'affaires rochelais et cahorsins suggère qu'un courant de transit assez stable de marchandises empruntait entre la Méditerranée et l'Atlantique ces itinéraires septentrionaux à la charnière desquels se trouvait Cahors. Cette ville devait donc bien avoir le caractère d'une véritable place commerciale qui lui a été si souvent dénié.

III. Voies annexes: Les voies subpyrénéennes

Des voies moins importantes en apparence passaient aux pieds des Pyrénées, au Nord comme au Sud.

Celle du Nord suivait la vieille voie romaine de Toulouse à Saint-Bertrand de Comminges et de là à Dax et à Bayonne à travers le Béarn. Elle a surtout servi, semble-t-il, aux rapports de la région toulousaine avec les pays de l'Atlantique et à l'exportation du pastel du Lauragais en Angleterre par Bayonne. Elle était desservie par les muletiers béarnais. Il ne semble pas qu'elle ait été utilisée par les marchandises transitant d'une mer à l'autre, car elle allongeait la longueur du trajet maritime de 3oo à 5oo kilomètres par rapport aux itinéraires précédents.

Celle du Sud remontait depuis la région de Barcelone la vallée de l'Ebre et franchissait ensuite les Monts Cantabriques pour aboutir aux ports de la côte basque et asturienne. Le passage de Médi-

(26) CHAPÍN (Miss) Les villes de foires de Champagne, Paris, 1937, p. 120, 121 et 156.

(27) RENOUARD (Y.) Les relations des Papes d'Avignon et des Compagnies commerciales et bancaires de 13 iô à 1378, Paris, 1942, p. 243-45. Voir aussi, du même, Un Français du Sud-Ouest évêque de Lisbonne au xivème siècle: Thibaud de Castillon (1348-1356) dans Bulletin des études portugaises et de l'Institut français au Portugal, t. XIII (1949), p. 29-52.

terranéens y est attesté dès le xnme siècle: en 1166, un diplôme de Sanche vi, roi de Navarre, mentionne la possibilité pour des Génois de traverser ses terres (28). Il parait vraisemblable de penser que certains des génois et des pisans qui ont construit la flotte de l'archevêque de Compostelle, Diego Gelmirez, sont venus en Galice par cette voie (29). C'était assurément celle qu'utilisaient les prélats de la Péninsule lorsqu'ils allaient à Rome. Au xiueme siècle, une forte colonie languedocienne installée à Burgos semble rester en rapports avec le Languedoc Oriental par cette même voie (30). Mais je n'ai encore relevé aucun transit de marchandises de l'Atlantique à la Méditerranée par cette voie détournée, accidentée, aux étapes mal définies. Elle mériterait en tout cas, ne fût-ce que pour son rôle dans l'histoire de la culture et de la civilisation, d'être étudiée spécialement.

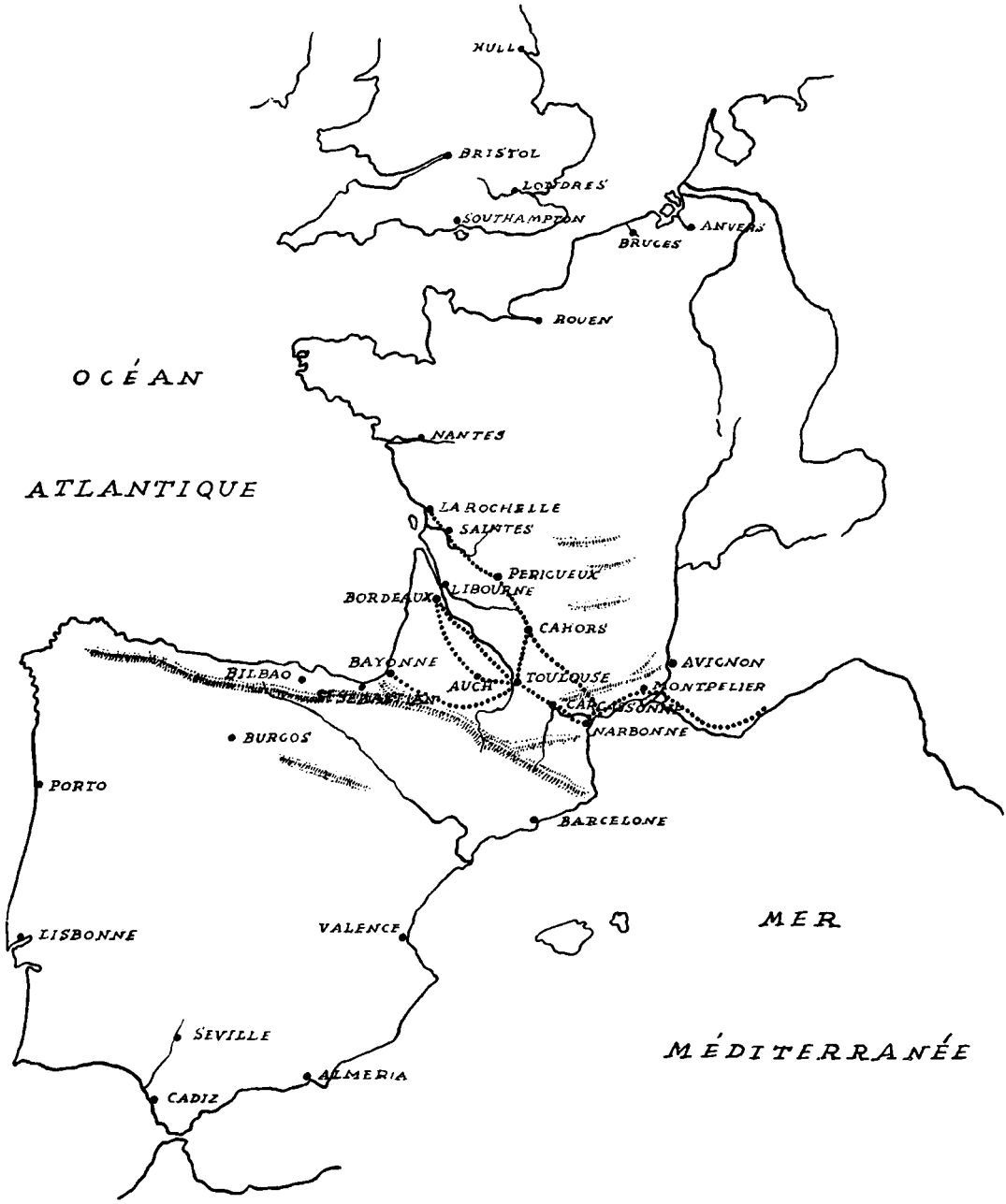
Il y a donc dans l'étude de ces relations entre pays de la Méditerranée et pays de l'Atlantique au Moyen-Age du travail pour tous, portugais, espagnols, français. Les fonds d'archives sont riches, surtout dans la Péninsule. Il y a tout lieu de penser que la collaboration scientifique révélera, dans ce domaine comme dans d'autres, des éléments fondamentaux encore mal connus de la vie des hommes du passé. Et, du fait de la constance des conditions que propose la nature aux habitants de l'Occident, leur connaissance risque de profiter aux hommes d'aujourd'hui comme à ceux de demain.

Y. RENOUARD.

(28) Historiae Patriae Monumenta: Liber Jurium Reipublicae Genuensis, t. i, n.° 250.

(29) **Gf.** supra note 3 ; textes cités par **VERLINDEN (CH.)** The rise of spanish trade in Middle Ages dans Economie History Review, 1940, p. 50.

(30) **BALLESTEROS BERETTA** (A.) San Fernando y el almirante Bonifaz. Séville, 1948, p. 17-19.



LES VOIES DE COMMUNICATION

ENTRE LA MER MÉDITERRANÉE ET L'OCÉAN ATLANTIQUE

Rivières

Routes

La restauración eclesiástica en las tierras conquistadas por Alfonso el Batallador *(1118-1134)*

Cuando Alfonso I emprende la conquista de Zaragoza y de las tierras sitas al Sur del Ebro, nada quedaba de la antigua jerarquía eclesiástica. Lo que hubiera podido llegar hasta mo, en que se extinguió la complaciente dinastía de los Banu Hud, cesaría con la ocupación almorávide. Risco y Simonet citan un obispo de Zaragoza, Vicente, que en mi consagró la iglesia de Luna, entonces en território cristiano ; de ser exacto este dato, pensaríamos que el prelado había emigrado de su sede a consecuencia de la nueva situación politica, y que murió antes de 1118 en que se designa nuevo prelado para la sede Cesaraugustana que se pensaba liberar f[1]). Lo que si consta es que en los últimos momentos de la ocupación musulmana, seguramente de 1110 a 1118 en que dominaron lois almorávides, «sarraceni maletractabant ecclesias Christi sub potestate sua» ([2]).

P) Risco, *España Sagrada*, 2.ª ed., p. 227; SIMONET, *Hist. de los mozárabes de España*, p. 740; la inscripción no se conserva; la iglesia actual, construida en el lugar que ocupaba la antigua, se levantó en 1734 y se abrió al culto en 1767, según me comunica D. Francisco Abbad RÍOS. Pero tengo graves dudas sobre la autenticidad de la inscripción. En el lugar de Luna, repoblado por Sancho Ramírez, el monasterio de San Juan de la Peña había levantado una iglesia, que el obispo de Pamplona — a cuya diócesis pertenecía entonces — cedió (1092) con todos sus derechos al expresado monasterio (FERNANDEZ PEREZ, *Hist de la Iglesia y obispos de Pamplona*, 1, 177, IBARRA, *Documentos de Sancho Ramírez*, n, 211; una redacción ligeramente distinta del documento, en el *Libro de San Voto,* fol. 24). Después hubo largas contiendas entre el obispo de Zaragoza y el de Pamplona sobre la jurisdicción de la Iglesia de Luna, y con este motivo pudo fraguarse la inscripción para justificar unos derechos que hasta la toma de Zaragoza, correspondieron sin disputa a la sede de Pamplona.

([2]) Alfonso i da diezmos a la iglesia de Alagón, año 1124, mayo, en ESPÉS, *Hist. eclesiástica de Zaragoza* (ms.).

Las diócesis de Zaragoza y Tarazona

Dos eran las diócesis situadas de antiguo al Sur del Ebro, Zaragoza *(Caesaraugusta)* y Tarazona *(Tirasona)* (3), y la obra restauradora tenía que basarse en la situación que precedió a la invasion, ya que esta se considera siempre como un acto de injusticia y violencia, transitorio, e incapaz por tanto de crear derechos.

Pero Alfonso no estaba por aquellas fechas en relaciones muy cordiales con la Curia Pontificia; sus disensiones matrimoniales, con la secuela de luchas intestinas, le habían acarreado la enemiga del alto clero castellano, y el monarca, temperamento enérgico y rectilíneo, se encontraba distanciado de Roma precisamente en los momentos en que extensos territorios de su reino se incorporaban a la cristiandad, y cuando se hacía más precisa una estrecha colaboración con la Santa Sede para restablecer la organización eclesiástica. El hecho es que no han llegado a nosotros documentos pontificios dirigidos a Alfonso en esta época, probablemente, como dice Kehr, porque no han existido (4), y el Batallador, espíritu sinceramente religioso, y con fervor de cruzado, lleva a cabo esta restauración eclesiástica de acuerdo con los prelados de su reino, del metropolitano de Auch, y siguiendo, sin duda, instrucciones del obispo Guido de Lesear o de quien en cada momento actuara en funciones de legado pontificio.

Cuando se avecinaba la toma de Zaragoza fué propuesto para regir la nueva diócesis D. Pedro de Librana, probablemente bearnés, quien se apresuró a presentarse al nuevo papa Gelasio n, elegido el 24 de enero de 111S, y que a principios de noviembre de ese mismo año, desembarcaba en Saint-Gilles huyendo del emperador Enrique v. En la conquista de Zaragoza, preparada de común acuerdo por Alfonso 1 y Gastón de Bearn, no solo no estaba ausente la Iglesia, sino que la empresa aparecía patrocinada por los prelados de ambas vertientes del Pirineo reunidos en un concilio celebrado en Toulouse a comienzos de 1118, «in quo

(3) L. **Vázquez de Parga,** *La división de Wamba*, Madrid, 1943, **cap.** 1.

(*) **Kehr,** *El Papado y los reinos de Navarra y Aragón haita mediados del siglo Xil*, en «Estudios de Edad Media de la Corona de Aragón», 11, **155-156.**

confirmata est via de Hispania» (5). La campaña se iniciaba con el espíritu de una Cruzada. Es sabido que Gelasio n, no solo consagró al nuevo obispo de Zaragoza, quien «in obsidione sub spe civitatis capiende iam diu fuerat electus», sino que se dirigió al ejército sitiador de Zaragoza, del que el nuevo prelado era mediador, concediendo la absolución de sus pecados a los que perecieran en la lucha y remisión de la penitencia a los que contribuyeran a reparar la Iglesia de dicha ciudad «a sarracenis et moabitis dirute». Pero el breve pontificio va dirigido «exercitui Christianorum civitatem Cesaraugustanam obsidenti», con una afectada ignorancia para la persona del monarca (6).

Estas iglesias eran, cuando menos, dos : la de Santa Maria la Mayor (el Pilar), principal templo de los cristianos en la ciudad del Ebro, «antiquo nomine sanctitatis ac dignitatis», y la de las Santas Masas, situada extramuros, a orillas del Huerva, que guardaba las cenizas de los cristianos martirizados en Zaragoza durante la persecución de Diocleciano ; esta última había sido incorporada a la iglesia de Jaca en io63 por el obispo de Zaragoza Paterno, donación confirmada cuantas veces los reyes de Aragón se acercaban a los muros de Zaragoza (7).

Seguramente no eran estos los únicos templos que conservaban los cristianos de Zaragoza en los últimos tiempos de la dominación musulmana, pues a raíz de la conquista vemos abiertos al culto otros que parecen revelar un origen más antiguo. Las noticias más remotas se refieren al de Santiago, llamado en los documentos Santiago «de la Pelicería», que en 1121 era incorporado por el rey al monasterio pirenaico de San Pedro de Siresa, donde Alfonso se había criado (8) ; el de San Gil, que era entregado por el monarca al obispo de Jaca-Huesea en pago a los eminentes servicios prestados en la toma de la ciudad, donación con-

(5) J. M. **Lacarra**, *La conquista de Zaragoza por Alfonso 1*, en «Al-Andalus», 1947, p. 78.

(6) **Kehr**, l. **c., pág. 154.**

(7) P. **Ramón de Huesca**, *Teatro histórico de las Iglesias del reyno de Aragón*, (Pamplona, 1792), v, p. 185 y sigts. y J. M. **Lacarra**, *Documentos para el estudio de la reconquista y repoblación del valle del Ébro*, en «Estudios de Edad Media de la Corona de Aragón», 11, 469-574, n.° 1.

(8) Copias **en** la B. N. ms. 746, pág. 118 **y** B. N. ms. 1284 **(Espés,** *Hist. eclesiástica)* fol. 236 v.°.

firmada en 1121 por el obispo Don Pedro; el prelado agrega en su donación los términos comprendidos entre María y Cuarte con las parroquias que había ya y las que se edificaran, más la iglesia de Sobradiel con sus diezmos (9). La iglesia de Santa María Magdalena aparece ya citada en un documento de 1126 (10). En 1129 (30 de junio) Don Pedro de Librana confirmaba a Don Berenguer, abad de Lagrasse, la donación que le había hecho de la Aljafería el rey D. Alfonso, y autorizaba para que en ella se estableciera una iglesia parroquial bajo la advocación de Santa María, San Martín y San Nicolás (41). Por último, en 1133, Lope Arcez Peregrino y su mujer Dª. Mayor, edificaban y dotaban en Zaragoza la iglesia de San Nicolás, haciendo entrega de la misma a los canónigos de la Seo (42). Estas son las únicas menciones que he hallado de templos abiertos al culto en Zaragoza durante el reinado de Alfonso 1, aunque por no ser muy abundante la documentación local de este reinado, no tengo la seguridad de que agoten la totalidad de los existentes. En 1155 se cita la iglesia de San Juan, *el Viello*, a la que Asso, fijándose en este apelativo, apunta un posible origen mozárabe (13).

La mezquita mayor no podía ser habilitada para el culto cristiano hasta pasado un año desde la rendición de la ciudad, es decir, a partir de diciembre de 1119, de acuerdo con el pacto firmado con los musulmanes. En ella se instaló la iglesia catedral, bajo la advocación de San Salvador. Pero la dedicación solemne no debió hacerse hasta dos años después, el 4 de octubre de 1121, en que se aprovechó, sin duda, la presencia en Zaragoza de algunas altas jerarquías de la Iglesia, tal vez, el arzobispo de Toledo Don Bernardo y el cardenal legado Boso (44). Durante el primer año de la ocupación cristiana el viejo templo de la Virgen sería el único o el principal de los abiertos al culto dentro del recinto

(9) R. DE HUESCA, *Teatro histórico*, vi, 452.

(10) LACARRA, *Documentos para el estudio de la reconquista,* n.º 50.

(11) ESPÉS, *Hist. eclesiástica de Zaragoza,* B. N. ms. 1284, fol. 232-233; ms. de la Seo de Zaragoza, 1, 266v-268r.

(12) LACARRA, *Documentos*, n.º 78.

(13) IGNACIO DE ASSO, *Historia de la economia politica de Aragón* (2.ª ed. Zaragoza, 1947), p 201.

(14) KEHR, *El Papado y los reinos de Navarra y Aragón*, p. 153 nota 163, y LACARRA, *Documentos*, n.º 11.

urbano, y para su restauración y adecentamiento aplicaba el prelado las indulgencias otorgadas por el Papa a quienes socorriesen con limosnas a la Iglesia de Zaragoza : «Ahora, consumida con la tristeza de su anterior cautividad, sabed que carece de casi todo lo necesario ; por una parte, destruidas las paredes de dicha iglesia y los ornamentos, no tiene quien le ayude a repararlos : por otra, los clérigos entregados dia y noche al servicio divino, no tienen de qué vivir» (15).

El cabildo catedral procedería en buena parte del otro lado del Pirineo : recuérdese que los prelados de Barbastro, Pamplona y los recién instalados en Zaragoza y Tarazona tenían este origen, pues Alfonso, poco propicio a aceptar la autoridad del metropolitano de Tarragona — por lo demás, vacante de 1099 a 1118 — prefería seguir acatando la del arzobispo de Auch, quien colaboró activamente en la reconquista de Alagón. Don Pascual Galindo sugiere la idea de que fuesen canónigos premostratenses los reunidos por D. Pedro de Librana y traidos a Zaragoza (16), pero me parece muy dudoso por lo temprano de la fecha. El obispo solo nos dice : «pauperes quoque ex diversis regionibus ibidem canonicos secundum temporis oportunitatem, diligenter congregavi» (17).

Tarazona, liberada en la primavera de 1119 (18), no era población de gran vecindario. A 22 km. de Tudela, estaba sometida a esta ciudad bajo el dominio musulmán (19), pero si en lo civil — fijación de términos municipales, régimen de riegos, impuestos — se atendía a los precedentes musulmanes, para lo eclesiástico se trataba de remontar, como hemos dicho, a la tradición visigoda, o

(15) La carta, cuya autenticidad no parece que pueda ponerse en duda, se redactaría en 1119 o en 1121.

(16) P. **GALINDO**, *El breviario y ceremonial cesar au gústanos (siglos XII-XVI),* Zaragoza-Tudela, 1930, p. 20-21.

(17) Año 1123, en **LACARRA,** *Documentos,* n.° 32.

(18) Tudela se rendía el 22 de íebrero de 1119, y en el mes de marzo siguiente firmaba el rey los pactos con la población musulmana. Supongo que dada la proximidad de ambas ciudades, Tarazona se sometería por las mismas fechas,

(19) *Abdal-Munim al-Himyari, La Péninsule Ibérique au Moyen-Age, d'après le Kitab ar-Rawd al Mitdr,* ed. y trad. Lévi-Provençal (Leiden, 1939), p. 81 y i5o (traduc.).

a lo que de ella podía vagamente recordarse cinco siglos después. Por eso en Tarazona se restauró inmediatamente la sede episcopal en la persona de Don Miguel, estableciéndose en Tudela una Colegiata bajo la dependencia de este prelado, pero con dotación especial.

El nuevo obispo de Tarazona sería probablemente tolosano, o tal vez antiguo monje de Saint-Sernin de Toulouse, pues uno de sus primeros actos de gobierno — el mismo dia de su consagración episcopal — consistió en dar a la iglesia de Saint-Sernin de Touloule la iglesia «de castro quod vocatur Cervaria cum omnibus ad se pertinentibus» (20). Don Miguel figura ya como «electus in episcopatu de Tarassona» en diciembre de 1119, y fué consagrado el día 20 de marzo de 1120, probablemente en Toulouse, estando presente el obispo Raimundo de Barbastro, antiguo abad de Saint-Sernin (21).

Seguramente la población mozárabe de Tudela era más numerosa que la de Tarazona, o al menos nos han quedado de ella más recuerdos incluso que de la de Zaragoza, pero nada podemos asegurar sobre su importancia ; en todo caso contaría con un clero muy reducido al ser ocupada la ciudad por Alfonso 1 (w).

(20) El obispo incluye en la donación «terciam vero partem que specialiter episcopalis iuris erat», cf. **Desjardins,** *Cart. de Saint-Sernin de Toulouse*, p. 497. No hay seguridad sobre a qué Gervera se refiere esta donación : Cervera del Rio Alhama, próxima a Tarazona, pertenecía a la diócesis de Calahorra ; Gervera de la Cañada, o de Aniñón, al NO de Galatayud, y dentro de la diócesis de Tarazona, no es seguro estuviese liberada en la fecha de la donación. **Briz Martínez** *(Hist. de... San Juan de la Peña*, Zaragoza, 1620, p. 767) cree que D. Miguel fué antiguo monje de San Juan de la Peña, fundándose en una desacertada corrección al texto de la donación que hizo de la iglesia de Santa Cruz de Tudela al monasterio de Saint-Martin de Seez *(Sagiensi = Cer citen si).*

(21) Figura «electo» en el fuero de Belchite, *Esp. Sagr.,* t. 49, p. 128; el dia de su consagración consta en el documento citado en la nota anterior.

(22) Tudela se dice fundada — o menos, tonificada — por Alhaquem 1 ('796-821) *(Crónica del Moro Rasis*, ed. **Gayangos,** p. 44 y *Menahidj el-Fiker*, apud E **Fagnan,** *Extraits inédits relatifs au Maghreb,* Alger, 1924, p. 66). Su población mozárabe se incrementaría, a partir de entonces, a medida que la ciudad iba ganando en importancia. Sabemos que las gentes de Tarazona emigraban a Tudela **(Ai.-Himyari,** *La Péninsule ibérique*, etc. p. i5o). En los siglos xii y xiii vemos persistir el recuerdo de la población mozárabe en la documentación local, con frecuentes menciones del barrio de los mozárabes,

Organización de las nuevas diócesis

Una misión delicada competía a los nuevos prelados de la región del Ebro: Al establecer contacto con los cristianos mozárabes, tenían que implantar sin violencia, pero con firmeza, el rito romano que, si fue adoptado por la Iglesia de Aragón en 1071, había encontrado al parecer, resistencia en algunas partes, y desde luego no se había introducido entre la cristiandad mozárabe. Este pudo ser uno de los motivos, aparte la evidente necesidad que había de pastores, para que los nuevos prelados colocaran al frente de sus cabildos catedrales y en los puestos de mayor responsabilidad e importancia, a clérigos de su confianza personal, extraños incluso al reino de Aragón, que pudieran llevar a cabo sin estridencias, la paulatina incorporación al nuevo rito del disperso, y creemos que exiguo, clero mozárabe de sus diócesis respectivas.

Conocemos las Constituciones que en 1128 dictara el prelado de Zaragoza para el gobierno de las iglesias de esta ciudad. Responden estas a un momento en que, como dice D. Pascual Galindo, «todos los derechos jurisdiccionales y costumbres litúrgicas estaban plenamente unidas a la catedral, sede del obispo. Las parroquias no eran sino extensiones o ampliaciones accidentales, para casos de muchedumbre y momentos de necesidad, de la catedral». En ellas se ordena, entre otras cosas, que todos los sábados, los cle'rigos de todas las iglesias de la ciudad acudan a la iglesia de la Seo «ut ibi quid de ecclesiastico officio per totam ebdomadam agendum sit audiant et discant» (23). Continuación, sin duda, de

y en la onomástica: María de Mozarabo, Pedro de Mozarabo capellán de Santa Maria, etc. Parece que el barrio estaba en el centro de la población, junto a Santa María la Mayor. Cf. **FUENTES,** *Catálogo de los Archivos Elesiásticos de Tudela*, Tudela, 1944.

(23) **LACARRA,** *Documentos*, n.° 58. Sin embargo, la donación de la Aljafería hecha por D. Pedro de Librana (1129) al abad de Lagrasse, parece estar en contradicción con dichas Constituciones, pues se concede a la parroquia allí constituida «babtisma et cimeterium et nuptias et omnem christianitatem sicut parrochialibus ecclesiis nostris in nostro episcopatu mos est», cuando en las Constituciones se mandaba «ut in ecclesiis baptisterium neque signaculum vel nuptias faciant, sed sedi, cuius proprium, reservent».

esta ordenanza del obispo Don Pedro de Librana, «es aún la costumbre de leer al final de la prima de cada sábado los oficios y fiestas correspondientes a todas los días de la siguiente semana : es la publicación regular del *Ordo officiin* (24).

El año 1121, una vez evacuada la población musulmana de los recintos urbanos de Zaragoza, Tarazona y Tudela, procederían los prelados a una ordenación eclesiástica de las ciudades y de las diócesis. Conocemos algunas manifestaciones de esta actividad : En 1121 daba el obispo de Zaragoza al abad y monjes de San Pedro de Rodas (diócesis de Gerona) la mezquita mayor de Osera con todos los bienes que tuvo «tempore paganorum», para que levantaran allí una iglesia en honor de San Pedro (25) ; ese mismo año, confirmaba al obispo de Huesca las donaciones de la iglesia de las Santas Masas y de San Gil en Zaragoza y a San Pedro de Siresa daba el rey la iglesia de Santiago, según hemos visto. Con el obispo de Pamplona arregló las cuestiones que se plantearon sobre la jurisdicción en las iglesias de El Castellar, Pola y Tauste, ya que, otorgadas al prelado pamplonés antes de la liberación de Zaragoza, caían sin embargo dentro del territorio de su diócesis ; la discusión de la iglesia de Ejea se aplazó para resolverla por acuerdo amistoso cinco años después (26). Al mismo tiempo trata el prelado de Zaragoza de fijar con precisión los limites de su diócesis con la de Tarazona, acerca de los cuales no habría precedentes claros ; estaban en disputa los pueblos de la ribera del Huecha, y se convino en que Borja y Magallón sitas en la orilla izquierda fuesen de Tarazona, pero Fréscano, Mallén, Cortes, lo mismo que Novillas y Cabañas dependerían de

(24) P. **Galindo Romeo,** *El breviario y ceremonial cesar au gústanos,* p. 69 y sigts. donde glosa detenidamente las mencionadas constituciones de D. Pedro de Librana. Véase también **Arruego,** *Cátedra episcopal de Zaragoza* (Zaragoza, 1653), p. 55 y sigts.

(25) **Villanueva,** *Viage literario*, t. xv, 245. Esta donación, hecha «ut monachi Sancti Petri amici sint et fideles michi et successoribus meis», no debe confundirse con la hermandad establecida posteriormente con la iglesia de San Vicente de Roda (Ribagorza) con ocasión de la entrega del brazo de San Valero (*Esp. Sagr.,* t. xxx, p.421 y **Villanueva,** *Viage*, xv, 307).

(26) Publ. **Lacarra,** *Documentos*, n.º 22 ; un texto original se conserva, además, en el Arch. Catedral de Pamplona, *Arca Episcopi,* 11, n.º 11 ; sobre las cuestiones que con posterioridad surgieron acerca de estas iglesias cf. **Kehr,** *Papsturkunden in Spanien,* 11, 222-223.

Zaragoza, y que si posteriormente se encontraran documentos o pruebas que alteraran los limites que ahora se establecían, se rectificarían amistosamente de acuerdo con esos nuevos testimonios (27). Aun se plantearon otras cuestiones de límites a la muerte del Batallador entre las iglesias de Tarazona, Osma, y Sigüenza, y entre Zaragoza y Pamplona (28). Ese mismo año 1121 parece que fue solemnemente consagrada la iglesia de Tudela, además de la de Zaragoza (29).

En la restauración eclesiástica de las tierras que acababa de conquistar Alfonso 1 colaboraron desde el primer momento algunos señores particulares, las iglesias y monasterios del reino ya liberadas, algunas del Sur de Francia, y al final del reinado del Batallador, las Ordenes Militares.

Recordemos entre las restauraciones de iglesias hechas por particulares las de Cervera por Atto Galindez (30), Gallur por Pedro Miro (3i), Alfajarín, por su abad Sancho (32), la iglesia de San Nicolás de Zaragoza por Lope Arcez Peregrino, San Lorenzo de Daroca, por Ramón de Embredun, capellán de Ramón Berenguer iv (33) etc. ; tierras o iglesias en la zona del Ebro poseían los monasterios de Leire, Irache, San Pedro de Rodas, Siresa, Santa

(27) Publ. **LACARRA,** *Documentos*, n.° 23. Estas cuestiones de límites se agitaban, al parecer, desde el año anterior, en que el obispo D. Pedro de Librana «cum multas tam a fidelibus quam ab infidelibus pateretur oppresiones, quippe cui etiam vicini episcopi propria iura ecclesie violenter auferre conabantur, nocte quadam pre tristitia incenatus recubuit»; entonces (18 a 19 julio, 1120) según la interpretación el P. Fita, se le apareció San Valero, que le indicó el lugar en que se ocultaban los restos de San Braulio *(Bol. Acad. Historia*, t. 44, 1904, p. 425).

(28) Gf. **GAIJNDO,** *El breviario*, p. 29 y sigts. ; *Esp. Sagr.*, t. 49, p. 129 y sigts.

(29) **LACARRA,** *Documentos*, n.° 20 y *La fecha de la conquista de Tudela*, en «Principe de Viana», 1946, p. 5i, nota 16.

(30) En 1123 Alfonso 1 le concedía «mandato et auctoritate domni pape, mandato domni Sancii episcopi Naiarensis et de suo capitulo, quod tu facias seu hedifices ecclesia in villa de Cervera in tua hereditate, et sint inde semper prelati de tuo genere serviendo ipsi ecclesie, et dando inde sua iura episcopo proprio per secula cuncta» **(LACARRA,** *Documentos,* n.° 3o).

(31) Año 1128, 17 diciembre, documentos de Alfonso i en el Arch. Hist. Nac. Gart. del Temple, n.° 691, fl. 1.

(32) **LACARRA,** *Documentos*, **n.° 71.**

(33) Archivo de la Seo de Zaragoza, *Cart. grande*, fol. 26 r. .

Cristina, San Juan de la Peña, las iglesias de Huesca, Pamplona, San Miguel in Excelsis, etc. Con referencia a comunidades extranjeras recordaremos las donaciones o las ofertas hechas a la Sauve (Gironde) en Ejea, Pradilla (34), Uncastillo (35) y Molina de Aragón (36); a San Ponce de Torneras en Arguedas, Valtierra, Cadreita, Murillo, Tudela, etc. (37) ; de Alagón al arzobispo de Auch en 1131 (38); de la Aljafería a Berenguer, abad de Lagrasse; a los monjes de San Martin de Seez de las iglesias de Santa Cruz de Tudela, de Monteagudo y Castejón (39) ; a Saint-Savin de Lavedan de las posesiones de Cortada (40), etc.

La dotación de las diócesis

Muy interesante me parece el poder precisar la base económica con que se hizo la restauración de estas diócesis. Poseemos los diplomas que pudiéramos llamar de dotación de las tres Iglesias de Zaragoza, Tarazona y Tudela, otorgados por Alfonso i, al parecer en 1118, ii23 y 1124 (?) respectivamente, y de los cuales debe arrancar toda investigación (41).

(34) Arch. Catedral de Pamplona, Arca v, n.º 36 y MARTENE, *Thesaurus novus anecdotarum,* 1. 271.

(35) B. N. ms. 746, p. 136.

(36) MARTENE, *Thesaurus*, 1, 366.

(37) Año **1093, apud LACARRA**, *Documentos,* **n.º** 3.

(38) LACAVE LA PLAGUE BARRIS, *Cart. du chapitre de Ste Marie d'Auch* (1899), p. 74.

(39) *Esp. Sagr.,* t. 50, p. 399.

(40) ALPHONSE MEILLON, *Les possessions de Vabbaye de Saint-Savin de Lavedan à Saragosse au XII^e siècle* (Tarbes, 1923); P. GALINDO ROMEO en «Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos», 3.ª época, xxvii (1923), p. 226 y sigts, y P. GALINDO ROMEO et A. MEILLON, *L'abbaye de Saint-Savin de Lavedan et ses possessions à Saragosse et à Cortada au XII^e siècle* (Tarbes, 1926).

(41) Los de Zaragoza y Tarazona parecen cortados por el mismo patrón, más sencillo todavía el de Zaragoza. El de Tudela, pretende detallar mejor los derechos de la Iglesia, pero es menos sistemático; tal como ha llegado a nosotros pudiera estar retocado o rehecho. Para su fecha y mss. véase mi artículo sobre *La fecha de la conquista de Tudela*, p. 47 nota 5. Para Zaragoza véase mi edic. en *Documentos,* n.º 13; para Tarazona, *Esp, Sagr.,* t. 49, p. 332 y GAVIRA, *Episcopologios de sedes navarro-aragonesas* (Madrid, 1929), p. 155 ; para Tudela, *Esp. Sagr.,* t. 49, p. 331 (corree, t. 50, al final) y *Bol. Comisión de Monumentos de Navarra,* 1923, p. 181.

De su examen se deduce que el rey otorgó :

A) Todas las mezquitas que se convirtieran en iglesias, con las heredades y derechos que tuvieron bajo dominio musulmán.

B) Los diezmos y primicias de los frutos que deben percibir de los cristianos todas las iglesias de la diócesis.

C) La décima parte de todos los tributos y rentas reales, tanto procedentes de cristianos como de judíos y sarracenos.

D) Se reconocen expresamente los bienes que antes de la conquista tuvieron algunas iglesias mozárabes, y al obispo todos los derechos que tenían los prelados sobre las iglesias de su diócesis (cuarta episcopal), según el derecho vigente. Además el rey hizo diversas donaciones de villas, castillos o heredades para incrementar el patrimonio de las nuevas sedes.

A) En Zaragoza y Tudela, y creemos que lo mismo en Tarazona, todas las mezquitas del recinto urbano, con sus «alhobces», pasaron a depender de la Iglesia; seguramente que no todas se habilitaron de momento para el culto cristiano (42), pero se reconoció siempre a la Iglesia el pleno dominio sobre los edificios de las antiguas mezquitas y sobre los bienes y derechos anejos a ellas.

En las aldeas y en los campos la situación era diferente. Como se había pactado que los musulmanes abandonarían el recinto urbano, para trasladarse a los arrabales en el plazo de un año, todas las antiguas mezquitas de las ciudades carecían de destino propio y podían entregarse inmediatamente a la Iglesia. Pero en las zonas rurales, la población musulmana persistió en el cultivo de los campos ; es más, los nuevos señores tenían interés en que no abandonaran sus tierras, y los respetaron en general en sus antiguos derechos ; eran muchas las villas y aldeas en que la población musulmana superaba con mucho a la cristiana; todavía en el siglo xvi había pueblos en Aragón en que, salvo el cura, el notario y el tabernero, todos los demás habitantes eran moris-

(42) Así, en 1128, Iñigo, abad y rector de Santa María de Tudela daba a Roger de Seis y Guillermo Toroldo «illam mesquitam versis portam Cesaraugustanam», probablemente para destinarla al culto cristiano, pero que en esta fecha no estaba reconciliada todavía (Lacarra, *Documentos,* n.º 55).

cos(43). No era pues necesario ni discreto el cerrar las mezquitas para aplicarlas inmediatamente al culto cristiano. En el diploma otorgado por el rey al prelado de Tarazona le autorizaba para vindicar «in usum Ecclesie» todas las mezquitas y todas las heredades de las mezquitas de su diócesis, «quatenus eliminata ab eisdem omni spurcitia Satané, et sequaces ipsius Mahometh, Iesus Christus Dominus noster in eis adoretur» (44). El mismo principio supongo regiría para las demás diócesis, pero no creo que se aplicara inmediatamente, sino a medida que las circunstancias lo fuesen aconsejando.

Así vemos que cuando el obispo y clérigos de Zaragoza se quejan (1124?) de que sus iglesias no tienen todavía «illos alhobzes et illos furnos qui fuerunt de illas mesquitas», el rey dirige varias cartas conminatorias al zabalmedina de Zaragoza para que ponga a las iglesias y clérigos en posesión de «illos alhobzes et in totos illos directaticos quos habuerunt in tempus de moros ad *unaquaque ecclesia qui sunt in illos castellos et uillas* de toto episcopatu de Zaragoza, sive *illas meschitas qui sunt in illas civitates*» (45). Es decir, que en las villas y castillos debían entregarse los alhobces *de las iglesias* que antes fueron mezquitas — no los de las mezquitas que siguen con este destino — y en las ciudades *los de las mezquitas,* aun cuando no todas se hubieran convertido en iglesias.

Acerca de esta paulatina conversión de las mezquitas rurales en iglesias nos ilustran otros documentos. En 113g, Don Lupo, sacristán y capellán del rey, más tarde obispo de Pamplona, recibió de García Ramírez las iglesias de Valtierra y Cadreita, que eran capillas reales. Solicitó además que se le concediese la mezquita de Valtierra con sus posesiones, y el rey, previo el asenso de su tenente Rodrigo Abarca, y de una cantidad de dinero que recibieron el rey y el tenente, consintió «ut cum tempus oportunum advenisset mezquitam illam serracenorum ecclesiam facerent ad servicium Dei agendum» (46).

(43) Así lo cuenta el archero Enrique Cock, con referencia a la villa de Muel *(Relación del viaje hecho por Felipe U, en i5S5, a Zaragoza, Barcelona y Valencia*, Madrid, 1876, p. 3o).

(44) *Esp. Sagr.*, t. 49, p. 333.

(46) LACARRA, *Documentos*, n.° 34

(46) LACARRA, *Documentos*, n.° 92.

Los derechos efectivos de la Iglesia en este aspecto — una vez que se vio con el tiempo la imposibilidad de convertir en iglesias todas las mezquitas rurales — quedaban claramente expresados por Alfonso vu al confirmar en 1134 (26 dic.) los privilegios otorgados a la Iglesia de Zaragoza por Alfonso 1 y Ramiro 11: «Simili modo illos alhobz qui fuerunt illarum mezquitarum *que modo sunt deserte vel ecclesie facte,* seu furnos vel tendas sive honores qui fuerunt de facultatibus illarum predictorum mezchitarum» (47). Es decir, que no de todas las mezquitas se hicieron cargo los cristianos, pues únicamente pasaron a depender de la Iglesia los alhobces de las que habían dejado de ser mezquitas, bien por estar desiertas o por haber sido convertidas en iglesias.

La entrega de los «alhobces» iba forzosamente ligada a la conversión de la mezquita en iglesia. Cuando Alfonso 1 da en 1107 al obispo de Huesca una mezquita en Tamarite, lo hace «cum totos suos directaticos» (48). El obispo de Zaragoza D. Pedro de Librana, entrega a los monjes de San Pedro de Rodas la mezquita mayor de Osera, «cum omnibus radicibus vel alodibus quae hodie habet vel unquam habuit tempore paganorum, ut fiat ibi ecclesia in honore Dei et Sancti Petri vel aliorum sanctorum» (49). En 1124 Alfonso 1 dotaba las iglesias de Alagón con los diezmos de las rentas reales, y además les concedía «omnes meschitas et cimiteriis earum postquam ab uno anno adermate fuerint, medietatem furnis, tendis, alfondachis et algobcis quos antea meschitas possidere solebant». En 1128 el rey daba a Pedro Miro «ecclesia de Galur *cum suo honore* Boquignenech et Lurcenic, et aliam de Razazol quas tu ipse populasti et edificasti in nomine Domini» (5a), donde la voz aragonesa «honore» equivale a la arábiga «alhobce». En 1131 otorgaba el Batallador a Sancho, abad de Alfajarín «illa mezquita cum suo furno et cum illos alhabces que facias ecclesiam» (51).

Sin embargo, esta entrega de los alhobces debió hacerse muy lentamente y con grandes dificultades. Los moros seguían culti-

(") Id. n o 86.

(48) Lacarra, *Documentos*, n.° 7.

(49) Villanueva, *Viage*, iv, 245.

(50) A. H. N. *Cart. del Temple*, fol. 1.

(51) Lacarra, *Documentos*, n.° 71.

vando en buena parte las mismas heredades que antes de la ocupación cristiana, pero no era fácil discriminar el título jurídico que les amparaba; se explica la repugnancia que debían sentir a pasar a depender de la Iglesia; por otra parte, esta no podía tener una información muy exacta de los antiguos bienes de las mezquitas, ni podía enfrentarse eficazmente con los grandes señores que protegían a sus nuevos vasallos ante a las reclamaciones de la Iglesia. Ya hemos visto como en 1124 Alfonso 1 había dirigido varias cartas al zabalmedina de Zaragoza *(iam habeo tibi missas alias cartas)* apremiándole para que pusiera a la Iglesia en posesión de sus alhobces, que detentaban señores y moros *(et times et amas mais illos seniores et illos moros quam meum mandamentum)* (52). En 1129 repetía estas mismas órdenes a los justicias de Tudela y Zaragoza. Decía a los de Tudela : «Et insuper hoc totum dico vobis et forte mando quod qua hora videritis istam meam chartam semper mittatis illos cappelanos D. Eneco et magistrum Stephanum et illos alios nostros clericos de illa capella de Tutela in totas illas hereditates de illas meskitas et in totos illos alhoces et in totos alios directos qui fuerunt vel pertinuerunt et in turnos sicut fuerunt in tempore de moros de illas meskitas de Tutela et de alios castelos et villas que sunt vel pertinent ad illam capellam. Et forte mando vobis quod faciatis illos dompnos et poderosos ad opus Dei et Sancte Ecclesie. Et si me amatis vel in me vos fidatis non videam illos amplius clamantes» (53). Y al justicia de Zaragoza: «Aliud mando vobis quod semper mitatis totos nostros clericos in illas totas hereditates que fuerunt de illas meschitas, et facite eos inde dompnos et poterosos per ad Sancta Dei Ecclesia» (54).

B) El rey otorgó también, o reconoció, mejor dicho, a la Iglesia los diezmos y primicias que debían pagar los cristianos (55). Estos diezmos se pagaban por los frutos de la tierra, los molinos

(M) Id. n.° 34.

(53) Id. n .• 62.

(51) Id. n.° 63.

(55) En el privilegio a Zaragoza decía: «dono... decimas et primicias omnníum ecclesiarum quas in episcopatu suo sub proprio iure tenet vel in antes tenebit, scilicet messium vel vinearum vel ortorum seu molendinorum et ceterorum omnium», y casi con las mismas palabras el otorgado a Tarazona.

y los hornos (56); en los textos un poco posteriores se incluye también el ganado.

Este es el diezmo eclesiástico, de muy remoto origen (57), y al que, como es natural, solo los cristianos estaban sujetos. La exención de los moros y judíos está claramente especificada en Aragón, como veremos en seguida, aun cuando en algunos documentos se cite confusamente este diezmo con otros de origen no eclesiástico que percibían también las iglesias (58). De estos, unos tendrían un origen más o menos voluntario, y así vemos como los moros de Barillas con el asentimiento del rey «per suam bonam voluntatem, sine ulla impremia, volunt dare suas decimas» a Dios, a Santa Maria y a las monjas de dicha villa, «de tota sua laborança seu de ovibus et ganato qui creaverint et de sua hereditate» (59). Otros diezmos serían pagados por razón de la tierra, ya que al pasar esta a manos de cristianos, quedaba sujeta al diezmo eclesiástico, y así continuaba aun cuando volviera a ser adquirida después por un musulmán o judío (60). En otros casos se llegaría a una confusión entre rentas y diezmos que debían pagar los musulmanes que cultivaban los alhobces de la Iglesia.

(56) Véase la nota anterior, y además: Año ii23, «decimarum omnium fructuum terre quicumque colligentur ..» (LACARRA, *Documentos*, n.° 32); 1124 (?), «de totu fructo que nascuntur desterra» *(Esp. Sagr*t. 49, p. 33:); año 1129, «totam illam decimam et primitiam donent de omnibus fructibus ad Sanctam Ecclesiam de pane et de vino et de omnibus aliis fructibus terre» (LACARRA, *Documentos*, n.° 62); año 1134, «decimas omnium fructuum tam de terris quam de ortis» (LACARRA, *Documentos*, n.° 86).

(57) J. SAN MARTIN, *El diezmo eclesiástico en España hasta el siglo XII* (Palencia, 1940), cap. 11.

(58) Así, en la concordia entre el obispo de Tarazona y el Cabildo de Tudela (1135), aquel cede a este «duas partes omnium decimarum quascumque Ecclesia illa tam a Christianis quam a iudeis vel a sarracenis fuit consequta, terrarum scilicet et vinearum atque hortorum et omnium que genuit humus, ovium quoque, domesticorum animalium que ab humo creantur» (*Esp. Sagr.,* t. 49, p. 334).

(59) Año 1142-1150, Arch. Catedral de Tudela, n.° 1061.

(60) Para la exención de los judíos también pueden encontrarse testimonios; en el cambio de unas viñas pactado (año 1114) entre los monjes de San Pedro el Viejo de Huesca y Carabaçola, judío de la misma ciudad, se conviene que por la heredad que recibe el judío «decima et primicia nulla dabunt iudei ex illa» (Cart. de S. Pedro el Viejo, fol. 76 v). Véase además la nota 74.

El monarca percibía de los moros como tributo la décima parte de los frutos, cantidad que a veces íntegramente, pero generalmente solo su diezmo, se concedía por los reyes a las iglesias, según veremos. Eran, pues, varios los caminos por donde podía llegarse a esta confusión de contribuciones de origen tan distinto, y por eso no es raro que en la Baja Edad Media se invoque el derecho divino para justificar la sujeción de moros y judíos al diezmo eclesiástico (61).

Algo parecido ocurre en Portugal, según referencias de Gama Barros (62).

Un caso curioso se planteaba cuando las tierras que venía cultivando un musulmán antes de la conquista, eran cedidas a otro cultivador, también musulmán, por el propietario cristiano. Parece, en efecto, que cuando los cristianos ocuparon las riberas del Ebro, los aparceros musulmanes *(exaricos) (63)* fueron respetados en sus derechos y en las mismas condiciones en que estaban antes de la conquista. Unas veces el contrato era anual, transcurrido el cual, si el cristiano no se arreglaba con el exarico, recuperaba el pleno dominio de la tierra (64), otras duraba toda la vida del exarico (65), en otras el cultivador quedaba ligado a la tierra por sí y por sus descendientes. Finalmente, era frecuente, en los

(61) Así en el sínodo de Tortosa, año i35g, en VILLANUEVA, *Viage literario*, v, 352.

(62) *Hist. da Administração Publica em Portugal*, 11², 238.

(63) La voz *exarico* tiene en los documentos matices jurídicos bastante diversos ; aquí solo nos referimos al más general de aparcero. Véase HINOJOSA, *Mezquinos y exaricos,* en «Homenaje a Codera» (Zaragoza, 1904), p. 523-531 y A. GONZALEZ PALENCIA, *Notas sobre el régimen de riegos en la región de Veruela en los siglos XIIy* X///, en «Al-Andalus», vol. x (1945), p. 79-88.

(64) «Ego domno Raul comparavi adhuc una terra... in tali conventione ut in hoc anno accipiam medietatem de fructu, post isto vero anno si voluero me facere abinimento cum illo exarich qui illo laborat faciam, si non quod habeam illo campo libero et ingenuo ut habeam, teneam et possideam ad faciendam propriam voluntatem ego et filii mei et filii filiorum meorum in secula seculorum» (LACARRA, *Documentos*, n.º 20).

(65) Alfonso i da a Juan Perez, su escribano (año u3i), «unos exaricos in Tutela pro nomine filios de Alcait abin Cipiellos ut in tota vita de illos habeas illo quinto... et post mortem eius habeas tota illa hereditate salva et franca et libera et omnis generado vel posteritas tua», IBARRA, *Cristianos y moros,* en «Homenaje a Codera», p. 86.

años que siguieron a la conquista, que el propietario adquiriera el pleno dominio por haberse marchado el exarico a tierra de moros (66).

Mientras la tierra era cultivada por el primer exarico o por sus descendientes, no estaba obligado este a pagar diezmo alguno a la Iglesia, ya que, por respetarse los términos de la capitulación, solo debían dar al rey lo que se disponía en la ley musulmana, es decir, la décima parte de los frutos (67). Se entendía, sencillamente, que el propietario cristiano se había subrogado en los derechos del anterior propietario musulmán, solo que él, como cristiano, venía obligado a dar sus diezmos a la Iglesia por la parte que a él le correspondía en los frutos de la finca. Pero, advenida a él la tierra con plenitud de derechos, aun cuando luego volviera a cederla en aparcería a otro exarico musulmán, debían pagarse diezmos tanto por la mitad del cristiano como por la que tocaba al musulmán, ya que, como dice un documento de 1134, el cristiano la había cedido «sub conditione voluntaria» (68).

En 1129 Alfonso I daba órdenes enérgicas a sus justicias de Tudela y Zaragoza para que tan pronto como el exarico del cristiano se marchara a tierra de moros diesen los propietarios todo el diezmo a la Iglesia «quisquis laboret illam hereditatem» (69). Alfonso YII en 1134 insiste en el mismo principio (70). Pero la argucia de entregar las tierras a apareceros musulmanes para su

(66) Año 1129, Alfonso 1 da a Garcia de Belforado «unas casas ermas quales meliores potueritis ibi invenire de illos mauros que fuerunt ad alias terras... ut habeas et possideas totum hoc donativum... liberum et francum» (Arch. de Navarra, *Tulebras*, n.° 153). Año 1129, «...quod illos Christianos qui sunt populatores de Tutela et de alias villas prendunt illas hereditates de lures xaricos moros qui sunt itos vel andatos ad terras de moros» (LACARRA, *Documentos*, n.° 62).

(67) «Et que faciat illos stare in lures hereditates in Tutela, et ubicumque habuerint illas in illas villas de foras ; et que teneant illos in lure decima, et que donent de X unum» (MUÑOZ, *Col. de fueros,* pág. 416).

(68) Confirmación por Alfonso vu de las donaciones hechas a la Iglesia de San Salvador de Zaragoza por Alfonso 1: «concessit... omnes decimas illarum hereditatum quas habuerunt christiani in proprietate sua, postea vero dederunt illas sarracenis ad laborandum per manum suam sub conditione voluntaria» (LACARRA, *Documentos,* n.* 86).

(69) LACARRA, *Documentos*, n.° 62 y 63.

(70) Cf. nota 68.

cultivo y cubrir con la exención personal de estos, la de la mitad de sus heredades, debía ser expediente muy socorrido de los señores cristianos de la ribera del Ebro. Todavía en 1169 el obispo de Zaragoza se quejaba de que nobles, caballeros y burgueses obrando «maliciosamente, daban sus heredades y honores para cultivar y labrar a sus exaricos sarracenos, y no daban diezmo ni primicia de la parte de heredad u honor que sos exaricos sarracenos labraban y cultivaban, con lo que defraudaban a la Santa Iglesia de Dios en su diezmo y primicia». La sentencia de Alfonso II dispone que deben pagarse diezmos «quibuscumque postea personis traderentur ad excolendum vel laborandum», y deben pagarse «tam de parte Christianorum quam de parte sarracenorum» (71). Tres años despues dió otra sentencia, concebida casen los mismos términos, en favor de la Iglesia de Tarazona, aclarando aquí que la obligación de pagar diezmos y primicias recaía igualmente sobre las tierras que los sarracenos adquirían de los cristianos o recibían en prenda (72).

Se comprende que pasadas una o dos generaciones, no habría apenas cultivador musulmán que no pagara diezmos a la Iglesia por uno u otro concepto, y que Alejandro III pudiera hablar en 1172 de «decimas sarracenorum tui episcopatus ab eadem rege [Alfonso II] tibi et eidem Ecclesie tue concessas» (73).

Las polémicas sobre el pago de diezmos por los exaricos prosiguieron sin embargo, durante el siglo XIII. El derecho de Aragón en esta materia quedó fijado en la Compilación de Huesca (1247) en los siguientes términos: «Sarracenos y judíos están obligados a pagar integramente diezmos de todas las heredades que poseen salvo de aquellas que nunca estuvieron en poder de cristianos» (74). Este principio debió aplicarse con fidelidad hasta la época de Carlos Y pues veo que en el siglo XV los judíos y moros que habían acudido a poblar en Hijar se comprometieron a pagar diezmos a la iglesia de Santa Maria la Mayor de Zaragoza (el Pilar) fundándose en que las tierras que habían adquirido

(71) Arruego, *Cátedra episcopal de Zaragoza,* p. 679-682.

(72) *Esp. Sagr.*, t. 49, p. 382.

(73) Año [172 (22 enero), Arruego, *Cátedra episcopal*, p. 676.

(™) *Fueros y Observancias*, ed. Savall y Penen, 11, 110, *De decimis ludeorum et Sarracenorum.*

«en tiempos pasados eran de Christianos, e por consiguient pagavan et eran e son tenidas pagar de justicia, decima de todos Jos fruytos que Nuestro Senyor Dios dava, e da, a los venerables prior e capitol de la iglesia de Santa Maria la Mayor de Çaragoça, a quien pertenecieron las decimas de la dita villa e términos de aquella» (75).

Es curioso constatar una vez más la semejanza del principio establecido en Aragón sobre las tierras cultivadas por los musulmanes, con el derecho portugués. «No século XV a jurisprudencia estabelecida por D. Duarte e confirmada pelo seu sucessor foi que os mouros pagassem dizimo d'aquellas propriedades sómente que, tendo pertencido a mouro, já depois da conquista haviam passado a christão e d'este novamente ao dominio de mouro» (76).

Como contrapartida, el poder civil reclamaba contra abusivas exenciones con que los clérigos trataban de amparar a sus exaricos. Así en 1180 los clérigos de Zaragoza pretendieron eximirles del pago de la parte que les correspondía en cierta cantidad que había sido pedida por el rey a la ciudad de Zaragoza; la sentencia, dada por Blasco Romeo y aprobada por el rey, disponía que los exaricos de los clérigos que hasta ahora nunca hubieran pagado vecindad, seguirían exentos, pero los que adquirieran en adelante, si la habían pagado alguna vez, continuarían obligados al pago, sin que sirviera de excusa el haber pasado a depender de la Iglesia (77).

C) El pago a la Iglesia del diezmo de los tributos y rentas reales era antiguo en Aragón (78). «Si el pueblo judío — decía

(75) F. MACHO Y ORTEGA, *Condición social de los mudejares aragoneses (siglo XV),* en «Memorias de la Facultad de Filosofía y Letras» (Zaragoza, 1923), pág. 236.

(76) H. DA GAMA BARROS, *Hist. da Administração Pública em Portugal*, ii*, 238.

(77) *Codoin Aragón,* vm, 64. Los clérigos se apoyaban, sin duda, en un privilegio de exención otorgado por Alfonso 11 (febr. 1169) a los canónigos y clérigos del obispado de Zaragoza (*Codoin Aragón,* VIII, 43).

(78) Recordemos que en el concilio de Jaca de io63, dicen los reyes : «Donamus etiam et concedimus Deo et beato Piscatori omnem decimam nostri i uris auri, argenti, frumenti seu vini sive ceteris rebus quas nobis tributarii sponte ac coacte exsolvunt tam christiani quam sarraceni» (SANGORRIN, *EI libro de la Cadena de Jaca,* pág. 46). Sancho Ramírez daba en 1091 a la iglesia del

Alfonso el Batallador — observando los preceptos de la ley, da sus diezmos aun de las cosas más pequeñas, con mayor motivo debe darlos el pueblo cristiano de todo lo que posee, ya que es más sincero en el cumplimiento de los sacramentos y mayor el número de sus sacerdotes y ministros» (79). El rey no podía quedar exento de este deber que alcanzaba a todos los cristianos. Por eso Alfonso incluye en la dotación de las nuevas sedes no solo, los diezmos de los frutos de sus heredades, sino también el de todas las rentas y tributos que percibía la corona. En el privilegio concedido a Tarazona (1123) dice que se le den los diezmos de todos los tributos y lezdas «que nobis spontanee vel coacte, tam a Christianis quam iudeis sive etiam a sarracenis, in ipso episcopatu persolvuntur». En el otorgado a Tudela (1124?) se enumeran los diezmos «de mea lezda et de meos molinos et meos furnos et de balneos et de toto fructu que nascuntur de terra, et de calupniis omnibus, et de omnibus meis redditibus».

En el privilegio que pudiéramos llamar de dotación de la Iglesia de Zaragoza otorgado por Alfonso I (1118) no se mencionan las rentas reales, pero en la confirmación de donaciones hecha por Alfonso VII (1134) se citan, como otorgadas por el Batallador, entre otras, las siguientes : el diezmo de todas las rentas en concepto de lezdas, de moneda, de las cosas de los moros muertos — ¿una especie de «mañeria» ?—, de todos los tributos de los judíos, de todos los molinos del término de la ciudad de Zaragoza y de todos las baños, donde quiera que estuvieran (80). Esta dotación aun fué mejorada por Alfonso VII (1135) al otorgarle la octava parte de la moneda de la ceca de Zaragoza, en lugar del diezmo que percibía hasta entonces (81).

En concesiones individuales a diversas iglesias se enumeran unos u otros de estos ingresos, que por su origen podrían reducirse

Castellar «de portu et de salinis, et de ortis et de molinis, de omni algaria et azaria quam fecerint habitatores iam dicti castri totam decimam de regali parte» (LACARRA, *Documentos*, n º 2). Pedro 1 ordena a su merino que no deje de dar a la iglesia de Artajona «illa decima de illa novena quod regem habuit ei eam donata» *(Estudios de Edad Media de la Corona de Aragón*, 11, 426).

(79) Año 1124, en Iª concesión de diezmos a la iglesia de Alagón (ESPES, *Hist. eclesiástica*, ms.).

(80) LACARRA, *Documentos*, n.º 86.

(81) LACARRA, *Documentos*, n.º 89.

a tres: rentas de las heredades del rey, tributos y multas *(publicorum quoque vectigalium et regalium tributorum, nec non et calupniarum)* (82).

En algunos casos especiales, como al constituir la milicia de Monreal, aplicaba el monarca la mitad o la quinta parte de las rentas reales (83).

Recordemos de paso que en Portugal diezmaban los bienes de la corona en virtud de una concesión de Alfonso n del ano 1218 (84).

Los ingresos con que quedaron dotadas estas nuevas diócesis fueron, pues, cuantiosos, y además tendían a aumentar a medida que fuera convirtiéndose a la fe cristiana la población musulmana, ya que de esta, en principio, solo percibía la Iglesia la décima parte de lo que pagaban al rey, que solía ser a su vez la décima parte de sus frutos — en total, por tanto, una centésima parte — mientras que de los cristianos percibía según hemos visto, los diezmos y primicias de todos los frutos.

D) En Zaragoza, donde la grey cristiana tuvo, sin duda, más importancia que en otras ciudades de la región, casi se había borrado la noticia de los bienes que tuvo en la antigüedad : *apene-*

(82) Esta cita es de la concordia celebrada entre el obispo de Tarazona y el Cabildo de Tudela, en 1135 *(Esp. Sagr.*, 49, 334). En un mandato de Alfonso i (1129) relativo a Tudela: «Et mando vobis aliud quod faciatis donare decimas de totas meas exitas Deo et Sancte Ecclesie de lezdas, de calopnias Christianorum et de calopnias maurorum et mortuorum et de illas azatekas de ovibus» (LACARRA, *Documentos*, n.° 62). En la dotación de la iglesia de Uncastillo (ii25) incluye «omnes decimas de terminis regis, de molendinis, de bestiis, de placitis, de tercidis, de furnis, de valneis, de hervagiis, de car-* nalagiis et omnibus feriis factoribus, et de omnibus unde decime dari possunt» (B. N. ms. 746, pág. 136). En la de Alagón (1124): «omnium meorum reditum quos ibi habeo vel in omnibus terminis eius, id est, a villa-que dicitur Gallur, decimam dono. Dono inquam decimam panis et vini et molendinis et balneis et quicquid ad ius regium pertinet, et per unumquemque mensem v solidos portatici, sive augeantur sive minuantur». En la dotación de la abadía de Alfajarin (n3i): «similiter dono et concedo de erbatiquos et de portatiquos et de caloniis de meis villis de seniore que ibi fuerit, illa decima» (LACARRA, *Documentos*, n.° 71).

(83) Arch. de la Corona de Aragón, *Ramón Berenguer 111*, n.° 12, sin fecha, y ALBON, *Cartulaire du Temple*, pág. 3, documento vi.

(84) GAMA BARROS, *Hist. da Administração*, 11², 231.

que omnium recordatione bonorum oblivione deletam (85). AI reconquistarse, Alfonso i reconoció a su Iglesia, según consta en la confirmación de Alfonso VII, «toda la heredad que tuvo en tiempo de los moros, donde quiera que estuviese, tanto en casas como en tiendas, baños, hornos, molinos, tierras, huertos y viñas; además la iglesia de Maria Madre de Dios y la iglesia de las Santas Masas, con todo lo que les pertenecía» (86). Dió al obispo todas las iglesias nuevamente fundadas o simplemente renovadas en los distintos castillos; ciudades y aldeas, y Ramiro 11 señaló como límites del obispado de Zaragoza el fijado «a rege Bamba et ab episcopis apud Toletum», invocación a la Division de Wamba que han de repetir luego Adriano iv (u58) y Alejandro in (1172) al confirmar las posesiones de la diócesis (87).

El rey reconoció expresamente en sus privilegios las oblaciones de los fieles y los derechos episcopales sobre las iglesias de su diócesis (cuarta episcopal). Además dió a los obispos de Zaragoza, Tarazona e Iglesia de Tudela diversas almunias, castillos o villas que completaron el patrimonio de su sede (88).

Muy pronto los obispos tuvieron que fijar la distribución de los ingresos entre la mitra y sus cabildos catedrales, y pronto también se iniciaron las querellas entre ambos poderes. En Zaragoza, su primer prelado D. Pedro de Librana hizo cesión a los canónigos (ii23) de la mitad de los diezmos de ciertos términos de regadío en Zaragoza, del horno próximo a la iglesia, de las heredades que los fieles diesen a la Iglesia de San Salvador por su alma, mil sueldos anuales sobre el ingreso de la lezda, toda la oblación de pan y vino, la tercera parte de la hecha en dinero, todos los productos de la carne, lana y queso de la Iglesia, etc. ;

(84) LAGARRA, *Documentos*, n.º 86.

(84) LACARRA, *Documentos*, n.º 86.

(87) L. VÁZQUEZ DE PARGA, *La división de Wamba*, p. 45. De esta concesión de Ramiro 11 surgirá una fantástica delimitación de los términos del obispado de Zaragoza «secundum antiquam diuisionem regis Bambe», a base de nombres medievales identificables, que se conserva en el Cartoral Grande de la Seo, fol. 153 v.º, col. a. Fué publicada por GIMÉNEZ SOLER («Universidad», 1935, p. 371) y por GALINDO *{El breviario..* , p. 38).

(88) Alfonso i dió en feudo al obispo de Zaragoza los castillos de Liria y Villamarchén con sus alhobces, en tierras de Valencia (LACARRA, *Documentos*, n.º 48); unas casas en el burgo de Ayerbe (id. n.º 44); otras casas tin castro Nebza» y en Belchite (id. n.º 49); el castillo de Longares (id. n.º 53), etc.

si estos ingresos no bastaban «benignitate et providentia pastoris de reliquo episcopatus honore convenienter suppleatur». Un canónigo designado por todos se encargaría de administrar todos estos ingresos, comprometiéndose, además, el prelado a no nombrar canónigos «sine communi consensu canonicorum» (89). Esta partición fue sancionada por Alfonso i el 17 de agosto de 1133, pues por aquellos días habían ocurrido graves diferencias entre el cabildo y el obispo. Parece que el obispo D. Garcia de Maxones, había echado a algunos canónigos de sus puestos y disponía de bienes que decían estos pertenecerles ; el tesorero Bernardo y parte del tesoro, cebada, viñas y tierras estaban en poder de particulares, tanto que los clérigos se quejaban al rey de que «sua ecclesia et sua kasa que est destructa et deserta male». Alfonso daba órdenes al zabalmedina de Zaragoza y a Arnal Sobrancer y García Iñiguez de San Celedonio para que pusieran remedio a todo ello (90).

En la diócesis de Tarazona también llegó el prelado a un arreglo con los canónigos de Tudela (1135) en la distribución de las rentas «post multas itaque tribulationes et iniquorum quorumdam infestationes, quas ego pro praefata Ecclesia perpesus sum, post multa, quæ antiquae hoste instigante inter clericos et laicos ortae sunt disensiones, ne tiránico vel laicali imperio praedicta Ecclesia eatenus subjaceret» (91). El sistema seguido, fué aqui diferente : De todos los diezmos, rentas reales, calonias y demás ingresos legales, las dos terceras partes serían para los canónigos y la tercera parte para el obispo; de las mandas que dejen por los fieles difuntos se hará el mismo reparto; las oblaciones hechas al altar corresponderán integramente a los canónigos, pero si celebra misa el obispo, será para él la mitad del dinero, y todo lo demás para los canónigos. El obispo y los canónigos reservarán, de la parte que les corresponde, un quinto para la fábrica de la iglesia. Esta concordia tuvo que ser alterada en 1149, pues los canónigos se consideraban lesionados en sus intereses, y aun hubo

(89) LACARRA, *Documentos*, n.° 32.

(90) Publiqué el mandato real en «Estudios de Edad Media de la Corona de Aragón», 11, 428, fechándolo dubitativamente el i5 de agosto de 1134; pienso ahora que puede muy bien ser de 1133 (16 agosto), o sea del día anterior a la confirmación por el rey de la partición acordada entre el obispo Pedro de Librana y sus canónigos.

(91) *Esp. Sagr.,* t. 49, p. 334.

otro acuerdo en 1156 por el que el prelado se reservaba la cuarta parte de los ingresos, quedando para los canónigos las otras tres cuartas partes (92.)

En la grave crisis por que pasó el reino de Aragón a la muerte de Alfonso I (1134) la diócesis de Zaragoza es la que más padeció, como fronteriza que era de los musulmanes. Quedaron como puestos avanzados Belchite y Daroca, de cuya iglesia tenemos noticias relativas al pontificado de D. García (i 130-1 136) (93) ; hasta Barbastro llegaron los efectos del nuevo empuje de las armas musulmanas ; la sujeción al vasallaje de Alfonso vn del «regnum Cesaraugustanum» y la restauración de las diócesis de Osma y Sigüenza afectó también gravemente a las diócesis de Zaragoza y Tarazona. Por el contrario, el interés que Ramiro el Monje y Alfonso VII tenían en captarse adeptos, provocó una serie de donaciones, confirmaciones y privilegios otorgados por estos monarcas a las Iglesias de Aragón, y entre ellos el llamado «de libertate Ecclesie», dado por el rey Monje «ut Ecclesia libera sit et ei tantum serviat cui seruire regnare est». En él se declara a las sedes, monasterios y parroquias, libres e inmunes de todo servicio, no pudiéndose obligar a sus obispos, clérigos o monjes a ejercer oficio alguno real o militar, ni a ir en hueste, sitio de fortalezas o gobierno de ciudades, contra su voluntad; se reconoce a sedes y abadías libertad para proceder a la canónica elección de sus prelados a la muerte del titular, comprometiéndose el rey a no retener propiedad alguna de las iglesias, salvo las autorizadas por los Pontífices a Sancho Ramirez y a Pedro i, y renuncia además a cualquier potestad ejercida por sus predecesores sobre las iglesias «salva tamen regni nostri tuta et honesta fidelitate» (9i).

La Iglesia restaurada en el valle del Ebro quedaba, pues, asegurada en.su dotación económica, en su disciplina y rito y en su independencia del poder civil.

JOSÉ M.ª LACARRA

(92) *Esp. Sagr.y* t. 49, p. 336 y *3jo,* y t. 5o, p. 281 y sigts.

(93) Dió unas constituciones para la iglesia de Daroca y para los jóvenes que quisieran educarse allí para llegar a ser presbíteros. Arch. de La Seo, *Cart. pequeño*, fol. 83 v.°.

(M) LACARRA, *Documentos*, n.° 82.

Sobre a precária visigótica e suas derivações imediatas

A *precaria* foi, como se sabe, uma das formas — talvez a principal forma — que revestiram as concessões agrárias na Espanha visigótica (4). Dela nos fornecem dois modelos as Fórmulas n.os 36 e 37, e a ela se refere também o *Liber Judiciorum* (2).

Em tais casos a concessão de terras *ad excolendum* fazia-se mediante uma solicitação dirigida ao proprietário e à qual este correspondia cedendo a posse e fruição do prédio ao impetrante, o qual, pelo seu lado, se comprometia a agricultá-lo convenientemente mediante (em regra, pelo menos) o pagamento de um canon. Era nisto que consistia a essência da *precaria:* por um lado a situação assentava sobre um pedido e um benefício, por outro lado a propriedade não se transferia, cabendo ao precarista apenas a faculdade de disfrutar o prédio, acompanhada do dever de explorá-lo (3). (*)

(*) É extensa a bibliografia sobre a *precaria*. Entre os trabalhos mais recentes merecem menção particular: Hartmann, *Bemerkungen fur italien, u. fràn*k. *Prekarie* («Vierteljahrschrift f. Soz. u. Wirtschaftsgesch.», iv, pág. 340) ; Voltelini, *Prekarie u. Beneficium* (na mesma revista, xvi, pág. 25Q); Scherillo, *Locatione e precario* («Rendiconti del Reale Istituto Storico Lombardo di Sc. e Let.», LXII, pág. 35); Ganshof, in «Rev. Hist. du Dr. Français», 1937, pág. 544.

Sobre a *precaria* visigótica vide Vaz Serra, *A enfiteuse no direito romano, peninsular e portugués*, 11, Coimbra, 1926, pág. 198 e segs.

(2) x, i, 12. A precária se refere ainda o canon 5.® do Conc. vi de Toledo (a. 638).

Quanto à lei 11, 1, 8, alguns consideram-na como aludindo à precária (Gama Barros, Vaz Serra), outros pensam que respeita ao *precarium* romano (Pivano). A meu ver, a expressão «iure precario» está ai tomada no sentido genérico de posse em nome alheio.

(3) Não cabe nas proporções deste artigo examinar a debatida questão da génese da*precaria,* e em especial as suas relações com o *precarium* romano; observarei apenas que me não parece posta fora de combate a doutrina que coloca o *precarium* nas origens da *precaria* da Alta Idade Média.

As fontes visigóticas referem-se sobretudo à *precaria* com a função de locação, facto que nada tem de estranho, pois é geralmente sabido como a Igreja se servia correntemente deste processo para o arrendamento das suas terras (4).

Ao lado da *precaria data* decerto se praticava já também a *precaria oblata*, e o próprio Código, ao referir-se às doações com reserva do usufruto, figura o caso de alguém fazer *traditio* da coisa doada, mas continuar a possui-la *per voluntatem eius qui eam donatam percepit*, acrescentando que em casos destes não vigorava o princípio «similitudo est testamenti» i5).

No que respeita à duração, diz-nos expressamente a Lei Visigótica (x, i, 12) que a terra solicitada podia ser concedida por tempo certo, mas não faltam exemplos de concessões por tempo indeterminado, e é esse precisamente o caso das duas já citadas e bem conhecidas fórmulas.

Segundo o meu modo de ver — e a forma por que as coisas se passam depois, no periodo da Reconquista, parece confirmá-lo —, não há que contrapor as *precariae* das fórmulas 36 e 37 às concessões reguladas na *Lex Visigothorum* x, 1, 11 (terras dadas *ad placitum canonis*), embora também não concorde com Pérez Pujol quando das expressões da lei 11 pretende concluir que ela se referia à *precaria* (6).

A lei não se refere à *precaria*, refere-se a quaisquer locações ; mas o *placitum canonis* podia revestir a forma de *precaria*, pois

(4) Mas que a precária se adaptava a outras funções, mostra-o o canon 5.* do Cone. vi de Toledo (a. 638), o qual, a propósito do *stipendium* dos clérigos, se refere a terras ocupadas *sub precariae nomine*.

(5) *Lex Visigothorum*, v, 2, 6, na forma ervigiana: «Certe si quisquis ille rem donatam... in iure suo perceperit, et conplacuerit ei, ut donator rem ipsam per voluntatem eius, qui eam donatam percepit, possideat, iam si in postmodum fortasse contigerit, ut ipse, qui rem donatam perceperat» vivente donatore moriens ab hac vita discedat: quicquid de re sibi donata iudicare voluerit, licentiam habeat. Quod si intestatus discesserit, non ad donatorem, sed ad heredes eius, qui rem donatam percepit, res eadem sine dubio pertinebit». Cf. Vismara, *La successione voluntaria nelle leggi barbariche*, in «Studi Solmi», 11, pág. 205.

(6) Pérez Pujol, *Historia de las instituciones sociales de la España goda*, t. iv, pág. 212. Pelo contrário, Vaz Serra, *A enfiteuse*, vol. 11, págs 198 e segs. e 212 e segs., sustenta que a lei x, 1, 11 do Código Visigótico se nao refere à *precaria*.

também nesse caso o concessionário ficava possuindo o prédio a título temporário e mediante o pagamento de uma pensão anual (7).

Nem as Fórmulas nem a lei x, 1, u se referem ao prazo da locação, visando apenas o caso de esta cessar por falta de cumprimento das obrigações do colono. Nada obsta a crer que, ao lado das *precariae* com prazo certo (lei x, 1, 12) e das *precariae* por tempo indeterminado, se celebrassem também precárias vitalícias, e até em mais de uma vida. De tudo há exemplos nas fórmulas francas da época merovíngia, predominando as concessões vitalícias (8).

Posto isto, analisemos mais pormenorizadamente as Fórm. 36 e 37, que nos dão a conhecer os termos em que, porventura na maioria dos casos, se celebrava o contrato de *precaria*.

Ambas, com efeito, se intitulam *Praecaria* e ambas são redigidas em nome do concessionário, que, na sua qualidade de impetrante, se dirige ao proprietário (*domino semper meo ill.* ou *in Christo fratri ill.)* e robora no final. Na fórmula 36, que é mais desenvolvida, o precarista começa por dizer que, depois de ter em vão procurado trabalho aqui e acolá, apertado pela necessidade, recorreu à generosidade de Fulano (*ad dominationis vestrae pietatem*), rogando-lhe que lhe desse *jure precario* terras para cultivar *(ad excolendum)* no lugar de tal, o que lhe foi concedido. O mesmo, mais condensadamente, na fórmula 37.

Em vista disso, o colono promete *(per hujus praecariae meae textum spondeó)* i.º abster-se de causar qualquer prejuizo ao concedente e acudir sempre pelos seus interesses (9) (esta parte falta na fórmula 37) 2.º pagar anualmente o dízimo dos frutos *(decimas)* e as demais direituras *(exenias)* segundo o antigo uso dos colonos *(ut colonis est consuetudo, secundum priscam consuetudinem*).

(7) A *precaria* era às vezes intitulada *placitum* e *pactum*. Vide Fustel de Coulanges, *Les origines du système féodal*, pág. 149.

(8) Ganshof, in «Revue Historique de Droit Français», 1937, pág. 544. Cf. Fustel, *ob. cit.*, pág. 148.

(*) O precarista acrescenta: «et responsum ad defendendum me promitto afferre» — frase que tem sido entendida como significando uma submissão à jurisdição senhorial. Vide Brunner, *Deut. Rechtsgeschichte*, 11², pág. 377 e *Forschungen*, pág. 695, n. 4. García Gallo, *Historia*, pág. 431, concorda, mas a interpretação parece-me discutível. Noutro sentido: Torres, *Lecciones, n²*, pág. 293.

Finalmente, se infringir o teor da presente *precaria,* jura reconhecer ao concedente o direito de o expulsar.

Esta última cláusula suscita dúvida sobre se a precaria sem prazo certo podia ser revogada livremente pelo concedente (10), questão que me parece difícil de resolver só pelos termos da fórmula (41).

Não sabemos se a esta *precaria* correspondia, ou podia corresponder, uma *praestaria* do concedente, mas o facto de não aparecer nenhum modelo deste género no formulário visigótico leva a supor que não fosse essa a praxe entre nós, reduzindo-se as formalidades escritas à carta redigida em nome do precarista e em que este, após a referência à *preces* e ao *beneficium*, promete, como colono, isto e aquilo.

A persistência da *precaria* — quer *data* quer *oblata* — nos séculos que se seguiram à queda do Estado visigótico é inegável (42).

Sem dúvida não era esta a única forma que revestia a concessão de terras *ad excolendum*, pois desde cedo se podem apontar exemplos de outros tipos (43) ; mas basta percorrer

(10) No sentido afirmativo : Fustel de Coulanges e Prieto Bances (este entende que, não havendo íalta por parte do colono, o despejo só podia efectuar-se por via de acção judicial). Contra : Gama Barros. Vaz Serra entende que a precária da form. 36 era «quando muito, vitalícia».

(11) A cláusula a que me refiro no texto não autoriza, só por si, a afirmar que o proprietário *apenas* naquele caso (infracção do pactuado) podia despedir o precarista. O facto de a precária ser por tempo indeterminado também não implica que o precarista tivesse assegurada uma posse vitalícia. — A lei x, i, it acima citada pode igualmente dar lugar a dúvidas. Em regra entende-se que o concessionário só podia ser expulso se faltasse ao pactuado, em especial se não pagasse o canon; mas não se considera a hipótese de o *placitum* revestir a forma precária. A este ponto se refere ainda a lei x, t, 19 (de Recesvindo), dando ao concedente da terra o direito de exigir o dobro do canon no caso de mora.

(12) Os documentos mais antigos do meu conhecimento são o do ano 938 in DG (= *Diplomata et Chartae)* n º 46 e os do século x publicados adiante em apêndice.

(13) Cf. Sánchez-Albornoz, *Estampas de la vida en León*, págs. 108-109.

Dos contratos agrários da época da Reconquista (assunto ainda por explorar) se ocuparam mais ou menos extensamente Villa-Amil, *Los foros de Galicia*, 1894; Gama Barros, ni, pág. 377 e segs. ; Puyol, *Abadengo de Sahagun*, pág. 222 e segs. ; Prieto Bances, *La explotación rural del dominio de San Vicente de Oviedo*, sep. do «Bol. da Fac. de Dir. de Coimbra», Coimbra, 1940, pág. 143 e seg. ; e Beneyto, *Estudios sobre la historia del régimen*

os Diplomata et Chartae para aquilatar da sua importância (u).

O formulário não se ajusta rigorosamente ao das *precariae* visigóticas (15), mas isso não basta para que rejeitemos a filiação destes contratos, geralmente denominados *placita,* na tradicional *precaria,* tanto mais que se podem apontar fórmulas de *precaria* muito diversas das visigóticas (16).

Da *precaria* conservam estes actos as características jurídicas essenciais : por um lado, a desigualdade entre as partes contratantes, por outro lado, a índole de mera «tenência».

Mas não fica por aqui o nexo com a precária visigótica : revela-se ainda na designação *precarium placitum*, muito frequente em documentos galegos (17), e, de um modo geral, no for-

agrario, 1941. Para a Catalunha: Hinojosa, *El régimen señorial y la cuestión agraria en Cataluña,* Madrid, 1905, pág. 61 e segs., e Carreras y Candi, *Notas sobre los orígenes de la enfiteusis en lo territorio de Barcelona*, 1910.

(14) Convém notar que alguns casos de precária coligidos nos *D. et Ch.* são concessões de igrejas destinadas ao sustento dos respectivos clérigos. Esta prática filia-se no *stipendium* a que se refere o 6 ° Cone. de Toledo, no canon acima citado.

(15) Eis um exemplo : «Odorio et Iuliano plazo et uerbo facimus uobis Godino prior et fratribus uestris de Sancto Petro de Arauca pro parte de illa uilla Penella de Sardoria que nobis dedistis ad populare pro ad nos et pro ad uos quod plantemus et hedificemus et que fatiamus uobis cum ilia uilla seruitio et sedeamus uestros homines sine ullo conludio, et si inde exire quesierimus per minua aut per oppressitate quod laxemus illa uilla sana et integra, et non uindamus nec donemus nisi relinquamus illa uilla apud illos fratres supradictos de Sancto Petro sine ulla contaminatione et quod non extraniemus uobis ille uilla cum nullo homine et de quanto arrumperimus quod demus uobis quarta et de quanto plantauerimus quod demus uobis uel ad uestro maiorino HI*..... Facto plazo x kalendas decembris. Era M* C* XXV.» *(Dipl. et Ch.* n.° 690).

I16) Vide a Form. Andecav. n.° 7, que Fustel, *ob cit*, pág. 167, debalde pretendeu distinguir das precárias.

(17) Apêndice, does. n.os 1, 5 e 6; Hinojosa, *Documentos*, n.** 4 e 14 (todos de Celanova).—A expressão *scriptura precaria* aparece em documentos estranhos à região aqui considerada. Vide, por exemplo, um doc. do Cartulário da Abadia de Santillana del Mar, ed. Josué, pág. 42.

No território português não conheço exemplo do uso da palavra. O termo mais frequente é *placitum* (ou *pla^um),* que aliás se aplicava a várias espécies de contrato, mas que, pelo seu emprego corrente nas concessões agrárias, veio a originar o nosso «prazo».

mulário, cuja analogia com o visigótico *é* por vezes flagrante e onde não faltam as características expressões de humildade (18).

Como na precária visigótica, o acto é redigido em nome do concessionário, que declara ter recebido o predio da mão do proprietário, reconhece o direito deste e promete explorar convenientemente o predio.

A escritura constituía, pois, uma prova do carácter precário da posse, prova que o concedente tinha interesse em conservar para o caso de o precarista (chamemos-lhe assim) questionar o seu direito ou se arrogar arbitràriamente a propriedade.

Por isso não faltam exemplos de o proprietário exigir uma carta de precária a indivíduos que já estavam possuindo e fruindo as suas terras há mais ou menos tempo, sem que tivesse havido de início essa cautela (19).

Em compensação, não conheço nenhum exemplo do séc. xi em que se tenha conservado, a par da carta de precária, uma carta subscrita pelo concedente, e propendo a crer que tais cartas não tenham existido.

Este tipo contratual equivale ao *préstamo* ou *prestimonio* usado nas Astúrias, e também na Galiza t20); mas estas palavras, na acepção de concessão agrária, creio que só relativamente tarde começaram a empregar-se (21), e em Portugal o seu uso nunca se divulgou.

(18) Notem-se, por exemplo, as plavras «misericordia moti» no doc. i do Apêndice. Muito característico, também, apesar de tardio, o doc. 890 dos DG. Vide também DG 322, 690, etc.

(19) DG. 260 e 388. Por vezes o documento dá conta de ter havido litígio entre o proprietário e o precarista e reveste a forma de *agnitio*, na qual o segundo reconhece o direito do primeiro: doc. 2 do Apêndice; DC 226 eqia.

(20) Vide Prieto e Villa-Amil, *obs. cits*

(21) Cf. Sánchez-Albornoz, *En torno a los orígenes del feudalismo,* ni, pág. 280, nota 37. Já há, porém, exemplo da expressão «tenere atónito» (ter em atondo) em um documento do ano 1004 publicado por Muñoz y Romero, in *Estado de las personas*, 2/ ed., 1883, pág. 153, nota 2 e ao qual já fiz referência no meu estudo sobre a palavra «atondo». Sánchez-Albornoz, que o supôs inédito, publicou-o mais recentemente in *Orígenes del Feudalismo*, e vai adiante reproduzido no Apêndice sob o n.º 4. O carácter de contrato agrário é manifesto, apesar de não se mencionar expressamente nenhum censo.

Dos préstamos ou atondos de tipo nobre trata extensamente Sánchez-Albornoz in *Orígenes del Feudalismo*, 1, pág. 176 e segs. e ni, pág. 277 e segs., dando vários exemplos que remontam à segunda metade do séc. **x.**

Merecem menção especial as precárias colectivas, nomeadamente quando revestem a forma de cartas de povoação. E o caso do documento *(placitum)* da segunda metade do século x, publicado por Rui de Azevedo no seu belo estudo sobre o mosteiro de Lorvão, e no qual os homens de Vila Cova se comprometem a dar anualmente certo tributo ao abade daquele mosteiro (22).

*

* *

Os documentos da região portuguesa, quase integralmente publicados nos *Portugaliae Monumenta Historica*, permitem reconstituir até certo ponto a fisionomia da instituição nos séculos x e xi. Utilizamos também para esse fim alguns diplomas galegos inéditos, ou já reproduzidos em várias publicações (23).

Para bem acentuar que o precarista não é proprietário, é vulgar fazer-se expressa referência à propriedade do concedente, ao seu *jus hereditarium* (24).

Quando se pretende qualificar a situação do precarista, recorre-se geralmente à categoria romana do usufruto, dizendo-se que ele tem o prédio *usu fructuario* (25). Quer-se significar por estas

(22) Doc. 2 do nosso Apêndice.

t25) Estes últimos, por serem menos acessíveis ao leitor português, vão transcritos no Apêndice que serve de complemento a este artigo, e com eles um importante documento dado a conhecer por Rui de Azevedo no seu estudo sobre o mosteiro de Lorvão.

(24) *Jus* (simplesmente) é muitas vezes, embora nem sempre, sinónimo de *jus hereditarium*. Vide, por exemplo, DC., 226: «et tenea ea de vestra manu, et sede de vestro jure».

(25) O acusativo *ad usum fructuale* aparece no n.º 38g dos DC. Alguns editores dão à expressão ablativa a forma *usufructuario*, como se se tratasse de uma palavra única, mas essa forma, além de inexacta, tem seus riscos. Assim, no doc. 4 do Apêndice, se adoptássemos a forma usada por Sánchez-Albornoz, poderia parecer que se tratava de um adjectivo qualificativo de *atonito*—«em atondo usufrutuário»—, quando não é esse o sentido da frase, mas sim que «o prédio é tido usufrutuàriamente a titulo de atondo», sendo *usu fructuario* um complemento de modo do verbo *tenendum*. — A mesma expressão *usu fructuario* é, como se sabe, característica das doações com reserva de usufruto, sendo este um dos pormenores de formulário que as distingue das doações *post obitum*.

palavras, não só que o precarista tem o uso e fruição da terra, mas também que os seus poderes não vão mais além e que, em especial, lhe não é lícito dispor do prédio (26). Esta proibição de alienar é, de resto, muitas vezes clausulada de um modo explícito (27).

A ideia de posse derivada exprime-se pela conhecida fórmula «ter da mão de Fulano» *(de vestra manu*) ou outras análogas *(de vestro dato*, *post vestra parte*, etc.) (28). Quanto à dependência que esta relação implicava, acha-se bem acentuada no verbo *servire*, que a cada passo se encontra nestes documentos: o precarista compromete-se a «servir com a terra» i29), e às vezes, expressamente, a «não servir outro senhor» (30).

A expressão que acode aos bicos da pena para caracterizar este conjunto é a de «benefício» ; no entanto, a palavra só excepcionalmente aparece com esta acepção nos documentos peninsulares (31).

A distinção entre a precária oblata e a doação *reservato usufructu* foi clara e fácil de estabelecer enquanto a *precaria* conservou a sua primitiva pureza: então a doação com reserva do usufruto não podia confundir-se com ela, visto que era um acto único, em

(?6) Por vezes o documento contrapõe de um modo intencional o *jus hereditarium* e o *usus fructuarius*. Vide, por exemplo, no doc. 7 do Apêndice : «e teneat eas de uestra manu usu fructuario, uos uero iure hereditario»». Outro tanto se dava em relação aos préstamos ou benefícios de categoria nobre; assim, no conhecido pleito dos infanções de Lagneyo : «non habebant eas (hereditates) iure hereditario, sed tenebant eas per manum maiorini Regis usu fructuario» (Hinojosa, *Documentos*, pág. 3i).

(27) Doc. 4 e doc. 5 do Apêndice; DG. 46, 226, 264, 349, 374, 388, 389, etc.

(28) Apend. docs. 2, 4. 5 e 7. DC 46, 226, 260, 264, 322, 349, 374, 388, 389, 406, 412, etc.

(29) Apend. doc. 4 e doc. 7. DG 226, 264, 322, 412, etc.

(30) Apend. doc. 4. DG 322 e 890. No doc. 46 dos DC, já várias vezes comentado pelos historiadores do direito peninsular, a dependência aproxima-se de uma verdadeira maladia ou adscrição.

(31) Encontramo-la nos does. 824 e 83o dos DC, dois diplomas da Sé de Coimbra; mas é de notar que ambos são do tempo de D. Cresconio, prelado de origem estrangeira. Ambos, de resto, são redigidos pelo mesmo escriba e contêm outras singularidades de formulário. Quanto à expressão «tenere atónito» vide supra, nota 21.

que o próprio doador se reservava o usufruto, ao passo que na *precaria* o «usufruto» resultava de uma concessão do donatário, precedida de rogo do doador, tal qual como se o precarista não tivesse sido proprietário (32).

Quando, porém, a doação e a precária se reuniram no mesmo acto, fácil foi dar-se a aproximação das duas instituições, e tanto mais fácil quanto é certo que no acto em questão nem sempre se fazia menção dos rogos do precarista.

Esta semelhança torna-se sobretudo manifesta quando o documento se apresenta sob a forma de doação, desempenhando a concessão precária um papel de segundo plano na estrutura do acto, isto é, quando o precarista, em vez de colocar em primeiro lugar o *placitum precarium*, se limita a dizer: «doo-te tal prédio, ficando a disfrutá-lo da tua mão» (33).

Em todo o caso, sempre se pode dizer que a simples doação com reserva do usufruto se não repercute nas relações entre o doador e o donatário, limitando-se este a estipular, no seu exclusivo interesse, o uso e fruição da terra. enquanto viver. Na precária oblata há mais alguma coisa: o «usufruto» do precarista funda-se numa concessão ou benefício do donatário, «do qual» o doador «tem» dora-avante o prédio, e em relação ao qual ocupa por isso mesmo (34) uma posição de dependência ou sujeição.

Isto pode exprimir-se de várias formas, por exemplo, declarando o doador que fica possuindo a terra «da mão do donatário», ou que «o servirá com ela», que «lhe ficará sujeito», «que pagará o devido canon», etc. (35).

Em alguns diplomas desta categoria diz-se mesmo que o doa-

(32) Com os casos de precária oblata têm semelhança aqueles em que um indivíduo, depois de usurpar os direitos do proprietário, ou após litígio judicial, vem reconhecer que Fulano é o proprietário do prédio, mas lhe suplica que o deixe continuar a cultivá-lo, por ex. Apend. doc. **3**; DG 226 e 412. Cf. Prieto Bances *ob*. cif., pág. 142.

(33) DC 406, **8**i**5**, **83**o. Cf. sobre este tipo misto de doação e precária: Wiart, *Essai sur la precaria,* pàgs. **23**1-2.

(31) Isto é, independentemente de outras razões anteriores e exteriores ao acto de precária.

í35) DG 406, **6**o**3**, 824. DMP (= *Documentos Medievais Portugueses,* in), does. **3**7, 188, 201, 237.

dor fica possuindo «com o consentimento» do donatário *(per consensum, per iussionem, per benedictionem...)* (36).

O precarista tinha obrigação de explorar o prédio o melhor que pudesse: «plantar», «edificar», às vezes «povoar», são as expressões consagradas. Em regra, porém, o concedente — pelo menos nos casos de precária data—não se contentava com a melhoria que produzisse a actividade do beneficiário, ou com os serviços pessoais que este lhe pudesse prestar : estipulava o pagamento de uma quota parte dos frutos *{ratio),* à qual podiam aliás acrescer outras dádivas e serviços, especificados ou consuetudinarios (37).

O facto de o documento se não referir a este encargo nem sempre significa que ele não existisse, pois pode tratar-se de prestações tradicionalmente fixadas (38).

Nas concessões do tipo precária oblata é que fácilmente se concebe que o censo por vezes deixasse de existir; e, de facto, há muitos documentos desse género que o não mencionam (39).

Quanto à duração, os documentos que analisei permitem concluir que os *placita* derivados da precária eram geralmente vitalícios ou sem prazo determinado. Os hereditários constituem uma excepção e são, ou do tipo precária oblata, ou emprazamentos colectivos (40).

Parece que, em princípio, o proprietário não podia despedir arbitràriamente o precarista, mormente se a concessão era para

(36) DC 388,434, 815, 824, 830. Gf. *Lex Vis*. v, 2, 6, passagem transcrita na nota **5**. Gama Barros, ui, pág. 378, só nestes casos encontra analogia com a precária oblata. É de notar que, por ter interpretado mal a palavra fo/e-*rare,* cita vários documentos nos quais a ideia de consentimento ou tolerância não aparece. Vide o que a este respeito escrevi na revista «Biblos», Vol. xvi, tomo i.°, pág. 37.

(37) Mesmo em concessões que parecem representar o estipendio do clérigo beneficiário pode existir a obrigação de pagamento de um censo. Vide Apend. doc. 4 e DG 260, **32** 2, 780, 824.

(38) Gf. DC **388**: «ratione dadiva vel servitio que de ipsas hereditates solito fuit exiret semper». No «serviço» a que vários documentos aludem estavam decerto incluídas várias dádivas ou foragens, e porventura, em alguns casos um censo anual.

(39) Vide o que a tal respeito escreveu Ganshof, RHDF, 1936, pág. 414.

(40) DC **388**, 412, **651**, 890.

vida deste. Pelo menos, são raros os documentos em que se reconhece expressamente ao concedente a faculdade de revogar *ad nutum* a sua liberalidade (41).

E certo (e não deve esquecer-se) que a índole especial destas concessões e a desigualdade das partes contratantes se não coadunavam — a princípio, pelo menos — com um verdadeiro *direito* do concessionário ; e de aí uma situação que nem sempre *é* fácil definir. Mas é, pelo menos, inegável que a posição do precarista se foi tornando cada vez mais estável com o andar dos tempos. Devia mesmo ser frequente passar a posse do prédio de pais para filhos por efeito de renovação expressa ou tácita.

Apesar de tudo, a ausência de garantia para o precarista aceitava-se fácilmente : mostra-o dum modo assaz claro um documento do ano io53, no qual, apesar de ser do género *precaria oblata*, se diz que o concessionário possuirá «in vita nostra vel quantum ad vobis placuerit» (42).

A propria infracção dos compromissos tomados nem sempre importava a pena de comisso : são mesmo em pequeno número aqueles documentos nos quais — à semelhança do formulário visigodo— se estipula esta sanção (43).

Em compensação, são de estilo as cláusulas penais, que, de resto, nem sempre é possível tomar ao pé da letra (44).

As bemfeitorias feitas no prédio revertiam a favor do proprietário uma vez terminada a concessão e, segundo parece, qualquer que fosse a causa que lhe punha termo.

(41) DG 389 e 780. Apend. doc. 7.

(«) DC **38**g.

(43) Apend. does. 1 e 2 (séc. x); DG 264 (a. 1028). Não me ocorre nenhum posterior. O doc. 1 do Apend. é o único que alude expressamente ao não pagamento do canon.

(44) O concessionário constitui-se no dever de pagar uma quantia certa, ou então o dobro, o dobro ou o triplo, o quádruplo, podendo cumular-se estas duas categorias de pena, e até a perda do prédio com qualquer delas. Ao lado dos documentos nos quais a multa é computada em um múltiplo do prejuízo, outros há que se referem ao dobro, e até ao triplo, do *próprio prédio* (v. g. Apend. doc. **3**: villam duplatam): está-se em presença de frases estereotipadas, que os escribas reproduziam rotineiramente, transportando para as locações agrárias as cláusulas usadas nas doações e vendas. Vide a propósito **a** lei ii, **5**, 8 do Gódigo visigótico.

Alguns documentos dizem-no expressamente (45) e é de supor que fosse essa a regra, salvo se outra coisa se pactuasse.

No decurso do século XII os vestígios da antiga precária vão-se esbatendo gradualmente. As relações de locação tendem a assumir um carácter estritamente contractual, e isso reflecte-se no próprio formulário.

Multiplicam-se os *placita* redigidos em nome do concedente e já não avulta a ideia de magnanimidade de quem dá e de humildade de quem recebe, embora muitas vezes se consigne expressamente o dever de obediência.

Quanto às *precariae oblatae,* acabam por fundir-se de todo com as doações *reservato usufructu*.

Ao mesmo tempo vão-se definindo e divulgando as concessões do tipo da enfiteuse (aforamento), cujas relações com o tradicional *placitum canonis* ainda não foram suficientemente esclarecidas (46).

PAULO MERÊA

(45) Does. i, 5 e 6 do Apêndice. DG 46, 322, 374, 38g, etc. Note-se que alguns destes does. são do tipo precária oblata.

(46) Não é possível pormenorizar esta evolução enquanto não estiver mais adiantada a publicação dos documentos portugueses do século XII.

APÊNDICE

Doc. N.º 1 (a. 959)

(Cartulário de Celanova, fl. 153)

Nos omnes quanticumque sumus habitantes in uilla Sancte Eolalie inter Mineo et Bubale, id sumus Goia cum filiis meis, Judila cum filiis meis, Vicco cum filus meis, Rudila cum filiis meis et neptis, Ouueco cum filiis meis medietate, uobis patri Domno Rudesindo et fratribus uestris de loco et monasterio Cellanoua. Dubium quidem non est sed multis manet notum eo quod est ista uilla Sancte Eolalie de testamentos Sancti Petri de Lemos, unde uos fratres hereditarios habetis et traditos in pactos regule in monasterio Cellenoue nominibus Judila presbiter, quinque nos proinde ad iudicium pulsaretis, quare in ip*a uilla introissemus et plantationes ibidem et uineas faceremus uel cultores (?) agrorum uel domos edificaremus, placuit nobis contentionem auferre de medio, cognoscentes nos quod ipsa uilla per terminos integra erat de testamentos predicte ecclesie et de auios predicti Judilani presbiteri, placuit uobis misericordia moti ut demus uobis annis singulis recte et fideliter de uineas que ibi plantauimus uel plantauerimus quarta integra et de casteneas similiter, de panem et legumina dimisistis illam nobis. Obinde per hunc placitum pregarium uobis promittimus ut hab odierno die et tempore demus uobis fideliter de omnes uineas que ibi sunt uel fuerint plantatas quarta integra, et de saltos similiter quarta, quod si aliquem uobis ipsa quarta contradixerimus aut in ipsa uilla uobis illa contentionem suscitauerimus quomodo careamus quantum in ipsa uilla habemus uel plantauimus ubique. Factum placitum VXII kalendas Julias era DCCCC* LXLVII.* Goia ad mea uel meorum filiorum per secula manus meas-f Judila ad mea uel meorum filiorum manus meas.-|- Uicco ad mea uel meorum filiorum manus meas. + Ouueco ad meas uel meorum filiorum persona de medietate manus meas. 4-

Doc. N.º 2 (a. 966-985)

(Torre do Tombo, *Livro dos Testamentos de Lorvão*, publicado por Rui de de Azevedo em O *mosteiro de Lorvão*, sep. do «Arquivo Hist. de Portugal», Lisboa, 1933, pág. 39).

Nos omines de Uilla Coua qui debemus a dare illo tributo ad monasterio de Laurbanus id sumus.Ego Daniel. laudo. Veila.Zacarias.Bonus Namiro. Trasmondo.Luppus.Teodemirus. — Vobis domino Primus abba uel fratribus uestris. Plació facimus inter nos et uos et compromittimus ut annis singulis

demus uobis illo tributo de illa uestra uilla que uobis debemus a dare unusquisque de nos quantum conputauimus. Pro diem XV kalendas septembris debemus a dare illo tritico. Et in kalendas septembrias debemus a dare illo milio. Et in kalendas octobrias debemus a dare illo uino. Ego Zakarias modio de tritico et modio milio et quinal de uino. Ejo Daniel II^{o8} quartarios tritico et II^{o8} quartarios milio et VI puzales uino. Ego laudo modio tritico et modio milio et quinal uino Et ego Veila modio tritico et modio milio et quinal uino. Ego Namiro modio tritico modio milio et quinal uino. Ego Trasmondo quartario tritico et quartario milio et puzal uino. Ego Luppus quartario uino. Et ego Cepton puzal uino. Et ego Teodemiro modio tritico et modio milio et quinal de uino. Ego Bonus quartario tritico et quartario milio et V puzales uino. Et ego Ansur puzal uino. Et ego Recemiro III* sestarios uino. Et ego Gaudinas III* sestarios uino. Item Zakarias III* uino de illa uinea de Ioacino. Omnia ut diximus demus illud uobis absque ulla dubitatione et bonum et limpio et obtimum quale ad uobis placeat. Et si istum placitum exierimus quomodo pariemus ad uobis de quo agitur dublato et illa hereditate de illa uestra uilla careamus et uobis perpetim abitura. Nos superius nominatim in hoc placitum manus nostras r + -f- -f- + -f- + + + -b + + + 4* oborauimus.

Doc. N.º 3 (a. 987)

(Cartulário de Celanova, fl. **38** v.º)

Nos homines qui sumus habitantes in uilla Zacoys, id sumus prenominati Hordonio, Veremudo, Habze, Abdella et Tumini uobis Domni Manillani abbati et Domni Didaci et fratrum uestrorum monasterio Cellenoue. Plerisque manet cognitum quod obtinuimus quandam partem uillule Sancti Felicis iuri nostro de dato pontificis Domni Rudesindi episcopi beate memorie, quod nobis dederat ad stipendium usu fructuario, et peccato nobis impediente misimus illam in contemptione ad fratrem uestrum frater Oduario qui ipsam deganeam Sancti Felicis obtinebat, pro quo peruenimus in ipsa uilla in presentía iudicum Froila Monniiz, Abraham abba, Pelagius Aspasandiz, Oduario Tetoniz, Gemondo Froylaz, Alfidio Gulderes, Pelagius Tructezendiz, Fagildus confessus, Hoduario confessus, Vimara Froylaiz et aliorum multorum filii bene natorum turba non modica, qui ipsos terminos preuiderunt secundum in uestra diuisione resonat, et cuncti dixerunt quia uestra est ueritas. Proinde causatus fuit nobis mandator uester, nonime Saluator, roborauimus manifestum et placitum ut fuissemus ad legem, et quod nobis ordinassent adimplessemus. Obinde agnouimus nos in ueritate et adsignauimus uobis in uestra uilla per textum scripture placiti et per saionem nomine Gudesteo, et fecimus uobis legali placiti, ut si in quacunque tempus an nos an filii neptis uel bisneptis nostris, uobis uel fratribus uestris qui ipsam deganeam continuerint, aliquam calumpniam in ipsam uillam uobis inferre uoluerint, per ipsis terminis sicut in istam diuisionem resonat, quomodo pariemus uobis, tam nos quam qui hoc ausus fuerit infringere, ipsam uillam duplatam, et insuper per

singula capita xx. xx. boues. Notum die x.° ydus Magii era xx. v* post millesima. Hordonius in hoc placitum manu mea. Veremudo manu mea. Habze manu mea. Abdella manu mea. Tumini manu mea. Qui presentes fuerunt. Didacus presbiter, Crizila presbiter, Tumini presbiter, Melbe presbiter, Gudesteo presbiter, Nouidius presbiter, Teodemirus decanus, Geodesindus Pepizi, Froyani Gaudio, Berosindus Johanniz ts., Ero Audinizi ts., Azo Vimarizi ts. Fonso Sunilla et alii plures...

Doc. N.° 4 (a. 1004)

(Da Sé de Lugo, no *Arch. Histórico Nacional* de Madrid. Transcrito por Muñoz y Romero, «Estado de las personas», pág. 153, nota 2, e por Sánchez-Albornoz na obra «En torno a los orígenes del feudalismo», T. ni, pág. 281).

Ego Gendamiro, cum iermano meo Mondino, uobis domno Flauiano episcopo adque canonicis Lucensis ecclesie pactum simul et placitum facimus uobis por ipsa ecclesia Sancta Eulalia Ribañamoso, quam nobis datis ad tenendum de uestra manu et atonito usu fructuario. Et cum fide et ueritate seruiam uobis cum illa, et non extranea in alia parte pro aliqua subputa mala, et edificem et plantem ut melius potuero et uobis placuerit ; et sim uester sine alio patrono. Et si inde aliter fecero et placitum exiero et mentitus fuero, redam in duplo uel triplo ipsa ecclesiam cum sua hereditate; et insuper in uoce ecclesie Lucensis D. solidos; et scripture series firmiter permaneat. Facta series uius placiti in era XL II* post milesima. Ego manu Gendamiro, una cum iermano meo Mondino, in hoc placitum manu mea -f- confirmo. Cendon, testis. Semirus, testis. Lagaredo, testis. Gendon, presbiter, notuit.

Doc. N.° 5 (a. 1006)

(Cartulario de Gelanova, fl. 193)

In nomine Domini. Ego Honega prolis Lucidi et Exemena, sub religiosis confessionis posita, uobis Domno Manillani abbati et fratribus monasterio Cellenoue pregarium placitum uobis facimus pro Ualle..... .. quos nobis de uestro dado ad obtinendam usu fructuario datis, ut teneam illa in tota uita mea et non habeam ibi de nullo homine disturbatura nec inmodicum, et edificemus illa et populemus, et non demus illa nec extraniemus in manus alienas, nisi teneamus illa in tota uita nostra de uestro dado usu fructuario sicut superius diximus, post obitum meum tornet se ipsa uilla et omnia quantum in illa casa inueneritis post parte sepe dicto monasterio Cellenoue et in manu abbatis et fratribus ibi habitantibus. Et si dixero ego in uita mea, aut aliquis de gens mea hereditas mea possidere uoluerit, quia

alia hereditate uobis proinde dedimus et est cambiata, quod absit, mendacium dicebat, nisi teneamus illa iam antea de uestro dado. Et pro quos dixerunt uobis quia dicebam ego, quia per contramutationem tenebam illa, ordinastis frater Leouegildo et tuluit mihi illa de iure et parauit illa post, parte Cellenoue, et uenimus hic in monasterio ante uos et fecimus uobis suggessionem pro illa, ut habeam illa sicut iam superius diximus de uestro dado. Et si aliquis homo post obitum meum, tam gens mea uel qualibet potestas, super illa centemtione miserit ad abbati et fratribus Cellenoue, constrictum ante iudice regem uel qui illa terra iudicauerit, duplet ipsa uilla post parte monasterio Cellanoue, et post parte iudice solidos D. Facta agnitio et placitum X kalendas Maias era **XL IIII*** post milesima. Honega confessa in hanc scriptura et pregarii placiti manu >i«. Ueremudo Almenice, quos uidit et confirmat. Ataildus decanus conf. Romanus presbiter conf. Pelagius presbiter conf. Gatone ts. Ermegildo ts. Recemiro ts. Aloito Vimaraz ts. Nausti notuit.

Doc. N.° **6** **(a.** ioi i)

(Cartulário de Celanova, fi. 54)

Ego Gudesteo uobis Domno Aloyto abbati et preposito Domno Guttier et fratribus Sancti Saluatoris Cellenoue precarium placitum uobis facimus per textum firmum scripture firmitatis de omnem meam hereditatem quantam uisus sum habere et quantam in uita mea potuero ganare uel comparare et applicare. Et damus uobis ipsam supra nominatam ipsam hereditatem pro illa defesa que uobis meo germano Odernio keimauit, et lexatis mihi illam sententiam de ipsa defesa, et laxatis mihi illa v.*, unde iam quartam abêtis, que ego feci ad uestro magistro et domno nostro Domno Manillani abbati, et dates mihi illam ut teneam eam totam hereditatem, quantam habeo et quantam potuero ganare uel comparare uel applicare, pro ad monasterio. Factum 11. nonas Augustas era **XL* VIII*** post millesima. Frater Gudesteo in hoc placitum manu mea roborem inieci >i«. Qui presentes fuerunt. Sandino presbiter, Berane presbiter ts., Magister Busiano ts.

Doc. N.° 7 (a. 1099)

(Tombo da Sé de Lugo, fl. **65**, pubi, por Villa-Amil y Castro, *Los foros de Galicia en la Edad Media,* Madrid, 1884, pág. **131).**

In era 1.* c.* **XXXVII.*** et quot x° kalendas Maii. Ego Geloyra Suariz comitissa uobis patri et pontifice Domno Petro lucense et omnibus successoribus uestris in eadem sedem uenientibus similiter et facio et confirmo per scripturam firmitatis et legali roboratione super uillas et hereditates que mihi datis in préstamo et in atondo de uestra manu et de eius sede, nominatas

Milarioles et Procul, e teneat eas de uestra manu usu fructuario, uos uero iure hereditario, et laboret eas et edificet sicut bonus agricola, et deseruiat uobis et partem ipsius sedem cum eas fideliter, et quamcumque eas uolueritis reintegremus uos cum earum bona et populatione que ibi fuerit, pacatas et absque calumpnia, sicut in testamento regis et nostrum resonat cum alias hereditates. Et si ego Geloira denominata in uita mea aut filius aut propinquus aut extraneus pos mortem meam hunc placitum ad inrumpendum uenero uel uenerimus aut mentiosus fuerimus, ipsam hereditatem testamentorum lege dupplemus a parte Sancte Marie, et ex roboratione hujus placitum D.^{oi} solidos pagatos, et in super sub anathemate legales sortiamus sententias. Ego Geloira hunc placitum manu mea confirmo. Omnes canonice Sancte Maria conf. Qui presentes fuerunt Pelagio testis, Veremundo testis, Munio testis, Gundemaro testis, Petrus presbiter notuit.

O pagamento do feudo a Claraval no século xvii

Num estudo recente (4), Alfredo Pimenta transcreve do original existente na Torre do Tombo a carta de D. João iv de 3o de Maio de 1646, «que consagrou a autenticidade da Carta de feudo e vassalagem ao mosteiro de Claraval, atribuida a D. Afonso I» (*), e, feita a transcrição, diz que este original levanta três problemas.

O primeiro seria «a informação relativa ao seu registo na Chancelaria real», pois, segundo afirma, «no índice desta, e que está patente na Torre do Tombo, não há a mais leve alusão a tal diploma» (3).

Segundo problema *é* o da quantia a pagar, dado que D. João IV, baseando-se no documento falso de D. Afonso Henriques, manda entregar anualmente a Claraval *cinquenta maravedís de ouro*, que já então «eram moeda de museu» (4).

Finalmente, «terceiro problema se levanta; efectivou-se algum dia o pagamento a Claraval, dos cinquenta maravedís de ouro estabelecidos por D. João IV ? Nos cinquenta anos que vão desde a invenção da Carta de feudo até à Carta de 3o de Maio de 1646, nem Portugal pagou, nem Claraval reclamou. [...], E a partir de 3o de Maio de 1646— pagou-se algum dia?» (5).

(*) *A Carta de Feudo a Claraval,* Porto, 1947.

(*) *Ibid.,* p. 40.

(3) *Ibid.,* p. 44. A afirmação não é exacta e, por isso, o *problema* não tem razão de ser. Na verdade, pode ler-se no *Volume III do indice alfabético* [...] *da Chancellaría do Senhor Rey D. João IV,* foi. 116: «Convento de Alcobaça: [..] Cart. de 5o. maravediz de Feudo, a S.ra de Claravel em França. Liv. 16 — [foi.] 404». Conforme verificámos, na *Chancelaria de D. João IV,* Livro 16, fols. 404-404 v., vem registada a carta de 3o de Maio de 1646.

(') *Ob. cit.,* p. 44.

(5) *Ibid.,* p. 4S.

O Conde de Broqua, num livro em que a história e a lenda se misturam, afirma, sem quaisquer provas, que, renovadas pela carta de 30 de Maio de 1646, as cláusulas da «offrande chrétienne» foram observadas até à revolução francesa (6). Mais de um século antes, João Pedro Ribeiro escrevera que «o Senhor D. João IV no Decreto de 17 de Abril de 1646, suppondo genuina a mesma Carta [de feudo] mandou satisfazer a prestação annual ao Mosteiro de Claraval, que nella se enuncia: prestação, que ainda que depois interrompida, se satisfez até os nossos dias» (7). Embora o autor das *Dissertações* tenha, sem dúvida, uma autoridade que falta ao escritor francês, o certo é que também não dá nenhuma prova da sua afirmação. Alfredo Pimenta cita as últimas palavras do período de João Pedro Ribeiro e diz a este respeito: «Confesso que não entendo bem as palavras do notável Mestre de Diplomática. «Depois interrompida» ? Quando foi ela interrompida? A que propósito? Com que fundamento? A seguir restabelecida ? Quando ? Com que fundamento ? A que propósito?» (8).

Ora, em investigações que realizávamos com outro objectivo, encontrámos um texto que, segundo nos parece, permite responder, ao menos em parte, às perguntas formuladas por Alfredo Pimenta. Trata-se de um passo das *Memórias* de Salvador Taborda Portugal, que foi enviado do nosso país na corte de França desde 1677 [a] tôgo (9). Tendo-se referido à entrada na capital francesa de um embaixador de Sabóia, em 3 de Julho de 1678, o diplomata português escreve imediatamente a seguir:

> Por ordem do Princepe Nosso Senhor paguei neste tempo o feudo, que o Santo primeiro Rey Português fês â Santíssima Virgem do Mosteiro de Claraval da venerável religião de S. Bernardo; e porque o convento dista

(•) *Le Portugal feudataire de Clairvaux*, Dijon, 1927, p. 62. Cfr. A. Pimenta, *ob. cit.,* p. 47.

(7) *Dissertações chronologicas e criticas,* t. 1, Lisboa, 1810, p. 54. Sobre os problemas que levanta o decreto de 17 de Abril, citado por J. P. Ribeiro, ver A. Pimenta, *ob. cit.,* p. 37-39.

(8) *Ob. cit.,* p. 48.

(9) Ver, sobre Salvador Taborda : Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana,* 2.* ed., t. ui, Lisboa, 1933, p. 659 ; F. Leitão Ferreira, *Alphabeto dos lentes da insigne Universidade de Coimbra desde iS3j em diante,* Coimbra, 1937, p. 144; e sobretudo as *Memórias* do próprio Salvador Taborda, adiante citadas.

muitas legoas de Pariz, evitando algum engano, naõ quis fazer o pagamento, sem ver originaes documentos, e me foi mostrada huã carta do Senhor Rey D Ioaõ 4-º, que com a sua assâs notoria piedade ressuscitou este feudo, que tantos annos tiveraõ enterrado os Reys de Castella nas ruinas de Portugal. He muito digna de saberse a historia; eu a refiro, se faltar a brevidade, que vou seguindo.

Chegando com o seu exercito El Rey D Affonso Henriques â villa de Santarém, Praça na quelle tempo, assim por natureza, e arte, como pello grosso prezidio de valerozos Mouros que a guameciaõ, havida por inexpugnável, e por sua cituaçaó precizamente necessaria a quelle Princepe, pera segurar o principio, que havia dado â Monarchia de Portugal, mais gloriozo, e mais solido, q a de quantas tem contado o mundo, achandosse entaõ ahinda nelle Saõ Bernardo chamou na quella mesma menhaã ditozamente seos religiozos a Igreja de claraval, e lhes ordenou, que encomendacem a Deos hum negocio de grandissima importancia pera a christandade, que naquellas horas se havia de rezolver: durou muitas a oração, e no firn delias lhes disse o santo Perlado, que desse graças a Deos pella victoria, que entaõ alcançara seu Primo D. Affonso Henriques dos innimigos da fee: logo no dia seguinte despachou a Portugal hum mencageiro com carta de perabéis a El Rey D Alfonso, dizendolhe, que devia a quella victoria â intercessão da Virgem Nossa Senhora do claraval: vendo o Rey, quando recebeu a Carta, que naõ havia tempo de haver humanamente chegado a França a nova da victoria, creo com rezaõ, o que o Santo lhe dizia, e fês logo aquelle voto de vacalagem com tributo annual â mesma virgem: pagouse pontualmente o feudo por todos, quantos Reys tivemos Portuguezes; entramo os de Castella na posse violenta de Portugal, e naõ pagaraõ hum sô anno tal voto; foi restituido o Reyno ao Senhor D. Ioaõ 4.º, e com a sua grande piedade o ressuscitou, e escreveu ao Abbade de Claraval a Carta seguinte =

Claudio Abbade de Claraval: Eu El Rey vos envio muito saudar; recebi particular contentamento com vossa Carta de 5. de Fev.º passado, e com outra, que juntamente se recebeu, e dos mais religiosos desse convento, porque herdei com a Coroa a devoçaõ, que tinha â vossa ordem o santo Rey D. Affonso Henriques, e assim o mostrei em lhe restituir todas as rendas, jurisdicçóes, e previlegios, que tinha na quelle tempo, de q âchei esbulhada, e renovei antes de receber esta vossa Carta, o votto, que aquelle Rey fês a Santa Maria de Claraval, e mandei, que se lhe pagacem os 5o. Cruzados de Oiro, que lhe prometeu em cada hum anno. Estou bem certo, que achei em vos, e em vossos Subdittos a boa correspondencia, que merece este meu animo, e o dezejo, que tenho de fazer â vossa ordem todo o favor, e merce, q houver lugar. Escrita em Lisboa a 26 de Ian.º de 1647. Ao P*e Fr Claudio Largentier Abbade do Mosteiro de Claraval, Concelheiro, e Esmoller mor del Rey Xp.mo

Continuaraõse os pagamentos, naõ sô na vida do mesmo Rey e Senhor D. Ioaõ 4.º, mas també com pontualidade nos annos seguintes, athe aquelle, em q tivemos a ventura de se dar à Sua Alteza o Governo ; e posto, que entaõ, Com a mudança de Menistros, se perderão estas noticias, e se deicharaõ de pagar alguñs annos por alguã leve cauza (que chegado a Lisboa deu Duarte

Ribeiro) me mandou o Príncepe Nosso Senhor pagar o ultimo anno, que so se entendeu deverse, e pellas que eu dei em Carta de 4. de 7.b™ mandou satisfazer todos os decursos, exercitando Sua Alteza a piedade, que Com as mais prendas herdou de seu gloriozo Pay. (*<>).

Salvador Taborda afirma, portanto, em síntese:

1) Que os reís portugueses pagaram pontualmente o feudo a Santa'Maria de Claraval, instituido por D. Afonso Henriques, mas que os monarcas espanhóis, depois de entrarem na posse violenta de Portugal, não pagaram um só ano tal voto;

2) Que D. João IV «com a sua grande piedade o ressuscitou» e disto deu notícia ao abade de Claraval em carta de 26 de Janeiro de 1647,-

3) Que se continuaram com pontualidade os pagamentos, não só em vida de D. João IV, mas também nos anos seguintes, até àquele em que foi dado o poder ao príncipe D. Pedro (1667);

4) Que então, com a mudança dos ministros «se perderaõ estas noticias» e se deixaram de pagar alguns anos, «por alguã leve cauza», que Duarte Ribeiro de Macedo explicou em Lisboa, ao regressar da sua missão em Paris, onde foi antecessor imediato de Salvador Taborda;

5) Que ele, Salvador Taborda Portugal, por ordem do príncipe regente, pagou em 1678 o último ano que se entendeu ser devido ([!i]), e, depois das informações que deu em carta de 4 de Setembro, foi-lhe ordenado que pagasse também todos os anos decorridos desde a data da interrupção até 1678.

O primeiro ponto nenhum interesse tem, pois Salvador Taborda limita-se a repetir uma lenda inconsistente, não tendo aqui as suas

(i°) *Memorias Dos Successos, que Acontecerão Em França, E Na Mayor Parte da Europa No Tempo, que Assisti Naquella corte com A occupacaõ, que Tive De Inviado do Serenissimo Princepe Regente Depois Rey D. Pedro* 2/ *Nosso Senhor A El Rey Luis 14S De França, E de Navarra*, tomo ï (Ms. do Instituto de Estudos Históricos da Faculdade de Letras de Coimbra — Sala de Gama Barros), p. 262-269.

([41]) Qual seria este «ultimo anno, que sô se entendeu deverse»? Provavelmente o de 1678, isto é, aquele em que Salvador Taborda realizou o pagamento e em relação ao qual não podiam fácilmente levantar-se dúvidas. Mas o texto é ambíguo e julgamos, por isso, que não deve excluir-se absolutamente a possibilidade de outra interpretação : o último ano que só se entendeu dever-se seria o da interrupção do pagamento, portanto 1667 (ou 1668).

Memórias mais autoridade do que a *Crónica de Cister* de Fr. Bernardo de Brito (12).

O mesmo se não pode dizer quanto ao segundo ponto. Será autêntica a carta de D. João IV que Salvador Taborda transcreve? Só o estudo do original nos poderia dar uma completa certeza. Inclinamo nos, em todo o caso, a admitir a autenticidade do documento, pois a sua data e os termos em que foi redigido conjugam-se perfeitamente com o decreto de 17 de Abril e a carta de 30 de Maio de 1646, pelos quais o Restaurador ordenou — julgando renovar uma antiga obrigação — o pagamento do feudo a Claraval. Apenas um passo da carta de 26 de Janeiro de 1647 levanta dúvidas a que mais adiante nos referiremos.

Em terceiro lugar temos a considerar a informação respeitante ao pagamento durante os reinados de D. João IV e D. Afonso VI, até à deposição deste. Por certo que as palavras de Salvador Taborda não podem, sem o concurso de outras provas, considerar-se decisivas, mas devemos ter presente que, se este testemunho nada vale na parte que diz respeito a factos anteriores à dinastia filipina, nem por isso é de desprezar quando se refere a acontecimentos contemporâneos do autor das *Memórias*. Acrescente-se que, pelo próprio cargo que ocupava e pelos que anteriormente exercera (13), o enviado de Portugal em Paris devia estar bem informado. Por outro lado, se D. João IV mandou — e sabemos de certeza que mandou — pagar o feudo que se dizia estabelecido pelo primeiro rei, parece natural e lógico que, pelo menos, algum ou alguns pagamentos tenham sido efectuados. De maior peso é ainda uma consideração que nos sugere o quarto ponto: Salvador Taborda afirma que se deixou de cumprir a obrigação para com Claraval no ano «em q tivemos a ventura de se dar à Sua Alteza o Governo» ; ora, se isto não fosse verdade, como se

(12) Não é de estranhar esta ausência de espírito crítico numa época em que um autor escrevia: «A primr« noticia, q acho escrita da Vizaõ, he a q se contêm no foral q el Rey D Afi. Henriquez fez a S.ª M.* de Claraual, de q ninguem duuida, escrito em o t.º de Mayo da era 1142...» *(Da Vifaó do Campo de Ourique, e ieftimunho, q delia deixou el Rey D. Afonso Henrique* — Bibl. da Ajuda, *Ms.* 5/-F-20, foi. 321 v.º).

(13) Entre outros, lente de Código na Universidade de Coimbra, desembargador dos agravos da Casa da Suplicação e procurador fiscal da Junta dos Três Estados fCfr. Salvador Taborda, *Memorias*, Ms. cit., p. 1-2).

atreveria o diplomata a escrevê-lo, a poucos anos de distância, numas *Memórias* dedicadas ao príncipe, e sob a regência deste ? E certo que ele não atribui a responsabilidade directamente a D. Pedro (bem se compreende que o não tenha feito) e que fala, com certo embaraço, da amudança de Ministros» e de «alguã leve cauza» que Duarte Ribeiro de Macedo procurou justificar, mas não é menos verdade que a fama da piedade e devoção do príncipe é que devia vir a sofrer com tal suspensão. Em suma: não *é* de crer que Salvador Taborda tenha mentido e nem mesmo que tenha errado em matéria desta importância. Logo, se alguma coisa foi interrompida em 1667, é que alguma coisa existia antes dessa data. Por certo, tudo isto *não prova,* de forma indubitável, que Portugal pagou o feudo a Claraval desde 1646 a 1667, mas, a nosso ver, faz com que esses pagamentos devam ser considerados como *muito prováveis* (u).

Por último, quanto ao período de 1667 (ou 1668) a 1678, temos mais do que probabilidade. Salvador Taborda não se limita a dizer que estes anos foram pagos, mas afirma que *ele próprio* pagou, *por ordem do príncipe regente*, primeiro, o último ano que se entendeu ser devido, e depois todos os decorridos desde a interrupção até 1678 (13).

(14) No entanto, parece ter sido sugerida a D. João IV a mudança do pagamento para N. Senhora do Loreto, em Itália, ou para N. Senhora de Cárquere, em Portugal É o que se conclui do seguinte documento, sem indicação de autor, nem data, nem destinatário, mas que se vê pelo texto ser dirigido ao rei restaurador:

«Sõr

V. Mg^dc restituio a S Bernardo o q lhe tinha dado o Sor Rei D. Afonso Enriques. A Virgem Sra Nossa fes este glorioso Rei outra obrigaçam de mt^o menor importancia em si, mas de maior consideraçam pera o bem do Reino obrigando com isto a Virgem Sra Nossa a defendello e a Vmgde como feudo seu e porq a promessa foi teita a Sra de Claraual em França e ha circustancias pera a Sra se dar por bem seruida em Vmg.de mudar isto pode ser a mudança ou pera a casa de Loreto aonde o Verbo eterno encarnou e a S?a morou ou pera a Sra de C trquere em Portugal q deu saude nos pees ao mesmo Sor Rei sendo menino, e ha presagios q mostram querer Ds nosso Sõr q Vmgde honre particularm.te esta casa e imagem da Sra» (Bibl. da Ajuda, *Ms. 50-VS7,* foi. 30).

(15) Note-se a diferença entre esta maneira de pagar e a ordenada por D. João IV. Na carta de 30 de Maio de 1646, o Restaurador mandava que,

E após esta data, pagou-se alguma vez? Não temos elementos que nos permitam responder. Percorremos até ao fim as *Memórias* de Salvador Taborda, que vão até 1689 (16) e mais nenhuma alusão encontrámos ao assunto.

Não queremos terminar estas notas sem fazer referência a um passo interessante da carta de D. João IV para o abade de Claraval e também à versão da lenda sobre a origem do feudo apresentada por Salvador Taborda.

Quanto à carta, é de notar que D João IV diz ter mandado pagar cinquenta *cruzados* de ouro, enquanto que na carta de 30 de Maio de 1646 fala de *maravedís*. A que terá sido devida a divergência? Talvez que, no intervalo de oito meses entre as duas cartas, se tenha reconhecido que era impossível pagar numa moeda que deixara há séculos de estar em circulação, e que, por outro lado, era muito difícil calcular a sua equivalência em moeda corrente (17). Os *cinquenta cruzados de ouro* teriam sido assim uma espécie de solução de recurso, mais ou menos arbitrária (18). A não ser que no original da carta estivesse realmente *maravedís*, e que Salvador Taborda, ao fazer a cópia, tenha substituído a

todos os anos, na festa da Anunciação, o seu esmoler-mor entregasse os cinquenta maravedís de ouro ao tesoureiro da capela real, que os faria chegar ao abade de Alcobaça, para que este, por sua vez, os remetesse ao abade de Claraval.

(16) O Ms. da biblioteca de Gama Barros, já citado, abrange apenas os anos de 1677-1678. Para os anos seguintes recorremos a dois exemplares completos das *Memórias* existentes na Biblioteca da Ajuda, um em dois volumes (Mss. 49-X-18 e 19) e outro em três (Mss. 49-X-15, 16 e 17).

(17) Cfr. A. Pimenta, *ob*. cií., p. 44.

(18) Uma circunstância pode ter levado a esta solução, ou contribuído para ela : a 25 de Março de 1646, as Cortes votaram a oferta anual de 50 cruzados de ouro, em sinal de tributo e vassalagem, a N. Senhora da Conceição de Vila Viçosa, e é da mesma data a provisão real estabelecendo este feudo. No sentido da hipótese que propomos no texto talvez possa ainda invocar-se o título de uma cópia seiscentista da pretensa carta de feudo que se encontra na Biblioteca da Ajuda, *Ms. 50-V-37*, fols. 29-29 v. A carta fala de *morabitinos*, mas o título de *cruzados :* «Feudo q o Sñor Rey D. AfFonso Henriquez fez do reyno de Portugal a N. Snra de Claraual de 50. cruzados cada anno elle e todos seus successores». Sobre os maravedís ou morabitinos, ver A. C. Teixeira de Aragão, *Descripção geral e historica das moedas*, **1.1,** Lisboa, 1874, p. 22-37 e *P&ssim*; sobre moedas de ouro de D. João IV, ver *ibid*., t. ii, Lisboa, 1877, p. 10 e i5.

palavra por sua iniciativa. Neste caso, continuaria de pe' o problema : em que moeda se teriam efectuado os pagamentos ?

Finalmente, atentemos no facto de as *Memorias* de Salvador Taborda Portugal darem uma versão da lenda sobre a origem do feudo que difere bastante da de Fr. Bernardo de Brito. Segundo este autor, o papa Inocêncio II confirmou o título de rei a D. Afonso Henriques a pedido de S. Bernardo, e o monarca português, em sinal de reconhecimento, fez o reino feudatário de Santa Maria de Claraval, quando se encontrava nas cortes de Lamego (19). Para Salvador Taborda o início do feudo está ligado ao episódio da conquista de Santarém, como se vê pelo passo das *Memórias* há pouco transcrito: S. Bernardo, por especial favor divino, teria tido conhecimento da batalha e da vitória no próprio dia em que se verificaram, enviando logo ao rei de Portugal um mensageiro a fazer-lhe saber que devia o triunfo à intercessão de N. Senhora de Claraval; D. Afonso Henriques, vendo que era humanamente impossível que tivesse chegado a França a nova da vitória, acreditou no que lhe dizia o santo e fez logo o voto de vassalagem (20).

São diferentes, nos dois relatos, a causa imediata do voto e as circunstâncias do mesmo e portanto também as datas divergem, como é natural : a tomada de Santarém é de 1147, enquanto que às lendárias cortes de Lamego é atribuída a data de 1142. Terá Salvador Taborda conhecido uma versão da lenda diferente da de Fr. Bernardo de Brito ? E possível, mas não nos parece provável. Cremos que o facto tem uma explicação muito mais simples. No capítulo v do livro m da *Crónica de Cister* conta-nos o frade alcobacense «como o Papa Inocencio confirmou o titulo Real a el Rey Dom Afonso à instancia de nosso Padre Sam Bernardo, e como em reconhecimento deste beneficio fez o Reyno feudatario ao Mosteyro de Claraual...» Nos capítulos xvm, xx e xxi do mesmo livro liga-se a fundação do mosteiro de Alcobaça a um voto de D. Afonso Henriques antes da conquista de Santarém e refere-se que, por divina permissão, foi revelada a S. Bernardo a dificuldade em que estava o rei de Portugal e o voto que fizera ;

(19) *Primeira parte da chronica de cister, onde se contaó as cousas principais desta ordem e muitas antiguidades do Reino de Portugal* [...], Lisboa, 1602, fols. i3o v.°-i33.

(20) *Memorias*, Ms. cit., p. 263-265.

o santo ordenou então aos seus religiosos que velassem em oração, e, também por graça de Deus, teve depois conhecimento da vitória (21).

Ora, é evidente a semelhança entre as circunstâncias e pormenores deste relato e os da narrativa de Salvador Taborda. Escrevendo provàvelmente de cor, o diplomata confundiu e misturou os dados do capítulo v com os dos capítulos xvm, xx e xxi do livro m da *Crónica de Cister* e desse amálgama resultou a versão da lenda que aparece nas suas *Memórias*. E a explicação que nos parece mais aceitável.

Luis FERRAND DE ALMEIDA

NOTA — Já depois de composto este artigo, encontrámos outro documento relativo ao pagamento do feudo a Claraval. Parece ser uma minuta e não tem indicação de autor, mas está datado de Alcobaça, 12 de Setembro de 1778. Deve ser obra de um frade e foi escrito em resposta a perguntas de Fr. Lourenço de Nossa Senhora, esmoler e conselheiro da rainha D. Maria 1. Segue o texto do documento :

Feudo a Claraval

Resposta

As perguntas do R.mo P. Esmoller, e conselheiro
de S. Mag.e Fr. Lour.co de N. Sr.a

O Snr. D. Affonso Henriques invocou a protecçaõ de N Snr.* do Claraval para segurança, e duraçaõ, do Reyno, q. fundou offerecendo á mesma Snr.* em Seu nome de Seus Sucessores, e com consentimento de seus vasallos Sincoenta Maravediz de ouro p.* o reparo do Seu Altar (4).

A offerta do mesmo Monarcha foi aSumpto de se desputar se pela morta *[sic]* do Monarcha Cardeal D. Henrique facára *[sic]* o Reyno devoluto ao Mostr.º de Claraval como seu Feudatario (2).

(21) *Primeira parte da chronica de cister*, fols. 162 v., 166 v.-171.

(4) Brito chronica de cister liv. 3 ° cap. 5. Brandad Monarchia Luzitana. p. 3. liv x. Cap. xii. Santos, no aparato de Alcob.* Illustrada f. 64.

(2) Caramuel philipus prudens desput. 11. liv. v. f. 2/5. Souza. Lusit. Liberat, lib. 1. Cap. 11.

Foi efectiva a offerta do Fundador da Monarchia Portugueza pagando este, e os Seus Sucessores os Sincoenta Maravediz de ouro (3).

Naõ trazem os Historiadores, nem eu descobri *[fol. 3]* Titulo, q prove athe q. anno foi Satisfeita a mesma offerta, podendo so afirmar ser efectiva no Governo do Sñr. D. Affonso 3º (*)

As memorias da litúrgica q. se praticava na Capella Real do tempo do Snr D. Ioaõ 3.® athe o intruzo Dominio dos Monarchas Castelhanos neste reyno só fazem mensaõ da offerta de quatro Paschoas das missas novas dos Capelaens, e do dia de Reys (5). Sem falarem na q. respta a Claraval.

O regimento q. mandou fazer Filippe i.º de Portugal pello Bispo Capellaõ mor D. Iorge de Atayde em dois de Ianr.º de *i592* para governo da Real Capella no Capp.º i5 trata taõ somente das offertas do dia de Reys e Missas novas dos Capelaens, Adoraçaõ da Cruz, Dias do nascim.to do Rey, Raynha, e Princepes (6) e naõ diz couza alguã q. pertença a pergunta q. se me fas.

A informaçaõ, q o Esmoller Antonio Tavares de Tavora fes por ordem de Felippe 3.º p.ª este Monarcha conhecer o estado do recibo despeza, e aplicações da Esmolaria mor naõ dis huma so palavra da offerta, e aplicacaõ de semilhante Feudo (7) *[foi. 3 v.]*

Sendo aclamado Rey de Portugal o Sñr. D. Ioaõ 4.º lhe escreveo huma carta o Abb.e de Claraval e outra ao D. Abb.e de Alcobaça Geral da Congr.** datada em 3 de Fevr.® de 1646 pedindo ao Rey a renovaçaõ, e pagamento daquela offerta, ao Prelado de Alcobaça o apprezentar ao Monarcha a Carta de Feudo do Snr. D. Affonso H.es e a boa deligencia para o effeito da Sua pertençaõ.

O D. Abb.e Geral Esm.er mor Fr. Bap.ta de Menezes aprezentou a Carta de Feudo do Snr. D. Affonso i.º e a do Abb.e de Claraval ao *ss* D. Ioaõ 4 º q. recebendoas benignam.te mandou expedir em 3o de Mayo de 1646 a nova Carta da renovaçaõ do Feudo determinando nesta, q. offerecese o Esm.er mor no dia da festa de N. Snr.ª da Anunciaçaõ, e q. o Thezour.® da Real Capella fizesse fiel entrega dos Sincoenta Maravedis ao Abb.e de Alcobaça, e q este com ordem do Rey os mandasse ao D. Abb.e claravalense cobrando certidaõ da entrega na forma antiga q. as davaõ S. Bernardo, e mais Abb.es de Claraval (8).

Por esta Renovaçaõ do Feudo *[foi. 4]* teve Sucesivo effeito o Seu pagamento e o mesmo S.r D. Ioaõ 4.º no regemento dos Esmoleres mores Cap.º a3

(3) Brito na mesma chronic. Liv. 3. Cap. 6. Souza ut supr. f. *182*.

(4) Brito ut supr.

(5) Castro Mapa de Portugal tom. 5, f 25*8* e f 259.

(6) o mesmo Autor no citado tom. f *266* e f 267

(7) Alcobaça Illustrada f *383*

(8) O Snr. D. Ioaõ o 4.º respondeu ao Abb.e de Claraval e Este por carta de 12 de Ianr.º de 1648 lhe agradeceu a honra da resposta, e a m.ce daesmolla expondo lhe os louvores q. deraõ a Ds por Sua Mag.e ter escapado das Siladas Castelhanas, dando lhe os parabéns dos bons Sucessos das Suas armas, p.4 q. elles aplicavaõ as Suas oraçoes q. continuariaõ athe q. os Portuguezes con sucesivas vitorias gozassem da dezejada páz.

determinou, q. o Esmoler mor fizesse a offerta de vinte mil rs em dia de N. Sr.ª da Anunciaçaõ q era a oferta q. se fazia a N Snr.* do Claraval (®).

Este regemento nao he authentico, nem tem nome do Monarcha q. o mandou fazer, mas provasse pello primr.º e 2.º § Ser do Snr. D. Ioaõ 4.º.

Naõ sei o q. se pasou no Reynado do ST D. Affonso 6.º e D. Pedro 2.º, o q. hade constar dos livros da despeza da Esmolaria mor.

Do reynado do *s.T* D. Ioaõ o 5.º anno de 1738 tenho a certidaõ authentica tirada do livro da tezouraria do pagam.to da Alfandega, q diz

> pagara o Thezoureiro a q.m correr com o provim.to do Inviado de Portugal na Corte de Pariz quarenta e quatro mil rs, q. seraó entregues ao Abb.e de Claraval levandoselhe em conta con recibo da pessoa a q.m forem entregues emq.to naõ chegar o do Abb.e do claraval.

Consta mais pagar o Thezour.º a D. Luis Hust [?] *[fol. 4* v.] Doutor de Sulbona Proc.oi* g.al da Abadia do Claraval os 44^000 rs.

Consta tambem ter pago 88.7P000 rs dos annos de 1737, e 1738.

Consta juntam.te ter pago *88$ooo rs* ao mesmo Pro.™1*, do [sic] annos de 1739, e 1740.

Esta certidaõ contem varias declaraçoens de formalid.es do mesmo pagamento

E He o q posso responder a pergunta. Alcobaça 12 de 7br.º *de 1778.*

(Bibl. Nacional : F. G., *Ms.* *1480*, fols. 3-5).

Não podemos alongar-nos comentando pormenorizadamente este documento. Limitamo-nos, por isso, a chamar a atenção para os seguintes pontos :

1) Se ainda fosse necessário provar que o feudo não existiu antes de D João iv, alguma coisa nos poderiam dizer os primeiros parágrafos deste texto. O seu autor — certamente interessado* em demonstrar a antiguidade e continuidade dos pagamentos — é obrigado a reconhecer os resultados negativos da sua investigação e nada mais pode fazer do que repetir Fr. Bernardo de Brito.

2) Parece não ser exacto que a chamada renovação do feudo tenha sido feita por D. João iv a pedido do abade de Claraval, porquanto na carta para o mesmo abade, de 26 de Janeiro de 1647 (transcrita por Salvador Taborda), o rei afirma expressamente que restabeleceu o voto *antes* de ter recebido a carta de 3 (ou 5) de Fevereiro de 1646.

(9) Archivo de Alcob.* liv. 35 de Sn.cas f. 477

3) Se o regimento (que não conhecemos) dos esmoleres-mores *é* realmente de D. João iv e se diz o que se lhe atribui, teríamos mais uma presunção de que algum ou alguns pagamentos se efectuaram depois de 1646. Estranho é, em todo o caso, que se fale de oferta de *vinte mil réis,* quando os outros documentos conhecidos falam de *maravedís* ou de *cruzados.*

4) O autor alcobacense afirma que, no tempo de D. João v, foram pagos os anos de 1787 a 1740, à razão de 44.000 réis cada ano, e invoca uma «certidaõ authentica tirada do livro da tezouraria do pagam.to da Alfandega». Não sabemos que crédito merece a informação, mas talvez uma investigação que a tome para ponto de partida possa chegar a conclusões seguras.

5) Por último, o silêncio do documento no que respeita ao período de 1740 a 1778 (tanto mais de estranhar quanto é certo referir-se aos anos mais próximos da data em que foi escrito) pode levar-nos a suspeitar de que o pagamento esteve novamente interrompido. Talvez seja esta, afinal, a razão das perguntas que Fr. Lourenço de Nossa Senhora, esmoler e conselheiro de S. M., dirigiu ao mosteiro de Alcobaça em 1778.

L. F. A.

Algumas achegas para o estudo das origens da Ordem de S. João do Hospital de Jerusalém, depois chamada de Malta, em Portugal

A doação da Idanha pela «rainha» D. Teresa a Egas Gondesendes e Mourao Gondesendes já em 1929 foi classificada por C. Erdmann «cronológica e objectivamente impossível e presumivelmente uma falsificação» (*).

O juízo do ilustre historiógrafo e diplomatista alemão está, a a meu ver, rigorosamente certo, sendo de admirar que J. Delaville-le-Roulx tivesse dado guarida ao doc. no *Cartulaire Général de VOrdre des Hospitaliers de* S. *Jean de Jérusalem*, t. 1 (1894), n.° 34. Lfm simples relance pela série cronológica do *Cartulaire* — levando-se já em conta a qualidade de estrangeiro do autor, a justificar que lhe tenham escapado certos elementos de flagrante irrealidade no contexto do documento — basta para que a autenticidade desta doação se afigure duvidosa, tão distanciada ela (de parceria com outro doc. espúrio de S. João da Barosa, aí erradamente identificado como de S. João de Jerusalém) se encontra das outras fontes peninsulares respeitantes à Ordem do Hospital. E no aspecto paleográfico é de estranhar que o autor reputasse como original de 1114 esse doc. do Arquivo Histórico de Madrid, executado já em pleno século xm (2).

O primeiro reparo que esta doação levanta, e não escapou a Delaville-le-Roulx, é a impossibilidade da sua data—*Kalendas*

(1) *Der Kreujjugsgedanke in Portugal, Historiche Zeitschrift,* t. 141, e trad. *A ideia de cruzada em Portugal,* pág. 40, Coimbra, 1940.

(2) Ordens Militares, pergs. da Ordem de S. João do Hospital, m. m, **a/»** 5.

Februarias anno millesimo C.º XL. Illi.º: nem pode corresponder ao ano de Cristo de 1144 (reinado de D. Afonso Henriques) nem à era de César, ano de 1106, porque no documento outorga D. Teresa, tendo já falecido o conde D. Henrique. Não se terá dado o caso de erro involuntário na data, tão frequente em apógrafos fidedignos? Tal hipótese é, contudo, inaceitável, senão vejamos :

A data crítica que a intitulação e subscrições do doc. autorizam está contida entre as anos de 1113 ou 1114 e 1118. A morte do conde D. Henrique em fins de Abril de 1112 exclui este ano como *terminus a quo*, visto a presente doação estar datada de i de Fevereiro.

O início da prelazia efectiva de Hugo como bispo do Porto, que subscreve o doc., é mal abonado pelas fontes que nos restam. A *Hist. Compostellana*, lib. 1, c. 81, diz que o antigo arcediago de Compostela fora eleito para aquela cátedra ao mesmo tempo que Múnio Afonso para a de Mondonhedo; como o último é nomeado bispo em does. de Março e Junho de 1112 (3) conclui-se que já nesse ano era Hugo bispo eleito do Porto (4). Falta-nos, porém, comprovação de que estivesse à testa da diocese desde esse tempo, porque dos três documentos que conhecemos datados de ii 12, em que Hugo figura, dois manifestam incompatibilidades com esta data (5) e o último, por se achar incompleto, não permite a verificação da sua cronologia (6). Hugo foi sagrado bispo em 23 de Março de iu3, mas nos nossos arquivos só a partir de ii 14 encontramos testemunhos incontrastáveis do seu episcopado (7). Isso não prova, é certo, que este não tenha começado no ano anterior, tanto mais que o cartório da Sé do Porto chegou aos nossos dias muito desfalcado de pergaminhos avulsos dos séculos xii e xiii, e com o seu mais antigo cartulário, o *Censual do Cabido*, já truncado.

O *terminus ad quem* é-nos dado pela saída de Maurício da metrópole bracarense, em 1118. Note-se que este prelado não

(3) *España Sagrada*, t. xvm, pág. 125.
(4) Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Port,* ui, pág. 213.
(5) *DMP. Documentos Régios,* 1, n.os 32 e 58.
(6) *DMP. Documentos Particulares*, ui, n.º 387.
(7) *DMP. id.*, n.º 482.

figura aí como presente, mas sim como arcebispo titular dessa igreja, porque, se subscrevesse o documento, teríamos de recuar esse termo para 1116, último ano em que encontramos sinais da sua presença na diocese (8). No verão do mesmo ano parece ter partido para Roma, não voltando mais à sua cátedra (9).

Os governadores das terras ali nomeados (com excepção de Pedro *Salidus*, de que não temos mais referências) exerceram de facto as tenências que lhes são atribuídas, e podem abranger e até ultrapassar os limites cronológicos apontados. O mesmo se pode dizer do notário do conde D. Henrique e de D. Teresa, o cónego de Guimarães Pedro Bispo, que subscreve o documento.

Ora a data crítica u 14-1118, deduzida das pessoas nomeadas na doação da Idanha, briga flagrantemente com o contexto da mesma. Em primeiro lugar, a reconquista do território peninsular nos actuais limites de Portugal (nesse período e a oriente) não ultrapassava os contrafortes da serra da Estrela. A velha *Egitania* achava-se situada muito ao sul dessas fronteiras naturais. Em segundo lugar, a Ordem do Hospital, à qua! vem a caber, por disposição textual, a posse plena da referida cidade e do seu vasto território por morte dos dois Gondesendes, primeiros agraciados, embora tivesse representação entre nós desde o governo de D. Teresa, só no último quartel do século xn se encontrava militarmente preparada para as guerras da reconquista nas fronteiras sarracenas. O propósito de transmissão da Idanha aos Hospitalários é portanto um evidente anacronismo, quer no período de 1114-1118, quer durante todo o governo de D. Teresa, que outorga na doação. E ainda mais inverosímil é a declaração de que já Afonso vi de Leão e Castela lhes prometera a cidade.

A indicação do *monte de Strela*, entre os limites do latifúndio (nestes acha-se trocado o nome da ribeira de Pera, afluente do Zêzere, pelo de Cera, que é afluente do Nabão, segundo me informou o Dr. Joaquim da Silveira), constitui outro anacronismo, porque até ao último quartel do século xn a serra da Estrela é designada pelo nome genérico de *monte Ermeno*. Insólitas, tam-

(8) DMP_y *id*iv, n.º 7, de 8 de Abril; Erdmann, *Papsturhunden,* n.º 16, de 18 de Junho.

(9) Pierre David, *Études Historiques sur la Galice et le Portugal,* pág. 473.

bém, são as expressões *exordium* para exprimir o começo das delimitações, e *anno*, isoladamente, na data.

As razões apontadas induzem a reputar este documento como apócrifo, embora engendrado à vista de diploma genuino de Pedro Bispo, notário dos condes portugalenses. Com efeito, as subscrições, além de serem verosímeis na data crítica que atrás indicámos, patenteiam uma característica própria dos diplomas lavrados por esse notário : a inclusão de certo número de *tenentes* ou *continentes* (governadores das terras) como confirmantes (todavia no doc. dados erradamente como testemunhas).

Admitida a fraude, que determinantes plausíveis se lhe poderão atribuir ?

A penúria de fontes, por motivos que adiante se apontam, priva-nos de elementos seguros para o estudo da questão. Arriscaremos, por isso, uma simples conjectura que nos parece aceitável.

Pelos fins do século xn os freires do Hospital de S. João senhoreavam uma vasta região da Beira Baixa, por força da doação régia da terra de Guidintesta (1194), em cujos limites fundaram o castelo de Belver. Muitos anos antes, em u65, Afonso 1 cedera aos Templários Idanha e Monsanto (la), com extensissimos termos delimitados pelos rios Tejo, Erjes e Zêzere, que englobavam grande parte do território posteriormente entregue aos Hospitalarios (u). O castelo de Monsanto transitou depois para outra Ordem Militar, a de Santiago, em 1172 (i2), mas foi breve o senhorio dos Espatários nessa fortaleza, se é que chegou a efectivar-se, porque em J 174 aparece o rei a dar foral aos habitantes do castelo por diploma em que se não alude a nenhuma das referidas Ordens Militares (13).

A incompatibilidade entre todas estas mercês régias é apenas aparente, pois outras fontes atestam que a região da Beira Baixa era constantemente invadida e assolada pelas hostes agarenas dos convizinhos reinos muçulmanos. Assim, se os Templários chegaram a estabelecer-se na Idanha em II65, pouco demorado deve

(10) *DMP., Régios*, I, n.° 288.

(H) Vide minha carta histórica in *Hist. da Expansão Portuguesa no Mundo*, i, pág. 60.

(12) *DMP., Régios,* n.° 315

(«) *Id., id.,* n.° 321.

ter sido o seu domínio, o que nos é atestado pela segunda doação e confirmação da mesma cidade, feitas por Sancho i em 1197. E documentos posteriores, bem conhecidos, revelam novas tentativas de reconstituição e repovoamento da velha metrópole egitanense por iniciativa do rei.

Firmado nestes factos, afigura-se-me provável que os Hospitalários, depois de seguramente estabelecidos no forte baluarte de Belver — sabemos, de certeza, que já aí estavam antes de 1210 — tenham tentado alargar os seus domínios para além dos limites alcançados na doação de 1194, e forjado o diploma de doação de Idanha aos Gondesendes, com o propósito de alegarem prioridade de direitos em relação aos Templários.

Que no princípio do século xm surgiram rivalidades e lutas graves por questões de limites e posse de terras, com perda de vidas, na região da Beira Baixa em que senhoreavam as duas Ordens, comprova-o a composição de 3 de janeiro de i23i, assinada por ambas. Desta composição existem dois instrumentos originais (u).

Conjugados estes dados com as características externas do documento do Arq. Hist. de Madrid, cuja letra é do século xiu, e ainda com a circunstância de que o mais remoto testemunho do mesmo nos nossos arquivos é o sumário que dele se fez no antigo registo de Leça, do século xiv, fl. 18 v. (o que torna possível esse sumário reportar-se ao próprio exemplar de Madrid, pois há aí, na secção das Ordens Militares, outros documentos procedentes de arquivos portugueses) — a nossa conjectura assume certa verosimilhança e torna-se talvez digna de registo. Mas se à conjectura pode faltar firmeza bastante para ser acolhida sem reservas, não sucede assim às razões que contrariam a autenticidade do documento em causa, pois são de ordem objectiva e suficientemente fortes para que o expurguemos do número das fontes genuínas.

(14) Torre do Tombo, gav. vu, m. 6, n.os 8 e 14; há mais duas de 1238 *c* i23g — *Nova Malta*, 1, págs. 428, 429 e 50g-5i 1; Herculano, *Hist. de Portugal*, iv, pág. 203 (7/ ed.), e Gama Barros, *Hist. da Administração*> 11, pág. 320 (2.- ed.).

*

* *

O que até hoje se escreveu sobre os primórdios da Ordem de S. João de Malta em Portugal é muito vago e obscuro (15).

Tal deficiência justifica-se, em grande parte, pela míngua de fontes, pois sabemos que o arquivo da filial portuguesa desta Ordem Militar, instalada em Leça do Balio até ao século xiv, foi totalmente destruído pelos espanhóis, em 1662, no convento da Flor da Rosa, junto da vila do Crato (16).

Parece-nos, todavia, ser ainda hoje possível fixar documentalmente as origens aproximadas do estabelecimento dos Hospitalários em Portugal, e resolver o ponto, ainda controverso, se a doação da primeira casa capitular, em Leça do Balio, aos seus freires remonta ao governo de D. Teresa ou ao de seu filho D. Afonso Henriques (17).

O mais antigo testemunho fidedigno que se conhece da permanência entre nós de membros da Ordem do Hospital é o que aponta Erdmann, *op. cit.,* págs. g5, como contido em doc. do mosteiro de S ta Cruz de Coimbra, de Janeiro de 1132. Nele, Zalama Godins faz doação aos frades crúzios de metade de todos os seus bens rústicos e urbanos, situados em Montemor (o Velho) e noutras partes onde os houver, e também da igreja de S. Tomé de Mira. Mais declara o testador que os referidos cónegos compraram, com a sua aquiescência, ao vigário do Hospital de Jeru-

(15) Assim o consideram com razão : Gama Barros, *Hist, da Administração*, II, págs. 302-303 (2/ ed.); Erdmann, *Papsturkünden,* págs. 94-100, e *Idea de cruzada em Portugal*, págs. 39-40; e mais recentemente o ilustre editor da reedição da obra de Gama Barros, o Prof. Torquato Soares, na obs. XLVI, em apêndice ao voi. ui da mesma.

(16) Sobre a génese e vicissitudes do cartório desta Ordem, tentativas da sua reconstituição nos séculos xvn e XVIII, e grande dispersão do fundo moderno nas incorporações do século xix, leiam-se as eruditas notas que Erdmann escreveu nos seus *Papsturkunden*, *loe. cit. Ao* que aí está só tenho a acrescentar a informação de que no antigo arquivo de S.ta Joana, hoje Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, há does. avulsos e códices do século XVII em diante, da referida Ordem, em parte já editados por J. M. da Cunha Saraiva, Director do arquivo.

(17) Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, *s. v.* Leça de Bailio e Crato, arquiva opiniões nos dois sentidos, sobre o assunto.

salém (*uicario Iherosolimitano Pelagio Galindiz* por sete morabitinos e meio de ouro a décima parte daqueles bens, que ele tinha dado por sua alma à Ordem do Hospital *(Iherosolimitano ospitali)*.

Este doc. atesta, como opina Erdmann, que antes do ano de ii32 havia já representantes da Ordem em Portugal, e que a mesma aí tinha bens de raiz. De Zalama Godins e sua mulher Aragunte encontro outra notícia em Maio de ii23 (18).

Outros does. de data mais recuada têm sido aduzidos como fundamento das origens da Ordem entre nós. A doação da Idanha aos Gondesendes, já aqui analisada, parece-nos ter ficado demonstrado que é um falso do século xm. O doc. para o most. de S. João da Barosa, datado de Junho Era 1160 (a. 1122), denuncia-se fácilmente como produção de Bernardo de Brito, seu primeiro editor (19), além de que não diz respeito aos Hospitalários. Sobre a falsidade de ambos já se pronunciou também o Prof. T. Sousa Soares, *loc. cit.*.

Um terceiro doc., este verosímil, aparece também citado para o dito fim: a composição ou acordo entre o bispo Hugo do Porto e o prior Martinho do mosteiro de Leça, em que o primeiro renuncia ao imposto do «jantar» em troca de certas herdades que o mosteiro lhe entrega. O doc. está no *Censual do Cabido da Sé do Porto* (20), com a data — Era nbo Xº Kal. Agosto.

D. Rodrigo da Cunha (21) extractou-o do *Censual*, dando-lhe a mesma data, com excepção da cota dos calendas, que aí é Vº em vez de Xº. Sobre ele dissertou largamente Anastácio de Figueiredo (M), que, depois de esclarecer que a data desta composição é a que dá o *Catálogo*, e não 1 de Agosto da Era 1165, com que aparece deturpada no «Livro dos Privilégios da Comenda de Leça», de 1740 (23), aceita o doc. como prova da existência da Ordem de Malta em 1122, e esta já na posse do most. de Leça.

Tal conclusão é, porém, errónea, pois os Hospitalários não participam em tal acordo, nem sequer aí se lhes faz alusão; as partes contratantes são a Sé do Porto, na pessoa do bispo Hugo,

(18) T. do Tombo, *Livro Santo*, fl. 114.

(19) Vide *DMP. Régios*, 1, «Fais. Modem.» v

(20) Fl. 89 v. e 90 (ed. 1924, Porto, págs. 340 e 341).

(21) *Catálogo dos Bispos do Porto*, parte 11, pág. 12 (2.ª ed., 1742).

<“> *Nova Malta*, parte 1, §§ xv, xvi, e parte 11, §§ xvi, XVII e L.

(23) Hoje. na Bib. Nac. de Lisboa, Fundo Geral, 1585.

e o most. de Leça, representado por Martinho, seu prior ou abade. Ora este mosteiro existia já desde longa data, como é atestado por inúmeros documentos. O juízo de Anastácio de Figueiredo tem, todavia, certo fundamento legítimo: é que a apontada composição do *Censual do Cabido* também se acha inventariada no antigo registo do cartório de Leça, a fl. 5 v., col. 2, n.° 16, nos seguintes termos, que Figueiredo transcreve:

En como o Spital deu ao bispo do Porto herdades que aqui sson conteudas por huu jantar que auja dauer cadaano de Leça.

O sentido deste sumário é claro, mas não o podemos tomar à letra, porque a isso se opõe o contexto do referido acordo. Como o doc. existia no cartório de Leça da Ordem do Hospital, para a qual tinham passado os bens, títulos e direitos do mosteiro pela doação de D. Teresa, adiante referida, o notário que redigiu o índice, sem preocupações de rigor histórico, sumariou o acordo que interessava à Ordem, como se a esta pertencesse desde o tempo em que foi assinado. Idêntica prática se usou noutros cartórios, como seria fácil de exemplificar.

Está, assim, explicado o caso do doc. do *Censual* e do respectivo sumário no Registo de Leça; mas ainda que ele não diga respeito aos Hospitalários, interessa ao estudo das origens da Ordem, pois nos serve de *terminus post quem* para isso, uma vez que Leça veio a ser a primeira casa capitular ou sede dos Hospitalários portugueses.

Quanto à data de 1122, do acordo, não temos razões fortes para a impugnar. E certo que no *Censual* há muitos does. de data errada por ignorância do valor do *x* aspado; mas tal hipótese é inadmissível no caso presente, em virtude do tempo da prelazia de Hugo. Insólita e anacrónica é, todavia, ali a confirmação de D. Afonso Henriques na forma em que se acha redigida — *Adffonsus princeps conff.* Ribeiro (24) aventa a hipótese de a confirmação ser ao menos 13 anos posterior à data do acordo. Com segurança, apenas sabemos que a redacção dessa fórmula está errada ou pelo menos incompleta, porque não aparece em diplomas originais ou apógrafos fidedignos de D. Afonso Hen-

(24) *Diss. Chron*m, ap. ix, n.# 225.

riques (25). É, todavia, oportuno observar aqui que os docs. latinos do *Censual* e de cartulários tardios, como este, apresentam por vezes deturpações tais, que nos achamos inibidos de formular juízos críticos seguros a seu respeito.

A data textual do acordo entre a Sé do Porto e o most. de Leça — 23 de Julho de 1122 — está possivelmente certa, e não pode ser posterior a 1128; como é óbvio, o acordo antecedeu a doação, de data incerta, que D. Teresa fez do referido mosteiro aos freires do Hospital (26).

Deste último documento, de que não há nenhum traslado, restam-nos as três rubricas do Registo de Leça apontadas na nossa referência e já transcritas na *Nora Malta* (27).

O contexto do perdido diploma de D. Teresa afigura-se-nos que seria concordante com os das rubricas que possuímos, pois é corroborado pela carta de couto e privilégios concedida à Ordem por Afonso 1, em 3o de Março de 1140, e renovada em Abril de 1157. Nela enumera-se entre os bens dos Hospitalários «Leça inteira com suas herdades e limites coutados» (28).

Ora se Leça estava em 1140 na posse plena dos freires do Hospital, e não há no registo do arquivo menção de outro diploma de Afonso 1 sobre a mesma matéria, conclui-se que os imóveis ali adquiridos pela Ordem provêm, no todo ou em parte, da doação da rainha D. Teresa, feita antes de Maio de 1128 (29). Demais a ilação é reforçada pelo doc. de S.ta Cruz, que atesta com clareza a fixação dos Hospitalários em território português antes do

(25) Gomo já esclareci este ponto em trabalhos anteriores, e com ele se mostrou concordante o eminente diplomatista alemão Cari Edmann, *Die Annahme des Kõnigstitels durch Alfons I von Portugal* [separata do Segundo Congresso do Mundo Português, 1940] pág. 40 e nota 8; trad. pág 38 e nota 8; 2.* versão: *De como D. Afonso Henriques assumiu o título de Rei,* pág. 26, nota 8, Coimbra, 1940 — remeto o leitor para estes meus estudos.

(26) *DMP. Régios,* i, ref. 24.

(27) Parte 1, pág. 32.

(28) *DMP. Reg.* i, n.º 260. A nota LV deste volume trata da genuinidade do diploma afonsino e de suas datas, sobre que Erdmann levantou dúvidas injustificadas.

(29) A data de 1133, que a *Nova Malta* atribui ao primeiro diploma afonsino da Ordem, resulta de um equivoco e de erradas deduções de seu autor, baseadas no apócrifo de S. João da Barosa, forjado por Bernardo de Brito, já acima referido.

ano 1132, e a sua organização nessa data sob a chefia do vigário da Ordem, Paio Galindes. Segundo o *Cartulaire Général,* era então o francês Raimundo du Puy o mestre geral da Ordem, o mesmo que vem nomeado no diploma de 1140, juntamente com o prior Aires, que dirigia as filiais de Portugal e Galiza (30).

São estes os documentos que conhecemos de interesse para o estudo do estabelecimento em Portugal da Ordem de S. João do Hospital, depois chamada de Malta, e que atestam a sua existência desde o final do governo da rainha D. Teresa. A este mesmo período a fizeram também remontar Viterbo, Herculano e Gama Barros, sem todavia aduzirem as fontes comprovativas do facto. E Anastácio de Figueiredo, o esforçado e probo autor da *Nova Malta*, que é um trabalho de investigação quase exaustivo sobre a história desta Ordem em Portugal, analisou todos os does. aqui citados, com excepção do primeiro, mas as suas conclusões apresentam-se confusas e contraditórias. Assim no § 16 da parte 1, da referida obra, diz que não se atreve a fixar ao certo quem fez a primeira doação aos Hospitalários : se o conde D. Henrique com D. Teresa; se esta juntamente com seu filho, ou finalmente se este só.

Com efeito, os documentos que ele compulsou, sem chegar a destrinçar por forma segura os falsos dos legítimos, prestavam-se às três hipóteses. Hoje, mais bem documentados e com processos de crítica mais rigorosos, podemos com maior firmeza assentar conclusões sobre a génese e primórdios da Ordem do Hospital em terra portuguesa, que resumimos deste modo:

i.ª — A existência dos Hospitalários em Portugal, ainda destituídos de forte organização militar, remonta a uma data posterior

(30) Além da doação do most. de Leça, na secção de « Referências » de documentos perdidos, in *DMP., Régios*, refs. 22 e 23, vão incluidas mais duas da «rainha» D. Teresa a favor dos Hospitalários. Observámos ali que a outorgante nestas duas mercês seria com maior probabilidade a infanta D. Teresa, filha de D. Sancho 1, do que a viúva do conde D. Henrique. Com efeito, a «rainha» D.Teresa que doou a essa Ordem a sua herdade em termo de Seia, entre Bobadela e Oliveira do Hospital, conforme consta do sumário do Registo de Leça, é de certeza a filha de Sancho 1, como no-lo prova a inquirição de Afonso 11, a respeito da terra de Seia.

TT. gav. viu, m. 2, n.º 3, já comentado em *Nova Malta*, 1, pág. 394.

a 1122 (ano textual e admissível da composição entre o bispo Hugo do Porto e o mosteiro de Leça, no *Censual do Cabido).*

2.ª — Entre 1122 e 1128 a rainha D. Teresa concedeu aos freires desta Ordem o mosteiro de Leça do Balio, sua primeira casa capitular, recaindo as maiores probabilidades no ano de 1128, em que os Templários receberam da mesma rainha a doação de Soure (31).

3.ª — Anteriormente a 1132 já os Hospitalários sob a chefia do vigário da Ordem Paio Galindes se tinham estabelecido em território português e adquirido bens imóveis (doc. de S.ta Cruz de Coimbra, que dá inteira plausibilidade à doação anterior).

4.ª — A carta de couto e privilégios outorgada à Ordem do Hospital em 1140 por D. Afonso 1 atesta a importância e expansão da mesma entre nós, e comprova a posse anterior de Leça com seus bens e couto (32).

5.ª —A organização dos freires do Hospital em Ordem de Cavalaria e por forma a constituir um corpo militar de importância para as lutas da reconquista só é manifesta entre nós no último quartel do século xn (doação da terra de Guidintesta em 1194), por conseguinte, alguns decénios mais tarde do que as outras Ordens Militares.

RUY DE AZEVEDO

P1) *BMP, Régios,* i, ref. 24 e doc. 79.

(32) *BMP, id.,* doc. 260.

O humanista Diogo de Teive
Novos dados para a sua biografia(1)

Num dos primeiros interrogatórios a que foi submetido pelos juízes do seu processo inquisitorial, o humanista Diogo de Teive, entre outras confissões de carácter biográfico, referiu-se à sua estadia na universitária cidade de Toulouse, onde, de 1534 a 1536, cursou os estudos jurídicos. No seu depoimento de 20 de Agosto de i55o confessava o humanista:

> «... fui direito a Tholosa sabendo quã horrada universidade hera & ahi estive sobre mí perto de hu ãno no qual tempo fuy muÿ emsarrado & recolheito tatos hera os meus dezejos destudar que cõ tres pessoas nã tinha conversação a ho cabo deste tempo faltoume a provisão & acudióme huã doensa muito forte na qual me socorreo hü homé douto que em paris me conhecera depois que cobrei saude,

(1) Sobre a biografia deste eminente humanista bracarense, vid. as seguintes obras: Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra*, T. 1, (1289-1555), Lisboa, 1892; Joaquim de Carvalho, *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século xvi,* vol. 11, Coimbra, 1948; Mário Brandão, *O Colégio das Arte* s, T. 1, Coimbra, 1924; *Alguns documentos respeitantes à Universidade de Coimbra na época de D. João m*, Coimbra, 1937; *O Processo na Inquisição de Mestre Diogo de Teive*, in Miguel Leitão Ferreira, *Noticias Chronológicas da Universidade de Coimbra*, p. p. Joaquim de Carvalho, vol. ni, T. i, Coimbra, 1944; e *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes,* T. 1, Coimbra, 1948. Vid., também, de Luís de Matos, *O Humanista Diogo de Teive,* in «Revista da Universidade de Coimbra», T. xm, 1937, págs. 215, 270, e *Les Portugais à VUniversité de Paris entre i5oo et i55o*, Coimbra, 1950, págs. 68, 69 *passim.*

> pollo meo deste home fuy conhecido em casa de hü dezembragador home fidalgo & de muita renda que tinha hu filho o qual emsinaua latí & nam leichava dir ouvir minhas lições ordinarias estive em casa deste dezembragador por nome mõsieur de nuptijs mais de hü ano a hy me dei a conhecer a muitos fidalgos & homes principaes da terra que ainda oje podem testemunhar da minha vida...» (2)

Não cremos que uma intensa luz tenha já sido projectada sobre este passo do depoimento do humanista ainda que os eruditos trabalhos do Sr. Prof. Dr. Mário Brandão e do Sr. Dr. Luís de Matos sejam valiosas achegas para o definitivo traçado da biografia de Teive. De resto, só à sobriedade com que este se referiu aos seus tempos de escolar tolosano se devem atribuir as lacunas existentes. Tentaremos preenchê-las, quer com o esclarecimento de algumas figuras que viveram na intimidade de Teive, quer ainda com a precisão de certos acontecimentos que se enquadram na mesma época em que o humanista bracarense permaneceu na capital do «Midi» da França.

Assim, como já o exprimimos em estudo recente dedicado à estadia do jurisconsulto António de Gouveia na cidade de Toulouse (3), não podem manter-se quaisquer dúvidas sobre a precisa identidade de *mõsieur de nuptiis*, a quem Teive chama «dezembragador homê fidalgo & de muita remda». Trata-se, com efeito, de François de Nupces, que ocupou a magistratura de conselheiro no Parlamento de Toulouse desde 20 de Novembro de 1521 (4) até ao dia 11 de Setembro de 1554, ^ata muito próxima da do seu falecimento (3). (*)

(*) Vid. *Proceso comtr a mestre Diogo de Teive preso no carçere da santa Inquisyçao,* in *Notícias Chronologicas da Universidade de Coimbra*, pág. 464.

(3) *O Humanista Antonio de Gouveia em Tolosa*, separata da «Revista Portuguesa de Filosofia», T. vm, f. 2, 1952, pág. 154.

(4) *Archives Départementales de la Haute-Garonne*, Toulouse, serie B., XIX, fº 6.

(5) Fleury Vindry, *Les Parlementaires Français au XVIe siècle*, T. 11, f. 11, Paris, 1912, pág. 191. Não temos sólidas razões para acompanhar o Sr. Prof. Dr. Mário Brandão (in *A Inquisição e os Professores do colégio das Artes*, pág. 268, nota 4) na sua conjectura, fundada na obra de Imbart de la Tour, *Les origines de la Réforme*, T. ni. págs. 401, 403, de que o conselheiro

Do casamento de François de Nupces com Catherine de Puy nasceu Pierre de Nupces que, em 8 de Março de 1553, foi recebido como conselheiro na corte parlamentar (6), embora a sua nomeação ficasse condicionada por um não-exercício do cargo durante dois anos a contar da data da sua investidura (7). Julgamos que o velho François de Nupces tivesse desejado, nos seus derradeiros anos, assegurar o futuro de Pierre como magistrado parlamentar, e daí a nomeação do jovem conselheiro não corresponder ao início das suas actividades jurídicas. Aliás, se Pierre foi aluno de Diogo de Teive nos primeiros rudimentos da língua latina, não há que situar o seu nascimento em ano muito arredio ao de 1520. A data da sua investidura como conselheiro, Pierre devia contar à volta de 30 anos. Só aceitando que as vagas de conselheiro se encontravam então inteiramente providas— o que efectivamente sucedeu, como o demonstrou Vindry — se pode compreender a provisória situação que, de 1553 a 1555, envolveu Pierre de Nupces (8).

Foi, pois, em casa de François de Nupces que o humanista português, então escolar de leis no *Studium* de Toulouse, se veio a fixar no segundo ano da sua estadia nessa cidade, *grosso modo*, a partir de Outubro de 1535, conservando-se nesse hospitaleiro ambiente até à data da sua partida para Bordéus, nos primórdios

de Nupces devia provàvelmente ser parente do franciscano de Nuptiis, que em Toulouse se tornou suspeito de heterodoxia a quando do encarceramento do legista Jean de Cajurce, em Fevereiro de 1532 Pelo menos, no célebre manuscrito de Saint-Raymond, que se guarda actualmente no Museu Paul Dupuy de Toulouse, onde, a par de numerosos retratos de personalidades tolosanas, se fornecem importantes dados biográficos dessas figuras, nada encontrámos que permita fundamentar tal pressuposição. Também nas valiosas obras de Jules Chalande, *Histoire des rues de Toulouse*, *passim,* e de J. Contrasty, *Les prédicateurs à Véglise de Notre-Dame de la Dalbade de Toulouse au xvi^e^ siècle*, 1947, nenhuns elementos colhemos para a distinção histórica do franciscano de Nuptiis. Ora, sendo a familia Nupces táo conhecida na região do Languedoc, o silencio em torno da figura do frade obriga-nos a defender a não-provável ligação familiar entre as duas figuras.

(6) *Archives Départementales de la Haute- Garonne*, serie B. 46, fº 247.

(7) Vindry, *Les parlementaires jrançais au xvi^e^ siècle,* pág. 191.

(8) Este magistrado viria a falecer pouco tempo antes do dia 5 de Fevereiro de 1578 porque nesta data já o seu cargo se achava provido na pessoa de Jacques de Marion, seu genro, casado com Margarida de Nupces. Cf. Vindry, *ibidem*, pág. 191.

do outono do ano seguinte (9). Aí, Diogo de Teive travou sólidas relações de amizade com eminentes personalidades tolosanas, não sendo de extranhar que no número dos seus amigos se contassem o presidente Jacques Minut, o presidente Mansencal, o regente Jean de Boyssonné, o prelado de Rieux, Jean de Pins e outras figuras de relevo na magistratura e no professorado.

Quem seria, no entanto, o *home douto*, a que Teive se refere, e que introduziu o humanista no convívio da família Nupces ? — Só uma fundamentada conjectura é possível estabelecer.

Uma vez que o jovem estudante permaneceu no colégio de Santa Bárbara desde 15í5 até aos primeiros meses de 1532 (10) — época em que travou relações de convívio com o seu futuro benfeitor tolosano — orientámos os nossos passos no sentido de encontrar adentro da magistratura parlamentar de Toulouse uma figura que, na mesma época, tivesse também exercido idênticas

(•) Dr. Mário Brandão, *A Inquisição e* os *Professores do colégio das Artes,* pág. 270.

(10) Como Teive declarou no seu processo da Inquisição que vivera em Sania Bárbara «sete anos ou mais» (vid. *Notícias Chronologicas*, pág. 463) segue-se, para o Dr. Luís de Matos, que o humanista devia ter entrado no colégio de Diogo de Gouveia Sénior em 1 *>25, tanto mais que o seu nome não figura entre o dos bolseiros inscritos em 1527. Cf. *Les Portugais à l*Université de Paris entre i5oo et i55o,* pág. 69. O Prof. Mário Brandão atendendo, porém, a que o velho Diogo de Gouveia afirmara no processo de mestre João da Costa que Teive fora escolar de Santa Bárbara durante cinco anos (Cf. *A Inquisição e os Professores*, pág. 263, nota 2), e, ainda, porque em outros passos do processo do humanista bracarense surgem várias contradições quanto à veracidade das datas, inclina-se de preferência para o ano de 1527, como o ano da chegada de Teive à escola de Paris.

Julgamos que a data de 1525 se apresenta mais lógica visto que o próprio humanista confessou ter ido para França com mais ou menos 12 anos (cf *Notícias Chronologicas*, pág. 463). Sendo assim, toma-se necessário recuar um pouco a data do nascimento de Teive, que o Prof. Mário Brandão, aliás muito criteriosamente, coloca em 1514 ou 1515 (vid. *A Inquisição e os Professores*, pág. 262). Porquê? — simplesmente, porque, se em 18 de Agosto de i55o o encarcerado Mestre confessava ao Santo Ofício ter 36 anos de idade (cf. *Noticias Chronologicas*, pág. 461), nada custa a aceitar que, nessa data, talvez não estivesse longe de atingir os anos, o que já permite integrar o seu nascimento como tendo ocorrido entre data posterior a 18 de Agosto e o fim do ano de 1 b 13. Esta conjectura pode vir a ser confirmada, se os investigadores chegarem um dia a assentar com rigor a data do nascimento dos irmãos de Diogo de Teive.

funções no Parlamento de Paris. Pergunta-se — será legítimo invocar o nome de Pierre Dufaur de Pibrac ?

Temos sólidas razões para o defender. Este magistrado foi uma das mais notáveis figuras do Parlamento de Toulouse, de que veio a ser quarto presidente desde 8 de Fevereiro de 153g até à data da sua morte, ocorrida nos fins de 1557 (14)- Tendo nascido por volta de 1490, Pierre Dufaur consorciou-se em 1516 com Gauside Doulce, que lhe deu larga descendencia, e enviúvando já nos derradeiros anos da vida casou-se em segundas nupcias com Charlotte de Castelper, sogra de seu terceiro filho, Arnaud (42). Pierre Dufaur, cuja vida está intimamente ligada com a época de grande esplendor intelectual da Renascença tolosana, deve ter sido, muito seguramente, sogro do humanista portugués Antonio de Gouveia, que foi escolar e Mestre de Direito no *Studium* de Toulouse e nessa cidade permaneceu desde meados de 1547 a 10 de Julho de 1549 (13).

Ora, se se toma em consideração o seguro testemunho de Fleury Vindry tem de se admitir que Pierre Dufaur foi nomeado «maistre de requêtes» no Parlamento de Paris, em 19 de Abril de 1531, na vaga deixada pela voluntária renuncia de Gabriel de Gramont (44). Concorda com este depoimento o mais sólido dos biógrafos da familia Dufaur — o falecido arquivista tolosano Sylvain Macary (15) — mas debalde se procura o nome de Pierre Dufaur na lista dos magistrados que formaram a corte parlamentar de Paris — lista compilada por Edouard Maugis em exaustivo trabalho de investigação (16). Em face desta lacuna

(41) Sylvain Macary, *Généalogie de la maison Dufaur dressée d'après les Documents authentiques et les notes du Comte Anatole de Pibrac*, Toulouse, 1907, pág. 16 e segs.

(42) Macary, *ibidem*, pág. 20.

(13) Cf. J. Veríssimo Serráo, *O Humanista Antonio de Gouveia em Tolosa*, pág. 171 e segs. e o ainda recente estudo *Antonio de Gouveia e a prioridade do método cujaciano do Direito*, separata do «Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra», vol. xxviii, Coimbra, 1952, pág. 22,23.

(H) *Archives de M.me la Comtesse de Villele*, chateau de Merville, Fonds Saint-Jory, apud Vindry, *Les Parlementaires français au XVIe siècle*, *ob. cit.*, pág. 152.

(15) Vid. *Généalogie de la Maison Dufaur*, pág. 18.

(16) *Histoire du Parlement de Paris. De Vavènement des rois Valois à la mort d'Henri iv,* T. ni, Paris, 1916.

informativa deve afastar-se a veracidade do testemunho fornecido por Yindry? — Nunca, em nosso entender, porque o parecer do erudito investigador fundamenta-se em documentos coevos que lhe foi possível analisar no castelo de Merville, em Toulouse, onde se guarda toda a preciosa documentação relativa à família Dufaur. Por outra via, as efemérides mais salientes da vida de Pierre Dufaur em nada se opõem à possibilidade de, entre 1530 e 1532, o magistrado ter exercido as funções de «maistre de requêtes» no Parlamento de Paris. Aliás, magistratura mais de carácter honorífico não custa aceitar que as funções referidas não outorgassem a Dufaur grandes privilégios no ponto de vista jurídico. Talvez por isso, e até porque os nobres a quem se concediam, por mercê régia, esses cargos, se revezavam constantemente no desempenho das suas funções, se explique a lacuna de Maugis quanto ao nome de Dufaur. Um ponto se torna indiscutível— é que o documento da nomeação se conservava, ainda em 1907, nos Arquivos particulares do castelo de Merville (17).

De resto, Pierre Dufaur, seguindo a tradição de sua família, cursou a Faculdade jurídica de Toulouse onde conquistou o grau de Doutor, entre os anos de 1515 e 1520. Em 1533 governava ainda a capitania de Muret (18) o que nos obriga a aceitar que nessa data já o magistrado teria abandonado a capital francesa. Em Maio de 1535 (retenha-se esta data porque ela coincide plenamente com a presença de Teive no ambiente de Toulouse) Pierre foi eleito pelos «capitouls» chanceler dos Jogos Florais — a mais intelectual instituição à data já existente no Languedoc (19). A sua eleição foi confirmada poucos meses

(17) Guarda-se cópia desse documento na Biblioteca Nacional de Paris, *pièces originales*, reg. no5, n.° 119, apud Macary, *Généalogie de la Maison Dufaur*, pág. 18.

(18) Macary, *ibidem*, pág. 17.

(19) Vid. *Archives de VAcademie des Jeux Floraux de Toulouse, reg. rouge*, f" 18. Sobre a acção de Pierre Dufaur como chanceler dos Jogos Florais tolosanos *(«iceluy monsieur Fabri chancellier, comme le plus apparent, ydonye et soufflent de la presente ville»*, como se vê no documento da sua eleição) vid. F. de Gélis e J. Anglade, *Actes et délibérations du collège de rhétorique (1513~1041),* Toulouse, T. 1, 11, 1933, 1940, págs. 19, 20, 20 n, 2ï, *passim ;* e F. de Gélis, *Histoire Antique des Jeux Floraux depuis leur origine jusqu'à leur transformation en Académie (1323-1694),* in «Bibliothèque Méridionale», T. xv, Toulouse, 1912, págs 86 n, 94, 94 n., *passim.*

decorridos, e Pierre Dufaur manteve-se até 153g na presidência dos Jogos Florais da capital do «Midi» da França.

Não repugna, pois, aceitar que no outono de 1535, quando a Diogo de Teive «*acudiu huã doensa muito forte*», ele tivesse recebido o amparo de Pierre Dufaur — *ahü home douto que em paris o conhecera*». O elevado encómio com que o humanista se referiu ao seu protector já se compreende perante a privilegiada situação intelectual de que o presidente disfrutava em Toulouse. Por outro lado, a família Dufaur era uma das mais conceituadas no Languedoc, tanto pela linhagem do sangue como pela tradição honrosa dos seus antepassados. Analisando com o maior senso histórico essa vasta genealogia não será difícil concluir, com o erudito P.e J. Lestrade, «l'apport d'une maison illustre au progrès religieuse, littéraire, administratif, judiciaire, artistique et militaire de la France» (*°). E de entre os membros de tão ilustrada família deve reivindicar-se para Pierre Dufaur de Pibrac o título de um dos mais prestigiosos e ilustres, sobre tudo, na magistratura e no culto das belas letras.

*
* *

Embora outras acusações que sobre Teive impendiam contivessem delito mais grave em matéria de religião, o humanista foi obrigado, no entanto, a defender-se da denúncia feita ao Santo Ofício de que ele, Diogo de Teive, fora simpatizante das doutrinas epicuristas e mantivera intenso contacto com o herético Etienne Dolet. Tal o conteúdo da acusação quinta (21), que Teive

(*°) Introdução, pág. v in Macary, *Généalogie de la Maison Dufaur*,

(21) O testemunho da acusação v contra Teive declarava: «Cognovit aut ex sermonibus aut ex cõi ratióe vite nec tamen periculum e"e a factioë lutherana in causa de teives sed quod omniu gravissimum est ne cecitate mentis a nostra Religioë et fide defecerit ut nefariam secta epicuriorum aprobare maxime videatur et voluptatem pro sumo bono habeat et mortalem anima existimet moreque beluarum et vitam et Interitu nostrum suspicetur et hoc de illo suspicatur quod consuetudiem haberet familiarisimã cum dolecto qui combustus fuit parisijs et atheus erat ut accepit a servitore Ipsius dolecti tum quod fama comunis de eo ferebatur» in *Noticias Chronologicas*, pág. 612.

pretendeu rebater na resposta autógrafa que, em 29 de Maio de 1551, entregou aos juízes da Inquisição:

> «Vossas mees hã de saber & asi lho Juro per Deu Trinum & unum que eu nunqua vi doleto nem o conheci nem creo que me cheguei junto donde elle residia cem legoas por que o tempo que elle estava em Tholosa estava eu em salamãqua & hera muito moco & quando vim a Tholosa ja passava de tres anos que elle hera fora & diziasse que estava em Lião & hera livreiro & imprimidor omde sempre residió ate que o prenderão. & eu nunqua fui em liaõ & o tempo que o prenderão eu estava em Bórdeos no que se mostra a grande falsidade & malicia desta testemunha quem quer que he & desta tª parece que tomou frei Johaõ pinheiro o que diz no seu testemunho acerqua deste negocio... » (w).

Em face deste depoimento do humanista o Sr. Prof. Dr. Mário Brandão deixou exprimir que «Teive, conscientemente ou não, afastou-se da verdade, e nem sequer reparou na contradição contida nas suas declarações» pois que, quando o jovem escolar chegou à cidade de Toulouse, no outono de 1534, só uns curtos meses haviam decorrido desde a partida de Dolet para o refúgio de Lião (23). Na opinião do ilustre historiador do Colégio das Artes, houve, portanto, da parte de Diogo de Teive «a ânsia bem compreensível de se ilibar da gravíssima imputação» de ter convivido com aquele mártir da Reforma francesa, pelo que o humanista pretendeu iludir os juízes do seu processo inquisitorial confessando nunca ter convivido com Dolet e, mesmo, serem já três anos decorridos desde o abandono, por parte deste, de Toulouse, quando ele, Diogo de Teive, chegou à mesma cidade (24).

Ora, muito embora a interpretação do Sr. Prof. Dr. Mário Brandão esteja escudada em alguns investigadores eminentes da vida de Dolet (tal o caso de Galtier e H. Busson), os dados

(*2) In *Notícias Chronologicas*, pág. 621.

(21) *A Inquisição e os Professores do colégio das* Ar/es, pág. 267, nota i.

(24) *Idem, ibidem.*

fornecidos por estes historiadores, no tocante à estadia de Etienne Dolet no *Studium* de Toulouse, não são inteiramente concordes com a verdade histórica dos factos (25). A carência informativa sobre a fixação do humanista na Escola tolosana foi já bem assinalada pelo historiador Louis de Sancti, o qual, em estudo incisivo e primoroso, não receou afirmar que «presque tous les auteurs se sont trompés sur l'époque et la durée du séjour de Dolet à Toulouse» (26). Onde se fundamenta tão notável parecer que permite a integral revisão dessa efeméride biográfica do desventurado Dolet?

Muito simplesmente, nas epístolas do próprio humanista. Este, na *Oratio Secunda in Tholosa*, declara que viveu nesta cidade um ano apenas (27), o que, pela análise comparativa de todas as suas cartas, permite defender que a sua estadia teve lugar entre os princípios de Maio de 1531 e os fins do mesmo mês do ano seguinte. Aliás, a cronologia das suas cartas apresenta-se bem límpida visto que a primeira epístola, dirigida a François de Langeac, vem referida a i de Maio de 1531 (28), e a última, enviada de Toulouse a Simon Finet, é de i5 de Maio do ano seguinte (29). Foi com este amigo dilecto que o escolar reformista abandonou Toulouse — anatematizando-a como «cidade mais bárbara que o país dos Getas e dos Citas» (30)—- e veio a tomar a rota de Lião, donde, em i de Setembro seguinte, já enviava notícias ao seu amigo o jurisconsulto Jean de Boyssonné, então regendo

(25) Vid. Henri Busson, *Les sources et le devélopement du Rationalisme dans la littérature française de la Renaissance (1533-1601),* Paris, 1922, pág. 122, nota 3; e Octave Galtier, *Etienne Dolet*, Paris, 1908, págs. 33, 34.

(26) *La réaction universitaire à Toulouse à l'époque de la Renaissance. Biaise Auriol*, in «Mémoires de l'Académie des Sciences, Inscriptions et Belles-Lettres de Toulouse», 10* serie, T. vi, 1906, pág. 28, nota 1.

(27) «Dum in hac urbe vix anno versatum», in *Stephani Doleti Orationes duae in Tholosa*, Lião, 1533, pág. 53.

(28) Carta a François de Langeac «Ex urbe Tholosa calend. Maijs» in *Stephani Doleti*, *ibidem*, pág. 95, apud De Sancti, *La réaction universitaire à Toulouse*, pág. 28, nota 1.

(2#) Carta a Simon Finet «Tholosa Ibid, maiis», *Stephani Doleti*$_y$ pág. 117.

(30) «Tholosam acessi, urbe maiori celebritate & fama, quam juris civilis periti prosatiore: ad haec plus Getis Scytisque barbaram. Verum illud esto: nulla me urbis tam barbarae asperitas ab instituto revocat...» Da carta a Guilherme Budé in *Stephani Doleti*, pág. 106.

no *Studium juridicum Tolosanum* (31), em que lhe anunciava que não tardariam a sair dos prelos de Lião as suas arengas críticas contra a cidade que tão desfavoràvelmente o tinha acolhido (3*). De resto, o ano preciso da chegada de Dolet ao burgo tolosano aparece bem explícito na obra do mais moderno dos historiadores de Toulouse (33).

Portanto, o humanista Teive, embora no seu depoimento não tivesse sido plenamente fiel à verdade dos acontecimentos — não se olvide que quase duas décadas haviam já passado por sobre os mesmos factos — em muito pouco falseou a sua confissão visto que mais de dois anos eram decorridos desde a precipitada partida de Etienne Dolet, quando Teive se foi abrigar na mesma Escola do Languedoc (34).

(51) Sobre o jurisconsulto Boyssonné, a sua vida e actividade docente, vid Guibal, *Jean de Boysson ou la Renaissance à Toulouse*, in «Revue de Toulouse», 1864; François de Mugnier, *Jean de Boyssonné et le Parlement de Chambéry*, 1^98; M Théry, *Documents sur la vie de Jean de Boyssonné*, in «Revue des Sociétés Savantes», Toulouse, 1870 ; Antonim Deloume, *Aperçu historique sur la Faculté de Droit de Toulouse. Maîtres et escoliers de Van 122g a jgoo*, Toulouse, 1900. Quanto às relações travadas entre este jurisconsulto e o humanista português António de Gouveia e, ainda, sobre o papel de Boyssonné como precursor do método histórico do Direito da Renascença, vid. os nossos estudos, *O Humanista Antonio de Gouveia em Tolosa* e *Antonio de Gouveia e a prioridade do método cujaciano do Direito*.

(32) «Verum nisi me bona spes posteritas fallit, qui mihi periculum crearunt, investos verissimis maledictorum notis tradam hominum sempiternae memoriae perficiamque; immortalibus scriptorum meorum monimentis, ut Tholosam tetram, crudelem, nefarium, barbaram, literis inferisam, à musis aversam, bonorum laudi duram, atque inimicam, virtuti iniquam, invidam, sceleratam, prostigatam, vitiorum gurgitem nequitiae officinam, flagitiisque... * Carta a Jean de Boyssonné in *Stephani Doleti Orationes Duae* pág. 120.

(33) «En 1531 arrive à Toulouse Etienne Dolet, alors âgé de vingt-deux ans, recommandée à Boysson et à Jean de Pins», Henri Ramet, *Histoire de Toulouse*, 1933, pág. 357. Com efeito, está hoje apurado que o mártir humanista nasceu em Orléans em i5o8, porque no momento em que subiu ao queimadeiro, em Paris, no dia 3 de Agosto de 1546, contava apenas 38 anos de idade. A sua permanencia em Toulouse, pois, em perfeita concordancia com os outros marcos da sua vida, tem de situar-se em 1531-1532.

(3*) Falsa pressuposição, sim, existiu da parte do humanista ao confessar que «o tempo que elle (Dolet) estava em Tholosa estava eu (Teive) em salamãqua». Cf. *Noticias Chronologicas*, pág. 621. Já o Prof. Mário

*
* *

No contacto com a familia Nupces, tão celebrada pelo seu prestígio, foi possível a Diogo de Teive dar-se a conhecer a <*muitos fidalgos & homés principaes da terra que ainda oje podem testemunhar da minha vida*». Não sendo difícil labor o de perscutar em que sector da vida tolosana se recrutavam, nos anos ao redor de 1536, os amigos dilectos de François de Nupces, torna-se, no entanto, impossível esclarecer quem seriam, na verdade, os fidalgos e parlamentares a que Teive se refere no seu depoimento. E não deixamos de lamentar que, nesse capítulo da sua. confissão, o humanista se tenha mostrado tão reservado, impedindo-nos de reconstituir as relações intelectuais que lhe foi dado criar durante a sua permanência em Toulouse (35).

Um ponto não oferece dúvidas — o ressonante ambiente de cultura que Toulouse — «la vraie reine du Midi» no expressivo dizer de Hanotaux — respirava, quando Teive se foi acolher à sombra da sua Universidade. Mais de 10.000 escolares, oriundos dos pontos mais remotos da latinidade, aí seguiam os cursos do *Studium*, destacando-se no conjunto do corpo universitário, pelo brilho dos seus Mestres e pelo número elevado de escolares que

Brandão notou este flagrante paradoxo que ressalta do depoimento de Teive, Cf. *A Inquisição e os Professores do colégio das Artes*, pág. 267, nota 1. Quando o humanista chegou à Academia salmantina, nos meados de 1532, já Dolet se encontrava nos arredores de Lião, onde se fixou em Maio do mesmo ano. Cf. De Sancti, *La réaction universitaire à Toulouse*, pág. 35.

(38) O silencio de Diogo de Teive é tanto mais para extranhar quanto é certo que ao longo do seu volumoso processo são constantes as referências, feitas por Teive, a ilustres personagens da magistratura e das letras francesas. Aliás, como já o observou finalmente Luís de Matos (vid. *O Humanista Diogo de Teive*, in «Revista da Universidade de Coimbra», vol. XIII, 1937, pág. 7) o humanista bracarense tinha o aliciante dom de criar sólidas amizades de tal modo a sua figura conquistava a simpatia daqueles com quem privava. O olvido em que Diogo de Teive deixou o nome dos seus amigos de Toulouse não deixa permitir o traçado de um capítulo que, não o custa a crer, teria o maior interesse histórico para o conhecimento das verdadeiras relações intelectuais que os humanistas lusitanos, no século **XVI,** travaram sob o céu intelectual da França.

a frequentavam, a Faculdade jurídica (36). Uma forte luta ideológica começava então a crepitar entre os sequazes da doutrina escolástica do Direito e os jovens ardentes, como Boyssonné, Arnaud du Ferrier, Jean de Coras e Mathieu du Pac, que reivindicavam o imediato abandono dos comentários bartolistas e o estudo das matérias juridicas na via histórica dos juristas latinos (37). Para mais, o ambiente religioso, aos primeiros alvores do movimento luterano, toldara-se cruelmente, conduzindo à clausura dos escolares ardorosos como Etienne Dolet, ao exílio a que se viram obrigados Jean de Boyssonné e Mathieu du Pac, e ao suplício atroz de Jean de Caturce e de outros mártires da Reforma francesa (38). Tal o ambiente intelectual da escola de Toulouse quando Diogo de Teive, no outono de 1534, ali chegou.

A forte repressão em matéria religiosa teria intimidado o humanista, levando-o a recolher-se alheado das manifestações de livre crítica que os escolares proclamavam ? — E muito provável que assim sucedesse tanto mais que Teive nos confidencia que no seu primeiro ano de estadia em Toulouse «*fuy muy emsarrado &. recolheito tãtos eram os meus desejos destudar*». Por outra via, custa a crer que o humanista fizesse existência aparte da dos restantes escolares, pois estes achavam-se divididos em *nações*, englobando-se na chamada *nation d'Espagne* todos os escolares oriundos da Península Ibérica, os quais, a darmos inteiro crédito a uma carta coeva do jurisconsulto Boyssonné, deviam ser então bastante numerosos (39). O certo é que o nome de Teive não figura nos registos que, dessa época, até nós chegaram, pelo que não é crível que o humanista tivesse tomado parte nas numerosas manifestações que os estudantes tolosanos promoveram, com certa intensidade, durante o ano de 1535 (40).

(36) yid. R. de Boysson, *Un Humaniste Toulousain, Jean de Boysson*, Paris, 1913, págs. 39, 40.

(57) Sobre a luta entre as duas correntes juridicas, pode ver-se De Sancti, *La réaction universitaire à Toulouse à Vépoque de la Renaissance*, pág. 29 e segs.

(38) J. Veríssimo Serrão, *Antonio de Gouveia e a prioridade do método cujaciano do Direito*, pág. 14.

(39) Carta de Boyssonné a Berengaire Ferdinand in Manuscrito 834, fº 99 da Biblioteca Municipal de Toulouse.

(40) Vid. Réné Gadave, *Les Documents sur l'histoire de VUniversité de Toulouse et spécialement de sa Faculté de Droit Civil et Canonique*, Tououse, 1910, págs. a, 3, 4. *5,* 6, 7, 8, 9, 11, 12, *passim.*

Se a passagem de Diogo de Teive pelo *Studium* de Toulouse está, portanto, mal assinalada, isso se deve atribuir, antes de mais, ao próprio humanista, pois teria sido bem fácil ao antigo escolar tolosano alongar o seu depoimento quanto à permanência no «Midi». Assim, só a descoberta de nova documentação permitirá um novo traçado do presente problema.

J. VERÍSSIMO SERRÃO

Advertências feitas à Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa em 1701 sobre a política que conduziu à Guerra da Sucessão de Espanha

i. D. João IV aclamado Rei num momento decisivo na vida do Povo Português, chamou a colaborar consigo os representantes dos Estados do Reino, não esquecendo o braço popular que na orgânica da Monarquia tradicional se confundia com os mesteres encorporados na Casa dos Vinte e Quatro.

A segunda metade do século xvn foi ao mesmo tempo difícil e gloriosa para Portugal e, por isso mesmo, marcou o apogeu da intervenção efectiva dos Vinte e Quatro do Povo nos conselhos de El-Rei.

As necessidades provocadas por uma guerra prolongada contra um inimigo muito poderoso exigiam o sacrifício colectivo em esforço de trabalhos e de dinheiros que não podia deixar de ser tomado na devida conta pelo Monarca.

Resultou disto uma colaboração mais íntima entre o Rei e a Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa, concretizada nas frequentes chamadas do Juiz do Povo às Juntas encarregadas da defeza e do Governo, quer para informar, quer para dar o seu parecer sobre matérias que directa ou indirectamente afectavam as classes populares em particular e a economia do Reino em geral, como por exemplo, o lançamento de novas contribuições de guerra.

D. João IV tinha em tanto apreço a Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa que lhe conferiu o tratamento honorífico de *Minha Casa*.

Desta colaboração tão íntima com a Coroa, na fase da economia de guerra, nasceram outras relacionadas com os grandes negócios políticos e a Casa dos Vinte e Quatro aparece a intervir nos

trabalhos da Regência durante a menoridade e depois na incapacidade de D. Afonso VI, momento cheio de dificuldades, para a vida interna da Monarquia.

Engrandecidos por estas deferências os Juizes do Povo chegaram a reclamar que a primeira magistratura dos Ofícios Mecânicos tivesse a dignidade e o tratamento que a Inglaterra cofere a a semelhante função, atribuindo ao seu titular o tratamento de *Milord* e a França o de *President*.

Em Portugal, a segunda metade do século xvn foi a de maior prestígio das *Juntas* e dos *Conselhos*. As próprias Cortes tiveram a sua projecção permanente na *Junta dos Três Estados*. As grandes Assembleias reuniram raras vezes, mas os povos e os mesteres faziam ouvir a sua voz naquelas Juntas.

Terminada a guerra da Restauração a vida do Estado e do Reino normalizou-se. Caiu-se em marasmo politico e no dia a dia rotineiro. Nos, últimos anos do século, a Casa dos Vinte e Quatro seguia a carreira habitual mas sem aquela assistência assídua aos conselhos de El-Rei que teve quando o inimigo batia as nossas fronteiras e talava o nosso território, mas ficou-lhe ainda por muito tempo o hábito de falar em política, sobretudo quando pressentia algum conflito internacional em perspectiva, que lhe pusesse em perigo a economia da oficina com a deminuição de braços, a escassez das matérias primas e a fuga dos mercados. Resoluções régias da época bem o provam, quando mandam «que os oficiais a que foi concedido levantar gente (para o exército) não alistarem os tais oficiais e aprendizes (ou oficiais mecânicos)».

2. Não deve causar surpresa, portanto, que a morte de Carlos Il de Espanha em i de Novembro de 1700, ao abalar os fundamentos da paz dos reinos da Europa, estimulasse também as preocupações político-económicas dos homens dos mesteres de Lisboa, como estimulou de resto, toda a opinião pública portuguesa (para empregar termos actuais), durante os anos decisivos que se seguiram, em que a nossa política internacional oscilou entre os dois colossos que se espreitavam à espera do momento em que se lançariam um contra o outro.

De um lado Luís XIV, apoiado em muitas personalidades espanholas, impunha a candidatura ao Trono da Espanha do duque de Anjou, seu neto. Do outro, um grupo de nações com

interesse em partilhar os restos do império espanhol e reduzir o predomínio do Rei-Sol na política europeia, sustentaram a candidatura do Arquiduque Carlos.

Numa Europa exarcebada ao máximo, Portugal encontrou-se entre as fortes influências contrárias que o procuravam aliciar. Esta luta surda—ou guerra fria como hoje se diz — durou três anos e teve os seus efeitos na opinião pública como é de calcular. Formaram-se partidos. Escreveram-se notas e fizeram-se sugestões, umas públicas e outras privadas, que exigiam das autoridades e do próprio monarca uma atitude que definisse a posição mais conveniente para o Reino.

Entretanto Rouillé, Ministro do Rei de França junto da Corte portuguesa trabalhava e desenvolvia os maiores esforços para atrair Portugal, levando-o a enfileirar-se do lado dos interesses da política de Luís XIV.

De começo, José da Cunha Brochado, Ministro de D. Pedro II na Corte de Versailles opoz-se tenazmente a que nos comprometêssemos com a França, pois sabia perfeitamente que as possibilidades económicas e militares deste país, não eram de molde a garantir uma ajuda eficaz. Manifestou-se no mesmo sentido o nosso Ministro na Haia, Francisco de Sousa Pacheco.

Desde a morte de Carlos II até ao verão do ano seguinte, decorreram alguns meses em que muito se tibuteou em Lisboa mas, perante a embrulhada política em que andavam metidas as nações contrárias aos intuitos de Luís XIV e a mudança de opinião operada em Brochado que nos aparece agora a defender a aliança com a Espanha, Portugal acabou por ceder e, em 18 de Junho de 1701, assinou tratados de aliança com a França e a Espanha.

Foi no decurso dos meses que precederam a assinatura daqueles tratados que os partidos mais se animaram entre nós.

Como éco longínquo das preocupações nacionais dessa época incerta, existe uma série de documentos na Biblioteca Nacional de Lisboa, que me parece estarem ainda inéditos. Mostram esses documentos como todas as camadas sociais foram sensíveis às influências desencadeadas na fase preparatória da guerra que se avizinhava.

Num *papel sobre a conveniência política do partido que a coroa devia seguir com o pretexto da Carta de Novas um*

Gomes Freire vem defender o entendimento com a França e Castella, (Cod. n.º 4.42b, fls. 98 a 100 v).

Outro escrito é da autoria do Doutor João Varella de Abreu, Provedor da Comarca de Coimbra. E anterior à assinatura dos tratados da Liga da França e Castela e nesse escrito o seu autor procura presuadir os governantes a adoptarem política contrária, (*Id.*, fls. i65 a 168 v).

Outro, cheio de interesse é o «*papel que fe\ Pedro Figueiredo e Halarcão escrevendo o ao P.e Seb.am de Magalhães confessor de S. Mag.de sobre as conveniências politicas deste Rn.º no premente Estado da Europa em ryoi estando a Corte em Salvaterras. (Id.,* fls. 120 a 127).

E uma carta e nela se diz «que embora o Papa sinta desejos de que se faça liga com a França, a Portugal convém acima de tudo *a «neutralidade com as armas e o cuidado pronto para a deixarmos cada ve\ que qui\ermoss*.

A política mais aconselhável será pois a da neutralidade para com todos os Estados, mas sempre na eminência de fazer aliança com qualquer deles, pois que, para evitar essa aliança com seus inimigos, todos hão-de aceitar a neutralidade com as vantagens comerciais que daí advirão ao Reino. E assim, enquanto os outros Estados se guerreiam e empobrecem Portugal ficará em socego e prosperando tranquilamente, a estudar com calma qual a aliança que no futuro maiores vantagens lhe proporcionará.

No caso, porém, de se não querer conservar a neutralidade, a liga deverá ser feita contra a França e a favor dos Estados Confederados, pois que a par da falta de firmeza da França na manutenção das suas promessas, aqueles são os que em maior escala adquirem os géneros e produtos de Portugal e suas conquistas proporcionando ao Reino elevadíssimos lucros» (4).

Logo a seguir à assinatura dos Tratados da Aliança com a França e Castela as prevenções não cessaram e dá bom testemunho disso o *a Discurso político e Histórico feito por hüm curioso m.or e assistente na v.a de Santarém sobre as conveniências desta Monarchia vindo a ella com secretas comissões por p.e de Inglaterra o Principe de Armestad em o mês de Julho de iyois, (Id.,* fls. 114 a 119 v) (*)

(*) Sumula gentilmente cedida pelo ilustre director da B. N. L., Dr. Maduel Estevens.

E um «Memorial em que se expõe a El-Rei a resolução a tomar perante o enviado da Rainha Ana de Inglaterra, que veio pedir entrada franca nos portos portugueses para as armadas inglesa e holandesa, à semelhança do que sucedia corn a armada francesa.

«Expõe os inconvenientes de uma liga com a França, que costuma faltar aos compromissos assumidos com os seus aliados, e tem prejudicado Portugal em vários acontecimentos políticos e diplomáticos de grande importância.

Narra também os inconvenientes de um rompimento com a Inglaterra e confederados, porque isso virá cercear a Portugal o domínio dos mares, expõe o Brasil a ataques inimigos, e diminui enormemente o comércio do continente e dominios ultramarinos, reduzindo por consequência os direitos alfandegários.

«O que, na verdade, mais interessaria a Portugal seria a neutralidade, pois «os *vassalos de V. Mag.e se farão opulentissimos logrando sós a utilidade de um comercio universal com tantas nações entre si inimigas e opostas*-. p o i s não convém aos pequenos reinos lançarem-se em ligas de monarquias poderosas.

«Porém, o estabelecimento de uma liga com a Inglaterra, por sua vez aliada à Holanda e outros Estados confederados, dispondo de forças invencíveis para sua defeza e nossa, seria aconselhável desde que as cláusulas redundem em grandes vantagens para o Reino, sendo de esperar que a Inglaterra e a Holanda, pela muita conveniência que têm em servir-se dos nossos portos, hão-de certamente condescender com todas as condições que lhes impuzerem». (2)

Pouco depois de firmados os contratos com a França e a Espanha, mesmo poucos dias depois, em 22 de Junho de 1701, aparece mais uma sugestão a procurar conciliar o estado de coisas criado por aqueles tratados e a necessidade de manter a paz com a Inglaterra e a Holanda, partindo a sugestão, desta vez, de um servidor da Coroa, o oficial maior da Secretaria de Estado António Rodrigues da Costa. Perante a situação de direito originada pelos tratados, aquele funcionário superior escreveu um «Papel

(1) Sumula gentilmente cedida pelo ilustre director da B. N. L., Dr. Manuel Estevens.

em q se mostra como S. Mag.de q Déos g.de observando exactam.te a aliança feita com a França e Castella no caso que se rompa a pax por Holanda e Inglaterra contra estas duas coroas pode conservada com as d.as potencias de Holanda e Inglaterra aumentando muito os interesses do comercio de seus vassallos e contribuindo p.a a segurança da sua Real Coroa». *(Id.,* fls. 128 a 137).

A ousadia do autor deste papel provocou fortes reacções, tratando-se para mais de um funcionário da Secretaria de Estado que naturalmente devia abster-se de comentar os actos políticos do Governo. Não é para admirar, portanto, que o referido papel provocasse, da parte do seu autor, uma «satisfação às objecções que se opuzerão ao discurço politico de António Roiz da Costa feita por ele mesmo». Num sumário, que segue, diz-se: «Como se pertendem fazer alguns argumentos contra esta proposta será justo que se procure satisfazer a todos com a brevidade possível huns respeitão a França e Castela outros a Inglaterra e Holanda, e os últimos a este Rn°». *(Id.,* fls. 108 a 113).

O acto um tanto insólito deste servidor da Real Coroa foi considerado grave, acarretando para o seu autor a condenação a cárcere perpétuo, por ordem do Duque de Cadaval. Não sei o que aconteceu ao infeliz oficial maior da Secretaria de Estado, mas é possível que tenha sido indultado quando, dois anos depois, a posição de Portugal mudou.

Em 18 de Junho de 1701 a Coroa portuguesa comprometia-se com a França e a Espanha.

Em 7 de Setembro desse ano assinava-se o tratado da aliança ofensiva e defensiva entre a Grã Bretanha, o Império e a Holanda; entre Guilherme III, o Imperador Leopoldo e os Estados Gerais das Províncias Unidas. O fim do tratado era a manutenção da paz da Europa e a liberdade de comércio dos mares.

Foi neste ambiente de controvérsias internacionais e de divergências internas que os homens dos ofícios mecânicos de Lisboa, relembrando a tradição que vinha do tempo do Senhor D. João IV, que os ouvia e os tinha junto dos seus conselhos, deliberaram botar fala. Até nós chegou o seu eco através das « *Advertências feitas pelos vinte e quatro do Povo da m.to grande e sempre leal cidade de Lx.a q servirão a mesma no anno de mil seis centos e oitenta e oito aos vinte e quatro que na d.a Ca\a servem este pre-*

\ente anno de lyoï. Sabido a lux aos des dias do mes de Abril do d.º Anno. Estando S. Mag.de q Déos g.de em Salvaierra». (Cod. 4226 da B. N, L ., *fis. io3 a ioy).*

O interesse destas «*Advertências*» feitas aos Vinte e Quatro do Povo é grande por dar a conhecer muitas coisas da vida política de uma época de incertezas, vista por uma classe pouco letrada, mas que sabia perfeitamente o que lhe convinha. Além disto, se confrontarmos o escrito das « *Advertências»* com os outros papéis que então apareceram a tratar dos mesmos assuntos, nota-se uma impressionante unidade de pontos versados e de linguagem que nos leva a crer mais na existência de um movimento já organizado e conduzido, do que em manifestações expontâneas do zêlo nacional.

O exame do conteúdo das «*Advertências*» é elucidativo. Antes, porém, de o fazer, vejamos quem eram os maiorais dos Vinte e Quatro de Lisboa que serviram, na Casa, no ano de 1688, e os que estavam em exercício em 1701.

Na impossibilidade de me referir a todos os componentes dos Vinte e Quatro, indico só os que, de entre eles, desempenharam cargos destacados nas magistraturas dos oficiais mecánicos.

No ano de 1688 o cargo de *Jui\ do Povo* de Lisboa estava confiado a um cerieiro chamado Francisco da Silva, que tinha como *Escrivão* o cinteiro Domingos de Matos.

Os quatro Procuradores dos Mesteres, que representavam os Vinte e Quatro no Tribunal do Senado da Câmara, eram, naquele ano, o espadeiro João Duarte, o oleiro António da Costa, o esparteiro António Carvalho e o conteiro Tomé Jorge. (3)

As « *Advertências*^ feitas em 1701 foram apresentadas em nome dos Vinte e Quatro de 1688. Se não foram todos que deliberaram fazê-las, não é natural que a elas sejam estranhos os que exerciam os principais cargos, e que acabamos de nomear.

As mesmas funções eram desempenhadas em 1701 pelo esparteiro Serafim Pedroso, que ocupava o lugar de *Jui\ do Povo*, tendo como *Escrivão* o ourives do ouro Matias da Costa. A representação no Tribunal do Senado estava confiada ao cerieiro Domingos

(3) Veja-se a obra do autor *«A Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa, subsidios para a sua história»*, pág. 299.

da Silva, ao tintureiro Antonio Nunes, ao cerieiro Antonio Cardoso e ao sirgueiro de chapéus Silvestre da Silva (4).

Estes com certeza tiveram conhecimento das «*Advertências*». O que não consegui saber foi o seu efeito imediato, e se a Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa tomou alguma atitude a favor ou contra. O mais natural é ter consultado particularmente as autoridades superiores e recolher-se a prudente reserva. A verdade é que não encontrei indícios do empreendimento dos Vinte e Quatro de 1688, entre os papéis da Casa que lograram chegar até nós. Talvez o incêndio que se seguiu ao terramoto de 1755 tivesse consumido para todo o sempre qualquer vestígio, quando destruiu o Arquivo daquela Casa.

E sem dúvida chocante que, na precisa altura das negociações que levaram à assinatura dos tratados com a França e a Espanha, tenham aparecido tantas sugestões individuais e colectivas, e quase todas elas baterem os mesmos pontos, isto é, prevenirem contra os perigos que adviriam de uma liga com Luiz XIV, não tanto por êle mas por temor da política de Castela, sempre suspeita para nós.

E claro que as <*iAdvertências»,* como, de resto, os outros papéis daquele tempo que trataram da política a seguir por Portugal no meio da grande embrulhada da sucessão de Espanha, apresentam argumentos de toda a espécie a favor de uma neutralidade vigilante. Não escondem, porém, um certo desejo de compor as coisas com o bloco «Inglaterra, Holanda, Império» que tem o domínio dos mares, de vital importância para nós, por depender das grandes vias marítimas todo o comércio com os territórios ultramarinos da Coroa portuguêsa, e explicar até as posteriores orientações desta, quando resolveu entender-se com aquele bloco.

Não posso prever até que ponto foi subtil a nossa política, colocada entre duas influências poderosíssimas. A verdade é que teve de ceder a uma, para vir acolher a outra, deixando ao tempo o encargo de indicar de que lado estava o nosso interesse.

Ora, tudo isto se apercebe nos papéis referenciados atrás e nas «*Advertências*» dos homens de 1688. E quanto basta para lhe dar um cunho de grande interesse, e considerá-los como fontes valiosas do estudo do movimento da opinião pública, que serviu,

(4) Idem, p. 3o3.

com toda a certeza, de fundamento às mudanças que depois se operaram.

4. As « *Advertências** dos Vinte e Quatro de 1688 formam uma exposição ou memorial político. Estão redigidas no tom calmo e sensato com que os mais velhos costumam dirigir-se aos novos.

Os seus autores começam logo por declarar que as suas ocupações não dão lugar a discursos políticos, contudo sentem-se obrigados a dizer a verdade sem disfarces, tendo em lembrança o que se passou quando da guerra da liga de Augsburg: mantivemos uma neutralidade sem grandeza por estarmos desprevenidos e sem a força necessária para a fazer respeitar, com os consequentes prejuízos políticos e sobretudo económicos que daí derivaram.

Perante a gravidade dos acontecimentos na Europa, e as solicitações dos dois antagonistas, a neutralidade armada e defendida afigura-se a melhor posição. No caso de nova guerra *é* preciso estar atento ao maior perigo: as possíveis manobras dos ministros castelhanos.

É tal o melindre da situação que, qualquer que seja a atitude a tomar, terá de ser ponderada, não por alguns ministros sómente, mas por todos que sejam dignos e capazes de aconselhar.

Ao examinar o estado político da Europa, Portugal terá de tomar uma de três atitudes : ou pronunciar-se a favor da liga do Império, ou seguir a França, ou manter uma neutralidade armada para proteger o nosso comércio e as conquistas e domínios de além mar.

Não se podendo evitar o conflito, devemos optar pela liga do Império, porque a parte contrária não está em estado de nos poder atacar. Além disto, não nos convém uma aliança com a França por não nos garantir a protecção do comércio, navegação e conquistas, e pôr-nos à mercê de Castela quando se fizer a paz, e já não tivermos, nessa altura, a protecção do Rei de França, se este falecer, dado o estado precário da sua saúde.

Por outro lado, o rompimento com a Inglaterra e a Holanda, que dominam os mares, produziria prejuízos económicos irreparáveis: pela paralização do comércio, as alfândegas deixariam de cobrar os habituais direitos aduaneiros ; pela paralização do trá-

fego marítimo, visto não podermos defender as nossas frotas, as principais fontes de riqueza — que eram as drogas, o assúcar e os tabacos — não teriam possibilidade de circular.

Aconselha-se a neutralidade com precauções militares. Devemo-nos preparar para isso sem olhar a despezas e sem reparar nos tributos lançados com esse fim.

Não havendo guerra connosco, devemos manter o melhor entendimento com a Inglaterra e Holanda, porque no fim do conflito não teremos nada a temer, visto os castelhanos não estarem já em condições de nos atacar.

Foram estas, em suma, as advertências dos homens de 1688, que o tempo havia de confirmar. Se elas foram ou não tidas em apreço pelos seus contemporâneos, é assunto difícil de desvendar. Os que as fizeram concluem-nas afirmando que, «se estas advertençias por serem nossas tiverem ou menos atenção ou menos apresso, ficaremos contudo consulados com o dezafogo de haver d.° o nosso sentir, *desejando que unicamente se siga o que for mais em seguro beneff.° do nosso repouso, conservação da nossa Patria e complemento certo da sua mayor fellicidade.y*>

Portugal começou por fazer precisamente o contrário. Mês e meio depois destas *Advertências*, assinava solenemente os tratados da aliança com a Espanha e com a França.

A resposta do adversário não se fez esperar. Em Setembro, a Inglaterra, a Holanda e o Império firmavam um tratado ofensivo e defensivo. Estava feita a *Grande Aliança* contra Luiz XIV.

5. D. Pedro II comprometera-se com a França porque, quando do tratado de partilha da Espanha, Luiz XIV patrocinou o seu ponto de vista, e naturalmente porque esperava, através das boas graças do Rei-Sol, neutralizar a Espanha, e, da subordinação desta à França, resultar a quebra das veleidades quanto ao domínio de Portugal.

Se este cálculo se podia admitir no que respeita ao território do Reino, sempre sob a ameaça do outro parceiro ibérico, ao executar a política dele derivada, expúnhamos todo o nosso largo flanco marítimo e os grandes interesses que lhe estavam ligados. Isto parece que sentia quase toda a gente, e as amostras que dei

atrás, a acompanhar as *Advertências aos Vinte e Quatro,* são provas bem eloquentes disso.

Chegou, entretanto, o ano de 1702, com a Rainha Ana já entronizada em Inglaterra. A sua política procurou atrair de novo Portugal. Encarregou-se da missão John Methwen. Por sua vez os Estados Gerais das Províncias Unidas enviaram, com a mesma incumbência, Francisco Schonnenberg.

Em Junho, o Governo português quis mostrar boa vontade fazendo saber que, em caso de ser envolvido na guerra, tudo faria para evitar violências contra ingleses e holandeses, concedendo-lhes o tempo necessário para se retirarem.

A medida que o perigo de guerra aumentava, a nossa política evoluia para uma solução mais adequada aos seus interesses vitais, assentes na liberdade dos mares e dos domínios ultramarinos.

As advertências de 1701 e os outros papéis com escritos do mesmo teor anteciparam-se ao descreverem um estado de coisas que mais cedo ou mais tarde tinha de tomar rumo propício. Até lá teríamos de aguardar. *aSe o tempo, di^-se nas* Advertências, o *mais antigo e o mais experimentado mestre das melhores políticas, nos mostrar que nos convém tomar partido para mais seguras conveniencias do nosso Rn.º, não faltará ocasião para seguirmos o que se julgar com mais probabilidade conveniente à nossa reputação e conveniencia*». Foi o que se fez.

Em 16 de Maio de 170? Portugal assinava tratados com a Inglaterra, os Estados Gerais e o Império, entrava na Grande Aliança e preparava-se para a guerra, porque a França não cumpriu com tudo aquilo a que se tinha obrigado no Tratado de 1701, libertando deste modo a outra alta parte contratante. Era uma fórmula jurídica de rescisão, mas que encobria realidades mais profundas.

6. Segue-se agora a lição diplomática do manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa (F. G., P4-34, Cod. 4426, Ms. de fls. io3 a 107 v) acompanhada de algumas anotações.

«ADVERTENCIAS FEITAS PELLOS VINTE E QUATRO DO POVO DA M.to GRANDE E SEMPRE LEAL CIDADE DE LX.a Q SERVIRÃO A MESMA NO ANNO DE MIL SEISCENTOS E OUTENTA AOS VINTE E QTATRO QUE NA Da CAZA SERVEM ESTE PREZte ANNO DE 1701.

SAHIDO A LUX AOS DES DIAS DO MES DE ABRIL DO D.º ANNO. ESTANDO S. MAG.de Q DEOS G.de EM SALVATERRA.»

Ocupações que não dão ltifiar a discursos políticos

No anno assima mencionado servimos nesta Cidade as mesmas occupaçõens q Vm*** este exercitão com mayor açerto. E ainda q as precisas occupaçõens a que por obrigação assistimos não dão lugar a discurssos politicos como estas nos não desobrigão de zelosos diremos a V. Mees com verdade e sem camella o q se nos oílerece em ordem ao estado prez.te E permita Deos q sejão as rezoluçoens mais bem sucedidas nesta hora do q o forão as q se tomarão na quella em que teve principio a formidável guerra que ouve na Europa pleitiada e rezistida entre as forças da Liga (5) q se compos das do Imperio Castella Inglaterra Olanda Saboya contra a grandeza de Luis 14 Rey Christianissimo de França. Pertendeo naquelle tempo este Principe e da mesma maneira os aliados seos contrarios conseguir que esta Coroa se entereçasse naquella guerra: Entendendo huns e outros lhe convinha a nossa aliança assim para se contrapezarem as forças, como para se valerem dos nossos portos de q sempre necessitavão p.â o bom acolhimento das suas armadas ; conueniençias que fazião tanto mais pertendida a nossa declaração quanto mais nos pareçia conueniente a nossa neutralidade

Ponderadas e discutidas naquelle tempo as gravissimas consequências e o que podia resultar das rezoluçoens que se tomassem a nosso socego e comodidade discorrerão algús politicos advertindo e ponderando o quanto fora sempre desprezada no mundo a neutralidade: pois se julgão os que a seguem indignos do bem e do mal; visto que não obrigão nem ao vencedor nem ao vencido; e que prezos do temor que os condus ao sucesso e se fazem desmereçedores da mais vulgar attenção Devendo fazersse grande reparo no differente caminho que seguirão sempre em occazióens semelhantes os grandes Principes que houve no Mundo; argumentando para fazer solido este sentir com a immensidade de histhorias que largamente falão nesta materia. O q não obstante houve muitos zellozos a q.m pareçeo com bom fundamento naquella mesma occazião que a neutralidade vestida e armada é capaz de ser venerada quando bem defendida, era o mais sagaz e conveniente arbitrio: porque só assim se conservaria o respeito e se aumentarião as forças pello meyo do comercio que se podia estender e ampliar em grande utilidade e beneficio da Republica circunstancia que sempre se deve preponderar (sic) com profunda atenção.

Neutralidade armada.

Neutralidade não defendida.

Mas sendo estas as propozições resolveo a nossa disgraça que ficássemos na neutralidade não deffendida nem armada como se havia insinuado (*)

(*) Liga de Augsburg. A guerra durou 9 anos.

antes de todo despida sem forças maritimas, e sem respeito; ficando de tal sorte (com estas culpáveis omissõens) que fomos em toda aquella guerra o ludibrio de huns e outros contendores: porq nenhuns delles nos venerarão a nossa bandr* ; nem nos guardarão alguma atenção. (6)

Antes todos (com desprezo do nome Português) a competençia nos tomarão os nossos navios e nos dezencaminharão as mercadorias que neles hião, julgando-as de boa preza.

Os Francezes com o pretexto de que as fazendas erão Inglezas e Olandezas. E estes quando nos fazião semelhantes oprobios, dizião outro tanto. Com o que de huns e outros fomos tratados como inimigos e de todos escarneçidos como descuidados em descrédito da nação Luzitana e considerável dano da utilidade publica servindonos a inerme e imprudente neutralidade mais de lasso e emgano aos vassalos desta Coroa que as conueniencias ao trato desta Monarchia.

Não faltou naquelle tempo zelloza atenção que fizesse prezente esta ruina nem bastarão os justos e repetidos clamores dos que por aquelle modo perdião suas fazendas para q se emendasse aquelle erro; porq houve q.m idolatrando o seu soçego aconselhou o contrario dizendo: Que não convinha expor ao perigo das armas sempre contingente e sempre incerto e horrerozo ; fazendo despezas e empenhando os thezouros por libertar os comércios quando a conveniencia havia ser somente dos negoçiantes e só da Coroa, empenhos e despezas como se não fosse em beneficio comum do Rn.º a liberdade daquelle trato reconhecida honra da Monarchia, e veneração da band a Luzitana. Que algumas Respublicas e Rn.º8 menos poderosos (porem mais vigilantes a sua conveniencia, e mais attentos a sua exaltação) com glorioza resolução deffenderão — ao que se lhe seguiu grande credito, e conhecida conueniencia.

Isto snõres sabem v. m.ces muito bem ; e sabem todos o que se passou naquelle tempo. O que neste se pode seguir a aparência das cousas, e o prezente estado da Europa ainda he de mais graves consequençias. Porque achandosse Felippe 5.º Rey de Espanha mosso, e orgolhoso, afiansado nas fortunas e assistências de seu avo aconselhado do odio sempre innato com q os Ministros Castelhanos pertenderão e desejão a nossa ruina, e a sua exaltação: Quem duvida, que cegos do natural dezejo com que pertendem (sem mais titulo que a sua ambição) avassalamos farão toda a dilig.* e esforço por encaminhar nesta conjuntura (e sempre as cousas de tal sorte que delias se siga a nossa ruina, e a sua vingança. Ao que se deve atender m.tJ deveras e ponderar a todas as luzes com maduro conselho não perdendo ou mal barateando a occazião que propicia nos offerece a fortuna; pois achandosse unidas as forças das Naçõens do Norte as do Imperio, que pertendem com antevista prudençia ao foturo, o impedir que as forças da caza da França que se acham unanimes e inseparáveis das da Monarchia de Castella, se náo possão estabelecer com quietação, e vigorar com socego. Porque se assim

Portugal perante nova possibilidade de guerra.

Ministros Castelhanos desejam a nossa ruína.

(8) A precária posição de Portugal durante a guerra da Liga de Augsburg.

for poderão em pouco espasso de tempo por em grande duvida a segurança da Europa. E sendo esta materia a da mais alta politica a mais relevante e mais grave, que no nosso século tem visto o Mundo e finalm.te a que em sy mesma tem a todas as luzes a maior recomendação, se não deve fiar na insassiavel ambição daquellas potencias. Antes será a mais acertada prudencia prevenir por todos os caminhos, e acautelar muito em todos os meyos aquelle perigo, pois só assim se conseguirá o mais seguro, o mais útil, e o mais honrroso empregandosse nelle as mayores atençóens p.ª ser tratado conferido, e consultado, não com poucos Ministros ebolando Graças: mas sim com o maior repouso ouvindo a todo aquellez vassalos que por sua capacidade e grandeza forem dignos de serem ouvidos, porq como a desconveniençia ou utilidade q se seguir ha de tocar a todos os estados não parece justo nem prudente caminho, q o acerto de uma resolução amais importante deste Rn.º se foi de tão poucos Ministros por mais beneméritos e zellozos que sejão.

Assunto a ser tratado não por poucos mas por todos aqueles que tenham competencia para isso e a necessária inteligência.

Tres são os pontos em q finalmente temos que discorrer e discursar. O primr.º se convira entrarmos na Liga do Imperio Inglaterra e Olanda e mais potençias que seguem aquella aliança. Segundo se será mais conveniente unirnos com França e Castella, com as circunstancias e condiçõens que offerecem e propoem os Principes de uma e outra potencia. Terceiro se sera mais justo, mais conveniente, e mais seguro ficarmos na neutralidade: armándonos p.ª isso de tal maneira na terra e no mar, que possamos detfender os nossos Rn.º' e Estados com credito do nome Portuguez e offender nossos Inimigos, ampliando o comerçio e conservando as Conquistas, o q suposto.

As três atitudes possíveis:
1.º — Liga do Império.
2.º— Liga da França.
3.º— Neutralidade.

Não tem duvida q a primeir.* aliança se forma de Principes muy poderosos q na occazião prezente se movem por relevantes causas sem reparar que tem ainda abertas as feridas que receberão na guerra passada. Circunstancia q bem inculca e perssuada a que farão não só grande, mas o mayor esforço para sahirem ayrosos da que novamente emprendem; e só como fazerem emquanto durar a vida de Luis 14 que se acha ja na idade de 63 annos cheo de e grandez achaques conseguirão fazer a pax com seus sucessores da maneira que quizerem, e emquanto durar a guerra porão na terra e no mar tais armadas e exercitos q seja não necessario mas preciso que França meta todo o seu empenho para poder fazer a deffenssiva: pois não somente necessita deffenderçe asy mas também a Castella. E achandosse huma, e outra Monarchia tão exausta de meyos p.ª os vencimentos ; e no dilatado de tanto dominio mais se dificultarão os éxitos gloriosos; não terão pouco que fazer em conseguirem as suas defenças. Com o que he sem dúvida que durante esta guerra não estavam capazes aquellas Monarchias de nola fazerem ; ao que se segue não termos nenhum perigo nem proximo, nem futuro se nos enteresarmos na Liga Imperial e mais naçõens que deixaremos não só agradecidas mas m.to obrigadas para ao diante ; e em qualquer acontecimento sempre sahiremos com o beneficio da pax mais seguros do que estamos ; e a esta não pequena conveniençia se hão de unir forçozamente outras muitas comodidades, que não relatamos a V. M.ces pellos não cansarmos, mas bem se dexão entender e com facilidade alcançar. E não obstante o que

Vantagens da entrada para a Liga Imperial.

havemos dito com o m.tº que mais poderamos dizer q com efficacia concluisse a favor deste discurço a nos nos não paresse que se haja de seguir a este partido.

O de França e Castella menos que algum outro nos não pode convir por nenhum principio. Porque já fica dito e mostrado, o que durante a guerra que suppomos nos não podem aquellas potencias divertidas cõ os empenhos de mais relevantes cuidados fazer dano algum em parte sensivel da nossa Monarchia, com que seguros de estas invazõens não poderemos ter perda q nos custe cuidado nem empenho. Antes pello q certamente se ha de seguir do beneff.º da pax ficaremos sem duvida tanto mais seguros e bem reputados quanto atendidos e sem perigo para ao adiante.

O que não sucederá assim se nos ligarmos com estas naçõens, porq he quazi infalivel a ruina assim nas grandes perdas das nossas frotas e comercios como nas invazõens como também infalivelmente nos farão ou nas nossas marinhas ou nas Conquistas aonde os nossos inimigos acharem mais conta assim por serem summamente poderosos no mar as naçõens oppostas como por estarmos totalmente incapazes de sustentar forças navaes de tal conta que lhes possam fazer rezistença; a que se ajunta estarmos também sem marinhagem, sem artilhr.º[8] sem soldados práticos e de todo destituidos de cabos. Nem França e Castella nos poderão dar taes socorros e ajudas com que competentamente hajamos de lhe resistir sem risco de credito; porq o perigo proprio os fara divirtir, e descuidar do dano alheyo.

Se suceder (como prudentemente se pode recear) faltar nesse tempo a El-Rey de França a vida, perdendo nos o aliado da mayor estimação consecutivamente perderemos com elle o braço direito da nossa defensa.

E neste cazo hão de ser os Castelhanos os que primr.º hão de pedir a pax as naçõens da Liga; e nella podemos crer piamente q toda a sua negociação ha de ser tratar da sua conveniençia juntamente com o nosso dano; por ser o q igualm.te ambicionão. E nestes termos ficaremos sem aliados e com o justo odio das naçõens que nos podião ajudar ; expostos a huma guerra que nos será formidável, e a todas as luzes perigozissima naquelle tempo sahindo de outra em q entramos sem neçessidade ; a qual nos deixara exaustos e consumidos, e quando experassemos guareçer o Rn.º de tão perigoza enfermidade acharemos p.ª a convaleçença huma tanto mais trabalhoza recahida. E assim parece que em nenhum cazo convém seguir este partido por mais expersivo que o pintem os Apelles destas imaginarias linhaz, revestindo a sua inclinação com os disfarces do zello para que cresça aquella comessada maquina de que nos podem fazer uma guerra na parte mais censivel do Rn.º a qual se deve mais temer, e recear que a das Conquistas; que como extremidades deste corpo, e tanto do coração distantes bem pode ser de perigoza ferida mas poucas vezes mortal, pois com elle se corta só pella rama e com estoutra se pode chegar a offender a rais. Mas isto são efieitos da negoçiação e não justos temores do perigo que se não considera tão imminente como se pinta.

E muito mayor prejuizo nos fara a falta do nosso comerçio que de todo Efeitos económi
veremos extinto, e com elle as rendas reaes pella grandissima diminuição cos.
que hão de ter as nossas Alfândegas assim nos direitos das fazendas q não

hão de entrar do Norte como na falta das drogas que não hão de chegar das nossas Conquistas: acabandoçenos com ellas o unico nervo dos cabedaes deste Rn.º ; porq. perdendoçe os asucares e tabacos, e o mais que nos vem delias só por milagre nos poderemos conservar quanto mais defender, com o q nos veremos consumidos e perdidos de todo sem os cabedaes dos nossos Estados e lastimozamente expostos a ruina de huma repentina invazão.

Outras muitas sircunstancias de não menos consequençia deixamos de expender por abreviarmos as advertencias em que ja passamos a formar prolixos discursos E ultimamente nos parece mais saudavel honesto, seguro, e proveitoso o caminho da neutralidade. Porem sem aquellas prevençõens militares e politicas cautellas que faltarão na guerra passada armadonos para isso assim no mar como na terra, e pondonos capazes de defendermos com todo o vigor, e ofender com toda a prevenção p.ª cujo bom conseguimento se não deve perdoar a alguma despeza, nem fazer reparo em contribuiçõens algumas, porq quando todas estas operaçõens são conduçentes ao logro da mayor conveniençia todo o dispendio será bem empregado, e todo o tributo suave p." o que concorrerão gostozissimos os vassalos vendo o provenissimo lucro q lhes resulta ao comerçio com a liberdade de navegação em utilidade cumuã crescido o respeito as nossas bandeiras e segura exaltação do nome Português.

Política de expectativa.

Em concluençia de tudo a neutralidade q nos pareçe se deve seguir nestes principios nem tem perigo nem ofende a nenhum dos Principes contendores. E se o tempo o mais antigo e o mais exprimentado mestre das melhores politicas nos mostrar que nos convém tomar partido para mais seguras conveniençias do nosso Rn.º não faltara a ocazião para seguirmos o q se julgar com mais probabilidade conveniente a nossa reputação e conveniençia sendo por agora o mais útil e menos arriscado a esta Monarchia fomentar com todas as diligençias; e cõ todas as eficaçias a guerra p.* q. metidos com effeito estes Principes nas tempestadez da guerra logremosnos com o beneff.º do tempo a melhor negociação da neutralidade a q nos conduzirão seguram.te sendo armada e defendida como havemos ponderado.

Porem no cazo ^ a guerra não haja ter effeito, e subsistir nos devemos enteressar com a prim ra Liga pellas razões q. havemos já refferido, pois durante a guerra não temos que temer, e quando finda dahy a muito annos não estarão os Castelhanos capazes de noia fazer, porque os seus destroços, e as nossas prevençõens serão o mais seguro abonador do soçego. E no beneff.º do tempo quiça q se venhão a descobrir mais afiançadas seguridades.

Tudo o q havemos refferido a Vm.ces e com q os havemos cansado, he nascido do bom zello, e grande amor q temos ao nome Português e q ambiçiosamente dezejamos exaltado sobre todos os nomes. E se estas advertençias por serem nossas tiverem ou menos atenção ou menos apresso; ficaremos contudo consulados com o dezafogo de haver d.® o nosso sentir; dezejando que unicamente se siga o que for mais em seguro beneff.®, do nosso repouzo, conservação da nossa Patria e complemento certo da sua mayor fellicidade.

O documento ajgora transcrito não é *o* original, que não se sabe onde pára. E uma cópia manuscrita feita num livro que contém vários outros documentos copiados, referentes à política precursora da guerra da sucessão de Espanha e ainda a outros assuntos pendentes nos começos do século xvm.

Presumo que se trate de qualquer livro do registo pertencente a alguém que tivesse exercido funções públicas de importância, ou pertencesse mesmo à própria secretaria de Estado.

Seja como for, este códice da Biblioteca Nacional de Lisboa tem incontestável interesse para a história política e diplomática, por mostrar muitos e curiosos aspectos da reacção pública perante os acontecimentos que conduziram a uma das várias guerras europeias.

F. P. de Almeida Langhans

A data do desastre de Vatalandi(*)

1. Os *Annales Portugalenses Veteres*, *continuatio prima*, recensão longa (neste passo, unicamente representados pela *Chronica Gothorum*) (*), trazem a seguinte notícia :

«Era 1148 factum est magnum infortunium supra Christianos qui ibant ad Santarém in loco qui dicitur Vatalandi; dum enim uellent ibi christiani figere tentoria et requiescere tum (2) subito ex improviso multitudo Sarracenorum et Moabitarum et Arabum audito numero eorum uenerunt super eos repente et imparatos eos inuenientes interfecerunt ex eis plurimos, ibique mortuus fuit Suarius Fromarigis pater Domni Nuno Suariz qui erat dux super eos et Mido Cresconis pater Domni Joannis Midiz.» (3)

Temos, pois, que, no ano de Cristo de mo, uma pequena hoste crista foi pràticamente aniquilada pelos muçulmanos, quando ia a caminho de Santarém. Não diz a notícia com que fim se dirigiam para aí os portugueses.

Mas, imediatamente depois, refere a Crónica :

«Era 1149 rex Cyrus cepit Santarém septimo calendas iunii.» (4)

(*) Abreviaturas usadas : *D. et C.* = *Diplomata et Chartae. D. P.* = *Documentos Medievais Portugueses; III — Documentos Particulares. L.B F.* = *Livro Baio Ferrado L. P.* = *Livro Preto de Coimbra. L. M. D.* = *Livro de D. Mumadona.*

(!) Pierre David, *Études Historiques*, pág. 302. Para a terminologia adoptada, id., *ibid.,* págs. 257-340 e especialmente 258-c) e 288-9. Na citação dos textos, sigo igualmente a edição (parcial) deste Professor. As páginas que indico são as desta sua obra.

(2) Correcção proposta por P. David. Fr. António Brandão tinha escrito «cum». Damião Peres, *Como Nasceu Portugal*, 1.* ed., pág. 64, n.° 1, dá «ecce», suponho que por simples lapso.

(3) Págs. 301-302.

(4) Pág. 302 ii das kalendas de Junho, segundo a continuação de 1085 a 11 ii do *Homiliário de 1139* e da *Summa Chronicarum* (pág 305 ; 8 das kalendas de Junho, segundo o *Livro da Noa I* (pág. 307); 6 das kalendas de Julho, segundo os *Anais de Lamego {ibid.),* que aliás dependem do *Livro da Noa* (P. David, *op. cit.*, págs. 274 e 275).

Logo, se em 1111 Santarém foi tomada pelos muçulmanos, em mo devia estar em poder dos cristãos.

Ora, em 1109, conhecendo a morte de Afonso vi, os mouros de Sintra tinham-se rebelado, provocando a rápida intervenção vitoriosa do Conde de Portugal (5).

Sobre estes dados, facilmente ergueram os historiadores a seguinte interpretação coerente :

«Era muito de temer que o mesmo espírito de rebelião se comunicasse às outras praças fortes e vizinhas, que reciprocamente se auxiliavam e apoiavam e que todas ficavam remotas do centro das forças e do senhorio português. E parece que o Conde D. Henrique, receando que assim sucedesse a Santarém, quis assegurar esta importante praça, ou metendo nela mais numerosa guarnição, ou mandando gente, que contivesse em respeito os Mouros e acudisse a qualquer insulto por eles intentado. Isto ao menos é o que parece coligir-se da *Chronica Lusitana*, que nos dá notícia do mau sucesso desta expedição, dizendo que neste ano de ii 10 (era de 1148), indo os Cristãos para Santarém, foram subitamente salteados e derrotados pelos Mouros, com grande perda dos Cristãos, dos quais foram mortos, entre outros, o seu capitão Soeiro Fromarigues, e Mido Cresconiz, pai de D. João Midiz.» (6)

Por que motivo não iria o próprio D. Henrique em socorro de Santarém, como fora, no ano anterior, confirmar o seu domínio sobre Sintra ? Respondem os historiadores, com fundamento legítimo : «o Conde D. Henrique não podia abrir mão das guerras

(5) *Chronica Gothorum*, pág. 30 1.

(6) Cardeal Saraiva, *Obras,* vol. 11, págs. 176-7. No mesmo sentido, embora com modalidades próprias : Frei António Brandão, *Terceira Parte da Monarquia Lusitana,* foi. 35 r.°; Alexandre Herculano, *História de Portugal,* t. ii, págs. 45-46 da 7/ ed. ; Manuel Ramos, in *História de Portugal* dirigida por Damião Peres, vol. 1, pág. 496; Damião Peres, *Como Nasceu Portugal,* i.ª ed., págs. 63-64. Cf. D. Fr. Nicolau de Santa Maria, *Crónica... dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho,* pág. 280 ; Pierre David, *op.* cíí., págs. 286-7. Expressamente, A Brandão ; tacitamente, todos os outros autores entendem que a hoste cristã provinha de Coimbra. A hipótese, manifestamente lógica, não me parece a única possível : estando Sintra e Lisboa em poder dos cristãos, a expedição de socorro a Santarém poderia ter partido de uma dessas praças fortes. A dúvida é tanto mais legítima, quanto se desconhece a localização de Vatalandi.

de Leão em que andava ocupado» (7) ; ou: «D. Henrique, que em 1109 descera ao sul a submeter os mouros de Sintra, parecia agora alheado de tais sucessos, dando preferência aos da política interna. Certamente praticara entretanto o acto preparatório da sua intervenção na (8) luta civil: a viagem a França» (9).

2. Nem todos os autores que se referem ao combate (se «combate» se pode chamar) de Vatalandi têm dedicado alguma atenção ao comandante da hoste portuguesa: Suarius Fromariguiz (10). E no entanto é ele um dos nobres portugueses mais vezes citados nas nossas fontes medievais (11). A sua presença não é apenas uma vaga presença : pode-se reconstituir com base nos documentos alguma coisa da sua vida.

Como diz António Brandão, Soeiro Fromarigues «tinha seu assento na terra de Santa Maria». Na sua quase totalidade, os documentos que o registam pertencem ao mosteiro de Grijó (*Livro Baio Ferrado).*

Apesar de esta relação diplomática, o único documento em que Soeiro entra em relação directa com o mosteiro é a escritura de doação citada na *Monarquia Lusitana*, a qual, por motivos que de momento não pude averiguar, não foi incluida por Herculano nos *Diplomata et Chartae* (12).

Por via de regra, Soeiro e' puramente um comprador : e *é* sem dúvida notável a progressiva acumulação de bens nas suas mãos,

i7) António Brandão, *op. citloc. cit.*

(8) No texto, por manifesto lapso : «da».

(8) Damião Peres, *Como Nasceu Portugal*, 1.* ed„ pág. 64.

(10) Que eu saiba, apenas António Brandão, *op. cit.,* foi. **55** r º e v.º, e também — independentemente de Vatalandi — foi. 9.

(U) *D. et C.* **521** (1075), 564 (1079?), 607 (1082), **63**0 (1084), *6j5* (1087), 691 (1087), 724 (1089), 726 (1089), 750(1091), 752 (1091), 756 ([090,771 (1092), 772 (1092), 784 (1092); *T. P. da Mon. Lusitana*, foi. 9 (1093); *D. et C.* 81**3** (1094), 842 (1096), 886 (1098), 900 (1099), 901 (1099), 902 (1099), ç0**3** (1099) 921 (1100); *D. P.* i**5** (1101), 48 (1101), 159 (1104). Adiante se explica a exclusão do *D. P.* 322 (1109).

(!2) O problema não tem, para aqui, grande interesse ; mas pode-se observar que nesse documento figura como testemunha um alcaide do castelo de Santa Maria — Placencio — que não encontro alhures : sinal de duvidosa autenticidade. O documento tb. é citado por Fr. Nicolau de Santa Maria, *op.* e *loc. cit.*

através de um período de 26 anos. Mas é para notar que não é muito vasto o círculo que abrange a generalidade desses bens.

Afora aquela escritura citada por Brandão, apenas por duas vezes se vê o futuro capitão de Vatalandi ultrapassar a pura relação comercial: em 1091, ao receber prédios em aincommuniatione» para defender e ajudar os autores (13); em 1094, como confirmante da doação da Vacariça à Sé de Coimbra (44). Neste último acto, Soeiro Fromarigues figura entre o alvazir D. Menendus v13) e Mido Cresconiz, certamente o mesmo que com ele virá a morrer em Vatalandi.

Com estes elementos não há que considerar Soeiro Fromarigues como propriamente um magnate, um nobre de primeiro plano; nem é fácil indicar com segurança a sua ascendência (46). Foi, porém, proprietário considerável (17), provavelmente senhor de parte do mosteiro de Grijó (/*), e por fim comandante de uma expedição militar.

(13; *D. et C. y56 L. B. F.* Grijó 1091. A protecção, embora seja finalidade constante das incomuniações, nem sempre é expressa (Sánchez-Albornoz, *Las behetrías,* in *Anuario de Hist. del Derecho Español*, t. 1, págs. 211-212).

(14) *D. et* O. 813 Sé de Coimbra 1094, em que são autores D. Raimundo e D. Urraca.

(15) Menendus Baldemiri, alvazir ou proconsul: *D. et C.* 617, 645, **658**, **663**, 670, 676, **683** ; *D. P.* 6, 30, etc.

(15) Em trabalho de mais fôlego que trago em preparação, estudarei esta familia no quadro da nobreza da época. Ficam igualmente para então alguns problemas particulares aos filhos de S. F. Note-se que Fr. Nicolau de Santa Maria, *op.* e *loc. cit.,* dá S. F. como filho de Nuno Soares o Velho.

(17) É de notar que não são, geralmente, avultados os preços das terras adquiridas por S. F. ; e raras vezes eles apresentam alguma característica notável, dessas que de algum modo denunciam o nobre ; registo apenas um escudo «franciscum» *(D. et C. 6j5)* e uma «capam nigram» *(D. et C.* 752).

(18) Cf. *D. P.* 15g e 160, ambos do *L. B. F.* Grijó e de 1104, em que os filhos de Soeiro Fromarigues, ao doarem bens ao mosteiro, esclarecem que o fazem «ad illam nostram rationem» (15g), «uidelicet nostre parti monasterii ipsius» (160). Recorde-se o documento citado por Brandão e a que me refiro na n. 12.

Note-se (com António Brandão, *op. cit.,* foi. **55**) que os Livros de Linhagens dão como fundador de Grijó, Nuno Soares, filho de Soeiro. Reputo válida, embora não muito fundamentada, a conclusão do Cisterciense : «mais me parece que este fidalgo [Nuno Soares] o acrescentaria em rendas e em edificios, que ser o primeiro fundador».

O mosteiro já existia em 922 *(D. et C.* 26 *L. B. F.* Grijó, já conhecido por Fr. N. de Santa Maria, *op. cit.,* pág. 278), mas era então mosteiro

Mais que filho de família ilustre, Suarius Fromariguiz foi pai de ilustre descendência. A própria notícia da *Chronica Gothorum* o dá a entender, ligando à memoria do malogrado capitão um único nome : o do seu filho primogénito Nuno Suariz (19). Parece até legítimo, embora com todas as reservas devidas à inconstância das fórmulas, interpretar no mesmo sentido o uso da partícula *D.* para o nome do filho e não para o do pai.

Ao lado de Soeiro Fromarigues (e, mais tarde, ao lado dos filhos) parece desempenhar um papel de relevo Elvira Nuniz, sua mulher. Em 1075 e 1079 (?), Soeiro aparece sozinho. A partir, porém, de 1082, Elvira acompanha-o sempre (excepto no diploma condal de 10^4). Daqui se pode concluir que Soeiro Fromarigues terá casado entre 1079 e 1082, ou (se o *D. et C.* 564 tem a data errada, como se pode supor), entre 1075 e 1082.

Esta união foi fecunda : dela nasceram (provavelmente por esta ordem) Nuno, Soeiro, Pelágio, Pedro, Ero, Maior, Adosinda, Ermesinda, Toda e Salvador. Todos eles aparecem em documento de 1 104(20). Ê possível acompanhar alguns deles (21): Nuno, Soeiro e Maior, até 1112 (22) ; Pelágio, até 1109 (23) ; Ero, ate 1114 (24). A mãe, por seu lado, aparece até 1109(23).

3. No que acabo de dizer sobre Soeiro Fromarigues não se descobre fácil relação com o desastre de Vatalandi. E porém em

dúplex. Segundo este último autor, os fundadores foram (circ. 912) os presbíteros Guterre Soares e Ausindo Soares, largamente ajudados por seu irmão, Nuno Soares o Velho *(ibid.).*

(19) Que N. S. seja o primogénito é o que se vê do *D. P.* 159, em que vem à cabeça de todos os irmãos; do 160, em que precede, em acto do 2.º irmão, aquele que no 150 é o 3.º; do 30 1 e também do que é falsamente *D. et C.* 545 *L. B. F.* Grijó 1077, nos quais é o único filho que acompanha a máe; finalmente, do texto *da Crónica,* em que é ele o único filho de Soeiro a que se faz referencia. Seria .também argumento favorável o nome.do avô paterno, dado por N. de Santa Maria como se referiu na n. 16.

(20) *D. P.* 159 *L. B. F.* Grijó.

(21) Refiro-me apenas (como em todo este trabalho) a documentos impressos. Em Nicolau de S.ta Maria encontram-se noticias: de Pelágio, até Novembro de 1135 e ainda depois; de Elvira, até 1132.

(22) *D. P.* 403, para Nuno, e 400 para Soeiro e Maior.

(23) *D. P.* 325.

(24) *D. P.* 466.

(25) *D.* **P. 344.**

alguns dos documentos citados que se pode fundamentar a invalidação da data geralmente atribuida àquele recontro.

Um único testemunho existe do acontecimento: a *Chronica Gothorum*, na sua forma mais longa, que é também a mais antiga (26).

Vimos que esse testemunho é claro quanto à data : 11 io. Julgo que, ate' hoje, ninguém a pôs em dúvida (27). A persistente presença, porém, de Soeiro Fromarigues e sua família nos nossos documentos medievais está a convidar a um naturalíssimo confronto.

A última vez que Soeiro figura em escrituras é em 29 de Dezembro de IIOÍ (28): como habitualmente, é comprador, em conjunto com sua mulher.

Elvira Nunes reaparece meio ano depois; mas, em vez do marido, são os filhos que a acompanham. Como Soeiro em 1091, sua família recebe agora um prédio em «incommuniacionem» para que ajude e defenda os autores (29).

Em Setembro do mesmo ano, Salvador Suariz faz um acordo sucessório com sua mulher Matreona Suariz (30).

Em 16 de Julho de 1 io3, é talvez a dois filhos de Soeiro — Nuno e Ermesinda — que se refere um documento de Pedroso (31).

Em 7 de Junho de 1104, os dez filhos de Soeiro doam «here-

do) V. a demonstração em : L. Gonzaga de Azevedo, *Idade Média. Notas de história e de crítica. XI, XII e XIII*, in *Brotéria* série mensal vol. I (1925), págs. 440-7, 470-481, 571-581, estudos parcialmente reeditados na sua *História de Portugal,* t. iv, apêndice ui, págs. 174-193; A. B. da Costa Veiga, *Ourique--Val de Vef,* in *Anais* da Ac. Port, da Hist., Ciclo da Fundação da Nacionalidade, vol. I, pág. 92; Alfredo Pimenta, *Idade Média*, págs. 273-275; P. David, *op. cit.,* págs. 281-283.

(27) P. David, *op.* e *loc. cit.,* põe o problema da antiguidade — e, implicitamente, da veracidade — da noticia. Que eu saiba, foi este o único cuidado critico que o texto suscitou. Como P. D., julgo aliás que seria quase absurdo que a noticia tivesse sido inventada. O mesmo ilustre historiador sugere-me que se poderia tratar de noticia própria de Nobiliário, o que poderia estar indicado no uso da particula *D.,* raro na *Chronica Gothorum.*

(28) *D. P.* 48 *L. B. F,* Grijó.

(29) *D. P.* 76 *L. B. F.* Grijó. Os nomes .dos filhos não vêm referidos*

(**30**) *D. P.* 82 *L. B. F.* Grijó.

(**31**) *D P.* 126 Pedroso. Para um estudo completo desta família, o qual não é meu intuito fazer aqui, importa considerar numerosos documentos deste mosteiro.

ditatibus nostris que fuerunt de nostro patre» ao mosteiro de S. Salvador de Grijó. A mãe e, ao que parece, um tio paterno confirmam a doação (32).

No dia seguinte, 8 de Junho, Suarius Suariz toma disposições favoráveis ao mosteiro de Grijó e a seu mestre o presbítero David. Servem de testemunhas sua mãe e dois dos seus irmãos : o mais velho e o que imediatamente a ele se segue (33).

Em 16 de Junho de 1105, Elvira e seus filhos são compradores (34).

O mesmo se dá em 10 de Junho de 1107 (35). Em 19 de Junho do mesmo ano [?] e em 6 de Setembro do ano seguinte, Elvira Nunes (36) e o filho primogénito são compradores (37).

Em 17 de Fevereiro de 1109, Suario Suariz é comprador (38) e recebe um prédio por venda e incomuniação, para ter o autor «in honore et in diuisione» (39).

Em 20 de Abril de 1109, Pelagius Suariz doa algumas *herdades* ao mosteiro de Grijó (40).

(32) *D. P.* i5g, já citado.

(33) *D. P.* 160 *L. B. F.* Grijó. Só a mãe aparece expressamente como tal. Nuno e Pelágio vêm aliás antes dela.

(34) *D. P.* 194 *L. B. F.* Grijó. Não figuram os nomes dos filhos.

(35) *D. P.* 236 *L. B. F.* Grijó. Também sem os nomes dos filhos.

(36j No texto: «Uuniz», que o Ed. assinala

(37) Respectivamente: *D. et C. 5¿15 L. B. F.* Grijó 1077 e *D. P.* 3oi *L• B. F.* Grijó. O primeiro tem a data manifestamente errada. Em lugar de «Era MCXV» (1077) deve certamente ler-se «Era MCXLV» (X aspado) (1107). O notário — Pelagius — aparece em 1082 (D. *et C.* 607), 1086 *(D. et C.* 669), 1087 *(D. et C.* 675 e talvez 691, em que é presbítero), 1096 (/). *et C.* 842), talvez 1098 (*D. et C.* 886, em que é presbítero), 1099 (*D. et C.* 900, 901, 902, go3 e 921, estando, neste último, interrogado), 1101 *(D. P.* i5), 1109 (D. *P.* 3_{44}) e 1112 *(D.* P. 403). O documento a que me refiro não transitou para os *Documentos Particulares.*

t38) *D.* P. 32i *L. B. F.* Grijó. É o *D. et C.* 205 *L. B. F,* Grijó 1009, por erro de uma centena.

(39) *D. P.* 322 *L. B. F.* Grijó. A este documento me referi na nota 11, porque Soeiro Soares é chamado, uma das vezes, S. Fromarigues. O erro é manifesto e é aliás corrigido no próprio documento.

A palavra «diuisione» está claramente por *deuensione — defensione.*

(40) *D. P,* 323 *L. B. F.* Grijó. Este documento e o i5g são diplomaticamente mais ricos que a generalidade dos documentos de Grijó. Observe-se que a palavra *hereditas,* que mais uma vez aqui aparece, não tem, ao menos nesta época, o significado constante de prédio herdado.

Em 3i de Dezembro de 1109, Elvira Nunes é compradora — pela última vez (41).

São estes os momentos em que a família de Soeiro Fromarigues nos aparece, até ao ano a que geralmente se atribue o desastre de Vatalandi. Desse ano de 1110, nenhum documento de interesse nos ficou.

A série volta a refazer-se a partir de 14 de Janeiro de 1112, data em que Nuno Suariz e sua mulher D. Urraca fazem uma compra (42).

Em 17 de Maio do mesmo ano, Menendus Gunsalui e sua mulher Maior Suariz cedem a Suario Suariz — provàvelmente cunhado e irmão deles — uma herdade que a Infanta D. Teresa, de acordo com Suario, que a tivera em préstamo, lhes tinha dado em paga de serviços prestados (43).

Em 3i do mesmo mês, Nuno Soares e sua mulher Urraca Midiz vendem um prédio, tomando acerca dele disposições favoráveis ao mosteiro de Grijó (44).

Em i5 de Março de 1114, finalmente, Ero Suariz realiza uma compra (45).

4. Da análise destes documentos, pode-se concluir que a morte de Suario Fromariguiz ocorreu muito antes de mo.

E certo que nenhum documento se refere expressamente à sua morte. Mas a longa série das suas intervenções em actos jurídicos, que vem desde 1075 e consta de *2b* escrituras (uma delas duvidosa), termina inexoràvelmente com o ano de 1101.

Podia-se admitir que Soeiro se ausentara: andaria, justamente, na fronteira-sul do Condado... A hipótese é perfeitamente legítima. Mas, nos 17 documentos em que figuram a mulher e os filhos de Soeiro, desde 1102 a 1109, nenhuma leve referência se

(41) *D. P.* 344 *L. B. F.* Grijó.

(«) *D. P.* 3yo *L. B. F.* Grijó.

(43) *D. P.* 400 *L. B. F.* Grijó.

(44) *D. P.* 403 *L, B. F.* Grijó. É por este documento que conhecemos o nome completo da mulher de Nuno Sendo *Midi*f o seu patronímico, não será pura fantasia supô-la filha de Mido Cresconiz, companheiro de armas de Soeiro Fromarigues e que logo a seguir a este, como vimos, confirma a doação da Vacariça à Sé de Coimbra.

(45) *D. P.* 466 *L, B. F.* Grijó.

faz à ausência do chefe da família. Bem ao contrário : tudo aparece como *definitivamente* estabelecido sem ele.

Desconhecem-no os pequenos proprietários, quando procuram a protecção de Elvira e de seus filhos.

Desconhecem-no estes, ao disporem de bens, como doadores, vendedores, ou compradores.

Há uma ocasião em que se lhe referem. Mas é então que mais claro se torna que Soeiro Fromarigues já não vive. Não se vê, com efeito, que outra interpretação se possa dar à doação que a favor de Grijó fazem todos os filhos de Soeiro em Junho de 1104. A doação não é de quaisquer bens, mas expressamente de bens que foram do pai: «hereditatibus nostris que fuerunt de nostro patre», adquiridas por ele: «qui illas hereditates ganauit». Há mesmo uma expressão que se poderá tomar como prova definitiva: «pro remedio anime nostri patris domni Suarii Fromariguiz», embora também se diga na escritura (46): «pro remedio animarum nostrarum». Porque este caso é bem diferente daquele ; e não conheço nenhum exemplo de se pedir, através de uma doação piedosa, a salvação de terceira pessoa ainda viva; são inumeráveis, em contra-partida, os actos desta natureza a favor de defuntos.

Há ainda um pormenor, neste documento, que não se pode deixar de considerar significativo: os dez filhos de Soeiro Fromarigues esperam alcançar, com a bênção de Deus, a bênção do seu pai: «et pro Deo benedictione et nostri patris.» (47).

Dêmos, pois, por perfeitamente estabelecido que Soeiro Fromarigues morreu entre 29 de Dezembro de 1101 e 7 de Junho de 1104.

Ora, uma vez invalidada a data apresentada pela *Chronica*, adquire valor quase difinitivo o sentido aparente dos documentos de 1102 e 1103, ou pelo menos do primeiro deles, aquele em que Elvira e seus filhos aparecem como naturais protectores de modestos proprietários da sua região. E a impressão que deles se desprende, assim confirmada pela escritura decisiva de 1104, continua-se pelos anos seguintes, de 1105 até ao fim de 1109(48).

(46) Exemplos destes poderiam multiplicar-se indefinidamente.

(47) Cf. Reuter, n.os 257 e 260.

(48) Já na nota 39 se examinou o caso do Z). *P.* 322, que não chega a constituir problema.

E, por conseguinte, muito provável que a morte de Soeiro tenha ocorrido entre 29 de Dezembro de 1101 e 24 de Junho de 1102.

Esta probabilidade só poderá aumentar se considerarmos a própria data que a Crónica atribui ao combate. A era de 1148, escrita — MCXLVIII — fácilmente se pode desdobrar em MCXL (ano de Cristo de 1102) e vm — por exemplo: das *kalendas* de Fevereiro, Março, Abril, Maio ou ainda Junho (49).

O erro de cópia poderia, é certo, ter consistido em aglutinar MCXLv com ui, MCXLvi com ii ou MCXLvii com i, e assim resultaria 1107, 1108 ou 1109. Na falta do original da *Chronica;* na falta, mesmo, da cópia (que P. David afirma não poder ser anterior ao séc. xiv (50)) utilizada por António Brandão, todas as conjecturas são possíveis. A única, porém, que encontra fundamento documental é a primeira : MCXL, VIU de...

Pode-se acrescentar em reforço desta hipótese que na *Chronica Gothorum* é habitual a indicação completa ou quase completa da data, conquanto também se encontre não raras vezes o uso contrário. Embora sem o carácter que teria num obituário, esta notícia parece (como observa P. David (51)) ter um interesse mais particular que público. O próprio texto mostra que não eram muito numerosos os cristãos (52). Uma só fonte se refere ao desastre. Os nomes dos chefes cristãos são imediatamente ligados aos dos filhos. Tudo indica que o redactor desta *continuatio* dos *Annales Portugalenses Veteres* (aproveitada pela *Chronica* (53)) estaria relacionado com Nuno Soares e João Midiz, ou com um deles. A datação completa seria, portanto, por um lado, perfeitamente possível, por outro, naturalmente desejada.

(49) Se se puder considerar como um fossado a expedição de S. F., serão oportunos os textos de Sampiro, do monge de Silos, de Rodrigo de Toledo e da Crónica do Cid, citados e comentados por Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal,* 2.ª ed., 1, pág. 302. Seria, assim, mais provável que o recontro se tivesse dado por alturas de Maio.

(50) *Op. cit.,* págs. 280-1.

(õi) *Op. cit.,* pág. 287.

(52) «Audito numero eorum».

(53) Cf. P. David, *op. cit.,* pág. 289; interessam também as anteriores desde a 285.

5. O estudo biográfico de Suarius Fromariguiz conduziu-nos a fixar a data do desastre de Vatalandi no primeiro semestre de 1102 ou, o mais tardar, provàvelmente em igual período de u04(54).

Não é possível, para Mido Cresconiz, proceder a trabalho semelhante, porque os nossos documentos mal o registam (53). Basta porém, para o nosso intento, verificar que ele não figura em nenhum documento posterior a 1101. Posto isto, torna-se perfeitamente dispensável insistir na vaga historia de Mido Cresconiz (56).

6. Com estas conclusões, fica desfeita a construção coerente erguida pelos historiadores sobre a data fornecida pela *Chronica Gothorum*.

O caso de Vatalandi — é bom não esquecer —não tem importância de maior. Mas não deixa de ser um dos raros episódios conhecidos das lutas de Portugueses com Mouros no tempo do Conde D. Henrique.

Em mo, Vatalandi tinha um significado bastante preciso. Importa agora ver qual o seu significado em 1102 (57).

Neste ano, Santarém está certamente em poder dos cristãos (58). Os Almorávides estão pràticamente senhores da Espa-

(54) O facto de ser apenas em Junho de 1104 que os filhos de Soeiro fazem a doação comum ao mosteiro de Grijó pode criar uma impressão favorável à última data. Deve porém observar-se que Nuno, o primogénito, só aparece a partir de então, o que pode indicar a sua ausência — quem sabe se ligada à mesma expedição a Santarém em que o pai encontrou a morte.

(55) Embora não tenha feito uma busca exaustiva, não julgo que se possa encontrar em muito mais que 3 : *D. et C.* 681 Moreira 1087, 778 Moreira 1092, e 813 Sé de Coimbra 1094.

(56) Sobre este cavaleiro, v. L. G. de Azevedo, *op. cit.,* vol. in, pág 79 n.

(57) Não pretendo fazer aqui um estudo completo da situação da fronteira-sul de Portugal no ano de iic.2. A intenção deste artigo foi essencialmente chamar a atenção dos historiadores para o erro da *Chronica Gothorum.*

(58) Em 9 de Agosto de iog5, Raimundo de Borgonha é dado como senhor de Santarém (Bibl. Nac. de Madrid, *ms. i8387*, foi. 3oo v.º, cit. por Damião Peres, *Como Nasceu Portugal,* pág. 47). Só em 1111 Santarém torna a cair em poder dos Muçulmanos *(An. Port. Vet.,* textos citados na nota 4; é a data geralmente indicada pelos historiadores; L. G. de Azevedo, *op. cit.,* pág. 170, aponta 1109; A. Herculano, *op. cit.,* 11, pág. 4b, n., observa que

nha Muçulmana. No entanto, não há em 1102 nenhuma grande ofensiva islâmica, embora se dê então o abandono de Valência pela viuva do Cid, longamente cercada.

O Conde de Portugal, quase com certeza, está ausente : partiu provavelmente para a Terra Santa (59). Em seu nome, a Infanta sua mulher e o fronteiro do Tejo (60), Soeiro Mendes (da Maia), governam o Condado (6i).

Conhecendo ou receando algum ataque mouro, Soeiro Mendes (ou D. Tereza) organiza uma expedição militar e confia o seu comando a Soeiro Fromarigues.

A caminho de Santarém, em lugar que provavelmente nunca será identificado (62), a hoste portuguesa levanta as suas tendas,

«Al-Makkari coloca estes sucessos em mo, o que não concorda com a data estabelecida pelos cronicons cristãos»; cf. Francisco Codera, *Decadencia y desaparición de los Almorávides en España*, Zaragoza, 1899. Kstas diferenças não têm, para aqui, interesse de maior). Era a mesma, em 1102, a situação de Lisboa e Sintra.

(69) O documento fundamental é o *D. P.* 112 *L. P.* 12 de Maio de 1 io3, em que expressamente se diz, em referência a um momento impreciso mas pouco anterior (talvez 1 mês, aproximadamente): «usque ad uenitam comitis de Iherusalem ubi erat». Pela sequência do texto se vê que, à data da escritura, o Conde não tinha ainda regressado. Este documento foi pela primeira vez referido por Francisco Ribeiro Dosguimarães, no t. 4.º das *Memorias* da Academia, parte 2.% pág. 147 (Cardeal Saraiva, *Obras,* t. 11, pág. 166 n., que nele se baseia para escrever — no corpo da mesma pág. — : «O Conde D. Henrique (...) empreendeu e executou por estes tempos [nci a no3] a sua viagem à Terra Santa»). Em Julho do mesmo ano já D. Henrique estava em Portugal (*D. P.* 125 *L. D. M.* Guimarães 11 de Julho de 1 io3). Não é verosímil que a viagem tivesse demorado menos de um ano. E uma prova existe (embora não absoluta) da ausência do Conde em Setembro de 1101 (D. *P.* 36 *Liber Fidei* 10 de Setembro de 1101). Sobre o significado desta ausência, cf., no entanto, Herculano, *op. cit* 11, págs 22-3.

Herculano, *op. cit.*$_y$ t. 11, pág. 2 5, afirma acerca de D. Henrique: «a sua partida para o oriente nos primeiros meses de 1 io3 é hoje irrefragável». Não parece possível defender actualmente esta doutrina.

Para todos este problema (que de momento apenas afloro), importa considerar L. G. de Azevedo, *Idade Média. Notas de historia e de crítica,* X, *loe. cit.*? Julho de 1925, cujas conclusões não me parecem,.aliás, inteiramente válidas.

(®°) *Chronica Gothorum,* págs. 3oo-i.

(61) *D. P.* 112, citado na n. 59.

(62) Há com efeito um conjunto de dificuldades que parecem tornar o problema insolúvel. Não se conhece nenhuma povoação com nome derivado de Vatalandi (Vadalande, Guadalande. ..); não se conhecem exactamente as

preparando-se para acampar. É certamente ao anoitecer. Andam perto os inimigos. Sob o comando de algum pequeno chefe almorávide, gente de raças diversas lança-se subitamente sobre os cristãos desprevenidos — e é a chacina. Entre os que conseguiram escapar, estaria possivelmente o primogénito de Soeiro Fromarigues.

Este desastre das armas portuguesas não teve qualquer influência directa na sorte de Santarém, que só viria a cair em poder de SIr alguns anos mais tarde.

HENRIQUE BARRILARO RUAS

fronteiras entre Cristãos e Muçulmanos a N. E. de Santarém; é bastante provável que a palavra tenha sofrido uma ou várias alterações, de cópia para cópia ; tratava-se certamente de um lugar distante de qualquer povoação de importância. Não obstante, uma pesquisa sistemática talvez pudesse levar a alguma conclusão aproximada, se se tivesse em conta: *a)* que a expedição deve ter saído de Coimbra (a hipótese que provisoriamente levantei na n. 6 deixa de ter valor dentro da tese que defendo); *b)* que deve ser possível marcar com certa aproximação as jornadas prováveis da expedição (cf. Ourique); *c)* que nem todos os lugares são bons para um exército — mesmo pequeno — acampar; *d)* o mesmo quanto a um ataque de surpresa, por parte de um exército a que o texto chama «multitudo» ; *e)* que, da hoste portuguesa* alguns escaparam, o que parece denotar a proximidade de algum castelo cristão (Santarém é pouco provável, porque nesse caso teriam passado aí a noite) ou de alguma floresta cerrada.

Para as alíneas *o* e *d),* não deixa de ter interesse a opinião de Herculano, *op. cit.*, II, pág. 45: «(...) passando provavelmente o Tejo». Neste sentido, podia-se procurar especialmente algum vau.

Addenda & Corrigenda

TOMO III

Pág. 469, linha 19 do 3.º periodo, em vez de *grotesto*, deve 1 er-se *grotesco*.

Pág. 471, linha 10 do 2.º período, leia-se *despertou* ; e na 2.ª linha da nota, em vez de 1430, Ieia-se *IJ30*.

Pág. 474, linha 32 da nota, devia estar *francesas*.

Pág. 475, linha 8 do texto, deve ler-se *com* em vez de *como*.

Pág. 480, linha 19 do 2.º periodo, devia estar *católica*.

Pág. 486, i ª linha, está *E* em vez de *É*.

Pág. 500, linha i5, deve ler-se *(p. 106)*.

TOMO IV

Pág. xv, linha 12, deve suprimir-se — *a única que fef em toda a sua vida—*.

Pág. Lxxiv, ante-penúltina linha do texto, em vez de *apreciarem*, leia-se *apreciaram*.

Pág. LXXXUI, linha 23, deve tirar-se a vírgula enire *nosso* e *nome*.

Pág. 3, linha 21, em vez de *Praga*, leia-se *Braga*.

Pág. 10, linha 1, em vez de *Gama Aarros*, leia-se *Gama Barros*.

Pág 11, linha 6, do 2.º periodo, em vez de *calidade*, deve estar *calidad*.

Pág. ii, linha 7, em vez de *tam*, leia-se *tan;* e na 3.ª linha do último periodo, em vez de *popian*, *podían*.

Pág. 12, última linha do 2.º periodo, em vez de *dunto*, leia-se *quanto*.

Pág. 14, penúltima linha do texto, em vez de *ora*, leia-se oro.

Pág. 16, última linha do 2.º periodo, em vez de *conció*, deve ler-se *conoció*.

Pág. 22, ante-penúltima linha da nota 37, em vez de *naii*, leia-se wafi.

Pág. 25, última linha do texto, em vez de *semetió*, leia-se *sometió*.

Pág. 39, linha 10 da nota 83, em vez de *Leodigundia en gi6,* leia-se *Leopegundia en g6i ;* e na linha seguinte, suprima-se o ponto e virgula depois de *serbos*.

Pág. 40, linha 5 do texto, devia estar *de*, depois de *fin*.

Pág 43, linha 12 da nota, em vez de *cristinianos*, leia-se *cristianos*.

Pag. 5o, penúltima linha do 3.º período, em vez de *poderam*, leia-se *puderam*.

Pág. 5i, linha 6 do último período, suprima-se *do,* no princípio da linha.

Pag. 53, linha 19, em vez de *podessem*, leia-se *pudessem*.

Pág. 54, linha 2 do 2.º período, em vez de *encorria,* deve estar *incorria*.

Pág. 55, linha 6 do 2.º período, leia-se *focada* em vez de *focado*.

Pag. 58, penúltima linha da nota 27, em vez de *français,* leia-se *française*.

Pág 60, antepenúltima linha, leia-se *seriam precisos*.

Pág. 61, linha 4 da nota 38, em vez de *levão*, leia-se *levam*.

Pág. 67, linha 2 da nota 55, leia-se *mestres*.

Pág. 75, na coluna dos nomes dos capitães, linha 11, leia-se *Oostwout ;* linha 28, leia-se *Staut;* e na última linha, leia-se *Focks*.

Pág 234, linha i3, leia-se *Iglesia de;* e na linha 2 da nota 85, leia-se *procedimiento*.

Pág. 3o5, nota 3, deve acrescentar-se: Este documento foi publicado, segundo o registo da Chancelaria, por J. J. de Andrade e Silva, *Collecção chronologica da legislação portuguesa,* vol. de 1640-1647, Lisboa, i856, p 318.

Pág. 343, linha 3 do 4.º período, devia estar *defesa*.

Pág. 344, linha 3 do 2.º período, em vez de *cofere a,* leia-se *confere*.

Pág. 345, linha 2 do 4.º período, leia-se *opôs-se;* e linha 2 do 5.® período, leia-se *titubeou*.

Pág. 346, na penúltima linha do 2.º período, leia-se *persuadir*: na antepenúltima linha do 5.º período, *sossego;* e, na última linha da nota, *Manuel*.

Pág. 352, linha 2 do 2.º período, leia-se *despesas*.

Declaração

A concessão de subsídios por parte do Instituto para a Alta Cultura não envolve juizo de valor sobre a doutrina contida nas publicações subsidiadas, nem aprovação da forma por que essa doutrina é exposta.

Indice alfabético dos Autores

Págs.

Almeida (Luís Ferrand de)
— O pagamento do feudo a Giaravai no século xvii..... 305-316

Azevedo (Ruy de)
X—Algumas achegas para o estudo das origens da Ordem de S João do Hospital de Jerusalém, depois chamada de Malta, em Portugal..... 317-327

Baião (António)
— Gama Barros na Torre do Tombo e a sua grande colaboradora LXXVII

Costa Marques (Francisco da)
— Gama Barros e a Lingua Portuguesa..... LxxxvII

David (Pierre)
— La métropole ecclésiastique de Galice du vme au xie siècle. Braga et Lugo..... 107-154

Ferreira (Luís **Afonso**)
— Gama Barros e o «Elucidário»..... xcix

Lacarra (José María)
— La restauración eclesiástica en las tierras conquistadas por Alfonso el Batallador (i 118-1134)..... 263-286

Langhans (Franz-Paul de almeida)
— Advertências feitas à Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa em 1701 sobre a política que conduziu à Guerra da Sucessão de Espanha . . ,..... 343-359

Merea (Paulo)
— Sobre a precària visigótica e suas derivações imediatas . . 287-303

Peres (Damião)
y —As cortes de 1211..... 1-8

Prieto Bances (Ramón)
Unas palabras sobre la «iglesia propia»..... 155-168

Queieoz Velloso (José María)
— Gama Barros..... CXXI

RÁu (Virgínia)
— Os holandeses e a exportação do sal de Setúbal nos fins do século 47-106

Pág*.

Renouard (Yves)
— Pour des recherches sur les relations entre pays de la Méditerranée et pays de l'Atlantique au Moyen-Age..... 253-201

Ruas (Henrique barrilaro)
x—A data do desastre de Vatalandi..... 361-373

Sánchez-Albornoz (Claudio)
— Los libertos en el reino astur-leonés..... 9-45

Serrão (Joaquim Veríssimo)
— O humanista Diogo de Teive. Novos dados para a sua biografía..... 329-341

Sousa Soares (Torquato de)
— Henrique da Gama Barros..... V-LXXV

Valdeavellano (Luís García de)
— Sobre los conceptos de hurto y robo en el derecho visigodo y postvisigodo..... 211-251

Verlinden (Charles)
— Deux aspects de l'expansion commerciale du Portugal au moyen-âge (Harfleur au xiv^e^ siècle. Middelbourg au xiv^e^ et au xv^e^)..... 169-209

Indice das gravuras

	PâgS.
Henrique da Gama Barros (retrato).....	iv-v
Fachada da casa de Gama Barros.....	CXXIX
Primeira fl. do Gód. Cadaval, 1043.....	106-107
Les voies de communication entre la mer Méditerranée et l'Océan Atlantique.....	262-363

índice das matérias

	Págs
Henrique da Gama Barros, por Torquato de Sousa Soares . . .	V-LXXV
Gama Barros na Torre do Tombo e a sua grande colaboradora, por António Baião.....	LXXVII
Gama Barros e a Língua Portuguesa, por F. Gosta Marques . . .	I.XXXVII
Gama Barros e o «Elucidário», por Luís Afonso Ferreira. . . .	XCIX
Gama Barros, por J. M. Queiroz Velloso.....	CXXI
As cortes de 1211, por Damião Peres.....	1-8
Los libertos en el reino astur-leonés, por Claudio Sánchez-Albornoz.....	9-45
Os holandezes e a exportação do sal de Setúbal nos fins do século XVII, por Virgínia Ráu..... . . .	47-106
La métropole ecclésiastique de Galice du vme au xie siècle. Braga et Lugo, por Pierre David.....	107-154
Unas palabras sobre la «iglesia propia», por R. Prieto Bances . .	155-168
Deux aspects de l'expansion commerciale du Portugal au moyen-âge (Harfleur au xive siècle. Middelbourg au xive et au xve), por Charles Verlinden.....	169-209
Sobre los conceptos de hurto y robo en el derecho visigodo y postvisigodo, por Luis G. de Valdeavellano.....	21 I-25 1
Pour les recherches sur les relations entre pays de la Méditerranée et pays de l'Atlantique au Moyen-Age, por Y. Renouard .	253-201
Restauración eclesiástica en las tierras conquistadas por Alfonso el Batallador (i 118-1134), por José M.4 Lacarra	263-286
Sobre a precária visigótica er suas derivações imediatas, por Paulo Merêa.....	287-303
O pagamento do feudo a Claraval no século XVII, por Luis Ferrand de Almeida.....	305-316
Algumas achegas para o estudo das origens da Ordem de S. João do Hospital de Jerusalem, depois chamada de Malta, em Portugal, por Ruy de Azevedo.....	317-327
O humanista Diogo de Teive. Novos dados para a sua biografia, por J. Veríssimo Serrão.....	329-341

Advertências feitas à Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa em 1701 sobre a politica que conduziu à Guerra da Sucessão de Espanha, por F. P. de Almeida Langhans..... 343-359
A data do desastre de Vatalandi, por Henrique Barrilaro Ruas . 361-373

Addenda & Corrigenda..... 375
Declaração..... 376
índice alfabético dos autores..... 377-378
índice das gravuras..... 379
índice das matérias..... 381-382

Este tomo da *Revista Portuguesa de História,* corresponde aos anos de 1948-1949.

Preço para os assinantes	*96$00*
Preço avulso.....	120$00

A colaboração é solicitada

Far-se-á a crítica ou pelo menos a apresentação de todas as obras de Historia de que sejam enviados dois exemplares.

Toda a correspondência, tanto de redacção como de administração, deverá ser dirigida ao

Secretario da *Revista Portuguesa de História*

Instituto de Estudos Históricos

Faculdade de Letras — **COIMBRA**

Alguns dos artigos que serão publicados no próximo tomo:

As Cortes de 1385, por Marcello Caetano.

Peregrinações e livros de milagres na nossa Idade-Média, por Mário Martins, S. J.

A batalha de Aljubarrota, por Augusto Botelho da Costa Veiga.

O processo na Inquisição de D. Lopo de Almeida, por Mário Brandão.

Para o estudo das bibliotecas medievais portuguesas, por Joaquim de Carvalho.

A oposição à dinastia nova (1641-1656), por Manuel Lopes de Almeida.

213
Iowa